Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Certificado digitalmente por:
ESTELA MARIS BALESTRINI

Diário da Justiça
ELETRÔNICO

Curitiba, 30 de Junho de 2025 - Edição nº 3928 - 200 páginas

Sumário

Tribunal de Justiça 2
Atos da Presidência 2
Concursos 6
Supervisão do Sistema da Infância e Juventude 7
Ouvidoria Geral 7
Escola Judicial do Paraná 7
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID-TJPR 7
Atos da 1ª Vice-Presidência 7
Atos da 2ª Vice-Presidência 7
Supervisão do Sistema de Juizados Especiais 8
NUPEMEC 8
Secretaria 8
Secretaria Especial da Presidência 8
Concursos 8
Secretaria Geral 8
Vice-Secretaria Geral 8
Secretaria de Infraestrutura 10
Secretaria de Contratações Institucionais 10
Secretaria de Gestão de Pessoas 22
Departamento da Magistratura 22
Processos do Órgão Especial 45
Processos do Conselho da Magistratura 45
Departamento de Engenharia e Arquitetura 45
Departamento de Gestão de Precatórios 45
Departamento de Gestão de Recursos Humanos 45
Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados 74
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação 74
Departamento do Patrimônio 75
Departamento Econômico e Financeiro 76
Departamento Judiciário 76
Divisão de Distribuição 78
Seção de Preparo 78
Seção de Mandados e Cartas 78
Divisão de Processo Cível 78
Divisão de Processo Crime 78
Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores 78
Processos do Órgão Especial 78
Comissão Int. Conc. Promoções 78
Comissão Permanente de Avaliação Documental 78
Conselho da Magistratura 78
Corregedoria da Justiça 78
Plantão Judiciário Capital 81
Divisão de Concursos da Corregedoria 81
Núcleo de Conciliação do 2º Grau 81
FUNREJUS 81
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais 81
Comarca da Capital 81
Direção do Fórum 81
Cível 81
Crime 81
Fazenda Pública 81
Família 83
Delitos de Trânsito 83
Execuções Penais 83
Tribunal do Júri 83
Infância e Juventude 83
Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis 83
Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial 83
Precatórias Criminais 83
Auditoria da Justiça Militar 83
Central de Inquéritos 83
Juizados Especiais - Cíveis/Criminais 83
Concursos 83
Central de Movimentações Processuais 83
Comarcas do Interior 83
Direção do Fórum 83
Plantão Judiciário 87
Cível 111
Crime 111
Juizados Especiais 111
Concursos 111
Família 111
Execuções Penais 111
Infância e Juventude 111
Fazenda Pública 111
Editais Judiciais 117
Conselho da Magistratura 117
Capital 117
Interior 126
Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial 200

Tribunal de Justiça

Atos da Presidência

PORTARIA Nº 10024/2025 - P-SEP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162270, originado em razão do protocolizado sob nº 0045263-08.2025.8.16.6000, resolve

R E L O T A R

a servidora GISELLE EVELISE BONETTI FRIEDEMANN, matrícula nº 285516, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, na Secretaria do Cível, do Crime e do Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público do Juízo Único da Comarca de Tomazina, em regime de teletrabalho integral, obedecidas as diretrizes dispostas no art. 4º da Resolução nº 221/2019, revogando sua lotação na Secretaria da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

PORTARIA Nº 10140/2025 - SGP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0043607-16.2025.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Disciplinar nos autos de Processo Administrativo Disciplinar nº 0000017-69.2024.8.16.0197, nos termos do art. 34 da Instrução Normativa Conjunta n° 129/2022.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 334/2025 - P-SEP

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso das suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o contido no Decreto nº 138/2025 do Município de Santa Isabel do Ivaí,
CONSIDERANDO o contido no SEI nº 0044969-53.2025.8.16.6000.

D E C R E T A :

Art. 1º O Artigo 4º do Decreto Judiciário nº 645/2024 passa vigorar com a seguinte redação:
Art. 4° Fica consolidado o calendário de feriados locais dos municípios sedes das Comarcas do Estado no ano de 2025:
(...)
Julho:
(...)
~~*dia 2: Santa Isabel do Ivaí (Aniversário do Município);*~~
dia 7: Santa Isabel do Ivaí (Aniversário do Município);
(...)
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 333/2025 - P-SEP

Altera o Decreto Judiciário nº 592, de 6 de novembro de 2024, que dispõe sobre o Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO as demandas de ajustes apresentadas pelas unidades interessadas; e
CONSIDERANDO o disposto nos expedientes SEI de nºs 0174328-90.2024.8.16.6000, 0007576-94.2025.8.16.6000, 0106311-36.2023.8.16.6000 e 0032472-07.2025.8.16.6000,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto Judiciário nº 592, de 6 de novembro de 2024 - Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 11. .....
.....
III - analisar e emitir parecer jurídico nos recursos administrativos e nos pedidos de reconsideração de competência privativa do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, bem como para a revisão das decisões proferidas pelo Secretário-Geral em matéria relacionada à aplicação de penalidades a empresas contratadas e/ou licitantes;
....." (NR)
"Art. 41. .....
.....
XIII - (revogado)
....."
"Art. 44. .....
.....
V - (revogado)
....."
"Art. 45. .....
.....
X - (revogado)
....."
"Art. 70. .....
.....
IX - supervisionar as atividades do Laboratório de Práticas Interdisciplinares em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres - INTERLAB VD, nos termos do Decreto Judiciário nº 336, de 26 de junho de 2024, ou do ato que o substituir;
X - supervisionar as atividades do Programa Cevid Orienta, nos termos do Decreto Judiciário nº 335, de 25 de junho de 2024, ou do ato que o substituir;
XI - colaborar com o Coordenador e com o Vice-Coordenador no desempenho de suas atividades;

XII - exercer outras atividades correlatas." (NR)
"Art. 72.....
.....
VI - atender a demandas internas (presencialmente, via sistemas Mensageiro e Teams, bem como por contato telefônico e por WhatsApp), nos âmbitos administrativo e jurisdicional, provenientes dos Juízos com competência na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher e de feminicídio, bem como de outros órgãos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, incluindo:
.....
VII - atender a demandas externas (presencialmente, via e-mail, por contato telefônico e por WhatsApp), provenientes dos órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de outras instituições/entidades parceiras, da imprensa e da população em geral, incluindo:
.....
VIII - recepcionar dados, sugestões e reclamações referentes aos serviços de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar no âmbito jurisdicional, promovendo os encaminhamentos e as divulgações pertinentes;
IX - organizar e participar de capacitações voltadas a magistrados, a servidores, a estagiários e a demais profissionais do Judiciário, bem como a outros órgãos integrantes da rede de atenção à mulher, sobre questões afetas à violência doméstica e familiar contra a mulher e ao feminicídio;
X - promover convênios e parcerias institucionais para a implementação de políticas públicas e de ações de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e ao feminicídio, bem como para o fortalecimento e a integração da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
.....
XII - organizar e participar de campanhas institucionais relacionadas à temática da violência doméstica e familiar contra a mulher e do feminicídio, visando a informar a população, a promover o acesso à Justiça e a dar visibilidade ao assunto;
XIII - promover parceria com as demais unidades administrativas e judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para, em caráter colaborativo, propor soluções às problemáticas apontadas pelos magistrados, pelos servidores e pelos jurisdicionados referentes à prestação jurisdicional e ao atendimento psicossocial nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher e de feminicídio;
.....
XVI - criar e participar de grupos de trabalho com o objetivo de estabelecer protocolos de atuação para padronização de procedimentos no atendimento jurisdicional aos envolvidos em situações de violência doméstica e familiar contra a mulher e de feminicídio;
....." (NR)
"Art. 73.....
.....
VI - coordenar a realização das semanas de esforço concentrado de julgamento dos processos no Programa Nacional "Justiça pela Paz em Casa" e garantir apoio material e humano aos juízes competentes para o julgamento dos processos relativos ao tema, aos servidores e às equipes multidisciplinares para a execução das ações do programa;
.....
VIII - realizar pesquisas legislativas, doutrinárias ou jurisprudenciais relativas às temáticas da violência doméstica e familiar contra a mulher e do feminicídio;
.....
XII - organizar, anualmente, o Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
XIII - exercer outras atividades correlatas." (NR)
"Art. 74. .....
.....
II - encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça os dados referentes aos procedimentos que envolverem violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídio, de acordo com a parametrização das informações com as Tabelas Unificadas do Poder Judiciário, propondo, eventualmente, mudanças e adaptações necessárias aos sistemas de controle e informação processuais existentes;
.....
VII - acompanhar as matérias divulgadas pela Coordenadoria de Comunicação no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná afetas à violência doméstica e familiar contra a mulher e ao feminicídio para disponibilizá-las no sítio da Coordenadoria e em outros canais institucionais de comunicação pertinentes;
.....
IX - elaborar os relatórios com análises quantitativas e/ou qualitativas das atuações da Coordenadoria e do Judiciário no atendimento aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher e de feminicídio, submetendo-os à aprovação da Supervisão;
.....
XI - realizar estudos, pesquisas e projetos no âmbito técnico e interdisciplinar, envolvendo ações voltadas às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, ao feminicídio e aos autores de violência;
XII - promover a alimentação periódica do sítio da Coordenadoria com informações atualizadas acerca dos serviços disponíveis aos envolvidos em situações de violência doméstica e familiar contra a mulher e de feminicídio, dos canais de atendimento, das alterações na legislação pertinente, dos dados estatísticos, entre outras;
.....
XIV - executar as atividades afetas ao Setor para a realização do Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
XV - exercer outras atividades correlatas." (NR)
"Art. 75. .....
.....
V - atender a demandas internas (presencialmente, via sistemas Mensageiro e Teams, bem como por contato telefônico e por WhatsApp), no âmbito psicossocial, provenientes dos Juízos com competência na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher e de feminicídio, bem como de outros órgãos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, incluindo:
a) encaminhamento de dados e informações acerca da atuação da Coordenadoria na esfera psicossocial, bem como de serviços disponíveis, de projetos e de práticas implementados pelos órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, mediante autorização destes;
b) articulação com outros órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para implantação de projetos e boas práticas nas Comarcas, tais como grupos reflexivos para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher e acompanhamento psicossocial às mulheres em situação de violência doméstica e familiar;
c) articulação com os setores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para a efetivação de parcerias municipais e demais medidas visando ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e ao atendimento das partes em situação de violência;
d) eventual manifestação no que tange à designação de servidores e à disponibilização/manutenção de vagas de estágio das áreas de psicologia e serviço social para atuação nos Juízos com competência na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher e de feminicídio;
e) eventual manifestação, assessoria técnica e avaliação de projetos e de outras iniciativas relacionadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher e do feminicídio.
VI - atender a demandas externas (presencialmente, via e-mail, por contato telefônico e por WhatsApp), no âmbito psicossocial, provenientes dos órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de outras instituições/entidades parceiras, da imprensa e da população em geral, incluindo:
a) encaminhamento de dados e informações acerca da atuação da Coordenadoria na esfera psicossocial, bem como de projetos e de práticas implementados pelos órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, mediante autorização destes;
b) fornecimento de informações disponíveis à Coordenadoria sobre serviços ofertados pelos órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, respectivos canais e horários de atendimento;
c) encaminhamento das mulheres em situação de violência doméstica e familiar a outros órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para atendimento, quando solicitado;
d) excepcionalmente, realização de atendimento psicossocial às mulheres em situação de violência doméstica e familiar e aos demais envolvidos em situação de violência doméstica e familiar e feminicídio, sujeito à análise de pertinência e de viabilidade técnica da demanda;
e) desenvolvimento de palestras e de outras iniciativas de cunho informativo e preventivo relacionadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher e ao feminicídio, conforme análise de pertinência e de viabilidade técnica da demanda.
VII - recepcionar dados, sugestões e reclamações referentes aos serviços de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito psicossocial, promovendo os encaminhamentos e as divulgações pertinentes;
VIII - excepcionalmente, fornecer assessoramento e referência técnica para casos complexos encaminhados pelos Juízos com competência na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher, desde que atestadas pela Coordenadoria a pertinência e a viabilidade técnica da demanda;
IX - eventualmente, participar de reuniões periódicas e de encontros para estudos de casos, interna e externamente ao Poder Judiciário do Estado do Paraná, quando pertinentes às atribuições diretas da Coordenadoria;
.....
XI - empreender estudos e pesquisas para construção e implementação de protocolos de atendimento individuais e grupais em violência doméstica e familiar contra a mulher, inclusive com publicação de material técnico oficial (guias, manuais, protocolos, normativas, formulários de avaliação de risco, etc.) e de formação de grupos piloto (de experimentação de métodos e técnicas avaliativas e reflexivas);
XII - elaborar os relatórios com análises quantitativas e/ou qualitativas das atuações da Coordenadoria, no âmbito psicossocial, submetendo-os à aprovação da Supervisão;
XIII - organizar e participar de capacitações voltadas a magistrados, a servidores, a estagiários e a demais profissionais do Judiciário, bem como a outros órgãos integrantes da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, sobre questões afetas à matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher;
XIV - organizar e participar de capacitações voltadas a profissionais das áreas de psicologia e de serviço social com vistas à estruturação e ao aprimoramento de equipes multidisciplinares que atuam com as temáticas de violência doméstica e familiar e de feminicídio;
XV - promover convênios e parcerias institucionais para a implementação de políticas públicas e de ações no âmbito psicossocial voltadas à prevenção e ao enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e ao feminicídio, bem como para o fortalecimento e a integração do Poder Judiciário à Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
XVI - realizar, em parceria com outros setores do Poder Judiciário do Estado do Paraná e com os demais entes integrantes da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, eventos destinados ao esclarecimento acerca dos direitos da mulher, incentivando a participação da sociedade e promovendo a cultura do respeito aos direitos humanos e da pacificação social;

XVII - organizar e participar de campanhas institucionais relacionadas à temática da violência doméstica e familiar contra a mulher e ao feminicídio, visando a informar a população, a promover o acesso à Justiça e a dar visibilidade ao assunto;
XVIII - promover parceria com as demais unidades administrativas e judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para, em caráter colaborativo, propor soluções às problemáticas apontadas pelos magistrados, pelos servidores e pelos jurisdicionados referentes à prestação jurisdicional e ao atendimento psicossocial nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher e de feminicídio;
XIX - coordenar as atividades do Laboratório de Práticas Interdisciplinares em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres - INTERLAB VD, nos termos do Decreto Judiciário nº 336, de 26 de junho de 2024, ou do ato que o substituir;
XX - coordenar as atividades do Programa Cevid Orienta, nos termos do Decreto Judiciário nº 335, de 25 de junho de 2024, ou do ato que o substituir;
XXI - realizar a preparação, a redação e o andamento de expedientes administrativos relacionados à atuação psicossocial;
XXII - executar atividades administrativas afetas às atribuições do Setor;
XXIII - executar as atividades afetas ao Setor para a realização do Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
XXIV - exercer outras atividades correlatas." (NR)
"Art. 156. .....
.....
XV - desenvolver estudos em conjuntos documentais e ações culturais e educativas bem como fomentar a pesquisa histórica nos acervos por meio de ações de difusão e de disseminação das informações contidas nos documentos e nos processos judiciais e administrativos de guarda permanente;
XVI - atuar em conjunto com outras unidades da Secretaria na realização de exposições e de eventos que envolvam temas correlatos ao acervo de documentos e de processos administrativos e judiciais sob sua custódia;
....." (NR)
"Art. 283.....
.....
V - Seção do NAT-JUS." (NR)
"Art. 284.....
.....
VI - prestar auxílio a magistrados em ações referentes à judicialização de saúde - NAT-JUS." (NR)
*"**Subseção VII***
Da Seção do NAT-JUS
Art. 288A. À Seção do NAT-JUS compete:
I - receber e distribuir pareceres técnicos aos médicos pareceristas;
II - garantir a entrega dos pareceres no tempo preconizado por meio do sistema ENAT-JUS ou outro que o substitua;
III - capacitar servidores e pareceristas sobre o funcionamento do sistema de pareceres;
IV - elaborar notas técnicas, ante a solicitação de magistrado em ações judiciais, de natureza pública ou privada, que tenham como objeto o direito à saúde, com fundamento em medicina baseada em evidência, especialmente prescrição de medicamentos, tratamentos, próteses, órteses e similares;
V - prestar esclarecimentos solicitados pelos magistrados relacionados com o caso em exame, envolvendo a eficiência e a segurança dos medicamentos e dos tratamentos prescritos;
VI - informar nas notas técnicas e nas demais manifestações, conforme o caso concreto:
a) a existência de protocolo clínico no âmbito do SUS para tratamento da doença;
b) quais os medicamentos existentes e disponíveis na política pública vigente;
c) a existência de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
d) a existência de manifestação da Comissão de Incorporação de Tecnologias do SUS - CONITEC;
e) a existência de previsão nas listas da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME - e da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUME;
f) a adequação da tecnologia ou do tratamento pretendido à vista do estágio da doença, do quadro clínico do paciente e dos demais medicamentos ou tratamentos disponíveis,
g) se é caso de tecnologia ainda experimental, os riscos e os benefícios, inclusive em se tratando de sobrevida;
h) a urgência do caso, citando, se necessário, as fontes consultadas.
VII - assegurar suporte técnico exclusivamente na análise dos documentos juntados aos autos;
VIII - apresentar uma avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já incorporadas, inclusive no que se refere aos atendimentos domiciliar, ambulatorial ou hospitalar, quando cabível.
§ 1º Os pareceres e as notas técnicas têm função exclusivamente de apoio técnico.
§ 2º Não compete ao NAT-JUS elaborar perícias, tampouco emitir notas técnicas ou manifestações assemelhadas em ações de responsabilidade civil, em processos criminais ou em demandas que não digam respeito diretamente ao direito à saúde." (NR)
"Art. 289. A Divisão Administrativa e de Inteligência em Saúde é composta da Seção de Inteligência em Saúde.
I - (revogado)
II - (revogado)" (NR)
"Art. 290. .....
.....
VIII - promover a gestão de conteúdo para a intranet, visando a otimizar a experiência do usuário e a garantir acesso à informação atualizada." (NR)
*"**Subseção IV***
(Revogado)
Art. 292. (Revogado)"
"Art. 360A.....
.....
IV - Seção de Passagens." (NR)
*"**Subseção VI***
Da Seção de Passagens
Art. 360F. À Seção de Passagens compete:
I - gerir a aquisição, a alteração e o cancelamento de passagens, nos termos previstos pelo contrato e pela legislação correspondente;
II - instruir, no âmbito de suas atribuições, os procedimentos de pagamento dos serviços contratados;
III - exercer outras atividades que lhe forem determinadas, em sintonia com as atribuições da Coordenadoria."
"Art. 406. .....
.....
II - Seção de Suporte à Gestão Contratual;
....." (NR)
*"**Subseção IV***
Da Seção de Suporte à Gestão Contratual
Art. 409. À Seção de Suporte à Gestão Contratual compete:
.....
II - zelar pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais, em sintonia com os fiscais setoriais e com os fiscais técnicos;
.....
V - (revogado)
.....
XV - (revogado)
....." (NR)
"Art. 411. .....
.....
IV - proceder à análise prévia acerca das irregularidades contratuais, encaminhando à Supervisão Jurídica responsável;
....." (NR)
"Art. 424. .....
.....
III - (revogado)"
"Art. 426. .....
.....
XV - exercer outras atividades que lhe forem determinadas, em sintonia com as atribuições da Coordenadoria." (NR)
"Art. 427. .....
.....
XV - exercer outras atividades que lhe forem determinadas, em sintonia com as atribuições da Coordenadoria." (NR)
*"**Subseção V***
(Revogado)
Art. 428. (Revogado)"
"Art. 432. .....
.....
VII - exercer outras atividades que lhe forem determinadas, em sintonia com as atribuições da Secretaria." (NR)
"Art. 449. .....
.....
V - gerenciar os procedimentos licitatórios e de compra direta;
....." (NR)
"Art. 462. .....
.....
II - auxiliar na gestão administrativa dos prazos relacionados à vigência das atas de registro de preços;
....." (NR)
"Art. 463. .....
.....
IV - executar rotinas de consultas ao setor jurídico, ao gestor e ao pregoeiro e de notificação/consultas às empresas com vistas à formalização da ata de registro de preços, à prorrogação, ao apostilamento e a demais intercorrências;
....." (NR)
"Art. 464. .....
I - elaborar minutas de despachos autorizadores para pedidos de fornecimento e para pedidos de serviços emitidos pela Unidade Fiscal;
.....
IV - executar rotinas de consultas ao setor jurídico, ao gestor e ao fiscal e notificação das empresas com vistas à viabilização do processamento dos pedidos emitidos pelas Unidades Fiscais e das respectivas divulgações previstas na legislação;
....." (NR)
"Art. 465. .....
.....
III - sugerir à Unidade Fiscal a abertura de processo administrativo, em autos apartados, quando verificada possível irregularidade contratual constatada no processo de pagamento;
IV - executar rotinas de consultas ao setor jurídico, ao gestor e ao fiscal e notificação das empresas com vistas à viabilização da liquidação formal da despesa e das divulgações previstas na legislação;

V - exercer outras atividades que lhe forem determinadas, em sintonia com as atribuições da Coordenadoria." (NR)

Art. 2º O Título III do Decreto Judiciário nº 592, de 2024 - Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - passa a ser denominado "DA SECRETARIA DA MAGISTRATURA".

Art. 3º O Título IV do Decreto Judiciário nº 592, de 2024 - Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - passa a ser denominado "DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PRECATÓRIOS".

Art. 4º O Capítulo VI do Título XI do Decreto Judiciário n° 592, de 2024 - Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - fica renumerado como Capítulo IV.

Art. 5º O Capítulo VII do Título XI do Decreto Judiciário n° 592, de 2024 - Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - fica renumerado como Capítulo V.

Art. 6º As Tabelas 9, 10 e 12 do Anexo II do Decreto Judiciário n° 592, de 2024 - Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - passam a vigorar com as alterações previstas no Anexo deste Decreto Judiciário.

Art. 7º Este Decreto Judiciário entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8° Revogam-se os seguintes dispositivos do Decreto Judiciário .° 592, de 6 de novembro de 2024 - Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

I - o inciso XIII do art. 41;
II - o inciso V do art. 44;
III - o inciso X do art. 45;
IV - os incisos I e II do art. 289;
V - a Subseção IV da Seção IV do Capítulo VI do Título IX e o art. 292;
VI - os incisos V e XV do art. 409;
VII - o inciso III do art. 424;
VIII - a Subseção V da Seção V do Capítulo III do Título XI e o art. 428.

Art. 9º Revoga-se o inciso XI do art. 9º do Decreto Judiciário n° 266, de 28 de maio de 2025, com a repristinação da redação original dos incisos XI a XVII, XIX, XX e XXIII do art. 108 do Decreto Judiciário nº 592, de 6 de novembro de 2024 - Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mantidas as demais alterações promovidas pelo art. 4º do Decreto Judiciário n° 266, de 28 de maio de 2025, no referido dispositivo do Decreto Judiciário nº 592, de 6 de novembro de 2024 - Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

ANEXO
"ANEXO II - DECRETO JUDICIÁRIO Nº 592, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2024"

.....

Tabela 9		
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	**Símbolo**	**Quantidade**
.....	.....	.....
Chefe de Seção	.....	~~59~~ 60
.....	.....	.....

Tabela 10		
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS	**Símbolo**	**Quantidade**
.....	.....	.....
Chefe de Seção	.....	~~37~~ 36
.....	.....	.....

.....

Tabela 12		
SECRETARIA JUDICIÁRIA	**Símbolo**	**Quantidade**
.....	.....	.....
Chefe de Seção	.....	~~60~~ 59
.....	.....	.....

.....

Concursos

EDITAL Nº 13/2025 - DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PÓS-RECURSOS

O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público para provimento de vagas do cargo de Técnico Judiciário, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, seus anexos e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO o **EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PÓS-RECURSOS**, do **CONCURSO PÚBLICO aberto pelo Edital nº 06/2025,** nos seguintes termos:

Art. 1º Após análise dos recursos impetrados contra o Edital de Deferimento e Indeferimento das solicitações de isenção da Taxa de Inscrição e seus Anexos I e II, fica alterado o Deferimento e Indeferimento.
Art. 2º Ficam **DEFERIDAS** as solicitações de isenção relacionadas no **ANEXO I** deste Edital.
Art. 3º Ficam **INDEFERIDAS** as solicitações de isenção relacionadas no **ANEXO II** deste Edital.
Art. 4º Os candidatos que impetraram recurso contra o indeferimento de sua solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição poderão consultar a resposta do recurso no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, através do link **Consultar resposta do recurso contra o indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição**.
I - As respostas aos recursos interpostos pelos candidatos estarão disponíveis no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br por 10 (dez) dias, a contar da data de publicação deste edital.
Art. 5º Conforme o estabelecido no subitem 4.13.2 do Edital de Abertura nº 001/2025: *"Se, após a análise do recurso, permanecer a decisão de indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição, o(a) candidato(a) poderá acessar o endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, até no período indicado no Cronograma Previsto - Anexo III deste Edital, realizar uma nova inscrição, gerar o boleto e efetuar o pagamento até o seu vencimento para participar do certame"*
Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 1º de julho de 2025.

Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa Neto
Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039975

Supervisão do Sistema da Infância e Juventude

Ouvidoria Geral

Escola Judicial do Paraná

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID-TJPR

Atos da 1ª Vice-Presidência

Atos da 2ª Vice-Presidência

PORTARIA Nº 10107/2025

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 55/2025 D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2025.00120745, resolve

D E S I G N A R

MICHEL TRINDADE AMARILHO, para exercer a função de Juiz Leigo Remunerado no 3º Juizado Especial Cível e Fazenda Pública da Comarca de Cascavel, pelo prazo de (05) cinco anos, com fundamento no art. 62 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e nos arts. 44, 52 e 53 da Resolução nº 09/2019 do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

Curitiba, 26 de Junho de 2025.

Des. Dalla Vecchia
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040051

PORTARIA Nº 10122/2025

O Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, no uso das atribuições legais, previstas na Resolução nº 13/2011-OE e suas respectivas alterações, e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2025.00152761, resolve

R E V O G A R

a portaria nº 3302/2025, referente à designação de BEATRIZ NUNES, para exercer a função de Conciliadora em Formação voluntária pelo período de 13/02/2025 à 16/09/2025 no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pontal do Paraná.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Des. Dalla Vecchia
Presidente do Núcleo Permanente de
Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040136

Supervisão do Sistema de Juizados Especiais

NUPEMEC

Secretaria

Secretaria Especial da Presidência

Concursos

Secretaria Geral

Vice-Secretaria Geral

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1757/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0022332-11.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do Desembargador **MIGUEL KFOURI NETO,** pelos deslocamentos de 04 a 06 de setembro de 2025, para participação, representando o Poder Judiciário do Estado do Paraná, no "Simpósio sobre Responsabilidade Civil", a ser realizado nos dias 04 e 05 de setembro de 2025, em Londrina - PR.
II - Considerando que a viagem decorre de prévia autorização presidencial (11694616), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019-GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Desembargador **MIGUEL KFOURI NETO,** pelos deslocamentos de 04 a 06 de setembro de 2025, para participação, representando o Poder Judiciário do Estado do Paraná, no "Simpósio sobre Responsabilidade Civil", a ser realizado nos dias 04 e 05 de setembro de 2025, em Londrina - PR.
II - Justifica-se a inclusão do final de semana no deslocamento (conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR), em virtude do encerramento do evento na sexta-feira assim como disponibilidade aérea, fazendo-se necessário o retorno no dia posterior, sábado (11904514).
III - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 27 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1755/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0036755-73.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Magistrada **JUREMA CAROLINA DA SILVEIRA GOMES,** Juíza Auxiliar da Presidência, pelos deslocamentos de 29 a 30 de junho de 2025, para participação em reunião destinada a conhecer o sistema judicial E-Proc, agendada para o dia 30 de junho de 2025, a partir das 10 horas, no Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, em Porto Alegre - RS.
II - Considerando que a viagem decorre de prévia autorização presidencial (11855271), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019-GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, à Magistrada **JUREMA CAROLINA DA SILVEIRA GOMES,** Juíza Auxiliar da Presidência, pelos deslocamentos de 29 a 30 de junho de 2025, para participação em reunião destinada a conhecer o sistema judicial E-Proc, agendada para o dia 30 de junho de 2025, a partir das 10 horas, no Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, em Porto Alegre - RS.
II - Justifica-se a inclusão do final de semana no deslocamento (conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR), em virtude da distância e do início dos trabalhos na segunda-feira pela manhã, sendo necessária a partida na véspera, domingo (11889483).
III - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 27 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1754/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0033258-51.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do Magistrado **JOSÉ RICARDO ALVAREZ VIANNA**, Juiz Auxiliar da 1.º Vice-Presidência, pelos deslocamentos de 25 a 28 de junho de 2025, para participação no 4.º Encontro do Colégio Permanente de Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (CPVIP), em Florianópolis - SC.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11897544), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 04 (quatro) diárias, sendo 03 (três) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 04 (quatro) diárias, sendo 03 (três) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Magistrado **JOSÉ RICARDO ALVAREZ VIANNA**, Juiz Auxiliar da 1.º Vice-Presidência, pelos deslocamentos de 25 a 28 de junho de 2025, para participação no 4.º Encontro do Colégio Permanente de Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (CPVIP), em Florianópolis - SC.
II - Justifica-se a inclusão do final de semana no deslocamento (conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR), em razão do término tardio dos eventos na sexta-feira, fazendo-se necessário o retorno no dia posterior, sábado (11890123).

III - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 27 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1752/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0044472-39.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do servidor **CARLOS JOSÉ JOHANN KOLB,** Analista de Sistemas, lotado na Coordenadoria de Sistemas de Informação da Secretaria de Tecnologia da Informação, pelos deslocamentos de 29 a 30 de junho de 2025, para participação em reunião destinada a conhecer o sistema judicial E-Proc, agendada para o dia 30 de junho de 2025, a partir das 10 horas, no Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, em Porto Alegre - RS.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11855271), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência/pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, ao servidor **CARLOS JOSÉ JOHANN KOLB,** Analista de Sistemas, lotado na Coordenadoria de Sistemas de Informação da Secretaria de Tecnologia da Informação, pelos deslocamentos de 29 a 30 de junho de 2025, para participação em reunião destinada a conhecer o sistema judicial E-Proc, agendada para o dia 30 de junho de 2025, a partir das 10 horas, no Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, em Porto Alegre - RS.
II - Justifica-se a inclusão do final de semana no deslocamento (conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR), em virtude da distância e do início dos trabalhos na segunda-feira pela manhã, sendo necessária a partida na véspera, domingo.
III - Às Secretarias de Finanças e Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 27 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Secretaria de Infraestrutura

Secretaria de Contratações Institucionais

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

Apostila Nº 11900394

SEI!TJPR Nº 0125832-35.2021.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11900394
A presente apostila refere-se aos valores mensais praticados no contrato celebrado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** e empresa **RESTAURANTE MML LTDA.**
Objeto do Contrato: concessão do uso da área de 152,83 m2 (cento e cinquenta e dois metros quadrados e oitenta e três centímetros) para exploração da atividade de restaurante e lanchonete, junto às dependências da esplanada do edifício Anexo ao Palácio da Justiça, com atendimento diário a juízes, promotores de justiça, advogados, servidores, funcionários, estagiários e usuários em geral, durante o horário de expediente, conforme critérios, especificações e necessidades descritos no Termo de Referência e Apêndice(s) (doc. 8584261).
Objeto do Apostilamento: Reajuste no percentual de **5,529729%** sobre os valores praticados no contrato acima referente aos quilogramas de almoço *self service* e café colonial *self service.*
Valores: os valores praticados no contrato acima referido dos quilogramas passam **a partir de 28/06/2025**:
a) de R$ 62,03 (sessenta e dois reais e três centavos) para **R$ 65,46 (sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) para refeição almoço *self service.***
b) de R$ 54,41 (cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos) para **R$ 57,42 (cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos) para café colonial self service.**
Fundamento legal: com fundamento nos artigos 40, inciso XI, e 55, inciso III, 65, §8º da Lei Federal nº 8.666/93 e na Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 101/2023.

Curitiba, 26/06/2025.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO
Secretário de Contratações Institucionais
*Delegação do art. 14, inciso V, do Decreto Judiciário nº 252/2025

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEI!TJPR Nº 0012167-02.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11874644
TERMO DE DOAÇÃO Nº 197/2025
Dispensa nº 144/2025
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede nesta Capital, na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP 80.530-190, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura**, FELIPE NERY ARRUDA**, a seguir denominado **DOADOR**, tem justa e acordada a doação dos bens móveis especificados neste Termo, para a **ASSOCIAÇÃO SONHO MEU**, inscrita no CNPJ sob nº 40.067.686/0001-52, com endereço na Avenida Brasil nº 344 - Vila Vitória - Loanda/PR, telefone: (44) 9889-4034, e-mail: projetomissionariosonhomeu@gmail.com, representada por seu presidente, **RICARDO VARELA PETTENUCI**, a seguir denominado **DONATÁRIO**, mediante cláusulas e condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato o DOADOR repassa, a título de doação, os bens de sua propriedade, livres de quaisquer ônus, atestados como antieconômicos e inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Paraná pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes, conforme Laudo de Avaliação de Bens Permanentes 11802810, para o DONATÁRIO, que declara aceitá-los na forma da lei, em quantidade e modelos descritos na tabela a seguir:

Nº	Item	Plaqueta	Produto	Modelo
1	181129	114670	MESA REDONDA POST-FORMING	P/F
2	682530	164916	Poltrona(cadeira)	Giratória espaldar médio
3	360381	340935	CONEXAO MESA P/F	
4	429185	385417	CADEIRA-CD2-DIGITADOR COM BRACO COM RODIZIOS	
5	429188	385420	CADEIRA-CD2-DIGITADOR COM BRACO COM RODIZIOS	
6	434006	388082	ARMARIO A/1 POST FORMING	
7	434007	388083	ARMARIO A/1 POST FORMING	
8	594064	502667	Poltrona(cadeira)	Giratória espaldar médio
9	-	-	Mesa	-

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO - O presente termo será gerido pela Chefe da Divisão de Controle Patrimonial que designará servidor para fins de fiscalização do objeto do termo.
CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas para eventual recuperação, retirada e transporte desses bens correrão por conta do DONATÁRIO.
CLÁUSULA QUARTA - A doação objeto do presente termo é celebrada em caráter definitivo e irrevogável.
CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo de Doação se dá com fulcro no artigo 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes à matéria.
CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir quaisquer questões e litígios que venham surgir acerca do presente Termo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Este Termo de Doação terá seu extrato publicado, tornando-se perfeito e acabado e entrando em vigência depois da referida publicação.
E por haverem justo e acordado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo de Doação devidamente assinado, digitalmente, pelos representantes das partes inicialmente nomeadas, na presença de 02 (duas) testemunhas, como adiante se vê.

Curitiba, 26/06/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEI!TJPR Nº 0026585-42.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11764922
TERMO DE DOAÇÃO Nº 161/2025
Dispensa nº 117/2025
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede nesta Capital, na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP 80.530-190, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura**, FELIPE NERY ARRUDA**, a seguir denominado **DOADOR**, tem justa e acordada a doação dos bens móveis especificados neste Termo, para o Colégio Estadual Doutor Eduardo Virmond Suplicy, por meio da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ**, inscrita no CNPJ sob nº 76.416.965/0001-21, com endereço na Av Presidente Kennedy, 2511, Curitiba/PR, telefone: (41) 3340-1500, e-mail: ronimv@educacao.pr.gov.br, representada pelo Secretário de Educação do Paraná, Exmo. Sr. **RONI MIRANDA VIEIRA** a seguir denominado **DONATÁRIO**, mediante cláusulas e condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato o DOADOR repassa, a título de doação, os bens de sua propriedade, livres de quaisquer ônus, atestados como antieconômicos e inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Paraná pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes, conforme Laudo de Avaliação de Bens Permanentes 11757668, para o DONATÁRIO, para a utilização do Colégio Estadual Doutor Eduardo Virmond Suplicy, que declara aceitá-los na forma da lei, em quantidade e modelos descritos na tabela a seguir:

Nº	Item	Plaqueta	Produto	Modelo
1	515491	445428	Microcomputador	Positivo Master - D550
2	516165	446102	Microcomputador	Positivo Master - D550
3	522222	451114	Microcomputador	Positivo Master - D550
4	522292	451184	Microcomputador	Positivo Master - D550
5	522398	451290	Microcomputador	Positivo Master - D550

6	523313	452205	Microcomputador	Positivo Master - D550
7	523453	452345	Microcomputador	Positivo Master - D550
8	528345	456896	Microcomputador	Positivo Master - D550
9	528364	456915	Microcomputador	Positivo Master - D550
10	530535	459086	Microcomputador	Positivo Master - D550
11	530595	459146	Microcomputador	Positivo Master - D550
12	530634	459185	Microcomputador	Positivo Master - D550
13	530656	459207	Microcomputador	Positivo Master - D550
14	531943	460467	Microcomputador	Positivo Master - D550
15	532007	460531	Microcomputador	Positivo Master - D550
16	532023	460547	Microcomputador	Positivo Master - D550
17	532072	460596	Microcomputador	Positivo Master - D550
18	532079	460603	Microcomputador	Positivo Master - D550
19	547656	471078	Microcomputador	Positivo Master - D570
20	547672	471094	Microcomputador	Positivo Master - D570
21	548925	472097	Microcomputador	Positivo Master - D570
22	575918	489299	Microcomputador	Positivo Master - D570A
23	576043	489424	Microcomputador	Positivo Master - D570A
24	576476	489857	Microcomputador	Positivo Master - D570A
25	576543	489924	Microcomputador	Positivo Master - D570A
26	576549	489930	Microcomputador	Positivo Master - D570A
27	576559	489940	Microcomputador	Positivo Master - D570A
28	576598	489979	Microcomputador	Positivo Master - D570A
29	592059	500800	Microcomputador	Positivo Master - D570A
30	592069	500810	Microcomputador	Positivo Master - D570A
31	592109	500850	Microcomputador	Positivo Master - D570A
32	592207	500948	Microcomputador	Positivo Master - D570A
33	592218	500959	Microcomputador	Positivo Master - D570A
34	494967	-	Tripé	para camera fotografica
35	494848	-	Tripé	para camera fotografica
36	-	-	Switch	Enterasys A2H124-24

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO - O presente termo será gerido pela Chefe da Divisão de Controle Patrimonial que designará servidor para fins de fiscalização do objeto do termo.
CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas para eventual recuperação, retirada e transporte desses bens correrão por conta do DONATÁRIO.
CLÁUSULA QUARTA - A doação objeto do presente termo é celebrada em caráter definitivo e irrevogável.
CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo de Doação se dá com fulcro no artigo 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes à matéria.
CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir quaisquer questões e litígios que venham surgir acerca do presente Termo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Este Termo de Doação terá seu extrato publicado, tornando-se perfeito e acabado e entrando em vigência depois da referida publicação.
E por haverem justo e acordado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo de Doação devidamente assinado, digitalmente, pelos representantes das partes inicialmente nomeadas, na presença de 02 (duas) testemunhas, como adiante se vê.

Curitiba, 26/06/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEI!TJPR Nº 0030098-18.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11763649
TERMO DE DOAÇÃO Nº 155/2025
Dispensa nº 113/2025
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede nesta Capital, na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP 80.530-190, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura**, FELIPE NERY ARRUDA**, a seguir denominado **DOADOR**, tem justa e acordada a doação dos bens móveis especificados neste Termo, para a Escola Estadual Cívico-Militar Professor Léo Kohler - Terra Boa, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob nº 76.416.965/0001-21, com endereço na Avenida Presidente Kennedy, nº 2511 - Bairro Guaíra - Curitiba/PR., telefone: (41) 3340-1500, e-mail: odilscha@seed.pr.gov.br, representada pelo Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. **RONI MIRANDA VIEIRA**, a seguir denominado **DONATÁRIO**, mediante cláusulas e condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato o DOADOR repassa, a título de doação, os bens de sua propriedade, livres de quaisquer ônus, atestados como antieconômicos e inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Paraná pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes, conforme Laudo de Avaliação de Bens Permanentes 11757754, para o DONATÁRIO, para a utilização da Escola Estadual Cívico-Militar Professor Léo Kohler, que declara aceitá-los na forma da lei, em quantidade e modelos descritos na tabela a seguir:

Nº	Item	Plaqueta	Produto	Modelo
1	502922	433858	Impressora	Samsung SCX-6555N
2	518826	443660	Impressora	Samsung SCX-4833FD
3	518805	443679	Impressora	Samsung SCX-4833FD
4	518813	443687	Impressora	Samsung SCX-4833FD
5	518781	443715	Impressora	Samsung SCX-4833FD
6	534345	462856	Impressora	Samsung SCX-6555NX

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO - O presente termo será gerido pela Chefe da Divisão de Controle Patrimonial que designará servidor para fins de fiscalização do objeto do termo.
CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas para eventual recuperação, retirada e transporte desses bens correrão por conta do DONATÁRIO.
CLÁUSULA QUARTA - A doação objeto do presente termo é celebrada em caráter definitivo e irrevogável.
CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo de Doação se dá com fulcro no artigo 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes à matéria.
CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir quaisquer questões e litígios que venham surgir acerca do presente Termo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Este Termo de Doação terá seu extrato publicado, tornando-se perfeito e acabado e entrando em vigência depois da referida publicação.
E por haverem justo e acordado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo de Doação devidamente assinado, digitalmente, pelos representantes das partes inicialmente nomeadas, na presença de 02 (duas) testemunhas, como adiante se vê.

Curitiba, 26/06/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEI!TJPR Nº 0022723-63.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11683178

TERMO DE DOAÇÃO Nº 120/2025
Dispensa nº 75/2025

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede nesta Capital, na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP 80.530-190, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura**, FELIPE NERY ARRUDA**, a seguir denominado **DOADOR**, tem justa e acordada a doação dos bens móveis especificados neste Termo, para o Colégio Estadual Tancredo Neves, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob nº 76.416.965/0001-21, com endereço na Avenida Presidente Kennedy, telefone: (41) 3340-1500, e-mail: gabiente.seed@educacao.pr.gov.br, representada pelo Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. **RONI MIRANDA VIEIRA**, a seguir denominado **DONATÁRIO**, mediante cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato o DOADOR repassa, a título de doação, os bens de sua propriedade, livres de quaisquer ônus, atestados como antieconômicos e inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Paraná pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes, conforme Laudo de Avaliação de Bens Permanentes 11675782, para o DONATÁRIO, para a utilização do Colégio Estadual Tancredo Neves, que declara aceitá-los na forma da lei, em quantidade e modelos descritos na tabela a seguir:

Nº	Item	Plaqueta	Produto	Modelo
1	389779	357203**	SWITCH	
2	389822	357246	SWITCH	
3	389854	357278	SWITCH	
4	515487	445424	Microcomputador	Positivo Master - D550
5	515505	445442	Microcomputador	Positivo Master - D550
6	515513	445450	Microcomputador	Positivo Master - D550
7	516729	446666	Microcomputador	Positivo Master - D550
8	516736	446673	Microcomputador	Positivo Master - D550
9	522226	451118	Microcomputador	Positivo Master - D550
10	523468	452360	Microcomputador	Positivo Master - D550
11	528314	456865	Microcomputador	Positivo Master - D550
12	528404	456955	Microcomputador	Positivo Master - D550
13	528727	457278	Microcomputador	Positivo Master - D550
14	530326	458877	Microcomputador	Positivo Master - D550
15	530414	458965	Microcomputador	Positivo Master - D550
16	530717	459268	Microcomputador	Positivo Master - D550
17	530765	459316	Microcomputador	Positivo Master - D550
18	531858	460382	Microcomputador	Positivo Master - D550
19	531938	460462	Microcomputador	Positivo Master - D550
20	532108	460632	Microcomputador	Positivo Master - D550
21	532271	460795	Microcomputador	Positivo Master - D550
22	547541	470963	Microcomputador	Positivo Master - D570
23	547658	471080	Microcomputador	Positivo Master - D570
24	547794	471216	Microcomputador	Positivo Master - D570
25	547863	471285	Microcomputador	Positivo Master - D570
26	548758	471930	Microcomputador	Positivo Master - D570
27	548902	472074	Microcomputador	Positivo Master - D570
28	576033	489414	Microcomputador	Positivo Master - D570A
29	576040	489421	Microcomputador	Positivo Master - D570A
30	576063	489444	Microcomputador	Positivo Master - D570A
31	576112	489493	Microcomputador	Positivo Master - D570A
32	576148	489529	Microcomputador	Positivo Master - D570A
33	576353	489734	Microcomputador	Positivo Master - D570A
34	576483	489864	Microcomputador	Positivo Master - D570A
35	576516	489897	Microcomputador	Positivo Master - D570A
36	576527	489908	Microcomputador	Positivo Master - D570A
37	576534	489915	Microcomputador	Positivo Master - D570A
38	576567	489948	Microcomputador	Positivo Master - D570A
39	576584	489965	Microcomputador	Positivo Master - D570A
40	576600	489981	Microcomputador	Positivo Master - D570A
41	576612	489993	Microcomputador	Positivo Master - D570A
42	576637	490018	Microcomputador	Positivo Master - D570A
43	576678	490059	Microcomputador	Positivo Master - D570A
44	592064	500805	Microcomputador	Positivo Master - D570A
45	592072	500813	Microcomputador	Positivo Master - D570A
46	592073	500814	Microcomputador	Positivo Master - D570A
47	592076	500817	Microcomputador	Positivo Master - D570A
48	592206	500947	Microcomputador	Positivo Master - D570A
49	609864	515385	Microcomputador	Positivo Master - D580
50	609865	515386	Microcomputador	Positivo Master - D580
51	609868	515389	Microcomputador	Positivo Master - D580
52	609873	515394	Microcomputador	Positivo Master - D580
53	609875	515396	Microcomputador	Positivo Master - D580
54	494939	-	Tripé	para camera fotografica
55	495104	-	Tripé	para camera fotografica
56	495109**	-	Tripé	para camera fotografica

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO - O presente termo será gerido pela Chefe da Divisão de Controle Patrimonial que designará servidor para fins de fiscalização do objeto do termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas para eventual recuperação, retirada e transporte desses bens correrão por conta do DONATÁRIO.

CLÁUSULA QUARTA - A doação objeto do presente termo é celebrada em caráter definitivo e irrevogável.

CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo de Doação se dá com fulcro no artigo 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes à matéria.

CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir quaisquer questões e litígios que venham surgir acerca do presente Termo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Termo de Doação terá seu extrato publicado, tornando-se perfeito e acabado e entrando em vigência depois da referida publicação.

E por haverem justo e acordado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo de Doação devidamente assinado, digitalmente, pelos representantes das partes inicialmente nomeadas, na presença de 02 (duas) testemunhas, como adiante se vê.

Curitiba, 26/06/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEI!TJPR Nº 0016027-11.2025.8.16.6000

SEI!DOC Nº 11681276
TERMO DE DOAÇÃO Nº 118/2025
Dispensa nº 76/2025

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede nesta Capital, na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP 80.530-190, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura**, FELIPE NERY ARRUDA**, a seguir denominado **DOADOR**, tem justa e acordada a doação dos bens móveis especificados neste Termo, para a Escola Estadual do Campo Rui Barbosa - Capanema, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob nº 76.416.965/0001-21, com endereço na Avenida Presidente Kennedy, nº 2511, Bairro Guaíra- Curitiba/PR, telefone: (41) 3340-1500, e-mail: gabinete.seed@educacao.pr.gov.br, representada por seu Secretário, Exmo. Sr. **RONI MIRANDA VIEIRA**, a seguir denominado **DONATÁRIO**, mediante cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato o DOADOR repassa, a título de doação, os bens de sua propriedade, livres de quaisquer ônus, atestados como antieconômicos e inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Paraná pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes, conforme Laudo de Avaliação de Bens Permanentes 11669758, para o DONATÁRIO, para a utilização da Escola Estadual do Campo Rui Barbosa - Capanema, que declara aceitá-los na forma da lei, em quantidade e modelos descritos na tabela a seguir:

Nº	Item	Plaqueta	Produto	Modelo	Valor histórico	Depreciação acumulada	Valor atualizado
1	515770	445707	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"	364,7	328,23	36,47
2	515789	445726	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"	364,7	328,23	36,47
3	515800	445737	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"	364,7	328,23	36,47
4	515836	445773	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"	364,7	328,23	36,47
5	523105	451997	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"	364,7	328,23	36,47
6	523545	452437	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"	364,7	328,23	36,47
7	528042	456593	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"	364,7	328,23	36,47
8	529526	458077	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"	364,7	328,23	36,47
9	529606	458157	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"	364,7	328,23	36,47
10	529803	458354	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"	364,7	328,23	36,47
11	576009	489390	Microcomputador	Positivo Master - D570A	1714,96	1543,46	171,5
12	576666	490047	Microcomputador	Positivo Master - D570A	1714,96	1543,46	171,5
13	576777	490158	Microcomputador	Positivo Master - D570A	1714,96	1543,46	171,5
14	592084	500825	Microcomputador	Positivo Master - D570A	1714,96	1543,46	171,5
15	592126	500867	Microcomputador	Positivo Master - D570A	1714,96	1543,46	171,5
16	592157	500898	Microcomputador	Positivo Master - D570A	1714,96	1543,46	171,5
17	592164	500905	Microcomputador	Positivo Master - D570A	1714,96	1543,46	171,5
18	592172	500913	Microcomputador	Positivo Master - D570A	1714,96	1543,46	171,5
19	592174	500915	Microcomputador	Positivo Master - D570A	1714,96	1543,46	171,5
20	608987	514508	Microcomputador	Positivo Master - D580	2252,32	2027,09	225,23

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO - O presente termo será gerido pela Chefe da Divisão de Controle Patrimonial que designará servidor para fins de fiscalização do objeto do termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas para eventual recuperação, retirada e transporte desses bens correrão por conta do DONATÁRIO.

CLÁUSULA QUARTA - A doação objeto do presente termo é celebrada em caráter definitivo e irrevogável.

CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo de Doação se dá com fulcro no artigo 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes à matéria.

CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir quaisquer questões e litígios que venham surgir acerca do presente Termo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Termo de Doação terá seu extrato publicado, tornando-se perfeito e acabado e entrando em vigência depois da referida publicação.

E por haverem justo e acordado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo de Doação devidamente assinado, digitalmente, pelos representantes das partes inicialmente nomeadas, na presença de 02 (duas) testemunhas, como adiante se vê.

Curitiba, 26/06/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEI!TJPR Nº 0013006-27.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11885802
TERMO DE DOAÇÃO Nº 202/2025
Dispensa nº 148/2025

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede nesta Capital, na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP 80.530-190, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura**, FELIPE NERY ARRUDA**, a seguir denominado **DOADOR**, tem justa e acordada a doação dos bens móveis especificados neste Termo, para a **ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrita no CNPJ sob nº 79.573.499/0017-43 (filial), com endereço na Rua Armando Costa nº 1119 - Centro - Rebouças/PR, telefone: (41) 3284-2069, e-mail: amas@amasbrasil.or.br, representada pela Sr.ª **SAMARA PADILHA CHULA**, a seguir denominado **DONATÁRIO**, mediante cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato o DOADOR repassa, a título de doação, os bens de sua propriedade, livres de quaisquer ônus, atestados como antieconômicos e inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Paraná pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes, conforme Laudo de Avaliação de Bens Permanentes 11806679, para o DONATÁRIO, para a utilização da Associação Menonita de Assistência Social, que declara aceitá-los na forma da lei, em quantidade e modelos descritos na tabela a seguir:

Nº	Item	Plaqueta	Produto	Modelo
1	364217	343340	APARELHO TELEFONICO	
2	364218	343341	APARELHO TELEFONICO	
3	402805	363776	Impressora	Xerox Phaser - 3500DN
4	450071	401309	Scanner	Fujitsu fi-6230
5	450076	401314	Scanner	Fujitsu fi-6230
6	458993	404358**	APARELHO TELEFONICO	
7	458994	404359	APARELHO TELEFONICO	
8	459004	404369**	APARELHO TELEFONICO	
9	459008	404373	APARELHO TELEFONICO	
10	459014	404379**	APARELHO TELEFONICO	
11	462606	407099	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
12	462615	407108	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
13	462623	407116	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
14	473204	410826	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"

15	473385	411007	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
16	473798	411420	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
17	473799	411421	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
18	474026	411648	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
19	474525	412147	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
20	464042	412416	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
21	464297	412671	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
22	502895	433831	Impressora	Samsung SCX-6555N
23	527061	440512	Monitor de Vídeo	Monitor LED 21.5" Samsung BX2240
24	514395	444340	Impressora	Samsung SCX-6555NX
25	514482	444427	Impressora	Samsung SCX-6555NX
26	515533	445470	Microcomputador	Positivo Master - D550
27	515537	445474	Microcomputador	Positivo Master - D550
28	515548	445485	Microcomputador	Positivo Master - D550
29	516038	445975	Microcomputador	Positivo Master - D550
30	516128	446065	Microcomputador	Positivo Master - D550
31	516339	446276	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
32	516345	446282	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
33	516350	446287	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
34	516364	446301	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
35	517176	447113	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
36	517344	447281	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
37	517361	447298	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
38	517363	447300	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
39	517371	447308	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
40	517618	447555	Microcomputador	Positivo Master - D550
41	518194	448131	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
42	522945	451837	Microcomputador	Positivo Master - D550
43	523235	452127	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
44	528383	456934	Microcomputador	Positivo Master - D550
45	528519	457070	Microcomputador	Positivo Master - D550
46	528753	457304	Microcomputador	Positivo Master - D550
47	529113	457664	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
48	530277	458828	Microcomputador	Positivo Master - D550
49	530467	459018	Microcomputador	Positivo Master - D550
50	530600	459151	Microcomputador	Positivo Master - D550
51	532002	460526	Microcomputador	Positivo Master - D550
52	532565	461089	Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) - BX2240 - 22"
53	534322	462833	Impressora	Samsung SCX-6555NX
54	547565	470987	Microcomputador	Positivo Master - D570
55	570989	484900	Telefone sem fio	Elgin TSF7001
56	571066	484977	Telefone sem fio	Elgin TSF7001
57	576211	489592	Microcomputador	Positivo Master - D570A
58	576477	489858	Microcomputador	Positivo Master - D570A
59	576550	489931	Microcomputador	Positivo Master - D570A
60	591851	500592	Microcomputador	Positivo Master - D570A
61	591852	500593	Microcomputador	Positivo Master - D570A
62	591859	500600	Microcomputador	Positivo Master - D570A
63	591869	500610	Microcomputador	Positivo Master - D570A
64	591941	500682	Microcomputador	Positivo Master - D570A
65	609741	515262	Microcomputador	Positivo Master - D580
66	609782	515303	Microcomputador	Positivo Master - D580
67	447955	-	Leitor de Código de Barras	Metrologic MS9544

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO - O presente termo será gerido pela Chefe da Divisão de Controle Patrimonial que designará servidor para fins de fiscalização do objeto do termo.
CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas para eventual recuperação, retirada e transporte desses bens correrão por conta do DONATÁRIO.
CLÁUSULA QUARTA - A doação objeto do presente termo é celebrada em caráter definitivo e irrevogável.
CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo de Doação se dá com fulcro no artigo 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes à matéria.
CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir quaisquer questões e litígios que venham surgir acerca do presente Termo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Este Termo de Doação terá seu extrato publicado, tornando-se perfeito e acabado e entrando em vigência depois da referida publicação.
E por haverem justo e acordado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo de Doação devidamente assinado, digitalmente, pelos representantes das partes inicialmente nomeadas, na presença de 02 (duas) testemunhas, como adiante se vê.

Curitiba, 25/06/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROTOCOLO Nº 0138746-97.2022.8.16.6000

CONTRATO: 201/2025
EXPEDIENTE: 0138746-97.2022.8.16.6000
FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, pelo Decreto Judiciário n.º 269/2022, o Protocolo SEI 0135863-46.2023.8.16.6000 do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor.
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: V.A CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a execução de serviços de engenharia de reparos, adequações e melhorias no Fórum da Comarca de Lapa, integrante da Regional 04, discriminados na Planilha Quantitativa Orçamentária 11761437, pelo regime de empreitada por preço unitário em conformidade com as especificações, condições e exigências discriminadas no protocolado SEI nº 0138746-97.2022.8.16.6000 e demais documentos técnicos anexos ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 37/2024.
PREÇO:R$ 381.393,12 (trezentos e oitenta e um mil, trezentos e noventa e três reais e doze centavos).
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço para início da execução do objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotação orçamentária do exercício de 2025 e os valores estão devidamente empenhados através da Nota de Empenho SIAFIC 2025NE001250 (11881769), emitida pela Secretaria de Finanças em 16/06/2025.

FORO: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça[2]
[2] Conforme delegação prevista nos artigos 1º, inciso IV, e 2º do Decreto Judiciário nº 252/2025.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEI!TJPR Nº 0026147-16.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11792266
TERMO DE DOAÇÃO Nº 166/2025
Dispensa nº 122/2025

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede nesta Capital, na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP 80.530-190, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura**, FELIPE NERY ARRUDA**, a seguir denominado **DOADOR**, tem justa e acordada a doação dos bens móveis especificados neste Termo, para o Colégio Estadual Vila Nova, por meio da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ**, inscrita no CNPJ sob nº 76.416.965/0001-21, com endereço na Av Presidente Kennedy, 2511, Curitiba/PR, telefone: (41) 3340-1500, e-mail: ronimv@educacao.pr.gov.br, representada pelo Secretário de Educação do Estado do Paraná, Exmo. Sr. **RONI MIRANDA VIEIRA** a seguir denominado **DONATÁRIO**, mediante cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato o DOADOR repassa, a título de doação, os bens de sua propriedade, livres de quaisquer ônus, atestados como antieconômicos e inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Paraná pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes, conforme Laudo de Avaliação de Bens Permanentes 11786705, para o DONATÁRIO, para a utilização do Colégio Estadual Vila Nova, que declara aceitá-los na forma da lei, em quantidade e modelos descritos na tabela a seguir:

Nº	Item	Plaqueta	Produto	Modelo
1	72589	96577	MESA PARA TERMINAL	TERMINAL
2	173140	310145	MESA POST-FORMING/3	MP/F3
3	173149	311079	MESA PARA MICRO	MICRO
4	173162	311092	MESA POST-FORMING/6	MP/F6
5	173163	311093	MESA POST-FORMING/6	MP/F6
6	320469	321211	BALCAO ESTANTE POST FORMING	
7	322262	322374	CADEIRA	
8	364149	343233	BALCAO BAIXO POST-FORMING-BPF	
9	455211	401089**	POLTRONA GIRATORIA PS3G	
10	505554	436340	Armário	Semi aberto
11	515038	444982	Poltrona(cadeira)	Giratória espaldar médio
12	571956	485798	Armário	Semi aberto
13	571659	485501	Cadeira de rodas	Dobrável em X

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO - O presente termo será gerido pela Chefe da Divisão de Controle Patrimonial que designará servidor para fins de fiscalização do objeto do termo.
CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas para eventual recuperação, retirada e transporte desses bens correrão por conta do DONATÁRIO.
CLÁUSULA QUARTA - A doação objeto do presente termo é celebrada em caráter definitivo e irrevogável.
CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo de Doação se dá com fulcro no artigo 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes à matéria.
CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir quaisquer questões e litígios que venham surgir acerca do presente Termo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Este Termo de Doação terá seu extrato publicado, tornando-se perfeito e acabado e entrando em vigência depois da referida publicação.
E por haverem justo e acordado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo de Doação devidamente assinado, digitalmente, pelos representantes das partes inicialmente nomeadas, na presença de 02 (duas) testemunhas, como adiante se vê.

Curitiba, 26/06/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEI!TJPR Nº 0019556-38.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11665994
TERMO DE DOAÇÃO Nº 113/2025
Dispensa nº 69/2025

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede nesta Capital, na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP 80.530-190, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura**, FELIPE NERY ARRUDA**, a seguir denominado **DOADOR**, tem justa e acordada a doação dos bens móveis especificados neste Termo, para o Colégio Estadual Helena Kolody, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob nº 76.416.965/0001-21, com endereço na Av. Presidente Kennedy, 2511, Bairro Guaíra, Curitiba/PR, telefone: (41) 3340-1500, e-mail: ronimv@educacao.pr.gov.br, representada por Exmo. Sr. **RONI MIRANDA VIEIRA**, a seguir denominado **DONATÁRIO**, mediante cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato o DOADOR repassa, a título de doação, os bens de sua propriedade, livres de quaisquer ônus, atestados como antieconômicos e inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Paraná pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes, conforme Laudo de Avaliação de Bens Permanentes 11651302, para o DONATÁRIO, para a utilização do Colégio Estadual Helena Kolody, que declara aceitá-los na forma da lei, em quantidade e modelos descritos na tabela a seguir:

Nº	Item	Plaqueta	Produto	Modelo	Valor histórico	Depreciação acumulada	Valor atualizado
1	502660	433596	Impressora	Samsung SCX-6555N	4460,0	4014,0	446,0
2	502662	433598	Impressora	Samsung SCX-6555N	4460,0	4014,0	446,0
3	514462	444407	Impressora	Samsung SCX-6555NX	4460,0	4014,0	446,0
4	514598	444543	Impressora	Samsung SCX-6555NX	4460,0	4014,0	446,0
5	534237	462748	Impressora	Samsung SCX-6555NX	4460,0	4014,0	446,0

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO - O presente termo será gerido pela Chefe da Divisão de Controle Patrimonial que designará servidor para fins de fiscalização do objeto do termo.
CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas para eventual recuperação, retirada e transporte desses bens correrão por conta do DONATÁRIO.
CLÁUSULA QUARTA - A doação objeto do presente termo é celebrada em caráter definitivo e irrevogável.
CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo de Doação se dá com fulcro no artigo 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes à matéria.
CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir quaisquer questões e litígios que venham surgir acerca do presente Termo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Este Termo de Doação terá seu extrato publicado, tornando-se perfeito e acabado e entrando em vigência depois da referida publicação.
E por haverem justo e acordado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo de Doação devidamente assinado, digitalmente, pelos representantes das partes inicialmente nomeadas, na presença de 02 (duas) testemunhas, como adiante se vê.

Curitiba, 26/06/2025.

FELIPE NERY ARRUDA

Secretário de Infraestrutura

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEI!TJPR Nº 0027712-15.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11726041
TERMO DE DOAÇÃO Nº 144/2025
Dispensa nº 101/2025
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede nesta Capital, na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP 80.530-190, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura**, FELIPE NERY ARRUDA**, a seguir denominado **DOADOR**, tem justa e acordada a doação dos bens móveis especificados neste Termo, para a Escola Estadual do Campo Rui Barbosa - Capanema, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob nº 76.416.965/0001-21, com endereço na Avenida Presidente Kennedy, nº 2511, Bairro Guaíra - Curitiba/PR, telefone: (41) 3340-1500, e-mail: gabinete.seed@educacao.pr.gov.br, representada por seu Secretário, Exmo. Sr. **RONI MIRANDA VIEIRA**, a seguir denominado **DONATÁRIO**, mediante cláusulas e condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato o DOADOR repassa, a título de doação, os bens de sua propriedade, livres de quaisquer ônus, atestados como antieconômicos e inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Paraná pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes, conforme Laudo de Avaliação de Bens Permanentes 11669758, para o DONATÁRIO, para a utilização da Escola Estadual do Campo Rui Barbosa, que declara aceitá-los na forma da lei, em quantidade e modelos descritos na tabela a seguir:

Nº	Item	Plaqueta	Produto	Modelo
1	518994	443489	Impressora	Samsung SCX-4833FD
2	518986	443501	Impressora	Samsung SCX-4833FD
3	514360	444305	Impressora	Samsung SCX-6555NX
4	514553	444498	Impressora	Samsung SCX-6555NX

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO - O presente termo será gerido pela Chefe da Divisão de Controle Patrimonial que designará servidor para fins de fiscalização do objeto do termo.
CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas para eventual recuperação, retirada e transporte desses bens correrão por conta do DONATÁRIO.
CLÁUSULA QUARTA - A doação objeto do presente termo é celebrada em caráter definitivo e irrevogável.
CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo de Doação se dá com fulcro no artigo 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes à matéria.
CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir quaisquer questões e litígios que venham surgir acerca do presente Termo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Este Termo de Doação terá seu extrato publicado, tornando-se perfeito e acabado e entrando em vigência depois da referida publicação.
E por haverem justo e acordado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo de Doação devidamente assinado, digitalmente, pelos representantes das partes inicialmente nomeadas, na presença de 02 (duas) testemunhas, como adiante se vê.

Curitiba, 26/06/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1740/2025 - SG-SCI-CLCD
CREDENCIAMENTO Nº 02/2024

PROTOCOLO: 0098242-15.2023.8.16.6000
I - Processou-se no presente expediente o Credenciamento nº 02/2024, que tem por objeto o Credenciamento de profissionais nas áreas de Serviço Social e Psicologia no âmbito do Poder Judiciário do Paraná, conforme critérios, especificações e necessidades descritos no edital convocatório (n° 11030082).
II - Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2025 (26/06/2025), foram processados pela Corregedoria-Geral de Justiça os pedidos de credenciamento dos profissionais abaixo listados (conforme listagem extraída do sistema CAJU), para fins de prestação dos serviços previstos neste edital de credenciamento, tendo sido considerados aptos à execução do objeto:

Nome	CPF	Situação do Auxiliar	Credencial	Seção Judiciária	Situação
Rita Adriana Borges dos Reis Chicarelli Ruiz	706.639.639-15	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar Serviço Social / equipes multidisciplinares	02ª 55ª 49ª	Confirmado
Marcia Cristiane de Souza	922.201.349-20	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar Psicologia / equipes multidisciplinares	01ª	Confirmado
Andréia Vidal Camargo	038.861.899-02	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar Psicologia / equipes multidisciplinares	43ª	Confirmado
Romena Macedo Ferro Costa	049.545.089-83	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar Psicologia / equipes multidisciplinares	42ª 61ª 31ª 36ª 72ª 66ª 41ª 64ª 26ª 53ª 20ª 45ª 22ª 34ª 49ª 28ª 62ª 23ª 55ª 43ª 30ª 67ª 68ª 25ª 56ª 40ª 35ª 71ª 54ª 46ª 39ª 03ª 05ª 44ª 01ª 18ª 60ª 38ª 69ª 29ª 58ª 37ª 02ª 59ª 50ª 19ª 06ª 32ª 52ª 27ª 33ª 70ª 63ª 48ª 65ª 04ª 51ª 07ª 21ª 57ª 24ª	Confirmado
Luciana Carbonera	041.558.349-79	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar Serviço Social / equipes multidisciplinares	38ª	Confirmado
Luana Fusinatto	102.054.459-77	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar Psicologia / equipes multidisciplinares	64ª 72ª 43ª 28ª 56ª 65ª 46ª	Confirmado
Regina Klutckowski Graciano	083.079.949-42	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar Psicologia / equipes multidisciplinares	01ª	Confirmado
Diandra Aparecida Giongo	066.969.249-22	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar Serviço Social / equipes multidisciplinares	46ª 28ª 02ª 49ª	Confirmado
Caroline Cândida Pereira Bastos	040.665.879-09	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar Psicologia / equipes multidisciplinares	54ª 35ª 45ª	Confirmado
Annelise Pedro	047.251.579-96	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar Serviço Social / equipes multidisciplinares	53ª	Confirmado
Mônica Lima	101.998.529-10	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	71ª	Confirmado

			Serviço Social / equipes multidisciplinares		
Helida Fatima Santin	062.987.439-52	Ativo	Apoio Externo - Equipe Multidisciplinar	31ª 22ª 06ª	Confirmado
			Serviço Social / equipes multidisciplinares		

III - Observadas as disposições legais, utilizando da competência delegada a esta Vice-Secretaria-Geral nos termos da Decisão 11022942, **HOMOLOGO** o julgamento realizado pela Corregedoria-Geral de Justiça e **DECLARO** credenciadas as pessoas físicas acima listadas, para prestarem serviços nas áreas de Serviço Social e Psicologia no âmbito do Poder Judiciário do Paraná, nos termos do Edital de Credenciamento nº 02/2024.
IV - À Coordenadoria de Licitações e Compras Diretas da Secretaria de Contratações Institucionais, para publicações;
V -Publique-se.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário Geral do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 11898931 - SG-SCI-CLCD

O Secretário de Contratações Institucionais, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial das delegadas pelo art. 9º do Decreto Judiciário TJ/PR nº 53/2021 - P-GP (https://www.tjpr.jus.br/legislacao-atos-normativos/-/atos/documento/4622252), com a redação conferida pelo Decreto Judiciário TJ/PR nº 66/2024 P-GP (10027317), considerando a necessidade de designação formal dos gestores e fiscais técnicos (titulares e substitutos) para o exercício da gestão e fiscalização das contratações geridas pela Coordenadoria de Licitações e Compras Diretas,

R E S O L V E :

Art. 1º Designar os seguintes gestores e fiscais técnicos abaixo indicados:

Dispensa nº	Protocolo SEI	Empresa	Objeto	Gestor(a)	Gestor (a) Suplente	Fiscal Técnico	Fiscal Técnico Suplente
83/2025	0018217-44.2025.8.16.6000	EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ 38.408.899/0001-59	Aquisição de eletrocardiógrafos e monitor multiparamétrico	Melissa Oliveira Batoza Züge Matrícula 14710	Guilherme Correa Virtuoso Matrícula 19638	Rodrigo Abbud Canova Matrícula 17927	Nivair Maria Levisky Matrícula 6610
83/2025	0018217-44.2025.8.16.6000	EQUIPAMENTOS MATERIAIS HOSPITALARES E ORTOPEDICOS LTDA. CNPJ 20.369.349/0001-02	Aquisição de eletrocardiógrafos e monitor multiparamétrico	Melissa Oliveira Batoza Züge Matrícula 14710	Guilherme Correa Virtuoso Matrícula 19638	Rodrigo Abbud Canova Matrícula 17927	Nivair Maria Levisky Matrícula 6610

Art. 2º. Os gestores titulares serão responsáveis pela gestão integral da contratação, assegurando o cumprimento dos termos estabelecidos, a qualidade dos serviços entregues/prestados e o alcance dos objetivos contratuais, dentre outras obrigações legais e contratuais, com relação à(s) empresa(s) contratada(s).
Art. 3º Os fiscais técnicos titulares serão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais, zelando pela qualidade e conformidade dos serviços entregues/prestados, e deverão reportar quaisquer irregularidades aos gestores designados pela Secretaria de Contratações Institucionais, além de, dentre outras obrigações legais e contratuais, com relação à(s) empresa(s) contratada(s).
Art. 4º Dê-se ciência do conteúdo desta Portaria aos gestores e fiscais técnicos, estes últimos por Mensageiro, devendo tal comunicação ser acostada neste expediente.
Art. 5º Em havendo alteração de gestor e/ou fiscal técnico, comunique-se esta Secretaria de Contratações para as providências necessárias à substituição.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

PEDRO LUIZ PILATTI NICOLAU
Coordenador de Licitações e Compras Diretas
da Secretaria de Contratações Institucionais

PORTARIA Nº 11900996 - SG-SCI-CGCC-DGCI

O **Coordenador de Gestão de Contratos e Convênios**, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial das delegadas pelo art. 15 do Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP,

R E S O L V E :

Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuação como gestores e fiscais do contrato, conforme designação (11654730):

Contrato	70/2025
Protocolo SEI	0111137-71.2024.8.16.6000
Empresa	V.A CONSTRUÇÕES LTDA
Objeto	Serviços de adaptações, reparos e melhorias no Fórum da Comarca de Campina da Lagoa
Gestor(a)	Suzane Lustosa dos Santos
Gestor(a) Suplente	Fabio Rui Rodrigues Vaz
Fiscal Técnico	Heliton Balduino Pires
Fiscal Técnico Suplente	Rafael Luiz Neves de Oliveira

Art. 2º Os gestores serão responsáveis pela gestão integral dos contratos, com atribuições e função de administrar o instrumento, assegurando o cumprimento dos termos estabelecidos, a adequação dos serviços prestados e o alcance dos objetivos contratuais, devendo, além de outras obrigações legais, observar as atribuições contidas nos instrumentos contratuais e/ou nos termos de referência acima citados.
Art. 3º Os fiscais técnicos serão responsáveis pela fiscalização técnica do cumprimento das obrigações contratuais, assegurando a qualidade técnica, acompanhando e fiscalizando os serviços prestados, e deverão reportar quaisquer irregularidades à Secretaria de Contratações Institucionais, bem como, além de outras obrigações legais, observar as atribuições contidas nos instrumentos contratuais e/ou nos termos de referência acima citados.
Art. 4º Dê-se ciência do conteúdo desta Portaria aos gestores e fiscais técnicos indicados.
Art. 5º Em havendo alteração/substituição de Fiscal Técnico, comunique-se a esta Secretaria de Contratações Institucionais para que proceda à alteração da designação.
Art. 6º Ao final, publique-se.
Curitiba, data gerada pelo sistema.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

LUIZ PAULO VEIGA FERREIRA DA COSTA
Coordenador de Gestão de Contratos e Convênios

PORTARIA Nº 11892851 - SG-SCI-CLCD

O Secretário de Contratações Institucionais, no uso de suas atribuições legais, em especial das delegadas pelo art. 9º do Decreto Judiciário TJ/PR nº 53/2021 - P-GP (https://www.tjpr.jus.br/legislacao-atos-normativos/-/atos/documento/4622252), com a redação conferida pelo Decreto Judiciário TJ/PR nº 66/2024 P-GP (10027317), considerando a necessidade de designação formal dos gestores titulares e substitutos e dos fiscais técnicos titulares e substitutos para a gestão e fiscalização das atas de registro de preços afetas à Divisão de Registro de Preços da Coordenadoria de Licitações e Compras Diretas, bem como o contido nas Orientações Técnicas do

TCE-PR (Ofícios 224/2023 - 0126005-88.2023.8.16.6000 - e 01/2024 - 0147128-45.2023.8.16.6000),

R E S O L V E :

Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuação como gestores e fiscais das Atas de Registro de Preços abaixo:

ARP nº	Protocolo SEI	Empresa	Objeto	Gestor(a)	Gestor (a) Suplente	Fiscal Técnico	Fiscal Técnico Suplente	Doc. SEI da ARP
29/2025 Prorrogação da Ata 16/2024	0176313-93.2024.8.16.6000	**SANE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA.** CNPJ: 43.750.420/0001-06	Registro de preços para eventual aquisição de berços, conjuntos de mesas infantis com cadeiras e poltronas em couro.	Odicesar Odilon Santi Matrícula 19647	Inês Tiemi Hirabayashi de Oliveira Matrícula 12624	Lucineli Rodrigues Saldanha Kuster Gonçalves Matrícula 6695	Amanda Segateli Penafiel Matrícula 18725	11879602
30/2025 Prorrogação da Ata 17/2024	0176313-93.2024.8.16.6000	**DECORAMAIS COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA.** CNPJ: 36.886.204/0001-18	Registro de preços para eventual aquisição de fraldários, conjuntos de mesas infantis com cadeiras e poltronas em couro.	Odicesar Odilon Santi Matrícula 19647	Inês Tiemi Hirabayashi de Oliveira Matrícula 12624	Lucineli Rodrigues Saldanha Kuster Gonçalves Matrícula 6695	Amanda Segateli Penafiel Matrícula 18725	11879610
31/2025 Prorrogação da Ata 18/2024	0176313-93.2024.8.16.6000	**SERAPIÃO COMÉRCIO DE UTILIDADES LTDA.** CNPJ: 48.049.309/0001-00	Registro de preços para eventual aquisição de fraldários, conjuntos de mesas infantis com cadeiras e poltronas em couro.	Odicesar Odilon Santi Matrícula 19647	Inês Tiemi Hirabayashi de Oliveira Matrícula 12624	Lucineli Rodrigues Saldanha Kuster Gonçalves Matrícula 6695	Amanda Segateli Penafiel Matrícula 18725	11879619

Art. 2º Os gestores serão responsáveis pela gestão integral das atas de registro de preços, com atribuições e função de administrar o instrumento, assegurando o cumprimento dos termos estabelecidos, a adequação dos serviços prestados e o alcance dos objetivos contratuais, devendo, além de outras obrigações legais, observar as atribuições contidas nos termos de referência acima citados.
Art. 3º Os fiscais técnicos serão responsáveis pela fiscalização técnica e operacional do cumprimento das obrigações contratuais, assegurando a qualidade técnica, acompanhando e fiscalizando os serviços prestados, e deverão reportar quaisquer irregularidades à Secretaria de Contratações Institucionais, bem como, além de outras obrigações legais, observar as atribuições contidas nos termos de referência das contratações acima citadas.
Art. 4º Dê-se ciência do conteúdo desta Portaria aos gestores e fiscais técnicos indicados.
Art. 5º Em havendo alteração/substituição de Fiscal Técnico, comunique-se a esta Secretaria de Contratações para que proceda à alteração da designação. Da mesma forma, havendo necessidade de designações para outros contratos, proceda-se edição de novo ato.
Art. 6º Ao final, publique-se.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

PEDRO LUIZ PILATTI NICOLAU
Coordenador de Licitações e Compras Diretas
da Secretaria de Contratações Institucionais

PORTARIA Nº 11901227 - SG-SCI-CGCC-DGCI

O **Coordenador de Gestão de Contratos e Convênios**, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial das delegadas pelo art. 15 do Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP.

R E S O L V E :

Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuação como gestores e fiscais do contrato, conforme designação (11871673):

Contrato	158/2025
Protocolo SEI	0100992-53.2024.8.16.6000
Empresa	ENGPLANO ENGENHARIA LTDA.
Objeto	Serviços de reparos, adequações e melhorias no edifício que abriga o Fórum Lysímaco Ferreira da Costa, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Gestor(a)	Suzane Lustosa dos Santos
Gestor(a) Suplente	Renata del Amo Fernandes
Fiscal Técnico	José Luiz Verboski
Fiscal Técnico Suplente	Fabiano Madalosso Bordini

Art. 2º Os gestores serão responsáveis pela gestão integral dos contratos, com atribuições e função de administrar o instrumento, assegurando o cumprimento dos termos estabelecidos, a adequação dos serviços prestados e o alcance dos objetivos contratuais, devendo, além de outras obrigações legais, observar as atribuições contidas nos instrumentos contratuais e/ou nos termos de referência acima citados.
Art. 3º Os fiscais técnicos serão responsáveis pela fiscalização técnica do cumprimento das obrigações contratuais, assegurando a qualidade técnica, acompanhando e fiscalizando os serviços prestados, e deverão reportar quaisquer irregularidades à Secretaria de Contratações Institucionais, bem como, além de outras obrigações legais, observar as atribuições contidas nos instrumentos contratuais e/ou nos termos de referência acima citados.
Art. 4º Dê-se ciência do conteúdo desta Portaria aos gestores e fiscais técnicos indicados.
Art. 5º Em havendo alteração/substituição de Fiscal Técnico, comunique-se a esta Secretaria de Contratações Institucionais para que proceda à alteração da designação.
Art. 6º Ao final, publique-se.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

LUIZ PAULO VEIGA FERREIRA DA COSTA
Coordenador de Gestão de Contratos e Convênios

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1748/2025 - SG-SI-CPSL-DCP

SEI!TJPR Nº 0013006-27.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11885601
DISPENSA Nº 148/2025
I - Trata-se de doação de bens móveis considerados inservíveis ao Poder Judiciário do Estado do Paraná em favor da Associação Menonita de Assistência Social.
O procedimento encontra-se devidamente instruído com a relação dos bens passíveis de doação - Tabela 11767530, registro fotográfico (11724704), laudo técnico pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes atestando a inservibilidade dos bens para este Tribunal (11806679), manifestação sobre a não adoção de outra forma de alienação (11885495) e documentação do órgão donatário e de seu representante legal (11492645,11492649,11492652,11492655,11875689).

Por sua vez, a Divisão de Controle Patrimonial realizou a conferência dos atos praticados (11885517), demonstrando o cumprimento dos requisitos previstos na Instrução Normativa 11/2018 e demais previsões legais referentes ao tema.
II - Diante do exposto, **DEFIRO** a doação dos bens móveis relacionados na Tabela 11767530 para Associação Menonita de Assistência Social, representada pela Srª Samara Padilha Chula, já qualificada nos autos.
III - Publique-se.
IV- À Divisão de Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura para formalização do Termo de Doação.

Em 24/06/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1743/2025 - SG-SI-CPSL-DCP

SEI!TJPR Nº 0026147-16.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11792207
DISPENSA Nº 122/2025
I - Trata-se de doação de bens móveis considerados inservíveis ao Poder Judiciário do Estado do Paraná em favor do Colégio Estadual Vila Nova - Prudentópolis, por meio da Secretaria de Educação do Estado do Paraná.
O procedimento encontra-se devidamente instruído com a relação dos bens passíveis de doação - Tabela 11786636, registro fotográfico (11656247, 11746439), laudo técnico pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes atestando a inservibilidade dos bens para este Tribunal (11786705), manifestação sobre a não adoção de outra forma de alienação (11791828) e documentação do órgão donatário e de seu representante legal (11791811).
Por sua vez, a Divisão de Controle Patrimonial realizou a conferência dos atos praticados (checklist 11792030), demonstrando o cumprimento dos requisitos previstos na Instrução Normativa 11/2018 e demais previsões legais referentes ao tema.
II - Diante do exposto, **DEFIRO** a doação dos bens móveis relacionados na Tabela 11786636 para o Colégio Estadual Vila Nova, por meio da Secretaria de Educação do Estado do Paraná., representada por seu Secretário, Exmo. Sr. Roni Miranda Vieira, já qualificado nos autos.
III - Publique-se.
IV- À Divisão de Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura para formalização do Termo de Doação.

Em 24/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1746/2025 - SG-SI-CPSL-DCP

SEI!TJPR Nº 0027712-15.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11725375
DISPENSA Nº 101/2025
I - Trata-se de doação de bens móveis considerados inservíveis ao Poder Judiciário do Estado do Paraná em favor da Escola Estadual do Campo Rui Barbosa de Capanema, por meio da Secretaria de Educação do Estado do Paraná.
O procedimento encontra-se devidamente instruído com a relação dos bens passíveis de doação - Tabela 11686979, registro fotográfico (11676784), laudo técnico pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes atestando a inservibilidade dos bens para este Tribunal (11721102), manifestação sobre a não adoção de outra forma de alienação (11724693) e documentação do órgão donatário e de seu representante legal (11724636).
Por sua vez, a Divisão de Controle Patrimonial realizou a conferência dos atos praticados (checklist 11725347), demonstrando o cumprimento dos requisitos previstos na Instrução Normativa 11/2018 e demais previsões legais referentes ao tema.
II - Diante do exposto, **DEFIRO** a doação dos bens móveis relacionados na Tabela 11686979 para a Escola Estadual do Campo Rui Barbosa, por meio da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, representado pelo seu Secretário, Exmo. Sr. Roni Miranda Vieira, já qualificado nos autos.
III - Publique-se.
IV- À Divisão de Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura para formalização do Termo de Doação.

Em 08/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1749/2025 - SG-SI-CPSL-DCP

SEI!TJPR Nº 0022723-63.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11683055
DISPENSA Nº 75/2025
I - Trata-se de doação de bens móveis considerados inservíveis ao Poder Judiciário do Estado do Paraná em favor do Colégio Estadual Tancredo Neves.
O procedimento encontra-se devidamente instruído com a relação dos bens passíveis de doação - Tabela 11666494, registro fotográfico (11650223), laudo técnico pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes atestando a inservibilidade dos bens para este Tribunal (11675782), manifestação sobre a não adoção de outra forma de alienação (11682929) e documentação do órgão donatário e de seu representante legal (11679685).
Por sua vez, a Divisão de Controle Patrimonial realizou a conferência dos atos praticados (11682951), demonstrando o cumprimento dos requisitos previstos na Instrução Normativa 11/2018 e demais previsões legais referentes ao tema.
II - Diante do exposto, **DEFIRO** a doação dos bens móveis relacionados na Tabela 11666494 para o Colégio Estadual Tancredo Neves, por meio da Secretaria de Estado de Educação, representada pelo Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Roni Miranda Vieira, já qualificado nos autos.
III - Publique-se.
IV- À Divisão de Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura para formalização do Termo de Doação.

Em 24/04/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1750/2025 - SG-SI-CPSL-DCP

SEI!TJPR Nº 0030098-18.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11763561
DISPENSA Nº 113/2025
I - Trata-se de doação de bens móveis considerados inservíveis ao Poder Judiciário do Estado do Paraná em favor da Escola Estadual Cívico-Militar Professor Léo Kohler - Terra Boa, por meio da Secretaria de Estado da Educação.
O procedimento encontra-se devidamente instruído com a relação dos bens passíveis de doação - Tabela 11751226, registro fotográfico (11734187), laudo técnico pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes atestando a inservibilidade dos bens para este Tribunal (11757754), manifestação sobre a não adoção de outra forma de alienação (11762815) e documentação do órgão donatário e de seu representante legal (11762876).
Por sua vez, a Divisão de Controle Patrimonial realizou a conferência dos atos praticados (11762832), demonstrando o cumprimento dos requisitos previstos na Instrução Normativa 11/2018 e demais previsões legais referentes ao tema.
II - Diante do exposto, **DEFIRO** a doação dos bens móveis relacionados na Tabela 11751226 para Escola Estadual Cívico-Militar Professor Léo Kohler, representada pelo Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Roni Miranda Vieira, já qualificado nos autos.
III - Publique-se.
IV- À Divisão de Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura para formalização do Termo de Doação.

Em 20/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1744/2025 - SG-SI-CPSL-DCP

SEI!TJPR Nº 0016027-11.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11681238
DISPENSA Nº 76/2025
I - Trata-se de doação de bens móveis considerados inservíveis ao Poder Judiciário do Estado do Paraná em favor da Escola Estadual do Campo Rui Barbosa de Capanema por meio da Secretaria de Estado da Educação.
O procedimento encontra-se devidamente instruído com a relação dos bens passíveis de doação - Tabela 11660848, registro fotográfico (11558150, 11558161), laudo técnico pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes atestando a inservibilidade dos bens para este Tribunal (11669758), manifestação sobre a não adoção de outra forma de alienação (11680685) e documentação do órgão donatário e de seu representante legal (11680675).
Por sua vez, a Divisão de Controle Patrimonial realizou a conferência dos atos praticados (checklist 11681225), demonstrando o cumprimento dos requisitos previstos na Instrução Normativa 11/2018 e demais previsões legais referentes ao tema.
II - Diante do exposto, **DEFIRO** a doação dos bens móveis relacionados na Tabela 11660848 para a Escola Estadual do Campo Rui Barbosa de Capanema por meio da Secretaria de Estado da Educação, representada pelo seu Secretário, Exmo. Sr. Roni Miranda Vieira, já qualificado nos autos.
III - Publique-se.
IV- À Divisão de Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura para formalização do Termo de Doação.

Em 24/04/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1745/2025 - SG-SI-CPSL-DCP

SEI!TJPR Nº 0019556-38.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11665902
DISPENSA Nº 69/2025
I - Trata-se de doação de bens móveis considerados inservíveis ao Poder Judiciário do Estado do Paraná em favor do Colégio Estadual Helena Kolody de Terra Boa, por meio da Secretaria de Estado da Educação.
O procedimento encontra-se devidamente instruído com a relação dos bens passíveis de doação - Tabela 11628488, registro fotográfico (11614735), laudo técnico pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes atestando a inservibilidade dos bens para este Tribunal (11651302), manifestação sobre a não adoção de outra forma de alienação (11665750) e documentação do órgão donatário e de seu representante legal (11665460).
Por sua vez, a Divisão de Controle Patrimonial realizou a conferência dos atos praticados (checklist 11665860), demonstrando o cumprimento dos requisitos previstos na Instrução Normativa 11/2018 e demais previsões legais referentes ao tema.
II - Diante do exposto, **DEFIRO** a doação dos bens móveis relacionados na Tabela 11628488 para o Colégio Estadual Helena Kolody de Terra Boa, por meio da Secretaria de Estado da Educação, representada por seu secretário, Exmo. Sr. Roni Miranda Vieira, já qualificado nos autos.
III - Publique-se.
IV- À Divisão de Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura para formalização do Termo de Doação.

Em 22/04/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1742/2025 - SG-SI-CPSL-DCP

SEI!TJPR Nº 0026585-42.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11764754
DISPENSA Nº 117/2025
I - Trata-se de doação de bens móveis considerados inservíveis ao Poder Judiciário do Estado do Paraná em favor do Colégio Estadual Doutor Eduardo Virmond Suplicy, por meio da Secretaria de Educação do Paraná.
O procedimento encontra-se devidamente instruído com a relação dos bens passíveis de doação - Tabela 11722565, registro fotográfico (11703107), laudo técnico pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes atestando a inservibilidade dos bens para este Tribunal (11757668), manifestação sobre a não adoção de outra forma de alienação (11763947) e documentação do órgão donatário e de seu representante legal (11762882).
Por sua vez, a Divisão de Controle Patrimonial realizou a conferência dos atos praticados (checklist 11763972), demonstrando o cumprimento dos requisitos previstos na Instrução Normativa 11/2018 e demais previsões legais referentes ao tema.
II - Diante do exposto, **DEFIRO** a doação dos bens móveis relacionados na Tabela 11722565 para Colégio Estadual Doutor Eduardo Virmond Suplicy, por meio da Secretaria de Educação do Paraná, representada pelo Secretário de Educação do Paraná, Exmo. Sr. Roni Miranda Vieira, já qualificado nos autos.
III - Publique-se.
IV- À Divisão de Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura para formalização do Termo de Doação.

Em 24/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1741/2025 - SG-SI-CPSL-DCP

SEI!TJPR Nº 0012167-02.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11874043
DISPENSA Nº 144/2025
I - Trata-se de doação de bens móveis considerados inservíveis ao Poder Judiciário do Estado do Paraná em favor da Associação sonho Meu.
O procedimento encontra-se devidamente instruído com a relação dos bens passíveis de doação - Tabela 11793386, registro fotográfico (11791268, 11791284, 11791289, 11791310, 11791313, 11791318, 11791328, 11791334, 11791353; 11482419, 1148242211482425, 11482432, 11482456, 11482462, 11482468, 11482471, 11482479), laudo técnico pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes atestando a inservibilidade dos bens para este Tribunal (11802810), manifestação sobre a não adoção de outra forma de alienação (11873698) e documentação do órgão donatário e de seu representante legal (11737750,11737829,11737833,11737841,11737863,11791364,11791371,11865741).
Por sua vez, a Divisão de Controle Patrimonial realizou a conferência dos atos praticados (11873750), demonstrando o cumprimento dos requisitos previstos na Instrução Normativa 11/2018 e demais previsões legais referentes ao tema.
II - Diante do exposto, **DEFIRO** a doação dos bens móveis relacionados na Tabela 11793386 para Associação Sonho Meu, representada por seu presidente, Sr. Ricardo Varela Pettenuci, já qualificado nos autos.
III - Publique-se.
IV- À Divisão de Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura para formalização do Termo de Doação.

Em 24/06/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1751/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJPL

SEI!TJPR Nº 0125832-35.2021.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11891566
I - Trata-se de pedido de **reajustede 5,53%** (apurado entre maio de 2024 e abril de 2025) dos preços de refeições e lanches praticados no **Contrato n° 101/2023 (doc. 9061376)**, cujo objeto é a concessão de uso de área para exploração de serviços de restaurante e lanchonete nas dependências do Prédio Anexo ao Palácio da Justiça, firmado entre este TRIBUNAL DE JUSTIÇA e a empresa **RESTAURANTE MML LTDA, CNPJ 46.905.775/0001-07,** apresentado em 04/06/2025 (doc. 11846791).
O contrato foi pactuado em 15/05/2023 (doc. 9061376), e foi prorrogado duas vezes (docs. 9977262 e 11493540), sendo vigente até **15/05/2026**, conforme Termo Aditivo nº 02 (doc. 11493540).
O feito foi encaminhamento à Secretaria de Finanças para realização dos cálculos pertinentes (docs. 11887799 e 11887821).
A Divisão de Pesquisa de Preços fez a pesquisa de preços e elaborou a Tabela nº 11898220.
Registre-se que a Comissão Comissão de Estudos e Reavaliação de Contratos informou, em outra oportunidade em caso análogo, a desnecessidade de negociação prévia para a presente contratação (doc. 10845721).
II - A Consultoria Jurídica elaborou Parecer Jurídico (doc. 11891565) posicionando-se pelo deferimento da concessão do reajuste, com fundamento nos artigos 40, inciso XI, e 55, inciso III, 65, §8º da Lei Federal n° 8.666/93, na Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 101/2023, no cálculo elaborado pela Secretaria de Finanças (doc. 11887799), com valores do quilograma de almoço e de café colonial de **R$ 65,46 (sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) e R$ 57,42 (cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos)**, respectivamente, com vigência a partir de 28/06/2025.
III - Sendo assim, **ACOLHO** o Parecer Jurídico CJ-SJPL 11891565 para o fim de autorizar a concessão do reajuste dos valores dos quilogramas de almoço e café colonial, mediante a formalização de apostilamento, em conformidade com o artigo 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, passando os valores de R$ 62,03 (sessenta e dois reais e três centavos) para **R$ 65,46 (sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) para refeição almoço *self service*** e de R$ 54,41 (cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos) para **R$ 57,42 (cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos) para café colonial *self service***, **com vigência a partir de 28/06/2025.**
IV - Publique-se.
V - Encaminhe-se à Supervisão Jurídica de Patrimônio e Logística da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário da Secretaria de Contratações Institucionais para elaboração da Apostila.
VI - Após, encaminhe-se à Divisão de Convênios e de Ocupação de Espaços da Coordenadoria de Contratos e Convênios da Secretaria de Contratações Institucionais para que informe ao Concessionário o teor da presente decisão e efetue os registros cabíveis.

Em 26/06/2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice Secretário-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
*Delegação do art. 1º, VI, c/c art. 2º do Decreto Judiciário nº 252/2025

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

RELAÇÃO Nº 1747/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJPL
DECISÃO Nº 11890999

SEI!TJPR Nº 0003023-72.2023.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11890999
I - Trata-se de expediente em que tramita o contrato contrato nº 110/2023 (9093448), cujo objeto acesso à plataforma do Banco de Preços e NP Editais - Versão Plus - da empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA.**, conforme especificação no item 4 do Termo de Referência 8970705, contemplando ao **CONTRATANTE** o direito a um total de 10 (dez) acessos, sendo 07 (sete) acessos contratados e 03 (três) acessos a título de cortesia da **CONTRATADA.**
O contrato foi prorrogado a partir de 22/05/2025, com prazo de 24 meses, sendo que na oportunidade a empresa formalizou pedido de reajuste (11473209), o qual ficou ressalvado em decisão que autorizou a prorrogação (11683878). A possibilidade de concessão do reajuste foi analisada por meio do parecer jurídico 11778233 e, encaminhado à Comissão de Estudos e Reavaliação de Contratos, a qual entabulou negociação com a empresa, restou acordado a não aplicação do reajuste no presente ano (11885511 e 11885123).
A Consultoria Jurídica de Patrimônio e Logística analisou o acordo, por meio do parecer jurídico 11890672, concluindo pela possibilidade de renúncia, por parte da empresa contratada, ao reajuste contratual do período de maio de 2024 a maio de 2025, podendo ter direito apenas a partir da próxima data base prevista em contrato.
II - Ante o exposto, acolho o parecer juridico 11890672, e declaro a renúncia da empresa empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA.** ao reajuste contratual do período de maio de 2024 a maio de 2025, podendo ter direito apenas a partir da próxima data base prevista em contrato.
III - Encaminhe-se ao Gestor para ciência e anotações.
IV - Publique-se.

Em 25 de junho de 2025.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO
Secretário de Contratações Institucionais
delegação art. 14, inciso VIII do Decreto Judiciário nº 252/2025

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1753/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJST
RELAÇÃO Nº 118/2025

PROTOCOLO: DOCUMENTO 11850827 - SEI 0017659-09.2024.8.16.6000
INTERESSADO: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
DESPACHO: I - Trata o presente expediente do **Contrato nº 35/2024 (10047329)**, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a empresa **COSTA OESTE SERVICOS LTDA.**, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e portaria, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais e insumos correspondentes, executados nas unidades judiciárias da **Regional VI (Cascavel)** do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com vigência a partir de 15/02/2024.
II - Celebrado o **Termo Aditivo nº 03** - que tratou da repactuação, reajuste e prorrogação do contrato (11768303) -, a Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados da Secretaria de Contratações Institucionais constatou equívoco na elaboração dos cálculos que embasaram aludido termo (11798288).
A incorreção, segundo aduzido, teria decorrido da "*não inclusão do percentual de 3,38 % (três vírgula trinta e oito por cento), pertinente ao ISS, referente ao posto de **Encarregado II**, nas planilhas elaboradas por esta Divisão, docs. (11530366) e (11571909), que subsidiaram a elaboração do referido termo aditivo*", ensejando a diferença a menor.
Dessa forma, considerando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, expressamente previsto no art. 5º, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021, bem como os princípios da segurança jurídica e da autotutela, deve a Administração, diante do aludido **equívoco, meramente material**, adotar providências efetivas quanto à correção, mormente constatada a ausência de lesão ao interesse público, aos direitos da contratada, muito menos prejuízos a terceiros.
Ademais, tal adequação não acarreta modificação das obrigações previamente estipuladas, de modo que apenas serão corrigidos os equívocos materiais na elaboração dos cálculos.
III - Diante do exposto, nos termos da Informação 11798288, da DGIET e do Parecer Jurídico 11850789 da Consultoria Jurídica da Secretaria de Contratações Institucionais, que acolho, no tocante ao **Contrato nº 35/2024, AUTORIZO** a **retificação** do Termo Aditivo nº 03, unicamente no tocante às correções dos cálculos informados pela DGIET (11798288).
IV - À Secretaria de Finanças para emissão da nota de empenho;
V - À Consultoria Jurídica da Secretaria de Contratações Institucionais para formalização do Termo Aditivo retificador;
VI - À Divisão de Gerenciamento de Informações de Empregados Terceirizados para ciência.
VII - À Divisão de Contratos com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra para, após formalização do Termo Aditivo, notificar a Contratada a fim de que complemente a garantia apresentada em face do novo valor contratual, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
VIII - Publique-se.

Em 26 de junho de 2025.

VINÍCIUS ANDRÉ BÚFALO[1]
Secretário Geral do Tribunal de Justiça
[1] Conforme delegação de atos prevista no art. 1º, VI, do Decreto Judiciário 53/2021 (Redação dada pelo Decreto Judiciário nº 371, de 12 de junho de 2023).

Secretaria de Gestão de Pessoas

Departamento da Magistratura

PORTARIA Nº 9760/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais, resolve:

C O N V O C A R

SESSÃO ESPECIAL do egrégio **TRIBUNAL PLENO**, a ser realizada no dia vinte e oito de julho do ano em curso (28/07/2025), segunda-feira, às dezessete horas (17h), visando a solenidade de posse dos novos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:
Desembargadora FABIANE PIERUCCINI
Desembargador ALBERTO JUNIOR VELOSO
OBSERVAÇÕES
A sessão do Tribunal Pleno poderá ser acompanhada por videoconferência pelo sistema *CiscoWebex* e será transmitida, em tempo real, pelo canal oficial deste Tribunal de Justiça junto à plataforma *YouTube*. O link de acesso à sessão virtual será encaminhado a todos os membros do Tribunal Pleno.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038130

PORTARIA Nº 10070/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162383, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor GUSTAVO TINÔCO DE ALMEIDA, Juiz de Direito da Vara Descentralizada do Afonso Pena do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2020, no dia 08 de setembro de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARCOS TAKAO TODA	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	08/09/2025	08/09/2025	01

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039688

PORTARIA Nº 10072/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162380, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor DIEGO SANTOS TEIXEIRA, Juiz de Direito do 15º Juizado Especial da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024, no dia 18 de julho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes do mencionado Juizado no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ROSEANA CESCHIN GOMES DO REGO ASSUMPCAO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	18/07/2025	18/07/2025	01

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039680

PORTARIA Nº 10073/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162376, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor DIEGO SANTOS TEIXEIRA, Juiz de Direito do 15º Juizado Especial da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, três (03) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2019, a partir de 14 de julho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes do mencionado Juizado no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ROSEANA CESCHIN GOMES DO REGO ASSUMPCAO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	14/07/2025	16/07/2025	03

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039676

PORTARIA Nº 10074/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162268, resolve

R E T I F I C A R

a Portaria nº 1150/2025 - SM., que concedeu ao Doutor RODRIGO DA COSTA FRANCO, Juiz de Direito Substituto da 6ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 07 de julho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, a fim de que nela passe a constar que o afastamento será a partir do dia 11 de agosto do corrente ano, e não como ali figurou.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039663

PORTARIA Nº 10075/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162244, resolve

R E T I F I C A R

o item "III" da Portaria nº 987/2025 - DM que designou a Doutora MARIA TERESA THOMAZ, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para substituir ao Doutor MURILO GASPARINI MORENO, Juiz de Direito da 13ª Vara Cível do Foro Central da mesma Comarca, a fim de que nele passe a constar a designação das magistradas abaixo nominadas para substituí-lo, e não como ali figurou:

Doutoras	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) MARIA TERESA THOMAZ	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	14/07/2025	27/07/2025	14
b) ANNE REGINA MENDES	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	28/07/2025	31/07/2025	04

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039647

PORTARIA Nº 10076/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0044858-69.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor GIANLUCCA DANIEL DA MATTA SILVA, Juiz Substituto da 46ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, para atuar nos autos nº 0003346-04.2025.8.16.0117, em trâmite no Juizado Especial Cível da Comarca de Medianeira, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pelo Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca, Doutor ITAMAR MAZZO SCHMITZ.

Curitiba, 26/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039797

PORTARIA Nº 10077/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161845, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor RODRIGO DO AMARAL BARBOZA, Juiz de Direito da Comarca de Terra Boa, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 26 de junho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARCOS ANTONIO DOS SANTOS	Juiz de Direito Substituto da 63ª Seção Judiciária da Comarca de Peabiru	26/06/2025	30/06/2025	05

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039638

PORTARIA Nº 10078/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 42093-28.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor ALTAIR RODRIGUES LOPES FILHO, Juiz Substituto da 27ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Cruzeiro do Oeste, para atuar nos autos nº 0004613-37.2025.8.16.0173, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Umuarama, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pelos Juízes de Direito, Doutor MARCELO PIMENTEL BERTASSO, Doutor PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR e Doutora MARIA JUNQUEIRA MORETTO GARCIA, bem como pelas Juízas de Direito Substitutas, Doutora MARISTELA APARECIDA SIQUEIRA D´AVIZ e Doutora SANDRA LUSTOSA FRANCO.

Curitiba, 26/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039804

PORTARIA Nº 10079/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; CONSIDERANDO o art. 36, §3º do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0043995-16.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor JOSÉ ORLANDO CERQUEIRA BREMER, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, para atuar nos autos listados abaixo, da 2ª Câmara Cível, na qualidade de Relator, tendo em vista o acervo oriundo do gabinete do Desembargador GIL FRANCISCO DE PAULA XAVIER FERNANDES GUERRA:
1. 0027377-95.2019.8.16.0021;
2. 0029449-55.2019.8.16.0021;
3. 0026595-88.2019.8.16.0021;
4. 0013257-53.2015.8.16.0129; e,
5. 0050101-59.2019.8.16.0000.

Curitiba, 26/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039816

PORTARIA Nº 10080/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e, CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 44987-74.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor JEAN RODRIGUES, Juiz Substituto da 65ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Coronel Vivida, para atuar nos autos nº 0002760-06.2025.8.16.0104, em trâmite no Juizado Especial Cível da Comarca de Laranjeiras do Sul, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pelo Juiz Substituto da 36ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Laranjeiras do Sul, Doutor FELIPE BUZANELO FERREIRA.

Curitiba, 26/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039819

PORTARIA Nº 10081/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o art. 36, §3º do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0043966-63.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor JOSÉ ORLANDO CERQUEIRA BREMER, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, para atuar nos autos nº 0016867-63.2014.8.16.0129, da 2ª Câmara Cível, na qualidade de Relator, tendo em vista o acervo oriundo do gabinete da Desembargadora DILMARI HELENA KESSLER.

Curitiba, 26/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039823

PORTARIA Nº 10082/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO os Ofícios da Ordem dos Advogados - Seção do Paraná e do Ministério Público do Estado do Paraná; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 69291-50.2019.8.16.6000, resolve:

I - D E S I G N A R

para compor a Comissão Permanente de Atualização de Competências e Unificação de Varas, nos termos do Decreto Judiciário 224/2022-OE:
a) Grupo Decisório:
1) Doutor FERNANDO PREVIDI MOTTA, como titular, representando a OAB/PR;
2) Doutor ALZIRO DA MOTTA SANTOS FILHO, como suplente, representando a OAB/PR;
3) Doutora TEREZINHA DE JESUS DE SOUZA SIGNORINI, Procuradora de Justiça, como titular, representando o MP/PR; e,
4) Doutor ALEXEY CHOI CARUNCHO, Promotor de Justiça, como suplente, representando o MP/PR.
b) Grupo Operacional:
1) Servidor GUILHERME PERITO MANZOCHI, para compor e exercer a função de Secretário.

I I - R E V O G A R

o item "b-2" da Portaria nº 7013/2025-D.M., que designou o Servidor ANTONIO TOSHIO SATO para a mencionada Comissão.

Curitiba, 26/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039824

PORTARIA Nº 10083/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161775, resolve

R E T I F I C A R

a Portaria nº 1536/2025 - DM, que autorizou a Doutora TATIANA HILDEBRANDT DE ALMEIDA, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Medianeira, a usufruir vinte (20) dias restantes de licença especial, a partir do dia 10 de julho de 2025, referente ao período ininterrupto compreendido entre 10/07/2014 a 09/07/2019, a fim de que nela passe a constar:
a) no item "II", a partir do dia 25 de julho do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os cinco (05) dias restantes em época oportuna, e não como ali figurou; e,
b) no item "III", a designação do magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CESAR AUGUSTO LOYOLA DA SILVA	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	10/07/2025	24/07/2025	15

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039619

PORTARIA Nº 10086/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o art. 36, §3º do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0042051-76.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor LUCIANO CAMPOS DE ALBUQUERQUE, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, para atuar nos autos abaixo relacionados, da 15ª Câmara Cível, na qualidade de Relator, tendo em vista o acervo oriundo do gabinete da Desembargadora THEMIS DE ALMEIDA FURQUIM:

1) nº 0000719-90.2010.8.16.0072; e,
2) nº 0028603-11.2009.8.16.0014.

Curitiba, 26/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039844

PORTARIA Nº 10087/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 043331-82.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

a Doutora VANIA MARIA DA SILVA KRAMER, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, para atuar nos autos nº 0061731-05.2025.8.16.0000, da 16ª Câmara Cível, na qualidade de Relatora.

Curitiba, 26/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039857

PORTARIA Nº 10090/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161710, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora FABIANA JANUARIO PESSEGHINI, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Bandeirantes, dois (02) dias de afastamento, a partir de 03 de julho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LETICIA BORGES DA FONSECA FREIRE	Juíza Substituta da 21ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	03/07/2025	04/07/2025	02

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039499

PORTARIA Nº 10091/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161665, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor JOSÉ ROBERTO SILVERIO, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Apucarana, três (03) dias de afastamento, a partir de 16 de julho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE, com a sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039495

PORTARIA Nº 10092/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161655, resolve

C O N C E D E R

à Doutora FERNANDA MONTEIRO SANCHES, Juíza de Direito Substituta da 2ª Seção Judiciária da Comarca de Cascavel, licença para tratamento de saúde em pessoa da família no dia 30 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso II, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039492

PORTARIA Nº 10093/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161546, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor WILLIAM OLIVEIRA TAVEIRA, Juiz de Direito da Comarca de Manoel Ribas, licença para tratamento de saúde no dia 24 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ARTHUR SOUZA QUINTANILHA DA SILVA	Juiz Substituto da 61ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jandaia do Sul	24/06/2025	24/06/2025	01

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039488

PORTARIA Nº 10094/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162915, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 9495/2025 - SM., referente à designação do Doutor VITOR BRAGA DE CASTRO ALVES, Juiz Substituto da 37ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Loanda, para substituir o Doutor CRISTIANO DINIZ DA SILVA, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da mesma Comarca, a fim de que nele passe a constar que a designação do Doutor FELIPE VARGAS COAN, será para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado, e não como ali figurou:

Doutores	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
VITOR BRAGA DE CASTRO ALVES	Juiz Substituto da 37ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	25/06/2025	25/06/2025	01
FELIPE VARGAS COAN	Juiz Substituto da 40ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Palmas	26/06/2025	26/06/2025	01
VITOR BRAGA DE CASTRO ALVES	Juiz Substituto da 37ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	27/06/2025	27/06/2025	01

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039700

PORTARIA Nº 10095/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162686, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 9849/2025-SM, referente à designação da Doutora CAROLINA MARCELA FRANCIOSI BITTENCOURT, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para substituir ao Doutor FÁBIO RIBEIRO BRANDÃO, Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude e Adoção do Foro Central da mesma Comarca, a fim de que nele passe a constar a designação da magistrada abaixo para substituí-lo, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LUCIANA ASSAD LUPPI BALLALAI	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	17/07/2025	17/07/2025	01

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039482

PORTARIA Nº 10096/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas

por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162422, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 9773/2025-SM, referente à designação do Doutor MARCELO FELIPE PULNER PIETROSKI, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para substituir a Doutora LYDIA APARECIDA MARTINS, Juíza de Direito da 2ª Vara Descentralizada de Santa Felicidade do Foro Central da mesma Comarca, a fim de que nele passe a constar a designação da magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes, da referida Vara, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ROSEANA CESCHIN GOMES DO REGO ASSUMPCAO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	21/07/2025	24/07/2025	04

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039476

PORTARIA Nº 10098/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161460, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor FERNANDO AUGUSTO FABRICIO DE MELO, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir vinte e sete (27) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 10/02/2014 a 09/02/2019, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 11946/2024 - DM, a partir do dia 04 de agosto de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 22 de agosto de 2025, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os nove (09) dias restantes em época oportuna.

I I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
JULIANA CUNHA DE OLIVEIRA DOMINGUES	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	04/08/2025	21/08/2025	18

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039479

PORTARIA Nº 10099/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161445, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor CARLOS EDUARDO MATTIOLI KOCKANNY, Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de União da Vitória, oito (08) dias de licença por motivo de casamento, a partir do dia 11 de julho de 2025, de acordo com o artigo 97, inciso I, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013 - OE.
A ausência injustificada da juntada da certidão de casamento, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039474

PORTARIA Nº 10108/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162471, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora URSULA BOENG, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de São Miguel do Iguaçu, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2025, no dia 03 de outubro de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CESAR AUGUSTO LOYOLA DA SILVA	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira	03/10/2025	03/10/2025	01

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040025

PORTARIA Nº 10109/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162378, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor DIEGO SANTOS TEIXEIRA, Juiz de Direito do 15º Juizado Especial da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2023, no dia 17 de julho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes do mencionado Juizado no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ROSEANA CESCHIN GOMES DO REGO ASSUMPCAO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	17/07/2025	17/07/2025	01

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040013

PORTARIA Nº 10110/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162280, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA, Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2019, no dia 30 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARCOS TAKAO TODA	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	30/06/2025	30/06/2025	01

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039992

PORTARIA Nº 10111/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162310, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora MANUELA SIMON PEREIRA RATTMANN, Juíza de Direito da 2ª Vara Descentralizada do Pinheirinho do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024, no dia 25 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ROSEANA CESCHIN GOMES	Juíza de Direito Substituta da 1ª	25/06/2025	25/06/2025	01

DO REGO ASSUMPCAO	Seção Judiciária da mesma Comarca			

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040002

PORTARIA Nº 10112/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162240, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora CAMILE SANTOS DE SOUZA SIQUEIRA, Juíza de Direito da 3ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, cinco (05) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2025, a partir de 25 de agosto de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	25/08/2025	29/08/2025	05

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039978

PORTARIA Nº 10113/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162207, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor LUCIO ROCHA DENARDIN, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, da Fazenda Pública, dos Registros Públicos e da Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Irati, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024, no dia 11 de julho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
HENRIQUE DE ANDRADE PORTILHO LEONARDI	Juiz Substituto da 33ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	11/07/2025	11/07/2025	01

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039954

PORTARIA Nº 10114/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162110, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora TATIANA HILDEBRANDT DE ALMEIDA, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Medianeira, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024, no dia 09 de julho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CESAR AUGUSTO LOYOLA DA SILVA	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	09/07/2025	09/07/2025	01

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039906

PORTARIA Nº 10115/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161572, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor ELESSANDRO DEMETRIO DA SILVA, Juiz de Direito da Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Telêmaco Borba, quatro (04) dias de afastamento, a partir de 15 de dezembro de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PATRÍCIA ALEIXO CHIGUEIRA NILO	Juíza Substituta da 48ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	15/12/2025	18/12/2025	04

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039979

PORTARIA Nº 10116/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161903, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora CLÁUDIA SANINE PONICH BOSCO, Juíza de Direito da Comarca de Palmeira, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2020, no dia 26 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FELIPE VARGAS COAN	Juiz Substituto da 40ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Palmas	26/06/2025	26/06/2025	01

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040042

PORTARIA Nº 10117/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161945, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor RENATO CIGERZA, Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Marechal Cândido Rondon, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 14 de julho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ERIC BORTOLETTO FONTES	Juiz Substituto da 55ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	14/07/2025	18/07/2025	05

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040028

PORTARIA Nº 10118/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162018, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor LEONARDO GRILLO MENEGON, Juiz de Direito da Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Marechal Cândido Rondon, dois (02) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2025, a partir de 17 de julho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ERIC BORTOLETTO FONTES	Juiz Substituto da 55ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	17/07/2025	18/07/2025	02

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039931

PORTARIA Nº 10119/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161774, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 8685/2025-SM, referente à designação da Doutora LETICIA VIANA BARATO, à época Juíza Substituta da 64ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Dois Vizinhos, para substituir a Doutora RENATA MATTOS FIDALGO, Juíza de Direito da Comarca de Marmeleiro, a fim de que nele passe a constar que a designação do Doutor FELIPE BUZANELO FERREIRA, será para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Comarca no período indicado, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FELIPE BUZANELO FERREIRA	Juiz Substituto da 36ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Laranjeiras do Sul	07/07/2025	11/07/2025	05

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038809

PORTARIA Nº 10124/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162566, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora LIDIANE RAFAELA ARAUJO MARTINS, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se de suas funções jurisdicionais, para participar do curso de "DIREITO ELEITORAL 4.0: TECNOLOGIA, ÉTICA E DEMOCRACIA", no dia 27 de junho de 2025, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciário e sem prejuízo das funções.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040082

PORTARIA Nº 10125/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162316, resolve

D E S I G N A R

a Doutora TAIS DE PAULA SCHEER, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no período de 30 de Junho a 02 de Julho de 2025 para atender os feitos urgentes do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Casa da Mulher Brasileira do Foro Central da mesma Comarca, em razão do afastamento do Juiz de Direito Titular, bem como da respectiva Juíza de Direito Substituta designada.

Curitiba, 26 de Junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039667

PORTARIA Nº 10126/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161841, resolve

R E V O G A R

a partir de 26 de Junho de 2025, a Portaria nº 8401/2025 - DM, que designou o Doutor MÁRCIO CARNEIRO DE MESQUITA JUNIOR, Juiz Substituto da 24ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Castro, para a Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da mesma Comarca.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039631

PORTARIA Nº 10127/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161735, resolve

D E S I G N A R

a Doutora MARIA ROSELI GUIESSMANN, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, junto à 17ª Câmara Cível, para atender ao Cargo Vago do Desembargador HAMILTON MUSSI CORRÊA no período de 25 a 27/06/2025, em razão do afastamento da respectiva Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau designada, Doutora ELIZABETH DE FATIMA NOGUEIRA CALMON DE PASSOS.

Curitiba, 26 de Junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039603

PORTARIA Nº 10128/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162702, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora DANIELLE MARIE DE FARIAS SERIGATI VARASQUIM, Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cornélio Procópio, licença para tratamento de saúde no dia 26 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FELIPE COIMBRA BICALHO	Juiz Substituto da 26ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	26/06/2025	26/06/2025	01

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040094

PORTARIA Nº 10129/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161747, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 5285/2025 - DM, que designou o Doutor MÁRCIO CARNEIRO DE MESQUITA JUNIOR, Juiz Substituto da 24ª Seção Judiciária da Comarca de Castro, para substituir a Doutora VIVIANE CRISTINA DIETRICH, Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da mesma Comarca, a fim de que nele passe a constar o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes, da referida Vara, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MÁRCIO CARNEIRO DE MESQUITA JUNIOR	Juiz Substituto da 24ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	07/07/2025	11/07/2025	05

I I - T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 8451/2025 - SM, que retificou o item "II" da supracitada Portaria.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039999

PORTARIA Nº 10130/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO o art. 36, §3º do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0043988-24.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor JOSÉ ORLANDO CERQUEIRA BREMER, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, para atuar nos autos nº 0000158-42.2016.8.16.0109, da 2ª Câmara Cível, na qualidade de Relator, tendo em vista o acervo oriundo do gabinete do Desembargador BELCHIOR SOARES DA SILVA.

Curitiba, 26/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040157

PORTARIA Nº 10131/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161994, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora NOELI SALETE TAVARES REBACK, Juíza de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Ponta Grossa, a usufruir seis (06) dias de férias alusivos ao 1º período de 2025, assegurado pelo Procedimento Administrativo nº 2025.00161999, a partir do dia 12 de julho de 2025, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013 - OE.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir do dia 14 de julho de 2025, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os quatro (04) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040044

PORTARIA Nº 10132/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162024, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora CARMEN LUCIA RODRIGUES RAMAJO, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões e Acidentes do Trabalho do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, a afastar-se de suas funções jurisdicionais, para participar do curso de "Atualização do Código Civil - Direito dos Contratos", no dia 04 de julho de 2025, em Maringá/PR, sem ônus para o Poder Judiciário, com a sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040087

PORTARIA Nº 10133/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162219, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor LEONARDO DELFINO CESAR, Juiz de Direito Substituto da 5ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do Curso de Aperfeiçoamento

para Magistrados e Magistradas "A Política Antimanicomial do Poder Judiciário", a partir de 26 de junho de 2025, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040112

PORTARIA Nº 10134/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162218, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor ALBERTO LUIS MARQUES DOS SANTOS, Juiz de Direito do 3º Juizado Especial Cível e Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, a usufruir sete (07) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 22/12/2014 a 21/12/2019, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 8937/2025 - SM, a partir do dia 03 de julho de 2025, com a sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 04 de julho do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os seis (06) dias restantes em época oportuna.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040097

PORTARIA Nº 10135/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162204, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor HENRIQUE KURSCHEIDT, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do "1º Curso de Preceptores", a partir de 25 de junho de 2025, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040092

PORTARIA Nº 10136/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162148, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora AMANDA SILVEIRA DE MEDEIROS, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Cruzeiro do Oeste, licença para tratamento de saúde em pessoa da família no dia 25 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso II, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ALTAIR RODRIGUES LOPES FILHO	Juiz Substituto da 27ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	25/06/2025	25/06/2025	01

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040138

PORTARIA Nº 10137/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162130, resolve

C O N C E D E R

à Doutora ADRIANA CARRILHO DANNA PERSIANI, Juíza de Direito do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, licença para tratamento de saúde no dia 25 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040080

PORTARIA Nº 10138/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162249, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor LEONARDO MARCELO MOUNIC LAGO, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados e Magistradas "A Política Antimanicomial do Poder Judiciário", a partir de 26 de junho de 2025, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciário, com a sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040127

PORTARIA Nº 10139/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162222, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor ALBERTO LUIS MARQUES DOS SANTOS, Juiz de Direito do 3º Juizado Especial Cível e Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, a usufruir sessenta (60) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 22/12/2019 a 21/12/2024, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2025.00157589, a partir do dia 07 de julho de 2025, com a sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

II - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 11 de julho do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os cinquenta e seis (56) dias restantes em época oportuna.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040116

PORTARIA Nº 10144/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162276, resolve

C O N C E D E R

à Doutora ELAINE CRISTINA SIROTI, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal do Foro Regional de Sarandi da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, afastamento no dia 01 de agosto de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE, com a sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040142

PORTARIA Nº 10145/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Desembargadora JOECI MACHADO CAMARGO, Coordenadora do Programa Justiça no Bairro; e,

CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 44446-41.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

a Doutora VANESSA APARECIDA PELHE GIMENEZ, Juíza de Direito do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Cornélio Procópio, para atuar junto ao evento do Programa Justiça no Bairro na Comarca de Cornélio Procópio na data de 27/06/2025, sem prejuízo de suas funções.

Curitiba, 26/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040249

PORTARIA Nº 10146/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162358, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor CARLOS GREGORIO BEZERRA GUERRA, Juiz de Direito Substituto da 43ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Pato Branco, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 21 de julho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040145

PORTARIA Nº 10147/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162448, resolve

C O N C E D E R

à Doutora THALITA REGINA FUNGHETTO, Juíza de Direito Substituta da 2ª Seção Judiciária da Comarca de Cascavel, afastamento no dia 03 de julho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040165

PORTARIA Nº 10148/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162455, resolve

C O N C E D E R

à Doutora THALITA REGINA FUNGHETTO, Juíza de Direito Substituta da 2ª Seção Judiciária da Comarca de Cascavel, afastamento no dia 12 de novembro de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040168

PORTARIA Nº 10149/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162457, resolve

C O N C E D E R

à Doutora THALITA REGINA FUNGHETTO, Juíza de Direito Substituta da 2ª Seção Judiciária da Comarca de Cascavel, afastamento no dia 19 de novembro de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040174

PORTARIA Nº 10150/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162468, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora URSULA BOENG, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de São Miguel do Iguaçu, dois (02) dias de afastamento, a partir de 01 de outubro de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CESAR AUGUSTO LOYOLA DA SILVA	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira	01/10/2025	02/10/2025	02

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040177

PORTARIA Nº 10151/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162473, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora URSULA BOENG, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de São Miguel do Iguaçu, dois (02) dias de afastamento, a partir de 29 de setembro de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CESAR AUGUSTO LOYOLA DA SILVA	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira	29/09/2025	30/09/2025	02

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040189

PORTARIA Nº 10152/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00163033, resolve

D E S I G N A R

para atenderem em substituição, no periodo indicado, a Vara da Infância e da Juventude e Adoção do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em razão do afastamento do Juiz de Direito Titular, bem como da respectiva Juíza de Direito Substituta designada:
a) Doutora VIVIAN CRISTIANE EISENBERG DE ALMEIDA SOBREIRO, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no dia 27 de junho de 2025; e,
b) Doutora CAROLINA MARCELA FRANCIOSI BITTENCOURT, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no período de 30 de junho de 2025 à 02 de julho de 2025.

Curitiba, 26 de Junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040100

PORTARIA Nº 10153/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162588, resolve

C O N C E D E R

à Doutora RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Arapongas, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 14 de julho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE, com a sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040206

PORTARIA Nº 10154/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162275, resolve

C O N C E D E R

à Doutora ELAINE CRISTINA SIROTI, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal do Foro Regional de Sarandi da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 14 de julho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE, com a sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040135

PORTARIA Nº 10156/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162793, resolve

C O N C E D E R

à Doutora MARIA TERESA THOMAZ, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, afastamento no dia 30 de junho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040263

PORTARIA Nº 10157/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162425, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora URSULA BOENG, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de São Miguel do Iguaçu, três (03) dias de afastamento, a partir de 29 de outubro de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

II - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ITAMAR MAZZO SCHMITZ	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira	29/10/2025	31/10/2025	03

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040158

PORTARIA Nº 10159/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162629, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador MIGUEL KFOURI NETO, membro da 1ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, para ministrar palestra no "Simpósio sobre Responsabilidade Civil", a partir de 04 de setembro de 2025, em Londrina/PR, com ônus para o Poder Judiciário.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
SERGIO LUIZ PATITUCCI	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	04/09/2025	05/09/2025	02

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039949

PORTARIA Nº 10160/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162440, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN, membro da 5ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, afastamento no dia 30 de junho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ANDERSON RICARDO FOGAÇA	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	30/06/2025	30/06/2025	01

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039656

PORTARIA Nº 10161/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162323, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador ALEXANDRE BARBOSA FABIANI, membro da 9ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, cinco (05) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2024, a partir de 04 de agosto de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GUILHERME FREDERICO HERNANDES DENZ	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	04/08/2025	08/08/2025	05

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039889

PORTARIA Nº 10162/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162242, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador JOSÉ MAURICIO PINTO DE ALMEIDA, membro da 2ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2017, no dia 10 de julho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ANGELA REGINA RAMINA DE LUCCA	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	10/07/2025	10/07/2025	01

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039879

PORTARIA Nº 10163/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00162046, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora FLAVIA DA COSTA VIANA, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do "XXV Congresso Brasileiro de Magistrados", a partir de 02 de outubro de 2025, em Foz do Iguaçu/PR, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039926

PORTARIA Nº 10164/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161928, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador OCTAVIO CAMPOS FISCHER, membro da 3ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a usufruir treze (13) dias restantes de férias alusivos ao 2º período de 2025, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 10050/2025-SM, a partir do dia 30 de junho de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, as supracitadas férias, a partir de 04 de julho do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir nove (09) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizado, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, considerando a notória elevação do número de processos distribuídos e em trâmite perante os Órgãos Julgadores deste Tribunal de Justiça aliado à difícil tarefa de nomeação/designação de magistrados em número suficiente para dar atendimento a tal demanda, considero não ser possível a continuidade da fruição do seu direito de férias, ante a absoluta necessidade de retorno à função judicante. Esta decisão visa a ideal prestação jurisdicional e preza por uma distribuição de carga de trabalho justa e aceitável a todos os colegas.

I I I - D E S I G N A R

os magistrados abaixo nominados para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutores	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) CÉSAR GHIZONI	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	30/06/2025	02/07/2025	03
b) RICARDO AUGUSTO REIS DE MACEDO	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	03/07/2025	03/07/2025	01

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040053

PORTARIA Nº 10165/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161734, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 7439/2025-DM, que designou a Doutora ELIZABETH DE FATIMA NOGUEIRA CALMON DE PASSOS, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, para substituir ao Desembargador FRANCISCO CARLOS JORGE, membro da 17ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a fim de que nele passe a constar a designação dos magistrados abaixo nominados para substituí-lo, e não como ali figurou:

Doutoras e Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) ELIZABETH DE FATIMA NOGUEIRA CALMON DE PASSOS	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	23/06/2025	24/06/2025	02
b) JOSÉ ORLANDO CERQUEIRA BREMER	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	25/06/2025	25/06/2025	01
c) VANIA MARIA DA SILVA KRAMER	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	26/06/2025	27/06/2025	02

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038798

PORTARIA Nº 10166/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00161685, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora SANDRA REGINA BITTENCOURT SIMÕES, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, a usufruir vinte (20) dias de férias alusivos ao 2º período de 2025, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2025.00027405, a partir do dia 07 de outubro de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir do dia 10 de outubro de 2025, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os dezessete (17) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, considerando a notória elevação do número de processos distribuídos e em trâmite perante os Órgãos Julgadores deste Tribunal de Justiça, aliado à difícil tarefa de nomeação/designação de magistrados em número suficiente para dar atendimento a tal demanda, considero não ser possível a continuidade da fruição do seu direito de férias, outrora concedido, ante a absoluta necessidade de retorno à função judicante. Esta decisão visa à ideal prestação jurisdicional e preza por uma distribuição de carga de trabalho justa e aceitável a todos os colegas.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039897

PORTARIA Nº 10168/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Desembargadora JOECI MACHADO CAMARGO, Coordenadora do Programa Justiça no Bairro;
CONSIDERANDO o artigo 11, inciso XXII, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 45210-27.2025.8.16.6000, resolve:

A U T O R I Z A R

a) a Doutora ISABELE PAPAFANURAKIS FERREIRA NORONHA, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a celebrar o casamento civil coletivo, por meio do Programa Justiça no Bairro, dos nubentes constantes no link abaixo, cujas habilitações tramitam no CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE CORNÉLIO PROCÓPIO, no dia 28 de junho de 2025, no Município de Cornélio Procópio; e,
b) o supramencionado Cartório a participar tanto na preparação do processo de habilitação, quanto na celebração do referido casamento coletivo.

Curitiba, 27/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040401

PORTARIA Nº 10170/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Desembargadora JOECI MACHADO CAMARGO, Coordenadora do Programa Justiça no Bairro;
CONSIDERANDO o artigo 11, inciso XXII, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 45210-27.2025.8.16.6000, resolve:

A U T O R I Z A R

a) a Doutora ISABELE PAPAFANURAKIS FERREIRA NORONHA, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a celebrar o casamento civil coletivo, por meio do Programa Justiça no Bairro, dos nubentes constantes no link abaixo, cujas habilitações tramitam no CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE SANTA MARIANA, no dia 28 de junho de 2025, no Município de Cornélio Procópio; e,
b) o supramencionado Cartório a participar tanto na preparação do processo de habilitação, quanto na celebração do referido casamento coletivo.

Curitiba, 27/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040410

PORTARIA Nº 10179/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Desembargadora JOECI MACHADO CAMARGO, Coordenadora do Programa Justiça no Bairro;
CONSIDERANDO o artigo 11, inciso XXII, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 45210-27.2025.8.16.6000, resolve:

A U T O R I Z A R

a) a Doutora ISABELE PAPAFANURAKIS FERREIRA NORONHA, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a celebrar o casamento civil coletivo, por meio do Programa Justiça no Bairro, dos nubentes constantes no link abaixo, cujas habilitações tramitam no CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE URAÍ, no dia 28 de junho de 2025, no Município de Cornélio Procópio; e,
b) o supramencionado Cartório a participar tanto na preparação do processo de habilitação, quanto na celebração do referido casamento coletivo.

Curitiba, 27/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040414

PORTARIA Nº 10181/2025 - S.M.

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Judiciário nº 55/2025-D.M.;
CONSIDERANDO o disposto no § 1º do artigo 5º da Resolução nº 01/2017-CSJEs;
CONSIDERANDO o informado pela Delegacia Móvel de Atendimento ao Futebol e Eventos - DEMAFE; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0045090-81.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

para atuarem no dia 28 de junho de 2025 (sábado), no Plantão do Juizado ao Espectador - Esportes e Grandes Eventos, durante o jogo pelo Campeonato Brasileiro - Série B, entre Clube Athletico Paranaense e Coritiba Foot Ball Club, na Arena da Baixada, nesta Capital:
1) Doutora FRANCIELE CIT, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;
2) Servidor VITOR SOFFREDI DE CAMPOS VEIGA, Analista Judiciário (matrícula 14642);
3) Servidora ANDRESSA WOLFF CORDEIRO, Técnica Judiciária (matrícula 51339); e,
4) Servidor EDGAR SOUZA DA SILVA, Auxiliar Judiciário III (matrícula 13183).

Curitiba, 27/06/2025.

Des. Dalla Vecchia
2.º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040422

PORTARIA Nº 10182/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Desembargadora JOECI MACHADO CAMARGO, Coordenadora do Programa Justiça no Bairro;
CONSIDERANDO o artigo 11, inciso XXII, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 45210-27.2025.8.16.6000, resolve:

A U T O R I Z A R

a) a Doutora ISABELE PAPAFANURAKIS FERREIRA NORONHA, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a celebrar o casamento civil coletivo, por meio do Programa Justiça no Bairro, dos nubentes constantes no link abaixo, cujas habilitações tramitam no SERVIÇO DISTRITAL DE LEÓPOLIS, no dia 28 de junho de 2025, no Município de Cornélio Procópio; e,
b) o supramencionado Cartório a participar tanto na preparação do processo de habilitação, quanto na celebração do referido casamento coletivo.

Curitiba, 27/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040423

PORTARIA Nº 10183/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Desembargadora JOECI MACHADO CAMARGO, Coordenadora do Programa Justiça no Bairro;
CONSIDERANDO o artigo 11, inciso XXII, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 45210-27.2025.8.16.6000, resolve:

A U T O R I Z A R

a) a Doutora ISABELE PAPAFANURAKIS FERREIRA NORONHA, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a celebrar o casamento civil coletivo, por meio do Programa Justiça no Bairro, dos nubentes constantes no link abaixo, cujas habilitações tramitam no SERVIÇO DISTRITAL DE QUINZÓPOLIS, no dia 28 de junho de 2025, no Município de Cornélio Procópio; e,
b) o supramencionado Cartório a participar tanto na preparação do processo de habilitação, quanto na celebração do referido casamento coletivo.

Curitiba, 27/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040428

PORTARIA Nº 10188/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Desembargadora JOECI MACHADO CAMARGO, Coordenadora do Programa Justiça no Bairro;
CONSIDERANDO o artigo 11, inciso XXII, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 45168-75.2025.8.16.6000, resolve:

A U T O R I Z A R

a) a Desembargadora JOECI MACHADO CAMARGO, a celebrar o casamento civil coletivo, por meio do Programa Justiça no Bairro, dos nubentes constantes no link abaixo, cujas habilitações tramitam no CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, no dia 27 de junho de 2025, no Município de São Jerônimo da Serra; e,
b) o supramencionado Cartório a participar tanto na preparação do processo de habilitação, quanto na celebração do referido casamento coletivo.

Curitiba, 27/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040432

PORTARIA Nº 10194/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Desembargadora JOECI MACHADO CAMARGO, Coordenadora do Programa Justiça no Bairro;
CONSIDERANDO o artigo 11, inciso XXII, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 45168-75.2025.8.16.6000, resolve:

A U T O R I Z A R

a) a Desembargadora JOECI MACHADO CAMARGO, a celebrar o casamento civil coletivo, por meio do Programa Justiça no Bairro, dos nubentes constantes no link abaixo, cujas habilitações tramitam no SERVIÇO DISTRITAL SÃO JOÃO DO PINHAL, no dia 27 de junho de 2025, no Município de São Jerônimo da Serra; e,
b) o supramencionado Cartório a participar tanto na preparação do processo de habilitação, quanto na celebração do referido casamento coletivo.

Curitiba, 27/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040454

Processos do Órgão Especial

Processos do Conselho da Magistratura

Departamento de Engenharia e Arquitetura

Departamento de Gestão de Precatórios

Departamento de Gestão de Recursos Humanos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL N° 2819/2025
SEI!TJPR N° 0034979-38.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de retificação de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
No Edital de Abertura passa a constar, e não como constou, o seguinte item:
4.3.1. As inscrições serão prorrogadas e ficarão disponíveis por mais 7 (sete) dias na página do processo seletivo, de 19/06/2025 a 05/07/2025.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE PONTAL DO PARANÁ

EDITAL N° 2788/2025
SEI!TJPR N° 0044289-68.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 3º (terceiro) ao 8º (oitavo) semestre no ato da admissão.
1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 5 (cinco) melhores classificados.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais;
2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3.O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).
3.4.O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 10 (dez) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 10 (dez) questões objetivas avaliadas em 0,6 (zero vírgula seis) ponto cada e 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 2 (dois) pontos cada.
5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 03h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 5 (cinco) melhores classificados.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, será utilizado critério de desempate (data de nascimento).
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 5 (cinco) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.

10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.
11. DA DESCLASSIFICAÇÃO
11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Direito Penal.
Direito Processual Penal.
Lei Maria da Penha.
Lei de Drogas (11.343/06).
Lei do Estatuto do Desarmamento (10.826/03).
Código de Trânsito Brasileiro.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DO CENTRO DE MEDIDAS SOCIALMENTE UTEIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EDITAL N° 2782/2025
SEI!TJPR N° 0023683-19.2025.8.16.6000

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA prova	Nota entrevista	Média aritmética final	NOTA
1º	3217714-8	KAÍSA ABECHE BITTENCOURT	9,40	9,60	9,50	9,50
2º	3217701-3	HAMÁBILLY MARIA MULLER LUDWIG	8,90	10,00	9,45	9,45
3º	3218321-6	KELLY DE OLIVEIRA BENTO *	6,00	10,00	8,00	8,00
4º	3218714-7	EDUARDA BENTO COSTA	7,50	10,00	8,75	8,75
5º	3217414-3	FERNANDA RIBEIRO ZACARIAS	8,30	9,00	8,65	8,65
6º	3217794-4	ANDRESSA CASSIMIRO FENATO	7,30	10,00	8,75	8,65
7º	3217949-7	LUCAS APARECIDO PEREIRA *	6,00	9,00	7,50	7,50
8º	3217795-9	KAREN MASSAE PRADO TANABE	7,30	10,00	8,65	8,65
9º	3218734-2	ERICA CRISTIANE BARBOZA GONÇALVES SANTOS	8,20	9,00	8,60	8,60
10º	3217747-5	RAFAELA DE OLIVEIRA ROCHA	8,00	9,00	8,50	8,50
11º	3218394-2	DAYLANA LUDIENE TENARELLI DA SILVA	7,00	10,00	8,50	8,50
12º	3218057-8	GABRIELA DE MORAES BONATO TESTA	7,00	10,00	8,50	8,50
13º	3218223-2	NATÁLIA FABRÃO ZARAMELLO	7,00	10,00	8,50	8,50
14º	3218012-0	JULIANO DA SILVA ROSA	7,30	9,00	8,15	8,15
15º	3218053-2	EMANUELLY CAVICHIO GENTILIN	7,90	8,00	7,95	7,95
*reserva item 2.1.1 edital						
	3218026-1	BIANCA CHICHETTI NICOLINI	8,4	AUSENTE	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
	3217976-2	MARIA DO ROSÁRIO DE ANDRADE *	5.50	AUSENTE	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
	3218026-1	BIANCA CHICHETTI NICOLINI	8.40	AUSENTE	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO

Curitiba, 26 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

SECRETARIA DO CRIME DO JUÍZO ÚNICO DE SALTO DO LONTRA

EDITAL N° 2745/2025
SEI!TJPR N° 0041877-67.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando a partir do 1º (primeiro) semestre no ato da admissão.

1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.

1.3. O processo seletivo terá validade de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3.O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

3.4.O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 10 (dez) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 10 (dez) questões objetivas avaliadas em 1 (um) ponto cada.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 02h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.

6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, será utilizado critério de desempate (data de nascimento).

6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.

6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.

7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Direito Penal:
I Código Penal (Decreto - lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940):
1 Parte Geral:
a) Da aplicação da lei penal (arts. 1º a 12);
b) Do crime (arts . 13 a 25);

c) Da imputabilidade penal (arts. 26 a 28);
d) Do concurso de pessoas (arts. 29 a 31);
e) Das penas (arts. 32 a 95);
f) Das medidas de segurança (arts. 96 a 99);
g) Da ação penal (arts. 100 a 106);
h) Da extinção da punibilidade (arts. 107 a 120).
Direito Processual Penal:
I Do processo penal em geral. Princípios e fontes do processo penal;
II Código de Processo Penal (Decreto - lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1.941):
a) Disposições preliminares (arts. 1º a 3º);
b) Do inquérito policial (arts. 4º a 23);
c) Da ação penal (arts. 24 a 62);
d) Da competência (arts. 69 a 91);
e) Da prova (arts. 155 a 250);
f) Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça (arts. 251 a 281);
g) Da prisão e da liberdade provisória (arts. 282 a 350);
h) Das citações e intimações (arts. 351 a 372);
l) Da sentença (381 a 393);
m) Dos processos em espécie (arts. 394 a 497 e 513 a 555);
Direito Civil:
1. Fatos jurídicos. Negócios Jurídicos. Forma do negócio jurídico. Condição, termo e encargo. Representação;
2. Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo;
3. Invalidade do Negócio Jurídico. Nulidade. Simulação. Efeitos da nulidade e da anulabilidade;
4. Ato lícito e ato ilícito. Abuso de direito. Prescrição e decadência;
5. Obrigações. Obrigações de dar, fazer e não fazer. Obrigações alternativas. Obrigações divisíveis e indivisíveis;
Obrigações Solidárias;
6. Pagamento. Condições subjetivas e objetivas. Prova, lugar e tempo do pagamento;
7. Pagamentos especiais. Pagamento por consignação e com sub - rogação. Imputação em pagamento. Dação em pagamento;
8. Extinção da obrigação sem pagamento: novação, compensação, transação, confusão, compromisso e remissão;
9. Inadimplemento das obrigações. Mora . Perdas e danos. Juros legais e cláusula penal;
10. Arras. Transferência de obrigações: cessão de crédito, assunção de dívida, cessão de contrato;
11. Contratos. Vícios redibitórios. Evicção. Extinção dos contratos;
12. Responsabilidade civil. Requisitos. Responsabilidade por fato de outrem. Responsabilidade sem culpa.
Direito Processual Civil:
1.Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Garantias constitucionais do processo. Institutos e normas fundamentais do processo civil. Direito Processual Constitucional;
2.Funções essenciais à Justiça. Magistratura. Advocacia Pública e Privada. Assistência judiciária. Ministério Público. Órgãos auxiliares da justiça;
3.A ação. Conceito e natureza. Condições da ação. Elementos da ação. Ação e tutela jurisdicional. Cumulação da ação. Classificação da tutela jurisdicional. Processo. Conceito e natureza. Espécies. Pressupostos processuais. Procedimento;
4. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Regime de invalidades processuais. Preclusões. Comunicação dos atos processuais. Atos processuais eletrônicos;
5.Partes e terceiros no processo civil. Conceitos. Litisconsórcio, assistência e modalidades de intervenção de terceiros. Amicus curiae;
6. Petição inicial. Requisitos. Juízo de Admissibilidade. Defesa do réu. Contestação, exceções, reconvenção, impugnação ao valor da causa. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência preliminar.
7. Sentença. Conteúdo. Defeitos das sentenças. Coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Relativização da coisa julgada. Julgamento liminar de improcedência.
8. Execução. Características. Classificações. Pressupostos. Título executivo: espécies e requisitos. Liquidação.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA 5ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EDITAL N° 2798/2025
SEI!TJPR N° 0045615-63.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 5º (quinto) ao 7º (sétimo) semestre no ato da admissão.
1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 10 (dez) melhores classificados.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais;
2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3.O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).
3.4.O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 5 (cinco) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 12 (doze) questões objetivas avaliadas em 0,5 (zero virgula cinco) ponto cada e 3 (três) questões discursivas, sendo 2 (duas) avaliadas em 1 (um) ponto cada e 1 (uma) avaliada em 2 (dois) pontos.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 04h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 10 (dez) melhores classificados.

6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.

6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.

6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 10 (dez) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.

7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;

8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;

8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;

8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;

8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;

8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.

9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.

9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.

9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.

9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.

9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.

9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.

9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.

9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.

9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.

9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:

9.7.1. documento de Registro Geral (RG);

9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;

9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;

9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;

9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.

10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive,

por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.
11. DA DESCLASSIFICAÇÃO
11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário;
2. Direito Civil: a) Código Civil de 2002: Parte Geral; Direito das Obrigações - Das Modalidades de Obrigações, Da Transmissão das Obrigações, Do Adimplemento e da Extinção das Obrigações, Do Inadimplemento das Obrigações, dos Contratos em Geral, Títulos de Crédito e Responsabilidade Civil (da Obrigação de Indenizar e da Indenização); Direito das Coisas (Posse, dos Direitos Reais, da Propriedade); b) Lei de Locações (Lei n.º 8.245/1991); c) Enunciados de Súmulas e Jurisprudência;
3. Direito Empresarial: a) Empresa e empresário; b) Microempresa, microempreendor individual e empresa de pequeno porte (Lei Complementar n.° 123/2006 e suas alterações; Títulos de crédito - classificação e institutos cambiários (saque, endosso, aceite, aval) e Títulos de crédito em espécie - letra de câmbio, nota promissória, duplicata, cheque, cédula de produto rural, cédulas de crédito comercial, industrial, rural e bancário;
4. Direito Processual Civil: a) Código de Processo Civil Das Normas Processuais (Normas Fundamentais do Processo Civil; Boa-fé Objetiva); Da Competência Interna; Dos Sujeitos do Processo; Da Tutela Provisória; Do Procedimento Comum; Das Providências Preliminares e do Saneamento; Das Provas; Da Sentença e da Coisa Julgada; Da liquidação da Sentença; Do Cumprimento da Sentença; Da Ação Monitória; Do Processo de Execução (Da Execução em Geral); Da Execução por Quantia Certa; Dos Embargos à Execução; Da Suspensão e da Extinção do Processo de Execução; b) Enunciados de Súmulas e Jurisprudência;
5. Direito do Consumidor: a) Código de Defesa do Consumidor Das Disposições Gerais (Conceitos de Consumidor, Fornecedor, Produto e Serviço); Dos Direitos Básicos do Consumidor; Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos; Da Desconsideração da Personalidade Jurídica; Da Proteção Contratual; b) Enunciados de Súmulas e Jurisprudência.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SUPERVISÃO DO CENTRO DE APOIO ÀS TURMAS RECURSAIS E ÀS TURMAS DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO GABINETE DO 2º VICE-PRESIDENTE

EDITAL N° 2786/2025
SEI!TJPR N° 0044826-64.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de pós-graduação em Direito.
1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 10 (dez) melhores classificados.
1.3. O processo seletivo terá validade de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).
2. DA RESERVA DE VAGAS
2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais;
2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
3. DO ESTÁGIO
3.1. O estudante de nível superior de pós-graduação terá carga horária de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3.O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de pós-graduação será de R$ 3.198,21 (três mil cento e noventa e oito reais e vinte e um centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
3.6. Em casos excepcionais de licença à funcionária gestante, o Tribunal de Justiça poderá celebrar termo de compromisso cuja vigência será de 180 (cento e oitenta) dias não prorrogáveis.
4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 7 (sete) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
5. DAS PROVAS
5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 30 (trinta) questões objetivas avaliadas em 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto cada e 1 (uma) questão discursiva avaliada em 2,5 (dois vírgula cinco) pontos.
5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.
5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 03h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).
6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 10 (dez) melhores classificados.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.
7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 10 (dez) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.
8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO
8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6.diploma do curso superior (frente e verso) ou Certificado de conclusão do curso acompanhado do histórico escolar;
8.1.7. licenciamento do Órgão de Classe ou pedido protocolizado na OAB (formados em direito);
8.1.8. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.9. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.10 a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.11. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.
9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO
9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.

9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.1.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Língua Portuguesa: Interpretação de texto: compreensão, sentidos, inferência, discurso, contexto; Domínio da norma culta da língua portuguesa.
Informática: Conceitos básicos e fundamentais sobre processamento de dados. Componentes funcionais (hardware e software) de computadores. Periféricos e dispositivos de entrada, saída e armazenamento de dados. Funções dos principais softwares aplicativos: editores de texto, planilhas eletrônicas, navegadores e correio eletrônico. Conceitos básicos de Internet e Intranet.
Direito: Noções de Direito Constitucional (Princípios Fundamentais da Constituição e Direitos e Garantias Fundamentais) e Noções de Direito Administrativo; LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências; Lei 12.153/09 - Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; RESOLUÇÃO N. 466, DE 14 DE OUTUBRO DE 2024 - CSJEs (Regimento Interno das Turmas Recursais e da da Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazenda Pública do Estado do Paraná).
Produção textual: Resumo (máximo de 10 linhas).

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DE MALLET

EDITAL N° 2800/2025
SEI!TJPR N° 0033019-47.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 02/07/2025
HORÁRIO: 13h00min
LOCAL: Fórum da Comarca de Mallet
ENDEREÇO: Rua Tiradentes - Sul, nº 337 - SE, Centro, Mallet-PR, CEP 84.570-000

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA	RESERVA
3242805-2	LÍVIA ROGULSKI	9,00	N
3243781-6	PATRÍCIA JOSIELI MIERZEJWSKI	8,00	N

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DE RIBEIRÃO CLARO

EDITAL N° 2801/2025
SEI!TJPR N° 0035782-21.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 07/07/2025
HORÁRIO: 13h00min
LOCAL: Fórum de Ribeirão Claro
ENDEREÇO: Rua Romualdo Chiarotti, nº 430

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA	RESERVA
3247538-6	HÉLLEN RODRIGUES FERREIRA	9,30	N
3246498-8	ANA LUIZA LOBO PINTO	6,50	N
3245256-3	MARIA EDUARDA REBELATTO SANTANA	6,50	N
3245279-5	MARIA EDUARDA ALVES DA SILVA	6,30	N

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA 7ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EDITAL N° 2806/2025
SEI!TJPR N° 0035107-58.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 04/07/2025
HORÁRIO: Confrome descrito na tabela
LOCAL: sala de audiências do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - Sala de Audiências da 7ª Vara Cível de Maringá
ENDEREÇO: Av. Pedro Taques, 294, Edifício Atrium, Torre Norte, 1º andar

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA	RESERVA	HORÁRIO
3246018-5	VITOR ALEXANDRE SCRAMIM DE FREITAS	9,00	N	14h00min
3244328-6	FERNANDO CALDINE DE CAMPOS JUNIOR	8,50	N	14h15min
3244540-4	LAURA ACOSTA IDA	8,00	N	14h30min
3244378-5	GABRIEL KIKUTI SHIMIZU	7,00	N	14h45min
3244647-4	NICOLY PESTANA RIBEIRO	7,00	N	15h00min
3244162-3	TALITA SATIN SANTANA LOPES	7,00	N	15h15min
3247795-3	MAYCON MILANI DE MATTOS	6,00	N	15h30min
3244104-6	MARIA EDUARDA DA COSTA RAMALHO	6,00	N	15h45min
3247929-5	MARIA HELENA GALINDO KATO	6,00	N	16h00min
3244834-5	EMANUELA CAMPOS TRENTO	6,00	N	16h15min

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.
As candidatas e candidatos deverão trazer curriculum vitae impresso para realização da entrevista.

Curitiba, 27 de junho 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DO CRIME DO JUÍZO ÚNICO DE GRANDES RIOS

EDITAL N° 2780/2025
SEI!TJPR N° 0032044-25.2025.8.16.6000

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA

1º	3237777-6	BEATRIZ GUELERE BATISTA	7.00

Curitiba, 26 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DO FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 2809/2025
SEI!TJPR N° 0035933-84.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 02/07/2025
HORÁRIO: das 14h00min às 17h00min
LOCAL:Fórum do Foro Regional de Almirante Tamandaré
ENDEREÇO: Rua João Batista de Siqueira, nº 282, Vila Raquel, Almirante Tamandaré-PR, CEP 83.501-610

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3244147-6	CAMILA SENGER NETTO
3250345-7	CLAUDINEIA DO PERPETUO SOCORRO CADENA
3249366-5	GABRIELA PERASSOL DOS SANTOS
3248869-8	GIOVANNA TAINÁ DA SILVA
3246194-9	NATÁLIA VITÓRIA SOUZA SANTOS
3244145-3	NICOLE NUNES GONÇALVES

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL PUC-CAJURU DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 2779/2025
SEI!TJPR N° 0024279-03.2025.8.16.6000

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA
1º	3230423-5	ANNA LIZ HORCEL	8.00

Curitiba, 26 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA UNIFICADA DA 1ª E 2ª VARAS DESCENTRALIZADAS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

EDITAL N° 2814/2025
SEI!TJPR N° 0038890-58.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 04/07/2025
HORÁRIO: das 13h30min às 14h30min
LOCAL:Fórum Descentralizado da Cidade Industrial de Curitiba (CIC)
ENDEREÇO: Rua Lodovico Kaminski, nº 2.525, Cidade Industrial, Curitiba-PR, CEP 81.260-232

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3253941-2	BERNARDO BINDER VICENZI
3254058-2	CAMILE APARECIDA CORDEIRO
3254175-8	CAMILLE LUIZA PEDROZO
3254622-1	DAVI MARANGONI LIEBL
3254616-2	EMILLY DULCE SCHETZ ALVES
3253872-3	KALLED IBRAHIM KANSOU
3253772-8	LEONARDO ANDRADE LIMA
3253541-9	MARIA EDUARDA GODOI DE SOUZA
3253829-8	NICOLE BEDENE LEMOS DE JESUS
3253607-0	RHAYANA ROSA DA SILVA
3253525-3	VINICIUS DA CRUZ CARVALHO
3253995-6	WELLINGTON HENRIQIUE DE SOUZA

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

EDITAL N° 2777/2025
SEI!TJPR N° 0032894-79.2025.8.16.6000

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	RESERVA

3239397-0	JENNIFER QUEVEDO DOS SANTOS	8.50	N
3240156-0	ISABELLY FRITSCH	8.25	N
3238253-3	FERNANDO SOARES LACERDA	8.00	N

Curitiba, 26 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE Edital de Ensalamento - SEI!TJPR nº 0035943-31.2025.8.16.6000
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
DIVISÃO DE ATENDIMENTO DA COORDENADORIA DE QUALIDADE E RELACIONAMENTO COM O USUÁRIO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EDITAL N° 2815/2025
SEI!TJPR N° 0035943-31.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 08/07/2025
HORÁRIO: das 14h00min às 16h00min
LOCAL: Escola Judicial do Paraná (EJUD)
ENDEREÇO: Rua Álvaro Ramos, nº 150, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.530-190

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3250128-0	AMANDA VIANNA AUERSVALD
3250547-8	DEBORAH CRISTINA FRANA
3252047-0	DÉBORAH FRANÇA
3252024-9	EDUARDO NAOHARU ARMSTRONG TAMOGAMI
3253633-2	EDUARDO NEIVERTH AUGUSTO
3249951-4	GUILHERME CUNHA MULLER
3251726-0	GUILHERME HENRIQUE VARCHAKI
3251540-4	ISABELLA CHRISTINE FIRMO BERGAMO
3250080-8	JOÃO VICTOR MORCELLI DA COSTA
3251353-0	KALEU YUNES DE LIMA MOHAMMAD
3252274-0	LARISSA BECKER ANDERS
3253048-2	LUCAS MORO NOGOSEKI
3252255-4	MARLON LUIZ SOKULSKI
3252328-1	MATHEUS DE MAURO MACHADO
3250021-3	MILLENA FURTADO CARVALHO
3252184-9	NANDIELLY CRISTINE DE BARROS MESQUITA
3251435-3	PEDRO GABRIEL PEREIRA DA SILVA
3253128-7	PRICILA KREPEKI
3250247-6	SÉRGIO HENRIQUE DA CUNHA CALAZANS
3250158-9	THOMAS ISHIAI SATO
3250037-6	VITOR DE CARVALHO TAKIGUCHI
3250400-6	VITOR GABRIEL BRANCO
3252020-8	WHITNEY RAFAELE DA SILVA ROSA DE MORAES

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
NÚCLEO REGIONAL DE LONDRINA DA DIVISÃO DE NÚCLEOS REGIONAIS DE INFORMÁTICA DA COORDENADORIA DE QUALIDADE E RELACIONAMENTO COM O USUÁRIO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EDITAL N° 2808/2025
SEI!TJPR N° 0021068-56.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 08/07/2025
HORÁRIO: Conforme consta na tabela
LOCAL: Núcleo Regional de Informática de Londrina, no Fórum Civel da Comarca
ENDEREÇO: Avenida Duque de Caxias, 689.

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA	RESERVA	HORÁRIO
3235194-2	PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS	8,33	2.1.1	14h00min
3243249-0	ANDRÉ DE SOUZA MILANI	8,00	N	14h20min
3243319-6	RAFAEL EIJI HOKAMA UTIYAMA	7,67	N	14h40min
3245032-5	ALEXANDRE RIKI KOBAYASHI	7,33	N	15h00min

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
DIVISÃO DE ESTÁGIO, RESIDÊNCIA E VOLUNTARIADO DA COORDENADORIA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL N° 2823/2025
SEI!TJPR N° 0041320-80.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de retificação de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
No Edital de Abertura passa a constar, e não como constou, o seguinte item:
4.3.1. As inscrições serão prorrogadas e ficarão disponíveis por mais 7 (sete) dias na página do processo seletivo, de 19/06/2025 a 05/07/2025.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações

Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
DIVISÃO DE ESTÁGIO, RESIDÊNCIA E VOLUNTARIADO
DA COORDENADORIA DE CADASTRO DE PESSOAL E
COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL N° 2822/2025
SEI!TJPR N° 0041319-95.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de retificação de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
No Edital de Abertura passa a constar, e não como constou, o seguinte item:
4.3.1. As inscrições serão prorrogadas e ficarão disponíveis por mais 7 (sete) dias na página do processo seletivo, de 19/06/2025 a 05/07/2025.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL N° 2821/2025
SEI!TJPR N° 0034888-45.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de retificação de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
No Edital de Abertura passa a constar, e não como constou, o seguinte item:
4.3.1. As inscrições serão prorrogadas e ficarão disponíveis por mais 7 (sete) dias na página do processo seletivo, de 19/06/2025 a 05/07/2025.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL N° 2820/2025
SEI!TJPR N° 0034981-08.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de retificação de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
No Edital de Abertura passa a constar, e não como constou, o seguinte item:
4.3.1. As inscrições serão prorrogadas e ficarão disponíveis por mais 7 (sete) dias na página do processo seletivo, de 19/06/2025 a 05/07/2025.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
UNIDADE DE CEJUSC DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO
DE CONFLITOS E CIDADANIA DE BELA VISTA DO PARAÍSO

EDITAL N° 2816/2025
SEI!TJPR N° UNIDADE DE CEJUSC DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE BELA VISTA DO PARAÍSO

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 07/07/2025
HORÁRIO: das 14h00min às 17h00min
LOCAL:Fórum da Comarca de Bela Vista do Paraíso
ENDEREÇO: Rua Brasílio de Araújo, nº 893, Parque Residencial Doutor Alvim Werner, Bela Vista do Paraíso-PR, CEP 86.130-000

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3253747-9	ALICE VERÍSSIMO AZEVEDO
3254413-8	BRENDA YARA CHAVES MUNIZ
3253742-2	HENRY NAKASATO WILEZELEK
3253710-6	JOÃO PEDRO MILANEZ MOREIRA
3253749-8	JOÃO VITOR SOUZA DE OLIVEIRA
3248479-0	LEONARDO MASSARENTI RODRIGUES
3253932-9	VICTÓRIA CAROLINA RIBEIRO STEFANE

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO DESEMBARGADOR ESPEDITO REIS DO AMARAL

EDITAL N° 2796/2025
SEI!TJPR N° 0045529-92.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando a partir do 6º (sexto) semestre no ato da admissão.

1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.

1.3. O processo seletivo terá validade de 3 (três) meses, prorrogável por igual período, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais;

2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3.O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

3.4.O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 5 (cinco) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 10 (dez) questões objetivas avaliadas em 0,5 (zero vírgula cinco) ponto cada e 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 03h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.

6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.

6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.

7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
1. Direito Processual Civil (CPC; Ação; condição da ação; princípios; pressupostos processuais; sujeitos processuais; capacidade processual e postulatória; despesas processuais, honorários advocatícios e multas; gratuidade da justiça; atos processuais; prazos; processo de conhecimento; execução; apelação; agravo de instrumento; embargos de declaração);
2. Direito Constitucional (Princípios sobre direito tributário, competência para tributar e artigo 5º);

3. Direito Tributário (Noções básicas sobre: Competência; princípios tributários; conceitos gerais sobre obrigação e crédito tributário; prescrição e decadência; prescrição intercorrente, bem como dispositivos do CTN relacionados) e Lei nº 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL N° 2818/2025
SEI!TJPR N° 0034975-98.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de retificação de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
No Edital de Abertura passa a constar, e não como constou, o seguinte item:
4.3.1. As inscrições serão prorrogadas e ficarão disponíveis por mais 7 (sete) dias na página do processo seletivo, de 19/06/2025 a 05/07/2025.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9050/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00152818, originado em razão do protocolizado sob nº 0022572-97.2025.8.16.6000, resolve

I - R E L O T A R

o servidor ALAN BENEDITO PROENCA, matrícula nº 8987, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, na Secretaria da Direção do Fórum da Comarca de São Jerônimo da Serra, revogando sua lotação na Secretaria do Cível, do Crime e do Distribuidor do Juízo Único da Comarca de São Jerônimo da Serra.

I I - D E S I G N A R

o servidor ALAN BENEDITO PROENCA, matrícula nº 8987, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício das atividades concernentes com as funções de Oficial de Justiça, a fim de que cumpra mandados de forma equânime junto a todas as unidades vinculadas à Central de Mandados da Direção do Fórum da Comarca de São Jerônimo da Serra, atribuindo-lhe a indenização correspondente, nos termos do inciso I do § 2º do artigo 8º da Lei nº 16.023/2008, observado o efetivo exercício.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9973/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025- P-SEP, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0027281-93.2016.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

o servidor FERNANDO DE MELO MACIEL, matrícula nº 50159, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para a avaliação do imóvel que abriga as dependências das Varas de Família, Infância e Juventude do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, situado na Rua da Glória, nº 290, Centro Cívico, nesta Capital. Se possível, solicita-se que o avaliador apresente valores mínimo, médio e máximo para a locação em questão.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10143/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 252/2025, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00163440, originado em razão do protocolizado sob nº 0043734-51.2025.8.16.6000, resolve

R E L O T A R

a servidora CRISTIANE DE MELLO NOGUEIRA CORRÊA, matrícula nº 51667, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, no Gabinete do Juízo da 1ª Vara Descentralizada da Cidade Industrial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, revogando sua lotação na Secretaria Unificada da 1ª e 2ª Varas Descentralizadas da Cidade Industrial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9865/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00161821, originado em razão do protocolizado sob nº 0177790-55.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

WILLIAN DAVIDSON DOI, matrícula nº 51929, ocupante do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Assaí, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9825/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00161771, originado em razão do protocolizado sob nº 0004652-13.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

CAMILA KIENEN BRUNO BURIM, matrícula nº 50475, ocupante do cargo de Analista Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 2ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9813/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00161721, originado em razão do protocolizado sob nº 0004146-37.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

CAROLINA PIRES SUAKI SCHOEN, matrícula nº 14105, ocupante do cargo de Analista Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 3ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Umuarama, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015, observado o contido no artigo 17 da Lei nº 17.250/2012.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9807/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00161647, originado em razão do protocolizado sob nº 0177194-71.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

NELSON FRANCISCO VIEIRA JUNIOR, matrícula nº 51080, ocupante do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Matelândia, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9808/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00161704, originado em razão do protocolizado sob nº 0093481-72.2022.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

LUCIA EMIKO AMAMIA FUJIHARA, matrícula nº 51202, ocupante do cargo de Analista Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Umuarama, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10105/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162593, originado em razão do protocolizado sob nº 0044896-81.2025.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização do servidor MARCIO MARCUSSO DA SILVA, matrícula nº 21120, ocupante do cargo em comissão de Assistente III de Juiz de Direito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho Integral, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10104/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162287, originado em razão do protocolizado sob nº 0044115-59.2025.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

as servidoras e o servidor abaixo listados, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PRAZO (dias)	EFEITO	MODALIDADE
17102	LARIANNE THAIS DE MORAES DELGADO	Assistente III de Juiz	365	Publicação	Integral
21082	LEON FERNANDES GOMES GODOI	Assistente II de Juiz de Direito	365	Publicação	Integral
19635	LETÍCIA LEMES GONÇALVES	Assistente III de Juiz de Direito	365	Publicação	Integral

Curitiba, 26 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10103/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162273, originado em razão do protocolizado sob nº 0006682-21.2025.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

o servidor THIAGO MURILO SCHUERSOVSKI, matrícula nº 19383, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10102/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162616, originado em razão do protocolizado sob nº 0014878-14.2024.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização da servidora EMANUELA ABREU STREMEL, matrícula nº 257334, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10100/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162233, originado em razão do protocolizado sob nº 0043879-15.2022.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora BRUNA SCHELLIN SANTANA, matrícula nº 14582, ocupante do cargo em comissão de Assistente III de Juiz de Direito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10097/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162196, originado em razão do protocolizado sob nº 0039516-82.2022.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora LETÍCIA SPOSITO MAGALHÃES, matrícula nº 14094, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10089/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162345, originado em razão do protocolizado sob nº 0031738-61.2022.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora LORENA BORBA SANTOS BUCCIO, matrícula nº 19247, ocupante do cargo em comissão de Assistente III de Juiz do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10088/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162221, originado em razão do protocolizado sob nº 0046688-80.2019.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização da servidora MAURINA ALEIXO BASTOS TOSAWA, matrícula nº 52344, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho Integral, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10054/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162736, originado em razão do protocolizado sob nº 0045518-63.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

TATIANA RICORDI MARQUES, matrícula nº 52397, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria da 10ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, durante o afastamento, por férias, da titular VANIA PEREIRA PRESTES KLEIN, no período de 14 de julho de 2025 a 18 de julho de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023, observado o efetivo exercício.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9940/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00161966, originado em razão do protocolizado sob nº 0039662-21.2025.8.16.6000, resolve

E X O N E R A R

DANIELE GARCIA KORNIEVICZ, matrícula nº 19940, a seu pedido, do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz de Direito, símbolo 4-C, do Gabinete do Juízo da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Arapongas, a partir de 30 de junho de 2025, com fundamento no artigo 51, inciso II, da Lei nº 16.024/2008.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10123/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00163354, originado em razão do protocolizado sob nº 0045038-85.2025.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

ALINE BALHES CORREA, matrícula nº 265716, do cargo de provimento em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, símbolo 1-C, do Gabinete do Juízo da 17ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a partir de 30 de junho de 2025, com fundamento no artigo 51, inciso I, da Lei nº 16.024/2008;

I I - R E L O T A R

o servidor JEAN CARLO SIQUEIRA KASPRZAK, matrícula nº 17668, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, símbolo 1-C, no Gabinete do Juízo da 17ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, revogando sua lotação no Gabinete do Juízo da 2ª Vara Cível do Foro Central da mesma Comarca, a partir de 30 de junho de 2025.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 10142/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00163441, originado em razão do protocolizado sob nº 0118378-33.2023.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

FÁBIO DE OLIVEIRA HENN, matrícula nº 51169, ocupante do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete da Juíza de Direito da Turma Recursal Melissa de Azevedo Olivas, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10011/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162492, originado em razão do protocolizado sob nº 0041959-98.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

PAULO HENRIQUE RODRIGUES, matrícula nº 286032, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Goioerê, durante o afastamento, por licença para tratamento de saúde, da titular ANNA CAROLINA BINI CUNHA SCARPARI, no dia 24 de junho de 2025, atribuindo-

lhe as gratificações correspondentes, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei n° 21.811/2023, observado o efetivo exercício, convalidando-se os atos eventualmente praticados na referida data.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10010/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162487, originado em razão do protocolizado sob nº 0045137-55.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

LUANNA RHAINY SANTOS RIOS NAKAOKA, matrícula nº 282494, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria da Secretaria da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, símbolo 5-C, durante o afastamento, por compensação do plantão judiciário, do titular EMANUEL RAMON BAGGIO, no período de 21 de julho de 2025 a 25 de julho de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023, observado o efetivo exercício.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9936/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00161935, originado em razão do protocolizado sob nº 0044141-57.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

CEZAR IANCZKOVSKI, matrícula nº 52693, ocupante do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Castro, durante o afastamento, por compensação de serviço eleitoral e compensação do plantão no recesso forense, do titular DANIEL MARTINS GOMES, no período de 7 de julho de 2025 a 9 de julho de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023, observado o efetivo exercício.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10023/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162677, originado em razão do protocolizado sob nº 0080909-50.2023.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

DANIEL FERREIRA DE FREITAS, matrícula nº 51668, ocupante do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9985/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162478, originado em razão do protocolizado sob nº 0000955-81.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

ALESSANDRA SAYURI TERAO, matrícula nº 50109, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo Único da Comarca de Carlópolis, atribuindo-lhe as gratificações correspondente, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10121/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00163361, originado em razão do protocolizado sob nº 0044588-45.2025.8.16.6000, resolve

N O M E A R

RENATA COSTA FERNANDES VILANI, matrícula nº 21090, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz de Direito, símbolo 4-C, do Gabinete do Juízo da 17ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10101/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00163173, originado em razão do protocolizado sob nº 0045423-33.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

FERNANDA BITENCOURT BALAS, matrícula nº 51824, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo Único da Comarca de Salto do Lontra, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9939/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00161949, originado em razão do protocolizado sob nº 0042601-71.2025.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

PEDRO HENRIQUE BASSO MENANI, matrícula nº 287076, do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz de Direito, símbolo 4-C, do Gabinete do Juízo da 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a partir de 23 de junho de 2025, com fundamento no artigo 51, inciso I, da Lei nº 16.024/2008;

I I - N O M E A R

STÉFANY QUEIROZ OLIVEIRA, matrícula nº 281427, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz de Direito, símbolo 4-C, do Gabinete do Juízo da 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10022/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162661, originado em razão do protocolizado sob nº 0044415-21.2025.8.16.6000, resolve

N O M E A R

TASSIA CRISTHINA AZEREDO, matrícula nº 15980, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz de Direito, símbolo 4-C, do Gabinete do Juízo da 2ª Vara de Sucessões do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

EMÍLIA NAKAHARA
Coordenadora de Gestão de Pessoal
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 10106/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00162579, originado em razão do protocolizado sob nº 0045325-48.2025.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização do servidor HENRIQUE DA SILVA DE PROENÇA, matrícula nº 19168, ocupante do cargo em comissão de Assistente III de Juiz de Direito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho Integral, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1009/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00160908, resolve

C O N C E D E R

LICENÇA ESPECIAL às servidoras e aos servidores abaixo relacionados, a ser usufruída a partir das datas e em número de dias a seguir discriminados:
a) CLÁUDIA SABATOSKI, matrícula nº 8020, 90 (noventa) dias alusivos ao período aquisitivo de 11/12/2015 a 10/12/2020, a partir de 30/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00154780;
b) DANIELLE CAVALCA GARCIA FRANCESCHI, matrícula nº 10952, 90 (noventa) dias alusivos ao período aquisitivo de 10/02/2014 a 09/02/2019, a partir de 28/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158203;
c) GUILHERME DE GEUS, matrícula nº 14677, 90 (noventa) dias alusivos ao período aquisitivo de 03/11/2019 a 02/11/2024, a partir de 24/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156329;
d) JEFFERSON AMARO BORBA, matrícula nº 14925, 90 (noventa) dias alusivos ao período aquisitivo de 31/05/2020 a 30/05/2025, a partir de 07/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159320;
e) JOÃO CARDOSO NETO, matrícula nº 14712, 90 (noventa) dias alusivos ao período aquisitivo de 04/01/2020 a 03/01/2025, a partir de 07/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159643;
f) RONALDO SOUZA, matrícula nº 12992, 90 (noventa) dias alusivos ao período aquisitivo de 09/06/2016 a 08/06/2021, a partir de 14/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157577;
g) SIDNEI CORREA DA SILVA, matrícula nº 51816, 90 (noventa) dias alusivos ao período aquisitivo de 28/01/2018 a 27/01/2023, a partir de 15/09/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156444.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039281

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1012/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00160980, resolve

C A S S A R

a) a Licença Especial anteriormente deferida pela Ordem de Serviço nº 946/2025 - SGP-CCPC, à servidora DANIELLE TREIN ROMANELLI, matrícula nº 14780, por necessidade do serviço, mantendo 90 (noventa) dias a serem usufruídos oportunamente.

b) a Licença Especial anteriormente deferida pela Ordem de Serviço nº 882/2025 - SGP-CCPC, à servidora DILEUSA DANELLI SARTORI, matrícula nº 11247, por necessidade do serviço, mantendo 90 (noventa) dias a serem usufruídos oportunamente.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039295

ORDEM DE SERVIÇO Nº 969/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159026, originado em razão do protocolizado sob nº 0043950-12.2025.8.16.6000, resolve

C O N C E D E R

ao servidor FELIPE MEIRA SCHIER, matrícula nº 14879, ocupante do cargo de Contador e Avaliador dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, licença paternidade, por 5 (cinco) dias, a partir de 14/06/2025, bem como 15 (quinze) dias em prorrogação, no período de 19/06/2025 a 03/07/2025, com fulcro no artigo 122 da Lei Estadual nº 16.024/2008 e no art. 18 do Decreto Judiciário nº 858/2018.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 968/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00158898, originado em razão do protocolizado sob nº 0043875-70.2025.8.16.6000, resolve

C O N C E D E R

a) à servidora ANA PAULA ASSO FERRO COLUCCI, matrícula nº 18704, ocupante do cargo de Assistente II de Juiz de Direito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, 180 (cento e oitenta) dias de Licença à Gestante, no período de 11/06/2025 a 07/12/2025, com fulcro no art. 119 da Lei Estadual nº 16.024/2008 e no art. 14 do Decreto Judiciário nº 858/2018;
b) à servidora JESSICA ARAUJO ALMEIDA DE JESUS, matrícula nº 18023, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, 180 (cento e oitenta) dias de Licença à Gestante, no período de 20/05/2025 a 15/11/2025, com fulcro no art. 119 da Lei Estadual nº 16.024/2008 e no art. 14 do Decreto Judiciário nº 858/2018;
c) à servidora JESSICA POVIDAIKO MIRANDA SIQUEIRA, matrícula nº 20424, ocupante do cargo de Assistente III de Juiz de Direito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, 180 (cento e oitenta) dias de Licença à Gestante, no período de 12/06/2025 a 08/12/2025, com fulcro no art. 119 da Lei Estadual nº 16.024/2008 e no art. 14 do Decreto Judiciário nº 858/2018.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1003/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Portaria n° 3308/2021 - SEC, e tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0023316-92.2025.8.16.6000, resolve

R E T I F I C A R

a) a Ordem de Serviço nº 829/1994, a fim de que conste o seguinte texto:
(...)
"MANDAR CONTAR
em favor de WILSON VIEIRA, Agente de Serviços Gerais, nível 10, do Quadro Transitório de Pessoal de Secretaria do Tribunal de Justiça, para todos os efeitos legais, o tempo de 01 (um) ano, 08 (oito) meses e 21 (vinte e um) dias, correspondente ao período compreendido entre 10/04/1991 a 31/12/1992, por serviços prestados ao Poder Judiciário, de acordo com o artigo 129, inciso I, a Lei n.º 6174/70 e para fins previdenciários com efeitos para aposentadoria, o tempo ficto (contagem especial) de 248 (duzentos e quarenta e oito) dias, em atendimento a decisão judicial nos autos do processo nº 5003111-35.2022.4.04.7000."

b) a Ordem de Serviço nº 243/2011, a fim de que conste o seguinte texto:
(...)
"MANDAR CONTAR
em favor de WILSON VIEIRA, servidor deste Tribunal de Justiça, para efeitos de aposentadoria, o tempo de contribuição de seis 6 (seis) anos e 8 (oito) meses, em que prestou serviços à iniciativa privada, sob o regime geral da Previdência Social, referente aos períodos 01/03/1980 a 21/06/1981, 01/11/1981 a 27/03/1982, 01/07/1982 a 17/07/1982, 01/09/1982 a 13/10/1986 e de 05/01/1987 a 15/10/1987, conforme o disposto no artigo 201, § 9º, da Constituição Federal e e para fins previdenciários com efeitos para aposentadoria, o tempo ficto (contagem especial) de 58 (cinquenta e oito) dias, em atendimento a decisão judicial nos autos do processo nº 5003111-35.2022.4.04.7000."

Curitiba, 24 de junho de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 996/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, e tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0043106-62.2025.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

por 8 (oito) dias, a licença paternidade concedida pela Ordem de Serviço nº 961/2025 - SGP, ao servidor MARCELO AUGUSTO CLARO, matrícula nº 19552, a partir da data do seu regular término, ou seja, 28/06/2025, com fulcro no artigo 121-A, §3º, da Lei Estadual nº 16.024/2008, artigo 6º, caput e parágrafo único, c/c artigo 2º, da Resolução nº 220/2019-OE e Decisão nº 4213947- STJPR-GS.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1000/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 3308/2021 - SEC, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00152942, originado em razão do protocolizado sob nº 0038522-49.2025.8.16.6000, resolve

M A N D A R C O N T A R

em favor do servidor PEDRO SOARES GONÇALVES FILHO, matrícula 50854, ocupante do cargo de Consultor Jurídico do Poder Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a partir de 29/05/2025, o tempo de 1 (um) ano, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de serviços/contribuições prestados à Justiça Federal do Paraná, correspondente ao período de 28/07/2014 a 20/07/2016, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, com fundamento no art. 201, §9°-A da Constituição Federal c/c art. 35, §12 da Constituição do Estado do Paraná.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1002/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Portaria n° 3308/2021 - SEC, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00144208, originado em razão do protocolizado sob nº 0038036-64.2025.8.16.6000, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a pedido da servidora VANESSA SCHON MAXIMILIANO TEDESCO, matrícula nº 19372, Técnica Judiciária, a Ordem de Serviço nº 180/2019 - SEC, que concedeu, para efeitos de APOSENTADORIA, a contagem de tempo de 19 (dezenove) anos, 7 (sete) meses e 20 (vinte) dias, em que prestou serviços/contribuições à iniciativa privada, correspondentes aos períodos de 07/10/1996 a 13/02/1997; 17/09/1997 a 30/09/2016, 01/10/2016 a 15/12/2016 e de 04/04/2018 a 16/04/2018.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1013/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00161001, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a Ordem de Serviço nº 884/2025-SGP-CCPC, na parte que se refere à servidora ROSINEIDE CALUZ DA SILVA, matrícula nº 50623, referente à suspensão de licença especial, tendo em vista que a mesma foi usufruída integralmente.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039298

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1010/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00160916, resolve

A U T O R I Z A R

as servidoras e os servidores abaixo relacionados a usufruírem os dias restantes de licença especial, a partir das datas e em número de dias a seguir discriminados:
a) ADRIANA CRISTINA FONTES BAY, matrícula nº 13173, 5 (cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 06/08/2012 a 05/08/2017, a partir de 14/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00154541;
b) ADRIANA LUISA STABEN MACHUCA DE TOLEDO, matrícula nº 52460, 46 (quarenta e seis) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 25/06/2019 a 24/06/2024, a partir de 24/09/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159723;
c) ALCILENI KAZEQUER DE SOUZA, matrícula nº 51886, 21 (vinte e um) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2023, a partir de 23/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155539;
d) ANDRE DE SOUZA VIEIRA, matrícula nº 13003, 34 (trinta e quatro) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 14/06/2011 a 13/06/2016, a partir de 09/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156005;
e) ANDRÉ LUÍS JANUÁRIO, matrícula nº 50103, 2 (dois) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 25/10/2010 a 24/10/2015, a partir de 26/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156055;
f) ANTONIO RODRIGO FELICIO SANTIAGO, matrícula nº 52455, 8 (oito) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 13/06/2014 a 12/06/2019, a partir de 07/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155367;
g) BEATRIZ MARIA FAUATE BESCOROVAIN, matrícula nº 10341, 29 (vinte e nove) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 29/08/2011 a 28/08/2016, a partir de 23/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157903;
h) BRUNO DE MELO SAMBATI, matrícula nº 14948, 4 (quatro) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 01/07/2015 a 30/06/2020, a partir de 08/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159876;
i) CAROLINA MOTTIN DIAS BATISTA WUICIK, matrícula nº 12585, 3 (três) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 13/03/2014 a 12/03/2019, a partir de 09/09/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158944;
j) CHIRLEI ROTTA, matrícula nº 7764, 54 (cinquenta e quatro) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 25/03/2006 a 24/03/2011, a partir de 08/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159138;
k) CRISTIANE MARIA LEMOS PRESTES KONIECZNIAK, matrícula nº 52732, 3 (três) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 01/08/2014 a 31/07/2019, a partir de 25/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155309;
l) DANIEL TILLE GAERTNER, matrícula nº 51871, 61 (sessenta e um) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 08/02/2018 a 07/02/2023, a partir de 23/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160630;
m) DANIELA VILAS-BOAS BARROSO, matrícula nº 6860, 26 (vinte e seis) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 14/05/1997 a 13/05/2002, a partir de 23/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160765;
n) DENISE ANTUNES FERREIRA, matrícula nº 4279, 45 (quarenta e cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 11/05/2011 a 10/05/2016, a partir de 24/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159090;
o) DIVINA MARIA DA SILVA, matrícula nº 8887, 28 (vinte e oito) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 24/01/2016 a 23/01/2021, a partir de 24/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159817;
p) ELIABE FERREIRA NUNES, matrícula nº 50601, 48 (quarenta e oito) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 05/01/2011 a 04/01/2016, a partir de 09/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00127548;
q) GENESIO BORUCH, matrícula nº 13780, 53 (cinquenta e três) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 07/10/2018 a 06/10/2023, a partir de 08/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160736;
r) GIOVANNA DE ARAUJO MOLTENI FARIS, matrícula nº 50285, 5 (cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 26/11/2010 a 25/11/2015, a partir de 21/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156418;
s) GISELE FERREIRA SODRÉ ANTUNES, matrícula nº 14556, 2 (dois) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 08/05/2014 a 07/05/2019, a partir de 14/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156722;
t) GUILHERME CORREA VIRTUOSO, matrícula nº 19638, 16 (dezesseis) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 24/09/2018 a 23/09/2023, a partir de 23/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00154794;
u) GUSTAVO PARIZOTTO MORAES, matrícula nº 19607, 75 (setenta e cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 04/09/2018 a 03/09/2023, a partir de 03/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158453;
v) HELENA HIDEKO MIZUTA, matrícula nº 9305, 1 (um) dia restante alusivo ao período aquisitivo de 15/12/2010 a 14/12/2015, a partir de 13/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155500;

w) HELENA RODRIGUES, matrícula nº 52093, 14 (quatorze) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 30/09/2019 a 29/09/2024, a partir de 16/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156388;
x) IVELISE DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA CUBAS, matrícula nº 11062, 51 (cinquenta e um) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 20/10/2019 a 19/10/2024, a partir de 21/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00152534;
y) JACKSON LUIZ DUARTE, matrícula nº 52499, 32 (trinta e dois) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 27/06/2019 a 26/06/2024, a partir de 18/08/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157364;
z) JULIANE BUENO DA SILVA, matrícula nº 51511, 5 (cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 24/03/2015 a 23/03/2020, a partir de 23/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157774;
aa) JUNIA FLAVIA AZEVEDO SAMPAIO, matrícula nº 52137, 69 (sessenta e nove) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 29/11/2018 a 28/11/2023, a partir de 21/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157510;
ab) LEILANE DE SOUZA OLIVEIRA, matrícula nº 50019, 15 (quinze) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 13/09/2010 a 12/09/2015, a partir de 21/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00154270;
ac) LETÍCIA DO NASCIMENTO E SILVA, matrícula nº 50958, 1 (um) dia restante alusivo ao período aquisitivo de 24/10/2016 a 23/10/2021, a partir de 16/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159005;
ad) LIA ESTER DA SILVA CORRÊA, matrícula nº 18080, 60 (sessenta) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 28/01/2020 a 27/01/2025, a partir de 14/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159925;
ae) LIGIA MULLER MARTINS, matrícula nº 13853, 84 (oitenta e quatro) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 17/07/2018 a 16/07/2023, a partir de 30/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159338;
af) LINCOLN ADELAR FERREIRA, matrícula nº 51750, 2 (dois) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 07/12/2017 a 06/12/2022, a partir de 16/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155977;
ag) LUCAS FERNANDO DE MORAES OLIVEIRA, matrícula nº 14823, 14 (quatorze) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 10/02/2015 a 09/02/2020, a partir de 09/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158847;
ah) LUCI RICHTER, matrícula nº 8468, 41 (quarenta e um) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 17/05/2016 a 16/05/2021, a partir de 30/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00153104;
ai) LUCIELLY SELLA CLARO DE OLIVEIRA FONSECA, matrícula nº 9103, 3 (três) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 12/01/2015 a 11/01/2020, a partir de 16/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155917;
aj) LUIZA CARTAXO FERNANDES LUIZ, matrícula nº 15208, 13 (treze) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 08/11/2015 a 07/11/2020, a partir de 07/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155215;
ak) MARCEL RODRIGUES DE QUADROS, matrícula nº 10887, 4 (quatro) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 10/02/2014 a 09/02/2019, a partir de 28/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156828;
al) MARIA ROSANA DE SOUZA BOMBONATTO, matrícula nº 14730, 60 (sessenta) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 07/01/2020 a 06/01/2025, a partir de 04/08/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155895;
am) MARIANA GARCIA NICLEVICZ, matrícula nº 50785, 30 (trinta) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2021, a partir de 12/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155384;
an) MARINA CANZIANI ESPÍNDOLA DEL NERO, matrícula nº 12283, 30 (trinta) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 31/05/2012 a 30/05/2017, a partir de 23/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159254;
ao) MARLUS ALBERTO BEDNARCZUK, matrícula nº 51765, 5 (cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 17/12/2017 a 16/12/2022, a partir de 14/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157355;
ap) MICHELINE ROCHA ALVES PEREIRA, matrícula nº 9816, 66 (sessenta e seis) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 17/04/2013 a 16/04/2018, a partir de 07/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158932;
aq) MICHELLE ARIANE DE LIMA SEABRA, matrícula nº 14301, 48 (quarenta e oito) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 10/12/2018 a 09/12/2023, a partir de 14/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156554;
ar) NATALIA SILVEIRA DOS SANTOS, matrícula nº 51728, 5 (cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 05/12/2017 a 04/12/2022, a partir de 07/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159918;
as) NÉLIO LUIS D' AGOSTIN, matrícula nº 50589, 26 (vinte e seis) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 13/01/2016 a 12/01/2021, a partir de 07/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159800;
at) ODILA ANA ANATER, matrícula nº 12879, 47 (quarenta e sete) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 08/03/2016 a 07/03/2021, a partir de 07/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155301;
au) PATRICIA CRISTINA NEVES MOLIN, matrícula nº 12306, 51 (cinquenta e um) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 19/11/2018 a 18/11/2023, a partir de 23/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159161;
av) PEDRO DE PAULA FERREIRA, matrícula nº 14149, 1 (um) dia restante alusivo ao período aquisitivo de 12/02/2007 a 11/02/2012, a partir de 23/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00154790;
aw)RAFAEL ERTHAL LEINIG, matrícula nº 11204, 15 (quinze) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 15/12/2018 a 14/12/2023, a partir de 14/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156701;
ax) RICARDO SARLO KEPPEN, matrícula nº 6769, 1 (um) dia restante alusivo ao período aquisitivo de 08/04/1987 a 07/04/1992, a partir de 18/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158975;
ay) RODRIGO ABBUD CANOVA, matrícula nº 17927, 65 (sessenta e cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 10/11/2019 a 09/11/2024, a partir de 07/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157717;
az) ROSANA MIDORI TODA, matrícula nº 50084, 46 (quarenta e seis) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 22/10/2015 a 21/10/2020, a partir de 10/09/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156469;
ba) ROSE MARY APARECIDA DE FREITAS, matrícula nº 52730, 54 (cinquenta e quatro) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 04/08/2019 a 03/08/2024, a partir de 14/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157565;
bb) SILVANA SOUZA DO AMARAL, matrícula nº 7520, 15 (quinze) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 13/09/1999 a 12/09/2004, a partir de 01/09/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159887;
bc) SILVIA MARGARETE BORGES, matrícula nº 13830, 2 (dois) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 09/07/2008 a 08/07/2013, a partir de 17/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160276;
bd) SILVIANE VITKOSKI, matrícula nº 51721, 34 (trinta e quatro) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 30/11/2017 a 29/11/2022, a partir de 23/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159720;
be) SIMONE APARECIDA ANDRADE KUTIANSKI, matrícula nº 17933, 18 (dezoito) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 30/01/2016 a 29/01/2021, a partir de 03/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159792;
bf) TAYMARA SANTOS, matrícula nº 51471, 22 (vinte e dois) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 16/08/2017 a 15/08/2022, a partir de 23/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160747;
bg) THAISE CRISTINA NOGUEIRA DOS SANTOS, matrícula nº 52281, 23 (vinte e três) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 25/04/2019 a 24/04/2024, a partir de 30/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158672;
bh) THIAGO DARI FERNANDES PAZ, matrícula nº 52029, 14 (quatorze) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 22/08/2018 a 21/08/2023, a partir de 25/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158065;
bi) VANESSA RAFAELA LOBATO, matrícula nº 17985, 30 (trinta) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 24/11/2019 a 23/11/2024, a partir de 07/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160215;
bj) VIRGINIA MARIA BERNARDINO, matrícula nº 52738, 6 (seis) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 01/08/2014 a 31/07/2019, a partir de 12/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00153503;
bk) VIVIAN BERALDO, matrícula nº 52040, 5 (cinco) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 23/09/2018 a 22/09/2023, a partir de 23/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159845;
bl) VLADIMIR FELÍCIO, matrícula nº 52683, 53 (cinquenta e três) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 25/07/2019 a 24/07/2024, a partir de 21/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156298;
bm) WELINGTON ADRIANO GRISANTE, matrícula nº 51373, 31 (trinta e um) dias restantes alusivos ao período aquisitivo de 10/07/2017 a 09/07/2022, a partir de 23/06/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157728;
bn) ÂNGELA PATRÍCIA NESI ALBERGUINI COPETTI, matrícula nº 51384, 1 (um) dia restante alusivo ao período aquisitivo de 26/07/2017 a 25/07/2022, a partir de 11/07/2025, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155771.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039286

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1016/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE

PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00160991, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a) a Ordem de Serviço nº 948/2025-SGP-CCPC, na parte referente ao servidor GUILHERME CORREA VIRTUOSO, matrícula nº 19638, de autorização de 31 (trinta e um) dias de licença especial.

b) a Ordem de Serviço nº 948/2025-SGP-CCPC, na parte referente à servidora IVELISE DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA CUBAS, matrícula nº 11062, de autorização de 81 (oitenta e um) dias de licença especial.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039387

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1011/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00160933, resolve

S U S P E N D E R

por necessidade do serviço, a licença especial das servidoras e dos servidores abaixo relacionados:
a) ANA PAOLA DOS SANTOS, matrícula nº 51306, a partir de 17/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 813/2025, alusiva ao período aquisitivo de 26/06/2017 a 25/06/2022, restando-lhe 23 (vinte e três) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159191;
b) ANA PAULA SANTANA HEY, matrícula nº 52212, a partir de 12/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 813/2025, alusiva ao período aquisitivo de 24/02/2019 a 23/02/2024, restando-lhe 47 (quarenta e sete) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155595;
c) ANDREIA DE ANGELIS SILVA DESTO, matrícula nº 51245, a partir de 17/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 908/2025, alusiva ao período aquisitivo de 05/06/2017 a 04/06/2022, restando-lhe 62 (sessenta e dois) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158770;
d) ANNA PAOLA SOARES QUADROS, matrícula nº 13989, a partir de 16/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 948/2025, alusiva ao período aquisitivo de 24/07/2013 a 23/07/2018, restando-lhe 20 (vinte) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157441;
e) BRIZA FEITOSA MENEZES, matrícula nº 52714, a partir de 12/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 888/2025, alusiva ao período aquisitivo de 04/08/2019 a 03/08/2024, restando-lhe 72 (setenta e dois) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156830;
f) CARLOS LUCIANO DE SOUZA, matrícula nº 52421, a partir de 12/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 948/2025, alusiva ao período aquisitivo de 09/06/2019 a 08/06/2024, restando-lhe 69 (sessenta e nove) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155644;
g) DANIEL CARDOSO RODRIGUES, matrícula nº 19618, a partir de 18/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 838/2025, alusiva ao período aquisitivo de 17/09/2018 a 16/09/2023, restando-lhe 69 (sessenta e nove) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160005;
h) DANIELLE CRISTINA DOMINGUES DA SILVA, matrícula nº 10467, a partir de 18/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 908/2025, alusiva ao período aquisitivo de 05/02/2012 a 04/02/2017, restando-lhe 66 (sessenta e seis) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160776;
i) DIRCEU CARLOS SCHMIDT, matrícula nº 51928, a partir de 12/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 908/2025, alusiva ao período aquisitivo de 15/04/2018 a 14/04/2023, restando-lhe 27 (vinte e sete) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155717;
j) EDMAR ARNALDO LIPPMANN JUNIOR, matrícula nº 50480, a partir de 13/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 838/2025, alusiva ao período aquisitivo de 10/12/2015 a 09/12/2020, restando-lhe 35 (trinta e cinco) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157463;
k) EVELYN PERINI, matrícula nº 51808, a partir de 18/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 943/2025, alusiva ao período aquisitivo de 22/01/2013 a 21/01/2018, restando-lhe 31 (trinta e um) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160033;
l) FABIO ROBERTO GUGEL, matrícula nº 13007, a partir de 18/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 908/2025, alusiva ao período aquisitivo de 14/06/2011 a 13/06/2016, restando-lhe 16 (dezesseis) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159705;
m) GISELA TEIXEIRA DE PAIVA, matrícula nº 9597, a partir de 18/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 849/2025, alusiva ao período aquisitivo de 03/02/2016 a 02/02/2021, restando-lhe 67 (sessenta e sete) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159741;
n) ISABELA BASSARA BORTOLON, matrícula nº 50731, a partir de 12/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 742/2025, alusiva ao período aquisitivo de 14/03/2016 a 13/03/2021, restando-lhe 67 (sessenta e sete) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159321;
o) JOSEAN TAVARES DOS SANTOS, matrícula nº 52526, a partir de 16/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 763/2025, alusiva ao período aquisitivo de 03/07/2014 a 02/07/2019, restando-lhe 9 (nove) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158165;
p) JOSÉ CARLOS BULGARI JUNIOR, matrícula nº 50123, a partir de 13/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 813/2025, alusiva ao período aquisitivo de 27/10/2010 a 26/10/2015, restando-lhe 19 (dezenove) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157409;
q) JUPIRA DA CONCEICAO BOGADO, matrícula nº 14416, a partir de 11/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 948/2025, alusiva ao período aquisitivo de 12/01/2019 a 11/01/2024, restando-lhe 20 (vinte) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00154570;
r) LILIAN GARCIA GONÇALVES, matrícula nº 19526, a partir de 18/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 838/2025, alusiva ao período aquisitivo de 14/06/2017 a 13/06/2022, restando-lhe 48 (quarenta e oito) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160210;
s) LORAINE RIBEIRO BAKAI JOJIMA, matrícula nº 52768, a partir de 12/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 762/2025, alusiva ao período aquisitivo de 25/06/2019 a 24/06/2024, restando-lhe 87 (oitenta e sete) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155355;
t) LUCAS CAINAN BABORA VELOSO, matrícula nº 19541, a partir de 18/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 838/2025, alusiva ao período aquisitivo de 13/08/2018 a 12/08/2023, restando-lhe 75 (setenta e cinco) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159731;
u) LUCIANA FURLAM BARAO MARQUES, matrícula nº 9807, a partir de 16/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 552/2025, alusiva ao período aquisitivo de 17/04/2018 a 16/04/2023, restando-lhe 30 (trinta) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157923;
v) LUCIANO VALÉRIO, matrícula nº 15194, a partir de 13/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 888/2025, alusiva ao período aquisitivo de 14/10/2015 a 13/10/2020, restando-lhe 28 (vinte e oito) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157498;
w) MANOELA PAPP, matrícula nº 52022, a partir de 18/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 948/2025, alusiva ao período aquisitivo de 29/08/2018 a

28/08/2023, restando-lhe 73 (setenta e três) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159728;
x) MARIA REGINA BARROS MENDES GALLASSI, matrícula nº 50500, a partir de 13/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 948/2025, alusiva ao período aquisitivo de 09/12/2015 a 08/12/2020, restando-lhe 11 (onze) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157583;
y) MARIA REGINA MAZARON DE OLIVEIRA, matrícula nº 52197, a partir de 18/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 888/2025, alusiva ao período aquisitivo de 10/02/2019 a 09/02/2024, restando-lhe 8 (oito) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159812;
z) MARINA LUISE DOS SANTOS KROKER, matrícula nº 52672, a partir de 11/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 948/2025, alusiva ao período aquisitivo de 21/07/2014 a 20/07/2019, restando-lhe 73 (setenta e três) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00154688;
aa) MARLOS ELIEL LOSSO, matrícula nº 50797, a partir de 18/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 621/2025, alusiva ao período aquisitivo de 01/06/2011 a 31/05/2016, restando-lhe 4 (quatro) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159680;
ab) MAURÍLIO GOMES CASSILHA, matrícula nº 51736, a partir de 18/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 908/2025, alusiva ao período aquisitivo de 30/11/2017 a 29/11/2022, restando-lhe 20 (vinte) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160517;
ac) MONIQUE COSTA, matrícula nº 12876, a partir de 18/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 813/2025, alusiva ao período aquisitivo de 08/03/2011 a 07/03/2016, restando-lhe 4 (quatro) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159642;
ad) ROBERTO LANGER, matrícula nº 18559, a partir de 18/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 948/2025, alusiva ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2021, restando-lhe 23 (vinte e três) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160361;
ae) ROSEMARI NOVELLETTO COSTA ROSA, matrícula nº 7824, a partir de 23/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 696/2025, alusiva ao período aquisitivo de 12/03/2020 a 11/03/2025, restando-lhe 76 (setenta e seis) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160806;
af) SAULO ROBERTO KOROCOSKI, matrícula nº 51316, a partir de 13/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 948/2025, alusiva ao período aquisitivo de 02/07/2012 a 01/07/2017, restando-lhe 1 (um) dia para ser usufruído em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156525;
ag) SIMONE SAMPAIO RIBEIRO, matrícula nº 18523, a partir de 18/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 838/2025, alusiva ao período aquisitivo de 07/07/2016 a 06/07/2021, restando-lhe 67 (sessenta e sete) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159787;
ah) SONIA MARIA KAVIATKOSKI, matrícula nº 6800, a partir de 10/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 888/2025, alusiva ao período aquisitivo de 21/04/2016 a 20/04/2021, restando-lhe 8 (oito) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156822;
ai) TATIANA RESENDE LOPES, matrícula nº 14973, a partir de 10/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 948/2025, alusiva ao período aquisitivo de 21/07/2015 a 20/07/2020, restando-lhe 10 (dez) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00153628;
aj) VALCIRA DE FATIMA FERRI DA SILVA, matrícula nº 7084, a partir de 10/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 812/2025, alusiva ao período aquisitivo de 04/09/2017 a 03/09/2022, restando-lhe 89 (oitenta e nove) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156417;
ak) WESLEY JOSÉ DE SOUZA, matrícula nº 51960, a partir de 12/06/2025, concedida pela Ordem de Serviço nº 948/2025, alusiva ao período aquisitivo de 20/05/2018 a 19/05/2023, restando-lhe 17 (dezessete) dias para serem usufruídos em época oportuna, conforme Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00155379.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039292

Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.

DESPACHO Nº 1484/2025 - CJ/SETI

PROTOCOLO: 0016548-87.2024.8.16.6000
INTERESSADO: Tribunal de Justiça do Paraná
DESPACHO:
I. Trata-se de procedimento de licitação de solução de TI consistente na subscrição de licenças para equipamentos Cisco Nexus 7710 e Cisco Nexus 7706, com serviço de suporte e garantia na modalidade Solution Support ou superior, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses com possibilidade de prorrogação até o limite legal, e do equipamento Cisco Nexus 5672UP limitado ao fim de vigência em 31/05/2026.
Conforme registrado nos estudos preliminares de STIC 10213177, a renovação dos serviços de suporte e garantia é essencial para a integridade e a eficiência dos ativos tecnológicos, garantindo a continuidade e a qualidade das operações devido à proteção contra falhas inesperadas dos equipamentos, o que minimiza o risco de interrupção nas atividades deste Tribunal, além de permitir suporte técnico contínuo de forma a maximizar o desempenho e a produtividade da infraestrutura de rede.
Ainda, no termo de referência 11804771 constou que a solução de concentrador (switches core) e gerenciamento da rede corporativa, fornecida pelo fabricante Cisco, desempenham um papel fundamental e crítico para o funcionamento de todos os sistemas digitais e eletrônicos do Tribunal, sendo indispensáveis para o tráfego de dados contínuo e eficiente. Assim, a contratação pretendida visa manter esses dispositivos operando de forma ininterrupta, o que contribuirá para a mitigação do risco de inoperância ou falhas prolongadas na rede.
O procedimento passou pelo crivo do Supervisor-Geral de Informática e Comunicação (10529170). Por seu turno, a Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade efetuou a análise 11811874, que foi respondida pela unidade demandante na cota 11821532.
A Assessoria de Pesquisa de Preços da Coordenadoria de Planejamento de Contratações realizou a coleta de preços de mercado, o que foi registrado na informação 11769166 e resultou na tabela 11769157, a qual foi aprovada pela unidade demandante na informação 11773051.
A Consultoria Jurídica da SETI elaborou o parecer?11791475 e verificou a legalidade jurídica do procedimento, sugerindo a adoção da modalidade licitatória pregão eletrônico, menor preço, ressaltando que devem ser observados os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 do empate ficto e regularidade fiscal postergada, não se aplicando os benefícios da licitação exclusiva e a reserva de cota de até 25%.
Por fim, o Secretário de Tecnologia da Informação acolheu os termos do parecer jurídico no despacho 11791846.
II. Preliminarmente, em atendimento ao disposto no art. 16, §1º, inc. I, e §4º, inc. I, da Lei Complementar n° 101/2000, declaro que os recursos financeiros a serem aplicados na contratação a que se refere este procedimento têm adequação orçamentária e financeira, em consonância com a Lei do Plano Plurianual nº 21.861/2023, a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 22.065/2024 e com Lei Orçamentária Anual nº 22.267/2024, conforme se pode aferir da informação 11790396 e das notas de pré-empenhos 11790454 e 11790455.
III. Diante do exposto, considerando a necessidade da contratação registrada no documento de oficialização da demanda 10213177 e nos estudos técnicos preliminares 11702515, acolho o teor do parecer jurídico 11791475 e, com base no art. 6º, inc. XLI, art. 29, "*caput*", da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 290 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, **INSTAURE-SE** a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com julgamento pelo menor preço e modo de disputa aberto, destinado à contratação de "*Solução de TI consistente na subscrição de licenças para equipamentos Cisco Nexus 7710 e Cisco Nexus 7706, com serviço de suporte e garantia na modalidade Solution Support ou superior, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses com possibilidade de prorrogação até o limite legal, e do Cisco Nexus 5672UP limitado ao fim de vigência em 31/05/2026*", conforme especificações definidas no termo de referência 11804771.
IV. Em atendimento ao disposto no art. 27, inc. XXI, da Constituição do Estado do Paraná, **ESTABELEÇO** como preço máximo para a contratação o valor de R $ 1.449.910,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e dez reais), consoante o quadro de preços 11769157 da Divisão de Suporte às Contratações.
V. Considerando que não foi constatada a efetiva participação de três ou mais microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente nos certames anteriores, restam prejudicados os benefícios concernentes às licitações exclusivas e às cotas reservadas de até 25%, aplicando-se os benefícios do empate ficto e regularidade fiscal postergada.
VI. À Divisão de Licitações para o prosseguimento do feito.
VII. Publique-se.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Departamento do Patrimônio

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

TERMO ADITIVO 1/2025 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/2024

Órgão Gerenciador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Licitação: Pregão Eletrônico nº 3/2024
Protocolo nº: 0021404-60.2025.8.16.6000
O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, inscrição no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, neste ato pelo Ilustríssimo Vice-Secretário Geral do Tribunal de Justiça **RAFAEL CURY ZACHARIAS**, e de outro lado a empresa **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.961.467/0001-96, com sede na Rua Caldas da Rainha, nº 1799 - São Francisco - Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 31.255-180 - Fone: (31) 3497-6829 - 3497-6290 - e-mail: multiquadros@yahoo.com.br, neste ato representada pela Sra. Dalmira Olinda Costa Santos, CPF: 260.***.***-91, nos termos da Decisão (11821122), firmam entre si o presente termo aditivo à **Ata de Registro de Preços nº 35/2024**, que tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição e entrega de quadros de aviso para todo o Poder Judiciário do Estado do Paraná, do procedimento licitatório de **Pregão Eletrônico nº 03/2024**, regido pela Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, do Decreto Federal nº 11.462/2023, nas condições que seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO: fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 35/2024 por mais 1 (um) ano, a partir de 23/09/2025, com a renovação dos quantitativos originalmente previstos.
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Ficam mantidas e incorporadas a este termo as demais condições não alteradas pelo presente, contidas na Ata de Registro de Preços nº 35/2024 e no de Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2024.
O presente Termo Aditivo tornar-se-á perfeito e acabado após sua assinatura e publicação.
E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente.

26/6/2025

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário Geral do Tribunal de Justiça
(delegação estabelecida pelos arts. 1º e 2 do Decreto Judiciário nº 252/2025, SEI 11771489)

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

TERMO ADITIVO 1/2025 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2024

Órgão Gerenciador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Licitação: Pregão Eletrônico nº 3/2024
Protocolo nº: 0021404-60.2025.8.16.6000
O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, inscrição no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, neste ato pelo Ilustríssimo Vice-Secretário Geral do Tribunal de Justiça RAFAEL CURY ZACHARIAS, e de outro lado a empresa ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 08.331.877/0001-77, com sede na Avenida Rancho Alegre, 207 - Samambaia - Campo Magro - Paraná - CEP: 83.535-000 - Fone: (41) 3019-7434 - e-mail: advanced@sieg-ad.com.br, neste ato representada pela Sra. Stefany Alberti, CPF: 077.*.***-80, nos termos da Decisão (11821122), firmam entre si o presente termo aditivo à Ata de Registro de Preços nº 37/2024, que tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição e entrega de quadros de aviso para todo o Poder Judiciário do Estado do Paraná, do procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 03/2024, regido pela Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, do Decreto Federal nº 11.462/2023, nas condições que seguem:**
CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO: fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 37/2024 por mais 1 (um) ano, a partir de 23/09/2025, com a renovação dos quantitativos originalmente previstos.
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Ficam mantidas e incorporadas a este termo as demais condições não alteradas pelo presente, contidas na Ata de Registro de Preços nº 37/2024 e no de Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2024.
O presente Termo Aditivo tornar-se-á perfeito e acabado após sua assinatura e publicação.
E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente.

26/6/2025

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário Geral do Tribunal de Justiça
(delegação estabelecida pelos arts. 1º e 2 do Decreto Judiciário nº 252/2025, SEI 11771489)

Departamento Econômico e Financeiro

Departamento Judiciário

Setor de Pautas
Pauta de Julgamento do dia 14/07/2025 13:30
Sessão ordinária - 1ª Câmara Criminal -
Núcleo de Atuação (Lei Maria da Penha)
Relação No. 2025.00064 de Publicação - Projudi

Pauta de Julgamento da sessão ordinária da 1ª Câmara Criminal - Núcleo de Atuação (Lei Maria da Penha) a realizar-se em 14/07/2025 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes. Sessão a ser realizada por videoconferência pela plataforma oficial fornecida pelo Conselho Nacional de Justiça, Cisco Webex Meetings, com acompanhamento pelo canal TJPR - Sessões no YouTube (https://www.youtube.com/channel/UCK-nMIsIrteS6Ol5AZF5RTg/featured)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
Ádamo Roberto Inácio - 85861N-PR	0013	0003372-52.2023.8.16.0026
Alexandre Franco Neves - 105302N-PR	0013	0003372-52.2023.8.16.0026
Amanda Marinho do Rosário Pauly - 118857N-PR	0017	0004556-54.2025.8.16.0129
Ana Caroline Denk de Mello e Silva - 108884N-PR	0014	0000108-66.2022.8.16.0089
Benedito de Paula - 16287N-PR	0003	0005146-20.2023.8.16.0123
Bruno Andrade do Nascimento - 107023N-PR	0013	0003372-52.2023.8.16.0026
Bruno Leonardo Vicente - 116413A-PR	0009	0001185-97.2024.8.16.0103
Bruno Luiz Artigas Martins - 104253N-PR	0006	0000031-49.2023.8.16.0145
Carlos Henrique Cardozo - 101911N-PR	0008	0002011-55.2024.8.16.0061
Cesar Augusto de Mello e Silva - 12799N-PR	0014	0000108-66.2022.8.16.0089
Cesar Augusto de Mello e Silva Junior - 45663N-PR	0014	0000108-66.2022.8.16.0089
Eduardo Alexander Hitz - 55985N-PR	0011	0003201-50.2022.8.16.0117
Evandro Rocha Satiro - 90010N-RS	0010	0007733-60.2023.8.16.0011
Fabiano Vicente Venete Elias - 20794N-PR	0017	0004556-54.2025.8.16.0129
Fernanda de Joedes Gaspari - 83548N-PR	0015	0009278-64.2023.8.16.0174
Flaviano Wolf Giovaneli - 55311N-PR	0018	0004176-31.2024.8.16.0011
Francielli Aline Sachser - 61073N-PR	0011	0003201-50.2022.8.16.0117
Gabriel Wiese Perotti - 103834N-PR	0015	0009278-64.2023.8.16.0174
Gabrielle Kaczalovski Marin - 66510N-PR	0018	0004176-31.2024.8.16.0011
Helio Ideriha Junior - 28683N-PR	0004	0022887-59.2021.8.16.0021
Hendrix Barbosa Lamarques - 106237N-PR	0013	0003372-52.2023.8.16.0026
Jair Aparecido Zanin - 18782N-PR	0002	0000897-16.2023.8.16.0094
Jefferson Augusto de Paula - 36702N-PR	0003	0005146-20.2023.8.16.0123
Jeffrey Chiquini da Costa - 65371N-PR	0013	0003372-52.2023.8.16.0026
João Alberto Rachele - 44672N-PR	0011	0003201-50.2022.8.16.0117
João Roberto da Cruz Carpes - 65573N-PR	0003	0005146-20.2023.8.16.0123
Leandro Mendes - 53535N-PR	0018	0004176-31.2024.8.16.0011
Leandro Souza Rosa - 30474N-PR	0001	0002598-04.2022.8.16.0011
Ligiane Branquinho de Oliveira - 79830N-PR	0008	0002011-55.2024.8.16.0061
Lucas Balena - 85011N-PR	0012	0000214-04.2024.8.16.0139
Lucas Brandão Petengill - 111997N-PR	0016	0051825-88.2025.8.16.0000
Lucas Winter - 110641N-PR	0015	0009278-64.2023.8.16.0174
Luís Roberto de Oliveira Zagonel - 68061N-PR	0018	0004176-31.2024.8.16.0011
Marcelo Petrucci Jacomossi - 99174N-PR	0007	0011437-56.2022.8.16.0160
Marcio Diniz Fancelli - 19973N-PR	0007	0011437-56.2022.8.16.0160
Marcus Vinicius Cubas Baczynski - 84432N-PR	0013	0003372-52.2023.8.16.0026
Martina Luiza Barbosa Krawczyk - 116892N-PR	0010	0007733-60.2023.8.16.0011
Michelle de Carvalho do Amarante - 39558N-PR	0017	0004556-54.2025.8.16.0129
Murilo Henrique Pereira Jorge - 35165N-PR	0018	0004176-31.2024.8.16.0011
Octavio Corrêa Oliveira Schiffter - 103942N-PR	0005	0000386-26.2023.8.16.0059
Peter Jürgen Kelter - 49329N-PR	0007	0011437-56.2022.8.16.0160
Rafael Lima Torres - 39471N-PR	0018	0004176-31.2024.8.16.0011
Renata Aparecida de Souza - 77864N-PR	0011	0003201-50.2022.8.16.0117
Ricardo Turim Veltrini - 70036N-PR	0002	0000897-16.2023.8.16.0094
Ricardo Wypych - 67159N-PR	0006	0000031-49.2023.8.16.0145
Rodrigo Jose Mendes Antunes - 36897N-PR	0016	0051825-88.2025.8.16.0000
Sirlene da Costa Oliveira - 65411N-PR	0011	0003201-50.2022.8.16.0117
Tatiane Honorato Rezende - 112470N-PR	0007	0011437-56.2022.8.16.0160
Thalita Cerci Pepelascov Cardozo - 123411N-PR	0008	0002011-55.2024.8.16.0061
Valdeci Antonio de Almeida - 60374N-PR	0006	0000031-49.2023.8.16.0145

0001 0002598-04.2022.8.16.0011 - Apelação Criminal
Comarca: Curitiba.
Vara: Secretaria Especializada em Movimentações Processuais da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba - 1º Juizado.
Ação Originária: 0002598-04.2022.8.16.0011 - Ação Penal - Procedimento Ordinário.
Apelante: A.M.R.P..
Advogado: Leandro Souza Rosa - 30474N-PR.
Apelado: M.P.d.E.d.P..
Relator: Desembargador Gamaliel Seme Scaff.
Relator Convocado: Maria Fernanda Scheidemantel Nogara Ferreira da Costa.
Revisor: Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira.
Revisor Convocado: Desembargadora Substituta Fernanda Karam de Chueiri Sanches.

0002 0000897-16.2023.8.16.0094 - Apelação Criminal
Comarca: Iporã.
Vara: Vara Criminal de Iporã.
Ação Originária: 0000897-16.2023.8.16.0094 - Ação Penal - Procedimento Ordinário.
Apelante: Sandro Renato Mitrovini da Silva.
Advogado: Ricardo Turim Veltrini - 70036N-PR.
Apelado: Claudia Maria Radiguieri, Ministério Público do Estado do Paraná.
Advogado: Jair Aparecido Zanin - 18782N-PR.
Relator: Desembargador Miguel Kfouri Neto.
Relator Convocado: Desembargadora Substituta Renata Estorilho Baganha.

0003 0005146-20.2023.8.16.0123 - Apelação Criminal
Comarca: Palmas.
Vara: Vara Criminal de Palmas.
Ação Originária: 0005146-20.2023.8.16.0123 - Ação Penal - Procedimento Sumário.
Apelante: F.J..
Advogado: Benedito de Paula - 16287N-PR, Jefferson Augusto de Paula - 36702N-PR, João Roberto da Cruz Carpes - 65573N-PR.
Apelado: M.P.d.E.d.P..
Relator: Desembargador Miguel Kfouri Neto.
Relator Convocado: Desembargadora Substituta Renata Estorilho Baganha.
Revisor: Desembargador Gamaliel Seme Scaff.
Revisor Convocado: Maria Fernanda Scheidemantel Nogara Ferreira da Costa.

0004 0022887-59.2021.8.16.0021 - Apelação Criminal
Comarca: Cascavel.
Vara: 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Cascavel.
Ação Originária: 0022887-59.2021.8.16.0021 - Ação Penal - Procedimento Sumário.
Apelante: E.R.L..
Advogado: Helio Ideriha Junior - 28683N-PR.
Apelado: M.P.d.E.d.P..
Relator: Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira.
Relator Convocado: Desembargadora Substituta Fernanda Karam de Chueiri Sanches.
Revisor: Desembargador Fernando Antonio Prazeres.
Revisor Convocado: Vanessa Jamus Marchi.

0005 0000386-26.2023.8.16.0059 - Apelação Criminal
Comarca: Cândido de Abreu.
Vara: Vara Criminal de Cândido de Abreu.
Ação Originária: 0000386-26.2023.8.16.0059 - Ação Penal - Procedimento Sumário.
Apelante: J.d.S.P..
Advogado: Octavio Corrêa Oliveira Schiffter - 103942N-PR.
Apelado: M.P.d.E.d.P..
Relator: Desembargador Miguel Kfouri Neto.
Relator Convocado: Desembargadora Substituta Renata Estorilho Baganha.

0006 0000031-49.2023.8.16.0145 - Apelação Criminal
Comarca: Ribeirão do Pinhal.
Vara: Vara Criminal de Ribeirão do Pinhal.
Ação Originária: 0000031-49.2023.8.16.0145 - Ação Penal - Procedimento Sumário.
Apelante: J.L..
Advogado: Bruno Luiz Artigas Martins - 104253N-PR, Ricardo Wypych - 67159N-PR, Valdeci Antonio de Almeida - 60374N-PR.
Apelado: M.P.d.E.d.P..
Relator: Desembargador Miguel Kfouri Neto.
Relator Convocado: Desembargadora Substituta Renata Estorilho Baganha.
Revisor: Desembargador Gamaliel Seme Scaff.
Revisor Convocado: Maria Fernanda Scheidemantel Nogara Ferreira da Costa.

0007 0011437-56.2022.8.16.0160 - Apelação Criminal
Comarca: Sarandi.
Vara: 2ª Vara Criminal de Sarandi.
Ação Originária: 0011437-56.2022.8.16.0160 - Ação Penal - Procedimento Ordinário.
Apelante: Mailson Stori.
Advogado: Marcelo Petrucci Jacomossi - 99174N-PR, Peter Jürgen Kelter - 49329N-PR.
Apelado: Camila Teixeira Peixoto, Ministério Público do Estado do Paraná.
Advogado: Marcio Diniz Fancelli - 19973N-PR, Tatiane Honorato Rezende - 112470N-PR.
Relator: Desembargador Fernando Antonio Prazeres.
Relator Convocado: Vanessa Jamus Marchi.
Revisor: Desembargador Telmo Cherem.
Revisor Convocado: Desembargador Substituto Mauro Bley Pereira Junior.

0008 0002011-55.2024.8.16.0061 - Apelação Criminal
Comarca: Capanema.
Vara: Vara Criminal de Capanema.
Ação Originária: 0002011-55.2024.8.16.0061 - Ação Penal - Procedimento Ordinário.
Apelante: F.R..
Advogado: Carlos Henrique Cardozo - 101911N-PR, Ligiane Branquinho de Oliveira - 79830N-PR, Thalita Cerci Pepelascov Cardozo - 123411N-PR.
Apelado: M.P.d.E.d.P..
Relator: Desembargador Fernando Antonio Prazeres.
Relator Convocado: Vanessa Jamus Marchi.
Revisor: Desembargador Telmo Cherem.
Revisor Convocado: Desembargador Substituto Mauro Bley Pereira Junior.

0009 0001185-97.2024.8.16.0103 - Apelação Criminal
Comarca: Lapa.
Vara: Vara Criminal de Lapa.
Ação Originária: 0001185-97.2024.8.16.0103 - Ação Penal - Procedimento Ordinário.
Apelante: Edmilson Jose da Silva.

Advogado: Bruno Leonardo Vicente - 116413A-PR.
Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná.
Relator: Desembargador Gamaliel Seme Scaff.
Relator Convocado: Maria Fernanda Scheidemantel Nogara Ferreira da Costa.
Revisor: Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira.
Revisor Convocado: Desembargadora Substituta Fernanda Karam de Chueiri Sanches.

0010 0007733-60.2023.8.16.0011 - Apelação Criminal
Comarca: Curitiba.
Vara: Secretaria Especializada em Movimentações Processuais da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba - 1º Juizado.
Ação Originária: 0007733-60.2023.8.16.0011 - Ação Penal - Procedimento Sumário.
Apelante: E.M.R.d.J..
Advogado: Martina Luiza Barbosa Krawczyk - 116892N-PR.
Apelado: M.P.d.E.d.P..
Interessado: Z.T.d.S.R.d.J..
Advogado: Evandro Rocha Satiro - 90010N-RS.
Relator: Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira.
Relator Convocado: Desembargadora Substituta Fernanda Karam de Chueiri Sanches.

0011 0003201-50.2022.8.16.0117 - Apelação Criminal
Comarca: Medianeira.
Vara: Vara Criminal de Medianeira.
Ação Originária: 0003201-50.2022.8.16.0117 - Ação Penal - Procedimento Sumário.
Apelante: E.F.Z..
Advogado: Eduardo Alexander Hitz - 55985N-PR, Francielli Aline Sachser - 61073N-PR, João Alberto Rachele - 44672N-PR.
Apelado: K.A.B., M.P.d.E.d.P..
Advogado: Renata Aparecida de Souza - 77864N-PR, Sirlene da Costa Oliveira - 65411N-PR.
Relator: Desembargador Gamaliel Seme Scaff.
Relator Convocado: Maria Fernanda Scheidemantel Nogara Ferreira da Costa.

0012 0000214-04.2024.8.16.0139 - Apelação Criminal
Comarca: Prudentópolis.
Vara: Vara Criminal de Prudentópolis.
Ação Originária: 0000214-04.2024.8.16.0139 - Ação Penal - Procedimento Sumário.
Apelante: D.K..
Advogado: Lucas Balena - 85011N-PR.
Apelado: M.P.d.E.d.P..
Relator: Desembargador Telmo Cherem.
Relator Convocado: Desembargador Substituto Mauro Bley Pereira Junior.
Revisor: Desembargador Miguel Kfouri Neto.
Revisor Convocado: Desembargadora Substituta Renata Estorilho Baganha.

0013 0003372-52.2023.8.16.0026 - Apelação Criminal
Comarca: Campo Largo.
Vara: Vara Criminal de Campo Largo.
Ação Originária: 0003372-52.2023.8.16.0026 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal.
Apelante: F.D.L..
Advogado: Alexandre Franco Neves - 105302N-PR, Bruno Andrade do Nascimento - 107023N-PR, Hendrix Barbosa Lamarques - 106237N-PR, Jeffrey Chiquini da Costa - 65371N-PR.
Apelado: C.L.R.L..
Advogado: Marcus Vinicius Cubas Baczynski - 84432N-PR, Ádamo Roberto Inácio - 85861N-PR.
Interessado: M.P.d.E.d.P..
Relator: Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira.
Relator Convocado: Desembargadora Substituta Fernanda Karam de Chueiri Sanches.
Revisor: Desembargador Fernando Antonio Prazeres.
Revisor Convocado: Vanessa Jamus Marchi.

0014 0000108-66.2022.8.16.0089 - Apelação Criminal
Comarca: Ibaiti.
Vara: Vara Criminal de Ibaiti.
Ação Originária: 0000108-66.2022.8.16.0089 - Ação Penal - Procedimento Sumário.
Apelante: M.I.J..
Advogado: Ana Caroline Denk de Mello e Silva - 108884N-PR, Cesar Augusto de Mello e Silva - 12799N-PR, Cesar Augusto de Mello e Silva Junior - 45663N-PR.
Apelado: M.P.d.E.d.P..
Relator: Desembargador Gamaliel Seme Scaff.
Relator Convocado: Maria Fernanda Scheidemantel Nogara Ferreira da Costa.

0015 0009278-64.2023.8.16.0174 - Apelação Criminal
Comarca: União da Vitória.
Vara: 2ª Vara Criminal de União da Vitória.
Ação Originária: 0009278-64.2023.8.16.0174 - Ação Penal - Procedimento Ordinário.
Apelante: M.A.S.R..
Advogado: Gabriel Wiese Perotti - 103834N-PR, Lucas Winter - 110641N-PR.
Apelado: M.P.d.E.d.P..
Interessado: L.A.C.F..
Advogado: Fernanda de Joedes Gaspari - 83548N-PR.
Relator: Desembargador Gamaliel Seme Scaff.
Relator Convocado: Maria Fernanda Scheidemantel Nogara Ferreira da Costa.
Revisor: Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira.
Revisor Convocado: Desembargadora Substituta Fernanda Karam de Chueiri Sanches.

0016 0051825-88.2025.8.16.0000 - Habeas Corpus Criminal
Comarca: Londrina.
Vara: 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Londrina.
Ação Originária: 0072674-49.2019.8.16.0014 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal.
Impetrante: M.R.d.O.V..
Advogado: Lucas Brandão Petengill - 111997N-PR, Rodrigo Jose Mendes Antunes - 36897N-PR.
Relator: Desembargador Gamaliel Seme Scaff.
Relator Convocado: Maria Fernanda Scheidemantel Nogara Ferreira da Costa.

0017 0004556-54.2025.8.16.0129 - Apelação Criminal
Comarca: Paranaguá.
Vara: 2ª Vara Criminal de Paranaguá.
Ação Originária: 0005548-83.2023.8.16.0129 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal.
Apelante: R.A.A..
Advogado: Michelle de Carvalho do Amarante - 39558N-PR.
Apelado: M.L.A.d.S..
Advogado: Amanda Marinho do Rosário Pauly - 118857N-PR, Fabiano Vicente Venete Elias - 20794N-PR.
Interessado: M.P.d.E.d.P..
Relator: Desembargador Gamaliel Seme Scaff.
Relator Convocado: Maria Fernanda Scheidemantel Nogara Ferreira da Costa.
Revisor: Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira.
Revisor Convocado: Desembargadora Substituta Fernanda Karam de Chueiri Sanches.

0018 0004176-31.2024.8.16.0011 - Apelação Criminal
Comarca: Curitiba.
Vara: 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira.
Ação Originária: 0004176-31.2024.8.16.0011 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal.
Apelante: A.C.B..
Advogado: Luís Roberto de Oliveira Zagonel - 68061N-PR, Murilo Henrique Pereira Jorge - 35165N-PR, Rafael Lima Torres - 39471N-PR.
Apelado: R.A.d.E.S..
Advogado: Flaviano Wolf Giovaneli - 55311N-PR, Gabrielle Kaczalovski Marin - 66510N-PR, Leandro Mendes - 53535N-PR.
Interessado: M.P.d.E.d.P..
Relator: Desembargador Gamaliel Seme Scaff.
Relator Convocado: Maria Fernanda Scheidemantel Nogara Ferreira da Costa.

Divisão de Distribuição

Seção de Preparo

Seção de Mandados e Cartas

Divisão de Processo Cível

Divisão de Processo Crime

Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores

Processos do Órgão Especial

Comissão Int. Conc. Promoções

Comissão Permanente
de Avaliação Documental

Conselho da Magistratura

Corregedoria da Justiça

Provimento

Provimento Nº 342/2025 - GC
Altera o Código de Normas do Foro Extrajudicial - CNFE.

A **CORREGEDORA DA JUSTIÇA**, Des. Ana Lúcia Lourenço, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO que compete ao Corregedor-Geral da Justiça expedir provimentos, instruções, portarias, circulares e ordens de serviço no âmbito de sua competência, nos termos do art. 17, inciso XXIV, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
CONSIDERANDO a delegação de poderes outorgada pelo Corregedor-Geral da Justiça por meio da Portaria nº 1.980/2025-CGJ; CONSIDERANDO a edição do Provimento n. 167/2024-CNJ que promoveu alteração no artigo 356 do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça (CNN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149/2023-CNJ, e acresceu, ao mencionado Código, os artigos 356-A e 356-B, referentes às regras e aos procedimentos do protesto comum, falimentar e decorrente de sentença condenatória,
CONSIDERANDO a necessidade de revisão das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná para adequação ao Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça (CNN/CNJ-Extra);
CONSIDERANDO o contido no acórdão nº 11732320, de 24 de abril de 2025, transitado em julgado em 13 de junho de 2025, do Conselho da Magistratura, PROJUDI nº 0014182-82.2024.8.16.7000 PA e Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0070978-86.2024.8.16.6000;

R E S O L V E :

Art. 1º O Provimento nº 249, de 15.10.2013 (Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná), passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 756 Somente poderão ser protocolizados ou protestados os títulos, letras e documentos pagáveis ou indicados para aceite nas praças situadas no território da comarca da serventia.
§ 1º. Os títulos, letras e documentos deverão ser lavrados e registrados na praça de pagamento constante das cambiais, dos títulos de crédito ou indicada nos documentos de dívida, sendo facultado ao apresentante optar pelo cartório da comarca do domicílio do devedor para fins de registro.
§ 2º. Na ausência de indicação da praça de pagamento ou se o apresentante assim desejar, o protesto poderá ser realizado no endereço do sacado, do emitente ou do devedor, conforme conste nas cambiais, nos títulos de crédito ou nos documentos de dívida.
§ 3º. Havendo dois ou mais devedores no título ou documento de dívida, o apresentante deverá optar pelo domicílio de um deles para a apresentação do título ou documento a protesto, ou pela praça específica, se expressamente convencionada entre as partes.
(...)
Art. 788 A remessa da intimação poderá ser feita por portador do próprio tabelião, ou por qualquer outro meio, desde que o recebimento fique assegurado e comprovado por protocolo, aviso de recebimento (AR) ou documento equivalente, vedada para tal fim a utilização de oficial de justiça.
§ 1º. O tabelião de protesto poderá utilizar meio eletrônico para a intimação quando autorizado pelo devedor e assim declarado pelo apresentante, caso em que a intimação será considerada cumprida quando comprovada a entrega pelo mesmo meio.
§ 2º. Após 1 (um) dia útil sem que haja confirmação à intimação feita na forma do § 1º deste artigo, deverá ser providenciada a intimação física, nos termos do artigo 783, deste Código de Normas, e, se for caso, a intimação por edital, conforme artigos 792 e seguintes. (Incluído pelo Provimento nº 318, de 8 de março de 2023)
(...)
Art. 857 No interior do Estado do Paraná, o título deverá ser encaminhado para o tabelionato competente para o pagamento.
Parágrafo único. O tabelionato competente para o pagamento é o do domicílio do devedor.
Art. 2º Este Provimento entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Curitiba, 24/06/2025.

Desembargadora ANA LUCIA LOURENÇO
Corregedora da Justiça

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038859

Ordem de Serviço

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1014/2025 - GCJ

O Corregedor-Geral da Justiça, no exercício das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento na Resolução 021/2007 do Órgão Especial e no Provimento 308/2022, considerando o contido neste expediente:

R E S O L V E :

I - Determinar a atuação da Equipe Especial de Apoio, desta Corregedoria-Geral da Justiça, na Vara Criminal do Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, visando a realização de audiência e a prolação da respectiva sentença ou outra manifestação judicial que se faça necessária à movimentação processual, observando os seguintes critérios:
a) **Acervo a ser enfrentado:** 153 (cento e cinquenta e três) ações penais de crimes com penas reduzidas ou envolvendo violência doméstica com audiências designadas a partir de 01/01/2026. Foram excluídos os processos de estupro, estupro de vulnerável e feminicídio pela maior complexidade;
b) **Divisão dos Processos:** total de 153 (cento e cinquenta e três) processos de violência doméstica divididos igualmente entre as 06 (seis) magistradas da Equipe Especial de Apoio;

b.1) Distribuição: 25 (vinte e cinco) processos para cada uma das primeiras 03 (três) magistradas e 26 (vinte e seis) processos para cada uma das últimas 03 (três) magistradas;
b.2) Critério de distribuição: seguindo a ordem das audiências designadas, iniciando com a primeira (21/01/2026) e encerrando com a última (26/05/2027).
c) **Sistema de Revezamento Semanal:** cada magistrada da Equipe Especial de Apoio será responsável por uma semana específica de audiências;
c.1) Apenas uma magistrada da Equipe Especial de Apoio realizará audiências por semana, garantindo foco e organização;
c.2) Vinculação: cada magistrada permanecerá responsável pelos processos que lhe foram distribuídos até a sentença, salvo se a instrução não for encerrada dentro do prazo previsto para execução do plano de enfrentamento das audiências, ocasião em que o processo voltará à análise do juízo natural.
d) **Fase Preparatória:**
d.1) **Até 30/06/2025:** conclusão dos processos da Vara Criminal de Campo Largo para as magistradas da Equipe Especial de Apoio;
d.2) **01/07 a 01/08/2025:** redistribuição dos 153 (cento e cinquenta e três) processos, cancelamento das audiências agendadas para 2026/2027 e reagendamento conforme cronograma.
e) **Fase Executiva - Início: 04/08/2025:**
e.1) Semana 1 (04/08 a 08/08/2025): Magistrada Bruna Greggio - 25 (vinte e cinco) processos;
e.2) Semana 2 (11/08 a 15/08/2025): Magistrada Cíntia Graeff - 25 (vinte e cinco) processos;
e.3) Semana 3 (18/08 a 22/08/2025): Magistrada Thaís Ribeiro Franco Endo - 25 (vinte e cinco) processos;
e.4) Semana 4 (25/08 a 29/08/2025): Magistrada Franciele Cit - 26 (vinte e seis) processos;
e.5) Semana 5 (01/09 a 05/09/2025): Magistrada Maria Teresa Thomaz - 26 (vinte e seis) processos;
e.6) Semana 6 (09/09 a 12/09/2025): Magistrada Pamela Dalle Grave Flores Paganini - 26 (vinte e seis) processos;
e.7) Semana 7 (15/09 a 19/09/2025): semana disponível para todas as magistradas, caso haja necessidade de designação de ato com número mais elevado de testemunhas, maior complexidade ou redesignação da data anterior;
e.8) Semana 8 (22/09 a 26/09/2025): semana disponível para todas as magistradas, caso haja necessidade de designação de ato com número mais elevado de testemunhas, maior complexidade ou redesignação da data anterior.
f) **Previsão de Conclusão:** 26/09/2025.
g) Os embargos de declaração contra as sentenças proferidas pelas magistradas da Equipe Especial de Apoio serão analisados pelas mesmas magistradas que as proferiram.
II - Caso haja impedimento, averbação de suspeição e afastamentos, a substituição entre o magistrado e as magistradas ocorrerá da forma e segundo a ordem de preferência estabelecida a seguir:
. Nos processos atribuídos à Juíza de Direito Substituta BRUNA GREGGIO a substituição dar-se-á pelas Juízas de Direito Substitutas MARIA TERESA THOMAZ e THAÍS RIBEIRO FRANCO ENDO.
. Nos processos atribuídos à Juíza de Direito Substituta CÍNTIA GRAEFF a substituição dar-se-á pelas Juízas de Direito Substitutas PAMELA DALLE GRAVE FLORES PAGANINI e FRANCIELE CIT.
. Nos processos atribuídos à Juíza de Direito Substituta FRANCIELE CIT a substituição dar-se-á pelas Juízas de Direito Substitutas THAÍS RIBEIRO FRANCO ENDO e BRUNA GREGGIO.
. Nos processos atribuídos à Juíza de Direito Substituta MARIA TERESA THOMAZ a substituição dar-se-á pelas Juízas de Direito Substitutas BRUNA GREGGIO e CÍNTIA GRAEFF.
. Nos processos atribuídos à Juíza de Direito Substituta PAMELA DALLE GRAVE FLORES PAGANINI a substituição dar-se-á pelos Juízas de Direito Substitutas FRANCIELE CIT e MARIA TERESA THOMAZ.
. Nos processos atribuídos à Juíza de Direito Substituta THAÍS RIBEIRO FRANCO ENDO a substituição dar-se-á pelas Juízas de Direito Substitutas CÍNTIA GRAEFF e PAMELA DALLE GRAVE FLORES PAGANINI.
III - Publique-se.
IV - Cumpra-se.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Des. FERNANDO WOLFF BODZIAK
Corregedor-Geral da Justiça

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039323

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1017/2025 - GCJ

O Corregedor-Geral da Justiça, no exercício das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento na Resolução 021/2007 do Órgão Especial e no Provimento 308/2022, considerando o contido neste expediente:

R E S O L V E :

I - Determinar a atuação da Equipe Especial de Apoio, desta Corregedoria-Geral da Justiça, na Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Medianeira, visando a prolação de sentença ou outra manifestação judicial que se faça necessária à movimentação processual, observando os seguintes critérios:
a) Em 30/06/2025 serão alteradas as conclusões de até 180 (cento e oitenta) sentenças das Varas Cível e Fazenda Pública de Medianeira que estejam com a magistrada titular para as magistradas integrantes da Equipe Especial de Apoio. Nos dois meses subsequentes haverá alteração de 60 (sessenta) conclusões por mês (datas-referência: 30/07/2025 e 25/08/2025);
b) A alteração das conclusões será sempre na seguinte ordem: prioritários -> conclusões mais antigas -> conclusões mais recentes;
c) Não devem ser alteradas as conclusões de:
. inventários ou ações a ele conexas, ações coletivas, ações civis públicas (inclusive de improbidade), ações populares, processos administrativos, de réus presos ou com monitoramento eletrônico, de execução penal, embargos de declaração;
. dos processos de homologação de acordo ou extinção sem análise do mérito;
. das conclusões para análise de embargos de declaração;
c.1) Os embargos de declaração contra as sentenças proferidas pelas magistradas da Equipe Especial de Apoio serão analisados pelas mesmas magistradas que as proferiram;
d) Caso haja conversão do julgamento em diligência não haverá compensação de processos. Também não haverá compensação de processos se não houver processos suficientes conclusos com a magistrada nas datas de referência.
II - Caso haja impedimento, averbação de suspeição e afastamentos, a substituição entre o magistrado e as magistradas ocorrerá da forma e segundo a ordem de preferência estabelecida a seguir:
. Nos processos atribuídos à Juíza de Direito Substituta BRUNA GREGGIO a substituição dar-se-á pelas Juízas de Direito Substitutas MARIA TERESA THOMAZ e THAÍS RIBEIRO FRANCO ENDO.
. Nos processos atribuídos à Juíza de Direito Substituta CÍNTIA GRAEFF a substituição dar-se-á pelas Juízas de Direito Substitutas PAMELA DALLE GRAVE FLORES PAGANINI e FRANCIELE CIT.
. Nos processos atribuídos à Juíza de Direito Substituta FRANCIELE CIT a substituição dar-se-á pelas Juízas de Direito Substitutas THAÍS RIBEIRO FRANCO ENDO e BRUNA GREGGIO.
. Nos processos atribuídos à Juíza de Direito Substituta MARIA TERESA THOMAZ a substituição dar-se-á pelas Juízas de Direito Substitutas BRUNA GREGGIO e CÍNTIA GRAEFF.
. Nos processos atribuídos à Juíza de Direito Substituta PAMELA DALLE GRAVE FLORES PAGANINI a substituição dar-se-á pelos Juízas de Direito Substitutas FRANCIELE CIT e MARIA TERESA THOMAZ.
. Nos processos atribuídos à Juíza de Direito Substituta THAÍS RIBEIRO FRANCO ENDO a substituição dar-se-á pelas Juízas de Direito Substitutas CÍNTIA GRAEFF e PAMELA DALLE GRAVE FLORES PAGANINI.
III - Publique-se.
IV - Cumpra-se.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Des. FERNANDO WOLFF BODZIAK
Corregedor-Geral da Justiça

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039398

Ofício Circular

Curitiba, 25/06/2025.
Ofício-Circular nº 57/2025 - GC
Autos nº 0044319-06.2025.8.16.6000

Assunto: Comunicação sobre a revogação de procuração pública lavrada perante o Ofício Único de Boa Saúde/RN.

Excelentíssimos Senhores Juízes Corregedores e Excelentíssimas Senhoras Juízas Corregedoras do Foro Extrajudicial, Senhores Agentes Delegados e Senhoras Agentes Delegadas (titulares, interinos/as e interventores/as),

O presente Ofício Circular visa a dar amplo conhecimento acerca da revogação da procuração pública lavrada perante o Ofício Único de Boa Saúde/RN, comunicada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

Atenciosamente,

Desembargadora ANA LÚCIA LOURENÇO
Corregedora da Justiça

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038812

Curitiba, 25/06/2025.
Ofício-Circular nº 58/2025 - GC
Autos nº 0044619-65.2025.8.16.6000

Assunto: Comunica acerca de suspeita de falsidade documental utilizada para registro de óbito no Ofício de Registros Civis das Pessoas Naturais, das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos do Município e Comarca de Rio Negrinho/SC.

Excelentíssimos Senhores Juízes Corregedores e Excelentíssimas Senhoras Juízas Corregedoras do Foro Extrajudicial, Senhores Agentes Delegados e Senhoras Agentes Delegadas (titulares, interinos/as e interventores/as),

O presente Ofício Circular visa a dar amplo conhecimento acerca da comunicação feita pela Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, a qual trata de suspeita de falsidade documental utilizada para registro de óbito de DANIEL PENTEADO, CPF: 780.775.241-68, realizado no Ofício de Registros Civis das Pessoas Naturais, das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos do Município e Comarca de Rio Negrinho/SC no ano de 2021, sendo contestado pelo próprio declarado falecido, conforme documentos em anexo.

Atenciosamente,

Desembargadora ANA LÚCIA LOURENÇO
Corregedora da Justiça

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038831

Curitiba, 25.06.2025.
Ofício-Circular nº 59/2025 - GC
Autos nº 0042815-62.2025.8.16.6000

Assunto: Comunicação sobre a expedição do Ofício-Circular 41/2025 acerca de suposta fraude na lavratura de procuração pública e escritura pública de compra e venda na Comarca de Goiânia-GO.

Excelentíssimos Senhores Juízes Corregedores e Excelentíssimas Senhoras Juízas Corregedoras do Foro Extrajudicial, Senhores Agentes Delegados e Senhoras Agentes Delegadas (titulares, interinos/as e interventores/as),

O presente Ofício Circular visa a dar amplo conhecimento acerca de suposta fraude na lavratura de procuração pública e escritura pública de compra e venda lavrada no Tabelionato de Notas, Oficialato de Registros de Contratos Marítimos e Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Comarca de Goiânia/GO (Livro 00026-P, folha 177, selo digital 02502002114341223480000), conforme documentos em anexo.

Atenciosamente

Desembargadora ANA LÚCIA LOURENÇO
Corregedora da Justiça

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039136

Plantão Judiciário Capital

Divisão de Concursos da Corregedoria

Núcleo de Conciliação do 2º Grau

FUNREJUS

Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais

Comarca da Capital

Direção do Fórum

Cível

Crime

Fazenda Pública

2ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS ESTADUAIS

O EXMO. SR. DR. JUÍZ DE DIREITO DO NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - EXECUTIVOS FISCAIS ESTADUAIS - DA COMARCA DE CURITIBA DO ESTADO DO PARANÁ, Alexandre Moreira Van Der Broocke, nomeando o leiloeiro público Rafael Danielewicz, JUCEPAR 16/286L, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores, que nos autos de processos abaixo indicados venderá os bens/lotes adiante discriminados, pelo maior lance, em LEILÃO PÚBLICO a ser realizado, em **primeira praça/leilão, no dia 24 de julho de 2025 às 11h** e, em **segunda praça/leilão, no dia 31 de julho de 2025 às 11h**, ambas a serem realizadas **pelo site www.rdleiloes.com.br** . Em primeira praça/leilão os bens não poderão ser vendidos por valor inferior ao da avaliação, indicado no presente edital. Caso o bem não seja arrematado, em primeira praça/leilão, por valor igual ou superior ao valor da avaliação, será realizada segunda praça/leilão, na data indicada neste edital, quando serão aceitos lances correspondentes a 50 % (cinquenta por cento) do valor avaliação, desprezando-se o preço vil *(conforme art. 891, parágrafo único, da Lei 13.105/2015).* Se não houver expediente forense na data designada, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. **DOS LANCES:** No horário marcado, iniciará o fechamento do leilão. Ocorrendo lances à vista, os lances parcelados serão automaticamente desconsiderados pelo sistema sendo permitidos apenas lances à vista. Em caso de só ocorrerem lances parcelados, o leilão continuará até atingir o maior lance. Os interessados em ofertar lances parcelados devem requerer previamente cadastro e enviar proposta parcelada nos termos do art. 895, CPC. De igual forma ocorrerá para o segundo leilão. Os lances serão captados até o dia e data acima marcadas e o leilão se encerará quando não houver mais lances e o cronometro encerrar informando que o bem foi arrematado ou sem licitantes. **FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**: Será sempre considerado vencedor o maior lance a vista ofertado, observado o lance mínimo. ***a)*****À VISTA:** Ao optar pelo pagamento à vista do valor do lance, o arrematante, no ato da arrematação, deverá efetuar, diretamente ao leiloeiro ou mediante guia judicial, o pagamento da integralidade do valor do lance e comissão do leiloeiro**.** ***b)*** **PARCELADO:** nos termos do Art. 895: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. As parcelas deverão ser corrigidas pela média INPC+IGP-DI, a partir da data da arrematação em leilão. As parcelas deverão ser depositadas pelo arrematante na conta judicial vinculada ao processo. O comprovante de pagamento deve ser juntado ao processo a cada pagamento realizado. As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. A apresentação da proposta de pagamento parcelado não suspende o leilão. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar. No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado. **c)LANCES PELA INTERNET:** Os interessados em participar do leilão/praça poderão dar lances, no dia e hora marcados para a realização do leilão/praça pela *internet*, por intermédio do site **www.rdleiloes.com.br,** para tanto deverão ser observadas e cumpridas as regras indicadas no referido *site*, não podendo, posteriormente, sob qualquer hipótese, alegar desconhecimento. ***d)*****TAXA DE LEILÃO:** Em caso de arrematação, 7% (sete por cento) sobre o valor da arrematação. Na hipótese do bem ser arrematado, pelo exequente, com créditos do próprio processo, será devida a comissão no percentual de 5% sobre o valor da arrematação. A comissão deverá ser integralmente paga no ato da arrematação. Em casos de remição, 2% do valor pelo qual o bem foi resgatado, pela pessoa que realiza a remição. Transação, após designada arrematação e publicados os editais, 1% do valor do acordo, pelo executado. Adjudicação, 2% do valor adjudicado, pelo credor. ***e)*** **INFORMAÇÕES:** pelo site **www.rdleiloes.com.br** ou pelo telefone (41) 98872-3235; ***f)*****DÍVIDAS E ÔNUS**: Os bens serão entregues livres de quaisquer dívidas e/ou ônus, observadas as exceções constantes neste edital. Tratando-se a alienação judicial de hipótese de aquisição originária da propriedade, o(s) bem(s) será(ão) vendido(s) livre(s) e desembaraçado(s) de ônus, inclusive, os de natureza fiscal (art. 130, § único, do CTN) e os de natureza *propter rem* (art. 908, § 1º, do CPC), até a data da expedição da carta de arrematação. No que se refere aos créditos tributários, aplica-se a norma prevista no art. 130, §único do Código Tributário Nacional, exceto em caso de adjudicação. Dívidas e ônus mencionados no presente edital devem ser considerados informativos nos termos do art. 886 do CPC. Em relação e eventuais créditos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Em caso de adjudicação, arcará o adjudicante com todos os débitos do imóvel. Caberá ao interessado verificar a existência de débitos tributários e débitos de taxas condominiais, no caso dos bens imóveis. **CONDIÇÕES GERAIS:** Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia. A venda dos bens imóveis será sempre considerada *ad corpus*, sendo que eventuais medidas, confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, devem ser consideradas enunciativas, uma vez que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliado e demais documentos anexados aos autos. Em caso de arrematação de bem móvel, fica ao encargo do arrematante a retirada e transporte do bem do local onde o mesmo se encontra. Em caso de arrematação ou adjudicação de bem imóvel, caberá ao arrematante tomar as providências e arcar com os custos da desocupação do bem, caso o mesmo esteja ocupado. Caberá ao arrematante comprovar o pagamento das parcelas em caso de pagamento parcelado, devendo se habilitar ao processo devidamente representado. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos para eventual regularização do bem arrematado inclusive se necessário os honorários de advogado. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos da arrematação, inclusive para a expedição da respectiva carta de arrematação, se houver. Caberá ao arrematante tomar todas as providências e arcar com todos os custos para a transferência do bem junto aos órgãos competentes. Caberá ao arrematante verificar as condições do imóvel, tais como limitações legais, potenciais construtivos, e demais características, as quais não poderá alegar desconhecimento. Caberá ao arrematante arcar com todos os tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ICMS, ITBI, IRPF ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. O leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados**. h) Publicação:** Na forma do art. 887 do CPC, o presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro - **www.rdleiloes.com.br**. ***i)*** Quando cabível, será reservado o direito de preferência do cônjuge ou coproprietário alheio à execução ou resguardada a sua quota-parte calculada sobre o valor da avaliação (art. 843, do CPC); O cônjuge ou coproprietário com interesse em exercer o direito de preferência, deverá diligenciar seu cadastro completo no site https://rdleiloes.com.br/ e solicitar com pelo menos 24 horas de antecedência sua condição de participante preferencial. **I) CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO:** O leilão de vaga de garagem é limitado aos que comprovem a qualidade de condômino do edifício, nos termos do artigo 1.331, § 1º, CPC, devendo ser anexado ao cadastro pessoal do interessado, no site www.rdleiloes.com.br, a matrícula do imóvel que comprove esta condição. **Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem,** Das datas acima se porventura não encontrado para intimação pessoal, e querendo, acompanhe:

AUTOS: 0032735-67.2016.8.16.0014

EXEQUENTE: ESTADO DO PARANÁ

EXECUTADOS J.C.S. MARTINS CONFECÇÕES - EPP e JOSÉ CARLOS DOS SANTOS MARTINS

BENS: Matricula nº 104.033 do registro de imóvel- 01 ofício da Comarca de Londrina. 1 vaga de garagem nº06, situada no térreo, do FONTAINE BLANC RESIDENCE,

localizado á Rua Eurico Hummig n° 800, desta cidade, medindo a área total de 14,52238531 m², sendo 11,520 m² de área real privativa e 3,00238531 m² de área real de uso comum de divisão proporcional, correspondendo a unidade autônoma uma fração ideal do terreno e coisas de uso comum de 0,069215%, confrontando-se " Ao Norte com a vaga de garagem 07; ao Sul com área de uso comum junto a vaga de garagem 05;a Leste com área de uso comum junto a vaga de garagem dupla 08/08A;e a Oeste com a circulação".
AVALIAÇÃO: R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) em 02/02/2023).
VALOR DO DÉBITO: R$ R$ 50.886,20 (cinquenta mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos) em 25/06/2021, devendo ser atualizado até a data do efetivo pagamento.
DEPOSITÁRIO: O bem encontra-se depositado junto ao executado.
CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO: O leilão de vaga de garagem é limitado aos que comprovem a qualidade de condômino do edifício, nos termos do artigo 1.331, § 1º, CPC, devendo ser anexado ao cadastro pessoal do interessado, no site www.rdleiloes.com.br, a matrícula do imóvel que comprove esta condição.
Registros e averbações na matrícula:R. 2- PENHORA: autos n° 001824-97.2017.8.16.0014, tramita na **7° Vara Cível da Comarca de Londrina-PR. R.5- PENHORA**: autos n° 0009416-36.2017.8.16.0014, tramita na **8° Vara Cível da Comarca de Londrina-PR. AV.6- INDISPONIBILIDADE:** autos n ° 00016214720165090664, tramita na **5° Vara do Trabalho de Londrina-PR. AV.7- INDISPONIBILIDADE:** autos n° 00016396820148090664, tramita na **5° Vara do Trabalho de Londrina-PR. AV.8- INDISPONIBILIDADE:** autos n ° 00010928620175090019, tramita na **2° Vara do Trabalho de Londrina-PR. AV.9- INDISPONIBILIDADE:** autos n° 00063796201650900 18, tramita na **1° Vara do Trabalho de Londrina-PR. AV. 10- INDISPONIBILIDADE:** autos nº 00016604420165090664, tramita na **5° Vara do Trabalho de Londrina- PR. Av. 11- INDISPONIBILIDADE:** autos n° 00327356720168160014**,** tramita na **2º Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR. Av.12- INDISPONIBILIDADE:** autos n ° 00016336420165090663**,** tramita na **4° Vara do Trabalho de Londrina- PR. AV.13- INDISPONIBILIDADE:** autos n° 00016333420165090673**,** tramita na **6° Vara do Trabalho de Londrina- PR. AV. 14- INDISPONIBILIDADE**: autos n° 00013507220155096 64, tramita na **5° Vara do Trabalho de Londrina- PR. AV. 15- INDISPONIBILIDADE:** autos n° 00016498520165090673, tramita na **6º Vara do Trabalho de Londrina-PR. R.16- PENHORA:** autos nº 5017989-69.2016.4.04.7001, tramita na **7° Vara Federal de Londrina-PR. AV.18- INDISPONIBILIDADE:** autos n° 00003835920175090663, tramita na **4° Vara do Trabalho de Londrina-PR. AV.19- INDISPONIBILIDADE**: autos00128616220178160014, tramita na **6° Vara Cível de Londrina-PR. AV.20- AVERBAÇÃO DE EXECUÇÃO:** autos n° 0024057-54.2016.8.16.0017, Tramita na **5º Vara Cível de Londrina-PR. AV.21- INDISPONIBILIDADE:** autos n° 00004385520185090863, tramita na **7° Vara do Trabalho de Londrina-PR. AV.23- PENHORA:** autos n ° 0072297-49.2017.8.16.0014, tramita na **5° Vara Cível de Londrina-PR. (**ação de cumprimento de sentença). **AV.24- INDISPONIBILIDADE:** autos n° 00016764620175090863, tramita na **7° Vara do Trabalho de Londrina-PR. AV.26- INDIPONIBILIDADE:** autos n° 00118258220178160014, tramita na **2° Vara Cível de Londrina-PR. AV.27- PAGAMENTO DE EMOLUMENTOS: R.28- PENHORA:** autos n° 0005988-27.2021.8.26.0564. tramita na **3° Vara Cível de São Bernardo do Campo- SP. R.30- PENHORA:** autos n° 0012861-62.2017.8.16.0014, tramita na **6° Vara Cível de Londrina-PR. AV.31- INDISPONIBILIDADE**: autos n° 00008698120165090662, tramita na **4º Vara do Trabalho de Maringá-PR.** Dado e passado, **18 de junho de 2025**. Eu, Rafael Danielewicz, Leiloeiro Oficial Designado, que o digitei e subscrevo, por ordem do MM. Juízo abaixo assinado. Alexandre Moreira Van Der Broocke Juiz de Direito.

Família
Delitos de Trânsito
Execuções Penais
Tribunal do Júri
Infância e Juventude
Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis
Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial
Precatórias Criminais
Auditoria da Justiça Militar
Central de Inquéritos
Juizados Especiais - Cíveis/Criminais
Concursos
Central de Movimentações Processuais
Comarcas do Interior
Direção do Fórum

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Assis Chateaubriand

PORTARIA Nº 15/2025 - AC-DF

O Doutor FERNANDO PORCINO GONCALVES PEREIRA, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 20, caput e § 3º, da Lei Federal nº 8.935/94, bem como no art. 56, § 1º do Código de Normas do Foro Extrajudicial,

RESOLVE

HOMOLOGAR A INDICAÇÃO de **RICHARD ROBSON KLIEMANN ROQUE**, contratada sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, como **Escrevente Indicada** do **2º Tabelionato de Notas da Comarca de Assis Chateaubriand**, com Efeitos a partir de **09/06/2025**, autorizada a praticar os seguintes atos:RECONHECIMENTO DE FIRMA, RECONHECIMENTO DE SINAL PÚBLICO, AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS, PROCURAÇÃO PÚBLICA, CERTIDÕES DE ATOS PÚBLICOS, ATA NOTARIAL DE QUALQUER NATUREZA, PACTO ANTENUPCIAL, DECLARATÓRIAS DE QUALQUER NATUREZA, ESCRITURAS PÚBLICAS DE QUALQUER NATUREZA, SUBSTABELECIMENTOS, TESTAMENTOS,de acordo com a solicitação do Responsável pela Unidade.
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, em 23 de junho de 2025.

FERNANDO PORCINO GONCALVES PEREIRA
Diretor de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037742

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Colombo

PORTARIA Nº 18/2025 - COL-DFVCRIJ

A Doutora LYGIA MARIA ERTHAL, Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o pedido formulado por Maria Fernanda G. A. Meyer
Dalmaz, responsável pelo Serviço Distrital de Roça Grande do Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba,

RESOLVE

REVOGAR, com Efeitos a partir de **31/05/2025**, a Portaria nº 32/2023 - COL-DFVCRIJ-SDF, referente à homologação de **MARINA FERNANDA RIBAS** como Escrevente Indicada do **Serviço Distrital de Roça Grande da Comarca de Colombo**, de acordo com a solicitação do (a) responsável pela unidade.
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Colombo, Estado do Paraná, em 23 de junho de 2025.

LYGIA MARIA ERTHAL
Diretora de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037768

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Ibaiti

PORTARIA Nº 22/2025 - IBA-DF

O Doutor JULIO CEZAR VICENTINI, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Ibaiti, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 20, caput e § 3º, da Lei Federal nº 8.935/94, bem como no art. 56, § 1º do Código de Normas do Foro Extrajudicial,

RESOLVE

HOMOLOGAR A INDICAÇÃO de **MAYARA CARDOSO DA LUZ**, contratada sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, como **Escrevente Indicada** do **Tabelionato de Notas da Comarca de Ibaiti**, com Efeitos a partir de **03/06/2025**, autorizada a praticar os seguintes atos: I- Reconhecimento de Firmas; II- Autenticações; III- Certidões; IV- Procurações e Substabelecimentos, de acordo com a solicitação do Responsável pela Unidade.

Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Ibaiti, Estado do Paraná, em 04 de junho de 2025.

JULIO CEZAR VICENTINI
Diretor de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7030642

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Marechal Cândido Rondon

PORTARIA Nº 24/2025 - MCR-DF

A Doutora BERENICE FERREIRA SILVEIRA NASSAR, Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o pedido formulado por Luis Carlos Mokarzel Junior, responsável pelo Serviço Distrital de Quatro Pontes da Comarca de Marechal Cândido Rondon,

RESOLVE

REVOGAR, com Efeitos a partir de **02/06/2025**, a Portaria nº 31/2023-MCR-DF-SDF, referente à homologação de **MATHEUS FELIPE DOS SANTOS** como Escrevente Indicado do **Serviço Distrital de Quatro Pontes da Comarca de Marechal Cândido Rondon**, de acordo com a solicitação do (a) responsável pela unidade.
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, em 09 de junho de 2025.

BERENICE FERREIRA SILVEIRA NASSAR
Diretora de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7032435

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Maringá

PORTARIA Nº 103/2025 - MAR-DF

O Doutor JOSÉ CANDIDO SOBRINHO, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o disposto no artigo 156, inciso XV, do Código de Normas do Foro Judicial da Corregedoria-Geral da Justiça e Ofício-Circular 157/2014,

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento de **CARLOS EDUARDO PONCIANO**, responsável da(o) **Escrivania da 1ª Vara Cível da Comarca de Maringá**, tendo em vista férias, pelo período de **13/06/2025** a **13/06/2025**, durante o qual responderá Empregado Juramentado **LANA LUCIA FURLAN**, cuja homologação da indicação/nomeação/designação deu-se através da Portaria nº 018/2021, datada de 02/03/2021 .
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, em 12 de junho de 2025.

JOSÉ CANDIDO SOBRINHO
Diretor de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7034612

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Maringá

PORTARIA Nº 107/2025 - MAR-DF

O Doutor JOSÉ CANDIDO SOBRINHO, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 20, caput, §§ 4º e 5º, da Lei Federal nº 8.935/94, bem como no art. 56, § 1º do Código de Normas do Foro Extrajudicial,

RESOLVE

HOMOLOGAR A INDICAÇÃO de **MARIA ELIANA FERREIRA JACOVÓS**, contratada sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, como **Escrevente Substituta Legal** do **1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá**, com Efeitos a partir de **13/06/2025**, autorizada a praticar **todos os atos da serventia**, de acordo com a solicitação do Responsável pela Unidade.
Fica igualmente homologada sua designação para responder pela serventia nas ausências e impedimentos do Responsável pela Unidade.
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, em 23 de junho de 2025.

JOSÉ CANDIDO SOBRINHO
Diretor de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037799

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Maringá

PORTARIA Nº 108/2025 - MAR-DF

O Doutor JOSÉ CANDIDO SOBRINHO, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o disposto no artigo 156, inciso XXVII, do Código de Normas do Foro Judicial e art. 58 do Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça,

RESOLVE

FORMALIZAR o afastamento de **ALEXANDRE SCIGLIANO VALERIO**, responsável pelo **1º Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Maringá**, pelo período de **09/07/2025** a **22/07/2025**, durante o qual responderá Escrevente Substituta Legal **CAMILA COBIANCHI FARIAS**, cuja homologação da indicação deu-se através da Portaria nº 11/2021, datada de 26/01/2021 .
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, em 24 de junho de 2025.

JOSÉ CANDIDO SOBRINHO
Diretor de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038352

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Peabiru

PORTARIA Nº 9/2025 - PEA-DF

A Doutora RITA LUCIMEIRE MACHADO PRESTES, Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de Peabiru, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o Decreto Nº 11849678 - SG-SGP-CCPC-DAP, que acumulou de forma definitiva, o Tabelionato de Notas ao Tabelionato de Protesto de Títulos, ambos da Comarca de Peabiru,

RESOLVE

REVOGAR, com Efeitos a partir de **26/06/2025**, a Portaria nª 8/2025 - PEA-DF , referente a designação de **KESIA CRISTINA GUTIERREZ WENTLAND PLEZ** para responder pelo **Tabelionato de Notas da Comarca de Peabiru**.
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Peabiru, Estado do Paraná, em 25 de junho de 2025.

RITA LUCIMEIRE MACHADO PRESTES
Diretora de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039290

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Pinhão

PORTARIA Nº 13/2025 - PNHA-DF

A Doutora PAULA MICHELLE DA SILVA ARAUJO, Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de Pinhão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 20, caput e § 4º, da Lei Federal nº 8.935/94, bem como no art. 56, § 1º do Código de Normas do Foro Extrajudicial,

RESOLVE

HOMOLOGAR A INDICAÇÃO de **HELBERT KIERAS**, contratado sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, como **Escrevente Substituto** do **Serviço Distrital de Reserva do Iguaçu da Comarca de Pinhão**, com Efeitos a partir de **17/06/2025**, autorizado a praticar **todos os atos da serventia (exceto, nos Tabelionatos de Notas, lavrar testamentos)**, de acordo com a solicitação do Responsável pela Unidade.
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Pinhão, Estado do Paraná, em 23 de junho de 2025.

PAULA MICHELLE DA SILVA ARAUJO
Diretora de Fórum Substituta

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037706

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Santa Fé

PORTARIA Nº 17/2025 - SF-DF

A Doutora LEILA MORGANA CIAN LIUTI, Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 20, caput e § 4º, da Lei Federal nº 8.935/94, bem como no art. 56, § 1º do Código de Normas do Foro Extrajudicial,

RESOLVE

HOMOLOGAR A INDICAÇÃO de **HELOISA COLOMBO GOMES**, contratada sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, como **Escrevente Substituta** do **Serviço Distrital de Lobato da Comarca de Santa Fé**, com Efeitos a partir de **27/05/2025**, autorizada a praticar **todos os atos da serventia (exceto, nos Tabelionatos de Notas, lavrar testamentos)**, de acordo com a solicitação do Responsável pela Unidade.

Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná, em 16 de junho de 2025.

LEILA MORGANA CIAN LIUTI
Diretora de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7035821

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de São José dos Pinhais

PORTARIA Nº 62/2025 - SJP-DF

A Doutora LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA, Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 20, caput e § 3º, da Lei Federal nº 8.935/94, bem como no art. 56, § 1º do Código de Normas do Foro Extrajudicial,

RESOLVE

HOMOLOGAR A INDICAÇÃO de **LARISSA PIRES MACHADO**, contratada sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, como **Escrevente Indicada** do **2º Tabelionato de Notas da Comarca de São José dos Pinhais**, com Efeitos a partir de **03/06/2025**, autorizada a praticar os seguintes atos: reconhecimento de firma, autenticações, sinal público e apostilamento, de acordo com a solicitação do Responsável pela Unidade.

Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, em 23 de junho de 2025.

(assinado digitalmente)
LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA
Diretora de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037590

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Siqueira Campos

PORTARIA Nº 20/2025 - SC-DF

O Doutor MATHEUS RAMOS MOURA, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Siqueira Campos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO falecimento de ADEMIR JACOMO DE NICOLELLI, responsável pelo Serviço de Registro de Imóveis, Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Siqueira Campos e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa 10/2017,

RESOLVE

DESIGNAR, com Efeitos a partir de **11/06/2025**, **MARCIA CRISTINA DOS SANTOS**, Escrevente Substituta mais antiga, para responder, em caráter provisório, pelo **Serviço de Registro de Imóveis, Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Siqueira Campos**, até o provimento da vaga.
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Siqueira Campos, Estado do Paraná, em 27 de junho de 2025.

MATHEUS RAMOS MOURA
Diretor de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040367

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Terra Roxa

PORTARIA Nº 17/2025 - TR-DF-SDF

A Doutora ANDREIA MARQUES TARACHUK, Juíza Substituta Diretora do Fórum da Comarca de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o pedido formulado por Maria Márcia de Azevedo Palma, responsável pela Serventia Vara Cível e Anexos,

RESOLVE

REVOGAR, com Efeitos a partir de **24/06/2025**, a Portaria nº 16/2025 - TR-DF-SDF, referente ao afastamento de de **MARIA MARCIA DE AZEVEDO PALMA**, responsável pela(o) **Escrivania do Cível e Anexos da Comarca de Terra Roxa**, de acordo com a solicitação do (a) responsável pela unidade.
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 24 de junho de 2025.

ANDREIA MARQUES TARACHUK
Diretora de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038579

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Tomazina

PORTARIA Nº 10/2025 - TOM-DF

A Doutora CAROLINE GAZZOLA SUBTIL DE OLIVEIRA, Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 20, caput, §§ 4º e 5º, da Lei Federal nº 8.935/94, bem como no art. 56, § 1º do Código de Normas do Foro Extrajudicial,

RESOLVE

HOMOLOGAR A INDICAÇÃO de **MARIA EDUARDA MARODIN DOS SANTOS**, contratada sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, como **Escrevente Substituta Legal** do **Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Tomazina**, com Efeitos a partir de **16/06/2025**, autorizada a praticar **todos os atos da serventia**, de acordo com a solicitação do Responsável pela Unidade.
Fica igualmente homologada sua designação para responder pela serventia nas ausências e impedimentos do Responsável pela Unidade.

Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Tomazina, Estado do Paraná, em 25 de junho de 2025.

CAROLINE GAZZOLA SUBTIL DE OLIVEIRA
Diretora de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039379

Plantão Judiciário

ALTÔNIA

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Arthur Araujo de Oliveira
Responsável:	Alto Piquiri - Fernando K. Takeuchi (44) 99804-6476 Altônia - Pedro Vinícius C. Almeida (44) 99771-4255 Assis Chateaubriand - Gleice Vian da Silva (41) 99942-2435 Guaíra - Cleiton Cardoso (44) 98426-0262 Palotina - Gilson Cristiano Missio (44) 99815-4622 Terra Roxa - Maria R. E. S. Martini (44) 99115-4596
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Contato telefônico com o plantonista da comarca
Telefone:	

ALTO PIQUIRI

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Arthur Araujo de Oliveira
Responsável:	Alto Piquiri - Fernando K. Takeuchi (44) 99804-6476 Altônia - Pedro Vinícius C. Almeida (44) 99771-4255 Assis Chateaubriand - Gleice Vian da Silva (41) 99942-2435 Guaíra - Cleiton Cardoso (44) 98426-0262 Palotina - Gilson Cristiano Missio (44) 99815-4622 Terra Roxa - Maria R. E. S. Martini (44) 99115-4596
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Contato telefônico com o plantonista da comarca
Telefone:	

ARAPONGAS

Período:	01/07/2025 a 06/07/2025
Juiz:	Oto Luiz Sponholz Junior
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: ALEX CLEMENTE BOTELHO (43) 99996-3096/OJ: MIGUEL MENDONÇA DE ASSIS ARAPONGAS: CLERISTON DO CARMO MARTINS NORDER (43) 99974-4074/ OJ: JOÃO LUIS MITSUO OKUYAMA IBIPORÃ: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: LÍRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	01/07/2025 a 06/07/2025
Juiz:	Alberto Moreira Cortes Neto
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: ALEX CLEMENTE BOTELHO (43) 99996-3096/OJ: MIGUEL MENDONÇA DE ASSIS ARAPONGAS: CLERISTON DO CARMO MARTINS NORDER (43) 99974-4074/ OJ: JOÃO LUIS MITSUO OKUYAMA IBIPORÃ: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: LÍRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	01/07/2025 a 06/07/2025
Juiz:	Marina Martins Bardou Zunino
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: ALEX CLEMENTE BOTELHO (43) 99996-3096/OJ: MIGUEL MENDONÇA DE ASSIS ARAPONGAS: CLERISTON DO CARMO MARTINS NORDER (43) 99974-4074/ OJ: JOÃO LUIS MITSUO OKUYAMA IBIPORÃ: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: LÍRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 13/07/2025
Juiz:	Renato Cruz de Oliveira Junior
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99115-2606/OJ: FÁBIO DEPIERI ARAPONGAS: CÍNTIA DE OLIVEIRA SANTOS (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA IBIPORÃ: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR ROLÂNDIA: FERNANDO HENRIQUE BRESCIANI (43) 99931-5691/ OJ: MARCOS VINICIUS ZAMBIANCO (43) 99910-9957
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 13/07/2025
Juiz:	Sergio Aziz Neme
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1**

	CAMBÉ: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99115-2606/OJ: FÁBIO DEPIERI ARAPONGAS: CÍNTIA DE OLIVEIRA SANTOS (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA IBIPORÃ: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR ROLÂNDIA: FERNANDO HENRIQUE BRESCIANI (43) 99931-5691/ OJ: MARCOS VINICIUS ZAMBIANCO (43) 99910-9957
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 13/07/2025
Juiz:	Karin Feuerharmel Giuseppin
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99115-2606/OJ: FÁBIO DEPIERI ARAPONGAS: CÍNTIA DE OLIVEIRA SANTOS (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA IBIPORÃ: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR ROLÂNDIA: FERNANDO HENRIQUE BRESCIANI (43) 99931-5691/ OJ: MARCOS VINICIUS ZAMBIANCO (43) 99910-9957
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 20/07/2025
Juiz:	Elberti Mattos Bernardineli
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: MARCELO KAWASAKI ARAPONGAS: JÚLIO UBIRAI GERALDO GOMES (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SÉRGIO DA SILVA IBIPORÃ: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 99929-1008/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA ROLÂNDIA: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 20/07/2025
Juiz:	Gabriel Rocha Zenun
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: MARCELO KAWASAKI ARAPONGAS: JÚLIO UBIRAI GERALDO GOMES (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SÉRGIO DA SILVA IBIPORÃ: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 99929-1008/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA ROLÂNDIA: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 20/07/2025
Juiz:	Jessica Valéria Catabriga Guarnier
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: MARCELO KAWASAKI ARAPONGAS: JÚLIO UBIRAI GERALDO GOMES (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SÉRGIO DA SILVA IBIPORÃ: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 99929-1008/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA ROLÂNDIA: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 27/07/2025
Juiz:	Ana Cristina Penhalbel Moraes
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100/OJ: APARECIDO MÁRCIO DE OLIVEIRA ARAPONGAS: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA IBIPORÃ: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES ROLÂNDIA: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99652-8613
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 27/07/2025
Juiz:	Jessica Valéria Catabriga Guarnier
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100/OJ: APARECIDO MÁRCIO DE OLIVEIRA ARAPONGAS: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA IBIPORÃ: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES ROLÂNDIA: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99652-8613
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 27/07/2025
Juiz:	Oto Luiz Sponholz Junior
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100/OJ: APARECIDO MÁRCIO DE OLIVEIRA ARAPONGAS: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA IBIPORÃ: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES

	ROLÂNDIA: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99652-8613
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	Leonardo Aleksander Ferraz Sforza
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: ANDRÉ GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CÉZAR COGO DOS SANTOS ARAPONGAS: RAFAEL NOVELLI (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO IBIPORÃ: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: JULIANA C. F. COTTING (43) 99676-3760/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99161-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	José Foglia Júnior
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: ANDRÉ GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CÉZAR COGO DOS SANTOS ARAPONGAS: RAFAEL NOVELLI (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO IBIPORÃ: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: JULIANA C. F. COTTING (43) 99676-3760/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99161-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	Marcelo Furlanetto da Fonseca
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: ANDRÉ GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CÉZAR COGO DOS SANTOS ARAPONGAS: RAFAEL NOVELLI (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO IBIPORÃ: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: JULIANA C. F. COTTING (43) 99676-3760/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99161-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

ASSIS CHATEAUBRIAND

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Arthur Araujo de Oliveira
Responsável:	Alto Piquiri - Fernando K. Takeuchi (44) 99804-6476 Altônia - Pedro Vinícius C. Almeida (44) 99771-4255 Assis Chateaubriand - Gleice Vian da Silva (41) 99942-2435 Guaíra - Cleiton Cardoso (44) 98426-0262 Palotina - Gilson Cristiano Missio (44) 99815-4622 Terra Roxa - Maria R. E. S. Martini (44) 99115-4596
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Contato telefônico com o plantonista da comarca
Telefone:	

FORO REGIONAL DE CAMBÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

Período:	01/07/2025 a 06/07/2025
Juiz:	Oto Luiz Sponholz Junior
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: ALEX CLEMENTE BOTELHO (43) 99996-3096/OJ: MIGUEL MENDONÇA DE ASSIS ARAPONGAS: CLERISTON DO CARMO MARTINS NORDER (43) 99974-4074/ OJ: JOÃO LUIS MITSUO OKUYAMA IBIPORÃ: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: LÍRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	01/07/2025 a 06/07/2025
Juiz:	Alberto Moreira Cortes Neto
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: ALEX CLEMENTE BOTELHO (43) 99996-3096/OJ: MIGUEL MENDONÇA DE ASSIS ARAPONGAS: CLERISTON DO CARMO MARTINS NORDER (43) 99974-4074/ OJ: JOÃO LUIS MITSUO OKUYAMA IBIPORÃ: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: LÍRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	01/07/2025 a 06/07/2025
Juiz:	Marina Martins Bardou Zunino
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: ALEX CLEMENTE BOTELHO (43) 99996-3096/OJ: MIGUEL MENDONÇA DE ASSIS

	ARAPONGAS: CLERISTON DO CARMO MARTINS NORDER (43) 99974-4074/ OJ: JOÃO LUIS MITSUO OKUYAMA IBIPORÃ: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: LÍRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 13/07/2025
Juiz:	Renato Cruz de Oliveira Junior
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99115-2606/OJ: FÁBIO DEPIERI ARAPONGAS: CÍNTIA DE OLIVEIRA SANTOS (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA IBIPORÃ: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR ROLÂNDIA: FERNANDO HENRIQUE BRESCIANI (43) 99931-5691/ OJ: MARCOS VINICIUS ZAMBIANCO (43) 99910-9957
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 13/07/2025
Juiz:	Sergio Aziz Neme
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99115-2606/OJ: FÁBIO DEPIERI ARAPONGAS: CÍNTIA DE OLIVEIRA SANTOS (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA IBIPORÃ: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR ROLÂNDIA: FERNANDO HENRIQUE BRESCIANI (43) 99931-5691/ OJ: MARCOS VINICIUS ZAMBIANCO (43) 99910-9957
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 13/07/2025
Juiz:	Karin Feuerharmel Giuseppin
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99115-2606/OJ: FÁBIO DEPIERI ARAPONGAS: CÍNTIA DE OLIVEIRA SANTOS (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA IBIPORÃ: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR ROLÂNDIA: FERNANDO HENRIQUE BRESCIANI (43) 99931-5691/ OJ: MARCOS VINICIUS ZAMBIANCO (43) 99910-9957
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 20/07/2025
Juiz:	Elberti Mattos Bernardineli
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: MARCELO KAWASAKI ARAPONGAS: JÚLIO UBIRAI GERALDO GOMES (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SÉRGIO DA SILVA IBIPORÃ: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 99929-1008/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA ROLÂNDIA: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 20/07/2025
Juiz:	Gabriel Rocha Zenun
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: MARCELO KAWASAKI ARAPONGAS: JÚLIO UBIRAI GERALDO GOMES (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SÉRGIO DA SILVA IBIPORÃ: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 99929-1008/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA ROLÂNDIA: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 20/07/2025
Juiz:	Jessica Valéria Catabriga Guarnier
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: MARCELO KAWASAKI ARAPONGAS: JÚLIO UBIRAI GERALDO GOMES (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SÉRGIO DA SILVA IBIPORÃ: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 99929-1008/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA ROLÂNDIA: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 27/07/2025
Juiz:	Ana Cristina Penhalbel Moraes
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100/OJ: APARECIDO MÁRCIO DE OLIVEIRA ARAPONGAS: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA IBIPORÃ: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES ROLÂNDIA: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99652-8613
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 27/07/2025
Juiz:	Jessica Valéria Catabriga Guarnier
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100/OJ: APARECIDO MÁRCIO DE OLIVEIRA ARAPONGAS: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA IBIPORÃ: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES ROLÂNDIA: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99652-8613
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 27/07/2025
Juiz:	Oto Luiz Sponholz Junior
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100/OJ: APARECIDO MÁRCIO DE OLIVEIRA ARAPONGAS: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA IBIPORÃ: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES ROLÂNDIA: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99652-8613
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	Leonardo Aleksander Ferraz Sforza
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: ANDRÉ GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CÉZAR COGO DOS SANTOS ARAPONGAS: RAFAEL NOVELLI (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO IBIPORÃ: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: JULIANA C. F. COTTING (43) 99676-3760/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99161-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	José Foglia Júnior
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: ANDRÉ GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CÉZAR COGO DOS SANTOS ARAPONGAS: RAFAEL NOVELLI (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO IBIPORÃ: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: JULIANA C. F. COTTING (43) 99676-3760/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99161-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	Marcelo Furlanetto da Fonseca
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: ANDRÉ GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CÉZAR COGO DOS SANTOS ARAPONGAS: RAFAEL NOVELLI (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO IBIPORÃ: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: JULIANA C. F. COTTING (43) 99676-3760/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99161-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

CANTAGALO

Período:	01/07/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Luciana Gonçalves Nunes
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Thiago Holubovski Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Robson Araujo Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Ernesto Mataran Neto Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Helis F. I. Ambrosio Oficial de justiça: Ricardo Andreiv **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Debora Cristina Mazotti Fagundes Oficial de justiça: Magno Rossi
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Laranjeiras do Sul
Telefone:	(42) 98428-9170

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	GUSTAVO DANIEL MARCHINI
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Neucimane Vilhas Voas Pires Oficial de justiça: Vergílio Palhano dos Santo **Catanduvas** - Servidor: Fernando Augusto Martins Cardoso Oficial de justiça: Eduardo de Castro Javorski

	Guaraniaçu - Servidor: Julio Cesar da Silva Castro Oficial de justiça: Cleverson Luiz Colla Silva **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Johannes Fermino Oficial de justiça: Joelsio José Rottini **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Leandro Xavier Silva Oficial de justiça: Claudionei Campigotto
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Quedas do Iguaçu
Telefone:	(41)996139482

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Felipe Buzanelo Ferreira
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Andre Luiz Da Silva Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Cleberson Bueno Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Patricia Gaffuri Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Karina Terezinha Muelhbauer Oficial de justiça: Franciele Humeniuk **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Amerido Mendes Flores Oficial de justiça: Cleusa Maria de R. Prasnievski
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Laranjeiras do Sul
Telefone:	42 999686243

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	João Felipe Marcolina
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Thiago Holubovski Oficial de justiça: Vergílio Palhano dos Santo **Catanduvas** - Servidor: Andrea Popadiuk Joly Oficial de justiça: Eduardo de Castro Javorski **Guaraniaçu -** Servidor: Osvaldo Luiz Scheffer Leck Oficial de justiça: Cleverson Luiz Colla Silva **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Rodrigo Sturmer Oficial de justiça: Mateus da Luz **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Kelly Cristina Ferry Oficial de justiça: Magno Rossi
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Quedas do Iguaçu
Telefone:	(41) 98798-1984

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	Leonardo Sippel Linden
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Neucimane Vilhas Voas Pires Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Adriane Strzelecki Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Ernesto Mataran Neto Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Khristian Bayer Oficial de justiça: Ricardo Andreiv **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Bruno Gustavo Domacoski Oficial de justiça: Claudionei Campigotto
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cantagalo
Telefone:	42 3309 3740

CASCAVEL

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Fernanda Consoni
Responsável:	Plantonistas: Greice Nunes, Patricia Agnoleto Oficial de Justiça: Josane Salete Sebben E-mail: plantaojudiciariocascavel@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Cascavel
Telefone:	(45) 99954-5063

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Fernanda Batista Dornelles
Responsável:	Portaria nº 116.2022: Feitos relacionados à Violência Doméstica, conforme regulamentação da Lei nº. 11.340/2006, com abrangência dos incidentes deles decorrentes e audiências de custódia resultantes de prisões por crimes dessa natureza. E-mail: plantaojudiciariocascavel@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Cascavel
Telefone:	(45) 99954-5063

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Samantha Barzotto Dalmina
Responsável:	Portaria nº 116.2022: Feitos relacionados às competências Cível, Fazenda Pública, Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, Família e Infância e Juventude. E-mail: plantaojudiciariocascavel@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.

Local:	Fórum de Cascavel
Telefone:	(45) 99954-5063

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Nathan Kirchner Herbst
Responsável:	Plantonistas: Flavia Pozzobon, Cristiane Silva de Almeida, Cleverson Rodrigues Teixeira Oficial de Justiça: Alessandro Henrique Bilibio E-mail: plantaojudiciariocascavel@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Cascavel
Telefone:	(45) 99954-5063

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Phellipe Müller
Responsável:	Portaria nº 116.2022: Feitos relacionados à Violência Doméstica, conforme regulamentação da Lei nº. 11.340/2006, com abrangência dos incidentes deles decorrentes e audiências de custódia resultantes de prisões por crimes dessa natureza. E-mail: plantaojudiciariocascavel@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Cascavel
Telefone:	(45) 99954-5063

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Osvaldo Alves da Silva
Responsável:	Portaria nº 116.2022: Feitos relacionados às competências Cível, Fazenda Pública, Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, Família e Infância e Juventude. E-mail: plantaojudiciariocascavel@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Cascavel
Telefone:	(45) 99954-5063

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Nicia Kirchkein Cardoso
Responsável:	Plantonistas: Vanessa Zampronio, Daniela Zampronio, André Luiz Favero Oficial de Justiça: Veridiana Patrzyk E-mail: plantaojudiciariocascavel@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Cascavel
Telefone:	(45) 99954-5063

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Glaucio Francisco Moura Cruvinel
Responsável:	Portaria nº 116.2022: Feitos relacionados à Violência Doméstica, conforme regulamentação da Lei nº. 11.340/2006, com abrangência dos incidentes deles decorrentes e audiências de custódia resultantes de prisões por crimes dessa natureza. E-mail: plantaojudiciariocascavel@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Cascavel
Telefone:	(45) 99954-5063

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Fernanda Monteiro Sanches
Responsável:	Portaria nº 116.2022: Feitos relacionados às competências Cível, Fazenda Pública, Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, Família e Infância e Juventude. E-mail: plantaojudiciariocascavel@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Cascavel
Telefone:	(45) 99954-5063

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Samantha Barzotto Dalmina
Responsável:	Plantonistas: Silvio Vilar Oficial de Justiça: Adélcio Renosto E-mail: plantaojudiciariocascavel@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Cascavel
Telefone:	(45) 99954-5063

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Eduardo Villa Coimbra Campos
Responsável:	Portaria nº 116.2022: Feitos relacionados à Violência Doméstica, conforme regulamentação da Lei nº. 11.340/2006, com abrangência dos incidentes deles decorrentes e audiências de custódia resultantes de prisões por crimes dessa natureza. E-mail: plantaojudiciariocascavel@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Cascavel
Telefone:	(45) 99954-5063

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Luciano Lara Zequinao
Responsável:	Portaria nº 116.2022: Feitos relacionados às competências Cível, Fazenda Pública, Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, Família e Infância e Juventude. E-mail: plantaojudiciariocascavel@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Cascavel
Telefone:	(45) 99954-5063

CATANDUVAS

Período:	01/07/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Luciana Gonçalves Nunes
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Thiago Holubovski Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Robson Araujo Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Ernesto Mataran Neto Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Helis F. I. Ambrosio Oficial de justiça: Ricardo Andreiv

	Quedas do Iguaçu - Servidor: Debora Cristina Mazotti Fagundes Oficial de justiça: Magno Rossi
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Laranjeiras do Sul
Telefone:	(42) 98428-9170

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	GUSTAVO DANIEL MARCHINI
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Neucimane Vilhas Voas Pires Oficial de justiça: Vergílio Palhano dos Santo **Catanduvas** - Servidor: Fernando Augusto Martins Cardoso Oficial de justiça: Eduardo de Castro Javorski **Guaraniaçu -** Servidor: Julio Cesar da Silva Castro Oficial de justiça: Cleverson Luiz Colla Silva **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Johannes Fermino Oficial de justiça: Joelsio José Rottini **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Leandro Xavier Silva Oficial de justiça: Claudionei Campigotto
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Quedas do Iguaçu
Telefone:	(41)996139482

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Felipe Buzanelo Ferreira
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Andre Luiz Da Silva Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Cleberson Bueno Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Patricia Gaffuri Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Karina Terezinha Muelhbauer Oficial de justiça: Franciele Humeniuk **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Amerido Mendes Flores Oficial de justiça: Cleusa Maria de R. Prasnievski
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Laranjeiras do Sul
Telefone:	42 999686243

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	João Felipe Marcolina
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Thiago Holubovski Oficial de justiça: Vergílio Palhano dos Santo
	Catanduvas - Servidor: Andrea Popadiuk Joly Oficial de justiça: Eduardo de Castro Javorski **Guaraniaçu -** Servidor: Osvaldo Luiz Scheffer Leck Oficial de justiça: Cleverson Luiz Colla Silva **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Rodrigo Sturmer Oficial de justiça: Mateus da Luz **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Kelly Cristina Ferry Oficial de justiça: Magno Rossi
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Quedas do Iguaçu
Telefone:	(41) 98798-1984

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	Leonardo Sippel Linden
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Neucimane Vilhas Voas Pires Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Adriane Strzelecki Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Ernesto Mataran Neto Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Khristian Bayer Oficial de justiça: Ricardo Andreiv **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Bruno Gustavo Domacoski Oficial de justiça: Claudionei Campigotto
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cantagalo
Telefone:	42 3309 3740

CURIÚVA

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Camila Felix Silva
Responsável:	Ana Angélica Santana Souza de Lima
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99197-3901

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Caroline Gazzola Subtil de Oliveira
Responsável:	Erika Sotta
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99618-6413

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Franciele Pereira Do Nascimento
Responsável:	Tiago Inocêncio Bertoldo Mota
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 98805-1862

Período:	28/07/2025 a 04/08/2025
Juiz:	TAIS SILVA TEIXEIRA
Responsável:	Fernando Fonseca de Queiroz de Mattos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99105-3678

DOIS VIZINHOS

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Antonio Evangelista de Souza Netto
Responsável:	Vlademir Prigol
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(46) 99975-4346

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Leonardo Marcio Laureano
Responsável:	Izabel Cristina Barros
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(46) 99927-7848

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Micheli Franzoni
Responsável:	Vivian Ettore Fernandes
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(18) 98106-7904

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Joseane Catusso Lopes de Oliveira
Responsável:	Jaclyn Michele Damaceno
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(46) 99120-2389

Período:	28/07/2025 a 04/08/2025
Juiz:	Lisiane Heberle Mattos
Responsável:	Cristiane Ottobelli
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(49) 98884-5559

FRANCISCO BELTRÃO

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Antonio Evangelista de Souza Netto
Responsável:	Vlademir Prigol
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(46) 99975-4346

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Leonardo Marcio Laureano
Responsável:	Izabel Cristina Barros
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(46) 99927-7848

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Micheli Franzoni
Responsável:	Vivian Ettore Fernandes
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(18) 98106-7904

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Joseane Catusso Lopes de Oliveira
Responsável:	Jaclyn Michele Damaceno
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(46) 99120-2389

Período:	28/07/2025 a 04/08/2025
Juiz:	Lisiane Heberle Mattos
Responsável:	Cristiane Ottobelli
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(49) 98884-5559

GUAÍRA

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Arthur Araujo de Oliveira
Responsável:	Alto Piquiri - Fernando K. Takeuchi (44) 99804-6476 Altônia - Pedro Vinícius C. Almeida (44) 99771-4255 Assis Chateaubriand - Gleice Vian da Silva (41) 99942-2435 Guaíra - Cleiton Cardoso (44) 98426-0262 Palotina - Gilson Cristiano Missio (44) 99815-4622 Terra Roxa - Maria R. E. S. Martini (44) 99115-4596
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Contato telefônico com o plantonista da comarca
Telefone:	

GUARANIAÇU

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025

Período:	01/07/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Luciana Gonçalves Nunes
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Thiago Holubovski Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Robson Araujo Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Ernesto Mataran Neto Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Helis F. I. Ambrosio Oficial de justiça: Ricardo Andreiv **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Debora Cristina Mazotti Fagundes Oficial de justiça: Magno Rossi
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Laranjeiras do Sul
Telefone:	(42) 98428-9170

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	GUSTAVO DANIEL MARCHINI
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Neucimane Vilhas Voas Pires Oficial de justiça: Vergílio Palhano dos Santo **Catanduvas** - Servidor: Fernando Augusto Martins Cardoso Oficial de justiça: Eduardo de Castro Javorski **Guaraniaçu -** Servidor: Julio Cesar da Silva Castro Oficial de justiça: Cleverson Luiz Colla Silva **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Johannes Fermino Oficial de justiça: Joelsio José Rottini **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Leandro Xavier Silva Oficial de justiça: Claudionei Campigotto
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Quedas do Iguaçu
Telefone:	(41)996139482

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Felipe Buzanelo Ferreira
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Andre Luiz Da Silva Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Cleberson Bueno Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Patricia Gaffuri Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Karina Terezinha Muelhbauer Oficial de justiça: Franciele Humeniuk **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Amerido Mendes Flores Oficial de justiça: Cleusa Maria de R. Prasnievski
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Laranjeiras do Sul
Telefone:	42 999686243

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	João Felipe Marcolina
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Thiago Holubovski Oficial de justiça: Vergílio Palhano dos Santo **Catanduvas** - Servidor: Andrea Popadiuk Joly Oficial de justiça: Eduardo de Castro Javorski **Guaraniaçu -** Servidor: Osvaldo Luiz Scheffer Leck Oficial de justiça: Cleverson Luiz Colla Silva **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Rodrigo Sturmer Oficial de justiça: Mateus da Luz **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Kelly Cristina Ferry Oficial de justiça: Magno Rossi
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Quedas do Iguaçu
Telefone:	(41) 98798-1984

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	Leonardo Sippel Linden
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Neucimane Vilhas Voas Pires Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Adriane Strzelecki Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Ernesto Mataran Neto Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Khristian Bayer Oficial de justiça: Ricardo Andreiv **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Bruno Gustavo Domacoski Oficial de justiça: Claudionei Campigotto
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cantagalo
Telefone:	42 3309 3740

IBAITI

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Camila Felix Silva
Responsável:	Ana Angélica Santana Souza de Lima
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99197-3901

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Caroline Gazzola Subtil de Oliveira
Responsável:	Erika Sotta
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99618-6413

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Franciele Pereira Do Nascimento
Responsável:	Tiago Inocêncio Bertoldo Mota
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 98805-1862

Período:	28/07/2025 a 04/08/2025
Juiz:	TAIS SILVA TEIXEIRA
Responsável:	Fernando Fonseca de Queiroz de Mattos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99105-3678

FORO REGIONAL DE IBIPORÃ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

Período:	01/07/2025 a 06/07/2025
Juiz:	Oto Luiz Sponholz Junior
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: ALEX CLEMENTE BOTELHO (43) 99996-3096/OJ: MIGUEL MENDONÇA DE ASSIS ARAPONGAS: CLERISTON DO CARMO MARTINS NORDER (43) 99974-4074/ OJ: JOÃO LUIS MITSUO OKUYAMA IBIPORÃ: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: LÍRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	01/07/2025 a 06/07/2025
Juiz:	Alberto Moreira Cortes Neto
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: ALEX CLEMENTE BOTELHO (43) 99996-3096/OJ: MIGUEL MENDONÇA DE ASSIS ARAPONGAS: CLERISTON DO CARMO MARTINS NORDER (43) 99974-4074/ OJ: JOÃO LUIS MITSUO OKUYAMA IBIPORÃ: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: LÍRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	01/07/2025 a 06/07/2025
Juiz:	Marina Martins Bardou Zunino
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: ALEX CLEMENTE BOTELHO (43) 99996-3096/OJ: MIGUEL MENDONÇA DE ASSIS ARAPONGAS: CLERISTON DO CARMO MARTINS NORDER (43) 99974-4074/ OJ: JOÃO LUIS MITSUO OKUYAMA IBIPORÃ: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: LÍRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 13/07/2025
Juiz:	Renato Cruz de Oliveira Junior
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99115-2606/OJ: FÁBIO DEPIERI ARAPONGAS: CÍNTIA DE OLIVEIRA SANTOS (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA IBIPORÃ: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR ROLÂNDIA: FERNANDO HENRIQUE BRESCIANI (43) 99931-5691/ OJ: MARCOS VINICIUS ZAMBIANCO (43) 99910-9957
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 13/07/2025
Juiz:	Sergio Aziz Neme
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99115-2606/OJ: FÁBIO DEPIERI ARAPONGAS: CÍNTIA DE OLIVEIRA SANTOS (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA IBIPORÃ: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR ROLÂNDIA: FERNANDO HENRIQUE BRESCIANI (43) 99931-5691/ OJ: MARCOS VINICIUS ZAMBIANCO (43) 99910-9957
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 13/07/2025
Juiz:	Karin Feuerharmel Giuseppin
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99115-2606/OJ: FÁBIO DEPIERI ARAPONGAS: CÍNTIA DE OLIVEIRA SANTOS (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA

	IBIPORÃ: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR ROLÂNDIA: FERNANDO HENRIQUE BRESCIANI (43) 99931-5691/ OJ: MARCOS VINICIUS ZAMBIANCO (43) 99910-9957
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 20/07/2025
Juiz:	Elberti Mattos Bernardineli
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: MARCELO KAWASAKI ARAPONGAS: JÚLIO UBIRAI GERALDO GOMES (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SÉRGIO DA SILVA IBIPORÃ: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 99929-1008/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA ROLÂNDIA: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 20/07/2025
Juiz:	Gabriel Rocha Zenun
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: MARCELO KAWASAKI ARAPONGAS: JÚLIO UBIRAI GERALDO GOMES (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SÉRGIO DA SILVA IBIPORÃ: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 99929-1008/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA ROLÂNDIA: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 20/07/2025
Juiz:	Jessica Valéria Catabriga Guarnier
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: MARCELO KAWASAKI ARAPONGAS: JÚLIO UBIRAI GERALDO GOMES (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SÉRGIO DA SILVA IBIPORÃ: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 99929-1008/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA ROLÂNDIA: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 27/07/2025
Juiz:	Ana Cristina Penhalbel Moraes
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100/OJ: APARECIDO MÁRCIO DE OLIVEIRA ARAPONGAS: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA IBIPORÃ: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES ROLÂNDIA: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99652-8613
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 27/07/2025
Juiz:	Jessica Valéria Catabriga Guarnier
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100/OJ: APARECIDO MÁRCIO DE OLIVEIRA ARAPONGAS: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA IBIPORÃ: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES ROLÂNDIA: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99652-8613
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 27/07/2025
Juiz:	Oto Luiz Sponholz Junior
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100/OJ: APARECIDO MÁRCIO DE OLIVEIRA ARAPONGAS: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA IBIPORÃ: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES ROLÂNDIA: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99652-8613
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	Leonardo Aleksander Ferraz Sforza
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: ANDRÉ GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CÉZAR COGO DOS SANTOS ARAPONGAS: RAFAEL NOVELLI (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO IBIPORÃ: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: JULIANA C. F. COTTING (43) 99676-3760/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99161-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.

Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	José Foglia Júnior
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: ANDRÉ GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CÉZAR COGO DOS SANTOS ARAPONGAS: RAFAEL NOVELLI (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO IBIPORÃ: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: JULIANA C. F. COTTING (43) 99676-3760/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99161-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	Marcelo Furlanetto da Fonseca
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: ANDRÉ GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CÉZAR COGO DOS SANTOS ARAPONGAS: RAFAEL NOVELLI (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO IBIPORÃ: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: JULIANA C. F. COTTING (43) 99676-3760/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99161-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

JOAQUIM TÁVORA

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Camila Felix Silva
Responsável:	Ana Angélica Santana Souza de Lima
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99197-3901

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Caroline Gazzola Subtil de Oliveira
Responsável:	Erika Sotta
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99618-6413

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Franciele Pereira Do Nascimento
Responsável:	Tiago Inocêncio Bertoldo Mota
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 98805-1862

Período:	28/07/2025 a 04/08/2025
Juiz:	TAIS SILVA TEIXEIRA
Responsável:	Fernando Fonseca de Queiroz de Mattos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99105-3678

LARANJEIRAS DO SUL

Período:	01/07/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Luciana Gonçalves Nunes
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Thiago Holubovski Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Robson Araujo Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Ernesto Mataran Neto Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Helis F. I. Ambrosio Oficial de justiça: Ricardo Andreiv **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Debora Cristina Mazotti Fagundes Oficial de justiça: Magno Rossi
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Laranjeiras do Sul
Telefone:	(42) 98428-9170

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Gustavo Daniel Marchini
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Neucimane Vilhas Voas Pires Oficial de justiça: Vergílio Palhano dos Santo **Catanduvas** - Servidor: Fernando Augusto Martins Cardoso Oficial de justiça: Eduardo de Castro Javorski **Guaraniaçu -** Servidor: Julio Cesar da Silva Castro Oficial de justiça: Cleverson Luiz Colla Silva **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Johannes Fermino Oficial de justiça: Joelsio José Rottini **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Ana Claudia W. Correa Oficial de justiça: Claudionei Campigotto
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Quedas do Iguaçu
Telefone:	(41)99650-6223

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Felipe Buzanelo Ferreira
Responsável:	**Cantagalo -**

	Servidor: Andre Luiz Da Silva Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Cleberson Bueno Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Patricia Gaffuri Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Karina Terezinha Muelhbauer Oficial de justiça: Franciele Humeniuk **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Amerido Mendes Flores Oficial de justiça: Cleusa Maria de R. Prasnievski
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Laranjeiras do Sul
Telefone:	42 999686243

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	João Felipe Marcolina
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Thiago Holubovski Oficial de justiça: Vergílio Palhano dos Santo **Catanduvas** - Servidor: Andrea Popadiuk Joly Oficial de justiça: Eduardo de Castro Javorski **Guaraniaçu -** Servidor: Osvaldo Luiz Scheffer Leck Oficial de justiça: Cleverson Luiz Colla Silva **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Rodrigo Sturmer Oficial de justiça: Mateus da Luz **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Kelly Cristina Ferry Oficial de justiça: Magno Rossi
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Quedas do Iguaçu
Telefone:	(41) 98798-1984

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	Leonardo Sippel Linden
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Neucimane Vilhas Voas Pires Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Adriane Strzelecki Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Ernesto Mataran Neto Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Khristian Bayer Oficial de justiça: Ricardo Andreiv **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Bruno Gustavo Domacoski Oficial de justiça: Claudionei Campigotto
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cantagalo
Telefone:	42 3309 3740

MARMELEIRO

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Antonio Evangelista de Souza Netto
Responsável:	Vlademir Prigol
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(46) 99975-4346

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Leonardo Marcio Laureano
Responsável:	Izabel Cristina Barros
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(46) 99927-7848

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Micheli Franzoni
Responsável:	Vivian Ettore Fernandes
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(18) 98106-7904

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Joseane Catusso Lopes de Oliveira
Responsável:	Jaclyn Michele Damaceno
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(46) 99120-2389

Período:	28/07/2025 a 04/08/2025
Juiz:	Lisiane Heberle Mattos
Responsável:	Cristiane Ottobelli
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(49) 98884-5559

MATINHOS

Período:	01/06/2025 a 04/06/2025
Juiz:	Giovanna de Sa Rechia
Responsável:	**Matinhos:** Ângela de Oliveira Aldo Soares **Guaratuba:** Walmir Rocha Wenceslau Junior

	Pontal do Paraná: Leidenice Teodoro Scremin até o dia 02/06 após Amanda dos Santos Pereira
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Unidade Regionalizada (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba)
Telefone:	Matinhos: 41-99760-2985 Guaratuba: 41 99603-4028 Pontal do Paraná: 41-99823-9470 (Leide)e 41-99109-9496 (Amanda)

Período:	05/06/2025 a 11/06/2025
Juiz:	Ricardo José Lopes
Responsável:	**Matinhos:** Ângela de Oliveira até dia 08/06 após Tatiana Ilhete Perusseli Trompczynski Aldo Soares (OJ) até dia 08/06 após Jean Jonatas Nunes Cabral (OJ) **Guaratuba:** Yanara Costa e Silva **Pontal do Paraná:** Amanda dos Santos Pereira até o dia 09/06 ? após Nair Magalhães de Camargo
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Unidade Regionalizada (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba)
Telefone:	Matinhos: 41-99760-2985 Guaratuba: 47-999691803 Pontal do Paraná: 41-99109-9496 (Amanda) e 44-997074-6890 (Nair)

Período:	12/06/2025 a 18/06/2025
Juiz:	Danielle Guimaraes da Costa
Responsável:	**Matinhos:** Tatiana Ilhete Perusseli Trompczynski até dia 15/06 após Adriano Henrique Campi Jean Jonatas Nunes Cabral (OJ) **Guaratuba:** Kelly Lisiane Muller Wilke **Pontal do Paraná:** Nair Magalhães de Camargo até o dia 16/06 ? após Luiz Roberto Pienta
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Unidade Regionalizada (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba)
Telefone:	Matinhos: 41-99760-2985 Guaratuba: 41-99706-4421 Pontal do Paraná: 44-997074-6890 (Nair) e 41 99616-6833 (Luiz)

Período:	19/06/2025 a 25/06/2025
Juiz:	Renata Luiza Berbetz Martins
Responsável:	**Matinhos:** Adriano Henrique Campi até dia 22/06 após Giovanni Morais dos Santos Julio Cesar de Paula Castro (OJ) até dia 22/06 após Washington Luiz Mello Guimarães (OJ) **Guaratuba:** Lorizete Aparecida Machado **Pontal do Paraná:** Luiz Roberto Pienta até o dia 21/06 ? após Liara Matzenbacher
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Unidade Regionalizada (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba)
Telefone:	Matinhos: 41-99760-2985 Guaratuba: 41-997064421 Pontal do Paraná: 41 99616-6833 (Luiz) e 41-98843-1580 (Liara)

Período:	26/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Marisa de Freitas
Responsável:	**Matinhos:** Giovanni Morais dos Santos até dia 30/06 após Ângela de Oliveira Washington Luiz Mello Guimarães (OJ) até dia 30/06 **Guaratuba:** Neif Willy Junior **Pontal do Paraná: Tathiane Domingues**
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Unidade Regionalizada (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba)
Telefone:	Matinhos: 41-99748-8486 Guaratuba: 41-99706-4421 Pontal do Paraná: 41-99845-7595

Período:	01/07/2025 a 02/07/2025
Juiz:	Marisa de Freitas
Responsável:	**Matinhos:** Ângela de Oliveira Aldo Soares (OJ) **Guaratuba:** Neif Willy Junior **Pontal do Paraná:** Tathiane Domingues (dia 1º - após, Nair Magalhães de Camargo)
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Unidade Regionalizada (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba)
Telefone:	Matinhos: 41-99748-8486 Guaratuba: 41-99706-4421 Pontal do Paraná: 41-99845-7595 e 41-99845-7595

Período:	03/07/2025 a 09/07/2025
Juiz:	Ricardo José Lopes
Responsável:	**Matinhos:** Ângela de Oliveira até dia 08/07 após Tatiana Ilhete Perusseli Trompczynski Aldo Soares (OJ) até dia 08/07 após Jean Jonatas Nunes Cabral (OJ) **Guaratuba:** Pedro da Rosa Holzmann **Pontal do Paraná:** Nair Magalhães de Camargo (até o dia 7 ? após, Amanda Pereira dos Santos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Unidade Regionalizada (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba)
Telefone:	Matinhos: 41-99748-8486 Guaratuba: 41-99203-0483 Pontal do Paraná: 41-99109-9496 (Amanda) e 44-997074-6890 (Nair)

Período:	10/07/2025 a 16/07/2025
Juiz:	Carolina Valiati da Rosa

Responsável:	**Matinhos:** Tatiana Ilhete Perusseli Trompczynski até dia 16/07 Jean Jonatas Nunes Cabral (OJ) até dia 16/07 **Guaratuba:** Walmir Rocha Wenceslau Junior **Pontal do Paraná:** Amanda dos Santos Pereira até o dia 14/07 ? após Luiz Roberto Pienta
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Unidade Regionalizada (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba)
Telefone:	Matinhos: 41-99748-8486 Guaratuba: 41-99603-4028 Pontal do Paraná: 41 99616-6833 (Luiz)

Período:	17/07/2025 a 23/07/2025
Juiz:	Cristiane Dias Bonfim Godinho
Responsável:	**Matinhos:** Adriano Henrique Campi até dia 23/07 Julio Cesar de Paula Castro (OJ) até dia 23/07 **Guaratuba:** Neif Willy Junior **Pontal do Paraná:** Luiz Roberto Pienta até o dia 20/07 ? após Leidenice Teodoro Scremin
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Unidade Regionalizada (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba)
Telefone:	Matinhos: 41-99748-8486 Guaratuba: 41-99706-4421 Pontal do Paraná: 41 - 99823-9470 (Leidenice)

Período:	24/07/2025 a 30/07/2025
Juiz:	Renata Luiza Berbetz Martins
Responsável:	**Matinhos:** Giovanni Morais dos Santos Washington Luiz Mello Guimarães (OJ) **Guaratuba:** Yanara Costa e Silva **Pontal do Paraná:** Leidenice Teodoro Scremin até o dia 26/07 ? após Tathiane Domingues
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Unidade Regionalizada (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba)
Telefone:	Matinhos: 41-99748-8486 Guaratuba: 47-99969-1803 Pontal do Paraná: 41 - 99845-7595 (Tathiane)

Período:	31/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	Danielle Guimaraes da Costa
Responsável:	**Matinhos:** Giovanni Morais dos Santos Washington Luiz Mello Guimarães (OJ) **Guaratuba:** Kelly Lisiane Muller Wilke **Pontal do Paraná:** Tathiane Domingues
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Unidade Regionalizada (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba)
Telefone:	Matinhos: 41-99748-8486 Guaratuba: 41-99706-4421 Pontal do Paraná: 41 - 99845-7595 (Tathiane)

PALOTINA

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Arthur Araujo de Oliveira
Responsável:	Alto Piquiri - Fernando K. Takeuchi (44) 99804-6476 Altônia - Pedro Vinícius C. Almeida (44) 99771-4255 Assis Chateaubriand - Gleice Vian da Silva (41) 99942-2435 Guaíra - Cleiton Cardoso (44) 98426-0262 Palotina - Gilson Cristiano Missio (44) 99815-4622 Terra Roxa - Maria R. E. S. Martini (44) 99115-4596
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Contato telefônico com o plantonista da comarca
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Andreia Marques Tarachuk
Responsável:	Alto Piquiri - Julio Cesar T. Albinati (44) 99985-6308 Altônia - Marcos J. O. Zambolim (44) 99956-0190 Assis Chateaubriand - Cinthia da Silva Pereira (44) 9 9709 0305 Guaíra - Gabriela Usó Delduca (43) 99626-7964 Palotina - Ivaldo Luiz Cenci (44) 99888-9060 Terra Roxa - Luzia Silva Alves (44) 99727-5677
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Contato telefônico com o plantonista da comarca
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Thiago Stanley Gurski
Responsável:	Alto Piquiri - Gessica F. S. Evangelista (44) 98443-1694 Altônia - Maycon W. Vedovelli (44) 99992-1496 Assis Chateaubriand - Dirlei de Souza (44) 99910-2551 Guaíra - Marcos Roberto de Lima (44) 98406-3729 Palotina - Keler F. D. Violada (44) 99904-3146 Terra Roxa - Thiago Shoit A. Horita (41) 99756-7853
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia

	seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Contato telefônico com o plantonista da comarca
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Luiz Fernando Montini
Responsável:	Alto Piquiri - Fernando K. Takeuchi (44) 99804-6476 Altônia - Pedro Vinícius C. Almeida (44) 99771-4255 Assis Chateaubriand - Gleice Vian da Silva (41) 99942-2435 Guaíra - Antônio Jackson A. Reis (44) 99933-7866 Palotina - Gilson Cristiano Missio (44) 99815-4622 Terra Roxa - Maria R. E. S. Martini (44) 99115-4596
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Contato telefônico com o plantonista da comarca
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 04/08/2025
Juiz:	Christian Leandro Pires de Camargo Oliveira
Responsável:	Alto Piquiri - Gessica F. S. Evangelista (44) 98443-1694 Altônia - Marcos J. O. Zambolim (44) 99956-0190 Assis Chateaubriand - Cinthia da Silva Pereira (44) 9 9709 0305 Guaíra - Dário da Silva Freitas (44) 99994-3800 Palotina - Ivaldo Luiz Cenci (44) 99888-9060 Terra Roxa - Luzia Silva Alves (44) 99727-5677
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Contato telefônico com o plantonista da comarca
Telefone:	

PARANAVAÍ

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	João Guilherme Barbosa Elias
Responsável:	ELTON JOSE DE LIMA (44) 99114-2614 elton.lima@tjpr.jus.br
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE PARANAVAÍ
Telefone:	

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Felipe Redecker Landmeier
Responsável:	ELTON JOSE DE LIMA (44) 99114-2614 elton.lima@tjpr.jus.br
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE LOANDA; COMARCA DE NOVA LONDRINA; COMARCA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ; COMARCA DE TERRA RICA
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Vitor Braga de Castro Alves
Responsável:	ALESSANDRA BELMONTE PIMENTEL PERES (44) 99914-6689 abpp@tjpr.jus.br
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE PARANAVAÍ
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Maria de Lourdes Araújo
Responsável:	ALESSANDRA BELMONTE PIMENTEL PERES (44) 99914-6689 abpp@tjpr.jus.br
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE LOANDA; COMARCA DE NOVA LONDRINA; COMARCA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ; COMARCA DE TERRA RICA
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Anacléa Valéria de Oliveira Schwanke
Responsável:	RAFAEL ZORZI (44) 99800-2729 rafael.zorzi@tjpr.jus.br
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE PARANAVAÍ
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Felipe Redecker Landmeier
Responsável:	RAFAEL ZORZI (44) 99800-2729 rafael.zorzi@tjpr.jus.br
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE LOANDA; COMARCA DE NOVA LONDRINA; COMARCA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ; COMARCA DE TERRA RICA
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Letticia De Pauli Schaitza
Responsável:	VINICYUS DE OLIVEIRA MARTINS (41) 98729-8298 (WhatsApp) / (44) 99138-1231 (Ligação) vinicyus.martins@tjpr.jus.br
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE PARANAVAÍ
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Marcelo Torres Liberati
Responsável:	VINICYUS DE OLIVEIRA MARTINS (41) 98729-8298 (WhatsApp) / (44) 99138-1231 (Ligação) vinicyus.martins@tjpr.jus.br

Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE LOANDA; COMARCA DE NOVA LONDRINA; COMARCA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ; COMARCA DE TERRA RICA
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 04/08/2025
Juiz:	Felipe Castello Cintra
Responsável:	THIAGO ALVES PITANGUI (44) 99820-7658 tapi@tjpr.jus.br
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE PARANAVAÍ
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 04/08/2025
Juiz:	Anacléa Valéria de Oliveira Schwanke
Responsável:	THIAGO ALVES PITANGUI (44) 99820-7658 tapi@tjpr.jus.br
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE LOANDA; COMARCA DE NOVA LONDRINA; COMARCA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ; COMARCA DE TERRA RICA
Telefone:	

Período:	26/05/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Daniele Liberatti Santos Takeuchi
Responsável:	JOÃO FELIPE COUTINHO MACHADO (44) 99108-6689 nl-ju-scr@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Comarca de Paranavaí
Telefone:	

Período:	26/05/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Vitor Braga de Castro Alves
Responsável:	JOÃO FELIPE COUTINHO MACHADO (44) 99108-6689 nl-ju-scr@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE LOANDA; COMARCA DE NOVA LONDRINA; COMARCA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ; COMARCA DE TERRA RICA
Telefone:	

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	Stephanie Assis Pinto de Oliveira
Responsável:	VINICYUS DE OLIVEIRA MARTINS (41) 98729-8298 (WhatsApp) / (44) 99138-1231 (Ligação) vinicyus.martins@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Comarca de Paranavaí
Telefone:	

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	(shfMagistrado NÃ£o disponÃvel)
Responsável:	VINICYUS DE OLIVEIRA MARTINS (41) 98729-8298 (WhatsApp) / (44) 99138-1231 (Ligação) vinicyus.martins@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE LOANDA; COMARCA DE NOVA LONDRINA; COMARCA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ; COMARCA DE TERRA RICA
Telefone:	

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Letticia De Pauli Schaitza
Responsável:	YAGO MACIEL GALIZA (91) 98934-0759 yago.galiza@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE LOANDA; COMARCA DE NOVA LONDRINA; COMARCA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ; COMARCA DE TERRA RICA
Telefone:	

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Maria de Lourdes Araújo
Responsável:	YAGO MACIEL GALIZA (91) 98934-0759 yago.galiza@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Comarca de Paranavaí
Telefone:	

Período:	16/06/2025 a 23/06/2025
Juiz:	Marcelo Torres Liberati
Responsável:	CAMILA SOMENSI (44) 99108-6689 nl-ju-scr@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Comarca de Paranavaí
Telefone:	

Período:	16/06/2025 a 23/06/2025
Juiz:	Felipe Redecker Landmeier
Responsável:	CAMILA SOMENSI (44) 99108-6689 nl-ju-scr@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE LOANDA; COMARCA DE NOVA LONDRINA; COMARCA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ; COMARCA DE TERRA RICA
Telefone:	

Período:	23/06/2025 a 25/06/2025
Juiz:	Josiane Pavelski Borges
Responsável:	VANESSA PINTO BEZERRA (91) 99808-7820 vanessa.bezerra@tjpr.jus.br
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE PARANAVAÍ
Telefone:	

Período:	23/06/2025 a 25/06/2025
Juiz:	Eveline Soares dos Santos Marra
Responsável:	VANESSA PINTO BEZERRA (91) 99808-7820

	vanessa.bezerra@tjpr.jus.br
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE LOANDA; COMARCA DE NOVA LONDRINA; COMARCA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ; COMARCA DE TERRA RICA
Telefone:	

Período:	25/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Rodrigo Domingos de Masi
Responsável:	VANESSA PINTO BEZERRA (91) 99808-7820 vanessa.bezerra@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE PARANAVAÍ, COMARCA DE LOANDA; COMARCA DE NOVA LONDRINA; COMARCA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ; COMARCA DE TERRA RICA
Telefone:	

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	João Guilherme Barbosa Elias
Responsável:	ELTON JOSE DE LIMA (44) 99114-2614 elton.lima@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE PARANAVAÍ
Telefone:	

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Stephanie Assis Pinto de Oliveira
Responsável:	ELTON JOSE DE LIMA (44) 99114-2614 elton.lima@tjpr.jus.br
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE LOANDA; COMARCA DE NOVA LONDRINA; COMARCA DE SANTA ISABEL DO IVAÍ; COMARCA DE TERRA RICA
Telefone:	

PORECATU

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Walterney Amâncio
Responsável:	- Carla Jaqueline Galego Oliveira (servidora): (43) 99151-8501; Oficiais de Justiça Porecatu: 01/07 a 10/07: Loiry (43) 99127-7233; 11/07 a 20/07; João Paulo (43) 99956-0662; 21/07 a 31/07: Silene (43) 99928-7899
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Porecatu, devendo o servidor plantonista ser contatado primeiramente.
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Helder José Anunziato
Responsável:	- Fabrício Abelha Cavenaghi- (43) 9 9154-1183 - Oficial de Justiça: Rodrigo Sales Salomão (43) 9 9181-2776
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Bela Vista do Paraíso, devendo o servidor plantonista ser contatado primeiramente.
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 19/07/2025
Juiz:	Julio Farah Neto
Responsável:	Ighor Augusto Pereira Pissinati (servidor): (43) 99920-4219; Oficial de Justiça: Sérgio Roberto Ulian (oficial de justiça): (43) 99915-3585;
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Sertanópolis, devendo o servidor plantonista ser contatado primeiramente.
Telefone:	

Período:	20/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Jade Seffair Ferreira
Responsável:	Eduardo Xavier de Miranda (servidor): (44) 999146904; Oficial de Justiça: Eduardo Eiji Kikuchi (oficial de justiça): (43) 9901-0619;
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Jaguapitã, devendo o servidor plantonista ser contatado primeiramente.
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 04/08/2025
Juiz:	Francisco De Carvalho Lapa
Responsável:	- Jhonattan Ribeiro dos Santos (servidor): (43) 99960-5748; Oficiais de Justiça Porecatu: 01/07 a 10/07: Loiry (43) 99127-7233; 11/07 a 20/07; João Paulo (43) 99956-0662; 21/07 a 31/07: Silene (43) 99928-7899
Horário:	Entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Fórum de Porecatu, devendo o servidor plantonista ser contatado primeiramente.
Telefone:	

QUEDAS DO IGUAÇU

Período:	01/07/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Luciana Gonçalves Nunes
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Thiago Holubovski Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Robson Araujo Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Ernesto Mataran Neto Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Helis F. I. Ambrosio Oficial de justiça: Ricardo Andreiv **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Debora Cristina Mazotti Fagundes

	Oficial de justiça: Magno Rossi
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Laranjeiras do Sul
Telefone:	(42) 98428-9170

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	GUSTAVO DANIEL MARCHINI
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Neucimane Vilhas Voas Pires Oficial de justiça: Vergílio Palhano dos Santo **Catanduvas** - Servidor: Fernando Augusto Martins Cardoso Oficial de justiça: Eduardo de Castro Javorski **Guaraniaçu -** Servidor: Julio Cesar da Silva Castro Oficial de justiça: Cleverson Luiz Colla Silva **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Johannes Fermino Oficial de justiça: Joelsio José Rottini **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Leandro Xavier Silva Oficial de justiça: Claudionei Campigotto
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Quedas do Iguaçu
Telefone:	(41)996139482

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Felipe Buzanelo Ferreira
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Andre Luiz Da Silva Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Cleberson Bueno Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Patricia Gaffuri Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Karina Terezinha Muelhbauer Oficial de justiça: Franciele Humeniuk **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Amerido Mendes Flores Oficial de justiça: Cleusa Maria de R. Prasnievski
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Laranjeiras do Sul
Telefone:	42 999686243

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	João Felipe Marcolina
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Thiago Holubovski Oficial de justiça: Vergílio Palhano dos Santo **Catanduvas** - Servidor: Andrea Popadiuk Joly Oficial de justiça: Eduardo de Castro Javorski **Guaraniaçu -** Servidor: Osvaldo Luiz Scheffer Leck Oficial de justiça: Cleverson Luiz Colla Silva **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Rodrigo Sturmer Oficial de justiça: Mateus da Luz **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Kelly Cristina Ferry Oficial de justiça: Magno Rossi
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Quedas do Iguaçu
Telefone:	(41) 98798-1984

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	Leonardo Sippel Linden
Responsável:	**Cantagalo -** Servidor: Neucimane Vilhas Voas Pires Oficial de justiça: João Daniel Veigantes **Catanduvas** - Servidor: Adriane Strzelecki Oficial de justiça: Valmir José Gomes **Guaraniaçu -** Servidor: Ernesto Mataran Neto Oficial de justiça: Inês Deina Busanguera **Laranjeiras do Sul -** Servidor: Khristian Bayer Oficial de justiça: Ricardo Andreiv **Quedas do Iguaçu -** Servidor: Bruno Gustavo Domacoski Oficial de justiça: Claudionei Campigotto
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cantagalo
Telefone:	42 3309 3740

RIBEIRÃO DO PINHAL

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Camila Felix Silva
Responsável:	Ana Angélica Santana Souza de Lima
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99197-3901

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Caroline Gazzola Subtil de Oliveira
Responsável:	Erika Sotta
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99618-6413

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Franciele Pereira Do Nascimento
Responsável:	Tiago Inocêncio Bertoldo Mota

Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 98805-1862

Período:	28/07/2025 a 04/08/2025
Juiz:	TAIS SILVA TEIXEIRA
Responsável:	Fernando Fonseca de Queiroz de Mattos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99105-3678

FORO REGIONAL DE ROLÂNDIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

Período:	01/07/2025 a 06/07/2025
Juiz:	Oto Luiz Sponholz Junior
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: ALEX CLEMENTE BOTELHO (43) 99996-3096/OJ: MIGUEL MENDONÇA DE ASSIS ARAPONGAS: CLERISTON DO CARMO MARTINS NORDER (43) 99974-4074/ OJ: JOÃO LUIS MITSUO OKUYAMA IBIPORÃ: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: LÍRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	01/07/2025 a 06/07/2025
Juiz:	Alberto Moreira Cortes Neto
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: ALEX CLEMENTE BOTELHO (43) 99996-3096/OJ: MIGUEL MENDONÇA DE ASSIS ARAPONGAS: CLERISTON DO CARMO MARTINS NORDER (43) 99974-4074/ OJ: JOÃO LUIS MITSUO OKUYAMA IBIPORÃ: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: LÍRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	01/07/2025 a 06/07/2025
Juiz:	Marina Martins Bardou Zunino
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: ALEX CLEMENTE BOTELHO (43) 99996-3096/OJ: MIGUEL MENDONÇA DE ASSIS ARAPONGAS: CLERISTON DO CARMO MARTINS NORDER (43) 99974-4074/ OJ: JOÃO LUIS MITSUO OKUYAMA IBIPORÃ: MARCOS MASAFUMI YUYAMA (43) 99954-0431/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: RAFAEL APARECIDO DE MOREIRA (43) 99982-6114/ OJ: LÍRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99616-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 13/07/2025
Juiz:	Renato Cruz de Oliveira Junior
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99115-2606/OJ: FÁBIO DEPIERI ARAPONGAS: CÍNTIA DE OLIVEIRA SANTOS (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA IBIPORÃ: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR ROLÂNDIA: FERNANDO HENRIQUE BRESCIANI (43) 99931-5691/ OJ: MARCOS VINICIUS ZAMBIANCO (43) 99910-9957
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 13/07/2025
Juiz:	Sergio Aziz Neme
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99115-2606/OJ: FÁBIO DEPIERI ARAPONGAS: CÍNTIA DE OLIVEIRA SANTOS (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA IBIPORÃ: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR ROLÂNDIA: FERNANDO HENRIQUE BRESCIANI (43) 99931-5691/ OJ: MARCOS VINICIUS ZAMBIANCO (43) 99910-9957
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	07/07/2025 a 13/07/2025
Juiz:	Karin Feuerharmel Giuseppin
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: RAFAEL BREGANÓ ROCHA (43) 99115-2606/OJ: FÁBIO DEPIERI ARAPONGAS: CÍNTIA DE OLIVEIRA SANTOS (43) 99974-4074/ OJ: RUBENS GUILHERME DE FRANÇA IBIPORÃ: RAFAEL MARTIRE SANTANA (43) 99165-7473/ OJ: JOE LUIZ THIESSEN JUNIOR ROLÂNDIA: FERNANDO HENRIQUE BRESCIANI (43) 99931-5691/ OJ: MARCOS VINICIUS ZAMBIANCO (43) 99910-9957
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 20/07/2025
Juiz:	Elberti Mattos Bernardineli
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: MARCELO KAWASAKI ARAPONGAS: JÚLIO UBIRAI GERALDO GOMES (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SÉRGIO DA SILVA

	IBIPORÃ: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 99929-1008/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA ROLÂNDIA: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 20/07/2025
Juiz:	Gabriel Rocha Zenun
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: MARCELO KAWASAKI ARAPONGAS: JÚLIO UBIRAI GERALDO GOMES (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SÉRGIO DA SILVA IBIPORÃ: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 99929-1008/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA ROLÂNDIA: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	14/07/2025 a 20/07/2025
Juiz:	Jessica Valéria Catabriga Guarnier
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: MARISA DE MORAES GOMES (43) 99958-9449/OJ: MARCELO KAWASAKI ARAPONGAS: JÚLIO UBIRAI GERALDO GOMES (43) 99974-4074/ OJ: NILSON SÉRGIO DA SILVA IBIPORÃ: CAMILA FERREIRA GREGUI FREDERICO (43) 99929-1008/ OJ: ALESSANDRO FRANCO DE ALMEIDA ROLÂNDIA: SILVANA DA SILVA F. VEIGA (43) 99955-8895/ OJ: BRUNO FERNANDES DE PAULO (43) 99161-6548
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 27/07/2025
Juiz:	Ana Cristina Penhalbel Moraes
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100/OJ: APARECIDO MÁRCIO DE OLIVEIRA ARAPONGAS: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA IBIPORÃ: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES ROLÂNDIA: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99652-8613
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 27/07/2025
Juiz:	Jessica Valéria Catabriga Guarnier
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100/OJ: APARECIDO MÁRCIO DE OLIVEIRA ARAPONGAS: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA IBIPORÃ: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES ROLÂNDIA: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99652-8613
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	21/07/2025 a 27/07/2025
Juiz:	Oto Luiz Sponholz Junior
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: GUILHERME FINI PEIXOTO (43) 99696-1100/OJ: APARECIDO MÁRCIO DE OLIVEIRA ARAPONGAS: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA (43) 99974-4074/ OJ: VIVIANE APARECIDA DE SOUZA IBIPORÃ: GUILHERME THOMAZELLI BARBOSA VIEIRA (43) 99978-5673/ OJ: EDEVAL HENRIQUE MATSUSHIMA TAVARES ROLÂNDIA: PHILIPPE FANELLI FERRAIOL (43) 99980-5986/ OJ: MONICA DO NASCIMENTO SOSTER (43) 99652-8613
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	Leonardo Aleksander Ferraz Sforza
Responsável:	**Plantão Ordinário** CAMBÉ: ANDRÉ GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CÉZAR COGO DOS SANTOS ARAPONGAS: RAFAEL NOVELLI (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO IBIPORÃ: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: JULIANA C. F. COTTING (43) 99676-3760/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99161-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	José Foglia Júnior
Responsável:	**Plantão Facultativo 1 - F1** CAMBÉ: ANDRÉ GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CÉZAR COGO DOS SANTOS ARAPONGAS: RAFAEL NOVELLI (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO IBIPORÃ: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: JULIANA C. F. COTTING (43) 99676-3760/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99161-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia

	seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

Período:	28/07/2025 a 31/07/2025
Juiz:	Marcelo Furlanetto da Fonseca
Responsável:	**Plantão Facultativo 2 - F2** CAMBÉ: ANDRÉ GUILHERME BIBIANO (43) 99692-0033/OJ: LUIZ CÉZAR COGO DOS SANTOS ARAPONGAS: RAFAEL NOVELLI (43) 99974-4074/ OJ: MARCOS HENRIQUE CATARINO IBIPORÃ: LETÍCIA BUENO GUANDALINI GARCIA (43) 98434-8075/ OJ: RANGEL DE OLIVEIRA ROLÂNDIA: JULIANA C. F. COTTING (43) 99676-3760/ OJ: LIRIO GODINHO DOS SANTOS (43) 99161-9516
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Cambé, Arapongas, Ibiporã e Rolândia.
Telefone:	

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Camila Felix Silva
Responsável:	Ana Angélica Santana Souza de Lima
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99197-3901

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Caroline Gazzola Subtil de Oliveira
Responsável:	Erika Sotta
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99618-6413

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Franciele Pereira Do Nascimento
Responsável:	Tiago Inocêncio Bertoldo Mota
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 98805-1862

Período:	28/07/2025 a 04/08/2025
Juiz:	TAIS SILVA TEIXEIRA
Responsável:	Fernando Fonseca de Queiroz de Mattos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99105-3678

SÃO JOÃO

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Antonio Evangelista de Souza Netto
Responsável:	Vlademir Prigol
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia

	seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(46) 99975-4346

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Leonardo Marcio Laureano
Responsável:	Izabel Cristina Barros
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(46) 99927-7848

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Micheli Franzoni
Responsável:	Vivian Ettore Fernandes
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(18) 98106-7904

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Joseane Catusso Lopes de Oliveira
Responsável:	Jaclyn Michele Damaceno
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(46) 99120-2389

Período:	28/07/2025 a 04/08/2025
Juiz:	Lisiane Heberle Mattos
Responsável:	Cristiane Ottobelli
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Francisco Beltrão
Telefone:	(49) 98884-5559

TERRA ROXA

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Arthur Araujo de Oliveira
Responsável:	Alto Piquiri - Fernando K. Takeuchi (44) 99804-6476 Altônia - Pedro Vinícius C. Almeida (44) 99771-4255 Assis Chateaubriand - Gleice Vian da Silva (41) 99942-2435 Guaíra - Cleiton Cardoso (44) 98426-0262 Palotina - Gilson Cristiano Missio (44) 99815-4622 Terra Roxa - Maria R. E. S. Martini (44) 99115-4596
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Contato telefônico com o plantonista da comarca
Telefone:	

TOMAZINA

Período:	07/07/2025 a 14/07/2025
Juiz:	Camila Felix Silva
Responsável:	Ana Angélica Santana Souza de Lima
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99197-3901

Período:	14/07/2025 a 21/07/2025
Juiz:	Caroline Gazzola Subtil de Oliveira
Responsável:	Erika Sotta
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99618-6413

Período:	21/07/2025 a 28/07/2025
Juiz:	Franciele Pereira Do Nascimento
Responsável:	Tiago Inocêncio Bertoldo Mota
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 98805-1862

Período:	28/07/2025 a 04/08/2025
Juiz:	TAIS SILVA TEIXEIRA
Responsável:	Fernando Fonseca de Queiroz de Mattos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	À distância
Telefone:	(43) 99105-3678

Cível

Crime

Juizados Especiais

Concursos

Família

Execuções Penais

Infância e Juventude

Fazenda Pública

FOZ DO IGUAÇU

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO - PROJUDI Autos NU 0022899-61.2012.8.16.0030 O Excelentíssimo Senhor Doutor RODRIGO LUIS GIACOMIN, MM. Juiz de Direito da 1.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Foz do Iguaçu, na forma da lei etc... Pelo presente, faz saber a todos os interessados que será levado à HASTA PÚBLICA, o bem imóvel de propriedade do devedor HICHEM MOHAMAD HACHEM (CPF/MF nº 233.082.069-00), na seguinte forma: PRIMEIRA PRAÇA: o dia 01/09/2025 às 10h15min, não sendo aceitos lances inferiores ao valor da avaliação; SEGUNDA PRAÇA: o dia 02/09/2025 às 10h15min, não sendo aceitos lances inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação - art. 891, CPC, salvo situações excepcionais, a ser apreciada no dia da arrematação. LOCAL DE ARREMATAÇÃO: OS LEILÕES SERÃO REALIZADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO (DE FORMA ON-LINE) - através do site: www.rochaleiloes.com.br. ATENÇÃO: Para participar dos leilões/praças, os interessados deverão cadastrar-se com antecedência no mínimo de 24h antes, no site acima mencionado e proceder a habilitação para que participem da hasta, informações através do Fone: (41) 3077-8880 e/ou e-mail: documentos@rochaleiloes.com.br. PROCESSO: EXECUÇÃO FISCAL NU 0022899-61.2012.8.16.0030, movida por FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU (CNPJ nº 76.206.606/0001-40) em face de HICHEM MOHAMAD HACHEM (CPF/MF nº 233.082.069-00). BEM: IMÓVEL: Lote urbano nº 21 da Quadra nº 16. INSCRIÇÃO IMOBILIARIA: Quadrante 06, quadricula 5, setor 44, quadra 03, lote 0176. LOCALIZAÇÃO: Imóvel localizado na Rua Mario de Andrade s/nº (não aberta), no loteamento denominado "JARDIM JUPIRA" nesta Cidade e Comarca de Foz do Iguaçu - Paraná. ÁREA: 525,00m2 (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), de área total. Matrícula de nº 43956 do Registro Imobiliário local, 1ª circunscrição. DEPOSITÁRIO FIEL: O executado. AVALIAÇÃO: R$ 100.000,00 (cem mil reais), em 12/2024 - O valor da avaliação será atualizado monetariamente no dia da praça pelo índice oficial (média do INPC/IGP). VALOR DA DÍVIDA: R$ 20.172,37 (vinte mil e cento e setenta e dois reais e trinta e sete centavos), em 06/2025 - passível de atualização em hasta pública. ÔNUS: R6) Penhora extraída dos autos sob nº 300/95, da 2ª Vara Cível desta Comarca, em que é credor: Banco Meridional do Brasil S/A. R10) Penhora extraída dos autos nº 2001.70.02.002438-7, em favor da CEF (extinto). R12) Penhora extraída dos autos nº 0007278-19.2015.8.16.0030, em favor do Município de Foz do Iguaçu. R13) Penhora extraída dos autos nº 0022899-61.2012.8.16.0030, em favor do Município de Foz do Iguaçu. Segundo o laudo de avaliação, o bem encontra-se invadido. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 1ª Observação: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; 2ª Observação: Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI, a partir da data da arrematação. §4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8KM HLQYS MD2WP 4GZ53 PROJUDI - Processo: 0022899-61.2012.8.16.0030 - Ref. mov. 395.2 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964 17/06/2025: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Edital (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do NCPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamento feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado; 3ª Observação: A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC) e 4ª Observação: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o §4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do §5º do Art. 903 do CPC. 5ª Observação: O(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) livre(s) de quaisquer ônus, inclusive os de natureza fiscal, consoante ao Parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional, bem como os de natureza propter rem, conforme disposto no §1º do art. 908 do Código de Processo Civil. DO LANCE: Os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências. DA IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE DO LANCE: Os lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese. DA DESISTÊNCIA OU INADIMPLEMENTO: Caso o primeiro colocado desista da arrematação ou não recolha o valor do lance e/ou a taxa de comissão do leiloeiro, será chamado o segundo colocado e, na hipótese do segundo colocado também desistir ou inadimplir, será chamado o terceiro colocado e, assim, sucessivamente, sendo chamados tantos licitantes quantos forem necessários, até o recolhimento do preço, da taxa de comissão e expedição do auto de arrematação. Os licitantes chamados para o pagamento em caso de desistência ou inadimplência do licitante melhor colocado, deverão honrar o valor de seu maior lance ofertado durante o leilão, não podendo alegar que houve disputa e majoração do lance, uma vez que os lances foram ofertados por livre e espontânea vontade do licitante. Mesmo na hipótese de chamamento dos licitantes com colocação imediatamente inferior, os licitantes desistentes ou que deixarem de recolher o preço no prazo previsto, como penalidade, ficarão obrigados a pagarem a taxa de comissão do leiloeiro (calculada sobre o valor do lance não honrado) previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor, hipótese que será observada mesmo que um dos licitantes chamados venha a honrar o preço e a taxa de comissão o leiloeiro. O inadimplente que não pagar a comissão devida ao Leiloeiro, terá seu cadastro bloqueado no portal e não poderá participar de novos leilões até que seja regularizada a pendência. LEILOEIRO: Antonio Magno Jacob da Rocha, Jucepar 08/020-L, fone: 41-3077-8880, com endereço à com endereço à Rua Augusto Zibarth, 994, Curitiba/PR, cuja comissão foi fixada da seguinte forma: Os honorários do leiloeiro devem ser depositados no ato da arrematação, acompanhando o preço. Em se tratando de arrematação, corresponderão a 5% do valor do lanço, sob responsabilidade do arrematante. Em caso de remição, 2% do valor pelo qual o bem foi resgatado, de responsabilidade da parte que remiu. Se houver transação depois de publicados os editais, 1% do valor do acordo, pelo executado. Finalmente, em caso de adjudicação, 1% do valor da avaliação, pelo credor. As custas e despesas do processo - até então realizadas - e eventuais tributos existentes serão pagos com valor depositado pelo arrematante. INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o devedor HICHEM MOHAMAD HACHEM (CPF/MF nº 233.082.069- 00), na pessoa de seu representante legal e/ou cônjuges se casados forem, caso não sejam encontrados para intimação pessoal (art. 889 do CPC), através do presente edital, desde logo, das designações supra e de que poderão remir a execução, pagando principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação. Caso os credores hipotecários não sejam encontrados, notificados, cientificados por qualquer razão da data de praça ou leilão, quando da expedição das notificações respectivas, ficam desde logo, devidamente intimados pelo presente edital, bem como eventuais ocupantes/possuidores. - Não havendo expediente forense nos dias supramencionados, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente. Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8KM HLQYS MD2WP 4GZ53 PROJUDI - Processo: 0022899-61.2012.8.16.0030 - Ref. mov. 395.2 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964 17/06/2025: JUNTADA DE

MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Edital -A(s) hasta(s) somente será (ao) suspensa(s) nas hipóteses de remição da dívida ou protocolização de acordo com o comprovante de pagamento integral das custas processuais e honorários do leiloeiro, até o dia imediatamente anterior à data designada para a hasta. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (17/06/2025). RODRIGO LUIS GIACOMIN Juiz de Direito

---

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO - PROJUDI Autos NU 0030260-61.2014.8.16.0030 O Excelentíssimo Senhor Doutor RODRIGO LUIS GIACOMIN, MM. Juiz de Direito da 1.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Foz do Iguaçu, na forma da lei etc... Pelo presente, faz saber a todos os interessados que será levado à HASTA PÚBLICA, o bem imóvel de propriedade do devedor, na seguinte forma: PRIMEIRA PRAÇA: o dia 11/08/2025 às 10h30min, não sendo aceitos lances inferiores ao valor da avaliação; SEGUNDA PRAÇA: o dia 12/08/2025 às 10h30min, não sendo aceitos lances inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação - art. 891, CPC, salvo situações excepcionais, a ser apreciada no dia da arrematação. LOCAL DE ARREMATAÇÃO: OS LEILÕES SERÃO REALIZADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO (DE FORMA ON-LINE) - através do site: www.rochaleiloes.com.br. ATENÇÃO: Para participar dos leilões/praças, os interessados deverão cadastrar-se com antecedência no mínimo de 24h antes, no site acima mencionado e proceder a habilitação para que participem da hasta, informações através do Fone: (41) 3077-8880 e/ou e-mail: documentos@rochaleiloes.com.br. PROCESSO: EXECUÇÃO FISCAL NU 0030260-61.2014.8.16.0030, movida por FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU (CNPJ nº 76.206.606/0001-40) em face de ABDALLAH AMIN NASSER (CPF/CNPJ: 336.887.299-00) e TARIK JOMAA (CPF/CNPJ: 239.714.446-87). BEM: IMÓVEL: Quadrante 06, quadrícula 5, setor 53, quadra 16, lote nº 0373. LOCALIZAÇÃO: Imóvel localizado na Rua Republica do Libano nº 861, no loteamento denominado "JARDIM JUPIRA", nesta Cidade e Comarca de Foz do Iguaçu - Paraná. MATRÍCULA: Matrícula de nº. 43.026 do Registro de Imóveis - 1ª circunscrição Imobiliária - Foz do Iguaçu - Paraná. ÁREA: 300,00m2 (trezentos metros quadrados), de área total. BENFEITORIA: Parte de uma edificação em alvenaria, com aproximadamente 500,00m2 (quinhentos metros quadrados), de área construída. Edificação esta em estrutura de concreto e alvenaria com fechamento em tijolos cerâmicos parte acabado em reboco, massa corrida e pintura. Estrutura de madeira com cobertura de telhas do tipo fibrocimento amianto, forro de madeira e laje. Pisos cerâmicos. Janelas de ferro com vidros lisos grades de ferro como proteção. Portão de ferro com grades. Sistema elétrico e hidráulico sanitário, compatível com o fim a que se destina. DEPOSITÁRIO FIEL: O executado. AVALIAÇÃO: R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), em 08/2024 - O valor da avaliação será atualizado monetariamente no dia da praça pelo índice oficial (média do INPC/IGP). VALOR DA DÍVIDA: R$ 52.966,69 (cinquenta e dois mil e novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos), em 05/2025 - passível de atualização em hasta pública. ÔNUS: R4) Penhora extraída dos autos sob nº 991010288-9, em favor do INSS. R6) Arrolamento em favor da Receita Federal. R7) Penhora extraída dos autos nº 323/2004, em favor do Banco Bradesco (Extinto). R8) Penhora extraída dos autos nº 506/2003, em favor do Município de Foz do Iguaçu. R9) Penhora extraída dos autos nº 2006.70.02.005324-5, em favor da Fazenda Nacional. R10) Penhora extraída dos autos nº 2002.70.02.002835-0, em favor do INSS. AV12) Indisponibilidade extraída dos autos de nº 5010203- 05.2015.4.04. R13) Penhora extraída dos autos nº 5010203-05.2015.4.04.7002, em favor da Fazenda Nacional. AV15) Indisponibilidade extraída dos autos de nº 00155964020058160030. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 1ª Observação: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; 2ª Observação: Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDQD VGKK2 5SF57 LAGXA PROJUDI - Processo: 0030260-61.2014.8.16.0030 - Ref. mov. 401.2 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964 25/06/2025: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Edital segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI, a partir da data da arrematação. §4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do NCPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamento feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado; 3ª Observação: A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC) e 4ª Observação: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o §4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do §5º do Art. 903 do CPC. 5ª Observação: O(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) livre(s) de quaisquer ônus, inclusive os de natureza fiscal, consoante ao Parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional, bem como os de natureza propter rem, conforme disposto no §1º do art. 908 do Código de Processo Civil. DO LANCE: Os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências. DA IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE DO LANCE: Os lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese. DA DESISTÊNCIA OU INADIMPLEMENTO: Caso o primeiro colocado desista da arrematação ou não recolha o valor do lance e/ou a taxa de comissão do leiloeiro, será chamado o segundo colocado e, na hipótese do segundo colocado também desistir ou inadimplir, será chamado o terceiro colocado e, assim, sucessivamente, sendo chamados tantos licitantes quantos forem necessários, até o recolhimento do preço, da taxa de comissão e expedição do auto de arrematação. Os licitantes chamados para o pagamento em caso de desistência ou inadimplência do licitante melhor colocado, deverão honrar o valor de seu maior lance ofertado durante o leilão, não podendo alegar que houve disputa e majoração do lance, uma vez que os lances foram ofertados por livre e espontânea vontade do licitante. Mesmo na hipótese de chamamento dos licitantes com colocação imediatamente inferior, os licitantes desistentes ou que deixarem de recolher o preço no prazo previsto, como penalidade, ficarão obrigados a pagarem a taxa de comissão do leiloeiro (calculada sobre o valor do lance não honrado) previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor, hipótese que será observada mesmo que um dos licitantes chamados venha a honrar o preço e a taxa de comissão o leiloeiro. O inadimplente que não pagar a comissão devida ao Leiloeiro, terá seu cadastro bloqueado no portal e não poderá participar de novos leilões até que seja regularizada a pendência. LEILOEIRO: Antonio Magno Jacob da Rocha, Jucepar 08/020-L, fone: 41-3077-8880, com endereço à com endereço à Rua Augusto Zibarth, 994, Curitiba/PR, cuja comissão foi fixada da seguinte forma: Os honorários do leiloeiro devem ser depositados no ato da arrematação, acompanhando o preço. Em se tratando de arrematação, corresponderão a 5% do valor do lanço, sob responsabilidade do arrematante. Em caso de remição, 2% do valor pelo qual o bem foi resgatado, de responsabilidade da parte que remiu. Se houver transação depois de publicados os editais, 1% do valor do acordo, pelo executado. Finalmente, em caso de adjudicação, 1% do valor da avaliação, pelo credor. As custas e despesas do processo - até então realizadas - e eventuais tributos existentes serão pagos com valor depositado pelo arrematante. INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o devedor ABDALLAH AMIN NASSER (CPF/CNPJ: 336.887.299-00) e TARIK JOMAA (CPF/CNPJ: 239.714.446-87), na pessoa de seu representante legal e/ou cônjuges se casados Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDQD VGKK2 5SF57 LAGXA PROJUDI - Processo: 0030260-61.2014.8.16.0030 - Ref. mov. 401.2 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964 25/06/2025: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Edital forem, caso não sejam encontrados para intimação pessoal (art. 889 do CPC), através do presente edital, desde logo, das designações supra e de que poderão remir a execução, pagando principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação. Caso os credores hipotecários não sejam encontrados, notificados, cientificados por qualquer razão da data de praça ou leilão, quando da expedição das notificações respectivas, ficam desde logo, devidamente intimados pelo presente edital, bem como eventuais ocupantes/possuidores. - Não havendo expediente forense nos dias supramencionados, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente. -A(s) hasta(s) somente será (ao) suspensa(s) nas hipóteses de remição da dívida ou protocolização de acordo com o comprovante de pagamento integral das custas processuais e honorários do leiloeiro, até o dia imediatamente anterior à data designada para a hasta. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (25/06/2025). RODRIGO LUIS GIACOMIN Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Multa
Processo nº: 0012325-90.2023.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
Espólio de Ângelo Maran (CPF/CNPJ: 152.708.409-44)
Valor da causa: R$ 4.824,49OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **Espólio de Ângelo Maran**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 17273/2023 e 17274/2023.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 28/04/2022 à 16/08/2022.
Despacho de evento 88.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud/Sisbajud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 16 de junho de 2025. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 27 de junho de 2025.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Processo nº: 0030534-73.2024.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
LAURO TARCISO DE SANTA HELENA (CPF/CNPJ: 16.834.785/0001-38)
Valor da causa: R$ 10.247,98OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **LAURO TARCISO DE SANTA HELENA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 34196/2024.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 13/09/2023 à 21/09/2023.
Despacho de evento 37.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud/Sisbajud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 16 de junho de 2025. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 27 de junho de 2025.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Processo nº: 0024102-38.2024.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
JULIANA CADORE ENGENHARIA LTDA (CPF/CNPJ: 41.319.660/0001-17)
Valor da causa: R$ 12.139,98OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **JULIANA CADORE ENGENHARIA LTDA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 27382/2024.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 12/06/2024.
Despacho de evento 58.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud/Sisbajud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 16 de junho de 2025. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 27 de junho de 2025.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
Processo nº: 0023615-39.2022.8.16.0030
Município de Foz do Iguaçu/PR (CPF/CNPJ: 76.206.606/0001-40)
BANCO ARAUCARIA S.A (CPF/CNPJ: 78.336.633/0001-62)
Valor da causa: R$ 24.593,40OBJETIVO: **CITAÇÃO** do(s) executado(s) **BANCO ARAUCARIA S.A**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de cinco (05) dias, contados a partir do término do prazo do presente edital, para que efetue o pagamento da importância acima descrita, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, referente a certidão de divida ativa descrita na inicial, ou nomeie bens à penhora, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução e **INTIMAÇÃO** para no prazo de trinta (30) dias, querendo, oferecer embargos à execução, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo exequente, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e despacho proferido nos autos supra referido
NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária.**TÍTULOS**: Certidão de dívida ativa (CDA): n.º 10288/2022 à 10295/2022.**DATA DE INSCRIÇÃO**: 28/12/2018 à 30/12/2021.
Despacho de evento 65.1: *"1. A tentativa de citação pessoal da parte executada restou infrutífera. Também restaram sem êxito as diligências do Juízo e da exequente em desvendar o atual paradeiro da parte devedora, uma vez que os locais indicados via sistemas BacenJud/Sisbajud, Infojud e Renajud não apontaram corretamente o seu endereço.2. Por isso, considerando que estão esgotadas as tentativas de localização pessoal da parte executada, defiro a citação por edital, conforme requerido pela exequente. Expeça-se o competente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando a Secretaria o que dispõe o art. 8.º, inciso IV, da Lei n. 6.830/80.3. Se decorrido o prazo in albis, tornem conclusos para nomeação de curador especial.4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 16 de junho de 2025. Rodrigo Luis Giacomin. Juiz de Direito"*

Foz do Iguaçu, 27 de junho de 2025.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS 1ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - Avenida Pedro Basso, nº. 1001, Jardim Polo Centro.
Classe Processual: Ação Civil Pública
Assunto Principal: Dano ao Erário
Processo nº: 0013011-68.2012.8.16.0030
INSTITUTO DE HABITACAO DE FOZ DO IGUACU - FOZHABITA (CPF/CNPJ: 04.492.769/0001-25)
APARECIDO PLACIDO DOS SANTOS (RG: 10824052 SSP/PR e CPF/CNPJ: 125.832.199-87)
AVELINA BARBOSA DA ROSA (CPF/CNPJ: 577.402.599-34)
CARLINDA AMARAL DOS SANTOS (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
Edson Rabello do Nascimento (CPF/CNPJ: 414.852.119-72)
GERALDO LOPES (RG: 17916289 SSP/PR e CPF/CNPJ: 169.166.466-91)

HAMILTON LUIZ MACHADO NUNES (RG: 8171394 SSP/PR e CPF/CNPJ: 074.223.939-04)
IVONE HENTSCHKE DA SILVA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
JOSE EDENILSON PEREIRA DA SILVA (RG: 40883231 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
JOSUE RODRIGUES RICARDO (CPF/CNPJ: 028.491.889-05)
LAURINDO RIZZATO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
MARIA ROSARIA LOPES (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
NORBERTO BARTZ (CPF/CNPJ: 197.534.700-53)
ONDINA DEZANGIACOMO RIZZATO (RG: 63193496 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
ROBERTO RODRIGO BERTE (CPF/CNPJ: 041.787.209-70)
VANILDA DO NASCIMENTO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
ADRIANA MATUSZEWSKI (RG: 82546480 SSP/PR e CPF/CNPJ: 029.271.439-43)
José Edenilson Pereira da Silva (CPF/CNPJ: 556.980.269-04)
SEBASTIAO MONDIM DOS SANTOS (CPF/CNPJ: 303.106.879-34)
Valor da causa: R$ 5.261,05

OBJETIVO: **CITAÇÃO** da(s) executada (s) **IVONE HENTSCHKE DA SILVA,** atualmente em lugar incerto e não sabido, tudo em conformidade com o disposto no artigo 257, incisos II e IV, do Código de Processo Civil, para que prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta sob pena de não o fazendo presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo(s) autor (es).***DOS FATOS*:**
Nos anos de 2002,2003 e 2004, ocorreram perante a Autarquia autora atos lesivos aos seu patrimônio, realizados pelo Diretor Superintendente e Diretor Administrativo Financeiro (primeiro e segundo réus) em favor dos demais requeridos, ora beneficiados com as ilegalidades.
O modus operandi dos ex- Diretores, Hamilton Luiz Machado Nunes e Aparecido Placido dos Santos era sempre o mesmo: realizaram escrituras públicas de compra e venda de imóveis de propriedade do Instituto, à pessoas (réus beneficiados) que não preenchiam os requisitos necessários para serem atendidos, ou sejam, não eram carentes (baixa renda) e muito menos possuíam cadastro no FOZHABITA, além disso, o valor declarado na escritura pública de compra e venda nunca ingressou na contabilidade da Autarquia, encontrando-se em débito até a presente data, embora a escritura e a AUTORIZAÇÃO para escritura concedessem a quitação.
Além disso, os valores declarados nas escrituras de compra e venda eram inferiores as avaliações dos imóveis à época (preço vil), caracterizando também dano ao erário. [.....].

DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS:
Ante ao exposto, requer: a) seja recebida a presente e determinado seu regular processamento, sem necessidade de adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nos termos do art. 18 da Lei 7.347/85; b) seja concedida a liminar pleiteada, nos termos do tópico IV desta peça; c) a citação dos requeridos para, no prazo legal, apresentar contestação à presente ação, sob pena de confissão, aplicando os efeitos da revelia; d) seja intimado o Ministério Público para integrar o pólo ativo desta demanda e/ou atua na condição de fiscal da lei; e) ao final, seja julgado totalmente procedente a presente demanda , condenando os requeridos na proporção do imóvel recebido, a ressarcirem a requerente nos danos causados; e1) sejam os ex- diretores da Requerente, Aparecido Placido dos Santos e Manuel Cunha Paz, condenados solidariamente com os demais requeridos à restituírem o dano causado ao erário; f) seja apurado o montante a ser ressarcido através de perícia, sendo avaliado cada imóvel no momento da lavratura da escritura pública, conforme quesitos já indicados: 1) Qual o valor de mercado dos imóveis no ano de 2004, precisamente quando firmadas as escrituras públicas de compra e venda? 2) Qual o valor de marcado do imóvel atualmente? g) a condenação dos requeridos ao ônus da sucumbência; Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitido, especialmente, documental, testemunhal e pericial. Dá-se a causa do valor de R$ 5.261,05.

DESPACHO DE EVENTO 137.1: "*1. Defiro a citação por edital da ré Ivone Hentscke da Silva, eis que presentes as circunstâncias autorizadoras. Lavre-se o respectivo edital, com prazo de 30 (trinta) dias, no qual deverá constar a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia, devendo a Secretaria promover a respectiva publicação, tudo em conformidade com o disposto no artigo 257, incisos II e IV, do Novo Código de Processo Civil. 2. Desde já, à ré citada por edital, nomeio defensora dativa a advogada Marilu Fernandes de Araújo, sob a fé de seu grau. 3. Decorrido in albis o prazo do edital, intime-se a defensora nomeada para que se manifeste sobre o encargo e, em caso positivo, apresente defesa. 4. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, datado eletronicamente. Rodrigo Luis Giacomin Juiz de Direito*"

Foz do Iguaçu, 27 de junho de 2025.
Carine Morgenstern Scremin
Analista Judiciária

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0018522-81.2011.8.16.0030 - RODISI CONSTRUCOES CIVIS LTDA**
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO de *60 dias corridos*
DESTINATÁRIO/A/S: RODISI CONSTRUCOES CIVIS LTDA

O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0018522-81.2011.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **RODISI CONSTRUCOES CIVIS LTDA** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$2.025,93 - Dois mil e vinte e cinco reais e noventa e três centavos.**
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.
Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0031517-29.2011.8.16.0030 - INFORKELE INFORMATICA LTDA**
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO de *60 dias corridos*
DESTINATÁRIO/A/S: INFORKELE INFORMATICA LTDA

O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0031517-29.2011.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **INFORKELE INFORMATICA LTDA** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$757,98 - Setecentos e cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos.**
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.
Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0003469-60.2011.8.16.0030 - STELA MARIS EMPREENDIMENTOS IMOB SC LTDA**

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO de *60 dias corridos*

DESTINATÁRIO/A/S: STELA MARIS EMPREENDIMENTOS IMOB SC LTDA

O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0003469-60.2011.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **STELA MARIS EMPREENDIMENTOS IMOB SC LTDA** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$992,15 - Novecentos e noventa e dois reais e quinze centavos.**

ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.

Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0030506-62.2011.8.16.0030 - RODACO CONDOMINIOS IMOBILIARIOS LTDA**

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO de *60 dias corridos*

DESTINATÁRIO/A/S: RODACO CONDOMINIOS IMOBILIARIOS LTDA

O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0030506-62.2011.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **RODACO CONDOMINIOS IMOBILIARIOS LTDA** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$918,78 - Novecentos e dezoito reais e setenta e oito centavos.**

ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.

Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0015744-80.2007.8.16.0030 - MARIA JENI GERALDO**

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO de *60 dias corridos*

DESTINATÁRIO/A/S: MARIA JENI GERALDO

O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0015744-80.2007.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **MARIA JENI GERALDO** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$641,45 - Seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos.**

ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.

Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0014847-52.2007.8.16.0030 - ERMINIO GIANATTI**

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO de *60 dias corridos*

DESTINATÁRIO/A/S: ERMINIO GIANATTI

O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0014847-52.2007.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **ERMINIO GIANATTI** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$202,53 - Duzentos e dois reais e cinquenta e três centavos.**

ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.

Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0016358-85.2007.8.16.0030 - SALÃO DE BELEZA MAGALU LTDA**
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO de *60 dias corridos*
DESTINATÁRIO/A/S: SALÃO DE BELEZA MAGALU LTDA
O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0016358-85.2007.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **SALÃO DE BELEZA MAGALU LTDA** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$1.321,30 - Mil trezentos e vinte e um reais e trinta centavos.**
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.
Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0012246-34.2011.8.16.0030 - EBUALI EBRAHEM**
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO de *60 dias corridos*
DESTINATÁRIO/A/S: EBUALI EBRAHEM
O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0012246-34.2011.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **EBUALI EBRAHEM** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$801,71 - Oitocentos e um reais e setenta e um centavos.**
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.
Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0017919-81.2006.8.16.0030 - GABRIEL RAMIRES CARMONA**
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO de *60 dias corridos*
DESTINATÁRIO/A/S: GABRIEL RAMIRES CARMONA
O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0017919-81.2006.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **GABRIEL RAMIRES CARMONA** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$697,14 - Seiscentos e noventa e sete reais e catorze centavos.**
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.
Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0031267-93.2011.8.16.0030 - MARIANGELA E TRENTINI E CIA LTDA**
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO de *60 dias corridos*
DESTINATÁRIO/A/S: MARIANGELA E TRENTINI E CIA LTDA
O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0031267-93.2011.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **MARIANGELA E TRENTINI E CIA LTDA** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$958,57 - Novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e sete centavos.**
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.
Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

Editais Judiciais

Conselho da Magistratura

Capital

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ADOÇÃO

Edital de Intimação

SEGREDO DE JUSTIÇA
EDITAL DE INTIMAÇÃO
EXPEDIDO NOS AUTOS nº. 0012252-95.2024.8.16.0188
"PRAZO DE 20 DIAS CORRIDOS"
A DOUTORA LUCIANA ASSAD LUPPI BALLALAI,EXCELENTÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA VARA DA INFÂNCIA
E DA JUVENTUDE E ADOÇÃO DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR, NA FORMA
DE LEI, ETC.
FAZ SABER a todos que este EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo,
com sede na Rua da Glória, n° 290, 6° andar, Centro Cívico, Curitiba/PR, CEP 80.030-060, Telefone (41) 3250-1704, Email:
ctba-47vj-s@tjpr.jus.br, Autos nº. 0012252-95.2024.8.16.0188 de Destituição do Poder Familiar, referente à
P.H.F.S, filho de H.F.A.P. e L.C.S.S, e como consta dos referidos autos que a requerida se encontra em lugar incerto e
não sabido, é expedido o presente para a INTIMAÇÃO de HELEN FAGUNDES ALVES PEREIRA , quanto quanto às
decisões proferidas nos autos supramencionados, Para que participe da audiência, designada para o dia DATA / HORÁRIO
/ LOCAL DA AUDIÊNCIA: 07 de julho de 2025 às 16:00 - VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ADOÇÃO DE CURITIBA - A
audiência agendada nestes autos será realizada, por videoconferência, pelo aplicativo TEAMS em atenção ao disposto na
Resolução nº 345 de 09/10/2020 do CNJ, art. 5º: "As audiências e sessões no "Juízo 100% Digital" ocorrerão
exclusivamente por videoconferência". Havendo dificuldade técnica às partes e testemunhas de participarem por
videoconferência, deverão comparecer ao fórum para participarem presencialmente. E para que chegue ao seu
conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, é expedido o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, que será publicado
no Diário da Justiça.
CUMPRA-SE.
DADO e passado nesta cidade e comarca de Curitiba, 26 de junho de 2025. Eu, Ana Paula Picolo Pecuch,
Técnica Judiciária, digitei e conferi.
Luciana Assad Luppi Ballalai
LUCIANA ASSAD LUPPI BALLALAI
JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

1ª VARA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DO JÚRI

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PARANÁ JUÍZO DE DIREITO DA VARA PRIVATIVA DO 1º TRIBUNAL DO JÚRI DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA EDITAL DE INTIMAÇÃO RÉU: ELSIO ADEMAR BARBOSA PRAZO DO EDITAL: QUINZE (15) DIAS AUTOS Nº 0025056-92.2011.8.16.0013 (PROJUDI) A DOUTORA MYCHELLE PACHECO CINTRA STADLER, MM. JUÍZA DE DIREITO DA VARA PRIVATIVA DO 1º TRIBUNAL DO JÚRI DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiver, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o acusado ELSIO ADEMAR BARBOSA, brasileiro, portador do RG n.º 4.936.369-9 SSP/PR, inscrito no CPF nº 717.741.229-87, nascido em 16/06/1972, natural de Palmital/SP, filho de Guilhermina Maria Barbosa e Jose dos Santos Barbosa, atualmente em local incerto e não sabido, que pelo presente edital vem INTIMÁ-LO, da data designada para a realização da audiência de instrução e julgamento, em moldes presenciais, no dia 28 de julho de 2025 às 15:30:00, a fim de acompanhar o ato e ser interrogado, referente aos autos de Ação Penal nº 0025056-92.2011.8.16.0013 PROJUDI), em que figura como réu. Dado e passado nesta Cidade e Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 27 de junho de 2025 (27/06/25). Eu, _____, (Barbara Keler Sartori), Técnica Judiciária, que o digitei e subscrevi. MYCHELLE PACHECO CINTRA STADLER Juíza de Direito

---

3º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER # CASA DA MULHER BRASILEIRA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO JOÃO PAULO WERETICK,
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.
A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de JOÃO PAULO WERETICK, RG 13338258 SSP/PR, CPF 098.628.429-70, Nome do Pai: VALDIR WERETICK, Nome da Mãe: JOSELI ANDREIA MANIKA WERETICK, nascido em 03/04/1996, natural de CURITIBA/PR, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0010946-40.2024.8.16.0011, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 1 ano. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 26 de junho de 2025 às 18:52:10.

Curitiba, 26 de junho de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

4ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 4ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI Rua da Glória, 290 - 2º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: (41)3250-1844 - E-mail: ctba-40vje@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ANDRE RICARDO MATEUS PRAZO DE 30 (trinta) dias úteis. O(A) Juiz(íza) de Direito Cristina Trento, da 4ª Vara de Família de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Dissolução, sob nº 0008152-05.2021.8.16.0188, em que é(são) exequente(s) Keila Yasmin Siqueira Bego, e executado(s) ANDRE RICARDO MATEUS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ANDRE RICARDO MATEUS, portador(a) do RG 79725102 SSP/PR e CPF 006.248.579-21. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO , para pagar o débito apontado (R$ 596.095,92), valor atualizado da

execução até dezembro de 2024, no prazo de 03 (três) dias, a contar do trigésimo primeiro dia da primeira publicação deste, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para pagamento da dívida (CPC. art. 831), bem como de que poderá oferecer embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 914, 915 c/c 231). Fica consignado que não comprovado o pagamento no prazo de 3 (três) dias, será procedido de imediato a penhora e avaliação de bens (CPC, art. 829, § 1º), bem como que se não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução, na forma do artigo 830, § 1º do CPC. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. (a) Eu, Anderson Stella, Escrevente Juramentado, conferi e digitei. Curitiba, 24 de junho de 2025. (a) Cristina Trento .Juíza de Direito. Assinatura digital OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 4ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI Rua da Glória, 290 - 2º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: (41)3250-1844 - E-mail: ctba-40vje@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): PAULO ROBERTO GALINDO PRAZO DE 30 (trinta) dias úteis. O(A) Juiz(íza) de Direito Giovana Ehlers Fabro Esmanhotto, da 4ª Vara de Família de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Dissolução e Liquidação de Sociedade, assunto Reconhecimento / Dissolução, sob nº 0001301-09.2005.8.16.0188, em que é(são) autor(es) LUIZ ANTONIO GALINDO, e réu(s) PAULO ROBERTO GALINDO, N. S. P., S. A. S., B. DO B. S. DA S., J. S., A. M. S. P., E. L. S., M. S. B., M. E. G., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido PAULO ROBERTO GALINDO, portador(a) do RG 32802877 SSP/PR e CPF 489.622.799-91. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para que, querendo, manifeste eventual interesse na sucessão processual, nos termos do art. 313, §2º, II, do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tudo em conformidade com o alegado pelo autor, em síntese, na petição inicial: " O autor alegou, em síntese, que conviveu com a falecida desde o ano de 1977 até a data do seu falecimento em 2003. Aduziu que a de cujus deixou cinco filhos, sendo que estes estão solicitando a sua retirada do imóvel em que coabitavam. Requereu a gratuidade processual, citação dos filhos de Ernestina, procedência do pedido para declarar a União Estável combinado com a partilha do bem imóvel, produção de provas, intimação do Ministério Público." O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o trigésimo primeiro dia da primeira publicação deste. Eu, (a) Anderson Stella, Escrevente Juramentado, conferi e digitei. Curitiba, 23 de junho de 2025. (a) Giovana Ehlers Fabro Esmanhotto Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 4ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI Rua da Glória, 290 - 2º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: (41)3250-1844 - E-mail: ctba-40vj-e@tjpr. jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): JOÃO AMARO SOBRINHO PRAZO DE 30 (trinta) dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Substituta, Dra. Giovana Ehlers Fabro Esmanhotto, da 4ª Vara de Família de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Expropriação de Bens, sob nº 0021012-14.2016.8.16.0188, em que é(são) exequente(s) SÉRGIO LUCAS GUEDES AMARO, e executado (s) JOÃO AMARO SOBRINHO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JOÃO AMARO SOBRINHO, portador(a) do RG 37718997 SSP/SP e CPF 603.777.634-20. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do trigésimo primeiro dia da primeira publicação deste, pagar o débito apontado pela parte exequente (R$ 619,68 (seiscentos e dezenove reais e sessenta e oito centavos), valor este em junho de 2016, sob pena de multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) cada, sob pena de penhora. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, (a) Anderson Stella, Escrevente Juramentado, conferi e digitei. Curitiba, 24 de junho de 2025. (a) Giovana Ehlers Fabro Esmanhotto Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 4ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI Rua da Glória, 290 - 2º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: (41)3250-1844 - E-mail: ctba-40vj-e@tjpr. jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MARIA ELIZABETE GALINDO PRAZO DE 30 (TRINTA) dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Substituta, Dra. Giovana Ehlers Fabro Esmanhotto, da 4ª Vara de Família de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Dissolução e Liquidação de Sociedade, assunto Reconhecimento / Dissolução, sob nº 0001301-09.2005.8.16.0188, em que é(são) autor(es) LUIZ ANTONIO GALINDO, e réu(s) P. R. G., N. S. P., S. A. S., B. DO B. S. DA S., J. S., A. M. S. P., E. L. S., M. S. B., MARIA ELIZABETE GALINDO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido MARIA ELIZABETE GALINDO. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para que, querendo, manifeste eventual interesse na sucessão processual, nos termos do art. 313, §2º, II, do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do trigésimo primeiro dia da primeira publicação deste, tudo em conformidade com o alegado pelo autor, em síntese: ".. que conviveu com a falecida desde o ano de 1977 até a data do seu falecimento em 2003. Aduziu que a de cujus deixou cinco filhos, sendo que estes estão solicitando a sua retirada do imóvel em que coabitavam. Requereu a gratuidade processual, citação dos filhos de Ernestina, procedência do pedido para declarar a União Estável combinado com a partilha do bem imóvel, produção de provas, intimação do Ministério Público." O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, (a) Anderson Stella, Escrevente Juramentado, conferi e digitei. Curitiba, 24 de junho de 2025. (a) Giovana Ehlers Fabro Esmanhotto Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

8ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
8ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA - PROJUDI
Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PR - CEP: 80.540-900 - Fone: (41)3309-9108 - E-mail: ctba-58vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃOAutos nº. 0004636-85.2019.8.16.0013 RÉU: Pablo Campos Storino PRAZO DO EDITAL: 15 (quinze) diasPRAZO PARA RESPOSTA: 10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital A Exma. Sra. Sayonara Sedano, MMa. Juíza de Direito da 8ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, na forma da lei FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a parte ré Pablo Campos Storino, residente no(a) Estrada Cachamorra, 350 sala 264 - Campo Grande - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 23.040-151 - Telefone(s): (21) 2394-8137, (filiação: Nome da Mãe: VERA LUCIA CAMPOS Nome do Pai: FAUSTO STORINO - nascido em: JUIZ DE FORA ,na data de 16/01/1977) **_e como consta dos autos que se encontra atualmente em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, pelo presente edital CITA-O(A) e chama para, no prazo acima indicado, comparecer** a este Juízo (End.: Avenida Anita Garibaldi, 750, Ahú, Curitiba - PR - Fone: (41)3309-9108) em que tramita a Ação Penal n. 0004636-85.2019.8.16.0013 na qual foi denunciado(a) como incurso no artigo o 2º da Lei nº 12.850/2013 e no artigo 1º, caput e § 4º , da Lei nº 9.613/1998, por 08 (oito) vezes, em concurso material de delitos, conforme artigo 69 do Código Penal. Ficando devidamente INTIMADO a constituir defensor e apresentar resposta à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados do término do prazo deste edital ou a partir do comparecimento pessoal do denunciado ou do defensor constituído**.** A parte ré deverá ainda, em sua resposta à acusação, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão do direito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal alterado pela Lei 11.719/2008. Na forma do artigo 366 do mesmo Código, se o acusado não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 27 de junho de 2025. Eu, Adriana Lotério Paquete , Técnica Judiciária , digitei e conferi.
SAYONARA SEDANO Juíza de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
8ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA - PROJUDI
Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PR - CEP: 80.540-900 - Fone: (41)3309-9108 - E-mail: ctba-58vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO: ALEX VINNICIUS STELMACH DE SOUZA

PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Sayonara Sedano, da 8ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0002252-12.2024.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALEX VINNICIUS STELMACH DE SOUZA, e vítima SIMONE RODRIGUES MENDES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **ALEX VINNICIUS STELMACH DE SOUZA, portador(a) do RG 78319216 SSP/PR e CPF 055.081.319-57, nascido(a) em 27/03/1987, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de RITA CRISTIANE STELMACH DE SOUZA e JOAQUIM PIRES DE SOUZA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 157, § 2º, inciso II - ROUBO AGRAVADO, Reclusão: 7 anos, 4 meses e 20 dias, inciso II na data de 05/06/2025, sendo condenado a pena definitiva de 07 (sete) anos, 04 (quatro) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, além de 81 (oitenta e um) dias-multa., sendo que cada dia multa corresponde a 1/30 do valor do salário mínimo vigente na época do fato; no regime inicial fechado; além do pagamento de indenização no valor de R$1.633,11 em favor da vítima Simone Rodrigues Mendes; em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Adriana Lotério Paquete, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 26 de junho de 2025.**

Sayonara Sedano
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

15ª VARA CÍVEL

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

A DOUTORA THALITA BIZERRIL DULEBA MENDES, MM. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA DÉCIMA QUINTA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos que virem o presente ou dele tiverem conhecimento que perante este Juízo da 15ª Vara Cível tramitam os autos de Interdição/Curatela sob nº **0003128-07.2023.8.16.0194** (PROJUDI), em que é requerente CYNTHIA MARIA VALENTE, e requerida SONIA JARDIM VALENTE, e que foi decretada a interdição de SONIA JARDIM VALENTE (RG: 126880642 SSP/PR e CPF/CNPJ: 185.877.728-30) residente na Avenida Água Verde, 1919 apto. 62 - Vila Izabel - CURITIBA/PR - CEP: 80.240-070, pela sentença de mov. 75.1, transitada em julgado em 10/06/2024, a qual reconheceu que a interditada não tem condições mínimas de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, nos termos do artigo 85 da Lei nº 13.146/2015, limitada aos aspectos de natureza patrimonial e negocial e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º do Código Civil, estando incapaz de exercer os atos da vida civil. A referida sentença ainda nomeou à interditada a curadora CYNTHIA MARIA VALENTE (RG: 48053190 SSP/PR e CPF/CNPJ: 814.843.569-34), residente na Avenida Água Verde, 1919 apto. 62 - Vila Izabel - CURITIBA/PR - CEP: 80.240-070.

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, nos termos dos artigos 256 e 257 do CPC, que será publicado. Curitiba, 27 de junho de 2025. Eu, Sidinei Alencar de Souza, Técnico Judiciário, digitei e conferi.

Sidinei Alencar de Souza
Técnico Judiciário
Autorizado pela PORTARIA N.º 03/2020

21ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO: LUIS FELLIPE SENKO PRAZO DE 35 dias úteis O Juiz de Direito Rogério de Assis, da 21ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Monitória, assunto Contratos Bancários, sob nº 0003655-22.2024.8.16.0194, em que é autora: COOPERFORTE COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS PUBLICAS FEDERAIS LTDA, e requerido: LUIS FELLIPE SENKO, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte requerida: LUIS FELLIPE SENKO, portador do RG 93974077 SSP/PR, inscrito no CPF 047.367.289-81. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, proceder o pagamento do valor de R$ 76.835,63 (setenta e seis mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos), atualizado até 12 junho de 2025, sendo que neste caso pagará apenas 5% (cinco por cento) do valor da causa a título de honorários advocatícios, estando isento do pagamento de custas (art. 701 e § 1º do NCPC). No mesmo prazo poderá, querendo, apresentar embargos, sob pena de não o fazendo constituir-se este em título executivo judicial, diante do qual o mandado inicial de pagamento converte-se em mandado executivo (art. 701 § 2º do NCPC). RESENHA DA INICIAL: O Requerido aderiu ao CRCI e na qualidade de cooperado contratou o Empréstimo nº 4899013 no montante de R$ 72.968,57 (Setenta e dois mil novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), a ser pago em 72 parcelas. Em face do inadimplemento do Requerido, a Requerente tornou-se credora da importância cujo valor atualizado perfaz o montante de R$ 63.431,87 (sessenta e três mil e quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos), requerendo a final: O recebimento da presente demanda, com a expedição de mandado inicial de citação do Requerido para que efetue o pagamento da importância de R$ 63.431,87 (sessenta e três mil e quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos), conforme planilha de cálculo e Pena Pecuniária em anexo, com a devida atualização, ou, querendo, ofereça embargos no prazo de 15 dias, nos termos do artigo 701, do Código de Processo Civil; Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem o oferecimento dos Embargos pelo Requerido ou pagamento, seja julgado procedente o pedido formulado na exordial, para o fim de constituir de pleno direito o título executivo judicial, convertendo o mandado inicial em mandado executivo, condenando o Requerido no pagamento da importância devida, no valor de R$ 63.431,87 (sessenta e três mil e quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos), atualizado desde o vencimento e devidamente acrescido de juros de mora de 1%, com a incidência dos juros remuneratórios, nos termos do contrato firmado entre as partes; condenação do Requerido no pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, a serem arbitrados em 20% do valor da condenação; A produção de todos os meios de provas admitidos em direito, em especial a juntada de novos documentos, se necessário for, bem como o depoimento pessoal do Requerido sob pena de confesso, além de prova testemunhal e pericial; Desde já, conforme determinação do artigo 334, parágrafo 5º do Código de Processo Civil, informa a Requerente o interesse na realização de audiência prévia para a realização de possível composição consensual entre as partes. Dá-se a presente causa o valor de R$ 63.431,87 (sessenta e três mil e quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos). DESPACHO INICIAL: "Vistos. Autos n.º 3655-22/2024 1.Cite-se a requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, realizar o pagamento do valor indicado, entrega de coisa ou executar a obrigação de fazer ou não fazer, consignando-se que se for cumprida a ordem, pagará apenas 5% do valor da causa a título de honorários advocatícios, estando isento de pagamento de custas (artigos 701 e § 1º do NCPC). 2.No mesmo prazo poderá, querendo, oferecer embargos, advertido do fato de que não sendo opostos embargos, constituirse-á, de pleno direito, o título executivo judicial, diante do qual o mandado inicial de pagamento converte-se em mandado executivo (artigo 701 § 2º do NCPC). 3.Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a requerente para pugnar o que entender de direito, inclusive apresentando planilha atualizada do débito observado o previsto no artigo 798, §único, do CPC, no prazo de 10 (dez) dias. 4.Sobrevindo os embargos, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação. 5. Após, volte concluso para saneamento (artigo 357 do NCPC) ou julgamento conforme o estado do processo (artigo 355 do NCPC). 6.Diligências necessárias. 7. Intimem-se. Em 19 de março de 2024. Rogério de Assis - Juiz de Direito". DESPACHO DE 189.1: "Vistos. Autos nº. 3655-22/2024 1.Compulsando os autos, verifico que a parte requerente não obteve êxito na citação da parte requerida, apesar das diversas diligências realizadas nos autos visando a busca do correto endereço. 2.Diante das frustradas tentativas de citação e localização de endereços da parte ré, DEFIRO o pedido de citação/intimação por edital, conforme o artigo 257 do CPC. Se necessário, intime-se a parte requerente para apresentar cálculo atualizado do débito. 3.Deverá constar do edital a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia. 4.Não havendo as ferramentas previstas no artigo 257, II, do CPC, a publicação do edital pelo Cartório será feita por afixação do mesmo no quadro de avisos da Vara e no Diário Oficial. 5.Caberá à parte autora comprovar a publicação do edital em jornal local no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o artigo 257, parágrafo único, do CPC. 6. Estando em ordem a citação por edital, e esgotado o prazo, fica nomeada a Curadoria Especial para apresentar eventual defesa, abrindose vistas dos autos ao órgão. 7.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o requerente para, no prazo de 10 dias, requerer o que for do seu interesse. Intimem-se. Em 20 de maio de 2025.c Rogério de Assis - Juiz de Direito". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de

Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Marcieli de Ávila Gislon, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 23 de junho de 2025. Rogério de Assis Juiz de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: THALYSON LA ROSA CORREA e THALYSON LA ROSA CORREA PRAZO DE 35 dias úteis O Juiz de Direito Rogerio de Assis, da 21ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Prestação de Serviços, sob nº 0015274-17.2022.8.16.0194, em que é exequente IDEAL ASSESSORIA EMPRESARIAL S/C LTDA, e executados THALYSON LA ROSA CORREA e THALYSON LA ROSA CORREA, e que não foi possível localizar pessoalmente os Executados: THALYSON LA ROSA CORREA, inscrito no CPF/MF sob nº. 378.723.918-99 e THALYSON LA ROSA CORREA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 20.044.040/0001-42. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para, no prazo de 03 (três) dias úteis, proceder ao pagamento do valor de R$ 2.523,89 (dois mil, quinhentos e vinte e três reais e oitenta e nove centavos), atualizado até Junho /2025, sendo que neste caso os honorários advocatícios serão devidos na proporção 10% (dez por cento) do fixado pelo MM. Juiz (art. 827, §1º, CPC), bem como INTIMÁ-LO, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (contados da data da juntada do presente mandado de citação nos autos - art. 915 do CPC), independentemente da realização da penhora, depósito ou caução, apresentar embargos, ciente de que no prazo para embargos, em reconhecendo o crédito exequente e comprovado nos autos o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá requerer o pagamento do débito restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, nestes autos supramencionados. RESENHA DA INICIAL: "Os Executados firmaram "Contrato de Prestação de Serviço de Propriedade Industrial REF: 2020 /5200" junto a Exequente, cujo objeto era o pedido de registro da marca "VA BENE", tipo mista, na classe 43, conforme na cláusula 5ª do Contrato, perante os órgãos competentes, e demais atos necessários ao registro, inclusive, com o pagamento de taxas. Firmados os respectivos contratos, a Exequente deu início as suas obrigações, conforme documentação anexa, contudo, os Executados não cumpriram com sua obrigação contratual, posto que deixou de adimplir com valores relativos a: 1) Integralidade dos honorários "Honorários de depósito de registro de marca", conforme disposto na cláusula 5ª, parágrafo primeiro, no valor de R$ 700,00 (setecentos reais), distribuído em 10 (dez) parcelas de R$ 70,00 (setenta reais). Desta importância, houve o pagamento de 4 (quatro) parcelas, restando pendente outras 6, o que corresponde ao valor de R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais); 2) Os honorários anuais, conforme cláusula 9ª, referentes ao acompanhamento do processo, no valor de R$ 130,00 anual, sendo a cobrança de forma proporcional pelo período de 11 meses, em R$ 119,16 (cento e dezenove reais e dezesseis centavos), com vencimento em 05/05/2021. Sobre cada parcela e respectivo montante inadimplente aplica-se as penalidades decorrentes do inadimplemento, previstas nas cláusulas 15ª e seguintes do contrato; Informa-se que a Exequente tentou a negociação por vias administrativas, inclusive por meio de seus procuradores, sendo até enviado termo de transação para assinatura, contudo, não houve pelos Executados interesse em dar continuidade. Configurado o inadimplemento e esgotadas as tentativas de obter a quitação da dívida pelas vias administrativas, a Exequente promove a presente medida judicial, com fins de reaver o valor devido, em razão do contrato firmado entre as partes". DESPACHO INICIAL: "Vistos. Autos n.º 15.274-17/2022v 1.Cite-se o executado para, em 03 (três) dias, pagar o débito contados da citação (NCPC, artigo 829), sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da execução. 2.A citação deve ser realizada por meio eletrônico e efetivada pela própria Serventia, com base no que dispõe o caput do art. 246 do CPC, dispositivo que fora alterado pela Lei nº 14.195/2021, bem como no estabelecido nos Ofícios Circulares 227, 238 e 270/2021-CGJ. 3.Em caso de ausência de informações necessárias para cumprimento da citação pela via eletrônica ou da ausência de confirmação de recebimento pelo destinatário no prazo estabelecido de 03 (três) dias úteis (artigo 246, parágrafo 1-A, CPC), deve a Serventia certificar referida ausência, expedindo de forma imediata a carta ou o mandado de citação, de acordo com o requerimento da parte ou a exigência legal. 4.Fixo os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (NCPC, artigo 827). Se houver pagamento integral do débito no prazo de 03 (três) dias, o devedor somente pagará metade da verba honorária (NCPC, artigo 827, §1º). 5.Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça deverá proceder a imediata penhora dos bens do executado, bem como sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e intimando o executado na mesma oportunidade (NCPC, artigo 829, §1º). 6.Não sendo encontrado o executado, deverá o Oficial de Justiça arrestar tantos bens do executados quantos bastem para garantia da execução (NCPC, artigo 830). Efetivado o arresto, deverá o meirinho nos 10 (dez) dias úteis seguintes, procurar o executado 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizar a citação com hora certa (NCPC, artigo 830, §1º). 7.Independentemente da realização de penhora, depósito ou caução, o prazo para embargos é de 15 (quinze) dias úteis (artigos 915 e 231, NCPC). Deve constar em destaque no mandado a faculdade prevista no artigo 916 do NCPC, de o executado, caso reconheça o crédito do exequente, proceder ao depósito de 30% do valor em execução, acrescidos de custas e honorários de advogado, podendo parcelar em até 06 (seis) parcelas mensais o valor remanescente, o qual deverá ser acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês. 8.Intimem-se. Em 3 de fevereiro de 2023. Rogério de Assis - JUIZ DE DIREITO". DESPACHO DE MOV. 263.1: "Vistos. Autos n.º 15274-17/2022 1.Tendo em vista o teor da manifestação da Curadoria Especial contida no evento 261, defiro a citação por edital (evento 255), com prazo de 20 (vinte) dias. 2.Decorrido o prazo sem apresentação de defesa, intimese a Curadoria Especial. 3.Intimem-se. Em 9 de maio de 2025. Rogério de Assis - JUIZ DE DIREITO". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Marcieli de Ávila Gislon, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 23 de junho de 2025. Rogério de Assis Juiz de Direito

---

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO: PRIMEE GOLD SERVICOS DE LIMPEZA LTDA PRAZO DE 50 dias úteis O Juiz de Direito Rogério de Assis, da 21ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Contratos Bancários, sob nº 0004032-27.2023.8.16.0194, em que é exequente BANCO DO BRASIL S/A, e executados: ELDER KEITY SHIGUEMATSU e PRIMEE GOLD SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a executada PRIMEE GOLD SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 33.327.232/0001-08. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, proceder o pagamento voluntário do valor de R$ 262.202,07 (duzentos e sessenta e dois mil, duzentos e dois reais e sete centavos), atualizados até 26 de junho de 2025, pena de incidência de multa e de honorários de sucumbência, ambos no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, bem como adverti-lo, de que é vedado o parcelamento do débito na forma do art. 916 do NCPC, em razão do previsto no §7º do mesmo dispositivo, bem como sua INTIMAÇÃO de que o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA se inicia de modo automático, tão logo decorra o prazo para pagamento voluntário do débito, independente de penhora ou nova intimação (art. 525, NCPC), ficando advertido que para permitir o recebimento da impugnação ao cumprimento de sentença, caso não seja beneficiário da gratuidade da justiça, deverá comprovar o preparo das custas respectivas, nestes autos acima indicados. DESPACHO DE MOV. 363.1: "Vistos. Autos n.º 4032-27/2023v 1.Anote-se junto ao Cartório Distribuidor quanto ao início da fase de cumprimento de sentença. ANOTE-SE. 2.Intime-se o devedor/executado, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetuar o PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor indicado, pena de incidência de multa e de honorários de sucumbência, ambos no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito. Advirto que é vedado o parcelamento do débito na forma do artigo 916 do NCPC, em razão do previsto no §7º do mesmo dispositivo. 3.Igualmente, intime-se o executado no sentido de que o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA se inicia de modo automático, tão logo decorra o prazo para pagamento voluntário do débito, independentemente de penhora ou nova intimação (artigo 525, NCPC). Advirto o executado que para permitir o recebimento da impugnação ao cumprimento de sentença, caso não seja beneficiário da gratuidade da justiça, deve comprovar o preparo das custas respectivas. Não sendo comprovado o preparo, retorne. 4.Decorridos os prazos concedidos nos itens supra e comprovado o preparo das custas de impugnação, manifeste-se a exequente em 15 (quinze) dias úteis. 5.Intimem-se. Em, 13 de junho de 2025. Rogério de Assis JUIZ DE DIREITO". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Marcieli de Ávila Gislon, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 24 de junho de 2025. Rogério de Assis Juiz de Direito

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO: BRUNO ALMEIDA LOPES PRAZO DE 50 dias úteis O Juiz de Direito Rogério de Assis, da 21ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Contratos Bancários, sob nº 0005792-45.2022.8.16.0194, em que é exequente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A e executado: BRUNO ALMEIDA LOPES, e que não foi possível localizar pessoalmente o executado: BRUNO ALMEIDA LOPES, inscrito no CPF/MF sob nº. 013.471.549-73. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, proceder o pagamento voluntário do valor de R$ 1.342.041,32 (um milhão trezentos e quarenta e dois mil quarenta e um reais e trinta e dois centavos), valor atualizado até maio/2025, pena de incidência de multa e de honorários de sucumbência, ambos no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, bem como adverti-lo, de que é vedado o parcelamento do débito na forma do art. 916 do NCPC, em razão do previsto no §7º do mesmo dispositivo, bem como sua INTIMAÇÃO de que o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA se inicia de modo automático, tão logo decorra o prazo para pagamento voluntário do débito, independente de penhora ou nova intimação (art. 525, NCPC), ficando advertido que para permitir o recebimento da impugnação

ao cumprimento de sentença, caso não seja beneficiário da gratuidade da justiça, deverá comprovar o preparo das custas respectivas, nestes autos acima indicados. DESPACHO DE MOV. 360.1: "Vistos. Autos n.º 5792-45/2022v 1.Anote-se junto ao Cartório Distribuidor quanto ao início da fase de cumprimento de sentença. ANOTE-SE. 2.Intime-se o executado, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetuar o PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor indicado, pena de incidência de multa e de honorários de sucumbência, ambos no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor sobre o valor atualizado do débito. Advirto que é vedado o parcelamento do débito na forma do artigo 916 do NCPC, em razão do previsto no §7º do mesmo dispositivo. 3.Igualmente, intime-se o executado no sentido de que o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA se inicia de modo automático, tão logo decorra o prazo para pagamento voluntário do débito, independentemente de penhora ou nova intimação (artigo 525, NCPC). Advirto o executado que para permitir o recebimento da impugnação ao cumprimento de sentença, caso não seja beneficiário da gratuidade da justiça, deve comprovar o preparo das custas respectivas. Não sendo comprovado o preparo, retorne. 4.Decorridos os prazos concedidos nos itens supra e comprovado o preparo das custas de impugnação, manifeste-se a exequente em 15 (quinze) dias úteis. 5.Intimem-se. Em, 30 de maio de 2025. Rogério de Assis JUIZ DE DIREITO". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Marcieli de Ávila Gislon, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 24 de junho de 2025. Rogério de Assis Juiz de Direito

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO: ANTONIO NELSON JUCHEM PRAZO DE 35 dias úteis O Juiz de Direito Rogerio de Assis, da 21ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Práticas Abusivas, sob nº 0014098-15.2013.8.16.0001, em que são exequentes: DANIEL HACHEM e REINALDO EMILIO AMADEU HACHEM, e executado: ANTONIO NELSON JUCHEM, e que não foi possível localizar pessoalmente o executado ANTONIO NELSON JUCHEM, inscrito no CPF/MF sob nº 041.805.699-49. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, para que tome ciência da PENHORA realizada sobre: - "benefício previdenciário do executado ANTONIO NELSON JUCHEM, inscrito no CPF 041.805.699-49, no percentual de 10% de seu valor líquido, junto ao INSS. Para garantia da execução que atualizada até maio de 2023, importa em R$ 19.817,34 (dezenove mil, oitocentos e dezessete reais e trinta e quatro centavos)", bem como, para querendo, apresentar impugnação no prazo de 10 (dez) dias úteis (artigo 841, NCPC). DESPACHO DE MOV. 843.1: "Vistos. Autos n.º 14098-15/2013 1.Defiro a penhora do benefício previdenciário do executado conforme pugnado no evento 841, no percentual de 10% de seu valor líquido. Lavre-se termo e expeça-se ofício ao INSS para registro e transferência mensal do valor correspondente à conta vinculada aos presentes autos. 2.Intimem-se os executados pessoalmente acerca da penhora para, querendo, apresentar impugnação em 15 (quinze) dias. 3.Decorrido o prazo, diga o exequente em igual prazo de 15 (quinze) dias. 4.Em seguida, retornem. 5.Intimem-se. Em 14 de junho de 2023. Rogério de Assis JUIZ DE DIREITO". DESPACHO DE MOV. 1197.1: "Vistos. Autos n.º 14098-15/2013 1.Defiro a intimação por edital, com prazo de 20 (vinte) dias. 2.Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se a Curadoria Especial. 3.Intimem-se. Em 3 de junho de 2025. Rogério de Assis JUIZ DE DIREITO". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Marcieli de Ávila Gislon, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 24 de junho de 2025. Rogério de Assis Juiz de Direito

---

Edital Geral

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE: LAIS FELIPPU PINTO, COM O PRAZO DE 30 (trinta) DIAS. A DOUTORA JULIANE VELLOSO STANKEVECZ - JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA - CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ F A Z S A B E R, a quem o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos de INTERDIÇÃO - CURATELA sob nº 0016761-85.2023.8.16.0194 proposta por ANNA PAULA MARCHIORI PINTO, em favor de LAIS FELIPPU PINTO, foi decretada a INTERDIÇÃO de LAIS FELIPPU PINTO, brasileira, casada, professora aposentada, portadora da Carteira de Identidade nº 538.118-5/SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 062.413.609-49, residente e domiciliada na Avenida Vicente Machado, nº. 1171, apartamento 402, bairro Batel, CEP 80.420-011 - CURITIBA /PR, por incapacidade de reger sua pessoa e administrar seus bens, sendo nomeado como CURADORA ANNA PAULA MARCHIORI PINTO, brasileira, solteira, design de interiores, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 7.767.849-2/SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº. 058.896.119-17, residente e domiciliada na Rua Guararapes, nº 1391, apartamento 504, bairro Vila Izabel, CEP: 80.320-210 - CURITIBA/PR, na conformidade com a sentença do teor seguinte: " 1. RELATÓRIO: Trata-se de AÇÃO DE INTERDIÇÃO / CURATELA proposta, inicialmente, por RUI PINTO em relação a sua esposa LAIS FELIPPU PINTO, sob a alegação de que ela " possui quadro diagnosticado de Doença de Alzheimer (CID G-30) apresentando, entre outros sintomas, severo e progressivo quadro demencial, confusão mental e espacial, desorientação, fala repetitiva, desconexa e incompreensível, já não reconhece qualquer dos seus familiares e amigos, necessita de acompanhamento especializado em período integral, para os mais simples atos da vida civil, desde a manutenção e proteção de sua integridade física, social e menta" (mov. 1.1). Em petição de mov. 17.1, o Sr. Rui Pinto pugnou pela inclusão da sua neta ANNA PAULA MARCHIORI PINTO à lide, informando que essa aceitou, para todos os fins de direito, o encargo legal de curadora de sua avó. Juntou documento (mov. 17.2). A ANNA PAULA MARCHIORI PINTO apresentou emenda à inicial de mov. 22.1, pugnando pela retificação do polo ativo da lide. Juntou novos documentos (movs. 22.2/22.4). Em decisão de mov. 24.1, foi recebida a emenda à inicial e determinada a retificação do polo ativo da lide para que constasse somente o nome de ANNA PAULA MARCHIORI PINTO. O Ministério Público manifestou-se de forma favorável ao pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora (mov. 32.1). Em decisão inicial (mov. 36.1), foi deferido o pedido de curatela provisória, nomeando-se a autora como curadora provisória da requerida, com termo de compromisso assinado (mov. 42.2). Foi realizada audiência de entrevista (mov. 95.1) e dispensada a perícia médica. A Defensoria Pública, na condição de curadora especial, apresentou contestação por negativa geral (mov. 102.1). O Ministério Público manifestou-se favorável à interdição pleiteada, com a nomeação da parte autora como curadora (mov. 105.1). Os autos vieram conclusos para sentença. É o que cumpria relatar. DECIDO. 2. FUNDAMENTAÇÃO: Os procedimentos de interdição passaram por intensas transformações com a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.146/2015. Tal lei, com raízes profundas no princípio da dignidade da pessoa humana, pretendeu, como anota Pablo Stolze Gagliano, "fazer com que a pessoa com deficiência deixasse de ser 'rotulada' como incapaz, para ser considerada - em uma perspectiva constitucional isonômica - dotada de plena capacidade legal, ainda que haja a necessidade de adoção de institutos assistenciais específicos, como a tomada de decisão apoiada e, extraordinariamente, a curatela, para a prática de atos na vida civil".[1] Bem por isso que aquela Lei, em seu art. 6º e 84, aponta que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, com o que foi extirpado do ordenamento jurídico a previsão de incapacidade civil absoluta decorrente de deficiência mental ou física. A partir disso, estabelecido está que a curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, constituindo medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado (art. 85, §2º). MAURÍCIO REQUIÃO[2], a seu turno, destaca que a nova lei apaga do mundo jurídico a previsão de incapacidade decorrente de deficiência, mas destaca que isso, contudo, não conduz necessariamente ao descabimento de curatela, embora agora prevista como medida extraordinária: "Assim, o fato de um sujeito possuir transtorno mental de qualquer natureza, não faz com que ele, automaticamente, se insira no rol dos incapazes. (...) A mudança apontada não implica, entretanto, que o portador de transtorno mental não possa vir a ter a sua capacidade limitada para a prática de certos atos. Mantém-se a possibilidade de que venha ele a ser submetido ao regime de curatela. O que se afasta, repise-se, é a sua condição de incapaz". Prossegue aquele doutrinador afirmando que, a partir da sensível mudança de paradigmas no trato da pessoa portadora de deficiência, a Lei Federal n. 13.146/2015 gerou reflexos no sistema das incapacidades no Código Civil. "Isto porque a regra passa a ser a garantia do exercício da capacidade legal por parte do portador de transtorno mental, em igualdade de condições com os demais sujeitos (artigo 84, Estatuto da Pessoa com Deficiência). A curatela passa a ter o caráter de medida excepcional, extraordinária, a ser adotada somente quando e na medida em que for necessária". Claro ficou, também, que a curatela afeta apenas aspectos patrimoniais, mantendo o portador de transtorno mental o controle sobre os aspectos existenciais da sua vida, a exemplo do "direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto" (art. 85). Nesse norte, afastou-se a exigência de termo de curatela em diversas situações, como na emissão de documentos oficiais (art. 86) e para o requerimento e recebimento de benefícios previdenciários, a partir da inclusão, pelo art. 101 do Estatuto, do art. 110-A à Lei nº 8.213/1991. Vem daí, portanto, que, sendo a pessoa deficiente detentora de capacidade civil plena, somente se admite o processamento da interdição (entendida como ação de imposição de curatela e não mais voltada à declaração da incapacidade civil) quando demonstrada a imperiosa necessidade de prática de atos de gestão patrimonial pelo curador em razão da impossibilidade do exercício de seus direitos pelo interditando e quando for impossível recorrerse ao mecanismo da tomada de decisão apoiada. Desse modo, a curatela em curso deve seguir o seu caminho, observados os limites impostos pelo Estatuto, especialmente no que toca ao termo de curatela, que deverá expressamente consignar os limites de atuação do curador, o qual auxiliará a pessoa com deficiência apenas no que toca à prática de atos com conteúdo negocial ou econômico. Pois bem. Descendo ao caso vertente, entendo que a prova carreada aos autos revela que a curatelada não tem condições de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146 /2015, limitada aos aspectos de natureza patrimonial e negocial. Conforme depreende-se da avaliação médica acostada no mov. 1.4, o " DIAGNÓSTICO DE DEFICIT COGNITIVO PROGRESSIVO, COM CARACTERISTICAS DEMENCIAIS FOI ESTABELECIDO E O CONJUNTO DOS DADOS CLINICOS E EXAMES COMPLEMENTARES DETERMINOU SÍNDROME DEMENCIAL (COM CARACTERISTICAS DE DEMENCIA DO TIPO ALZHEIMER). A SRA. LAIS EVOLUIU COM DETERIORO PROGRESSIVO E INEXORÁVEL DE SUA CONDIÇÃO COGNITIVA, TORNANDO-A PAULATINAMENTE MAIS DEPENDENTE DE FAMILIARES E CUIDADORES PARA REALIZAÇÃO DAS

ATIVIDADES DA VIDA DIÁRIA. ATUALMENTE APRESENTA-SE ABSOLUTA E COMPLETAMENTE DEPENDENTE DESTES ENTES (FAMILIARES E CUIDADORES) PARA MANUTENÇÃO DE QUAISQUER ATIVIDADES BÁSICAS DA VIDA DIÁRIA, COM ABSOLUTA FALTA DE DISCERNIMENTO PARA GERIR QUAISQUER ATOS DA VIDA CIVIL, COMO RESULTADO DE FASE AVANÇADA DE SUA DOENÇA DEMENCIAL. LAMENTAVELMENTE, EM ADIÇÃO AO DESCRITO, FOI DIAGNOSTICADA COM CÂNCER DE MAMA, PRODUZINDO DETERIORO ADICIONAL A SUA CONDIÇÃO FÍSICA. 0 CID-10 MELHOR DESCRITIVO DA DOENÇA ATUAL É : G.30". Com efeito, a avaliação médica demonstra que a curatelada se encontra com cognição comprometida, com necessidade de auxílio para atividades pessoais e instrumentais. Ademais, conforme ressaltado pela Parquet: "Diante da documentação médica acostada aos autos (mov. 1.4), e dos elementos coligidos em audiência de entrevista (mov. 95.2), observase haver sido demonstrada, de forma inequívoca, a incapacidade da curatelandapara administrar seus interesses civis e financeiros, em decorrência da doença de que é portadora, sendo necessária, pois, a concessão da curatela. A respeito da definição de quem deva exercer o encargo de curador, temse que a autora, na qualidade de neta da requerida, pode e deve ser nomeada para tal função, observando-se não haver informação que a desabone, assim como, consoante disposto no art. 747, inciso II do CPC, detém legitimidade para tanto" (Mov. 105.1 - Grifos diversos do original) Assim, fica comprovado que a curatelada está impossibilitada de reger a sua pessoa e bens em relação aos diretos de natureza patrimonial e negocial, afastandose qualquer dúvida quanto ao mérito, bem como quanto a possibilidade da existência de eventual fraude. Isso não implicará, por outro lado, declaração de incapacidade civil, já que não mais remanescem tais figuras no artigo 3º do Código Civil. 3. DISPOSITIVO: Dessa forma, com fulcro nos artigos 487, inciso I, e 754, ambos do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim de submeter LAIS FELIPPU PINTO à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por ANNA PAULA MARCHIORI PINTO, confirmando a liminar de mov. 36.1. A curatela abrange a prática de atos de disposição patrimonial, demandar ou ser demandada em juízo, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar e praticar atos de administração de seu patrimônio. Considerando que a curatelada recebe aposentadoria no valor líquido de R$3.028,05 (mov. 42.11) e não possui bens (movs. 42.5/45.6), deixo de determinar, por ora, o dever de prestação de contas pela curadora, o que pode ser revisto caso a medida se mostre necessária. A dispensa da prestação de contas não afasta o dever da curadora de utilizar a renda do curatelado com o sustento dele, nem de manter consigo todos os comprovantes de despesas realizadas para a hipótese de lhe ser solicitada futuramente a prestação de contas. Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no órgão Oficial, 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Independente do trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado de registro da sentença de interdição para o 1º Ofício de Registro Civil desta Comarca, para ser registrado junto ao Livro E. Custas pela parte autora. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Curitiba, data da assinatura digital (apk). Juliane Velloso Stankevecz Juíza de Direito Substituta". A sentença transitou em julgado em 27/01/2025. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou passar o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO, nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Curitiba, 08 de maio de 2025. Juliane Velloso Stankevecz Juíza de Direito

---

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE: ROSANGELA IVANILDE JESUS DE SIQUEIRA, COM O PRAZO DE 30 (trinta) DIAS. A DOUTORA JULIANE VELLOSO STANKEVECZ - JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA - CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ F A Z S A B E R, a quem o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos de INTERDIÇÃO - CURATELA sob nº 0014987-20.2023.8.16.0194 proposta por ARI DE SIQUEIRA, em favor de IVANILDE JESUS DE SIQUEIRA, foi decretada a INTERDIÇÃO de IVANILDE JESUS DE SIQUEIRA, brasileira, aposentada, viúva, portadora da Carteira de Identidade nº 691.944-8/SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 033.788.029-87, residente e domiciliada no LAR ROSA DE SARON, situado na Rua Felisbino Passos, 19 - Tingui - CURITIBA/PR - CEP: 82.620-230, por incapacidade de reger sua pessoa e administrar seus bens, sendo nomeado como CURADOR ARI DE SIQUEIRA, brasileiro, casado, Militar da Reserva, portador da cédula de RG n.º 3.007.961-2/SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 478.164.499-68, residente e domiciliado na Rua Padre João Wislinski, 550 casa 12 - Santa Cândida - CURITIBA/PR - CEP: 82.630-494, na conformidade com a sentença do teor seguinte: " 1. RELATÓRIO: Trata-se de AÇÃO DE INTERDIÇÃO / CURATELA proposta por ARI DE SIQUEIRA em relação a sua genitora IVANILDE JESUS DE SIQUEIRA, sob a alegação de que ela "sofreu um Acidente Vascular Encefálico Isquêmico, extenso de artéria cerebral média direita, ficando internada no período de 17/08/2023 à 16/09 /2023 e em decorrência acabou sofrendo AVEI extenso, que evoluiu com quadro de dependência completa de terceiros para todas as atividades diárias, necessitando de uso de fraldas diariamente" (mov. 1.1). O Ministério Público manifestou-se de forma favorável ao pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora (mov. 24.1). Em decisão inicial (mov. 27.1), foi deferido o pedido de curatela provisória, nomeando-se o autor como curador provisório da requerida, com termo de compromisso assinado (mov. 48.1). Foi realizada audiência de entrevista (mov. 117.1) e dispensada a perícia médica. O autor pugnou pela extensão dos limites da curatela para realizar movimentações financeiras na conta bancária da curatelada, tendo em vista o empecilho apresentado pela instituição financeira (mov. 131.1). Foi DEFIRO o pedido de mov. 131.1, autorizando o curador nomeado a renovar o cadastro bancário e realizar movimentações financeiras na referida conta bancária, de titularidade da curatelada, especificamente em relação à utilização do benefício previdenciário a que faz jus, para pagamento de suas despesas ordinárias, conforme consta no item II da decisão de mov. 27.1, mediante prestação de contas (mov. 149.1). O termo de compromisso foi atualizado e assinado (mov. 158.1). A Defensoria Pública, na condição de curadora especial, apresentou contestação por negativa geral (mov. 160.1). O Ministério Público manifestou-se favorável à interdição pleiteada, com a nomeação da parte autora como curadora (mov. 166.1). Os autos vieram conclusos para sentença. É o que cumpria relatar. DECIDO. 2. FUNDAMENTAÇÃO: Os procedimentos de interdição passaram por intensas transformações com a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.146/2015. Tal lei, com raízes profundas no princípio da dignidade da pessoa humana, pretendeu, como anota Pablo Stolze Gagliano, "fazer com que a pessoa com deficiência deixasse de ser 'rotulada' como incapaz, para ser considerada - em uma perspectiva constitucional isonômica - dotada de plena capacidade legal, ainda que haja a necessidade de adoção de institutos assistenciais específicos, como a tomada de decisão apoiada e, extraordinariamente, a curatela, para a prática de atos na vida civil". 1 Bem por isso que aquela Lei, em seu art. 6º e 84, aponta que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, com o que foi extirpado do ordenamento jurídico a previsão de incapacidade civil absoluta decorrente de deficiência mental ou física. A partir disso, estabelecido está que a curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, constituindo medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado (art. 85, §2º). MAURÍCIO REQUIÃO2 , a seu turno, destaca que a nova lei apaga do mundo jurídico a previsão de incapacidade decorrente de deficiência, mas destaca que isso, contudo, não conduz necessariamente ao descabimento de curatela, embora agora prevista como medida extraordinária: "Assim, o fato de um sujeito possuir transtorno mental de qualquer natureza, não faz com que ele, automaticamente, se insira no rol dos incapazes. (...) A mudança apontada não implica, entretanto, que o portador de transtorno mental não possa vir a ter a sua capacidade limitada para a prática de certos atos. Mantém-se a possibilidade de que venha ele a ser submetido ao regime de curatela. O que se afasta, repise-se, é a sua condição de incapaz". Prossegue aquele doutrinador afirmando que, a partir da sensível mudança de paradigmas no trato da pessoa portadora de deficiência, a Lei Federal n. 13.146/2015 gerou reflexos no sistema das incapacidades no Código Civil. "Isto porque a regra passa a ser a garantia do exercício da capacidade legal por parte do portador de transtorno mental, em igualdade de condições com os demais sujeitos (artigo 84, Estatuto da Pessoa com Deficiência). A curatela passa a ter o caráter de medida excepcional, extraordinária, a ser adotada somente quando e na medida em que for necessária". Claro ficou, também, que a curatela afeta apenas aspectos patrimoniais, mantendo o portador de transtorno mental o controle sobre os aspectos existenciais da sua vida, a exemplo do "direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto" (art. 85). Nesse norte, afastou-se a exigência de termo de curatela em diversas situações, como na emissão de documentos oficiais (art. 86) e para o requerimento e recebimento de benefícios previdenciários, a partir da inclusão, pelo art. 101 do Estatuto, do art. 110-A à Lei nº 8.213/1991. Vem daí, portanto, que, sendo a pessoa deficiente detentora de capacidade civil plena, somente se admite o processamento da interdição (entendida como ação de imposição de curatela e não mais voltada à declaração da incapacidade civil) quando demonstrada a imperiosa necessidade de prática de atos de gestão patrimonial pelo curador em razão da impossibilidade do exercício de seus direitos pelo interditando e quando for impossível recorrer-se ao mecanismo da tomada de decisão apoiada. Desse modo, a curatela em curso deve seguir o seu caminho, observados os limites impostos pelo Estatuto, especialmente no que toca ao termo de curatela, que deverá expressamente consignar os limites de atuação do curador, o qual auxiliará a pessoa com deficiência apenas no que toca à prática de atos com conteúdo negocial ou econômico. Pois bem. Descendo ao caso vertente, entendo que a prova carreada aos autos revela que a curatelada não tem condições de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146/2015, limitada aos aspectos de natureza patrimonial e negocial. Conforme depreende-se da avaliação médica acostada no mov. 1.5, a querida é "paciente com Acidente Vascular Encefálico Isquêmico, extenso de artéria cerebral média direita. Realizado procedimento de trombólise química em Hospital Ônix sendo transferida ao serviço aos cuidados do Dr. Robertson Pacheco para realização de trombectomia mecânica. Evoluiu, após procedimento em 18.18.23, com hemiparesia completa e proporcionada de dimídio esquerdo, disfagia e afasia não fluente, assim como rebaixamento de dimídio esquerdo, disfagia e afasia não fluente, assim como rebaixamento transitório do nível de consciência. Nos próximos dias esteve em ambiente de terapia intensiva, sendo encaminhada a enfermaria após passado período de maior risco neurológico. Recebendo medicação profilática secundária para AVC isquêmico, estímulo de fisioterapia e nutrição com fórmula específica via nasoenteral, apresentou melhora parcial dos déficits nas semanas subsequentes; mantendo, no entanto, com hemiparesia de membro superior e inferior esquerda (força motora grau 2), disartria em padrão de melhora (respondendo com palavras, ainda falando frases completas com dificuldade), alimentação via gastrostomia. Ainda restrita ao leito e dependente de cuidados". Com efeito, a avaliação médica demonstra que a curatelada se encontra com cognição comprometida, com necessidade de auxílio para atividades pessoais e instrumentais. Ademais, conforme ressaltado pela Parquet: "Diante da documentação médica acostada aos autos (mov. 1.5) e dos elementos coligidos em audiência de entrevista (mov. 116.1), observa-se haver sido demonstrada, de forma inequívoca, a incapacidade da requerida para administrar seus interesses civis e

financeiros, em decorrência da doença de que é portadora, sendo necessária, pois, a concessão da curatela. A respeito da definição de quem deva exercer o encargo de curador, tem-se que o requerente, na qualidade de filho da requerida, pode e deve ser nomeado para tal função, observando-se não haver informação que o desabone, assim como, consoante disposto no art. 747, inciso II do CPC, detém legitimidade para tanto." (Mov. 166.1 - Grifos diversos do original) Assim, fica comprovado que a curatelada está impossibilitada de reger a sua pessoa e bens em relação aos diretos de natureza patrimonial e negocial, afastando-se qualquer dúvida quanto ao mérito, bem como quanto a possibilidade da existência de eventual fraude. Isso não implicará, por outro lado, declaração de incapacidade civil, já que não mais remanescem tais figuras no artigo 3º do Código Civil. 3. DISPOSITIVO: Dessa forma, com fulcro nos artigos 487, inciso I, e 754, ambos do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim de submeter IVANILDE JESUS DE SIQUEIRA à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por ARI DE SIQUEIRA, confirmando a liminar de mov. 27.1 e a decisão complementar de mov. 149.1. A curatela abrange a prática de atos de disposição patrimonial, demandar ou ser demandada em juízo, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar e praticar atos de administração de seu patrimônio. Considerando o recebimento de benefício previdenciário pela curatelada, bem como o disposto na decisão de mov. 149.1, reconheço o dever do curador de prestar contas anuais, desde a assinatura do termo de curatela provisória, discriminando todas as receitas e despesas, bem como o ativo e o passivo existente, tudo com comprovação documental, ressaltando o dever de aplicação dos recursos em favor da curatelada e da conservação de recibos e quaisquer comprovantes relevantes para prestação de contas. Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no órgão Oficial, 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Independente do trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado de registro da sentença de interdição para o 1º Ofício de Registro Civil desta Comarca, para ser registrado junto ao Livro E. Custas pela parte autora. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Curitiba, data da assinatura digital (apk). Juliane Velloso Stankevecz Juíza de Direito Substituta". Tendo a referida sentença transitado em julgado em 23/04/2025. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou passar o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO, nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, ao quinto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Curitiba, 05 de maio de 2025. Juliane Velloso Stankevecz Juíza de Direito

---

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE: ALVARO FACHIM, COM O PRAZO DE 30 (trinta) DIAS. A DOUTORA JULIANE VELLOSO STANKEVECZ - JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA - CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ F A Z S A B E R, a quem o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos de INTERDIÇÃO - CURATELA sob nº 0014461-53.2023.8.16.0194 proposta por MILTON JESUS DIAS FACHIM, em favor de ALVARO FACHIM, foi decretada a INTERDIÇÃO de ALVARO FACHIM, brasileiro, viúvo, portador do CPF-MF 598.322.318-68, RG 4838078 SP, domiciliado em Curitiba, a Alameda Cabral, 4741, apartamento 31 B, 80410- 064, por incapacidade de reger sua pessoa e administrar seus bens, sendo nomeado como CURADOR MILTON JESUS DIAS FACHIM, brasileiro, divorciado, portador do CPF-MF 100.845.208-41, RG 15485089 SP, residente e domiciliado a Alameda Cabral, 4741, apartamento 31 B, 80410-064, na conformidade com a sentença do teor seguinte: " 1. RELATÓRIO: Trata-se de AÇÃO DE INTERDIÇÃO / CURATELA proposta por MILTON JESUS FACHIM em relação ao seu genitor ALVARO FACHIM, sob a alegação de que ele possui "quadro de depressão e dependência alcóolica. Apresenta ainda hipertensão arterial sistêmica. Faz uso de Enalapril 10 mg 12/152 hs, Citalopran 20 mg ao dia e Salbutamol em crises de asma eventuais. Tem ainda diagnóstico de Quadro Demencial Senil estando dependente e sem condições atuais para tomada de decisões do dia a dia, necessitando auxilio constante. CID: I 10 + F33 + F54" (mov. 1.1). Não foi realizado pedido liminar na inicial. O Ministério Público do Estado do Paraná se manifestou pugnando pela apresentação de documentos e designação da audiência de entrevista (mov. 27.1). A parte autora apresentou novos documentos (movs. 31.1/31.4). Foi deferida a realização da audiência de entrevista (mov. 59.1). Foi realizada audiência de entrevista (mov. 71.1) e determinado o envio dos autos ao programa Justiça no Bairro para realização de prova pericial. O Laudo Pericial foi anexado aos autos (mov. 99.1). A parte autora pugnou pela concessão da justiça gratuita (mov. 107.1). A Defensoria Pública, na condição de curadora especial, apresentou contestação por negativa geral (mov. 118.1). Foi indeferido o benefício da assistência judiciaria gratuita ao requerente (mov. 122.1). O Ministério Público manifestou-se favorável à interdição pleiteada, com a nomeação da parte autora como curadora (mov. 153.1). Os autos vieram conclusos para sentença. É o que cumpria relatar. DECIDO. 2. FUNDAMENTAÇÃO: Os procedimentos de interdição passaram por intensas transformações com a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.146/2015. Tal lei, com raízes profundas no princípio da dignidade da pessoa humana, pretendeu, como anota Pablo Stolze Gagliano, "fazer com que a pessoa com deficiência deixasse de ser 'rotulada' como incapaz, para ser considerada - em uma perspectiva constitucional isonômica - dotada de plena capacidade legal, ainda que haja a necessidade de adoção de institutos assistenciais específicos, como a tomada de decisão apoiada e, extraordinariamente, a curatela, para a prática de atos na vida civil". 1 Bem por isso que aquela Lei, em seu art. 6º e 84, aponta que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, com o que foi extirpado do ordenamento jurídico a previsão de incapacidade civil absoluta decorrente de deficiência mental ou física. A partir disso, estabelecido está que a curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, constituindo medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado (art. 85, §2º). MAURÍCIO REQUIÃO2 , a seu turno, destaca que a nova lei apaga do mundo jurídico a previsão de incapacidade decorrente de deficiência, mas destaca que isso, contudo, não conduz necessariamente ao descabimento de curatela, embora agora prevista como medida extraordinária: "Assim, o fato de um sujeito possuir transtorno mental de qualquer natureza, não faz com que ele, automaticamente, se insira no rol dos incapazes. (...) A mudança apontada não implica, entretanto, que o portador de transtorno mental não possa vir a ter a sua capacidade limitada para a prática de certos atos. Mantém-se a possibilidade de que venha ele a ser submetido ao regime de curatela. O que se afasta, repise-se, é a sua condição de incapaz". Prossegue aquele doutrinador afirmando que, a partir da sensível mudança de paradigmas no trato da pessoa portadora de deficiência, a Lei Federal n. 13.146/2015 gerou reflexos no sistema das incapacidades no Código Civil. "Isto porque a regra passa a ser a garantia do exercício da capacidade legal por parte do portador de transtorno mental, em igualdade de condições com os demais sujeitos (artigo 84, Estatuto da Pessoa com Deficiência). A curatela passa a ter o caráter de medida excepcional, extraordinária, a ser adotada somente quando e na medida em que for necessária". Claro ficou, também, que a curatela afeta apenas aspectos patrimoniais, mantendo o portador de transtorno mental o controle sobre os aspectos existenciais da sua vida, a exemplo do "direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto" (art. 85). Nesse norte, afastou-se a exigência de termo de curatela em diversas situações, como na emissão de documentos oficiais (art. 86) e para o requerimento e recebimento de benefícios previdenciários, a partir da inclusão, pelo art. 101 do Estatuto, do art. 110-A à Lei nº 8.213/1991. Vem daí, portanto, que, sendo a pessoa deficiente detentora de capacidade civil plena, somente se admite o processamento da interdição (entendida como ação de imposição de curatela e não mais voltada à declaração da incapacidade civil) quando demonstrada a imperiosa necessidade de prática de atos de gestão patrimonial pelo curador em razão da impossibilidade do exercício de seus direitos pelo interditando e quando for impossível recorrer-se ao mecanismo da tomada de decisão apoiada. Desse modo, a curatela em curso deve seguir o seu caminho, observados os limites impostos pelo Estatuto, especialmente no que toca ao termo de curatela, que deverá expressamente consignar os limites de atuação do curador, o qual auxiliará a pessoa com deficiência apenas no que toca à prática de atos com conteúdo negocial ou econômico. Pois bem. Descendo ao caso vertente, entendo que a prova carreada aos autos revela que o curatelado não tem condições de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146/2015, limitada aos aspectos de natureza patrimonial e negocial. Da análise do Laudo Pericial de mov. 99.1 restou comprovado que o Sr. Alvaro Fachim foi diagnosticado com "demência - F06", possuindo "dificuldade de discernimento e percepção da realidade inadequada". O Sr. Perito ainda realizou as seguintes considerações: " 1 Consegue expressar suas preferências e vontades NÃO 2 Consegue gerir sua própria vida geral de maneira plena sem ajuda ou suporte de terceiros? NÃO 3 É capaz em realizar de maneira plena os atos do cotidiano (alimentação, vestir-se, higiene, lazer, cuidados com sua saúde)? NÃO 4 O avaliado consegue realizar de maneira segura e coerente os seguintes atos: - Reconhece adequadamente dinheiro NÃO - Consegue calcular troco NÃO - Tem noção do valor do dinheiro (quanto custa objetos, coisas do cotidiano) NÃO - Tem noção/entende conceito geral de juros NÃO - Compras/Vendas/Trocas rotineiras NÃO - Compras/Vendas/Trocas não rotineiras (imóveis, bens imóveis, de maior valor) NÃO - Contratar e demitir empregados NÃO - Utilizar adequadamente cartão bancário, cheques, senhas NÃO - Movimentar conta corrente: NÃO - Realizar empréstimo bancário ou financeiros: NÃO - Tem condições de administrar seus próprios bens NÃO - Que importe disposição de bens/direito de natureza patrimonial/ negocial NÃO (...) - O periciado é portador de um transtorno/doença Permanente - Apresenta condição mental de tomar decisões para administrar sua vida financeira? NÃO." Ademais, conforme bem ressaltado pela Parquet: "observa-se haver sido demonstrada, de forma inequívoca, a incapacidade do curatelando para administrar os seus interesses civis e financeiros, em decorrência da doença de que é portador, sendo necessária, pois, a concessão da curatela. A respeito da definição de quem deva exercer o encargo de curador, tem-se que o autor, na qualidade de filho do requerido, pode e deve ser nomeado para tal função, observando-se não haver informação que o desabone, assim como, consoante disposto no art. 747, inciso II do CPC1 , detém legitimidade para tanto". Portanto, fica comprovado que o curatelado está impossibilitado de reger a sua pessoa e bens em relação aos diretos de natureza patrimonial e negocial, afastando-se qualquer dúvida quanto ao mérito, bem como quanto a possibilidade da existência de eventual fraude. Isso não implicará, por outro lado, declaração de incapacidade civil, já que não mais remanescem tais figuras no artigo 3º do Código Civil. 3. DISPOSITIVO: Dessa forma, com fulcro nos artigos 487, inciso I, e 754, ambos do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim de submeter ALVARO FACHIM à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por MILTON JESUS DIAS FACHIM. Lavre-se o respectivo termo de compromisso. A curatela abrange a prática de atos de disposição patrimonial, demandar ou ser demandada em juízo, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar e praticar atos de administração de seu patrimônio. Considerando que o curatelado não possui bens, deixo de determinar, por ora, o dever de prestação de contas pelo curador, o que pode ser revisto caso a medida se mostre necessária. A dispensa da prestação de contas não afasta o dever da curadora de utilizar a renda do curatelado com o sustento dele, nem de manter consigo todos os comprovantes de despesas realizadas para a hipótese de lhe ser solicitada futuramente a prestação de contas. Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a

presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no órgão Oficial, 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Independente do trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado de registro da sentença de interdição para o 1º Ofício de Registro Civil desta Comarca, para ser registrado junto ao Livro E. Custas pela parte autora. Sem honorários. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Curitiba, data da assinatura digital (apk). Juliane Velloso Stankevecz Juíza de Direito Substituta". Tendo a referida sentença transitado em julgado em 20/03/2025. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou passar o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO, nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, ao quinto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Curitiba, 05 de maio de 2025. Juliane Velloso Stankevecz Juíza de Direito

VARA DE DELITOS DE TRÂNSITO

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL.
EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO **MARCELO RAFAEL GODOI** , **COM O PRAZO DE 15 DIAS**.
A Doutora Shaline Zeida Ohi Yamaguchi, MMª. Juíza de Direito da Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que perante este Juízo tramitam os autos de **ação penal sob o n° 0000723-26.2022.8.16.0196**, em que é autor MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu MARCELO RAFAEL GODOI, e vítima(s) , que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o denunciado **MARCELO RAFAEL GODOI** , filiação: Nome da Mãe: MARIA EVA GODOI Nome do Pai: , nascido(a) em 24/12/1989, natural de CURITIBA/PR, portador(a) do RG n° 87778851 SSP/PR e CPF 072.363.739-31, atualmente em lugar incerto, pelo presente CITA-O para responder à acusação que a Justiça Pública lhe move nos autos de Ação Penal de nº 0000723-26.2022.8.16.0196, como incurso nas penas do artigo 303 § 2º, c/c art. 303, § 1.o, e 302 § 1º, incisos I (falta de habilitação) e III (omissão de socorro), bem como artigo 305 todos do Código de Trânsito Brasileiro (art. 69 do CP - concurso material de infrações), c/c art. 69 do CP, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, através de advogado constituído ou por intermédio da Defensoria Pública, nos termos dos artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal, ficando, pelo presente, citado para se ver processar, até o final do julgamento, e ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato, não podendo mudar de residência ou dela se ausentar por mais de 08 (oito) dias sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado.
(RESUMO DA DENÚNCIA). " "No dia 24 de fevereiro de 2022, por volta das 08h50min, no cruzamento da rua Avenida Fredolin Wolf com a rua Raposo Tavares, Pilarzinho, nesta cidade e comarca de Curitiba/PR, o denunciado MARCELO RAFAEL GODOI, com vontade livre e consciente, conduzia o veículo automotor VW/Gol, placas ADB-0206, sem possuir permissão para dirigir ou carteira de habilitação (mov. 1.4), com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool (cujo resultado indicou a presença de 0,57 mg/l ou 11,4 dg/l - mov. 1.3), pela rua Fredolin Wolf desgovernado e sobre o canteiro da via, realizando ultrapassagens a outros veículos de forma irregular (mov. 61.4 e 61.7), ocasião em que atingiu e colidiu contra a motocicleta Honda/CG 160, placa BCX-9E55, egressa da rua Raposo Tavares, conduzida pela vítima Jorge Cordeiro dos Reis, o qual após a colisão ainda foi atropelado pelo denunciado e tinha como passageira Mônika Fernandes Reikdal dos Reis (sua esposa), sendo que em razão do impacto, queda e atropelamento, a vítima Jorge Cordeiro dos Reis sofreu lesões corporais de natureza grave, com incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias, com entrada no Hospital Cajuru na data de 24/02/2022 e alta em 11/03/2022, face os ferimentos consistentes em trauma de face, fratura de costela, perfuração de um dos pulmões, com drenagem, bem como fratura dos braços e diversas lacerações pelo corpo, com intervenção cirúrgica (prontuário médico de mov. 81.4) e a vítima Mônika Fernandes Reikdal dos Reis sofreu laceração em perna esquerda (prontuário médico de mov. 81.5), conforme Boletim de Ocorrência (mov. 1.6), BATEU (mov. 39.2) e depoimentos acostados aos autos".
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos art. 365 do Código de Processo Penal, que será publicado.
Curitiba, 27 de junho de 2025. Eu, Jessica Cipriani de Almeida, Técnico Judiciário, o digitei e conferi.
SHALINE ZEIDA OHI YAMAGUCHI
Juíza de Direito
(assinado por ordem da MMª Juíza de Direito, em conformidade com a Portaria n° 750/2024 deste Juízo)

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA AO RÉU **EDUARDO RAFAEL CORDEIRO** , **COM O PRAZO DE 60 DIAS**.
A Doutora Shaline Zeida Ohi Yamaguchi, MMª. Juíza de Direito da Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que perante este Juízo tramitam os autos de **ação penal sob o n ° 0002010-92.2020.8.16.0196**, em que é autor o Ministério Público do Estado do Paraná, ré(u) EDUARDO RAFAEL CORDEIRO, e vítima(s) , não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) sentenciado(a) **EDUARDO RAFAEL CORDEIRO** , filiação: Nome da Mãe: SUELI DO ROCIO CORDEIRO Nome do Pai: AROLDO CORDEIRO, nascido(a) em 09/09/1977, natural de CURITIBA/PR, portador(a) do RG n° 64144162 SSP/PR e CPF 032.018.589-35, **atualmente em lugar incerto ou não sabido, procede por meio deste sua INTIMAÇÃO da sentença proferida no feito, na qual restou condenado(a) nas sanções do artigo 306, §1º, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro, à pena de 06 (seis) meses de detenção, em regime aberto, penas cumulativas de 10 (dez) dias-multa, no valor unitário de um trinta avos (1/30) do salário mínimo da época do fato, e 02 (dois) meses de suspensão da habilitação ou proibição de obter a renovação, devendo o réu entregar em cartório sua carteira de habilitação. A pena privativa de liberdade foi substituída por 01 (uma) pena restritiva de direitos, consistentes em** prestação de serviços à comunidade**. Ainda, foi condenado(a) nas custas processuais. Fica o(a) ré(u) acima mencionado(a) intimado(a) da sentença, bem como de que tem o prazo de 05 (cinco) dias (art. 593, CPP), a contar do término do prazo deste edital, para, querendo, recorrer à superior instância.**
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado.
Curitiba, 26 de junho de 2025. Eu, Ana Clara da Silva Ramos, Estagiário, o digitei e conferi.
SHALINE ZEIDA OHI YAMAGUCHI
Juíza de Direito
(assinado por ordem da MMª Juíza de Direito, em conformidade com a Portaria n° 750/2024 deste Juízo)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA AO RÉU **DANIEL AMARAL MORAES** , **COM O PRAZO DE 60 DIAS**.
A Doutora Shaline Zeida Ohi Yamaguchi, MMª. Juíza de Direito da Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que perante este Juízo tramitam os autos de **ação penal sob o n ° 0004338-59.2020.8.16.0013**, em que é autor o Ministério Público do Estado do Paraná, ré(u) DANIEL AMARAL MORAES, e vítima(s) , não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) sentenciado(a) **DANIEL AMARAL MORAES** , filiação: Nome da Mãe: CLAUDETE AMARAL DE MORAES Nome do Pai: ALBERTO PADILHA DE MORAES, nascido(a) em 09/02/1996, natural de CURITIBA/PR, portador(a) do RG n° 12747925 SSP/PR e CPF 094.021.069-01, **atualmente em lugar incerto ou não sabido, procede por meio deste sua INTIMAÇÃO da sentença proferida no feito, na qual restou condenado(a) nas sanções do artigo 309 do Código de Trânsito Brasileiro, à pena de 06 (seis) meses de detenção, em regime aberto. A pena privativa de liberdade foi substituída por 01 (uma) pena restritiva de direitos, consistentes em** prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas**. Ainda, foi condenado(a) nas custas processuais. Fica o(a) ré(u) acima mencionado(a) intimado(a) da sentença, bem como de que tem o prazo de 05 (cinco) dias (art. 593, CPP), a contar do término do prazo deste edital, para, querendo, recorrer à superior instância.**
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado.
Curitiba, 26 de junho de 2025. Eu, Ana Clara da Silva Ramos, Estagiário, o digitei e conferi.
SHALINE ZEIDA OHI YAMAGUCHI
Juíza de Direito
(assinado por ordem da MMª Juíza de Direito, em conformidade com a Portaria n° 750/2024 deste Juízo)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA AO RÉU **EVERTON FABIANO** , **COM O PRAZO DE 60 DIAS**.
A Doutora Shaline Zeida Ohi Yamaguchi, MMª. Juíza de Direito da Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que perante este Juízo tramitam os autos de **ação penal sob o n ° 0000991-85.2019.8.16.0196**, em que é autor o Ministério Público do Estado do Paraná, ré(u) EVERTON FABIANO, e vítima(s) , não tendo sido possível INTIMAR

pessoalmente o(a) sentenciado(a) **EVERTON FABIANO** , filiação: Nome da Mãe: SUELY DAS GRAÇAS FABIANO Nome do Pai: ALVIMAR MAURI FABIANO, nascido(a) em 27/11/1979, natural de CURITIBA/PR, portador(a) do RG n° 75631430 SSP/PR e CPF 008.554.549-03, **atualmente em lugar incerto ou não sabido, procede por meio deste sua INTIMAÇÃO da sentença proferida no feito, na qual restou condenado(a) nas sanções do artigo 306, §1º, inciso I** c.c. artigo 298, inciso III, ambos do Código de Trânsito **Brasileiro, à pena de 07 (sete) meses de detenção, em regime aberto, penas cumulativas de 12 (doze) dias-multa, no valor unitário de um trinta avos (1/30) do salário mínimo da época do fato, e 02 (dois) meses e 10 (dez) dias de suspensão da habilitação ou proibição de obter a renovação, devendo o réu entregar em cartório sua carteira de habilitação. A pena privativa de liberdade foi substituída por 01 (uma) pena restritiva de direitos, consistentes em** prestação de serviços à comunidade**. Ainda, foi condenado(a) nas custas processuais. Fica o(a) ré(u) acima mencionado(a) intimado(a) da sentença, bem como de que tem o prazo de 05 (cinco) dias (art. 593, CPP), a contar do término do prazo deste edital, para, querendo, recorrer à superior instância.**

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado.

Curitiba, 26 de junho de 2025. Eu, Ana Clara da Silva Ramos, Estagiário, o digitei e conferi.

SHALINE ZEIDA OHI YAMAGUCHI

Juíza de Direito

(assinado por ordem da MMª Juíza de Direito, em conformidade com a Portaria n° 750/2024 deste Juízo)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA AO RÉU **SCHEILA DAS GRACAS LOPES** , **COM O PRAZO DE 60 DIAS**.

A Doutora Shaline Zeida Ohi Yamaguchi, MMª. Juíza de Direito da Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que perante este Juízo tramitam os autos de **ação penal sob o n° 0001591-09.2019.8.16.0196**, em que é autor o Ministério Público do Estado do Paraná, ré(u) SCHEILA DAS GRACAS LOPES, e vítima(s) DIOGO VINICIUS DOS SANTOS, , não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) sentenciado(a) **SCHEILA DAS GRACAS LOPES** , filiação: Nome da Mãe: LUILNA APARECIDA LOPES Nome do Pai: GILMAR FRANCISCO LOPES, nascido(a) em 01/12/1992, natural de IRATI/PR, portador(a) do RG n° 156958069 SSP/PR e CPF 045.130.941-33, **atualmente em lugar incerto ou não sabido, procede por meio deste sua INTIMAÇÃO da sentença proferida no feito, na qual restou condenado(a) nas sanções do artigo 306, §1º, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro, à pena de 06 (seis) meses de detenção, em regime aberto, penas cumulativas de 10 (dez) dias-multa, no valor unitário de um trinta avos (1/30) do salário mínimo da época do fato, e 02 (dois) meses de suspensão da habilitação ou proibição de obter a renovação, devendo o réu entregar em cartório sua carteira de habilitação. A pena privativa de liberdade foi substituída por 01 (uma) pena restritiva de direitos, consistentes em** prestação de serviços à comunidade**. Ainda, foi condenado(a) nas custas processuais. Fica o(a) ré(u) acima mencionado(a) intimado(a) da sentença, bem como de que tem o prazo de 05 (cinco) dias (art. 593, CPP), a contar do término do prazo deste edital, para, querendo, recorrer à superior instância.**

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado.

Curitiba, 26 de junho de 2025. Eu, Ana Clara da Silva Ramos, Estagiário, o digitei e conferi.

SHALINE ZEIDA OHI YAMAGUCHI

Juíza de Direito

(assinado por ordem da MMª Juíza de Direito, em conformidade com a Portaria n° 750/2024 deste Juízo)

VARA DESCENTRALIZADA DA CIDADE INDUSTRIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DA REQUERIDA ANA PAULA PEREIRA, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.

FAZ SABER aos que virem ou dele conhecimento tiverem, que em virtude de não ter sido possível citar pessoalmente a requerida **ANA PAULA PEREIRA**, brasileira, filiação JORGE GAMA PEREIRA, com endereço incerto e não sabido, foi expedido o presente Edital de citação extraído dos autos no **0000867- 10.2025.8.16.0191**, em trâmite perante a Vara de Família do Fórum Descentralizado do Pinheirinho da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figura como parte requerente J.B. e como requerida **ANA PAULA PEREIRA** supra qualificado, pelo presente FICA DEVIDAMENTE CITADO para, querendo, apresentar resposta ao pedido inicial, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344 do CPC/2015.

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, em especial do requerido supra qualificado e que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume na sede deste Juízo.

Curitiba, 26 de junho de 2025. Eu, _____ (Veridiana Haas), Técnica Judiciária, digitei e subscrevi.

Manuela Simon Pereira Rattmann

JUIZ DE DIREITO

Interior

ALTÔNIA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE LEILÃO

O Doutor **EDUARDO SCHMIDT ORTIZ**, MMº. Juiz de Direito da Vara Criminal de Altônia, na forma da lei, etc.

FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à alienação antecipada de bens apreendidos, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "**ON LINE**", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ e nas seguintes condições:

A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.

O PRIMEIRO LEILÃO será **encerrado no dia 16 de SETEMBRO de 2025, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será **encerrado no dia 16 de SETEMBRO de 2025, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a **80%** do valor da avaliação), nos termos do art. 144-A, §2º do Código de Processo Penal.

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão ser cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances, consoante determinação constante dos Autos sob o nº **0000374-35.2024.8.16.0040** de **ALIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO**, em que promovente **16.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ALTÔNIA** - (CNPF/MF Não cadastrado).

BEM: "(**SUCATA**) Uma VW Kombi, cor predominante branca, sem placa, chassi suprimido, número motor suprimido em péssimo estado de conservação, partes mecânicas e elétricas não verificadas, bem sem garantia ofertado no estado em que se encontra." Tudo conforme Laudo de Avaliação de evento 50.1.

AVALIAÇÃO: R$ 100,00 (cem reais), conforme Laudo de Avaliação do evento 50.1, realizado em data de 19 de maio de 2025.

ÔNUS: Será vendido no estado em que se encontra, Remarcações/Regularizações Chassi/Motor/Carroceria/Etiqueta AutoDestrutiva (Eta) Danificada ou Inexistente/ outros, baixas pertinentes junto ao órgão competente, será por conta do arrematante. **Sendo vendido como sucata**.

DEPÓSITO: Referido bem encontra-se depositado na Delegacia de Polícia Civil na Avenida XV de Novembro, nº 486, Centro, Altônia-PR, até ulterior deliberação.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quais ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 130 do CTN e 908, parágrafo 1º do CPC).

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico, somente de forma a vista, não aceitando parcelamento.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Ficam os réus, através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s), Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s) e coproprietário(s), usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º leilão público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Altônia, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. (26/06/2025). Eu, _____, /// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13.246-L, que o digitei e subscrevi.

EDUARDO SCHMIDT ORTIZ
Juiz de Direito

EDITAL DE LEILÃO

O Doutor **EDUARDO SCHMIDT ORTIZ**, MMº. Juiz de Direito da Vara Criminal - Altônia, na forma da lei, etc.

FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à alienação antecipada de bens apreendidos, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "**ON LINE**", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ e nas seguintes condições:

A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.

O PRIMEIRO LEILÃO será **encerrado no dia 08 de JULHO de 2025, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor atualizado da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será **encerrado no dia 08 de JULHO de 2025, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a **80%** do valor da avaliação), nos termos do art. 144-A, §2º do Código de Processo Penal.

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão ser cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances, consoante determinação constante dos Autos sob o nº **0000342-30.2024.8.16.0040** de **ALIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO**, em que é promovente **VARA CRIMINAL DE ALTÔNIA** - (CNPJ/MF sob nº não cadastrado).

BENS: (Sucata) Uma motocicleta Honda/CG 125 Fan KS, cor predominante vermelha, ostentando placa ASH9143, chassi suprimido, numeração motorJC25EW010321, conforme Laudo da Perícia Criminal mov.1.3, em péssimo estado de conservação, partes mecânicas e elétricas não verificadas, bem sem garantia ofertado no estado em que se encontra.

ÔNUS: Será vendido no estado em que se encontra, Remarcações/Regularizações Chassi/Motor/Carroceria/Etiqueta AutoDestrutiva (Eta) Danificada ou Inexistente/ outros, baixas pertinentes junto ao órgão competente, será por conta do arrematante. Constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica (art. 18 da Res. 236/2016, CNJ). Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados (art. 29 da Res. 236/2016, CNJ).

AVALIAÇÃO: **R$** 300,00 (trezentos reais), conforme Laudo de Avaliação do evento 36.1, realizado em data de 19 de maio de 2025.

DEPÓSITO: Referido bem encontra-se depositado na Delegacia de Polícia Civil na Avenida XV de Novembro, nº 486, Centro, Altônia-PR, até ulterior deliberação.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quais ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 130 do CTN e 908, parágrafo 1º do CPC).

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico, somente de forma a vista, não aceitando parcelamento.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Ficam os réus, através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s), Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s) e coproprietário(s), usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º leilão público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Altônia, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. (26/06/2025). Eu, _____, /// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13.246-L, que o digitei e subscrevi.

EDUARDO SCHMIDT ORTIZ
Juiz de Direito

EDITAL DE LEILÃO

O Doutor **EDUARDO SCHMIDT ORTIZ**, MMº. Juiz de Direito da Vara Criminal de Altônia, na forma da lei, etc.

FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à alienação antecipada de bens apreendidos, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "**ON LINE**", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ e nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.
O PRIMEIRO LEILÃO será **encerrado no dia 16 de SETEMBRO de 2025, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será **encerrado no dia 16 de SETEMBRO de 2025, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a **80%** do valor da avaliação), nos termos do art. 144-A, §2º do Código de Processo Penal.
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão ser cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances, consoante determinação constante dos Autos sob o nº **0000336-23.2024.8.16.0040** de **ALIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO**, em que é promovente **VARA CRIMINAL DE ALTÔNIA** - (CNPJ/MF sob nº não cadastrado).
BEM: "(**SUCATA**) Uma motocicleta Honda/CG 125 Today, cor predominante preta, ostentando placa fria AAW6051, chassi 9C2JC1801MR214870, número motor suprimido em péssimo estado de conservação, partes mecânicas e elétricas não verificadas, bem sem garantia ofertado no estado em que se encontra." Tudo conforme Laudo de Avaliação de evento 36.1.
AVALIAÇÃO: R$ 300,00 (trezentos reais), conforme Laudo de Avaliação do evento 36.1, realizado em data de 19 de maio de 2025.
ÔNUS: Será vendido no estado em que se encontra, Remarcações/Regularizações Chassi/Motor/Carroceria/Etiqueta AutoDestrutiva (Eta) Danificada ou Inexistente/ outros, baixas pertinentes junto ao órgão competente, será por conta do arrematante. **Sendo vendido como sucata**.
DEPÓSITO: Referido bem encontra-se depositado na Delegacia de Polícia Civil na Avenida XV de Novembro, nº 486, Centro, Altônia-PR, até ulterior deliberação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quais ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 130 do CTN e 908, parágrafo 1º do CPC).
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico, somente de forma a vista, não aceitando parcelamento.
COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Ficam os réus, através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s), Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s) e coproprietário(s), usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º leilão público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Altônia, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. (26/06/2025). Eu, _____, /// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13.246-L, que o digitei e subscrevi.
EDUARDO SCHMIDT ORTIZ
Juiz de Direito

EDITAL DE LEILÃO
O Doutor EDUARDO SCHMIDT ORTIZ, MMº. Juiz de Direito da Vara Criminal - Altônia, na forma da lei, etc.
FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à alienação antecipada de bens apreendidos, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "ON LINE", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ e nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.
O PRIMEIRO LEILÃO será encerrado no dia 16 de SETEMBRO de 2025, a partir das 10h00min, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor atualizado da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO que será encerrado no dia 16 de SETEMBRO de 2025, a partir das 14h00min, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a 80% do valor da avaliação), nos termos do art. 144-A, §2º do Código de Processo Penal.
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão ser cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances, consoante determinação constante dos Autos sob o nº 0000338-90.2024.8.16.0040 de ALIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO, em que é promovente VARA CRIMINAL DE ALTÔNIA - (CNPJ/MF sob nº não cadastrado).
BENS: (Sucata) Uma motocicleta Honda/Biz C100 ES, cor predominante preta, ostentando placa AKQ-8412, chassi suprimido, numeração motor 1P52FMI*B10151711, conforme Laudo da Perícia Criminal mov.1.3, em péssimo estado de conservação, partes mecânicas e elétricas não verificadas, bem sem garantia ofertado no estado em que se encontra.
ÔNUS: Será vendido no estado em que se encontra, Remarcações/Regularizações Chassi/Motor/Carroceria/Etiqueta AutoDestrutiva (Eta) Danificada ou Inexistente/ outros, baixas pertinentes junto ao órgão competente, será por conta do arrematante. Constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica (art. 18 da Res. 236/2016, CNJ). Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados (art. 29 da Res. 236/2016, CNJ).
AVALIAÇÃO: R$ 300,00 (trezentos reais), conforme Laudo de Avaliação do evento 36.1, realizado em data de 19 de maio de 2025.
DEPÓSITO: Referido bem encontra-se depositado na Delegacia de Polícia Civil na Avenida XV de Novembro, nº 486, Centro, Altônia-PR, até ulterior deliberação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quais ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 130 do CTN e 908, parágrafo 1º do CPC).
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico, somente de forma a vista, não aceitando parcelamento.
COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Ficam os réus, através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s), Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s) e coproprietário(s), usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º leilão público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Altônia, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. (26/06/2025). Eu, _____, /// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13.246-L, que o digitei e subscrevi.
EDUARDO SCHMIDT ORTIZ
Juiz de Direito

EDITAL DE LEILÃO
O Doutor **EDUARDO SCHMIDT ORTIZ**, MMº. Juiz de Direito da Vara Criminal de Altônia, na forma da lei, etc.
FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à alienação antecipada de bens apreendidos, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "**ON LINE**", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ e nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.
O PRIMEIRO LEILÃO será **encerrado no dia 16 de SETEMBRO de 2025, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será **encerrado no dia 16 de SETEMBRO de 2025, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a **80%** do valor da avaliação), nos termos do art. 144-A, §2º do Código de Processo Penal.
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão ser cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances, consoante determinação constante dos Autos sob o nº **0000316-32.2024.8.16.0040** de **ALIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO**.
BEM: "(**SUCATA**) Uma motocicleta Honda/CG 125 Fan, cor predominante vermelha, ostentando placa AJW4J20, chassi suprimido, número motor JC30E11144270 em péssimo estado de conservação, partes mecânicas e elétricas não verificadas, bem sem garantia ofertado no estado em que se encontra." Tudo conforme Laudo de Avaliação de evento 36.1.
AVALIAÇÃO: R$ 300,00 (trezentos reais), conforme Laudo de Avaliação do evento 36.1, realizado em data de 19 de maio de 2025.
ÔNUS: Será vendido no estado em que se encontra, Remarcações/Regularizações Chassi/Motor/Carroceria/Etiqueta AutoDestrutiva (Eta) Danificada ou Inexistente/ outros, baixas pertinentes junto ao órgão competente, será por conta do arrematante. **Sendo vendido como sucata**.
DEPÓSITO: Referido bem encontra-se depositado na Delegacia de Polícia Civil na Avenida XV de Novembro, nº 486, Centro, Altônia-PR, até ulterior deliberação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quais ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 130 do CTN e 908, parágrafo 1º do CPC).
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico, somente de forma a vista, não aceitando parcelamento.
COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Ficam os réus, através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s), Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s) e coproprietário(s), usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º leilão público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Altônia, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. (26/06/2025). Eu, _____, /// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13.246-L, que o digitei e subscrevi.
EDUARDO SCHMIDT ORTIZ
Juiz de Direito

EDITAL DE LEILÃO

O Doutor **EDUARDO SCHMIDT ORTIZ**, MMº. Juiz de Direito da Vara Criminal - Altônia, na forma da lei, etc.
FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à alienação antecipada de bens apreendidos, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "**ON LINE**", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ e nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.
O PRIMEIRO LEILÃO será **encerrado no dia 16 de SETEMBRO de 2025, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será **encerrado no dia 16 de SETEMBRO de 2025, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a **80%** do valor da avaliação), nos termos do art. 144-A, §2º do Código de Processo Penal.
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão ser cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances, consoante determinação constante dos Autos sob o nº **0000239-57.2023.8.16.0040 de DESTINAÇÃO DE BENS APREENDIDOS**.
BENS: "(Sucata) Uma motocicleta Honda/CG 125 Titan, cor predominante preta, ostentando placa LYN-2942, em péssimo estado de conservação, partes mecânicas e elétricas não verificadas, bem sem garantia ofertado no estado em que se encontra, sendo avaliada **COMO SUCATA**". Tudo conforme laudo de avaliação de evento 75.1
ÔNUS: Será vendido no estado em que se encontra, Remarcações/Regularizações Chassi/Motor/Carroceria/Etiqueta AutoDestrutiva (Eta) Danificada ou Inexistente/ outros, baixas pertinentes junto ao órgão competente, será por conta do arrematante. Constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica (art. 18 da Res. 236/2016, CNJ). Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados (art. 29 da Res. 236/2016, CNJ).
AVALIAÇÃO: **R$** 300,00 (trezentos reais), conforme Laudo de Avaliação do evento 75.1, realizado em data de 19 de maio de 2025.
DEPÓSITO: Referido bem encontra-se depositado na Delegacia de Polícia Civil na Avenida XV de Novembro, nº 486, Centro, Altônia-PR, até ulterior deliberação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quais ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 130 do CTN e 908, parágrafo 1º do CPC).
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico, somente de forma a vista, não aceitando parcelamento.
COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Ficam os réus, através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s), Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s) e coproprietário(s), usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º leilão público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Altônia, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. (26/06/2025). Eu, _____, /// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13.246-L, que o digitei e subscrevi.
EDUARDO SCHMIDT ORTIZ
Juiz de Direito

EDITAL DE LEILÃO

O Doutor **EDUARDO SCHMIDT ORTIZ**, MMº. Juiz de Direito da Vara Criminal - Altônia, na forma da lei, etc.
FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à alienação antecipada de bens apreendidos, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "**ON LINE**", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ e nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.
O PRIMEIRO LEILÃO será **encerrado no dia de 08 de JULHO de 2025, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor atualizado da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será **encerrado no dia de 08 de JULHO de 2025, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a **80%** do valor da avaliação, artigo 144-A, parágrafo segundo, do CPP).
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão ser cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances, consoante determinação constante dos Autos sob o nº **0000341-45.2024.8.16.0040** de **ALIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO**, em que promovido **REGINALDO ALVES DE CARVALHO** - (CNPF/MF sob nº 013.624.479-35).
BEM: "(Sucata) Uma motocicleta Honda CG Titan KS 125, ano 2002, cor predominante verde, ostentando placa fria AKR3I19, chassi parcialmente suprimido, numeração motor JC30E13159456 conforme Laudo da Perícia Criminal mov1.2, em péssimo estado de conservação, partes mecânicas e elétricas não verificadas, bem sem garantia ofertado no estado em que se encontra, sendo avaliada **COMO SUCATA**". Tudo conforme laudo de avaliação de avaliação de evento 36.1.
ÔNUS: Será vendido no estado em que se encontra, Remarcações/Regularizações Chassi/Motor/Carroceria/Etiqueta AutoDestrutiva (Eta) Danificada ou Inexistente/ outros, baixas pertinentes junto ao órgão competente, será por conta do arrematante. Constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes

das datas designadas para a alienação judicial eletrônica (art. 18 da Res. 236/2016, CNJ). Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados (art. 29 da Res. 236/2016, CNJ).
AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 300,00 (trezentos reais), conforme Laudo de Avaliação de evento 36.1, realizado em 19 de maio de 2025.
DEPÓSITO: Referido bem encontra-se depositado na Delegacia de Polícia Civil na Avenida XV de Novembro, nº 486, Centro, Altônia-PR, até ulterior deliberação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quais ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 130 do CTN e 908, parágrafo 1º do CPC).
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico, somente de forma a vista, não aceitando parcelamento.
COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Ficam os réus, através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s), Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s) e coproprietário(s), usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º leilão público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Altônia, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. (26/06/2025). Eu, _____, /// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13.246-L, que o digitei e subscrevi.
EDUARDO SCHMIDT ORTIZ
Juiz de Direito

ALTO PARANÁ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

O(A) Juiz(íza) de Direito Huber Pereira Cavalheiro, da Vara Cível de Alto Paraná, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0000526- 80.2024.8.16.0041, em que é(são) autor(es) TATIANA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO DE ANDRADE, e réu(s) MURILO AUGUSTO DA SILVEIRA, , e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de MURILO AUGUSTO DA SILVEIRA, , portador(a) do CPF 072.935.879-88, , por sentença publicada em , a qual reconheceu que o(a) interditado(a) A relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial;, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) TATIANA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO DE ANDRADE , portador(a) do RG 91897229 e CPF 044.696.569-33 , cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

ANTONINA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ANTONINA
VARA CRIMINAL DE ANTONINA - PROJUDI
Travessa Ildefonso, Nº115 - Whatsapp (41) 3200-3850 - Centro - Antonina/PR - CEP: 83.370-000 - Fone: 41-3263-5156 - Celular: (41) 3263-5154 - E-mail: ant-2vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): CARLOS MANOEL TABORDA RIBAS
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Jonathan Cheong, da Vara Criminal de Antonina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0002234-62.2024.8.16.0043, em que é(são) autor(es) réu(s) CARLOS MANOEL TABORDA RIBAS, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **CARLOS MANOEL TABORDA RIBAS, portador(a) do RG 142376903 SSP/PR e CPF 135.710.499-50, nascido(a) em 31/07/2002, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de MARIA PERPETUA DE OLIVEIRA e JOSÉ CARLOS TABORDA RIBAS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 33 - ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 5 anos, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Joice Motta, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Antonina, 27 de junho de 2025.
Jonathan Cheong
Juiz de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

APUCARANA

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE APUCARANA
2ª VARA CRIMINAL DE APUCARANA - PROJUDI
Travessa João Gurgel de Macedo, 100 - Fone e contato via WhatsApp n° 43 3572 8819 - Vila Formosa - Apucarana/PR - CEP: 86.800-710 - Fone: 43 3572 8819 - E-mail: apu-4vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo:	0014125-14.2023.8.16.0044
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Furto Qualificado
Data da Infração:	19/11/2023
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 78.206.307/0001-30)
Vítima(s):	• LEONARDO RODRIGUES BORGES DOS SANTOS (CPF/CNPJ: 114.228.129-95)

O(A) MM(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE APUCARANA infra-assinado, na forma da lei,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo acima indicado, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível intimar pessoalmente a pessoa acima qualificado(a), atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos supramencionados a que responde como incurso nas penas dos artigos também acima mencionados, pelo presente procede a sua **INTIMAÇÃO** a respeito da sentença proferida, datada de 12/05/2025, nos termos do art. 392, §1° do Código de Processo Penal, para querendo, recorrer no prazo de 05 (cinco) dias, nos seguintes termos:

> *JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva para o fim de ABSOLVER o acusado WESLEY DE CAMARGO DOS SANTOS pela prática do crime previsto no art. 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal, o que faço com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal*

Apucarana, 27 de junho de 2025.
José Roberto Silvério

Juiz de Direito

ARAPONGAS

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA DE COMPETÊNCIA DELEGADA DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908- 2650 - E-mail: apas-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PENHORA Processo: 0004255-25.2012.8.16.0045 Classe Processual: Execução Fiscal Assunto Principal: FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço Valor da Causa: R$13.559,16 Exequente(s): PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) Executado(s): VALTER CALIZOTTI (RG: 40319573 SSP/PR e CPF/CNPJ: 542.112.989-68) O Doutor Luiz Otavio Alves de Souza, MM. Juiz de Direito da 1a. Vara Cível e Fazenda Pública de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. Por meio do presente edital, expedido do processo digital acima descrito, em processamento eletrônico perante este Juízo e Escrivania respectiva, com o prazo de trinta dias, que começará a ser contado do dia seguinte ao que for publicado, pela primeira vez, pela imprensa, fica a parte devedora-executada acima indicada, atualmente residente e domiciliada em lugar incerto e não sabido, devidamente intimada de que foi efetivado bloqueio judicial (PENHORA ON-LINE), conforme contido em aludido processo, sobre a quantia de R$. 1.059,24 de conta bancária junto ao Banco Bradesco S/A. Outrossim, fica referida parte executada cientificada de que poderá opor embargos à aludida execução, o que deverá fazer dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar do dia seguinte ao término do prazo fixado neste edital (art. 16 da Lei nº 6.830/80), ficando ciente que também poderá, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar a impenhorabilidade ou a indisponibilidade excessiva de ativos financeiros (art. 854, §3º, do Código de Processo Civil). Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 27 de junho de 2025. Eu, Cristiano A. Souza Zanin), Analista Judiciário, que digitei e subscrevo digitalmente. (assinatura eletrônica) Luiz Otavio Alves de Souza Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE PUBLICIDADE A TERCEIROS
O Juízo de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial do Foro Regional de Araucária - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, na forma da Lei, expede FAZ SABER a todos que este EDITAL virem e dele tiverem conhecimento, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Rua Francisco Dranka, 991, Vila Nova, Fórum, Araucária/PR, CEP 83703-110, os autos de Alteração de Regime de Bens registrados sob o nº 0013232-46.2024.8.16.0025, em que GEFERSON DAVI WOLF e BIANCA KAROLINA SALES DE OLIVEIRA, casados no Cartório de Registro Civil do Distrito Novo Mundo, em Curitiba/PR em 02 de dezembro de 2019, propuseram pedido de modificação de regime de bens, do regime de separação obrigatória de bens para o regime de comunhão universal de bens E em cumprimento ao artigo 406, § 1º do Código de Normas da Corregedoria - Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não se possa alegar ignorância, visando resguardar direitos de terceiros, é expedido o presente EDITAL DE PUBLICIDADE A TERCEIROS, pelo prazo de trinta (30) dias, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo. Do que para constar mandou - se expedir o presente Edital que será afixado em lugar de costume neste Fórum e publicado no Diário da Justiça. Dado e passado neste Foro Regional de Araucária, 26 de junho de 2025.
assinatura eletrônica
Paulo Roberto Gonçalves de Camargo Filho
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudajprjus.br/projudi/.O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer â Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Documentos (procurações, contestações) devem ser juntados aos autos exclusivamente por advogados, em arquivos com formato digital .pdf com no máximo 4MB cada.

BANDEIRANTES

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE RAFAEL DALOCE CASTANHO, em lugar incerto e não sabido. A Doutora APOEMA CARMEM FERREIRA VIEIRA DOMINGOS MARTINS SANTOS, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos que do presente edital tiverem conhecimento, principalmente ao(à) requerido(a) RAFAEL DALOCE CASTANHO, em lugar incerto e não sabido, de que neste juízo tramitam os autos de Procedimento Comum Cível sob n. 0003374-81.2022.8.16.0050, que SILVANO LOURENÇO DIAS move em face de RAFAEL DALOCE CASTANHO, ficando, pelo presente, o(a) requerido(a) CITADO(A), por todos os termos da ação, para, querendo, no prazo de quinze (15) dias, conforme o art. 257 do CPC, que passará a fluir a partir do vencimento do presente edital, CONTESTAR A PRESENTE AÇÃO, ficando ADVERTIDO de que a ausência de resposta no prazo assinalado por este Juízo acarretará na sua revelia, nos termos do artigo 344 do CPC, sendo-lhe nomeado curador especial nos autos. ENCERRAMENTO: Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por uma vez no Diário da Justiça do Estado e afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Bandeirantes, aos 26 dias do mês de junho de 2025. Eu, _____ (Cleide Nunes Santos), Escrivã, conferi e subscrevi. APOEMA CARMEM FERREIRA VIEIRA DOMINGOS MARTINS SANTOS, Juíza de Direito.

BARRACÃO

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação, em primeiro e segundo leilão conforme Lei 13.105/2015, o(s) bem(ns) adiante descrito(s), na forma seguinte: **1º LEILÃO: Somente na modalidade eletrônica, no dia 11/07/2025, às 10:00 horas**, por preço igual ou superior ao da avaliação. **2º LEILÃO: Somente na modalidade eletrônica, no dia 22/07/2025, às 10:00 horas**, pelo maior lance, desde que não caracterize preço vil. (art. 891, § único, CPC). O interessado em ofertar lances de forma eletrônica, deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br- sendo o cadastro gratuito e requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal. **LOCAL:** Site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br. OBS: Caso não haja expediente forense, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário. PUBLICAÇÃO: Na forma do art. 887 do CPC, o presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - **PROCESSO: Autos 0001978-83.2010.8.16.0052** de Execução de Título Extrajudicial em que é Exequente BANCO BRADESCO S/A - CNPJ 60.746.948/0001-12 e Executado(s) CLEIDEMIR

LANDO - CPF 896.861.109-25, JOÃO LANDO - CPF 332.767.739-53 . **DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):** IMÓVEL RURAL: n° 28 (vinte e oito), da Gleba n° 11-BA (onze - BA), do Núcleo Barracão, da Colônia Missões, do Município de Salgado Filho, Estado do Paraná, Comarca de Barracão/PR, com área de 283.000 m² (duzentos e oitenta e três mil metros quadrados), dentro dos seguintes limites e confrontações: NORDESTE: Por linha seca, confronta com os lotes nºs 29 e 66, da mesma gleba; SULESTE: Pela Sanga do Encatilhado, confronta com terras do GETSOP; OESTE: Pela Sanga dos Marques, confronta com o lote n° 37; NOROESTE: Pela Sanga dos Marques, confronta com os lotes n°s 20 e 17 da mesma gleba. Matriculado no CRI da Comarca de Barracão/PR sob o nº 11.449. Incra sob nº 722.170.005.029-9. **DETALHAMENTO DO LOTE:** O referido imóvel, é acessado por uma estrada de chão batido, aproximadamente 15 km do centro. O imóvel é assim constituído: 01 alqueires de terras destocadas, sem restrições para o preparo do solo plantio, cuja declividade permite operações com máquinas e implementos agrícolas motorizados, podendo estar sendo cultivada ou em pousio, independente da cultura existente, solo argiloso, formado por grãos pequenos e compactos, apresentando uma boa quantidade de nutrientes. 10.69 alqueires de terras dobradas, cuja declividade do solo não permite operações com máquinas e implementos agrícolas motorizados, ou seja, não mecanizada, devido à presença de vegetação adensada (mata e capoeira), várzea sistematizada (úmida), costa de rio, com árvores nativas e frutíferas goiaba, limão, ariticum, araçá, uvaia, bananas e outras). Segundo a matricula o referido imóvel pertence a Salgado Filho, mas pelas informações da Prefeitura e dos proprietários, o mesmo pertence ao Município de Manfrinópolis/PR. **DESCRIÇÕES GERAIS:** GEOLOGIA: Não podendo ser definida a geologia do presente solo, tendo-se em vista que, os lotes, em sua totalidade, são inacessíveis pois á presença de Floresta densa e nativa. BENFEITORIAS: Não constam benfeitorias no presente imóvel. **AVALIAÇÃO:** R$ 1.480.000,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta mil reais) em 21/01/2025. AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 1.504.564,31 (um milhão, quinhentos e quatro mil quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos) em 03/06/2025. DEPÓSITO: Em mãos do executado João Lando. DÍVIDA: R$ 464.011,76 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e onze reais e setenta e seis centavos) em 28/02/2024, valor sujeito à atualização mais as custas processuais. ÔNUS: Consta, na Matrícula nº 11.449, os seguintes registros: Av.3: Termo de Compromisso de Conservação de área de Preservação Permanente e Conservação de área de Reserva Legal, sobre uma área de 20% (vinte por cento) da área total do imóvel; R.6, R.8, R.9, R.10, R.12, R.13: Hipoteca, em favor do BANCO BRADESCO S.A.; R.15: Penhora, autos nº 0001981- 38.2010.8.16.0052 de Execução de Título Extrajudicial, Vara Cível da Comarca de Barracão/PR, em que é exequente BANCO BRADESCO S.A.; R. 16: Penhora, autos nº 911-49.2011.8.16.0052 de Execução de Título Extrajudicial, do juízo de direito desta Comarca, em que é exequente BANCO BRADESCO S.A.; R.17: Penhora, autos nº 1978 /2010 (0001978-83.2010.8.16.0052) de Execução de Título Extrajudicial, Vara Cível da Comarca de Barracão /PR, em que é exequente BANCO BRADESCO S.A.; R.18: Penhora, autos nº 0001793-45.2010.8.16.0052 de Execução de Título Extrajudicial, Vara Cível da Comarca de Barracão/PR, em que é exequente BANCO BRADESCO S.A.; R. 19: Penhora, autos nº 0002493-16.2013.8.16.0052 de Cumprimento de Sentença, Vara Cível da Comarca de Barracão/PR, em que é exequente BANCO BRADESCO S.A.; R.20: Penhora, autos nº 5002115- 94.2014.4.04.7007 de Execução Fiscal, 3ª Vara Federal de Ponta Grossa/PR, em que é exequente INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO NO LEILÃO: O pagamento deverá ser realizado à vista pelo arrematante, alternativamente, o valorda arrematação poderá ser quitado no prazo de até 15 dias, mediante caução idônea, prestada no ato, equivalente a 25% do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor no prazo de 15 dias, perderá o valor da caução, tornando sem efeito a arrematação e retornando o bem à novo leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. PROPOSTA PARCELADA: O interessado em adquirir o(s) bem(ns) em prestações poderá apresentar por escrito, antes da realização do leilão, proposta para pagamento parcelado nos termos do art. 895 do CPC, com entrada mínima de 25% (vinte e cinco por cento) da arrematação e saldo parcelado em até 30 (trinta) meses, corrigidas pelo índice do TJ/PR (Média IGP/INPC) e garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, sendo que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (CPC, art. 895, § 7º). No caso de atraso no pagamento de qualquer das parcelas, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. **CONDIÇÕES GERAIS**: Os bens serão vendidos livre de dívidas e ônus de acordo com o art. 130 § único do Código Tributário Nacional. Os bens serão vendidos no estado que se encontram, inexistindo garantia sobre os mesmos, assumindo o arrematante a retirada do(s) bem(ns), posse no imóvel, impostos e taxas que recaírem sobre os bens para transferência junto aos órgãos competentes. Para o(s) imóvel(is) a venda será ad corpus, devendo o interessado certificar-se de suas condições antes de ofertar seu lance. O arrematante assume a responsabilidade por eventual regularização que se fizer necessária. Deverá também cientificar-se previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal aos imóveis, no tocante ao uso do solo ou zoneamento, passivo ambiental, e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar em decorrência da arrematação do(s) imóvel(is). O arrematante deve certificar-se do estado de ocupação do imóvel. DESPESAS: Caberá ao arrematante arcar com o custo de expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. Para os bens móveis incidirá o ICMS. LEILOEIRO: Elton Luiz Simon, Leiloeiro Público Oficial, Jucepar 09/023-L, fone (46) 3225-2268, www.simonleiloes.com.br o qual perceberá por seu ofício a seguinte remuneração: Em caso de arrematação, arbitro a comissão do leiloeiro em 5% sobre o valor do preço obtido na expropriação. INTIMAÇÃO IMÓVEL: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s) cônjuge(s), condômino(s), coproprietário(s), usufrutuário(s), credor(es) hipotecário(s), fiduciário(s) e demais credores de acordo com o art. 889 do CPC. INTIMAÇÃO BEM MÓVEL: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s) e demais credores de acordo com o art. 889 do CPC. OBS: O juízo responsável pela designação da hasta pública ou o leiloeiro público oficial não serão responsabilizados por qualquer dano, prejuízo ou perda no equipamento do usuário causados por quedas ou falhas no sistema, no servidor ou na internet, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. A comissão do leiloeiro NÃO INTEGRA O VALOR DO LANCE. Ou seja, além do valor ofertado em leilão o arrematante deverá realizar o pagamento da comissão do leiloeiro. Cabe ao interessado acessar o site com antecedência para acompanhar o andamento e encerramento do leilão no site do leiloeiro. O(s) bem(ns) que não for(em) objeto de arrematação no decorrer do leilão judicial poderão ser apregoados novamente (repassados) ao final do evento, na mesma data. Barracão, data e hora da assinatura eletrônica. (assinado digitalmente) GIANLUCCA DANIEL DA MATTA SILVA Juiz Substituto.

FORO REGIONAL DE CAMPO LARGO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Processo:	0001303-81.2022.8.16.0026
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Roubo Majorado
Data da Infração:	26/11/2021
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• DYANA BIGUETTI
Réu(s):	• BIANCA KRUGER RIBEIRO • CARLOS HENRIQUE GERZEWSKI • VALMIR MENEZES DOS SANTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS

O Doutor **Mércia Deodato do Nascimento**, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de Campo Largo/PR, na forma da Lei

FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 90 (noventa) dias**, que, não tendo sido possível **INTIMAR** pessoalmente o(s) réu(s) **CARLOS HENRIQUE GERZEWSKI (RG: 109011045 SSP/PR e CPF/CNPJ: 087.695.769-63) Nome do Pai: ELIO MARCOS GERZEWSKI, Nome da Mãe: ZELIA RIBEIRO GERZEWSKI,** tem este a finalidade de **INTIMÁ-LO(S)** do teor da sentença prolatada em nos autos de Ação Penal nº. **0001303-81.2022.8.16.0026** :" Ante o exposto, com fulcro no artigo 387 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado para o fim de CONDENAR os réus BIANCA KRUGER RIBEIRO e CARLOS HENRIQUE GERZEWSKI pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, II c/c art. 14, II, ambos do Código Penal, o que faço com fulcro no artigo 387, do CPP. Condeno-os, ainda, ao pagamento das custas e demais despesas processuais ." Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná.

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Campo Largo, 27 de junho de 2025.

Willian Pedroso
Técnico Judiciário
Assinado Digitalmente
Assinatura autorizada - Portaria 21/2022

CASCAVEL

2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES E ACIDENTES DO TRABALHO

Edital de Citação

A Doutora Gabrielle Britto de Oliveira, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família, Acidentes do Trabalho e Sucessões da comarca de Cascavel, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara de Família, Acidentes do Trabalho e Sucessões se processam os autos de INVENTÁRIO E PARTILHA sob nº 0048249-92.2023.8.16.0021 em que é Inventariante Marcio Vanderlei da Silva e Inventariado ESPÓLIO DE JOSÉ VANDERLEI DA SILVA . Tem o presente edital o prazo de 20 (vinte) dias e a finalidade de CITAÇÃO nos termos do § 1º do art. 626 do CPC, de eventuais interessados incertos ou desconhecidos, para no prazo de 20 (vinte) dias, querendo, se manifestarem sobre as primeiras declarações, nos termos dos artigos 626 e 627 do CPC.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, aos 27 de Junho de 2025. Eu, Amanda da Costa Carvalho, técnica judiciária, o digitei.
Gabrielle Britto de Oliveira
Juíza de Direito

A Doutora Gabrielle Britto de Oliveira, Juíza de Direito Substituta da 2ª Vara de Família, Acidentes do Trabalho e Sucessões da comarca de Cascavel, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara de Família, Acidentes do Trabalho e Sucessões se processam os autos de Alimentos sob nº 0026306-19.2023.8.16.0021, em que é Requerente S. A. A. representado(a) por EVELIN LAIANE SILVA FREITAS e Requerido(a) WELLINTON WILLY DOMINGOS GABRIEL .
Tem o presente edital o prazo de 30 (trinta) dias e a finalidade de CITAÇÃO do Requerido(a) WELLINTON WILLY DOMINGOS GABRIEL , que atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 30 (trinta) dias, querendo, contestar a ação, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo(a) Autor(a) na inicial.
Por se tratar de processo em segredo de justiça, demais fatos e descrições dos autos são evitados nesta citação. Caso a parte ré não se manifeste no prazo legal, nos termos do artigo 72, inciso II, do CPC e da Súmula 196 do STJ, determino que a Secretaria nomeie curador(a) especial para representar a parte ré no processo através do Sistema Eletrônico de Nomeação de Dativos instituído pela OAB. O acesso aos autos está à disposição para as partes, bastando comparecer à secretaria.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, aos dias 27 de Junho de 2025. Eu, Amanda da Costa Carvalho, técnica judiciária, o digitei.
Gabrielle Britto de Oliveira
JUÍZA DE DIREITO

A Doutora Fernanda Batista Dornelles , Juíza de Direito da 2ª Vara de Família, Acidentes do Trabalho e Sucessões da comarca de Cascavel, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara de Família, Acidentes do Trabalho e Sucessões se processam os autos de ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS sob nº 0024639-27.2025.8.16.0021, em que são partes JANETE PEREIRA DE ARAUJO e JOSE ROBERTO PESCARA .Tem o presente edital o prazo de 30 (trinta) dias e a finalidade de que chegue ao conhecimento público, de terceiros e interessados, de que nos termos da Petição Inicial, foi solicitada ao juízo a alteração do regime de bens do casamento dos requerentes JANETE PEREIRA DE ARAUJO e JOSE ROBERTO PESCARA para que passe a constar o regime de COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, aos 27 de Junho de 2025. Eu, Amanda da Costa Carvalho, técnica judiciária, o digitei.
Fernanda Batista Dornelles
Juíza de Direito

Edital de Intimação

A Doutora Gabrielle Britto de Oliveira, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família, Acidentes do Trabalho e Sucessões da comarca de Cascavel, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara de Família, Acidentes do Trabalho e Sucessões se processam os autos de EXECUÇÃO DE ALIMENTOS sob nº 0013133-93.2021.8.16.0021, em que é Exequente N. M. D. D. representado(a) por LEIDIANY DUARTE QUEIROZ e Executado ALAFI BAI LIMA DIAS. Tem o presente edital o prazo de 30 (trinta) dias e a finalidade de CITAÇÃO/INTIMAÇÃO do Executado ALAFI BAI LIMA DIAS, que atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, para que no prazo em 03 (três) dias, pague as pensões alimentícias relativas aos três últimos meses vencidos quando do ajuizamento da demanda, bem como as que se vencerem a partir de então até a data do efetivo pagamento, com seus acréscimos legais, prove que já o fez, ou justifique a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de prisão civil de 1 (um) a 3 (três) meses. Caso a parte ré não se manifeste no prazo legal, nos termos do artigo 72, inciso II, do CPC e da Súmula 196 do STJ, determino que a Secretaria intime o curador especial já habilitado nos autos JULIANA DE ROSSI, para que, em aceitando o encargo, apresente defesa no prazo legal.
Por se tratar de processo em segredo de justiça, demais fatos e descrições dos autos são evitados nesta citação. O acesso aos autos está à disposição para as partes, bastando comparecer à secretaria.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, 27 de Junho de 2025. Eu, Amanda Carvalho, técnica judiciária, o digitei.
Gabrielle Britto de Oliveira - Juíza de Direito

3ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

UIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL - EDITAL PARA CONHECIMENTOS DE TERCEIROS E INTERESSADOS - PRAZO: 20 (vinte) DIAS
A DOUTORA ANATÁLIA ISABEL LIMA SANTOS GUEDES, JUÍZA DE DIREITO DESTA 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, e para conhecimento de terceiros e interessados, que por este Juízo e Cartório da Terceira Vara Cível, se processam os autos de Interdição sob n.° 0026025-63.2023.8.16.0021, em que ROSILEI APARECIDA SCHWABE DA SILVA move contra JOÃO KAMBOSKI SCHWABE, sendo que nos termos da sentença proferida nos autos foi decretada a INTERDIÇÃO de JOÃO KAMBOSKI SCHWABE, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nomeando-lhe CURADOR(A) o Sr(a). ROSILEI APARECIDA SCHWABE DA SILVA. Sentença transcrita a partir do DISPOSITIVO: "... 3. DISPOSITIVO. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de interdição formulado nestes autos, decretando a interdição de JOÃO KAMBOSKI SCHWABE, declarando-o incapaz de administrar seus bens e exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III, do Código Civil, nomeando-lhe como curadora ROSILEI APARECIDA SCHWABE DA SILVA. Em obediência ao disposto no artigo 755, § 3º do Código de Processo Civil e artigo 9º, inciso III do Código Civil, inscreva-se o presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no órgão Oficial, por 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Ainda, publique-se o presente na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por seis (06) meses. Deve a curadora ser intimada para comparecer em Cartório, no prazo de 05 (cinco) dias, para prestar o compromisso de bem desempenhar suas funções, devendo ser respeitado o item 5.11.4.1 do Código de Normas, devendo, ainda, ser intimada da necessidade de prestar contas ao Juízo da administração do patrimônio do interditado anualmente (art. 84, §4º da Lei 13.146/15). 4. Custas pela parte autora, observada a justiça gratuita., 5. Condeno o Estado do Paraná ao pagamento de honorários advocatícios em favor da curadora especial nomeada, Dra.Raquel Corso Rodrigues Zanella, os quais fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com a tabela de honorários prevista na Resolução Conjunta n° 015/2019-PGESEFA, item 2.9. Expeça-se a respectiva certidão de acordo com a Lei Estadual nº. 18.664/2015. 6. Da mesma forma, condeno o Estado do Paraná ao pagamento de honorários periciais em favor do perito ,Paulo Cézar Assunção no valor de R$ 1.068,92 (mil e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos), que deverão ser atualizados conforme Art. 2º, § 5º, da Resolução 232/2016, do CNJ. 6.1. observando-se o dispostoPreclusa a presente decisão, e,desabilitem-se dos autos no art. 361, , §§ 2º e 4º, do Código de Normas do Foro Judicial e que a totalidade docaput débito não excede 60 (sessenta) salários mínimos, EXPEÇA-SE requisição de pequeno valor-RPV, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, para pagamento dos honorários periciais arbitrados, conforme ordem de pagamento a ser apresentada pelo(a) n. perito(a) perante o e. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. 6.2. Registro, por oportuno, que os honorários periciais têm natureza alimentar. 6.3. Comprovado o pagamento por meio de depósito nos autos, defiro desde já a EXPEDIÇÃO de alvará em favor do perito. 7. Ciência ao Ministério Público. Cumpram-se, no mais, as determinações preconizadas pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado. Publicada e registrada pelo PROJUDI. Oportunamente, arquivem-se. Diligências necessárias. Cascavel/PR, datado eletronicamente-asz. (Assinado digitalmente). Anatália Isabel Lima Santos Guedes, Juíza de Direito.". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância ou desconhecimento. Mandou expedir o presente edital que será afixado no local

de costume e publicado na forma da Lei. em Cartório nesta cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná,.DADO E PASSADO (a)LUCIANA TEIXEIRA FIDELIS, Funcionária Juramentada, que digitei e subscrevi.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço no web é . O acesso ao sistema pelos advogadoshttps://portal.tjpr.jus.br/projudi/ depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB).

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

A PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE CASCAVEL3ª VARA CRIMINAL DE CASCAVEL - PROJUDIAv. Tancredo Neves, Nº 2320 - Andar -1 - Alto Alegre - Cascavel/PR - CEP: 85.805-900 - Fone: (45) 3392-5060 - E-mail: cas-8vj-s@tjpr.jus.brEDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): GIOVANE DE OLIVEIRA MORAISPRAZO DE 30 DIASO(A) Juiz(íza) de Direito WILLIAM DA COSTA, da 3ª Vara Criminal de Cascavel, FAZ SABER a todos que virem o presenteEDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário,assunto Furto Qualificado , sob nº 0003885-64.2025.8.16.0021, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADODO PARANÁ, réu(s) GIOVANE DE OLIVEIRA MORAIS, e vítima LUIZ ROBERTO MARQUES DA ROCHA SANTOS, e que, portador(a) do RGnão foi possível localizar pessoalmente a(s) GIOVANE DE OLIVEIRA MORAISparte(s) Promovido108105062 SSP/PR e CPF 070.911.919-43, nascido(a) em 31/05/1989, natural de CHOPINZINHO/PR, filho(a) de JOSEFA DE motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência deOLIVEIRA e VALDEVINO DA SILVA MORAIS,CITAÇÃOque houve em seu desfavor, ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa oferecida em 11oferecimento de denúncia/04/2025 e recebida em 14/04/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "No dia 31 de janeiro de 2025, por volta da 06h00,aproximadamente, na Rua Manaus, próximo ao numeral 2385, bairro Cancelli, nesta cidade e Comarca de Cascavel/PR, o denunciadoGIOVANE DE OLIVEIRA MORAIS, com consciência e vontade, escalou dois postes de energia (cf. relatório de diligência no mov. 36.1)instalados na citada via pública e, utilizando um alicate o qual trazia consigo (cf. auto de exibição e apreensão de mov. 1.6), subtraiu, parasi, com ânimo de assenhoramento definitivo, 2,6 kg (dois quilos e seiscentos gramas) de fios de telefonia de propriedade da empresaVIVO, avaliados em R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) conforme auto de avaliação de mov. 35.1, sendo momentos apósabordado e detido por policiais militares nas proximidades do local, oportunidade em que trazia consigo o alicate e os fios subtraídos,objetos estes que foram apreendidos sendo os fios restituídos a quem de direito (cf. auto de entrega de mov. 1.9). e à sua ;INTIMAÇÃOpara, no , oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), emprazo de 10 (dez) diasconformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicadopara que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, João Pedro de Jesus Dias, Estagiário, digitei. Eu, Gisele Somenzi Secco, Técnica Judiciária, conferi.Cascavel, 26 de junho de 2025.WILLIAM DA COSTAJuiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico .https://portal.tjpr.jus.br/projudi

CASTRO

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

P**ODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**
COMARCA DE CASTRO
VARA CÍVEL DE CASTRO
PROJUDI Rua Coronel Jorge Marcondes, S/N - Fórum - Vila Rio Branco - Castro/PR - CEP: 84.172-020 - Fone: (42) 3233-3608 - Celular: (42) 99968-7869 - E-mail: civelcastro@gmail.com
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: confinantes, promissários compradores e demais interessados ausentes, incertos e desconhecidos.
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leila Aparecida Montilha, da Vara Cível de Castro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº **0002670-21.2025.8.16.0064,** em que é(são) autor(es) Ana Lucia Martins, e réu(s) BANCO BRADESCO S/A,e que por este edital procede à **CITAÇÃOdos confinantes, promissários compradores e demais interessados ausentes, incertos e desconhecidos,** para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis,** ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: " O lote de terreno sob nº 48-A situado na Vila Rio Branco nesta cidade, com área de 800,00 metros quadrados, com frente para a rua Comendador Manoel Inácio, contendo os seguintes confrontantes: Lote nº 48 - D de Daniele Aparecida Ribeiro Martins, Lote nº 49-C de Marcos Rogério Gomes e Terezinha Baniski Kret.",nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "... CITEM-SE por edital os confinantes, promissários compradores e demais interessados ausentes, incertos e desconhecidos. Prazo: 30 (trinta) dias. CITEM-SE por mandado os confrontantes presentes indicados na inicial, bem como a proprietária registral do imóvel. Saliento que a citação pessoal se faz necessária, nos termos do art. 246, §3º, do Código de Processo Civil. NOTIFIQUEM-SE, por meio do sistema eletrônico, para que manifestem eventual interesse na causa a União, o Estado e o Município..."
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Cleuza Marlene Resseti Guiloski, Empregada Juramentada, conferi e digitei.
Castro, 27 de junho de 2025.
Cleuza Marlene Resseti Guiloski
Empregada Juramentada - por ordem da MMª Juíza
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

CIANORTE

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO
Leilão Exclusivamente Eletrônico (www.kronbergleiloes.com.br)
O(A) EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA (O) 01ª VARA CÍVEL DE CIANORTE-PARANÁ, DR. THIAGO CAVICCHIOLI DIAS, nomeando o leiloeiro público HELCIO KRONBERG, JUCEPAR 653, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores que, nos autos do(s) processo(s) abaixo indicado(s), venderá, em LEILÃO PÚBLICO, os bens/lotes adiante discriminados. LOCAL: Os leilões previstos neste edital serão realizados exclusivamente em ambiente eletrônico, via plataforma www.kronbergleiloes.com.br, ficando os interessados/licitantes cientes que, ao acessar a referida plataforma e clicar na opção desejada, poderá haver redirecionamento para o site www.kronleiloes.com.br. DATA E HORA: Primeiro leilão: 09/07/2025 Segundo Leilão: 16/07/2025, ambos as 09:05 (horário de Brasília). VENDA DIRETA: Na hipótese de algum bem/lote indicado neste edital não ser arrematado em nenhum dos leilões designados, o bem/lote poderá ficar disponível no site do leiloeiro pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, prazo em que o leiloeiro receberá ofertas, as quais deverão observar o lance mínimo previsto neste edital, para pagamento do valor à vista. As ofertas serão apresentadas pelo leiloeiro, ao r. juízo competente, para análise. Sobre o valor ofertado será devida taxa de comissão de leilão de 5,00%. LANCE INICIAL: No primeiro leilão, o leiloeiro iniciará o ato ofertando os lotes tendo como lance mínimo o valor da avaliação. Caso algum lote não seja arrematado no primeiro leilão, o mesmo será ofertado novamente nos demais leilões, na data acima indicada. No segundo leilão, fica o leiloeiro autorizado a ofertar os lotes tendo como lance mínimo o valor equivalente a 50% do valor da avaliação (art. 891, §único do CPC). LANCE CONSIDERADO VENCEDOR: Será considerado vencedor o lance em maior valor, independente da forma de pagamento escolhida pelo licitante (à vista ou parcelado). CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Nas arrematações em valor igual ou inferior a R$ 10.000,00, o pagamento do valor do lance deverá ser, obrigatoriamente, à vista, mesmo quando houver previsão de parcelamento no presente edital. Nos pagamentos mediante guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, cabendo ao arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. a) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA: Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida (art. 903, §1º, III do CPC), sendo o lote novamente levado à leilão (do qual o arrematante ficará impedido de participar), ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da arrematação, além das despesas para a realização de um novo leilão, podendo o r. juízo valer-se da via executiva para a cobrança da multa. b) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARCELADO: Nesta

modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor mínimo correspondente a 25% do valor da arrematação, quitando o valor remanescente em no máximo: a) 30 parcelas na arrematação de bens imóveis. b) 12 (doze) parcelas na arrematação de bens móveis, desde que o valor da arrematação seja em valor superior a R$ 10.000,00. As parcelas serão iguais, mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta)dias corridos, contados da data da arrematação, e atualizadas mensalmente (pro-rata die), pelo INPC, também a partir da data da arrematação em leilão, parcelas estas que deverão ser depositadas em conta-bancária vinculada aos autos a que se refere o presente edital, mediante guia judicial a ser emitida, devendo as guias serem emitidas para "pagamento em continuidade", indicando a mesma conta bancária constante na primeira guia emitida para pagamento do valor do sinal mínimo de 25%. Deverá o arrematante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após o vencimento de cada parcela, comprovar a quitação da mesma mediante juntada do comprovante nos autos do processo a que se refere o presente edital. É de exclusiva responsabilidade do arrematante efetuar o cálculo da atualização do valor das parcelas e emitir a guia judicial para recolhimento do valor devido. A quitação dos valores fica condicionada a compensação de eventual cheque emitido para pagamento. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. O não pagamento de qualquer parcela implicará no automático vencimento antecipado das demais parcelas (considerando vencido o valor integral do débito na data de vencimento da parcela inadimplida), podendo o r. juízo valer-se da via executiva em face do arrematante (podendo, ser for o caso, executar a hipoteca gravada sobre o bem arrematado), incidindo, sobre o valor devido (soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas), multa de 10% (dez por cento),sem prejuízo das demais sanções cabíveis. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor do sinal no prazo de 03 dias úteis, contado da data do leilão em que houve a arrematação, restará desfeita/resolvida a arrematação, sendo imposta ao arrematante multa de 25% sobre o valor da arrematação, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor. Em caso de parcelamento do valor da arrematação de bem imóvel, o saldo parcelado será garantido por hipoteca judicial a ser gravada sobre o(s) próprio(s) imóvel(eis) arrematado(s), ficando o arrematante como fiel-depositário do bem a partir da expedição da carta de arrematação, quando o arrematante passará a arcar com todos os custos do bem arrematado (taxas de condomínio, IPTU, ITR, despesas com manutenção, dentre outros). Na hipótese de parcelamento do lance para a arrematação de bens móvel (quando previsto neste edital), poderá o r. juízo competente condicionar a entrega do bem à quitação de todas as parcelas. Contudo, sendo autorizada a entrega dos bens antes da quitação das parcelas, o arrematante ficará como fiel depositário do bem. ARREMATAÇÃO COM
CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO: Poderá o exequente arrematar o(s) lote(s) utilizando os créditos do próprio processo, observado o previsto no art. 892, §1º, §2º e §3º do CPC. PROPOSTAS: Havendo interesse na apresentação de propostas em valor e/ou condições diversas dos previstos neste edital, as mesmas deverão ser apresentadas, por escrito, para o leiloeiro (no site www.kronbergleiloes.com.br), devendo constar na mesma, ao menos: o nome e qualificação do proponente (e cônjuge, se houver); bem/lote objeto da proposta; o valor da proposta; as condições de pagamento do valor proposto. Sobre o valor da proposta será devida taxa de comissão de leilão de 5,00%, caso a mesma seja homologada. O recebimento de proposta pelo leiloeiro não suspenderá os leilões. As propostas recebidas serão apresentadas nos autos, pelo leiloeiro, para análise do r. juízo competente, exceto na hipótese do r. juízo vedar o recebimento de propostas. Na hipótese de homologação da proposta, o leiloeiro, uma vez intimado, emitirá o auto de arrematação e recolherá o preço. Caso o proponente deixe de honrar a proposta homologada, ficará o mesmo obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da proposta, assim como a pagar a taxa de comissão de leilão de 5,00% sobre o valor da proposta, tudo isso sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e/ou no presente edital. EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualmente de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no maior lance (e nas mesmas condições de pagamento) recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial (quando não comparecerem interessados na arrematação do bem), até a assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE: Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no art. 903, § 5º, I, II e III do CPC. TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO: Em caso de arrematação, será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor total da arrematação, taxa está devida mesmo na hipótese do exequente arrematar com créditos (independente de exibir ou não o preço). Na hipótese de acordo, remição e/ou parcelamento do débito após o leilão, será devida, pelo devedor, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor da arrematação efetuada no leilão já realizado. Em caso de adjudicação, será devida, pelo adjudicante, taxa de comissão de 2% sobre o valor atualizado da avaliação do bem adjudicado. Em caso de remição, acordo e/ou parcelamento do débito antes do leilão, será devida, pelo devedor ou por quem tal obrigação for imposta no acordo firmado, taxa de comissão de 2% sobre o valor da dívida remida ou sobre o valor do acordo, sendo que na hipótese de tal percentual representar valor inferior a R$ 1.500,00, deverá este montante ser observado como valor mínimo a ser pago para o leiloeiro. O valor da comissão deverá ser integralmente quitado no prazo de até 03 (três)dias úteis, contados da data da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, devendo ser destacada e paga para o leiloeiro. A comissão do leiloeiro será integralmente devida mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrependimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão que venha a ser posteriormente realizado. Ficam os interessados cientes que na hipótese de desistência da arrematação em razão da oposição de embargos e/ou de qualquer outra medida que vise a nulidade ou desfazimento da arrematação, incluindo as hipóteses previstas no art. 903, §5º do CPC ou, ainda, nas hipóteses em que, mesmo não havendo desistência, a arrematação vier a ser declarada nula ou desfeita, será devida taxa de comissão no percentual de 2% sobre o valor da arrematação, sendo, em tal hipótese, caso já tenha sido paga a comissão, restituído para o arrematante a diferença (se houver). Assim, ao participar do leilão, o interessado adere a tal condição e reconhece que, mesmo quando há a desistência, nulidade ou desfazimento da arrematação, o percentual de comissão fixado é devido à medida de que o serviço prestado pelo leiloeiro não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outro atos para fazer frente à nomeação, a exemplo da elaboração de minuta do edital, divulgação do leilão, visitação dos bens, dentre outros atos que geram despesas para o leiloeiro. No entanto, caso o desfazimento ou nulidade da arrematação ocorrer por culpa exclusiva do leiloeiro, será devida a restituição da integralidade da taxa de comissão recebida. Na hipótese em que, por qualquer motivo, foi determinada a restituição da taxa de comissão recebida (no todo ou em parte), o valor a ser restituído será corrigido pelo IPCA-E, devendo ser considerado/aplicado mesmo quando for negativo, sendo afastado qualquer outro índice de correção. DÍVIDAS E ÔNUS: A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos (até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega), inclusive dívidas propter rem. Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado (a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras) não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. Em relação a eventuais créditos tributários, será aplicada a norma prevista no art. 130, §único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Em relação e eventuais créditos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. Na hipótese de arrematação de veículo, ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos com fato gerador anterior ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmite legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos. Em caso de adjudicação de bem, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de
decisão judicial em sentido contrário. TRANSMISSÃO ON LINE: Os leilões previstos neste edital ocorrerão, nos dias e horários indicados, exclusivamente em ambiente eletrônico (www.kronbergleiloes.com.br). Os leilões poderão, a critério do leiloeiro, ser transmitidos, em tempo real, por intermédio do site www.kronbergleiloes.com.br. Contudo, em razão de problemas técnicos, a transmissão pode não ser possível ou sofrer interrupções totais ou parciais, o que, em nenhuma hipótese, invalidará e/ou postergará o ato. LANCES PELA INTERNET: Os interessados em participar do leilão deverão dar lances, exclusivamente pela internet, por intermédio do site www.kronbergleiloes.com.br. Serão aceitos lances a partir da inserção do leilão no site do leiloeiro. Todos os atos realizados via internet ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Os interessados em ofertar lances eletrônicos deverão observar as condições previstas no site do leiloeiro e na legislação em vigor, sendo condição o cadastro prévio no site do leiloeiro. Ao participar do leilão o interessado concorda com todas as condições previstas neste edital. CONDIÇÕES GERAIS: O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irretratáveis, sem direito ao arrependimento. Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante (art. 893 do CPC). Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos. Para todos os efeitos, considera-se a venda dos bens imóveis como sendo ad corpus, não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver. Eventuais informações acerca de ocupação/invasão/desocupação dos imóveis deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação. Na hipótese do imóvel arrematado encontrar-se tombado ou ser considerado como UIP pelo Município, caberá ao arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que

se refere a conservação do bem e restrições de uso. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas são somente, restrição construtiva, restrição ambiental, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia (inclusive de funcionamento). Sendo arrematado veículo, ficam os interessados cientes da possibilidade do mesmo não ter chaves, sendo de responsabilidade do arrematante providenciar e arcar com os custos das mesmas. Em caso de arrematação de bem móvel, inclusive veículo, caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a desmontagem, retirada e transporte, do bem arrematado, do local onde o mesmo se encontra, devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem em favor do leiloeiro, para pagamento dos custos de armazenamento. Em se tratando de unidade autônoma de vaga de garagem, deve ser observado o art. 1331, §1º do Código Civil, cabendo ao interessado consultar as normas previstas na Convenção do Condomínio, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Caberá ao arrematante arcar com os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. INFORMAÇÕES: Com o leiloeiro, pelo telefone (41) 3233-1077 ou pelo site www.kronbergleiloes.com.br. Visitação do(s) bem(ens) mediante contato prévio com o leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese do(s) bem(ens) estar(em) sob a guarda ou posse do leiloeiro. Não será permitida visita sem agendamento prévio. PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL: O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação do mesmo no site do leiloeiro (www.kronbergleiloes.com.br), sob pena de preclusão. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os arrendatários rurais, os interessados e, principalmente, os executados art. 889, § único do CPC), credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem: Osmary Polizel Custodio Nicolau, Letícia Ferreira de Moraes, Kleber José de Almeida, Geraldo Scramin Neto, Anderson Clayton Gomes, Tiago Manzani Swirbul, Espólio de Cecina Helena Santos Amaral representada por Alessandra Santos Amaral, Carmen Silvia Santos Amaral, Daniela Santos Amaral, Regina Helen, Estamparia Constantino Ltda. EPP, Romildo Antonio Amaral, Tereza Cristina de Souza Richeti.

Execução de Título Extrajudicial - 0011151-36.2017.8.16.0069 Requerente: Osmary Polizel Custodio Nicolau. Requerido: Espólio de Cecina Helena Santos Amaral representado(a) por Alessandra Santos Amaral, Carmen Silvia Santos Amaral, Daniela Santos Amaral, Regina Helen. Bem (lote único) Imóvel urbano: Chácara nº 1-D, com área de 3.229,87m² da quadra "T", do loteamento Chácaras de Recreio Lagoa Azul, de formato irregular, testada de 33,00 metros, localizado na Rua Lagoa Saquarema, 2019, Morumbi, Cascavel/PR, que se confronta ao nordeste: com a rua Lagoa Saquarema, medindo 33,00 metros; ao Sudoeste: com a Sanga Sumaré; Ao Sudeste: Com a Chácara nº 1-E, medindo 94,18 metros; e ao Noroeste com a Chácara nº 1-C, medindo

101,57 metros. Cadastro na Prefeitura Municipal: 1200169300. Na matrícula do imóvel, não constam benfeitorias averbadas. No Espelho de Cadastro Imobiliário, fornecido pela Prefeitura Municipal de Cascavel/PR, é informado a existência de benfeitoria com área de 62,05m². Para o cálculo da benfeitoria foi considerada a informação fornecida pela Prefeitura, ou seja, benfeitoria com área de 62,05m². O imóvel encontra-se ocupado. Inscrição Imobiliária: 0165.000T.001D.0300 Localização: Latitude: -24.923363°/ Longitude: -53.402111°. Demais características constantes na matrícula 29.721 do 3° CRI de Cascavel/PR. Recursos Pendentes: 0006437-65.2025.8.16.0000 - Agravo de Instrumento - AI - Não provido; 0017226-26.2025.8.16.0000 - Embargos de Declaração ED - Não acolhidos; 0059758-15.2025.8.16.0000 - Agravo de Instrumento AI - Aguardando julgamento. Ônus: caberá ao arrematante a regularização de eventuais benfeitorias na matrícula do imóvel. Penhoras/Arresto: penhora sob os autos de n. 0012516-95.2005.8.16.0021 - 3ª Vara Cível de Cascavel penhora sob os autos de n. 0011151-36.2017.8.16.0069 - 1ª Vara Cível de Cianorte. VALOR DA DÍVIDA R$ 672.349,15 em 28 de fevereiro de 2024, VALOR DE AVALIAÇÃO R$ 768.000,00 em 29 de agosto de 2024. Valor do bem em segundo leilão: R$ 384.000,00.

Thiago Cavicchioli Dias
Juiz de Direito
CIANORTE, 24 de junho de 2025.
Helcio Kronberg Leiloeiro Público Oficial

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

A
EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO
Leilão Exclusivamente Eletrônico (www.kronbergleiloes.com.br)

O(A) EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA (O) 02ª VARA CÍVEL DE CIANORTE-PARANÁ, FERNANDO BUENO DA GRAÇA, nomeando o leiloeiro público HELCIO KRONBERG, JUCEPAR 653, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores que, nos autos do(s) processo(s) abaixo indicado(s), venderá, em LEILÃO PÚBLICO, os bens/lotes adiante discriminados. LOCAL: Os leilões previstos neste edital serão realizados exclusivamente em ambiente eletrônico, via plataforma www.kronbergleiloes.com.br, ficando os interessados/licitantes cientes que, ao acessar a referida plataforma e clicar na opção desejada, poderá haver redirecionamento para o site www.kronleiloes.com.br. DATA E HORA: Primeiro leilão: 21/07/2025 Segundo Leilão: 28/07/2025, ambos as 09:55 (horário de Brasília). VENDA DIRETA: Na hipótese de algum bem/lote indicado neste edital não ser arrematado em nenhum dos leilões designados, o bem/lote poderá ficar disponível no site do leiloeiro pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, prazo em que o leiloeiro receberá ofertas, as quais deverão observar o lance mínimo previsto neste edital, para pagamento do valor à vista. As ofertas serão apresentadas pelo leiloeiro, ao r. juízo competente, para análise. Sobre o valor ofertado será devida taxa de comissão de leilão de 5,00%. LANCE INICIAL: No primeiro leilão, o leiloeiro iniciará o ato ofertando os lotes tendo como lance mínimo o valor da avaliação. Caso algum lote não seja arrematado no primeiro leilão, o mesmo será ofertado novamente nos demais leilões, na data acima indicada. No segundo leilão, fica o leiloeiro autorizado a ofertar os lotes tendo como lance mínimo o valor equivalente a 50% do valor da avaliação (art. 891, §único c/c art. 843, §2, ambos do CPC). LANCE CONSIDERADO VENCEDOR: Será considerado vencedor o lance em maior valor, independente da forma de pagamento escolhida pelo licitante (à vista ou parcelado). CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Nas arrematações em valor igual ou inferior a R$ 10.000,00, o pagamento do valor do lance deverá ser, obrigatoriamente, à vista, mesmo quando houver previsão de parcelamento no presente edital. Nos pagamentos mediante guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, cabendo ao arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. a) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA: Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida (art. 903, §1º, III do CPC), sendo o lote novamente levado à leilão (do qual o arrematante ficará impedido de participar), ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da arrematação, além das despesas para a realização de um novo leilão, podendo o r. juízo valer-se da via executiva para a cobrança da multa. b) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARCELADO: Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor mínimo correspondente a 25% do valor da arrematação, quitando o valor remanescente em no máximo: a) 30 parcelas na arrematação de bens imóveis. b) 12 (doze) parcelas na arrematação de bens móveis, desde que o valor da arrematação seja em valor superior

a R$ 10.000,00. As parcelas serão iguais, mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta)dias corridos, contados da data da arrematação, e atualizadas mensalmente (pro-rata die), pelo INPC, também a partir da data da arrematação em leilão, parcelas estas que deverão ser depositadas em conta-bancária vinculada aos autos a que se refere o presente edital, mediante guia judicial a ser emitida, devendo as guias serem emitidas para "pagamento em continuidade", indicando a mesma conta bancária constante na primeira guia emitida para pagamento do valor do sinal mínimo de 25%. Deverá o arrematante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após o vencimento de cada parcela, comprovar a quitação da mesma mediante juntada do comprovante nos autos do processo a que se refere o presente edital. É de exclusiva responsabilidade do arrematante efetuar o cálculo da atualização do valor das parcelas e emitir a guia judicial para recolhimento do valor devido. A quitação dos valores fica condicionada a compensação de eventual cheque emitido para pagamento. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. O não pagamento de qualquer parcela implicará no automático vencimento antecipado das demais parcelas (considerando vencido o valor integral do débito na data de vencimento da parcela inadimplida), podendo o r. juízo valer-se da via executiva em face do arrematante (podendo, ser for o caso, executar a hipoteca gravada sobre o bem arrematado), incidindo, sobre o valor devido (soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas), multa de 10% (dez por cento),sem prejuízo das demais sanções cabíveis. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor do sinal no prazo de 03 dias úteis, contado da data do leilão em que houve a arrematação, restará desfeita/resolvida a arrematação, sendo imposta ao arrematante multa de 25% sobre o valor da arrematação, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor. Em caso de parcelamento do valor da arrematação de bem imóvel, o saldo parcelado será garantido por hipoteca judicial a ser gravada sobre o(s) próprio(s) imóvel(eis) arrematado(s), ficando o arrematante como fiel-depositário do bem a partir da expedição da carta de arrematação, quando o arrematante passará a arcar com todos os custos do bem arrematado (taxas de condomínio, IPTU, ITR, despesas com manutenção, dentre outros). Na hipótese de parcelamento do lance para a arrematação de bens móvel (quando previsto neste edital), poderá o r. juízo competente condicionar a entrega do bem à quitação de todas as parcelas. Contudo, sendo autorizada a entrega dos bens antes da quitação das parcelas, o arrematante ficará como fiel depositário do bem. ARREMATAÇÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO: Poderá o exequente arrematar o(s) lote(s) utilizando os créditos do próprio processo, observado o previsto no art. 892, §1º, §2º e §3º do CPC. PROPOSTAS: Havendo interesse na apresentação de propostas em valor e/ou condições diversas dos previstos neste edital, as mesmas deverão ser apresentadas, por escrito, para o leiloeiro (no site www.kronbergleiloes.com.br), devendo constar na mesma, ao menos: o nome e qualificação do proponente (e cônjuge, se houver); bem/lote objeto da proposta; o valor da proposta; as condições de pagamento do valor

proposto. Sobre o valor da proposta será devida taxa de comissão de leilão de 5,00%, caso a mesma seja homologada. O recebimento de proposta pelo leiloeiro não suspenderá os leilões. As propostas recebidas serão apresentadas nos autos, pelo leiloeiro, para análise do r. juízo competente, exceto na hipótese do r. juízo vedar o recebimento de propostas. Na hipótese de homologação da proposta, o leiloeiro, uma vez intimado, emitirá o auto de arrematação e recolherá o preço. Caso o proponente deixe de honrar a proposta homologada, ficará o mesmo obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da proposta, assim como a pagar a taxa de comissão de leilão de 5,00% sobre o valor da proposta, tudo isso sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e/ou no presente edital. EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualmente de condições
com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no maior lance (e nas mesmas condições de pagamento) recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial (quando não comparecerem interessados na arrematação do bem), até a assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE: Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no art. 903, § 5º, I, II e III do CPC. TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO: Em caso de arrematação, será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor total da arrematação, taxa esta devida mesmo na hipótese do exequente arrematar com créditos (independente de exibir ou não o preço). Na hipótese de acordo, remição e/ou parcelamento do débito após o leilão, será devida, pelo devedor, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor da arrematação efetuada no leilão já realizado. Em caso de adjudicação, será devida, pelo adjudicante, taxa de comissão de 2% sobre o valor atualizado da avaliação do bem adjudicado. Em caso de remição, acordo e/ou parcelamento do débito antes do leilão, será devida, pelo devedor ou por quem tal obrigação for imposta no acordo firmado, taxa de comissão de 2% sobre o valor da dívida remida ou sobre o valor do acordo, sendo que na hipótese de tal percentual representar valor inferior a R$ 1.500,00, deverá este montante ser observado como valor mínimo a ser pago para o leiloeiro. O valor da comissão deverá ser integralmente quitado no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, devendo ser destacada e paga para o leiloeiro. A comissão do leiloeiro será integralmente devida mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrependimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão que venha a ser posteriormente realizado. Ficam os interessados cientes que na hipótese de desistência da arrematação em razão da oposição de embargos e/ou de qualquer outra medida que vise a nulidade ou desfazimento da arrematação, incluindo as hipóteses previstas no art. 903, §5º do CPC ou, ainda, nas hipóteses em que, mesmo não havendo desistência, a arrematação vier a ser declarada nula ou desfeita, será devida taxa de comissão no percentual de 2% sobre o valor da arrematação, sendo, em tal hipótese, caso já tenha sido paga a comissão, restituído para o arrematante a diferença (se houver). Assim, ao participar do leilão, o interessado adere a tal condição e reconhece que, mesmo quando há a desistência, nulidade ou desfazimento da arrematação, o percentual de comissão fixado é devido à medida de que o serviço prestado pelo leiloeiro não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outro atos para fazer frente à nomeação, a exemplo da elaboração de minuta do edital, divulgação do leilão, visitação dos bens, dentre outros atos que geram despesas para o leiloeiro. No entanto, caso o desfazimento ou nulidade da arrematação ocorrer por culpa exclusiva do leiloeiro, será devida a restituição da integralidade da taxa de comissão recebida. Na hipótese em que, por qualquer motivo, foi determinada a restituição da taxa de comissão recebida (no todo ou em parte), o valor a ser restituído será corrigido pelo IPCA-E, devendo ser considerado/aplicado mesmo quando for negativo, sendo afastado qualquer outro índice de correção. DÍVIDAS E ÔNUS: A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos (até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega), inclusive dívidas propter rem. Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem
arrematado (a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras) não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. Em relação a eventuais créditos tributários, será aplicada a norma prevista no art. 130, §único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Em relação e eventuais créditos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. Na hipótese de arrematação de veículo, ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos com fato gerador anterior ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmite legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos. Em caso de adjudicação de bem, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de decisão judicial em sentido contrário. TRANSMISSÃO ON LINE: Os leilões previstos neste edital ocorrerão, nos dias e horários indicados, exclusivamente em ambiente eletrônico (www.kronbergleiloes.com.br). Os leilões poderão, a critério do leiloeiro, ser transmitidos, em tempo real, por intermédio do site www.kronbergleiloes.com.br. Contudo, em razão de problemas técnicos, a transmissão pode não ser possível ou sofrer interrupções totais ou parciais, o que, em nenhuma hipótese, invalidará e/ou postergará o ato. LANCES PELA INTERNET: Os interessados em participar do leilão deverão dar lances, exclusivamente pela internet, por intermédio do site www.kronbergleiloes.com.br. Serão aceitos lances a partir da inserção do leilão no site do leiloeiro. Todos os atos realizados via internet ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Os interessados em ofertar lances eletrônicos deverão observar as condições previstas no site do leiloeiro e na legislação em vigor, sendo condição o cadastro prévio no site do leiloeiro. Ao participar do leilão o interessado concorda com todas as condições previstas neste edital. CONDIÇÕES GERAIS: O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irretratáveis, sem direito ao arrependimento. Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante (art. 893 do CPC). Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos. Para todos os efeitos, considera-se a venda dos bens imóveis como sendo ad corpus, não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver. Eventuais informações acerca de ocupação/invasão/desocupação dos imóveis deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação. Na hipótese do imóvel arrematado encontrar-se tombado ou ser considerado como UIP pelo Município,
caberá ao arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que se refere a conservação do bem e restrições de uso. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas são somente, restrição construtiva, restrição ambiental, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia (inclusive de funcionamento). Sendo arrematado veículo, ficam os interessados cientes da possibilidade do mesmo não ter chaves, sendo de responsabilidade do arrematante providenciar e arcar com os custos das mesmas. Em caso de arrematação de bem móvel, inclusive veículo, caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a desmontagem, retirada e transporte, do bem arrematado, do local onde o mesmo se encontra, devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem em favor do leiloeiro, para pagamento dos custos de armazenamento. Em se tratando de unidade autônoma de vaga de garagem, deve ser observado o art. 1331, §1º do Código Civil, cabendo ao interessado consultar as normas previstas na Convenção do Condomínio, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Caberá ao arrematante arcar com os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. INFORMAÇÕES: Com o leiloeiro, pelo telefone (41) 3233-1077 ou pelo site www.kronbergleiloes.com.br. Visitação do(s) bem(ens) mediante contato prévio com o leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese do(s) bem(ens) estar(em) sob a guarda ou posse do leiloeiro. Não será permitida visita sem agendamento prévio. PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL: O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação do mesmo no site do leiloeiro (www.kronbergleiloes.com.br), sob pena de preclusão. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os arrendatários rurais, os interessados e, principalmente, os executados art. 889, § único do CPC), credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem: COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO DEXIS SICREDI DEXIS , JOSÉ GONZAGA SORIANI, CAMILLA AMANDA CUSTODIO PESSOA, RCA TELHAS DE AÇO LTDA ME, RUTH CUSTÓDIO DE ALMEIDA PESSOA, ITAU ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA, RONEY MARCIO PESSOA.
Execução de Título Extrajudicial - 0000492-60.2020.8.16.0069 Requerente: COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO DEXIS SICREDI DEXIS Requerido: CAMILLA AMANDA CUSTODIO PESSOA. Bem (lote único) IMÓVEL: Data de terras n.º 4-A (quatro - "A"), subdivisão da data n.º 4 (quatro), da Quadra. n. 89 (oitenta e nove), da Zona n.º 02 (dois), situada no perímetro urbano desta Cidade e Comarca de Cianorte, com área de 306,25 metros quadrados. DIVIDE-SE: "Com a Rua Aracajú no rumo SE 58°00' numa frente de 17,50 metros; com a data n.º 05 no rumo SO 32°00' na distância de 17,50 metros, com a data n.º 3 no rumo NO 58°00' na distância de 17,50 metros; e, finalmente com a data n.º 4-R no rumo NE 32°00' numa extensão de 17,50 metros. Benfeitoria: casa em alvenaria, com área de 37,42m². Demais características constantes na matricula n° 14.191 do 1° CRI Cianorte/PR. Recursos Pendentes: Não Há. Ônus: R. 11/14.191 - Alienação

Fiduciária em favor de Itaú Administradora de Consórcios LTDA. Penhora/Arresto: Penhora autos n° 0000492-60.2020.8.16.0069 da 2ª VARA CÍVEL DE CIANORTE/PR. VALOR DA DÍVIDA R$ 53.735,32 em 17 de março de 2021, VALOR DE AVALIAÇÃO R$ 480.000,00 em 22 de agosto de 2024. Valor do bem em segundo leilão: R$ 360.000,00. (resguardada a quota parte do coproprietário (art. 843, § 2º do CPC).
CIANORTE, 26 de junho de 2025.
FERNANDO BUENO DA GRAÇA Juiz de direito
Helcio Kronberg Leiloeiro Público Oficial

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): NEUCILIA BAEZA PERES
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Diego Gustavo Pereira, da Vara Plenário do Tribunal do Júri de Cianorte, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Simples, sob nº 0007695-39.2021.8.16.0069, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Reginaldo Alves, e vítima JEAN DARLENS GEFFRARD, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Jurado NEUCILIA BAEZA PERES, portador(a) do RG 59056220 CRC/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 13/08/1971**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência, será realizado o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Nathalia de Souza Silva, Estagiária, digitei, e eu, Rosiney Pinheiro dos Santos, conferi.
Cianorte, 27 de junho de 2025.
Rosiney Pinheiro dos Santos
Analista Judiciária

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): João Paulo Aldrovandi
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Diego Gustavo Pereira, da Vara Plenário do Tribunal do Júri de Cianorte, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Simples, sob nº 0011795-71.2020.8.16.0069, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) João Paulo Aldrovandi, e vítima JOAQUIM IZAIAS RAMOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido João Paulo Aldrovandi, portador(a) do RG 108603020 SSP/PR e CPF 074.696.419-63, nascido(a) em 05/11/1990, natural de RONDON, filho(a) de RITA DE CASSIA TITO DOS SANTOS e ITALO ALDROVANDI**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Nathalia de Souza Silva, Estagiário, conferi e digitei.
Cianorte, 27 de junho de 2025.
Rosiney Pinheiro dos Santos
Analista Judiciária

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): FERNANDO DA SILVA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Diego Gustavo Pereira, da Vara Plenário do Tribunal do Júri de Cianorte, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Qualificado, sob nº 0001479-77.2012.8.16.0069, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FERNANDO DA SILVA, e vítima A. P. B. C., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido FERNANDO DA SILVA, portador(a) do RG 86375214 SSP/PR e CPF 036.007.689-05, nascido(a) em 09/01/1982, natural de MARINGA, filho(a) de ELIZETE APARECIDA DA SILVA e VALDOMIRO PEREIRA DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Nathalia de Souza Silva, Estagiário, conferi e digitei.
Cianorte, 27 de junho de 2025.
Rosiney Pinheiro dos Santos
Analista Judiciária

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): J. V. M. DO C.
PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito FLÁVIA BRAGA DE CASTRO ALVES, da Vara Criminal de Cianorte, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Ameaça , sob nº 0004262-32.2018.8.16.0069, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCELO HENRIQUE PEREIRA, e vítima J. V. M. DO C., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima J. V. M. DO C.**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual condenou o(a)(s) réu(ré)(s), sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Ante todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a denúncia, para o fim de CONDENAR o réu MARCELO HENRIQUE PEREIRA nas disposições do artigo 243 da Lei 8.069/90 (ECA). , em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022)." O presente edital

é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Cianorte, 27 de junho de 2025.
ROSINEY PINHEIRO DOS SANTOS
Analista Judiciária

O(A) Juiz(íza) de Direito Diego Gustavo Pereira, da Vara Plenário do Tribunal do Júri de Cianorte, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Qualificado, sob nº 0008138-05.2012.8.16.0069, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FABIO JUNIO DE OLIVEIRA, e vítima LUCIANO PEREIRA DE MACEDO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Jurado HELAINE GALVÃO INÁCIO, portador(a) do RG 86315610 SSP/PR e CPF 010.164.689-54, nascido(a) em 03/03/1987, natural de SANTO ANTONIO DA PLATINA, filho(a) de ESTER GALVÃO INÁCIO e IVAIR INÁCIO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento da multa ocasionará o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Nathalia de Souza Silva, Estagiária, digitei, e eu, Rosiney Pinheiro dos Santos, conferi.
Cianorte, 27 de junho de 2025.
Rosiney Pinheiro dos Santos
Analista Judiciária

CLEVELÂNDIA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO APENADO **VILSON DE OLIVEIRA XAVIER**, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.
Execução da Pena nº 4000094-43.2021.8.16.0123
A DOUTORA **RAQUEL NEVES ALEXANDRE**, MM. JUIZA DE DIREITO DESTA COMARCA DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, no prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o apenado **VILSON DE OLIVEIRA XAVIER,** brasileiro, nascido aos 21/09/1982, filho de Sebastiana de Oliveira Xavier e João Maria Xavier, portador do CPF nº 066.781.379-90, por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIMA-O**, que por decisão deste Juízo, datada de 21/05/2025, as penas restritivas de direitos impostas foram convertidas em pena privativa de liberdade, pelo restante da pena, a ser cumprida em regime inicialmente aberto, mediante as condições fixadas no art. 10 da Portaria nº 10/2024 deste juízo. O apenado fica intimado para apresentação espontânea em juízo, sob pena de expedição de mandado de prisão decorrido o prazo do edital.
E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este Edital que será afixado em lugar público e de costume, neste Fórum. Dado e passado nesta cidade e comarca de Clevelândia, Estado do Paraná, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2025. Eu _____ (*Marta Valéria Bresolin Pacheco*), Chefe de Secretaria, o digitei e subscrevo.
(assinatura digital)
Marta Valéria Bresolin Pacheco
Chefe de Secretaria
Técnica Judiciária
Portaria 7198516 - DGRH-DDAA

FORO REGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

2ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MARCELO HELIO VAZ CARDOSO e THAINA MENESES DOS SANTOS PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Wilson José de Freitas Júnior, da 2ª Vara Cível de Colombo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Indenização por Dano Material, sob nº 0005371-68.2022.8.16.0028, em que é(são) autor(es) GESSIVALDO MACEDO DE ALMEIDA, réu(s) THAINA MENESES DOS SANTOS, HEBER LEVANTINO DE SOUZA, CLEMENTE ALVES DA SIQUEIRA, MARCELO HELIO VAZ CARDOSO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) MARCELO HELIO VAZ CARDOSO; THAINA MENESES DOS SANTOS, portador(a) do CPF 057.678.771-06, nascido(a) em 05/11/1996, motivo pelo qual se procede à sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com [a resenha da inicial / o despacho judicial] que segue parcialmente transcrita/o: " 1. Esgotados todos os meios para citação pessoal da requerida, defiro o pedido de citação por edital (mov.73), nos termos do disposto no despacho inicial . 2. Intime-se a exequente para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, minuta de edital, nos termos do art. 376 do Código de Normas da CorregedoriaGeral da Justiça. "]. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistema.

Edital Geral

EDITAL DE INTERDIÇÃO - TUTELA E CURATELA (3ª PUBLICAÇÃO) O(A) MM. Juiz(a) de Direito WILSON JOSÉ DE FREITAS JÚNIOR faz saber a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a presente ação, 0007385- 54.2024.8.16.0028 sendo deferido, sob as penas da lei, que a parte requerente SERGIO CARLOS GENOVEZI (RG: 33889720 SSP/PR e CPF/CNPJ: 404.982.559-72), assuma a Curatela Definitiva da parte requerida ODILMA VITORIA DE MATOS GENOVEZI (RG: 33292732 SSP/PR e CPF/CNPJ: 741.094.219- 34), nos termos do art. 84/85 da Lei nº 13.146/2015 e artigos 1767, I e 1.775, §2º, ambos do Código Civil, conforme sentença proferida proferida nos autos, considerando que a parte requerida não é capaz de praticar os atos da vida civil, perdurando a curatela até decisão judicial em contrário ou óbito da parte curatelada. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros eu, Alessandro Francisco Boza, Técnico(a) Judiciário(a), redigi o presente Edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 3 vezes, com intervalo de 10 dias, na forma da lei. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo contatar Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser integralmente inseridos no sistema (Incluída pelo Provimento nº 223, Item 2.21.3.1.3), em formato digital e arquivos com no máximo 4 MB em PDF e 300 MB Áudio/Vídeo, cada. Para consulta pública do processo a parte deverá utilizar a seguinte chave de acesso: PPVZB BQVMP Y48XK L8Z6E. Colombo, data da assinatura digital. WILSON JOSÉ DE FREITAS JÚNIOR Juiz de Direito

---

EDITAL DE INTERDIÇÃO - TUTELA E CURATELA (2ª PUBLICAÇÃO) O(A) MM. Juiz(a) de Direito WILSON JOSÉ DE FREITAS JÚNIOR faz saber a todos quantos

virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita a presente ação, 0004044- 54.2023.8.16.0028 sendo deferido, sob as penas da lei, que a parte requerente INES DE FATIMA MACHADO (CPF/CNPJ: 024.706.479-32), assuma a Curatela Definitiva da parte requerida APARECIDA BUENO DIAS MACHADO (CPF / CNPJ: 056.167.589-90), nos termos do art. 84/85 da Lei nº 13.146 /2015 e artigos 1767, I e 1.775, §2º, ambos do Código Civil, conforme sentença proferida proferida nos autos, considerando que a parte requerida não é capaz de praticar os atos da vida civil, perdurando a curatela até decisão judicial em contrário ou óbito da parte curatelada. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros eu, Alessandro Francisco Boza, Técnico(a) Judiciário(a), redigi o presente Edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 3 vezes, com intervalo de 10 dias, na forma da lei. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo contatar Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser integralmente inseridos no sistema (Incluída pelo Provimento nº 223, Item 2.21.3.1.3), em formato digital e arquivos com no máximo 4 MB em PDF e 300 MB Áudio/Vídeo, cada. Para consulta pública do processo a parte deverá utilizar a seguinte chave de acesso: PP5RX DJPAK N3QEQ 6HMYH. Colombo, data da assinatura digital. WILSON JOSÉ DE FREITAS JÚNIOR Juiz de Direito

COLORADO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE COLORADO VARA CÍVEL DE COLORADO - PROJUDI Travessa Rafaini Pedro, 41 - Centro - Colorado/PR - CEP: 86.690-000 - Fone: (44) 999253007 - Celular: (44) 99925-3007 - E-mail: diariojcolorado@gmail.com EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): Isabel Luzia de Souza PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Gustavo Adolpho Perioto, da Vara Cível de Colorado, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Cheque, sob nº 0003354-87.2023.8.16.0072, em que é(são) exequente(s) Leo Comércio de Pneus Ltda., e executado(s) Isabel Luzia de Souza e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Isabel Luzia de Souza, portador(a) do CPF 616.918.871-53. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de R$ 26.921,92, acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não seja realizado, acarretará pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que poderá(ão) opor impugnação, por meio de advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Júlio César de Jesus Nardoci, escrevente juramentado, conferi e digitei. Colorado, 23 de junho de 2025. Gustavo Adolpho Perioto Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE COLORADO VARA CÍVEL DE COLORADO - PROJUDI Travessa Rafaini Pedro, 41 - Centro - Colorado/PR - CEP: 86.690-000 - Fone: (44) 999253007 - Celular: (44) 99925-3007 - E-mail: diariojcolorado@gmail.com EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ELIZÂNGELA SANTOS DA SILVA FRANCISCO PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Gustavo Adolpho Perioto, da Vara Cível de Colorado, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Bem de Família (Voluntário), sob nº 0002788-75.2022.8.16.0072, em que é(são) autor(es) ELIZÂNGELA SANTOS DA SILVA FRANCISCO, e réu(s) THIAGO PINAFFI MOLINA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovente ELIZÂNGELA SANTOS DA SILVA FRANCISCO, portador(a) do RG 71290425 SSP/PR e CPF 025.845.339-79, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 dias, dar prosseguimento ao feito, nos termos do art. 50 da Portaria 37/2024, que segue transcrito: "Art. 50. Estando o processo paralisado há mais de 30 (trinta) dias por inércia da parte autora, intimá-la para dar prosseguimento ao feito por meio de seu(sua) procurador(a) no prazo de 15 (quinze) dias. 1º Persistindo a inércia, intimar a parte autora pessoalmente, por carta destinada ao último endereço por ela indicado nos autos, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias. § 2º Em sendo negativa a diligência do § 1º, intimar a parte por edital com prazo de 15 (quinze) dias." Sob pena de extinção por abandono. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado. Eu, Júlio César de Jesus Nardoci, escrevente juramentado, conferi e digitei. Colorado, 24 de junho de 2025. Gustavo Adolpho Perioto Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

CORNÉLIO PROCÓPIO

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO - ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA COM O PRAZO DE(60) SESSENTA DIAS, DO(S) RÉU(S): **CAIO HENRIQUE ABREU PEREIRA**
A Doutora Danielle Marie de Farias Serigati Varasquim, Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** que por este Juízo e Cartório tramitam os autos de Processo Criminal sob nº **0005176-39.2022.8.16.0075,** que a Justiça Pública move contra a(o) ré(u) **CAIO HENRIQUE ABREU PEREIRA, nascido em 28/06/1992, RG nº 163613310 SSP/PR, CPF nº 083.791.206-71, filho de Luciana Maria de Abreu Pereira,** e como conste o(s) réu(s) acima, estar atualmente em lugar incerto e não sabido, fica através deste INTIMADO acerca da sentença proferida em 12/12/2024, que o condenou à pena privativa de liberdade de 15 (quinze) dias de detenção no regime aberto, mais 10 (dez) dias multa, por infração ao art. 330, caput, do Código Penal. Constando dos autos que o(a)s ré(u)s encontram-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Dra. Juíza que fosse expedido o presente edital, com o prazo de 60 dias, pelo qual fica(m) o(s) réu(s) em tela intimado(s) da sentença condenatória, ciente(s) ainda de que decorrido o prazo acima, a contar da data da publicação deste edital, terá o de 05 (cinco) dias destinados a recurso, após o que, querendo dentro do prazo poderá recorrer a superior instância. E para que chegue ao conhecimento do(s) interessado(s) e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será afixado no Fórum, local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Estado. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, aos 26 de junho de 2025. Eu, Fábio Camilo Demoner, Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.
Fábio Camilo Demoner - Técnico Judiciário. Portaria nº 01/13.

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO - prazo de 20 dias A Dra. LUCIANA ANDRETTA MOLIN USAE, MMª. Juíza de Direito da 4ª Vara Judicial - Vara de Família e Sucessões e Anexos da Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc., FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que tramitam por este Juízo e Vara os autos de Procedimento Comum Cível - Regime de Bens Entre os Cônjuges sob nº 0002559-04.2025.8.16.0075, onde figura como

parte requerente S. A. C. P. D. S. e requerido R. M. D. S., ambos devidamente qualificados, restando o requerido atualmente com o paradeiro ignorado. Fica o requerido através do presente edital com o prazo de 20 dias devidamente CITADO da ação acima e INTIMADO para comparecer à Audiência do art. 334 CPC em 06 de agosto de 2025 às 13:30 horas - Modalidade: Virtual - Chave da Audiência: PABZA TUALE E2FLH V7HPM, a ser realizada junto à Sala de Audiências do CEJUSC de Cornélio Procópio-PR (Av. Santos Dumont, nº 903, Vila Seugling - Cornélio Procópio/PR). É assegurado à parte requerida o direito de examinar o conteúdo da inicial a qualquer tempo. O não comparecimento injustificado da parte requerente ou da requerida à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. Obtida a conciliação, será reduzida a termo e homologada por sentença; caso contrário, ou se qualquer das partes não comparecer à audiência, terá a parte requerida, nos termos do artigo 335, I, do CPC, prazo de 15 (quinze dias) para oferecer defesa, contado da data da audiência, sob pena de revelia, consoante previsão do artigo 344 do CPC, ressalvadas as hipóteses do artigo 345 do mesmo diploma. Fica o requerido intimado de que este Juízo deferiu o pedido de tutela de urgência formulado na inicial, a fim de autorizar a expedição do alvará autorizando a lavratura de escritura pública para alienação da parte ideal de 21,325% do bem imóvel objeto da matrícula nº 5100 do Registro de Imóveis de Tatuí - SP. Em caso de inércia do requerido, será intimada a Defensoria Pública do Estado do Paraná para o exercício da curadoria especial, devendo apresentar resposta, no prazo legal, ainda que por negativa geral. Segredo de Justiça. Assistência Judiciária. E para que chegue ao conhecimento do requerido e no futuro não venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado no Fórum, no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cornélio Procópio, 27 de junho de 2025. Eu, Heloísa Roda Morete, Analista Judiciária e Chefe da Vara, digitei.

DOIS VIZINHOS

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): JANICE ROSSI RIBEIRO

PRAZO DE 15 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Micheli Franzoni, da Vara Cível de Dois Vizinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Cédula de Crédito Bancário, sob nº 0001431-05.2023.8.16.0079, em que é autor COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO IGUACU - SICREDI IGUACU PR/SC E REGIAO METROPOLITANA DE CAMPINAS/SP, e réu JANICE ROSSI RIBEIRO e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JANICE ROSSI RIBEIRO**, portador(a) do CPF 045.769.139-56. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios, no valor total de R$ 28.755,24 (vinte e oito mil setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos). A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC**. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias úteis.** O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Genifer Aparecida Camilo dos Santos, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Dois Vizinhos, 26 de junho de 2025.JULIANA ZAMBOSKI** Analista Judiciária Por ordem do(a) MM. Juiz(a) (Assinatura autorizada pelo Decreto Judiciário nº 753/2011)

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 30 DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Lincoln Rafael Horacio, da Vara de Família e Sucessões de Dois Vizinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Alteração de Regime de Bens, assunto Regime de Bens Entre os Cônjuges, sob nº 0003105-47.2025.8.16.0079, em que são interessados DENER DAROS, JÉSSICA BRUNA VERARDO DARÓS, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que é pretendida a alteração de regime de bens do casamento pelos cônjuges DENER DAROS, portador(a) do RG 10524229 SSP/PR e CPF 088.090.169-12; JÉSSICA BRUNA VERARDO DARÓS, portador(a) do RG 123292960 SSP/PR e CPF 120.695.479-57, que são casados em regime de comunhão parcial de bens e pretendem alterá-lo para separação total de bens. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " Autos nº. 0003105-47.2025.8.16.0079 1. Cuida-se de pedido de alteração de regime de bens formulado por DENER DAROS e JÉSSICA BRUNA VERARDO DARÓS, em que pretendem a alteração do regime de comunhão parcial de bens para o de separação total de bens. 2. Nos termos do art. 734, § 1º do Código de Processo Civil, colha-se manifestação ministerial. 3. Ainda, expeça-se edital de divulgação da pretensão do casal, na forma do art. 257, II do CPC (isto é, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça), bem como na forma do § único do art. 257 do CPC (isto é, em jornal local de ampla circulação). Prazo do edital: 30 (trinta) dias. 4. Decorrido o prazo previsto no art. 734, § 1º do CPC sem objeção alguma, retornem conclusos para sentença. Intime(m)-se. Diligências necessárias. Dois Vizinhos, 05 de junho de 2025. Lincoln Rafael Horacio Juiz de Direito ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos do art. 734, § 1º, do Código de Processo Civil. Eu, ZENAIR TEREZA CADORE, Analista Judiciário, conferi e digitei. Dois Vizinhos, 26 de junho de 2025. Lincoln Rafael Horacio Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): CASTURINO RODRIGUES JUNIOR PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Ana Claudia de Lima Cruvinel, da Vara Criminal de Fazenda Rio Grande, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0000307-52.2019.8.16.0038, em que é(são) autor (es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) CASTURINO RODRIGUES JUNIOR, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido CASTURINO RODRIGUES JUNIOR, portador(a) do RG 110397917 SSP/PR e CPF 073.732.999-89, nascido(a) em 08/04/1991, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de Marleni Barbosa de Aguiar e CASTURINO RODRIGUES, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 157 - ROUBO, Reclusão: 4 a 10 anos E Multa oferecida em 21/01/2021 e recebida em 04/05/2021, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado CASTURINO RODRIGUES JUNIOR praticou as condutas típicas descritas no artigo 155, caput, do Código Penal (FATO 01), no artigo 157, caput, do Código Penal por duas vezes (FATOS 02 e 03) todos c.c artigo 71 do Código Penal (crime continuado) razão pela qual se oferece a presente DENÚNCIA, esperando seja recebida, registrada e autuada, citando-se o denunciado da ação penal contra ele proposta e prosseguindo-se o feito de acordo com o rito estabelecido para os crimes cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro)

anos de pena privativa de liberdade (CPP, arts. 394 a 404), até final julgamento (rito ordinário). " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro

Autos nº. 0004632-17.2012.8.16.0038 EDITAL DE CITAÇÃO PARA JOSE DIAS MICALOSKI PRAZO DO EDITAL: 15 (quinze) DIAS O(A) Dr(a). Ana Claudia de Lima Cruvinel, MM Juiz(a) de Direito da Vara Criminal de Fazenda Rio Grande - PR, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o(a) réu(ré): JOSE DIAS MICALOSKI , brasileiro(a), portador(a) do RG 99108886 SSP/PR, nascido(a) aos 05/06/1964, natural de LAPA, filho de Nome da Mãe: RITA GONÇALVES DIAS Nome do Pai: JOÃO MICALOSKI, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, fica CITADO(A) para que responda à acusação referente aos autos supracitados, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, processo este a que responde como incurso nas penas do artigo121, c/ c artigo 14, inciso II, ambos do Código Pena Fazenda Rio Grande, 21 de maio de 2025. Eu, Vinicius Barbosa Franco, Técnico Judiciário, o subscrevo. Ana Claudia de Lima Cruvinel Juiz(a) de Direito

FOZ DO IGUAÇU

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS PROCESSO PROJUDI Nº. 0018015- 08.2020.8.16.0030, de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EXEQUENTE: PRESTIGE INCORPORACAO E ADMINISTRACAO DE BENS LTDA. e EXECUTADO: WELLINGTON CORREIA PINTO JUNIOR. OBJETIVO: CITAÇÃO da Executada WELLINGTON CORREIA PINTO JUNIOR, inscrita no CPF sob o nº 830.604.139-91 em lugar incerto, para pagamento do débito atualizado de R $ 89.381,23 (oitenta e nove mil, trezentos e oitenta e um reais com vinte e três centavos), bem como terá quinze (15) dias, para embargar (NCPC, art.915), acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios (art. 829, CPC. PETIÇÃO EVENTO 1.1: "Foi ajuizada execução de título extrajudicial nº 0018015-08.2020.8.16.0030, em face de WELLINGTON CORREIA PINTO JUNIOR, na data do dia 23/07/2020, no valor de R$ 6.992,55 (Seis mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos). O crédito possui origem nas parcelas inadimplidas do contrato nº 3605-0712- MAS-2SA-05. A decisão inicial foi proferida na data de 18/09/2020 (mov. 32), determinando a citação da parte executada para o pagamento da dívida. Honorários fixados em 10% do valor do débito." DECISÃO INICIAL EVENTO 32.1: "1) Cite-se a parte executada, por carta com A.R., para pagar a dívida, as custas e os honorários advocatícios no valor de 10% do valor do débito, nos termos do art. 827, CPC, no prazo de 03 (três dias) contados da citação, sob pena de penhora. No caso de integral pagamento no prazo estabelecido, os honorários advocatícios ficam reduzidos para 5% do valor do débito. Voltando o AR negativo, cite-se por oficial de justiça, devendo arrestar os eventuais bens encontrados em nome da parte executada, nos termos do art. 830 do CPC. 1.1) Deve constar do mandado de citação as ordens de penhora e de avaliação, que serão cumpridas pelo oficial de justiça na hipótese de não pagamento no prazo estabelecido. Deve constar do mandado de citação, ainda, que os embargos do devedor poderão ser opostos, independente de penhora, depósito ou caução, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 915 do CPC, contados na forma do art. 231 do CPC, conforme o caso. Por fim, deve constar do mandado de citação a possibilidade dos benefícios do parcelamento legal previstos no art. 916 do CPC, com o requerimento devidamente acompanhado do depósito de 30% do valor executado, inclusive as custas e os honorários advocatícios, sob pena de não conhecimento. 2) Devidamente certificada a citação e a ausência de pagamento, e havendo a prévia manifestação da parte exequente ou após a intimação da certidão, defiro desde logo o pedido de penhora via SISBAJUD. Ao Sr. Escrivão para elaborar a minuta de bloqueio, bem como empreender diligências para o devido protocolo. 2.1) Decorridos 10 (dez) dias, deverá o escrivão consultar o sistema SISBAJUD para verificação da efetivação ou não do bloqueio dos ativos financeiros. 2.2) Em caso de bloqueio de valores em excesso, fica determinado, desde já, que a Secretaria efetue o desbloqueio imediato, permanecendo constrito apenas o montante correspondente ao débito exequendo (art. 854, §1º, do CPC). 2.3) Restando frutífero o bloqueio, intime-se o(s) devedor(es) acerca da constrição e do prazo de 05 (cinco) dias para prévia manifestação, conforme art. 854, §§2º e 3º, do CPC. 2.4) Havendo manifestação do devedor na forma do item 2.3, abra-se vista à parte credora para se pronunciar em igual prazo, vindo, então, conclusos para decisão. 2.5) Caso transcorra em branco o prazo a que alude o item 2.3, fica automaticamente convertida a indisponibilidade em penhora, devendo, pois, ser promovida a transferência do valor para conta vinculada ao Juízo (art. 854, §5º, do CPC), sendo de tudo lavrada certidão e, então, intimado o credor para requerer o que entender de direito em 05 (cinco) dias, inclusive sobre o andamento do feito, sendo que o silêncio poderá ser interpretado como indicativo de que sua pretensão restou satisfeita e conduzir à extinção do processo. 3) Não havendo valores bloqueados, determino a realização de pesquisa via RENAJUD. Em sendo encontrados veículos de propriedade do executado, inclua-se restrição de transferência. 3.1) Após, intime-se o exequente para indicar qual(is) veículo(s) pretende ver penhorado(s), indicando sua (s) localização(ões). 3.2) Apresentado(s) o(s) endereço(s), expeça-se mandado de penhora e avaliação do(s) veículo(s) constrito(s), bem como de intimação da parte executada para, querendo, impugnar o ato no prazo de 15 (quinze) dias. Lavre-se, ainda, além do auto de penhora, o competente auto de depósito em favor daquele que a parte exequente indicar, ou ao depositário judicial, sendo que, neste caso, as custas serão de responsabilidade da parte exequente (art. 840, II e §1º, CPC). No caso de anuência da parte exequente ou no caso de difícil remoção, à parte executada será imposto o encargo (art. 840, §2º, CPC). 3.2) Em sendo constatada a alienação fiduciária do bem, oficie-se à respectiva instituição financeira, informando-lhe que os direitos do executado sobre o veículo encontram-se penhorados, e para que se abstenha da entrega de carta de anuência/quitação. E em caso de quitação, informe imediatamente este Juízo. Requisite-se também da instituição financeira informações acerca da situação do contrato de financiamento realizado com o executado, informando a quantidade de parcelas e os valores destas, bem como o número de parcelas que restam a serem pagas, remetendo a este Juízo extrato detalhado. 3.3) No caso de a parte executada não ter sido encontrada para intimação pessoal, observe-se o disposto no artigo 841 do CPC. 3.4) Promovidas a penhora e a avaliação, e não oferecida impugnação no prazo estabelecido, certifique-se o decurso e intime-se a parte exequente a dizer, em 10 (dez) dias, por qual meio pretende a expropriação. 3.5) Se ofertada impugnação, manifeste-se, em 15 (quinze) dias, a parte exequente. Após, torne para decisão. 4) Em sendo infrutíferas todas as diligências anteriormente determinadas, entendo pertinente a adoção de medida mais drástica. Como é cediço, "os direitos humanos fundamentais não podem ser utilizados como um verdadeiro escudo protetivo para a prática de atividades ilícitas, nem tampouco para o afastamento ou diminuição da responsabilidade civil ou penal por atos criminosos, sob pena de total consagração ao desrespeito a um verdadeiro estado de Direito" (MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional, 3a ed., São Paulo : Atlas, 2003, p. 169). Daí se extrai a inafastável conclusão de que nenhum direito ou garantia constitucional - que, como os demais elementos dos direitos fundamentais, correspondem aos direitos humanos positivados em determinada constituição, segundo a doutrina humanista - é absoluto. Com base nesta premissa, admite-se o afastamento episódico do sigilo fiscal por meio de consulta ao sistema INFOJUD. Ademais, compartilho do atual entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de que a realização de buscas no sistema INFOJUD prescinde do prévio esgotamento de outras diligências para a localização de bens da parte executada. Dito isto, fica desde já determinada a realização de consulta ao sistema INFOJUD, restrita aos 03 (três) últimos exercícios fiscais. A busca compreenderá tanto a declaração de imposto de renda (DIRPF) quanto eventual declaração de operações imobiliárias (DOI). 4.1) O art. 385 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça determina o arquivamento das declarações em pasta da Secretaria: As informações financeiras e fiscais serão inseridas no processo eletrônico observando-se a preservação do sigilo necessário. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu em sede de Recurso Repetitivo (art. 543-C do Código de Processo Civil) que as informações sigilosas das partes devem ser juntadas aos autos do processo, que a partir de então correrão em segredo de justiça, não sendo admitido o arquivamento em apartado no interior da Serventia: Nada obstante, considerando que o sistema PROJUDI admite a aposição de segredo de justiça a eventos específicos, mantendo os demais movimentos em nível de sigilo mínimo, e mesmo por conta do direito sobre que versam estes autos, entendo que o segredo de justiça deve ficar restrito ao evento no qual for juntada a declaração, sendo despicienda a declaração do sigilo de todo o processo. Desta forma, acostada a documentação ao feito, fica decretado o segredo de justiça no evento específico em que for(em) juntada(s) a(s) declaração(ções). Anote-se. 5) Caso haja informação de que a parte executada é proprietária de bem(ns) imóvel(is), e a parte exequente pretenda vê-lo(s) expropriado(s), fica desde já ciente de que deverá trazer aos autos a(s) respectiva(s) matrícula(s) devidamente atualizada (s) no prazo de 05 (cinco) dias. 5.1) Sobrevindo juntada da(s) matrícula (s), promova-se a conclusão dos autos. 6) Superadas as tentativas anteriores, expeça-se mandado de penhora e avaliação (art. 523, §3º, do CPC), ficando ciente a parte devedora de que deverá indicar quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, bem como exibir prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, sob pena de sua conduta ser considerada atentatória à dignidade da justiça e implicar a incidência de multa de até 20% (vinte por cento) do valor atualizado do débito, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material (art. 774, V e parágrafo único, do CPC). 7) Frustradas todas as vias até aqui elencadas, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5(cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de os autos serem levados ao arquivo, o que, aliás desde já determino em caso de silêncio. 7.1) Decorrido o prazo acima assinalado sem manifestação, aplico o disposto no artigo 921, III, do CPC, para o fim de suspender a prescrição pelo prazo de 01 (um) ano, na forma do §1º do mesmo artigo. 7.2) Não havendo manifestação após o transcurso do prazo da suspensão a que alude o item 7.1, arquivem-se os autos (§2º), ocasião em que começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (§4º). 7.3) Se não houver pronunciamento das partes após o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contado a partir da data do arquivamento (item 7.2, supra), intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre eventual ocorrência de prescrição (CPC, art. 921, §5º). 7.4) Caso haja manifestação de qualquer das partes durante os períodos

de suspensão/arquivamento, venham conclusos, exceto na hipótese de pedido de nova suspensão. 8) Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, datado eletronicamente. Alessandro Motter Juiz de Direito Substituto." DECISÃO EVENTO 330.1: "Vistos e etc. 1. Conforme pleiteado no evento 326.1, determinoa citação por edital, nos termos dos artigos 256 e 257 do CPC, com prazo de 20 (vinte) dias, mais o prazo para resposta. Segundo orientação da Egrégia CorregedoriaGeral do TJPR, haja vista a inexistência de sistema eletrônico padronizado para a publicação de editais, pressupõe-se válida e suficiente a publicação via Diário Oficial. No entanto, entende-se pertinente aplicar o parágrafo único do artigo 257 do CPC, haja vista o maior alcance do meio de comunicação, para o fim de determinar publicação única em jornal local, dentro do prazo acima estipulado, o que deve ser comprovado nos autos pela parte autora, salvo se beneficiária da gratuidade da Justiça (art. 98, §1º, III, CPC). Após a expedição do edital, nos termos do inciso II, do artigo 257, do CPC, deverá ser certificado nos autos a publicação do edital no Diário Oficial e, oportunamente, o decurso do prazo para apresentação de resposta. 2. Oportunamente, voltem conclusos. Intimem-se. Foz do Iguaçu, 3 de junho de 2025. Geraldo Dutra de Andrade Neto Juiz de Direito" FOZ DO IGUAÇU, em 05 de junho de 2025. Eu, _____, Mauro Célio Safraider, Escrivão, o digitei e subscrevi. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO TERCEIROS INCERTOS, DESCONHECIDOS E DEMAIS INTERESSADOS PRAZO DE VINTE (20) DIAS PROCESSO N.º 0014876-43.2023.8.16.0030, de USUCAPIÃO, em que é autora RAQUEL DA SILVA LEAL e é réu FAUSTINO DE OLIVEIRA e outros, cujo valor da causa é R$ 20.000,00 (vinte mil reais). CITAÇÃO dos TERCEIROS INCERTOS, DESCONHECIDOS E DEMAIS INTERESSADOS, para que este(s) no prazo de quinze (15) dias, querendo, conteste(m) a presente ação, sob pena de não o fazendo, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo(s) autor (es). Nesta oportunidade, deverá dizer. Motivadamente, quais provas pretendem produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide, sendo que o requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido. Com eventual contestação, deverá trazer aos autos os registros pertinentes que possua, relativo ao objeto do presente litígio, sob pena de preclusão, tudo nos termos e de acordo com despacho proferido nos autos supra referidos, a seguir transcrito: PETIÇÃO INICIAL DE EVENTO (mov. 1.1): "Há mais de 25 anos, a requerente se acha em posse de imóvel residencial situado na Rua Padre Bernardo Plates, nº 358 na cidade de Foz do Iguaçu. A posse da requerente é pacífica e incontestada desde o ano de 1983, ressaltando-se que por mais de 25 anos a autora tem a posse de maneira manda e por esta via visa obter o título de domínio nos termos do Código Civil." DECISÃO INICIAL (mov. 81.1): "Vistos e etc. 1. Promovam-se as retificações pertinentes, observando-se a petição do evento 78.1. 1.1. Com a finalidade de resguardar os interesses da parte autora e advertir eventuais terceiros de boa-fé, promova-se a averbação da presente demanda junto ao registro geral da matrícula do imóvel. 2. Cite-se a parte ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, advertido de que a falta de contestação implicará na presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor (CPC, arts. 238, 335 e 344). Nesta oportunidade, a parte ré deverá dizer, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide, sendo que o requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido, ciente de que quando da apresentação de eventual contestação, deverá trazer aos autos os registros pertinentes que possua, relativo ao objeto do presente litígio, sob pena de preclusão. 2.1. Apresentada a contestação, caso haja alegação de preliminar (CPC, art. 337), oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito (CPC, art. 350) ou juntada de documentos (exceto a procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), intime-se a parte autora para se manifestar no prazo de 15 (dez) dias, oportunidade em que deverá dizer, motivadamente, quais provas pretende produzir ou requerer o julgamento antecipado da lide. O requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido. 2.2. Destaco que, diante da improbabilidade de conciliação, conforme demonstra a praxe forense, a dispensa da audiência inaugural visa conferir celeridade ao feito, não ficando o andamento processual sujeito a existência de data disponível para a realização de audiência, podendo, desde logo, serem realizados os atos que dispensam a oralidade. 2.3. Para o caso de manifestação expressa das partes na composição, determino que os autos voltem conclusos para designação de audiência para tal fim, podendo estas, no entanto, desde já juntar aos autos a composição. 2.4. Não sendo necessária a impugnação ou, caso seja necessária, já tenha ela sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem. 3. Citem-se pessoalmente os confinantes e por edital os terceiros incertos e desconhecidos eventualmente interessados. 4. Intimem-se as Fazendas Públicas da União, do Estado do Paraná e do Município de Foz do Iguaçu/PR, bem como o Incra, para, querendo, se manifestarem nos autos. 5. Abra-se vista ao Ministério Público. Intimem-se. Foz do Iguaçu, 25 de junho de 2025. Geraldo Dutra de Andrade Neto Juiz de Direito" DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS (mov. 1.1): "Quadrante 10, Quadrícula 1, Setor 30, Quadra 18, Lote nº 0237" Foz do Iguaçu/Pr, em 26 de junho de 2025. Eu, _____, JÉSSICA CARLA MINUCELI DE PAIVA, Auxiliar Juramentada, o digitei e subscrevi. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO DE VINTE (20) DIAS PROCESSO PROJUDI n.º 0025135-97.2023.8.16.0030, de MONITÓRIA, em que é exequente A DOS SANTOS ACESSORIOS PARA VIDRO - EIRELI e executado VIDRAÇARIA MORUMBI LTDA. OBJETIVO: CITAÇÃOdo requerido VIDRAÇARIA MORUMBI LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 14.128.158/0001-56, residente em local incerto e não sabido, para que no prazo de quinze (15) dias, efetue(m) o pagamento da importância de R$ 21.851,64 (vinte e um mil oitocentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos), acrescida das cominações legais, verba honorária e custas processuais, no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, nos termos do artigo 701, caput, do Código de Processo Civil, ficando desde já consignado que o (a) Requerido (a) será isento do pagamento das custas processuais se cumprir o disposto neste mandado, no prazo determinado. Deverá o (a) Requerido (a) ainda, ficar INTIMADO de que o título executivo será constituído de pleno direito, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos a que alude o artigo 702, parágrafo segundo, do Código de Processo Civil vigente, no prazo de 15 (quinze) dias, tudo nos termos e de acordo com a petição inicial e r. despacho proferido nos autos acima referidos, a seguir fotocópia anexa. PETIÇÃO INICIAL:"A DOS SANTOS ACESSÓRIOS PARA VIDRO - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita junto ao CNPJ/MF sob nº 34.766.019/0001-65 com sede a Avenida 24 de Outubro, Bairro: Área industrial, nº 35, na cidade e Comarca de Medianeira Estado do Paraná., vem, por intermédio de seu Advogado ao final assinado, com instrumento de procuração incluso, inscrito na OAB Seção deste Estado sob nº 64.921, com escritório profissional sito à Rua Alagoas, nº 1771, Centro, Medianeira, Estado do Paraná (onde recebe intimações e demais expedientes forenses),vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, propor: AÇÃO MONITÓRIA Em face de VIDRAÇARIA MORUMBI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 14.128.158/0001-56, com sede à Av. Mario Filho, nº 274, COHAPAR II, CEP: 85858-440, tel: 45 9 9905 5547, Município de Foz do Iguaçu - Estado do Paraná, pelos motivos de fato a seguir aduzidos: DOS FATOS A Autora trabalha com a venda de esquadrilhas de alumínio e outros derivados do metal, sendo que efetuou várias vendas e entregas ao Requerido, sendo que o mesmo não efetuou o pagamento partes destes produtos junto a Autora. Importante demonstrar a este juízo que o Requerido que o Requerido efetuava comprar na forma parcelada e pagava parte destas, nesse sentido, a Autora é credora do Requerido através das seguintes notas fiscais e comprovantes de entrega: 1) NF nº 9087 - Compra realizada em 13/04 /2022 no valor de R$ 16.827,12 (dezesseis mil oitocentos e vinte e sete reais e doze centavos), parcelado em 10 (dez) boletos de R $ 1.682,73 (um mil seiscentos e oitenta e dois reais e setenta e três centavos), sendo que não efetuou o pagamento de 3 (três) parcelas/boletos, vencidos em 11/08 /2022, 09/09/2022 e 20/09/2023, totalizando débito de R$ 5.048,19 (cinco mil e quarenta e oito mil e dezenove centavos). 2) NF nº 9602 - Compra realizada em 28/06/2022 no valor de no valor de R$ 1.732,92 (um mil setecentos e noventa e dois centavos), parcelado em 4 (quatro) boletos de R$ 433,23 (quatrocentos e trinta e três reais e vinte e três centavos), não efetuou o pagamento de 2 (dois) parcelas/boletos, vencidos em 27/08/2022, e 16/09/2022, totalizando débito de R$ 866,46 (oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos). 3) NF nº 10283 - Compra realizada em 19/07/2022 no valor de no valor de R$ 1.909,73 (um mil novecentos e nove reais e setenta e três centavos), parcelado em 3 (três) boletos de R$ 636,58 (seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos), sendo que não efetuou o pagamento dos 3 (três) parcelas/boletos, vencidos em 18/08 /2022, 17/09/2022 e 17/10/2022, totalizando débito de R$ 1.909,74 (um mil novecentos e nove reais e setenta e quatro centavos). 4) NF nº 9915 - Compra realizada em 02/08/2022 no valor de no valor de R$ 1.646,59 (um mil seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), parcelado em 4 (quatro) boletos de R$ 411,65 (quatrocentos e onze reais e sessenta e cinco centavos), sendo que não efetuou o pagamento dos 4 (quatro) parcelas/boletos, vencidos em 22/08 /2022, 11/09/2022, 01/10/2022 e 21/10/2022. totalizando débito de R$ 1.646,59 (um mil seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos). 5) NF nº 9811 - Compra realizada em 14/06 /2022 no valor de no valor de R$ 1.280,29 (um mil duzentos e oitenta reais e vinte e nove centavos), parcelado em 4 (quatro) boletos de R$ 320,08 (trezentos e vinte reais e oito centavos), efetuou o pagamento 3 (três) parcelas/boletos, sendo que não efetuou o pagamento de 1 (um) boleto /parcela vencida em 02/09/2022, totalizando débito de R$ 320,08 (trezentos e vinte reais e oito centavos). 6) NF nº 9120 - Compra realizada em 24/04/2022 no valor de no valor de R$ 38.601,06 (trinta e oito mil seiscentos e um reais e seis centavos), efetuado o pagamento a vista de R$ 16.750,00 (dezesseis mil setecentos e cinquenta reais), sendo o saldo restante de R$ 21.851,06 (vinte e um mil oitocentos e cinquenta um reais e seis centavos) parcelado em 12 (doze) boletos de R$ 1.820,92 (um mil oitocentos e vinte reais e noventa e dois centavos), efetuou o pagamento 8 (oito) parcelas/boletos, sendo que não efetuou o pagamento de 4 (quatro) boleto/parcela vencida em 19/08/2022, 31/08/2022, 12/09/2022 e 24/09/2022, totalizando débito de R$ 7.283,68 (sete mil duzentos e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos). Diante disto, a Requerida possui um débito de R $ 17.074,74 (dezessete mil e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), a qual devidamente atualizada e perfaz o valor de R$ 19.123,74 (dezenove mil cento e vinte e três reais e setenta e quatro centavos), devidamente representada pelos comprovantes de entrega, boletos e notas fiscais em anexo. Ocorre que, o Requerido não cumpriu com sua obrigação, qual seja, o pagamento do seu débito junto a Autora, logo, estando o mesmo inadimplente para com a Requerente. Apesar de todos os esforços no sentido de receber o respectivo crédito, inclusive após várias tentativas de acordo para quitação destes, a Requerente não obteve êxito, sendo compelida a promover a presente ação nos termos da lei. DO DIREITO:De acordo com o artigo 700 do Novo Código de Processo Civil, o procedimento monitório é

o correto para o recebimento do presente crédito, o qual segundo Luiz Guilherme Marinonie Daniel Mitidiero tem como objetivo "permitir ao credor um acesso mais rápido à execução forçada," ou ainda, é o remédio processual adequado ao caso em questão, vejamos: "Art. 700. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: I - o pagamento de quantia em dinheiro; II - [...];" Conforme se extrai do caput do dispositivo citado, a ação monitória exige "prova escrita sem eficácia de título executivo", sendo esta, inclusive, a sua distinção para com as ações ordinárias de cobrança, em que se admite outros meios de prova. Sobre o procedimento a doutrina especializada entende que: "O procedimento monitório foi pensado como alternativa para um maior tempestividade do processo, podendo ser usado por quem tem prova escrita, sem eficácia executiva, do seu crédito, e pretende obter soma em dinheiro, coisa fungível ou determinado bem móvel. Diante da petição inicial devidamente acompanhada com a prova escrita, o juiz deve mandar expedir o mandado de pagamento ou entregar a coisa. O devedor, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá cumprir o mandado - caso em que ficará isento do pagamento de custas e honorários de advogado --, restar inerte ou apresentar embargos ao mandado. Não apresentados ou rejeitados os embargos, o título executivo é constituído. O legislador infraconstitucional concebe o procedimento monitório como técnica destinada a propiciar a aceleração da realização dos direitos e assim como instrumento capaz de evitar o custo inerente à demora do procedimento comum. Partindo dessa premissa de que um direito evidenciado mediante prova escrita em regra não deve sofrer contestação, o procedimento monitório objetiva, através da inversão do ônus de instaurar a discussão a respeito da existência do direito, desestimular as defesas infundadas e permitir a tutela do direito sem as delongas do procedimento comum.[....]. O objetivo da ação monitória é permitir ao credor um acesso mais rápido à execução forçada, o que somente ocorrerá se o devedor não apresentar embargos ao mandado. Parte-se da premissa de que, havendo escrita capaz de demonstrar a probabilidade do direito, o devedor poderá preferir cumprir o mandado a correr o risco de perder a demanda e ter que pagar as custas e honorários de advogado.[...]. Quando se exige a prova escrita, como requisito para a propositura da ação monitória, não se pretende que o credor demonstre o seu direito estreme de dúvida, como se fosse líquido e certo. Ao contrário, a prova escrita necessita fornecer ao juiz apenas certo grau de probabilidade do direito alegado em juízo . Grifos nossos. No mesmo sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entendia que: "A prova hábil a instruir a ação monitória, a que alude o artigo 1.102-A do Código de Processo Civil não precisa, necessariamente, ter sido emitida pelo devedor ou nela constar sua assinatura ou de um representante. Basta que tenha forma escrita e seja suficiente para, efetivamente, influir na convicção do magistrado acerca do direito alegado. Dessarte, para a admissibilidade da ação monitória, não é necessário que o autor instrua a ação com prova robusta, estreme de dúvida, podendo ser aparelhada por documento idôneo, ainda que emitido pelo próprio credor, contanto que, por meio do prudente exame do magistrado, exsurja o juízo de probabilidade acerca do direito afirmado pelo autor" (STJ. REsp 925.584/SE. Rel. Min. Luis Felipe Salomão. J. 09.10.2012). A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, segue entendimento dos Tribunais Superiores, no sentido que a apresentação de prova escrita (nota fiscal e comprovante de entrega de mercadoria) é suficiente para propositura de Ação Monitória: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. INDEFERIMENTO DA PEÇA EXORDIAl. REQUISITOS DA AÇÃO MONITÓRIA. ART. 700, CPC. PROVA ESCRITA QUE DEVE INDICAR A ORIGEM DA DÍVIDA. DOCUMENTOS QUE SE MOSTRAM SUFICIENTES, NA HIPÓTESE. NOTA FISCAL ACOMPANHADA DO COMPROVANTE DE ENTREGA DA MERCADORIA. PRECEDENTES. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 7ª Câmara Cível - 0012520- 36.2021.8.16.0001 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADORA ANA LUCIA LOURENCO - J. 08.02.2022)". grifos nossos. Dessa forma a pretensão da Requerente, demonstra estarem presentes todos os requisitos capazes de convencer o Magistrado da existência da obrigação, bem como da veracidade dos mesmos, tratando-se assim de um direito a ensejar o procedimento/mandado injuntivo, quais sejam: a prova escrita do débito, a liquidez, a certeza e a exigibilidade. Não obstante estar caracterizado o não pagamento do valor devido, está a Requerente por arcar exclusivamente com um prejuízo monetário, ao passo que, de forma fraudulenta, está o Requerido a auferir enriquecimento ilícito, uma vez que não tem a Requerente, documento com força executiva para ver-se ressarcida integralmente de pronto-plano nos termos do cheque ora "sub judice". Desta forma, é perfeitamente possível verificar através da jurisprudência que é unânime no sentido de atribuir ao possuidor de um documento sem força executiva (nota fiscal e comprovante de entrega) a possibilidade de ver-se ressarcido, demonstrando a existência da obrigação pela qual o devedor se vinculou, por meio da ação monitória. Diante de todo o exposto não resta dúvida quanto ao direito da Requerente em se ver prosperar a presente ação para que sejam os Requeridos compelido ao pagamento devido, aplicando-se ao presente caso, os reais ditames da justiça. DOS DANOS MATERIAIS A autora na busca do recebimento dos valores ora devidos, acabou protestando os boletos atrasados, entretanto, sem lograr êxito na tentativa de recebimento, de modo, que gastou o equivalente R$ 2.611,42 (dois mil seiscentos e onze reais e quarenta e dois centavos), o qual deve ser ressarcido pela Requerida.DA COMPETÊNCIA A compra realizada pelo Requerido foi na cidade de Medianeira, entretanto, pela competência para julgar a presente demanda, se tem o domicilio do réu, senão vejamos: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. AÇÃO MONITÓRIA. COMPETÊNCIA. DOMICÍLIO DO RÉU. DECISÃO MANTIDA. 1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 2. No caso concreto, o Tribunal de origem analisou as provas contidas no processo para concluir que as agravadas possuíam, ao tempo da propositura da ação, domicílio em foro diverso daquele em que ajuizada a ação monitória. Para alterar esse entendimento a fim de reconhecer que a sede das empresas rés era em local distinto daquele definido pela Corte local, seria necessário o reexame do conjunto probatório do feito, o que é vedado em recurso especial. 3. "O entendimento consolidado nesta Corte Superior é no sentido de ser o foro do domicilio do devedor o competente para julgar a ação monitória, em detrimento do foro estabelecido pelo título sem eficácia executiva" (AgRg no AREsp n. 253.428/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28/5/2013, DJe 3/6/2013). 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp n. 465.309/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 1/10/2015, DJe de 14/10/2015.). Grifos nossos. DOS PEDIDOS: ISTO POSTO, e por tudo o mais que dos autos constar, requer-se digne Vossa Excelência em: a)Em receber o presente feito, bem como os documentos que a instruem, determinando a citação do Requerido, para que pague a Requerente o que lhe é devido, com as devidas correções monetárias e juros, que até a data de 14 de setembro de 2023 perfaz a importância R$ 19.123,74 (dezenove mil cento e vinte e três reais e setenta e quatro centavos) conforme planilha de cálculo anexo, e não o fazendo que apresente defesa na forma legal prevista no art. 702, do Código de Processo Civil. b)Requer o pagamento das custas de protestos - Danos Materiais no valor de R$ 2.611,42 (dois mil seiscentos e onze reais e quarenta e dois centavos). c) Requer-se a expedição do competente mandado de citação, através de oficial de justiça, no endereço constante do preâmbulo da petição inicial. d)Não atendendo os Requeridos as notificações, proceda-se a conversão do mandado em solvendo em mandado de pagamento, em conformidade com o disposto no art. 701 do CPC. e)Não cumprindo com a quitação do débito, requer sejam procedidas penhoras através dos Sistemas SISBAJUD e RENAJUD. f)Restando inerte, o Executado, e não logrando êxito no bloqueio de bens, Requer seja incluso os dados do Executado junto ao sistema SERAJUD.g)Requer a condenação dos Requeridos ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no valor de 20% sobre o valor da causa.h)Protesta provar o alegado das mais variadas formas em direito Atribui-se a presente ação o valor de R$ 21.851,64 (vinte e um mil oitocentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos), para efeitos fiscais. Nestes termos, pede deferimento. Medianeira/PR, 14 de setembro de 2023. Rubenval Ferreira Leite OAB/PR nº 64.921 admitida, em especial, pela juntada de documentos, depoimento pessoal dos Requeridos, sob pena de confissão, oitiva de testemunha, e demais forma de provas que se fizerem necessárias à fiel instrução da ação. " DECISÃO INICIAL: "Autos nº. 0025135-97.2023.8.16.0030 1) Expeça-se, em desfavor dos réus, mandados para pagamento do principal e de honorários advocatícios, no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 701, caput, do CPC). Fica desde já consignado que o (s) réu (s) será (ão) isento (s) do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo acima consignado (§1º). O réu também deve ser alertado de que o título executivo será constituído de pleno direito, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos a que alude o art. 702 do CPC (§2º). Se necessário, depreque-se o cumprimento do ato. 2) Caso sejam apresentados embargos (art. 702 do CPC), intime-se o autor para, querendo, responder em 15 (quinze) dias, vindo os autos, então, conclusos para deliberação. 3) Na hipótese de a diligência a que alude o item 1 restar infrutífera, intime-se a parte autora para manifestação em 05 (cinco) dias (art. 218, §3º, do CPC). 4) Intime-se. Diligências necessárias. Foz do Iguaçu, 03 de outubro de 2023. Geraldo Dutra de Andrade Neto Juiz de Direito" Foz do Iguaçu - Paraná, em 14 de abril de 2025 - Eu, _____, Mauro Célio Safraider - Escrivão, o digitei e subscrevi. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO

2ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E INTERESSADOS. COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS. O DOUTOR ALESSANDRO MOTTER, M.M. JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DESTA SEGUNDA VARA CÍVEL, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos sob n° 0002534-29.2025.8.16.0030, de INTERDIÇÃO/CURATELA, promovida por SOLANGE DA SILVA BARBOSA, brasileira, casada, aposentada, portadora do RG n° 3750797-0 SSP/PR e inscrita no CPF nº 475.109.949-34, em face de OSVALDO LEITE, brasileiro, casado, portador da do RG nº 2013927 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 284.621.069-15, podendo ser localizado na Rua Campo Grande, nº 100, Bairro Vila C, CEP 85.870-180, nesta Cidade e Comarca, que pelo presente INTIMA TERCEIROS E INTERESSADOS, por todo o conteúdo da sentença em seguida transcrita. SENTENÇA: 1) Relatório. Trata-se de ação de interdição com pedido de curatela provisória ajuizada Solange da Silva Barbosa , em relação ao seu pai, com doença de Alzheimer e demência vascular Osvaldo Leite , o qual foi diagnosticado Narra a parte autora, em suma, a necessidade de se nomeada como curadora provisoriamente, para o fim de promover a representação do interditando nos atos da vida civil, realizando pedido nesse sentido. Ao final, requereu a procedência dos pedidos com a confirmação da tutela. Foi determinada a apresentação de emenda à inicial no evento 8, sendo a determinação cumprida no evento 11. O pedido liminar foi deferido no evento 13, ocasião em que foi determinada a expedição de mandado de verificação a ser cumprido na residência

da interditando. O termo de curadoria provisória foi expedido no evento 25. O mandado de constatação foi cumprido no evento 30. A curadora especial nomeada aceitou o múnus (evento 33). O ente ministerial requereu a intimação da curadora para apresentação de contestação no evento 39. Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419 /2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTF6 SNQ42 BMMG8 DXB83 Sobreveio contestação no evento 47. A parte autora apresentou manifestação no evento 50. O Ministério Público emitiu parecer de mérito no evento 53. É o relatório. 2) Fundamentação. 2.1) Do pedido de produção de provas. No evento 47, a curadora especial nomeada requereu a nomeação de perito para realização de estudo social para apuração do grau de incapacidade do interditando, bem como a oitiva da cônjuge do interditando e a intimação da parte autora para comprovar a concordância dos demais colegitimados. Pois bem. Os pedidos não comportam deferimento. Isso porque, inicialmente, com relação à incapacidade do interditando, os documentos acostados ao feito são suficientes para demonstrar que não possui capacidade para prática dos atos da vida civil, em especial o mandado de constatação acostado ao evento 30. Ademais, com relação aos colegitimados, entendo que não há motivos para desabonar a versão dos fatos trazida pela parte autora, especialmente diante da declaração de concordância de sua irmã e de sua genitora (eventos 11.7 e 11.8) e da concordância do ente ministerial. Assim, deixo de acolher os pedidos formulados pela curadora especial 2.2) Do mérito. . O artigo 1.767 do Código Civil dispõe acerca do sujeito passivo da interdição, ou seja, aqueles que por alguma razão não possuem discernimento para os atos da vida civil ou não possam exprimir a sua vontade. O inciso I do citado artigo determina que estão sujeitos à curatela aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade. O art. 3º do Código Civil foi reformado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (art. 114). A partir de então, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos. Os demais se enquadram na hipótese de incapacidade relativa (art. 4º). In casu, o atestado médico juntado no evento 1.10 declara que o interditando sofreu Acidente Vascular Cerebral e possui síndrome demencial e doença de Parkinson. Através das provas produzidas restou comprovado que o interditando é pessoa incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, não tendo o necessário discernimento para tanto em razão das condições de saúde que a acometem, conforme consta no mencionado atestado médico (evento 1.10) e, ainda, no mandado de constatação acostado ao evento 30. Ademais, a requerente, na condição de filho do curatelado, é legitimada para propor a presente ação de interdição e curatela, tendo em vista ser a responsável por seus cuidados (artigo 747, inciso II, do CPC). Conclui-se, assim, que o requerido deve ser interditado, pois é portador de distúrbios que o tornam incapaz para a prática dos atos da vida civil. 3) Dispositivo. 87) e Diante de todo o exposto, acolho o parecer do Ministério Público (evento julgo procedente o pedido inicial, resolvendo o mérito (art. 487, inciso I, CPC), para o fim de declarar a interdição de Osvaldo Leite Solange da Silva Barbosa , pois relativamente incapaz de exercer os atos da vida civil (artigo 4º, III, do Código Civil), ficando nomeada, como sua curadora definitiva, sua filha, senhora . Destarte, a teor do disposto no art. 22, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, o Estado do Paraná ao pagamento dos honorários advocatícios da condeno curadora processual nomeada, Doutora certidão de honorários Fabrina Sperandio de Souza OAB/PR nº. 108.410, os quais fixo de acordo com o previsto na Resolução nº. 05/2019 - PGE/SEFA, em R$300,00 (trezentos reais), pelo acompanhamento do andamento processual. Expeça-se a respectiva . Deverá a Escrivania: a) promover a intimação da curadora para pessoalmente prestar o compromisso legal, no prazo de 05 (cinco) dias (artigo. 759, CPC); b) oficiar ao Cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais, para que em observância ao disposto no artigo 755, §3º, do CPC e art. 9º, III, do CC, inscreva a presente sentença no registro civil; c) publicar a presente sentença na imprensa local e no órgão oficial, por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Do edital devem constar os nomes do interditando e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela (para todos os atos da vida civil), conforme preceitua o artigo 755, §3º, do CPC; Quanto aos eventuais bens de propriedade do interditado, fica a curadora advertida de que não poderá, por qualquer outro modo, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer outra natureza, sem autorização judicial, bem como, que os valores percebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados prioritariamente na saúde, alimentação e no bem estar do interditado. Aplica-se, no caso, o disposto no artigo 553 do CPC e as respectivas sanções. Dispenso a especialização da hipoteca legal, pois a curadora é genitora da interditada. Custas pela parte autora, observada, entretanto, a condição de beneficiária da Justiça Gratuita, nos termos do §3º do art. 98 do CPC. Ciência ao Ministério Público. Sentença registrada e publicada eletronicamente. Intimem-se. No mais, cumpramse as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça que sejam aplicáveis à espécie. Diligências necessárias. Foz do Iguaçu, datado e assinado eletronicamente. Alessandro Motter Juiz de Direito Substituto. E, para que ninguém possa alegar ignorância, e expedido o presente edital, que será afixado na sede deste Juízo e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca, aos 26 de junho de 2025. Eu, Angela Maria Francisco, escrivã, subscrição autorizada, portaria 01/2023, o digitei. (assinado digitalmente) ALESSANDRO MOTTER Juiz de Direito Substituto.

3ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE TRINTA (30) DIAS
PROCESSO N.º 0030472-33.2024.8.16.0030, de USUCAPIÃO em que é(são) REQUERENTE(S): CLAUDIO DE MENESES REQUERIDO: ANDRE ARTUR DE SOUZA MARQUES e OUTRA. OBJETIVO: CITAÇÃO dos réus em lugar incerto e EVENTUAIS INTERESSADOS E DESCONHECIDOS, para querendo, no prazo legal, apresentem contestação à presente ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato e presumirem-se aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pela parte autora, nos termos e de acordo com o r. despacho proferido nos autos supra mencionado. (a) MARCOS ANTONIO DE SOUZA LIMA - JUIZ DE DIREITO. BEM IMÓVEL USUCAPIENDO: lote 01, da quadra 05, do Loteamento Distrito Industrial de Iguaçu, Foz do Iguaçu, Paraná, matrícula 007983, Inscrição Imobiliária 06.6.52.15.0450.001, que mede em sua totalidade 2800,00 m². DESPACHO: Citem-se por edital os réus em lugar incerto e eventuais interessados, com o prazo de 30 dias. (a) MARCOS ANTONIO DE SOUZA LIMA - JUIZ DE DIREITO. **E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém alegue ignorância expediu-se o presente edital que será fixado no local de costume deste Juízo. FOZ DO IGUAÇU, em 27 de junho de 2025. Eu, ____, EWERSON DE ALMEIDA, AUX. JURAMENTADO, o digitei e subscrevi.**
MARCOS ANTONIO DE SOUZA LIMA JUIZ DE DIREITO

P O D E R J U D I C I Á R I O
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
CARTÓRIO DA TERCEIRA VARA CÍVEL

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Edital de Intimação de Sentença - Prazo 90 (noventa) dias

Processo:	0031001-52.2024.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Furto Qualificado
Data da Infração:	21/09/2024
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• CRISTIANE MARIANO FERRERA
Réu(s):	• LUCAS SOUZA TIAGO • carlos alberto baill gonzales

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o sentenciado nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, foi o mesmo condenado em data e às penas descritas nos supracitados autos. E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.
Réu: LUCAS SOUZA TIAGO (RG: 71938048 SSP/SP e CPF/CNPJ: 494.360.028-07) nascido aos na cidade de Sumaré/SP, atualmente em local incerto e não sabido.
Data da Sentença: 05/05/2025
Dispositivo: art. 155, § 4º, II, c/c art. 14, II, ambos do CP
Pena Imposta: Um (01) ano de reclusão, além de cinco (05) dias-multa de um trinta avos (1/30) do salário mínimo vigente na data dos fatos
DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 17 de junho de 2025.
Foz do Iguaçu, 17 de junho de 2025.
Ana Julia Oliveira Duarte Costa
Estagiária

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Edital de Citação

COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Avenida Pedro Basso, 1001 - Térreo - Alto São Francisco - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: 45 3308-8062 - Celular: (45) 3308-8062 - E-mail: fi-8vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ROQUE GONZALES CACERES
PRAZO DE 15 dias corridos

O(A) Juiz(íza) de Direito Ariel Nicolai Cesa Dias, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher, sob nº 0004274-56.2024.8.16.0030, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ROQUE GONZALES CACERES, vítima *T. E. D. F. P.* e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ROQUE GONZALES CACERES, portador(a) do RG 167040098 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 04/01/1986, natural de PARAGUAI/, filho(a) de JUANA CACEREZ GONZALES,** motivo pelo qual, se procede por meio deste

1. A **citação** do(a) ré(u) preambularmente qualificado(a) de que foi(ram) denunciado(a) nos autos mencionados em epígrafe, em trâmite perante o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças,Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Foz do Iguaçu/PR, como incurso nas penas do

- **artigo 129, § 13 do Código Penal (fato 01), na forma da Lei nº. 11.340/06 (anterior às disposições trazidas pela Lei nº. 14.994/2024)**, conforme denúncia, devendo acompanhar todos os atos processuais até a sentença final;

2. A intimação do(s) réu(s), para que apresente(m) **resposta à acusação, no prazo de 10 (dez) dias**, nos moldes do artigo 396 do Código de Processo Penal, oportunidade em que poderá(ão) arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (arts. 396 e 396-A do CPP).
3. Registra-se, ainda, que a representação do/a(s) acusado/a(s) por advogado é indispensável, bem ainda que nos termos do art. 367 do CPP "o processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao Juízo."
4. INTIMÁ-LO para que se manifeste sobre a **adesão/oposição ao JUÍZO 100% DIGITAL**, interpretando-se o silêncio, após duas intimações, como aceitação tácita, podendo se retratar da escolha uma única vez até a sentença, preservados todos os atos já praticados, nos termos da PORTARIA CONJUNTA n.º 004//2021 ANCD/CJT/HMJ/GJDS.

OBSERVAÇÃO: I. O mencionado processo tramita exclusivamente de forma eletrônica através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório. Documentos (procurações, contestações) devem ser anexados no próprio sistema PROJUDI, em arquivos com no máximo 4MB cada; II. Na hipótese em que o(a) citado(a) não disponha de meios para visualizar a denúncia via Internet, poderá ele ter acesso ao feito em qualquer uma das Varas Criminais do Estado onde estiver implantado o sistema PROJUDI, salvo se estiver preso.

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, ADHAM MOHAMED EL MOKHTAR IBRAHIM, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Foz do Iguaçu, 25 de junho de 2025.
Ariel Nicolai Cesa Dias
Juiz de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Avenida Pedro Basso, 1001 - Térreo - Alto São Francisco - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: 45 3308-8062 - Celular: (45) 3308-8062 - E-mail: fi-8vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO: QUINZE (15) DIAS

Autos nº. 0018664-94.2025.8.16.0030 Requerente: F. G.

Requerido: DANIEL SKRASCKE, portador(a) do RG 146864457 SSP/PR, filho(a) de FRANCISCA SKRASCKE *(Nome Mãe)* e LIDUVICO SKRASCKE *(Nome Pai)*, nascido(a) em 07/04/1993, natural de FOZ DO IGUACU/PR, atualmente em local desconhecido.

Finalidade: Intimação acerca da aplicação, de imediato, de medidas de proteção com base na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa).

O Dr. Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Foz do Iguaçu, PR, etc.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a parte requerida nominada e qualificada inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente chama-a para tomar ciência de que, com base nos arts. art. 45 da Lei nº 10.741/03, aplicou-se em seu desfavor, de imediato, as seguintes medidas de proteção: **1- proibição de se aproximar da(s) vítima(s), bem como da residência onde ela(s) está(ão) morando, sendo que fixo em 200 (duzentos) metros o limite máximo de aproximação; 2- proibição de manter contato com a(s) vítima(s) por qualquer meio de comunicação (carta, telefone, etc); 3- proibição de frequentar eventual local de trabalho/estudo da(s) vítima(s), observada a mesma distância referida no item 2, supra**

O descumprimento da presente ordem poderá resultar no decreto de sua(s) prisão(ões) preventiva(s) (arts. 312, §1º e 313, III, do CPP).

Fica fixado, o prazo de validade da(s) medida(s) aplicada(s) em 06 (seis) meses, contados a partir da intimação do/a(s) representado/a(s), resguardado o direito da(s) vítima(s) de postular(em) a prorrogação do prazo fixado mediante pedido fundamentado. Se instaurado inquérito policial relacionado aos fatos, observados os princípios da máxima proteção e eficiência, o prazo de validade acima fixado fica automaticamente prorrogado até 06 (seis) meses após o arquivamento do inquérito ou o término da respectiva ação penal independentemente do juízo em que tramitaram, salvo deliberação judicial expressa em sentido diverso.

O procedimento simplificado previsto na Lei nº 10.741/2003 não prevê a possibilidade de apresentação de resposta, estando a competência deste juízo criminal limitada no presente procedimento à aplicação e eventual revisão das medidas de proteção. Diante da omissão legislativa e em atenção ao disposto no art. 5º, LV, da CF fixou-se em 05 (cinco) dias o prazo para eventual pedido de revisão da presente decisão pelo/a(s) representado/a(s), sendo indispensável a representação por advogado.

Registra-se que, ressalvada a possibilidade de interposição de recurso contra a presente decisão sendo a competência deste juízo criminal limitada à aplicação das medidas de proteção, eventuais discussões relativas às questões cíveis e/ou de família devem ser travadas através das vias próprias, perante o juízo competente (art. 19, §2º, da Resolução nº 93/2013 do C. OE /TJPR).

E, para que chegue ao conhecimento da parte e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que foi devidamente afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume, bem como publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, aos 18 de junho de 2025.

Foz do Iguaçu, 18 de junho de 2025.
Adham Mohamed El Mokhtar Ibrahim
Técnico Judiciário

OBSERVAÇÃO: O processo tramita de forma eletrônica através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Avenida Pedro Basso, 1001 - Térreo - Alto São Francisco - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: 45 3308-8062 - Celular: (45) 3308-8062 - E-mail: fi-8vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO: NOVENTA (90) DIAS

Autos nº. 0019885-20.2022.8.16.0030 Autor: Ministério Público do Paraná

Réu: ROBSON JOARES DA SILVAS, portador(a) do RG 109947180 SSP/PR, filho(a) de MARIA ONDINA FERNANDES SILVAS *(Nome Mãe)* e JOARES DOS SANTOS SILVAS *(Nome Pai)*, nascido(a) em 28/08/1989, natural de CASCAVEL/PR, atualmente em local desconhecido.

Finalidade: Intimação da sentença proferida nos autos supra Data da sentença: 02/04/2025

Dispositivo: "*Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida em Juízo para:*
a) CONDENAR o acusado ROBSON JOARES DA SILVAS nas sanções dos arts. 150, §1º, e 129, §13, ambos do Código Penal (fatos 1 e 3), nas disposições da Lei nº 11.340/2006; e,
b) ABSOLVER o acusado ROBSON JOARES DA SILVAS das sanções dispostas no art. 147, caput, do Código Penal (fato 2). "

Pena imposta: 1 (um) ano de reclusão e 8 (oito) meses e 8 (oito) dias de detenção. Regime Inicial: Aberto Pena Substituída: Não

O Dr. Hugo Michelini Júnior, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Foz do Iguaçu, PR, etc.

FAZ SABER,a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a parte ré nominada e qualificada inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-a do inteiro teor da sentença proferida nos autos supra, que julgou **parcialmente** procedente a denúncia oferecida, condenando-a nos termos acima.

Fica ainda ciente o acusado de que possui o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer da decisão.

E, para que chegue ao conhecimento da parte e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que foi devidamente afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume, bem como publicado no Diário da Justiça.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, aos 30 de maio de 2025.
Adham Mohamed El Mokhtar Ibrahim
Técnico Judiciário

OBSERVAÇÃO: O processo tramita de forma eletrônica através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/

FRANCISCO BELTRÃO

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): INTERESSADOS INCERTOS OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS
A Juíza de Direito Substituta Eloisa Alessi Prendin, da Vara de Família e Sucessões de Francisco Beltrão,
a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que perante esteFAZ SABER EDITAL
Juízo tramitam os autos de Arrolamento Sumário, assunto Inventário e Partilha, sob nº 0013490-
57.2016.8.16.0083, em que são autores BRUNA CAROLINA PADILHA, ALEX WILLIAN PADILHA,
EDUARDA e EDUARDA VERGINIA NESI ANTUNES DA SILVA, em razão do falecimento de RITA DE
, inscrita no CPF 603.468.179-00 Ficam os interessados cientes de que querendo,CASSIA NESI PADILHA
poderão participar do processo, desde que comprovem interesse jurídico na referida demanda, o que deverá
ser feito através de advogado. Ainda ficam os interessados citados para apresentar resposta no prazo de
quinze dias úteis, bem como, para manifestarem-se sobre as primeiras declarações também no prazo de
quinze dias úteis, incumbindo as partes arguir erros, omissões e sonegação de bens, reclamar contra a
nomeação do inventariante, contestar a qualidade de quem foi incluído como herdeiro. Para que chegue ao
conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos
arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado. O prazo será contado após o decurso de
vinte dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Laíza Zanatta Crestani, Técnico
Judiciário, conferi e digitei.
Francisco Beltrão, 12 de junho de 2025.
Eloisa Alessi Prendin
Juíza de Direito Substituta
(assinado digitalmente)
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso aoOBSERVAÇÃO
endereço eletrônico .https://portal.tjpr.jus.br/projudi

GOIOERÊ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): VINÍCIUS SANTOS TIOSSI
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Christian Palharini Martins, da Vara Criminal de Goioerê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Violação de domicílio (art. 150), sob nº 0003329-04.2024.8.16.0084, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) VINÍCIUS SANTOS TIOSSI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **VINÍCIUS SANTOS TIOSSI, portador(a) do RG 13713976 SSP/PR e CPF 105.726.239-09, nascido(a) em 27/04/2002, natural de CAMPO MOURAO/PR, filho(a) de ÂNGELA MARIA DOS SANTOS SILVA e RONALDO TIOSSI**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do na data de 18/06/2025,Face o exposto, julgo TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu VINÍCUIS SANTOS TIOSSI às penas do art. 150 §1º do CP (Fato 01) e art. 150 do CP (Fatos 02), o que o faço com lastro no art. 387 do CPP. Condeno ainda o acusado no pagamento das custas processuais. Resta a pena como definitiva em 07 (sete) meses de detenção. Determino que o regime inicial seja , na forma do artigo 33 §2º alínea "c" do Código Penal, cujas condições a ser em aberto esclarecidas em sede de audiência admonitória ficam desde já estabelecidas: manter-se em trabalho lícito de preferência fixo; comparecimento mensal ao juízo para justificar suas atividades; não portar arma branca ou arma de fogo; comparecer a todo e qualquer ato processual que vier a ser intimado por este juízo; não mudar de endereço ou ausentar da comarca por mais de 15 (quinze) dias sem devida autorização do juízo; proibição de se ausentar do país; permanecer em sua residência durante os dias da semana após às 22:00h até às 06:00h do dia seguinte e durante todo o período nos finais de semana e feriados, salvo se estiver trabalhando ou estudando comprovadamente. se apresentar a toda e qualquer autoridade policial, quando demanda sua presença física em sua residência em sede de fiscalização do recolhimento domiciliar. sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença:DA FIXAÇÃO DE VALOR MÍNIMO DE REPARAÇÃO DE DANOS Inicialmente em relação ao primeiro fato da denúncia, o art. 387 inciso IV do CPP determina que na sentença o magistrado deve fixar valor mínimo à título de reparação de danos causados pelo réu, consignando ainda que no bojo de julgamento do Tema 983 sob o rito de recurso repetitivo, o STJ pacificou o entendimento de aplicação cogente, que nos casos de violência doméstica contra a mulher é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, dado que .in re ipsa Assim fixo indenização mínima em favor da ofendida sem prejuízo de eventual complementação na esfera civil, o valor de R$ valor este passível de atualização até a data do efetivo pagamento à título de dano1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais), moral, acrescidos de juros (art. 406, § 1º do CC) desde a data do evento danoso (súmula 54 do STJ), além de correção monetária pelo IPCA (art. 389, parágrafo único, do CC) desde a data do arbitramento (súmula 362 STJ). ", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Goioerê, 27 de junho de 2025.
Christian Palharini Martins
Juiz de Direito

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE GOIOERÊ - ESTADO DO PARANÁ.
Av. Libertadores da América, nº 329, Jardim Lindóia, CEP 87360-000, Goioerê/PR.
Pelo presente se faz saber a todos, que serão levados à leilão/praça os bens de propriedade dos devedores, com possibilidade de arrematação, na forma eletrônica, da seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: Dia **29 de JULHO do ano 2025, com fechamento a partir das 15:00 horas**, **tão somente na modalidade eletrônica** (mediante cadastro prévio no site www.kleiloes.com.br), cuja venda se fará por maior lance oferecido, desde que não seja inferior ao valor da avaliação. Não havendo licitante será levado a segunda venda.
SEGUNDO LEILÃO: Dia **05 de AGOSTO do ano 2025, com fechamento a partir das 15:00 horas**, **tão somente na modalidade eletrônica** (mediante cadastro prévio no site www.kleiloes.com.br), onde poderá ocorrer alienação por preço inferior ao da avaliação, ressalvando o preço vil (Art. 891, parágrafo único, CPC), ou seja, **inferior a 80% (oitenta por cento)** da avaliação.
LEILOEIRO OFICIAL NOMEADO: WERNO KLÖCKNER JÚNIOR, leiloeiro público oficial, devidamente inscrito na JUCEPAR sob o n.º 660.
LOCAL: Os leilões serão realizados de forma eletrônica com cadastramento prévio no site www.kleiloes.com.br.
PROCESSO: Autos de nº 0004000-61.2023.8.16.0084 de Cumprimento de Sentença, movida por KAREN ANDRESSA LOPES DOS SANTOS em face de GILSON JOSE DA SILVA.
OBSERVAÇÃO: O arrematante poderá pagar o preço à vista, em conta judicial na CEF, vinculada ao procedimento judicial, facultando-lhe as possibilidades de parcelamento, prevista no art. 895 no CPC.

A arrematação será irretratável salvo exceções do art. 903 do CPC.
BEM: **Parte ideal de 50% do Imóvel:** Lote nº 06, da quadra nº 12, do Loteamento denominado "Jardim Cristo Rey", localizado na área urbana da cidade de Goioerê, município e comarca de Goioerê/PR, com a área total de 236,94 metros quadrados, com os seguintes limites e confrontações, considerando quem do lote olha a rua: o lote possui uma metragem de 10,77 metros, com frente voltada para a Rua Projetada "B"; do lado direito, com uma metragem de 22,00 metros, da frente aos fundos, o lote divisa com o Lote nº 07; do lado esquerdo, com uma metragem de 22,00 metros, da frente aos fundos, o lote divisa com o Lote nº 05, e, pelos fundos, com uma metragem de 10,77 metros, o lote divisa com o lote nº 25. **Matrícula nº 25.619 do Cartório de Registro de Imóveis de Goioerê/PR.** (**Observação do Avaliador Judicial na data de 17/07/2024 (seq. 37):** Trata-se de um imóvel localizado no Jardim Cristo Rey, que apresenta topografia com declive leve, sem benfeitoria e com infraestrutura básica).
AVALIAÇÃO DA PARTE IDEAL DE 50% DO IMÓVEL: R$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais) na data de 17/07/2024 (seq. 37 e 48).
DEPÓSITO: Não consta nos autos.
ÔNUS:Conforme manifestação do Município de Goioerê na data de 16/06/2025 (seq. 62): Possui débitos junto à Fazenda Municipal no valor de R$ 1.480,76 (um mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e seis centavos).
Constante da Matrícula nº 25.619 na data de 16/06/2025:**a) Coproprietária:** Magdalena Alves da Silva (R.3 e Av.4); **b) Penhora dos presentes autos (R.6)**.
Podendo existir ônus diversos não informados no processo ou com registro posterior à(s) data(s) da expedição de Matrícula e/ou Certidão do Distribuidor.
OBS: Custas, carta de arrematação e/ou mandado de entrega, serão de responsabilidade do arrematante.
VALOR DA DÍVIDA:R$ 16.971,35 (dezesseis mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e cinco centavos), em 08/02/2024 (seq. 14), que poderá ser acrescida de eventuais correções, custas processuais e honorários advocatícios.
CUSTAS E COMISSÃO DO LEILOEIRO: Fixo comissão de 5% sobre o valor arrecadado do bem.
AD-CAUTELAM: Fica(m) o(s) executado(s) GILSON JOSE DA SILVA, e cônjuge(s), se casado(s) for(em), devidamente intimado(s) das designações acima para a realização dos leilões/praças, no caso de não ser(em) encontrados(s) pessoalmente para a intimação, bem como os terceiros interessados GOVERNO DO PARANA - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, MAGDALENA ALVES DA SILVA, MUNICÍCIO DE GOIOERÊ, PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) e demais terceiros e credores eventualmente interessados.
OBSERVAÇÃO: O Edital será publicado na internet, no site www.kleiloes.com.br, e no Diário da Justiça, bem como afixado no lugar de costume deste Juízo. Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas, por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para sua realização. Edital subscrito e datado em 16/06/2025.
CHRISTIAN PALHARINI MARTINS
JUIZ DE DIREITO

GUARANIAÇU

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE GUARANIAÇU VARA CÍVEL DE GUARANIAÇU - PROJUDI Rua Guido Lorençatto, 584 - Centro - Guaraniaçu/PR - CEP: 85.400-000 - Fone: (45)3327-9127 - Celular: (45) 3327-9149 - E-mail: GRAN-JU-SCCRDA@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): GLADIMIR PASA PRAZO DE 15 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Regiane Tonet dos Santos , da Vara Cível de Guaraniaçu , FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Monitória, assunto Cheque, sob nº 0001126-31.2022.8.16.0087, em que é(são) autor(es) LINDOMAR OLENIKI, e réu(s) GLADIMIR PASA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido GLADIMIR PASA, portador(a) do RG 62907274 SSP/PR e CPF 925.278.099-87. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o débito constante na inicial, no valor total de R$ 21.200,41 (vinte e um mil, duzentos reais e quarenta e um centavos), o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento e acrescido de 5% (cinco por cento) do valor da causa a título de honorários advocatícios, ou, no mesmo prazo, oferecer embargos nos próprios autos (art. 702, CPC). A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que o cumprimento do mandado no prazo isenta do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Ainda, fica(m) CIENTE(S) de que, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos, será constituído de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701, § 2º, CPC). Por fim, a(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que, no prazo para embargos, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá(ão) requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (arts. 701, § 5º, e 916, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Renata Lisovski, Analista Judiciário, conferi e digitei. Guaraniaçu, 26 de junho de 2025. Regiane Tonet dos Santos Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

GUARAPUAVA

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CRIMINAL DE GUARAPUAVA - PROJUDI
Av. Manoel Ribas, 500 - Santana-Guarapuava/PR - CEP: 85.070-180 - Fone: (42)-33087408

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS
Autos 0005502-63.2024.8.16.0031
GUSTAVO GONÇALVES RAMOS
A Dra. Erika Luiza Dias Pinto Taborda, MMª. Juíza de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, etc.
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 30 (trinta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente GUSTAVO GONÇALVES RAMOS, RG nº 153436444 SSP/PR (RG validado no IIPR sob o nº 15343644), CPF nº 110.882.159-63, filho de IVONETE RAMOS SAROA e de SIDNEI GONÇALVES RAMOS, nascido aos 26/04/2002, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O para que, no prazo de 10 (dez) dias, promova o pagamento ou o pedido de parcelamento das custas processuais e da pena de multa, sob pena de execução nos autos de Processo Crime nº 0005502-63.2024.8.16.0031. Fica o réu devidamente intimado de que o inadimplemento ocasionará a emissão de certidão de crédito judicial, protesto dos valores devidos e lançamento em dívida ativa na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA).
Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado exclusivamente: A) durante o tríduo previsto no Art. 12 da Lei 9492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; B) Após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no portal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. E para que chegue ao conhecimento da parte mandei expedir o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, aos 26/06/2025. Eu Surama Kluber, Técnica Judiciária, digitei e subscrevi.
Erika Luiza Dias Pinto Taborda
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CRIMINAL DE GUARAPUAVA - PROJUDI
Av. Manoel Ribas, 500 - Santana-Guarapuava/PR - CEP: 85.070-180 - Fone: (42)-33087408

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 90 DIAS Autos 0003080-18.2024.8.16.0031
EDSON LUIZ DOS SANTOS
A Dra. Erika Luiza Dias Pinto Taborda, MMª. Juíza de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, etc.
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 90 (noventa) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente EDSON LUIZ DOS SANTOS, RG nº 84829439 SSP/PR (RG validado no IIPR sob o nº 8482943), CPF nº 031.208.429-31, filho de TERESINHA FRANCISCA DOS SANTOS e de SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS, nascido aos 17/02/1980, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-

O para tomar ciência da r. Sentença proferida em 14/05/2025 nos autos sob nº 0003080-18.2024.8.16.0031, a qual CONDENOU o réu em tela pelo cometimento do(s) delito(s) previsto(s) no(s) artigo 155 caput do código penal, ao cumprimento de 8 meses de reclusão a ser(em) cumprido(s) inicialmente em regime Aberto, bem como ao pagamento de 7 dias-multa, na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na data dos fatos, devidamente atualizado. O réu também foi condenado ao pagamento das custas processuais.
E para que chegue ao conhecimento da parte mandei expedir o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, aos 26/06/2025. Eu Surama Kluber, Técnica Judiciária, digitei e subscrevi.
Erika Luiza Dias Pinto Taborda
Juíza de Direito

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA
2ª VARA CÍVEL DE GUARAPUAVA - PROJUDI
Avenida Manoel Ribas, 500 - Bloco B - Santana - Guarapuava/PR - CEP: 85.070-180 - Fone: (42) 3036-1107 - Celular: (42) 3308- 7489 - E-mail: gua-2vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL PARA CONHECIMENTOS DE TERCEIROS
Processo: 0018261-30.2022.8.16.0031
Classe Processual: Interdição/Curatela
Assunto Principal: Capacidade
Valor da Causa: R$1.212,00
Requerente(s): ATILIO VIEIRA DOS SANTOS
Requerido(s): SILVANE CADENA DOS SANTOS
A Doutora CHÉLIDA ROBERTA SOTERRONI HEITZMANN, MM. Juíza de Direito Substituta da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, na forma da Lei, faz saber que por este Juízo e Escrivania, tramitam os autos em epígrafe.
FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, qualificados em epígrafe, e que por este Edital COMUNICA a todos os interessados que por este Juízo foi decretada a INTERDIÇÃO JUDICIAL de SILVANE CADENA DOS SANTOS brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 109362905 SSP / PR, inscrita no CPF sob o nº. 073.082.009-22, residente e domiciliada no Povoado Marrecas, S/N Zona Rural - TURVO/PR, por sentença, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) *[...] Vislumbra-se do laudo pericial que a interditanda possui Retardo Mental Moderado (CID 10 - F 71.1), sendo absolutamente incapaz, de forma total e definitiva, lhe impossibilitando de gerir sozinha os atos da vida civil,* o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela. *Desse modo, em conformidade com o disposto nos artigos 84, e seguintes, da Lei 13.146/2016, a curatela se constitui em medida protetiva concedida ao interditando, para resguardá-lo quando da prática de atos de natureza patrimonial e negocial. Sem curador não poderá emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração.* A referida sentença ainda nomeou ao (à) interditado(a) o(a) curador(a) Sr. ATILIO VIEIRA DOS SANTOS, brasileiro, viúvo, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG nº. 54810679 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 752.923.009-34), residente e domiciliada no Povoado Marrecas, S/N Zona Rural - TURVO/PR, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum, e, será publicado na imprensa local e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo mínimo entre uma e outra mínimo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3°, do Código de Processo Civil. Guarapuava, 29 de maio de 2025. Eu, (Washington Simões), Escrivão, digitei e subscrevi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA
2ª VARA CÍVEL DE GUARAPUAVA - PROJUDI
Avenida Manoel Ribas, 500 - Bloco B - Santana - Guarapuava/PR - CEP: 85.070-180 - Fone: (42) 3036-1107 - Celular: (42) 3308- 7489 - E-mail: gua-2vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL PARA CONHECIMENTOS DE TERCEIROS
Processo: 0006209-65.2023.8.16.0031
Classe Processual: Interdição/Curatela
Assunto Principal: Capacidade
Valor da Causa: R$1.320,00
Requerente(s): SEBASTIÃO DE CAMARGO
Requerido(s): DELEON DE CAMARGO
A Doutora LUCIANA LUCHTENBERG TORRES DAGOSTIM, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública desta Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, na forma da Lei, faz saber que por este Juízo e Escrivania, tramitam os autos em epígrafe.
FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, qualificados em epígrafe, e que por este Edital COMUNICA a todos os interessados que por este Juízo foi decretada a INTERDIÇÃO JUDICIAL de DELEON DE CAMARGO, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade RG nº. 101203069 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº. 060.530.349-59, residente e domiciliado na RM 3 Palmeiras, S/N Zona Rural - CANDÓI/PR , por sentença, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) *[...] Vislumbra-se do laudo médico de ev. 71.1 que a) o interditando apresenta retardo mental leve (CID 10 - F 70.0); b) estuda na APAE há 32 anos, conhece as letras, mas não forma palavras; c) não tem condições de de exercer por si os atos da vida civil, sendo absolutamente incapaz para tanto, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela. Assim, em conformidade com o disposto nos artigos 84, e seguintes, da Lei 13.146/2016, a curatela constitui medida protetiva concedida ao curatelado para resguardá-lo quando da prática de atos de natureza patrimonial e negocial. Sem curador(a) não poderá emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração.* A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) Sr. SEBASTIÃO DE CAMARGO, brasileiro, casado, produtor rural, portador da Carteira de Identidade RG nº. 39011182 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 508.848.919-68, residente e domiciliado na RM 3 Palmeiras, S/N Zona Rural - CANDÓI/PR, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum, e, será publicado na imprensa local e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo mínimo entre uma e outra mínimo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3°, do Código de Processo Civil. Guarapuava, 29 de maio de 2025. Eu, (Washington Simões), Escrivão, digitei e subscrevi.

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

Autos nº. 0001858-78.2025.8.16.0031
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Paola Gonçalves Mancini de Lima, da Vara de Execução Penal de Pena de Multa de Guarapuava - Anexa à 2ª Vara Criminal de Guarapuava, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30 (trinta) dias, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução de Pena de Multa, assunto Pena de Multa, sob nº 0001858-78.2025.8.16.0031, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, executado(s) LETICIA STORER MARCONDES, e que não foi possível localizar pessoalmente o(a) executado(a) **LETICIA STORER MARCONDES** , brasileiro(a), portador(a) do RG 130332013, CPF 107.250.499-52, nascido(a) em 06/01/1997, natural de GUARAPUAVA/PR, filho(a) de SANDRA SOFIA STORER *(Nome Mãe)* e ROMILSON MARCONDES CORDEIRO *(Nome Pai)*, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente cita-o e intima-o, para, **no prazo de 10 dias**:
a) pagar a dívida, pena de multa criminal no valor de R$ 6.092,17 (seis mil, noventa e dois reais e dezessete centavos), com os juros e multa de mora e encargos, ou nomear bens à penhora, na forma e termos do pontuado no art. 164, § 1, da LEP;
b) requerer o pagamento parcelado em até 12 vezes, caso não possua condições de adimpli-la à vista, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família (artigo 169, caput e § 1º, da LEP);
c) requerer o desconto de 1/10 a ¼ de seu vencimento ou salário (artigo 164 da LEP);
d) informar se está cumprindo pena privativa de liberdade, mas laborando, independente do regime.
Fica advertida a parte executada de que decorrido o prazo sem pagamento ou depósito, deverão ser realizadas as diligências necessárias para a penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente da parte executada, expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando a parte intimada, para que futuramente não se alegue ignorância.
Eu, Lorena Brunelli Malamin, Estagiária, conferi e digitei.
Guarapuava, 27 de junho de 2025.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito

Autos nº. 0014438-48.2022.8.16.0031
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias

O(A) Juiz(íza) de Direito Paola Gonçalves Mancini de Lima, da Vara de Execução Penal de Pena de Multa de Guarapuava - Anexa à 2ª Vara Criminal de Guarapuava, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30 (trinta) dias, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução de Pena de Multa, assunto Pena de Multa, sob nº 0014438-48.2022.8.16.0031, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, executado(s) LUCAS SILVEIRA MATOS, e que não foi possível localizar pessoalmente o(a) executado(a) **LUCAS SILVEIRA MATOS** , brasileiro(a), portador(a) do RG 127680116, CPF 107.235.539-63, nascido(a) em 31/07/1998, natural de FOZ DO IGUACU, filho(a) de ROSEMERE APARECIDA FERREIRA *(Nome Mãe)* e JULIO CESAR SILVEIRA MATOS *(Nome Pai)*, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente cita-o e intima-o, para, **no prazo de 10 dias**:

a) pagar a dívida, pena de multa criminal no valor de R$ 15.985,13 (Quinze mil, novecentos e oitenta e cinco reais e treze centavos), com os juros e multa de mora e encargos, ou nomear bens à penhora, na forma e termos do pontuado no art. 164, § 1, da LEP;

b) requerer o pagamento parcelado em até 12 vezes, caso não possua condições de adimpli-la à vista, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família (artigo 169, caput e § 1º, da LEP);

c) requerer o desconto de 1/10 a ¼ de seu vencimento ou salário (artigo 164 da LEP);

d) informar se está cumprindo pena privativa de liberdade, mas laborando, independente do regime.

Fica advertida a parte executada de que decorrido o prazo sem pagamento ou depósito, deverão ser realizadas as diligências necessárias para a penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução.

E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente da parte executada, expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando a parte intimada, para que futuramente não se alegue ignorância.

Eu, Lorena Brunelli Malamin, Estagiária, conferi e digitei.

Guarapuava, 26 de junho de 2025.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito

Autos nº. 0000738-97.2025.8.16.0031EDITAL DE CITAÇÃO
Destinatário: Carlos Alexandre da Silva
Prazo: 15 dias

A Doutora Paola Gonçalves Mancini de Lima, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Guarapuava/PR, na forma da lei:

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **Carlos Alexandre da Silva** , brasileiro(a), portador(a) do RG 104348653, CPF 064.842.169-40, nascido(a) em 11/05/1988, natural de GUARAPUAVA/PR, filho(a) de Esneli Josefa Gonçalves da Silva *(Nome Mãe)* e João Carlos da Silva *(Nome Pai)*, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente cita-o e intima-o, para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, caso necessário, nos termos do previsto no artigo 396-A do Código de Processo Penal, **nos autos nº 0000738-97.2025.8.16.0031**, em que foi denunciado no tipo penal do artigo 21, c/c § 2º, do Decreto-Lei n.º 3.688/41 e art. 147, c/c § 1º, do Código Penal, c/c a Lei 11.340/2006.

E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, para que futuramente não se alegue ignorância.

Eu, Maria Clara Moro, Estagiário, conferi e digitei.

Guarapuava, 27 de junho de 2025.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito

Autos nº. 0010471-92.2022.8.16.0031
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias

O(A) Juiz(íza) de Direito Paola Gonçalves Mancini de Lima, da Vara de Execução Penal de Pena de Multa de Guarapuava - Anexa à 2ª Vara Criminal de Guarapuava, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30 (trinta) dias, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução de Pena de Multa, assunto Pena de Multa, sob nº 0010471-92.2022.8.16.0031, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, executado(s) LUIZ FELIPE BATISTA CHAVES, e que não foi possível localizar pessoalmente o(a) executado(a) **LUIZ FELIPE BATISTA CHAVES** , brasileiro(a), portador(a) do RG 158724960, CPF 136.543.719-14, nascido(a) em 05/02/2001, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de CELIA MARIA CHAVES *(Nome Mãe)* e LUIZ CARLOS BATISTA CHAVES *(Nome Pai)*, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente cita-o e intima-o, para, **no prazo de 10 dias**:

a) pagar a dívida, pena de multa criminal no valor de R$ 13.636,23 (Treze mil, seiscentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos), com os juros e multa de mora e encargos, ou nomear bens à penhora, na forma e termos do pontuado no art. 164, § 1, da LEP;

b) requerer o pagamento parcelado em até 12 vezes, caso não possua condições de adimpli-la à vista, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família (artigo 169, caput e § 1º, da LEP);

c) requerer o desconto de 1/10 a ¼ de seu vencimento ou salário (artigo 164 da LEP);

d) informar se está cumprindo pena privativa de liberdade, mas laborando, independente do regime.

Fica advertida a parte executada de que decorrido o prazo sem pagamento ou depósito, deverão ser realizadas as diligências necessárias para a penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução.

E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente da parte executada, expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando a parte intimada, para que futuramente não se alegue ignorância.

Eu, Lorena Brunelli Malamin, Estagiária, conferi e digitei.

Guarapuava, 26 de junho de 2025.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito

Autos nº. 0001857-93.2025.8.16.0031
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias

O(A) Juiz(íza) de Direito Paola Gonçalves Mancini de Lima, da Vara de Execução Penal de Pena de Multa de Guarapuava - Anexa à 2ª Vara Criminal de Guarapuava, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30 (trinta) dias, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução de Pena de Multa, assunto Pena de Multa, sob nº 0001857-93.2025.8.16.0031, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, executado(s) KARLA KATHERINE DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente o(a) executado(a) **KARLA KATHERINE DE SOUZA** , brasileiro(a), portador(a) do RG 111048320, CPF 084.879.549-01, nascido(a) em 17/08/1994, natural de GUARAPUAVA/PR, filho(a) de CATARINA CORDEIRO DA SILVA SOUZA *(Nome Mãe)* e CARLOS MARINDO DE SOUZA *(Nome Pai)*, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente cita-o e intima-o, para, **no prazo de 10 dias**:

a) pagar a dívida, pena de multa criminal no valor de R$ 869,25 (oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos), com os juros e multa de mora e encargos, ou nomear bens à penhora, na forma e termos do pontuado no art. 164, § 1, da LEP;

b) requerer o pagamento parcelado em até 12 vezes, caso não possua condições de adimpli-la à vista, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família (artigo 169, caput e § 1º, da LEP);

c) requerer o desconto de 1/10 a ¼ de seu vencimento ou salário (artigo 164 da LEP);

d) informar se está cumprindo pena privativa de liberdade, mas laborando, independente do regime.

Fica advertida a parte executada de que decorrido o prazo sem pagamento ou depósito, deverão ser realizadas as diligências necessárias para a penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução.

E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente da parte executada, expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando a parte intimada, para que futuramente não se alegue ignorância.

Eu, Lorena Brunelli Malamin, Estagiário, conferi e digitei.

Guarapuava, 27 de junho de 2025.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito

Autos nº. 0002682-42.2022.8.16.0031EDITAL DE CITAÇÃO
Destinatário: CAROLINE DE FÁTIMA DOS SANTOS
Prazo: 15 dias

A Doutora Paola Gonçalves Mancini de Lima, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Guarapuava/PR, na forma da lei:

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **CAROLINE DE FÁTIMA DOS SANTOS** , brasileiro(a), portador(a) do RG 146110959, CPF 070.752.469-50, nascido(a) em 05/11/1997, natural de GUARAPUAVA/PR, filho(a) de LUCIA KOLODIN *(Nome Mãe)* e MARCELO DOS SANTOS *(Nome Pai)*, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente cita-o e intima-o, para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, caso necessário, nos termos do previsto no artigo 396-A do Código de Processo Penal, **nos autos nº 0002682-42.2022.8.16.0031**, em que foi denunciado no tipo penal do artigo artigo 129, § 1°, inciso II, do Código Penal.

E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) réu(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, para que futuramente não se alegue ignorância.

Eu, Maria Clara Moro, Estagiário, conferi e digitei.
Guarapuava, 27 de junho de 2025.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito

Autos nº. 0012685-85.2024.8.16.0031
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Paola Gonçalves Mancini de Lima, da Vara de Execução Penal de Pena de Multa de Guarapuava - Anexa à 2ª Vara Criminal de Guarapuava, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30 (trinta) dias, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução de Pena de Multa, assunto Pena de Multa, sob nº 0012685-85.2024.8.16.0031, em que é(são) autor(es) Ministério Público, executado(s) PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA, e que não foi possível localizar pessoalmente o(a) executado(a) **PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA** , brasileiro(a), portador(a) do RG 10455380, CPF 102.403.509-36, nascido(a) em 01/03/1994, natural de GUARAPUAVA/PR, filho(a) de VERA MARIA BERTONCELO DE ALMEIDA *(Nome Mãe)* e JOSE LAERCIO DE ALMEIDA *(Nome Pai)*, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente cita-o e intima-o, para, **no prazo de 10 dias**:
a) pagar a dívida, pena de multa criminal no valor de R$ 1.218,66 (um mil, duzentos e dezoito reais e sessenta e seus centavos), com os juros e multa de mora e encargos, ou nomear bens à penhora, na forma e termos do pontuado no art. 164, § 1, da LEP;
b) requerer o pagamento parcelado em até 12 vezes, caso não possua condições de adimpli-la à vista, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família (artigo 169, caput e § 1º, da LEP);
c) requerer o desconto de 1/10 a ¼ de seu vencimento ou salário (artigo 164 da LEP);
d) informar se está cumprindo pena privativa de liberdade, mas laborando, independente do regime.
Fica advertida a parte executada de que decorrido o prazo sem pagamento ou depósito, deverão ser realizadas as diligências necessárias para a penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente da parte executada, expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando a parte intimada, para que futuramente não se alegue ignorância.
Eu, Lorena Brunelli Malamin, Estagiária, conferi e digitei.
Guarapuava, 27 de junho de 2025.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito

Autos nº. 0019457-69.2021.8.16.0031
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Paola Gonçalves Mancini de Lima, da Vara de Execução Penal de Pena de Multa de Guarapuava - Anexa à 2ª Vara Criminal de Guarapuava, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30 (trinta) dias, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução de Pena de Multa, assunto Pena de Multa, sob nº 0019457-69.2021.8.16.0031, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, executado(s) FERNANDO BERNAL, e que não foi possível localizar pessoalmente o(a) executado(a) **FERNANDO BERNAL** , brasileiro(a), portador(a) do RG 110165978, CPF 007.815.309-38, nascido(a) em 18/10/1995, natural de GUARAPUAVA, filho(a) de DOLORES ANTUNES VAZ *(Nome Mãe)* e ROBERTO BERNAL *(Nome Pai)*, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente cita-o e intima-o, para, **no prazo de 10 dias**:
a) pagar a dívida, pena de multa criminal no valor de R$ 3.096,79 (três mil, noventa e seis reais e setenta e nove centavos), com os juros e multa de mora e encargos, ou nomear bens à penhora, na forma e termos do pontuado no art. 164, § 1, da LEP;
b) requerer o pagamento parcelado em até 12 vezes, caso não possua condições de adimpli-la à vista, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família (artigo 169, caput e § 1º, da LEP);
c) requerer o desconto de 1/10 a ¼ de seu vencimento ou salário (artigo 164 da LEP);
d) informar se está cumprindo pena privativa de liberdade, mas laborando, independente do regime.
Fica advertida a parte executada de que decorrido o prazo sem pagamento ou depósito, deverão ser realizadas as diligências necessárias para a penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente da parte executada, expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando a parte intimada, para que futuramente não se alegue ignorância.
Eu, Lorena Brunelli Malamin, Estagiária, conferi e digitei.
Guarapuava, 26 de junho de 2025.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito

Edital de Intimação

Autos nº. 0005132-21.2023.8.16.0031 EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo: 30 dias O(A) Juiz(íza) de Direito Paola Gonçalves Mancini de Lima, da Vara de Execução Penal de Pena de Multa de Guarapuava - Anexa à 2ª Vara Criminal de Guarapuava, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30 (trinta) dias, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução de Pena de Multa, assunto Pena de Multa, sob nº 0005132-21.2023.8.16.0031, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, executado(s) ANGELICA JAQUELINE MUNHOZ, e que não foi possível localizar pessoalmente o(a) executado(a) ANGELICA JAQUELINE MUNHOZ , brasileiro(a), portador(a) do RG 133857524, CPF 108.701.169-83, nascido(a) em 11 /07/1993, natural de GUARAPUAVA, filho(a) de ROSANA DE FATIMA MUNHOZ (Nome Mãe) e (Nome Pai), atualmente lugar incerto e não sabido, pelo presente cita-o e intima-o, para, no prazo de 15 dias: 1. Impugnar as penhoras, nos valores de R$ 2.549,61 e R$ 17,20, os quais foram bloqueados pelo SISBAJUD respectivamente nas datas de 17 de agosto de 2023, e, 14 de setembro de 2023, por simples petição (art. 917, § 1º) ou por simples menção do motivo, devendo entregar os documentos comprobatórios em cartório no prazo acima estipulado. 2. Fica registrado não ser alegável a impenhorabilidade por se tratar de salário, por dicção literal do art. 168 da LEP, ressalvado o previsto no art. 50, § 2º, do CP. E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente da parte executada, expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando a parte intimada, para que futuramente não se alegue ignorância. Eu, Lorena Brunelli Malamin, Estagiária, conferi e digitei. Guarapuava, 26 de junho de 2025. Paola Gonçalves Mancini de Lima Juíza de Direito

---

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Citação

EDITAL COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS PARA CITAÇÃO e INTIMAÇÃO DE IZABEL CRISTINA SAMPAIO
A DOUTORA CARMEN SILVANIA ZOLANDECK MONDIN, JUIZA DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE GUARAPUAVA/ PARANÁ.
F A Z S A B E R a quem o conhecimento deste haja de pertencer, especialmente a **IZABEL CRISTINA SAMPAIO,** que por este Juízo e Cartório tramita os processos eletrônicos de **Guarda nº 0012881-55.2024.8.16.0031,** em que é requerente S. R. S. e requeridos **IZABEL CRISTINA SAMPAIO e M. B. A.**, que pelo presente fica **CITADA e INTIMADA** dos termos da ação proposta, na qual se aduz essencialmente o seguinte:
"A requerente é avó materna da infante H. S. A., nascida em 30/12/2015,(...). A genitora estava grávida de gêmeos, e em determinada situação teve um aborto, porém, a infante H. estava em uma placenta diferente, e o médico não notou. Após algum tempo, foi identificado que a genitora possuia gravidez bivitelina (são fecundados por dois espermatozóides, formando, assim, dois embriões e quase sempre são formados em placentas diferentes e não dividem o saco amniótico) e a gestação estava no 4º mês. A genitora estava se relacionando com M. a cerca de 1 mês quando descobriu que ainda estava grávida. Misael decidiu prosseguir com o relacionamento, participou do nascimento, registrou e cuidou como se fosse o pai biológico da criança. Quando H. completou 6 meses, M. começou a ter os primeiros sintomas da doença chamada síndrome de Guillain Barré, momento em que os genitores entregaram a infante aos cuidados da avó materna, ora requerente. Logo em seguida a genitora e M. se separaram, a genitora foi embora de Guarapuava e não levou a infante junto. Quando saiu da UTI, M. não buscou saber da infante, apenas repassando mensalmente R$ 1.600,00 para a genitora, em razão de um acordo verbal realizado entre eles, porém, a mesma não repassa qualquer valor para o sustento da menor. A genitora mudou-se para Santa Catarina e atualmente está trabalhando lá, é usuária de drogas e nunca buscou informações da filha e tampouco ajuda com algum valor para o sustento da infante. A infante H. S. A. reside com a requerente desde o seu sexto mês de vida, e é a avó materna que vem cuidando e provendo o sustento da neta desde então, restando claro que os requeridos não desejam e nunca desejaram exercer a guarda da infante. Cumpre esclarecer que o genitor ingressou com uma Ação Negatória de Paternidade, buscando retirar seu nome do registro da infante. Desta feita, partindo do entendimento de que a guarda é um instituto legal que reúne todos os deveres e direitos que uma pessoa deve exercer em relação à criança ou adolescente para garantir seu desenvolvimento saudável e uma formação moral e social adequadas verifica-se por óbvio que a guarda deve ser regularizada para a requerente. Dos pedidos: a) A concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil; b) Seja concedida a tutela de urgência, no seguinte sentido: b.1) seja deferida a guarda provisória, para regularizar a situação de fato já existente. c) Seja determinada a citação dos Requeridos, para que querendo, ofereçam resposta no prazo legal,

sob pena de confissão e revelia; d) Seja intimado o representante do Ministério Público para manifestação e acompanhamento, conforme o artigo 178, II do CPC; e) Seja fixada a guarda unilateral para a requerente Sirlei Rosa Sampaio, avó materna, de maneira definitiva, situação de fato já existente; f) Seja designada com urgência audiência de conciliação; g) Seja realizado estudo psicossocial e atendimento psicológico com as partes, bem como, com a criança."
Pelo presente edital fica a requerida **IZABEL CRISTINA SAMPAIO: 1) CITADA** acerca dos termos da presente ação tendo o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar resposta, também por intermédio de advogado constituído ou do Defensor Público, na forma do artigo 335 do Código de Processo Civil.. **2)INTIMADA** de que, havendo manifestação da requerida de que não possui recursos para contratar advogado constituído, fica desde logo, autorizada a nomeação da Defensoria Pública para a defesa de seus interesses, devendo comparecer àquela instituição para informar as provas que pretendem produzir, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 2537, Centro, Guarapuava/PR - Horário de Atendimento: Segunda à Sexta, das 13h00 às 17h30 - Telefone: (42) 3303-2000 / WhatsApp: (42) 9.9107-4400. **6)INTIMADA** acerca de que, nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, os atos deste processo serão praticados exclusivamente pelo sistema eletrônico PROJUDI, que pode ser acessado na página do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná na internet (www.tjpr.jus.br).
[assinatura digital]
DIOVAN WAGNER MEDEIROS
Chefe de Secretaria - Mat. 50.545

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

Autos nº. 0003099-24.2024.8.16.0031 Edital com prazo de 20 (vinte) dias para intimação de eventuais interessados incertos e desconhecidos acerca da síntese da decisão judicial de item 61.1 e das primeiras declarações, relativa ao processo sob nº 0003099-24.2024.8.16.0031 de Arrolamento Comum - Inventário e Partilha em que foi nomeada como inventariante Adair Martins Oliveira, sendo herdeiros: Gilberto Martins Oliveira, Antônio Roberto Martins Oliveira, Elza Madalena Martins Oliveira, Alvina Martins Oliveira (falecida), Tiago Oliveira Vargas, Matheus Oliveira Fleitux, Gabriel Oliveira Fleitux, Ysys Isabel Fleitux e meeira Adair Martins Oliveira. Declarado como bens: Imóvel matriculado sob n. 10.278, 2º SRI Guarapuava; Imóvel matriculado sob n. 17.845, 2º SRI Guarapuava. O falecido não deixou dívidas, nos termos dos artigos 626, §1º e 259, inciso iii, do código de processo civil. A Doutora Aneíza Vanêssa Costa do Nascimento, juíza de direito substituta da vara de família e sucessões e anexos da comarca de Guarapuava, na forma da lei, etc. FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja de pertencer, que por este Juízo e Cartório foi distribuído ação de Arrolamento Comum - Inventário e Partilha em data de 05 de março de 2024, dos bens deixados por falecimento de Miguel Ferreira de Oliveira e foi Proferida Decisão Judicial, datada de 25 de junho de 2025, por Aneíza Vanêssa Costa do Nascimento, juíza de direito substituta da vara de família e sucessões e anexos da comarca de Guarapuava, nos autos supra mencionados, cujos termos, em síntese, encontram-se abaixo descritos: (...) Conforme artigos 259, III, e 626, §1º, do Código de Processo Civil, citem-se eventuais interessados no inventário dos bens de Miguel Ferreira de Oliveira incertos ou desconhecidos por edital, com prazo de 20 (vinte) dias. (...) E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital e cópia de igual teor e forma será publicada conforme a lei, acerca dos termos da decisão judicial de item 61.1, da presente Ação de Arrolamento Comum - Inventário e Partilha, em trâmite neste juízo. Guarapuava, 27 de junho de 2025.. Eu, Adiles da Silva Vargas Siebeneichler, Técnica Judiciária, digitei. Letícia do Nascimento e Silva Chefe de Secretaria (aut. port. 03/2012)

FORO REGIONAL DE IBIPORÃ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): CONSTRUTURA CONCRELAR LTDA.
PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Sonia Leifa Yeh Fuzinato, da Vara da Fazenda Pública de Ibiporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Execução Fiscal**, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0001767-25.2013.8.16.0090, em que é exequente Município de Ibiporã/PR, e executado(a)(s) MARCIO ANTONIO FURRIER, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) requerida(s) Terceiro CONSTRUTURA CONCRELAR LTDA.**, portador(a) do CNPJ 78.079.175/0001-23, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua **INTIMAÇÃO** da penhora efetivada nos autos indicados acima, bem como para, querendo, opor Embargos à Execução **no prazo de 30 (trinta) dias úteis**, contados da data da intimação (art. 16, Lei n° 6.830/1980).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 60 (dias) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).Eu, Maria Vitoria da Silva Souza , Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ibiporã, 25 de junho de 2025.
Sonia Leifa Yeh Fuzinato
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

O(A) Juiz(íza) de Direito Sonia Leifa Yeh Fuzinato, da Vara da Fazenda Pública de Ibiporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Execução Fiscal**, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0002301-90.2018.8.16.0090, em que é exequente Município de Ibiporã/PR, e executado(a)(s) E.M. RODRIGUES VITRO - REPRESENTACOES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) requerida(s) Terceiro ERIKA MAURA RODRIGUES VITRO**, portador(a) do CPF 119.933.458-84, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua **INTIMAÇÃO** da penhora efetivada nos autos indicados acima, bem como para, querendo, opor Embargos à Execução **no prazo de 30 (trinta) dias úteis**, contados da data da intimação (art. 16, Lei n° 6.830/1980).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 35 (trinta e cinco) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC)
.Eu, Maria Vitoria da Silva Souza , Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ibiporã, 25 de junho de 2025.
Sonia Leifa Yeh Fuzinato
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): DALVA DE OLIVEIRA PRETO SILVA
PRAZO DE 45 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Sonia Leifa Yeh Fuzinato, da Vara Cível de Ibiporã, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Práticas Abusivas, sob nº 0030860-52.2022.8.16.0014, em que é(são) autor(es) DALVA DE OLIVEIRA PRETO SILVA, e réu(s) BANCO BMG S.A, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) DALVA DE OLIVEIRA PRETO SILVA**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO**para que dê prosseguimento ao feito, no prazo de 15 (quinze) dias.Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.O prazo de resposta será contado após o decurso de 45 (quarenta e cinco) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Nicole Milani Teotonio, Técnico Judiciário, conferi e digitei.***Ibiporã, 27 de junho de 2025.***
Sonia Leifa Yeh Fuzinato
Juíza de Direito

IPIRANGA

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE IPIRANGAVARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE IPIRANGA
TRAVESSA ESTANISLAU CENOVICZ, Nº. 100, CENTRO, IPIRANGA/PR, CEP: 84450-000Fone: (42) 3309-1954 - nost@tjpr.jus.br
A Excelentíssima Sra. Dra. Juíza de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Ipiranga, Estado do Paraná.
FAZ SABER A QUANTOS O PRESENTE VIREM OU DELE CONHECIMENTOTIVEREM E INTERESSAR POSSA, com fulcro nos arts. 879 ao 903, do Novo CPC (Lei nº13105/15), regulamentado pela Resolução CNJ 236/2016, que o Leiloeiro nomeado, BRUNOHENRIQUE LOPES, matriculado na JUCEPAR sob n.º 24/407-L, através da plataformaeletrônica www.brunoleiloes.com.br, devidamente homologada pelo Egrégio Tribunal de Justiça doEstado do Paraná, levará a público para venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo comas regras expostas a seguir:
PROCESSO N°. 0000881-65.2023.8.16.0093 - BOLETIM DE OCORRÊNCIACIRCUNSTANCIADA
EXEQUENTE: E. D. P.
EXECUTADO: A. Ú. O.
DATAS: PRIMEIRO LEILÃO: 01/08/2025, com encerramento às 14:00 horas. Os lancespoderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do leiloeiro, até o horário doencerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ousuperiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do SEGUNDO LEILÃO:01/08/2025, com encerramento às 16:00 horas, para recebimento de lances pela melhor oferta,exceto preço vil, não inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, exceto nos casosonde há reserva de meação ou copropriedade. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutosfinais, serão acrescidos 03 minutos para o término. LOCAL: O leilão será realizado na modalidadeELETRÔNICA através do site www.brunoleiloes.com.br.
REPASSE: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramentodo 2º (segundo) leilão, serão apregoados novamente em "repasse", por um período adicional de 1(uma) hora, com abertura em até 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes quecompuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances,as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro diaútil subsequente.
DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): 01 (uma) Motocicleta, marca Honda, modelo CG 160, ano defabricação e modelo não informado, placa aparente ATZ-3F13 - placa fria, cor ostentada preta,chassi e motor adulterados. Conforme Laudo Pericial no 107.681/2023, realizado pela PolíciaCientífica do Estado do Paraná, o aludido bem teve seus números identificadores - NIV, totalmenteadulterados. Sendo assim, levando-se em consideração os fatos apurados e o atual estado de conservação da motocicleta em análise, classifica-se a mesma em estado de sucata aproveitável emotor inservível. Sua pintura está manchada e desbotada. Faltando alguns itens como retrovisores,chaves, entre outros. AVALIAÇÃO: R$ 820,00 (oitocentos e vinte reais), em 24 de fevereiro de 2025.LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO: R$ 410,00 (quatrocentos e dez reais).DEPOSITÁRIO(A): Pátio da Delegacia de Ipiranga/PR, Rua José Maria Taques, nº. 196, Centro,Ipiranga/PR.ÔNUS: Eventuais constantes no Detran.BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso hajapenhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus, o bem será leiloado livre e desembaraçadode quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado deentrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo908 § 1º, ambos do CPC/2015, e débitos tributarios serão sub-rogados no valor da arrematação, nostermos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do C.T.N. Correrão por conta do arrematante, asdespesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dosbens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver.OBS.: O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o DETRAN,poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidadena transferência do bem perante o DETRAN. Fica desde já ciente o arrematante que é responsávelpela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o veículo, pois poderá ocorrer novasinclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro doveículo, devem ser informados ao Leiloeiro(a), ou sua equipe, para o devido peticionamento nosautos.Conforme Artigo 2º, §3º da Resolução nº 611/2016 do CONTRAN, no caso de arrematação deSUCATAS, somente poderão adquirir os veículos, as empresas devidamente registradas perante osórgãos executivos de trânsito de seus respectivos estados ou do Distrito Federal.DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa forindivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida erepartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino aoestranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não ashavendo, o de quinhão maior.Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira edemonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítiodo Leiloeiro www.brunoleiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais deleilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, doCPC/2015.PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista dopreço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pelo Leiloeiro), no prazo de 24horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).ARREMATAÇÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, nãoestará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentrode 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação comcrédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro.PAGAMENTO DA COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão devida ao Leiloeiro será de 5%(cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lanço (art. 7 daResolução 236/2016 - CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realizaçãodo leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada aarrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, doCPC/2015, a comissão dao Leiloeiro será a este leiloeiro devido.Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida peloarrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto Lei21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrarájudicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado embanco de dados como título executivo. Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão écrime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multae demais medidas judiciais previstas em Lei.Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência daarrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão apósa devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvidoserá acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao ConsumidorAmplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme oart. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios. CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DO LEILÃO MOTIVADOS POR ADJUDICAÇÃO,REMIÇÃO OU ACORDO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:I - Caso haja adjudicação, será devido ao Leiloeiro Oficial, o importe de 2% (dois por cento) sobreo valor da avaliação do bem adjudicado, a ser pago pelo adjudicante.II - Havendo remição ou acordo, antes da realização do leilão, será devido ao Leiloeiro Oficial oimporte de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte que remiu ou quepostulou o acordo.III - Havendo acordo ou pagamento da dívida, após a realização do leilão e arrematação será devidoao Leiloeiro, o importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pela parteexecutada.Os percentuais/valores acima, serão pagos a título de ressarcimento das despesas de publicação deedital, intimação das partes, remoção, guarda e conservação dos bens, nos termos do art. 7º, § 3º daResolução do CNJ 236/2016, valores esses a serem pagos pela parte executada.Se o Executado pagar a dívida na forma do artigo 826 do CPC, ou ainda, celebrar acordo, deveráapresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento,acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendovedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.LANCES: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramentodo 2º (segundo) leilão, serão apregoados novamente em "repasse", por um período adicional de 1(uma) hora, com abertura 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem oleilão. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmasregras estipuladas para o 2º (segundo) leilão. Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes aohorário de encerramento do leilão, haverá prorrogação do seu fechamento por igual período detempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outroseventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desdejá que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrecidos da comissão doLeiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer aspenalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lançosimediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo daaplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedornão efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa paraformalizar a arrematação.VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob suaguarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso deforça policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro ase fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro,devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal doLeiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação doslicitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade,poderão ser adquiridas através da Central de Atendimento do Leiloeiro, telefone 0800-707-9339Chat no site do Leiloeiro e também é possível, encaminhar e-mails com dúvidas à Central, atravésdo link "Fale Conosco" ou diretamente pelo endereço contato@brunoleiloes.com.br.ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, aarrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgadosprocedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo,assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde queautorizado por procuração.Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloariae o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenasrealiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas

pelo juízo responsávelpelo processo e as características certificadas nos autos, não se sujeitando, ainda, às normas doCódigo do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora naposse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos,emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o executado A. Ú. O. e seu(a) cônjuge se casado(a) for,bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso,habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ouconcessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou compenhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município nocaso de bem tombado, das datas acima, se porventura não forem encontrados para a intimaçãopessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que,antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante odisposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contraos atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento. E, para que chegue aoconhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente editalque será publicado e afixado na forma da Lei. Publicado e afixado no local de costume, na sede doÓrgão, bem como no sítio eletrônico: www.brunoleiloes.com.br.
Ipiranga/PR, 25 de Junho de 2025.
ALEXANDRA APARECIDA DE SOUZA DALLA BARBA
JUÍZA DE DIREITO

IPORÃ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE IPORÃ
VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE IPORÃ - PROJUDI
Avenida Silvino Izidor Eidt, 871 - CENTRO - Iporã/PR - CEP: 87.560-000 - Fone: (44) 3621-
8478 - Celular: (44) 99755-6246 - E-mail: dirforum@bol.com.br
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ALISSON GUSTAVO LAERA
PRAZO DE 60 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Henrique Antônio Paiva Leocádio, da Vara de Família e Sucessões de Iporã,
FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo,
tramitam os autos de Execução Extrajudicial de Alimentos, assunto Prisão Civil, sob nº 0001888-
31.2019.8.16.0094, em que é(são) R. L. DE F. L., e ALISSON GUSTAVO LAERA, e que não foiautor(es) réu(s)
possível localizar pessoalmente a(s) , portador(a) do RGparte(s) Promovido ALISSON GUSTAVO LAERA
139616758 SSP/PR e CPF 098.449.559-20. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO
para no prazo de 03 (três) dias: efetue o pagamento das três prestações vencidas anteriormente ao
aforamento do feito, devidamente atualizadas, bem como das prestações que se vencerem no curso do
u,processo; comprove que efetuou o pagamento; o justifique a impossibilidade de pagar o débito, sob pena de
protesto da decisão judicial e decretação de sua prisão civil pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, tudo nos
termos do artigo 528 do CPC/2015. Somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de
pagar justificará o inadimplemento.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém
alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 60 (sessenta) dias da publicação do presente Edital (art.
231, inc. IV, CPC).
Eu, Richarla Karine Victorino, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Iporã, 24 de junho de 2025.
Gabriel Henrique Antônio Paiva Leocádio
Juiz Substituto

: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereçoOBSERVAÇÃO
eletrônico .https://por

JAGUAPITÃ

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital de Intimação - Criminal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUAPITÃ VARA CRIMINAL DE JAGUAPITÃ - PROJUDI
Av. Minas Gerais, Nº 191 - Centro - Jaguapitã/PR - CEP: 86.610-000 - Fone: (43) 3572-9830 - E-mail: jata-ju-scr@tjpr.jus.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): Pedriel Vinicius Pereira PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito, Exma. Srª. Drà JADE SEFFAIR FERREIRA, da Vara Criminal de Jaguapitã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Furto Qualificado, sob nº 0001503-10.2015.8.16.0099, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Pedriel Vinicius Pereira, MARCIO ROGERIO TOLOI, e vítima JAGUAFRANGOS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Pedriel Vinicius Pereira, portador(a) do RG 143487300 SSP/PR e CPF 367.455.868-86, nascido(a) em 31/07/1987, filho(a) de Marlene Aparecida Raimundo Pereira e Pedro Roberto Pereira, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a decisão proferida no feito, com fundamento no art.327 e 391, inciso II ambos do C.P.P., na qual foi decretada a quebra de fiança, determinando o perdimento de metade do seu valor, podendo o réu se manifestar nos autos no prazo de 10 (dez) dias, e, se passados 90 (noventa) dias da preclusão da decisão e o acusado permanecer inerte, ficou declarada a perda da fiança em sua integralidade, nos termos do que determina o art. 345 e 346 do C.P.P. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Silvana de Oliveira Palma, Técnica de Secretaria, conferi e digitei. Jaguapitã, 05 de maio de 2025. Jade Seffair Ribeiro Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

JOAQUIM TÁVORA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO: CHRISTIAN GONÇALVES
PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS
A Juíza Substituta Camila Felix Silva, da Vara Criminal de Joaquim Távora, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0000669-46.2025.8.16.0102, em que é(são) autor(es) réu(s) CHRISTIAN GONÇALVES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CHRISTIAN GONÇALVES, portador(a) do RG 170962826 SSP/PR e CPF 414.572.388-02, nascido(a) em 13/02/1991, natural de OURINHOS/SP, filho(a) de MARIA ROSA GONÇALVES e ANTONIO GONÇALVES**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua
INTIMAÇÃO para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas:
"Diante do exposto, determino liminarmente: a) a proibição de que CHRISTIAN GONÇALVES aproxime a menos de 100 (cem) metros da vítima; b) a proibição de contato, por qualquer meio de comunicação, do requerido com a vítima;c) a proibição de que o noticiado frequente determinados lugares, especialmente a residência da vítima e o seu local de trabalho".
CIENTIFICAÇÃO de que:
As medidas acima descritas têm validade conforme descrito na decisão. Findo o prazo das medidas protetivas, se nada for requerido, os autos serão arquivados;

O descumprimento das medidas aplicadas poderá ocasionar a decretação da **PRISÃO PREVENTIVA** do(a) noticiado(a), nos termos do art. 313, inc. III, do Código de Processo Penal.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Joaquim Távora, 27 de junho de 2025.
Cecília dos Santos Kenski Boroski
Técnica Judiciária
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

LARANJEIRAS DO SUL

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO INFRACIONAL - LARANJEIRAS DO SUL - PROJUDI
Rua Barão do Rio Branco, 3066 - Edifício do Fórum - Centro - Laranjeiras do Sul/PR - CEP: 85.301-030 - Fone: (42) 3309 3840 - E-mail: ls-2vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): G. M. D. S.
PRAZO DE 30 (trinta) dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Marina de Lima Toffoli, da Vara da Infância e da Juventude - Seção Infracional - Laranjeiras do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Processo de Apuração de Ato Infracional, assunto Furto (art. 155), sob nº 0004258-74.2024.8.16.0104, em que é(são) autor(es) réu(s) M. D. O. G., e vítima G. M. D. S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima G. M. D. S., portador(a) do RG 163308142 SSP/PR e CPF 119.766.109-31, nascido(a) em 06/01/2009, natural de QUEDAS DO IGUACU/PR, filho(a) de PATRÍCIA MARIOTI e SIDNEI GASPAR DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência de que da sentença proferida nos autos, que segue transcrito o dispositivo: " Ante todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a representação proposta pelo Ministério Público do Estado do Paraná, em face do adolescente M. D. O. G., responsabilizando-o pela prática do ato infracional equiparado ao delito tipificado no artigo 155, § 1°, do Código Penal". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Nelice Facco Dalmolin Stürmer, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Laranjeiras do Sul, 25 de junho de 2025.**
Marina de Lima Toffoli
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

LOANDA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO: ANTONIO MARIA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
A Juíza de Direito Daniela Liberatti Santos Takeuchi, da Vara Cível de Loanda, FAZ SABER a todos quantos o presente
EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Usucapião sob nº 0005256-78.2020.8.16.0105, em que é requerente ELIZETE RODRIGUES DOS SANTOS, e requerido ANTONIO MARIA,
e que não foi possível localizar pessoalmente a parte ré ANTONIO MARIA, inscrito no CPF nº 638.360.689-15, motivo
pelo qual, se procede por meio deste sua para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer contestação, nos termosCITAÇÃO
do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente
Há 11 (onze) anos, aproximadamente, isto é, desde 10 de julho de 2009, o Requerente têm a posse, mansa,transcrita: "
pacífica e ininterrupta, de imóvel urbano, com área de 392,00 m². Cumpre dizer, que o Requerente adquiriu o imóvel do
Sr. ANTONIO LOPES por meio contrato verbal. Logo após a compra do imóvel, o Requerente e seu cônjuge se
mudaram para a nova casa e residem nela até hoje, tendo formado e criado sua família nesse imóvel e possuindo boas
relações de convivência com a vizinhança. É importante frisar que, neste longo período, o Requerente cuidou do imóvel
usucapiendo com animus domini, já que o comprou e o adquiriu de fato, inclusive durante todos esses anos efetuando o
pagamento das contas de IPTU, energia e água, conforme documentos juntados nos autos. É importante frisar, que nunca
quaisquer dos Requeridos ou o antigo proprietário tentaram reaver o imóvel de qualquer maneira que seja, até porque se
o fizessem, não estariam agindo de boa-fé, dado a situação explanada nesta exordial. A posse do Requerente ultrapassa o
dobro do tempo previsto no artigo 1.238 do Código Civil e sempre foi exercida de forma mansa, pacífica, ininterrupta e
de boa-fé, o que o legitima a promover a presente ação de usucapião extraordinário."
Para que chegue ao conhecimento
de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código
de Processo Civil, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação
Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257,do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
inc. IV, CPC). Eu, Edilson Rodrigues, Técnico Judiciário, conferi e digitei, em 26 de junho de 2025.
Daniele Liberatti Santos Takeuchi
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
.https://portal.tjpr.jus.br/projudi

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

2ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA
FORO CENTRAL - 2ª VARA CÍVEL
Av. Duque de Caxias nº 689 - FORUM - Centro Administrativo
C.E.P.: 8 6 0 1 5 - 9 0 2 Londrina - PR.
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO PARCIAL.
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramitam os autos de **AÇÃO DE INTERDIÇÃO nº 0009275-41.2022.8.16.0014**, em que são Requerentes **MARIA ALICE CALADIO FAUSTINO** (RG nº. 69362141 SSP/PR e CPF/MF nº. 039.877.919-85); **NEUCI RIBEIRO CALADIO VILAS BOAS** (RG nº. 40282734 SSP/PR e CPF/MF nº. 548.817.819-87), Requerida **MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO CALADIO** (RG nº. 87839320 SSP/PR e CPF/MF nº. 049.211.309-22) e Terceiras Interessadas **JESUITA RIBEIRO CALADIO** (RG nº. 35514724 SSP/PR e CPF/MF nº. 365.988.449-91) e **CELIA RIBEIRO MENDES CALADIO** (RG nº. 103472466 SSP/PR e CPF/MF nº. 074.806.539-30), no qual, através de sentença proferida em data de 17 de dezembro de 2024, foi por este Juízo decretada a interdição parcial da requerida **MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO CALADIO**, brasileira, viúva, portadora do RG nº. 87839320 SSP/PR, inscrita no CPF/MF nº. 049.211.309-22, nascida em 27/06/1949, na Cidade de Malacacheta - MG, filha de João Vidale Serrano e Maria

Ribeiro Mendes, face a mesma ser portadora de "transtorno cognitivo e capacidade limitada", o que a impede de exercer, pessoalmente, apenas os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nos termos dos arts. 4º, inc. III, e art. 1.767, inc. I, do CC, c/c art. 84, § 1º, e art. 85, caput e § 1º, da Lei nº 13.146/2015, sendo-lhe nomeada como curadora, sua filha - **Sra. JESUITA RIBEIRO CALADIO**, brasileira, casada, empregada doméstica, portadora do RG nº. 35514724 SSP/PR, inscrita no CPF/MF nº. 074.806.539-30, mediante compromisso legal a ser prestado nos autos. Do que, para constar lavrei este, que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Dado e passado nesta Comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos 27 de maio de 2025. Eu, JOBSON RAFAEL LEME DE MORAIS, Funcionário Juramentado, o digitei e subscrevi.
(Assinado digitalmente)
LUIZ GONZAGA TUCUNDUVA DE MOURA
Juiz de Direito

4ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ
FAZ SABER a todos os que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos do processo nº 0078006-94.2019.8.16.0014 que neste juízo corre seus trâmites, processo de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Substituição Processual, conforme a Lei nº13105/2015 em seus artigos 133 á 137 em que são réus HENRIQUE MISFELDT (CPF/CNPJ: 818.060.278- 87) e outros; no qual os autores JOCIMARA PIROLLI VILAS BOAS E OUTRO, requerem Desconsideração de Personalidade Jurídica - Substituição Processual, tendo em vista a inexistência de bens para satisfação do crédito exequendo da empresa GRUPO VIVA COMUNIDADE TERAPEUTICA VARGEM GRANDE PAULISTA S/ C LTDA ME (CPF/CNPJ: 05.274.663/0001- 18). Foram realizadas tentativas para localizar o corréu, e como esteja o mesmo em lugar incerto e não sabido, não sendo possível citá-lo (a) pessoalmente, nestas condições foi deferido a citação pelo presente edital (mov.533.1), para comparecer em juízo, para promover sua defesa e ser notificado dos ulteriores termos do processo, a que deverá comparecer, sob pena de revelia. Para conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada no local de costume. EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 60 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel caso em que será nomeado curador especial. E, para constar expediu-se o presente, que será afixado no local de costume deste Juízo e publicado na forma da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Londrina-PR, em **24/06 /2025**. Eu, (**Matheus Saita Ohashi Galera - Analista Judiciário),** fiz digitar e subscrevi.-
JAMIL RIECHI FILHO
JUIZ DE DIREITO

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA LONDRINA - ESTADODO PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): AGNALDO PEREIRA DA SILVA
PRAZO DE 30 (trinta) dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Juliana Trigo de Araújo Conceição, da 4ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Perdas e Danos, sob nº 0002154-64.2019.8.16.0014, em que é(são) exequente(s) José Antônio Bortolotti, e executado(s) AGNALDO PEREIRA DA SILVA, PAULO ANDRE DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido AGNALDO PEREIRA DA SILVA**, portador(a) do RG 38794345 SSP/PR e CPF 747.886.129-68. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não seja realizado, acarretará pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que poderá(ão) opor **impugnação**, por meio de advogado(a), no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC)., conforme resumo apresentado: " Fica o executado AGNALDO PEREIRA DA SILVA, atualmente em local incerto e não sabido, INTIMADO, por meio do presente edital, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento integral da dívida no valor de R$ 4.974,33 (quatro mil novecentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos), atualizado até 31/03/2024, conforme planilha juntada aos autos, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil.". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Dáfine Fabrizia Favoreto, Analista Judiciário, conferi e digitei. **Londrina, 25 de junho de 2025.**
JAMIL RIECJHI FILHO
JUIZ DE DIREITO
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

O Dr. Luiz Eduardo Asperti Nardi, Juiz de Direito do 4º Juizado Especial Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível intimar pessoalmente, nos autos de Termo Circunstanciado autuado sob o nº 0014637-24.2022.8.16.0014, o noticiado **Gerson Rodrigues de Souza Filho,** brasileiro, CPF nº 057.970.199-90, natural de Araraquara/SP, nascido em 20/07/1985, filho de Elza Farias da Silva De Souza e Gerson Rodrigues de Souza**,** atualmente em lugar incerto ou não sabido, pelo presente edital intima-o do despacho proferido nos presentes autos, cujo teor é o seguinte: "Ante ao exposto, pugno pela expedição de edital de intimação ao noticiado para manifestar o interesse na devolução dos valores apreendidos (R$110,00), devendo informar a conta bancária para depósito, no prazo de 10 (dez) dias". E, que de futuro não alegue ignorância é expedido o presente edital que será afixado em local de costume e publicado no Diário da Justiça. Londrina, em 26 de junho de 2025. Eu, Juliana Trindade Silva Lima, Analista Judiciária, que o digitei e o MM. Juiz de Direito do 4º Juizado Especial Criminal de Londrina/PR, Dr. Luiz Eduardo Asperti Nardi, o subscreve.

10ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
10ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3029-3384 - E-mail: londrina10vc@gmail.com

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO DE ISABELA GIOVANNA APARECIDA FEIJÓ,
O(A) Juiz(íza) de Direito João Marcos Anacleto Rosa, da 10ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela sob nº **0068210-40.2023.8.16.0014** movida por **LUCIMAR APARECIDA DOS SANTOS,** em face de **ISABELA GIOVANNA APARECIDA FEIJÓ,** e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de ISABELA GIOVANNA APARECIDA FEIJÓ (CPF/CNPJ: 098.247.149-10), por sentença transitada em julgado no dia 16/06/2025, declarando-a absolutamente incapaz de exercer os atos de sua vida civil, nomeando-lhe CURADOR o(a) Sr(a). LUCIMAR APARECIDA DOS SANTOS (CPF/CNPJ: 114.425.238-59) , cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o interditando em todos os atos da vida civil. Ressalta-se que, a curadora praticará todos os atos negociais

e patrimoniais, mas, por cautela, os atos de alienação ou disposição de eventuais bens, a qualquer título, dependerão de autorização judicial específica. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa de futuro, alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Londrina, 17 de junho de 2025 às 15:25:53. Eu,Robson Fernando Regioli, Analista Judicial, que o digitei e subscrevi.
João Marcos Anacleto Rosa
Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE MANDAGUARI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Mariana Azevedo de Souza
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo da Costa Franco, da Vara da Fazenda Pública de Mandaguari, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Monitória, assunto Cheque, sob nº 000179462.2024.8.16.0109, em que é(são) autor(es) FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA E LETRAS DE MANDAGUARI, e réu(s) Mariana Azevedo de Souza, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o débito constante na inicial, no valor total de R$25.250,95 (vinte e cinco mil duzentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos) - atualizado em 17/04/2024, o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento e acrescido de 5% (cinco por cento) do valor da causa a título de honorários advocatícios, ou, no mesmo prazo, oferecer embargos nos próprios autos (art. 702, CPC). A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que o cumprimento do mandado no prazo isenta do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Ainda, fica(m) CIENTE(S) de que, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos, será constituído de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701, § 2º, CPC). Por fim, a(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que, no prazo para embargos, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá(ão) requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (arts. 701, § 5º, e 916, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso do prazo de publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Larissa Giovana Estevam dos Santos, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Mandaguari, datado e assinado digitalmente.
Rodrigo da Costa Franco

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE MANDAGUARI
VARA CRIMINAL DE MANDAGUARI - PROJUDI
Av. Amazonas, Nº280 - Centro - Mandaguari/PR - CEP: 86.975-000 - Fone: (44) 3259 6330 - E-mail: mgri-2vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): JENNIFER KAUANA DE OLIVEIRA SAL
PRAZO DE 60 (Sessenta) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Angela Karina Chirnev Pedotti Audi, da Vara Criminal de Mandaguari, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência, sob nº 0003519-91.2021.8.16.0109, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JENNIFER KAUANA DE OLIVEIRA SAL, e vítima LUCIANE MADEIRA GONÇALVES DE MORAIS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **JENNIFER KAUANA DE OLIVEIRA SAL, portador(a) do RG 123096126 SSP/PR e CPF 086.407.309-70, nascido(a) em 13/02/1991, natural de MANDAGUARI/PR, filho(a) de TEREZINHA DE OLIVEIRA SAL e ALTAIR CAETANO DE SAL**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ARTIGO 150 - VIOLACAO DE DOMICILIO, à pena de 06 meses de detenção em regime aberto, na data de 26/06/2025, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: " Ante ao exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para o fim de CONDENAR a acusada JENNIFER KAUANA DE OLIVEIRA SAL,anteriormente qualificada, como incursa nas sanções do artigo 150, §1º do Código Penal, nos termos da fundamentação, razão pela qual, passo a dosar a pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Guilherme Bindewald, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Mandaguari, 26 de junho de 2025.
Guilherme Bindewald
Técnico Judiciário
Portaria 12/2024

MANGUEIRINHA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): E BRASIL DE LARA LAPAZIN FUNILARIA ME
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Daniela Fernandes de Oliveira, da Vara Cível de Mangueirinha, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Duplicata, sob nº 0001659-47.2024.8.16.0110, em que é(são) autor(es) TEVERE INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO LTDA, e réu(s) E BRASIL DE LARA LAPAZIN FUNILARIA ME, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) promovido E BRASIL DE LARA LAPAZIN FUNILARIA ME, portador(a) do CNPJ 23.701.462/0001-31. Desta forma, procede-se, por meio deste edital, à sua CITAÇÃO para, no prazo de 3 (três) dias úteis, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas, de honorários advocatícios, de correção monetária e dos juros moratórios até a data do efetivo pagamento, no valor total da causa, de R$ 11.204,74 (onze mil, duzentos e quatro reais e setenta e quatro centavos). A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC[1]). Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no prazo de 30 (trinta) dias úteis.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Pedro Lucchese Piovesan, técnico judiciário, conferi e digitei.
Mangueirinha, 26 de junho de 2025.
Daniela Fernandes de Oliveira
Juíza de Direito

MARILÂNDIA DO SUL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Anderson Lino da Silva
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira, da Vara Criminal de Marilândia do Sul, FAZ SABER a todos que
virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal -
Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0002143-60.2018.8.16.0114, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) DIEGO FERNANDO CEZARIO CARNEIRO, LAERCIO LINO DA SILVA,
Anderson Lino da Silva, e vítima Braulio Correa da Silva, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)
, portador(a) do RG 94428963 SSP/PR e CPF 049.427.949-43, nascido(a) em 31/08/1984,Anderson Lino da SilvaPromovido
motivo pelo qual senatural de PEDERNEIRAS/SP, filho(a) de NEUZA RODRIGUES VIANA e ALVINO LINO DA SILVA,
procede, por meio deste, à sua para tomar ciência de que houve em seu desfavor, ARTCITAÇÃO oferecimento de denúncia
155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa oferecida em 18/10/2019 e recebida em 17/02/2020, e à sua
para, no , oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituídoINTIMAÇÃO prazo de 10 (dez) dias
(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e
publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Marilândia do Sul, 17 de junho de 2025.
Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira
Juiz de Direito

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040527

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): EDSON PEREIRA DA SILVA
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira, da Vara Criminal de Marilândia do Sul, FAZ SABER a todos que
virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal -
Procedimento Sumário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0004993-53.2019.8.16.0114, em que é(são) autor(es)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EDSON PEREIRA DA SILVA, e vítima Estado do Paraná, e que
, portador(a) do RG 47277710não foi possível localizar pessoalmente a(s) EDSON PEREIRA DA SILVAparte(s) Promovido
SSP/PR e CPF 738.444.709-72, nascido(a) em 25/09/1969, natural de RIO BOM/PR, filho(a) de HELENA PINTO DA SILVA e
motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência de que houveEMIDIO PEREIRA DA SILVA, CITAÇÃO
em seu desfavor, ART 306 - CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR COM CAPACIDADEoferecimento de denúncia
PSICOMOTORA ALTERADA EM RAZAO DA INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL OU DE OUTRA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA QUE
DETERMINE DEPENDÊNCIA, Detenção: 6 meses a 3 anos E Multa oferecida em 03/12/2019 e recebida em 26/03/2020, e à
sua para, no , oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a)INTIMAÇÃO prazo de 10 (dez) dias
constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é
expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Marilândia do Sul, 17 de junho de 2025.
Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira
Juiz de Direito

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040525

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MAICON THOMAZ DA SILVA
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira, da Vara Criminal de Marilândia do Sul, FAZ SABER a todos que
virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal -
Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0000009-16.2025.8.16.0114, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MAICON THOMAZ DA SILVA, e vítima APARECIDA DA SILVA, e que não foi
, portador(a) do RG 135674044 SSPpossível localizar pessoalmente a(s) MAICON THOMAZ DA SILVAparte(s) Promovido
/PR e CPF 103.276.079-63, nascido(a) em 03/01/1998, natural de APUCARANA/PR, filho(a) de APARECIDA DA SILVA e
motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência de que houveMOYSES THOMAZ DA SILVA, CITAÇÃO
em seu desfavor, ART 147-B - Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seuoferecimento de denúncia
pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante
ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou
qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação., Reclusão: 6 meses a 2 anos E Multa
oferecida em 09/01/2025 e recebida em 12/02/2025, e à sua para, no , oferecer respostaINTIMAÇÃO prazo de 10 (dez) dias
escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do
Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e
ninguém alegue ignorância no futuro.
Marilândia do Sul, 17 de junho de 2025.
Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira
Juiz de Direito

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040441

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): FELIPE BATISTA MOREIRA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira, da Vara Criminal de Marilândia do Sul, FAZ SABER a todos que
virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal -
Procedimento Ordinário, assunto Prisão em flagrante, sob nº 0000765-35.2019.8.16.0114, em que é(são) autor(es)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FELIPE BATISTA MOREIRA, e vítima Estado do Paraná,e que não
, portador(a) do RG 127769338 SSPfoi possível localizar pessoalmente a(s) FELIPE BATISTA MOREIRAparte(s) Promovido
/PR e CPF 086.858.339-14, nascido(a) em 26/08/1995, natural de MARILANDIA DO SUL, filho(a) de ADRIANA APARECIDA
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua acerca daALVES e FLAVIO JOSE BATISTA MOREIRA OINTIMAÇÃ
sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou . O presente edital é expedido e publicado para que osabsolvido(a)
autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Marilândia do Sul, 23 de junho de 2025.
Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira

Juiz de Direito

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040585

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): VILSON DANIEL
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira, da Vara Criminal de Marilândia do Sul, FAZ SABER a todos que
virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal -
Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0000523-81.2016.8.16.0114, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) VILSON DANIEL, e vítima MATEUS GARCIA, e que não foi possível localizar
, portador(a) do RG 142832941 SSP/PR e Não Cadastrado, nascidopessoalmente a(s) VILSON DANIELparte(s) Promovido
, motivo pelo qual se procede, por meio(a) em 10/10/1977, filho(a) de BENEDITA DOMINGUES DANIEL e VICENTE DANIEL
deste, à sua acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou . O presente editalOINTIMAÇÃ absolvido(a)
é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Marilândia do Sul, 23 de junho de 2025.
Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira
Juiz de Direito

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040591

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): THIAGO ANTONIO BARBOSA DOS SANTOS
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira, da Vara Criminal de Marilândia do Sul, FAZ SABER a todos que
virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal -
Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0002056-12.2015.8.16.0114, em que é(são) autor(es) DELEGACIA DE
POLICIA DE MARILANDIA DO SUL, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) THIAGO ANTONIO
BARBOSA DOS SANTOS, e vítima MILTON DA COSTA FURTADO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte
(s) Promovido THIAGO ANTONIO BARBOSA DOS SANTOS, portador(a) do RG 125882854 SSP/PR e CPF 083.401.609-
58, nascido(a) em 15/07/1990, natural de IVAIPORA, filho(a) de SUELI APARECIDA BARBOSA DOS SANTOS e ALCEU
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua sobre a sentençaSEVERINO DOS SANTOS JUNIOR INTIMAÇÃO
proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou nas sanções do ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 1condenado(a)
ano, 3 meses e 23 dias, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316
/2022), e de que possui o para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado noprazo de 5 (cinco) dias
presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém
alegue ignorância no futuro.
Marilândia do Sul, 23 de junho de 2025.
Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira
Juiz de Direito

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040581

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): LENER RIBEIRO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira, da Vara Criminal de Marilândia do Sul, FAZ SABER a todos que
virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal -
Procedimento Ordinário, assunto Corrupção de Menores, sob nº 0002371-35.2018.8.16.0114, em que é(são) autor(es)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LENER RIBEIRO, e vítima M. A. C., que não foi possível localizar
, portador(a) do RG 123252527 SSP/PR e Não Cadastrado, nascidopessoalmente a(s) parte(s) LENER RIBEIROPromovido
, motivo pelo qual se procede, por meio(a) em 17/04/1993, natural de LONDRINA, filho(a) de MARCIA VIRGINIA CREPALDI
deste, à sua para , noINTIMAÇÃO PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a) prazo de 10 (dez) dias
, a contar da . Para tanto, deverádata de emissão da guia/boleto pela Secretaria SOLICITAR à Secretaria do Juízo a
, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas doemissão das respectivas guias e boleto
Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto
à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou
número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas ( ) para encaminhamento de boletos/guias deWhatsApp
pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o , que dependerá de autorização do(a) Juizpagamento parcelado
(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a
inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para
protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná
(Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a nãoa)
solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e
consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; o inadimplemento das custas ocasionará ab)
emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da
inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; após o envio da certidão para o protesto, oc)
pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a
reemissão de guia atualizada para pagamento; realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feitod)
por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá
comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; a multae)
não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f)
transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de
Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução
da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém
alegue ignorância no futuro. E para que no prazo de 10 dias manifeste interesse na restituição dos bens.INTIMAÇÃO
Marilândia do Sul, 16 de junho de 2025.
Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira
Juiz de Direito

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040559

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ARMANDO GERALDO FERNANDES
PRAZO DE 60 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira, da Vara Criminal de Marilândia do Sul, FAZ SABER a todos que
virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal -
Procedimento Sumário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0005301-89.2019.8.16.0114, em que é(são) autor
(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ARMANDO GERALDO FERNANDES, e vítima IARA LIMA
,MARTIM, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) ARMANDO GERALDO FERNANDESparte(s) Promovido
portador(a) do RG 93368878 SSP/PR e CPF 009.562.269-14, nascido(a) em 12/12/1986, natural de APUCARANA/PR, filho(a)
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à suade MARIA DE FATIMA FERNANDES e JOSE CARLOS FERNANDES
para efetuar restituição do valor recolhido a título de fiança, em conformidade com o art. 337 do CPP, ciente que,INTIMAÇÃO

em caso de inércia, será decretada a perda da quantia. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem
ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Marilândia do Sul, 23 de junho de 2025.
Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira
Juiz de Direito

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040555

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): DOUGLAS VINICIUS DE LIMA
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira, da Vara Criminal de Marilândia do Sul, FAZ SABER a todos que
virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial
da Lei Antitóxicos, assunto Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins, sob nº 0002463-47.2017.8.16.0114, em
que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) DOUGLAS VINICIUS DE LIMA, e vítima O
ESTADO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido DOUGLAS VINICIUS DE LIMA, portador(a)
do RG 12594809 SSP/PR e CPF 109.204.999-10, nascido(a) em 12/04/1995, natural de FAXINAL, filho(a) de FATIMA
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à suaVIEIRA DE SOUZA e JOSENEY APARECIDO DE LIMA NOTIFICAÇÃO
para tomar ciência de que houve em seu desfavor, como incurso nas penas do art. da Lei nºoferecimento de denúncia XXX
11.343/2006 (Lei de Tóxicos), e à sua para, no ,INTIMAÇÃO prazo de 10 (dez) dias arguir preliminares e invocar todas as
razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar
Se a resposta não for apresentada no prazo estipulado, o(a) Magistrado(a)testemunhas, até o número de 5 (cinco).
nomeará defensor(a) público. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos
e ninguém alegue ignorância no futuro.
Marilândia do Sul, 16 de junho de 2025.
Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira
Juiz de Direito

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040560

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): THAIS LIMA MENDES
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira, da Vara Criminal de Marilândia do Sul, FAZ SABER a todos que
virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial
da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0002122-89.2015.8.16.0114, em que é(são) autor(es)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANDERSON RAFAEL GALVÃO DOS SANTOS, THAIS LIMA
,MENDES, e vítima O Estado, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) THAIS LIMA MENDESPromovido
portador(a) do RG 134934832 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 10/11/1993, natural de TAMARANA, filho(a) de
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à suaANGELA MARIA DE LIMA NUNES e RONALDO MENDES INTIMAÇÃO
para , no , a contar daPAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a) prazo de 10 (dez) dias data de
. Para tanto, deveráemissão da guia/boleto pela Secretaria SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas
, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPRguias e boleto
(Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo
no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de
recebimento de mensagens instantâneas ( ) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificadoWhatsApp
(a) de que poderá requerer o , que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processopagamento parcelado
suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas)
parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a
inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente
suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a não solicitação das guias e boletoa)
para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com
as implicações do inadimplemento; o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicialb)
(CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos
órgãos de proteção ao crédito; após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a)c)
devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d)
realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor
no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do
protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; a multa não paga poderá ser objeto de execução ee)
consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; transcorrido o prazo de vencimento do boleto ef)
não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo
remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é
expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Marilândia do Sul, 17 de junho de 2025.
Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira
Juiz de Direito

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040565

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): EDINALDO FARIAS DE LIMA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira, da Vara Criminal de Marilândia do Sul, FAZ SABER a todos que
virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal -
Procedimento Ordinário, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0000913-12.2020.8.16.0114, em que é(são) autor
(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) AMANDA CARINA VILHALBA, EDINALDO FARIAS DE LIMA,
e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) EDINALDO FARIAS DEPromovido
, portador(a) do RG 146064698 SSP/PR e CPF 090.956.579-14, nascido(a) em 31/12/1988, natural de ADRIANOPOLIS,LIMA
, motivo pelo qual se procede,filho(a) de ADELAIR APARECIDA GONÇALVES LUZ FARIAS e ANTONIO GOMES DE LIMA
por meio deste, à sua para , noINTIMAÇÃO PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a) prazo de 10
, a contar da . Para tanto, deverá(dez) dias data de emissão da guia/boleto pela Secretaria SOLICITAR à Secretaria do Juízo
, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas doa emissão das respectivas guias e boleto
Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto
à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou
número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas ( ) para encaminhamento de boletos/guias deWhatsApp
pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o , que dependerá de autorização do(a) Juizpagamento parcelado
(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a
inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para
protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná
(Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a nãoa)
solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e
consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; o inadimplemento das custas ocasionará ab)

emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da
inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; após o envio da certidão para o protesto, oc)
pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a
reemissão de guia atualizada para pagamento; realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feitod)
por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá
comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; a multae)
não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f)
transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de
Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução
da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém
alegue ignorância no futuro.
Marilândia do Sul, 17 de junho de 2025.
Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira
Juiz de Direito

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040575

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): Nivaldo Aparecido de Souza
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O Juiz de Direito Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira, da Vara Criminal de Marilândia do Sul, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento
Ordinário, assunto Ameaça , sob nº 0000893-55.2019.8.16.0114, em que é autor MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO
PARANÁ, réu Nivaldo Aparecido de Souza, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) Nivaldoparte(s) Promovido
, portador(a) do RG 51589122 SSP/PR e CPF 094.197.119-86, nascido(a) em 11/03/1968, natural deAparecido de Souza
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, àLONDRINA, filho(a) de Maria Aparecida de Souza e Jordão Silva de Souza
sua acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou , nos termosOINTIMAÇÃ extinta a sua punibilidade
do art. 107, IV, do CP e 61 do CPP. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de
todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Marilândia do Sul, 23 de junho de 2025.
Gabriel Kutianski Gonzalez Vieira
Juiz de Direito

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040599

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): RUI BARBOSA SIRINO DOS SANTOS
PRAZO DE 30 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Claudio Camargo dos Santos, da Vara Sumariante do Tribunal do Júri de Maringá (1ª Vara Criminal), FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Simples, sob nº 0023386-94.2017.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JULIO CESAR DA SILVA, e vítima RUI BARBOSA SIRINO DOS SANTOS e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima RUI BARBOSA SIRINO DOS SANTOS, portador(a) do RG 86546493 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 20/07/1982, filho(a) de MARIA IZABEL SABINO e GILBERTO SIRINO DOS SANTOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qualdiante do exposto, com base no disposto no artigo 419 do Código de Processo Penal, a capitulação apresentada na inicial acusatória, 121, §2º, inciso IV,DESCLASSIFICO combinado com o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal para o do artigo 129, caput , do mesmo código , de modo que JÚLIO CÉSAR DA SILVA responda pelo crime de lesão corporal de natureza leve. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Renato Carlos Gomes, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Maringá, 27 de junho de 2025.
Claudio Camargo dos Santos
Juiz de Direito
Renato Carlos Gomes
Técnico Judiciário
assina port. 02/2014

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): BENEDITO LOPES SOARES
PRAZO DE 30 DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Claudio Camargo dos Santos, da Vara Sumariante do Tribunal do Júri de Maringá (1ª Vara Criminal), FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0020725-89.2010.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) BENEDITO LOPES SOARES, e vítima MAIARA SILVA DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido BENEDITO LOPES SOARES, portador(a) do RG 39222132 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 13/09/1964, natural de NANUQUE, filho(a) de CELINA LOPES SOARES e GENIBALDO LOPES SOARES**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido(a)**, nos termos do art. 386, inciso VII, do CPP . O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Renato Carlos Gomes, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Maringá, 27 de junho de 2025.Renato Carlos Gomes Técnico JudiciárioAssina por. 02/2014**
Claudio Camargo dos Santos
Juiz de Direito

1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital Geral

A DRA. IZA MARIA BERTOLA MAZZO, MMA. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.
FAZ SABER, na forma da lei, a quem o conhecimento deste haja pertencer, que perante este Juízo processam-se os autos em epígrafe, sob o nº 0013154-42.2025.8.16.0017, por meio da qual os interessados ALINE GISELI MARTIM e JORGE LUIZ FERMIANO DE LIMA pretendem ALTERAR O REGIME DE BENS do casamento, passando do regime de REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS para o regime de SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS. RESUMO DO PEDIDO: ALINE GISELI MARTIM, brasileira, portadora da cédula de identidade sob n° 7.236.115-6 SSP/PR, e JORGE LUIZ FERMIANO DE LIMA, brasileiro, portador da cédula de identidade sob n° 33.285.798-0 SSP/SP, ela empresária, ele gerente administrativo, casados entre si pelo Regime de Comunhão Parcial de Bens, residentes na cidade de Maringá - Estado do Paraná, por seus procuradores judiciais, vêm à presença de Vossa Excelência, propor a presente AÇÃO DE ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS com fundamento no artigo 734 do Código de Processo Civil, pelos fatos e fundamentos que passa expor: Os Requerentes são casados sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens desde 13 de setembro de 2008. Ocorre que a Requerente é empresária e o Requerente pretende constituir empresa em um futuro próximo. Sabe-se que o regime da comunhão parcial de bens limita a possibilidade de empreender, vez que os cônjuges sujeitos a este regime dependem da outorga uxória para praticar determinados atos que são essenciais à atividade empresarial, como por exemplo prestar fiança ou aval ou ainda alienar bens imóveis, conforme literalidade do artigo 1647 do Código Civil. Por isso, pretendem a Alteração de regime

de Comunhão Parcial de Bens para o regime de Separação Total de Bens. Assim, a alteração de regime de bens é medida que se impõe, principalmente por existir o consenso do casal na postulação da ação, fundamentos para a procedência do pedido e por inexistir prejuízos a terceiros com o deferimento do pedido pleiteado, considerando ainda que estão presentes os requisitos necessários previstos no art. 1.639, § 2º do Código Civil para que seja concedida a alteração. No mesmo sentido o artigo 734 do Código de Processo Civil. Junta-se à presente as certidões negativas anexas. Preenchido os requisitos necessários, tratando-se de pedido consensual totalmente fundamentado, inexistindo prejuízos a terceiros, verifica-se que o deferimento do pedido é a medida que se impõe. Ante todo o exposto, requer que se digne Vossa Excelência de: 01. Determinar a intimação do Douto representante do Ministério Público, bem como a publicação de edital divulgando a alteração pretendida, nos termos do §1º do artigo 734 do CPC. 2. julgue totalmente procedente o pedido aqui explanado, por estarem presentes os pedidos motivados de ambos os cônjuges, a inexistência de prejuízos a terceiros e a apreciação judicial do direito pleiteado, determinando a alteração de regime de casamento dos Requerentes para Separação Total de Bens. 3. Requer a averbação de alteração de regime de casamento proferida pela decisão do Douto Magistrado a margem do assento de casamento, levado aos registros imobiliários competentes e ao registro público de empresas mercantis e atividades afins. Protesta provar o alegado por todos os meios admitidos em nosso ordenamento jurídico. Dá-se à causa o valor de R$ 1.000,00 (mil reais). E para que não se alegue ignorância ou desconhecimento foi expedido o presente edital com prazo de 30 (trinta) dias, de forma reduzida, em conformidade com o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná. Nada mais a constar. Maringá/PR, 26 de junho de 2025.

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): VALMIR BERNARDINO SENA PRAZO DE 25 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Bruno Henrique Golon, da 2ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes do Sistema Nacional de Armas, sob nº 0029015-39.2023.8.16.0017, em que é(são) autor(es) réu(s) Giovane Jander Lopes Sena, VALMIR BERNARDINO SENA, e vítima ESTADO DO PARANÁ, que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido VALMIR BERNARDINO SENA, portador(a) do RG 91571358 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 12/12/1983, natural de MARINGA, filho(a) de VERA LUCIA SANTOS DA CONCEIÇÃO e VALDOMIRO BERNARDINO SENA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 16 - POSSE/PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO ACESSORIO OU MUNICAO - USO RESTRITO, Reclusão: 3 a 6 anos E Multa oferecida em 24/01/2025 e recebida em 24/01/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia:" No dia 26 de novembro de 2023, por volta de 23h, no interior de um veículo em via pública, na altura da Avenida Humaitá, 221, Zona Quatro, nesta cidade e Foro Central de Maringá, o denunciado VALMIR BERNARDINO SENA (e Giovane Jander Lopes Sena - Acordo de Não Persecução em execução), agindo em concurso, com unidade de desígnios e propósitos, cada qual aderindo à conduta do outro para obtenção do mesmo resultado, portavam e transportavam arma de fogo e munição de uso restrito, a saber, 01 (uma) tipo pistola, calibre .9mm (nove milímetros), marca 'CANIK', modelo TP9SF, número de série 12301, com carregador, e 03 (três) munições calibre .9mm (nove milímetros), sendo 02 (duas) intactas e 01 (uma) deflagrada, bem como 01 (uma) munição, calibre .380, de uso permitido, em perfeitas condições de funcionamento e aptas para disparo, conforme boletim de ocorrência (mov. 1.21), auto de exibição e apreensão (movs. 1.10) e laudo de eficiência e prestabilidade de arma de fogo (mov. 44.5). Cumpre especificar que a arma e os apetrechos foram apreendidos durante busca veicular no automóvel marca/modelo, 'Peugeot/207 Passion XR S', ano 2009, cor branca, placas MIH2I20/SC, de propriedade de Giovane, salientando que a pistola foi localizada no porta-malas, contendo duas munições intactas no carregador, além de uma no console (.380, de uso permitido) e uma deflagrada (.9mm), encontrada no assoalho, em decorrência de um disparo acidental efetuado por VALMIR "e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, CARLA CLARA CUNHA, Analista Judiciário, conferi e digitei. Maringá, 23 de maio de 2025. Bruno Henrique Golon Juiz de Direito

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Adicionar um(a) Conteúdo **EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): GABRIEL HENRIQUE RIBEIRO DE MORAES PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS**O(A) Juiz(íza) de Direito Mônica Fleith, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0010355-31.2022.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE MARINGÁ - PARANÁ, réu(s) TIAGO LUIS VIEIRA, GABRIEL HENRIQUE RIBEIRO DE MORAES, e vítima WELLINGTON FERNANDES DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido GABRIEL HENRIQUE RIBEIRO DE MORAES, portador(a) do RG 145398134 SSP/PR e CPF 058.685.379-04, nascido(a) em 08/08/2001, natural de FRANCA/SP, filho(a) de ANTONIA ALVES DA CUNHA e EMERSON RIBEIRO DE MORAES**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido(a)**, nos termos do art. 386, VII DO CPP. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Maringá, 26 de junho de 2025.**
Mônica Fleith
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Adicionar um(a) Conteúdo
EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): APARECIDO MARTINS DA SILVA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Mônica Fleith, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0013412-91.2021.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) APARECIDO MARTINS DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido APARECIDO MARTINS DA SILVA, portador(a) do RG 85861999 SSP/PR e CPF 040.216.079-78, nascido(a) em 16/09/1975, natural de MARINGA, filho(a) de MARIA APARECIDA MARTINS DA SILVA e ANDRE VALERIO DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Maringá, 27 de junho de 2025.
Mônica Fleith
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

5ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO CENTRAL DE MARINGÁ
5ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ - PROJUDI
Av. Pedro Taques, 294 - Átrium Centro Empresarial - Torre Norte - 1 andar - Zona 10 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: (44) 3025-3744 - Celular: (44) 98868-5116 - E-mail: mar-5vj-e@tjpr.jus.br

Autos nº. 0007476-17.2023.8.16.0017

Processo:	0007476-17.2023.8.16.0017
Classe Processual:	Interdição/Curatela
Assunto Principal:	Capacidade
Valor da Causa:	R$1.320,00
Requerente(s):	• IVANILDA DE CARVALHO MARTINS (RG: 68068460 SSP/PR e CPF/CNPJ: 884.077.809-87) Rua Francisco Jorge Ribeiro, 447 - MARINGÁ/PR
Requerido(s):	• GUSTAVO DE CARVALHO MARTINS (RG: 133591494 SSP/PR e CPF/CNPJ: 106.234.209-70) Rua Francisco Jorge Ribeiro , 447 - MARINGÁ/PR

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃOCOM O PRAZO DE VINTE (20) DIASJUSTIÇA GRATUITA

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos e partes supra mencionados.

Objeto: **INTIMAÇÃO** de terceiros e interessados, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os autos supra citados, no qual, foi prolatada sentença, decretando a interdição do(a) requerido(a): **GUSTAVO DE CARVALHO MARTINS** (RG: 133591494 SSP/PR e CPF/CNPJ: 106.234.209-70), cuja parte dispositiva é a seguinte: "*Ante o exposto, com base no artigo 487, inciso I, do CPC, julgo procedente o pedido contido na inicial para o fim de decretar a interdição de Gustavo de Carvalho Martins, e consolidar a curatela provisória deferida, para o fim de nomear Ivanilda de Carvalho Martins como sua curadora definitiva, tão somente para atos patrimoniais e negociais da vida civil, conforme elucidado em fundamentação*.".

Curador(a) Nomeado(a): **IVANILDA DE CARVALHO MARTINS** (RG: 68068460 SSP/PR e CPF/CNPJ: 884.077.809-87)

Dado e passado nesta cidade e Comarca de MARINGÁ, Estado do PARANÁ, em 06 de junho de 2025 às 14:25:21.- Eu, JULIANA CHRISTINA BETONI FERNANDES, Empregada Juramentada, o digitei e subscrevi.

RAFAEL ALTOÉ
Juiz de Direito Substituto
(Documento Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO CENTRAL DE MARINGÁ
5ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ - PROJUDI
Av. Pedro Taques, 294 - Átrium Centro Empresarial - Torre Norte - 1 andar - Zona 10 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: (44) 3025-3744 - Celular: (44) 98868-5116 - E-mail: mar-5vj-e@tjpr.jus.br

Autos nº. 0023942-86.2023.8.16.0017

Processo:	0023942-86.2023.8.16.0017
Classe Processual:	Interdição/Curatela
Assunto Principal:	Interdição
Valor da Causa:	R$1.000,00
Requerente(s):	• Maria Cristina Cabestre (CPF/CNPJ: 002.033.248-38) Rua Monte Cáceros, 189 - Zona 03 - MARINGÁ/PR - CEP: 87.050-180
Requerido(s):	• ISAAC DI LASCIO SILVA (RG: 142705435 SSP/PR e CPF/CNPJ: 128.516.489-00) Rua Monte Cáceros, 189 - Zona 03 - MARINGÁ/PR - CEP: 87.050-180

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃOCOM O PRAZO DE VINTE (20) DIASJUSTIÇA GRATUITA

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos e partes supra mencionados.

Objeto: **INTIMAÇÃO** de terceiros e interessados, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os autos supra citados, no qual, foi prolatada sentença, decretando a interdição do(a) requerido(a): **ISAAC DI LASCIO SILVA** (RG: 142705435 SSP/PR e CPF/CNPJ: 128.516.489-00), cuja parte dispositiva é a seguinte: "*Por todo exposto, com base no artigo 487, I, do CPC, o pedido contido julgo procedente na inicial para o fim de decretar a interdição de ISAAC DI LASCIO SILVA, e consolidar a curatela provisória deferida, para o fim de nomear MARIA CRISTINA CABESTRE como sua curadora definitiva, tão somente para atos patrimoniais e negociais da vida civil, conforme elucidado na fundamentação*".

Curador(a) Nomeado(a): **Maria Cristina Cabestre** (CPF/CNPJ: 002.033.248-38)

Dado e passado nesta cidade e Comarca de MARINGÁ, Estado do PARANÁ, em 29 de maio de 2025 às 14:14:49.- Eu, JULIANA CHRISTINA BETONI FERNANDES, Empregada Juramentada, o digitei e subscrevi.

RAFAEL ALTOÉ
Juiz de Direito Substituto
(Documento Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO CENTRAL DE MARINGÁ
5ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ - PROJUDI
Av. Pedro Taques, 294 - Átrium Centro Empresarial - Torre Norte - 1 andar - Zona 10 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: (44) 3025-3744 - Celular: (44) 98868-5116 - E-mail: mar-5vj-e@tjpr.jus.br

Autos nº. 0009229-09.2023.8.16.0017

Processo:	0009229-09.2023.8.16.0017
Classe Processual:	Interdição/Curatela
Assunto Principal:	Interdição
Valor da Causa:	R$1.000,00
Requerente(s):	• CIRLETE LINARES MACARI MANTOVANI (CPF/CNPJ: 884.674.229-04) Rua Patrícia, 548 - Parque Residencial Patrícia - MARINGÁ/PR - CEP: 87.040-450 - E-mail: cirletelinares-5@hotmail.com - Telefone(s): (44) 99936-6677
Requerido(s):	• OSÓRIO RODRIGUES MACARI (RG: 7454686 SSP/PR e CPF/CNPJ: 161.507.169-53) Avenida São Domingos, 1854 - Vila Morangueira - MARINGÁ/PR - CEP: 87.040-000

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃOCOM O PRAZO DE VINTE (20) DIASJUSTIÇA GRATUITA

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos e partes supra mencionados.

Objeto: **INTIMAÇÃO** de terceiros e interessados, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os autos supra citados, no qual, foi prolatada sentença, decretando a interdição do(a) requerido(a): **OSÓRIO RODRIGUES MACARI** (RG: 7454686 SSP/PR e CPF/CNPJ: 161.507.169-53), cuja parte dispositiva é a seguinte: "*Ante o exposto, com base no artigo 487, inciso I, do CPC, julgo procedente o pedido contido na inicial para o fim de decretar a interdição de Osório Rodrigues Macari, e consolidar a curatela provisória deferida, para o fim de nomear Cirlete Linares Macari como sua curadora definitiva, tão somente para atos patrimoniais e negociais da vida civil, conforme elucidado em fundamentação*".

Curador(a) Nomeado(a): **CIRLETE LINARES MACARI** (CPF/CNPJ: 884.674.229-04)

Dado e passado nesta cidade e Comarca de MARINGÁ, Estado do PARANÁ, em 03 de junho de 2025 às 14:50:20.- Eu, JULIANA CHRISTINA BETONI FERNANDES, Empregada Juramentada, o digitei e subscrevi.

RAFAEL ALTOÉ
Juiz de Direito Substituto
(Documento Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO CENTRAL DE MARINGÁ
5ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ - PROJUDI
Av. Pedro Taques, 294 - Átrium Centro Empresarial - Torre Norte - 1 andar - Zona 10 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: (44) 3025-3744 - Celular: (44) 98868-5116 - E-mail: mar-5vj-e@tjpr.jus.br

Autos nº. 0024567-23.2023.8.16.0017

Processo:	0024567-23.2023.8.16.0017

Classe Processual: Interdição/Curatela
Assunto Principal: Capacidade
Valor da Causa: R$1.320,00
Requerente(s):
- DENIZE SALDANHA BARBOSA (RG: 36085061 SSP/PR e CPF/CNPJ: 929.110.649-68) Rua Vitório Balani, 581 - Zona 05 - MARINGÁ/PR - CEP: 87.015-310 - E-mail: fernandoecia2@gmail.com - Telefone(s): (44) 99970-3504

Requerido(s):
- JOSE LUIZ CARDOSO MOUTA (CPF/CNPJ: 034.710.308-16) representado(a) por DENIZE SALDANHA BARBOSA (RG: 36085061 SSP/PR e CPF/CNPJ: 929.110.649-68) Rua Vitório Balani, 581 - Zona 05 - MARINGÁ/PR - CEP: 87.015-310

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃOCOM O PRAZO DE VINTE (20) DIASJUSTIÇA GRATUITA

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos e partes supra mencionados.

Objeto: **INTIMAÇÃO** de terceiros e interessados, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os autos supra citados, no qual, foi prolatada sentença, decretando a interdição do(a) requerido(a): **JOSE LUIZ CARDOSO MOUTA** (CPF/CNPJ: 034.710.308-16), cuja parte dispositiva é a seguinte: "*Ante o exposto, resolvo o mérito do processo na forma do art.487, I, c/com art. 755, II, ambos do Código de Processo Civil e JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado, e, de conseguinte, decreto a interdição de JOSE LUIZ CARDOSO MOUTA, qualificado na inicial, declarando-o incapaz para exercer os atos da vida civil: votar e ser votado, alienar imóveis ou veículos ou de qualquer forma onerá-los, firmar contratos bancários, contratos de locação, contratar empregados, contrair empréstimos de qualquer natureza, alienar, hipotecar ou dar em penhora bem de qualquer valor, bem como para demandar e ser demandado, comparecer em juízo, bem como praticar os pequenos negócios cotidianos (compras no mercado, no comércio, etc.), constituir vínculo na qual o curatelado figure como empregado, administrar eventuais móveis/imóveis de sua propriedade (dependendo de autorização judicial para alienação)*".

Curador(a) Nomeado(a): **DENIZE SALDANHA BARBOSA** (RG: 36085061 SSP/PR e CPF/CNPJ: 929.110.649-68)

Dado e passado nesta cidade e Comarca de MARINGÁ, Estado do PARANÁ, em 06 de junho de 2025 às 14:31:26.- Eu, JULIANA CHRISTINA BETONI FERNANDES, Empregada Juramentada, o digitei e subscrevi.

SUZIE CAPRONI FERREIRA FORTES
Juíza de Direito
(Documento Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO CENTRAL DE MARINGÁ
5ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ - PROJUDI
Av. Pedro Taques, 294 - Átrium Centro Empresarial - Torre Norte - 1 andar - Zona 10 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: (44) 3025-3744 - Celular: (44) 98868-5116 - E-mail: mar-5vj-e@tjpr.jus.br

Autos nº. 0031106-05.2023.8.16.0017

Processo: 0031106-05.2023.8.16.0017
Classe Processual: Interdição/Curatela
Assunto Principal: Capacidade
Valor da Causa: R$300,00
Requerente(s):
- EUNICE ALVES DE SOUZA (RG: 8113270 SSP/PR e CPF/CNPJ: 482.652.259-20) Rua Rio Jordão, 93 - Conjunto João de Barro Champagnat - MARINGÁ/PR - CEP: 87.043-480 - E-mail: marciazoia2012@hotmail.com - Telefone(s): (44) 99994-5520

Requerido(s):
- shirlei alves de souza (RG: 94538599 SSP/PR e CPF/CNPJ: 800.928.309-60) Rua Rio Jordão, 93 - Conjunto João de Barro Champagnat - MARINGÁ/PR - CEP: 87.043-480

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃOCOM O PRAZO DE VINTE (20) DIASJUSTIÇA GRATUITA

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos e partes supra mencionados.

Objeto: **INTIMAÇÃO** de terceiros e interessados, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os autos supra citados, no qual, foi prolatada sentença, decretando a interdição do(a) requerido(a): Shirlei Alves de Souza (RG: 94538599 SSP/PR e CPF/CNPJ: 800.928.309-60), cuja parte dispositiva é a seguinte: "*Ante o exposto, resolvo o mérito do processo na forma do art. 487, I, c/com art. 755, II, ambos do Código de Processo Civil e JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado, e, de conseguinte, decreto a interdição de SHIRLEI ALVES DE SOUZA, qualificada na inicial, declarando-a incapaz para exercer os atos da vida civil: votar e ser votado, alienar imóveis ou veículos ou de qualquer forma onerá-los, firmar contratos bancários, contratos de locação, contratar empregados, contrair empréstimos de qualquer natureza, alienar, hipotecar ou dar em penhora bem de qualquer valor, bem como para demandar e ser demandado, comparecer em juízo, bem como praticar os pequenos negócios cotidianos (compras no mercado, no comércio, etc.), constituir vínculo na qual o curatelado figure como empregado, administrar eventuais móveis/imóveis de sua propriedade (dependendo de autorização judicial para alienação). Nomeio sua curadora EUNICE ALVES DE SOUZA, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens imóveis ou veículos, pertencentes ao interditado sem autorização judicial.".*

Curador(a) Nomeado(a): **EUNICE ALVES DE SOUZA** (RG: 8113270 SSP/PR e CPF/CNPJ: 482.652.259-20)

Dado e passado nesta cidade e Comarca de MARINGÁ, Estado do PARANÁ, em 09 de junho de 2025.- Eu, JULIANA CHRISTINA BETONI FERNANDES, Empregada Juramentada, o digitei e subscrevi.

SUZIE CAPRONI FERREIRA FORTES
Juíza de Direito
(Documento Assinado Digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO CENTRAL DE MARINGÁ
5ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ - PROJUDI
Av. Pedro Taques, 294 - Átrium Centro Empresarial - Torre Norte - 1 andar - Zona 10 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: (44) 3025-3744 - Celular: (44) 98868-5116 - E-mail: mar-5vj-e@tjpr.jus.br

Autos nº. 0011098-41.2022.8.16.0017

Processo: 0011098-41.2022.8.16.0017
Classe Processual: Interdição/Curatela
Assunto Principal: Interdição
Valor da Causa: R$1.212,00
Requerente(s):
- ANA PAULA GOMES DOS SANTOS (RG: 298271758 SSP/SP e CPF/CNPJ: 264.717.788-05) Av. da Independência, 1736 - PAIÇANDU/PR - CEP: 87.140-000 - E-mail: paulasantos.30@hotmail.com - Telefone(s): (44) 98855-4358

Requerido(s):
- Mateus dos Santos Dias (CPF/CNPJ: 411.103.008-40) Av. da Independência, 1736 - PAIÇANDU/PR

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃOCOM O PRAZO DE VINTE (20) DIASJUSTIÇA GRATUITA

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos e partes supra mencionados.

Objeto: **INTIMAÇÃO** de terceiros e interessados, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os autos supra citados, no qual, foi prolatada sentença, decretando a interdição do(a) requerido(a): **Mateus dos Santos Dias** (CPF/CNPJ: 411.103.008-40), cuja parte dispositiva é a seguinte: "*Ante o exposto, resolvo o mérito do processo na forma do art. 487, I, c/com art. 755, II, ambos do Código de Processo Civil e JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado, e, de conseguinte, decreto a interdição de MATEUS DOS SANTOS DIAS, qualificado na inicial, declarando-o incapaz para exercer os atos da vida civil: votar e ser votado, alienar imóveis ou veículos ou de qualquer forma onerá-los, firmar contratos bancários, contratos de locação, contratar empregados, contrair empréstimos de qualquer natureza, alienar, hipotecar ou dar em penhora bem de qualquer valor, bem como para demandar e ser demandado, comparecer em juízo, bem como praticar os pequenos negócios cotidianos (compras no mercado, no comércio, etc.), constituir vínculo na qual o curatelado figure como empregado, administrar eventuais móveis/imóveis de sua propriedade (dependendo de autorização judicial para alienação). Nomeio sua curadora ANA PAULA GOMES DOS SANTOS DIAS que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens imóveis ou veículos, pertencentes à interditada sem autorização judicia*l.".

Curador(a) Nomeado(a): **ANA PAULA GOMES DOS SANTOS** (RG: 298271758 SSP/SP e CPF/CNPJ: 264.717.788-05)

Dado e passado nesta cidade e Comarca de MARINGÁ, Estado do PARANÁ, em 06 de junho de 2025 às 14:08:38.- Eu, JULIANA CHRISTINA BETONI FERNANDES, Empregada Juramentada, o digitei e subscrevi.

SUZIE CAPRONI FERREIRA FORTES

Juíza de Direito
(Documento Assinado Digitalmente)

MARMELEIRO

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

O(A) Juiz(íza) Substituto Jean Rodrigues, da Vara de Família e Sucessões de Marmeleiro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Alimentos, sob nº 0002815-61.2018.8.16.0181, em que é(são) exequente(s) R. V. V. B., V. V. B., e executado(s) ADEMIR JOÃO BOELTER, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ADEMIR JOÃO BOELTER , portador(a) do RG 106664420 SSP/PR e CPF 033.705.339-10. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO da penhora no rosto dos autos nº 0002278- 55.2024.8.16.0181, incidentes sobre a quota-parte do executado ADEMIR JOÃO BOELTER nos bens do espólio de seus genitores, especialmente sobre o imóvel descrito na matrícula nº 24.014 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Francisco Beltrão-PR até o limite de R$87.396,65 (Oitenta e sete mil trezentos e noventa e seis reais, com sessenta e cinco centavos) ; e da penhora do veículo veículo/caminhoneta I/MMC PAJERO GLS-B, cor Prata, de placas: JFV-3A68, Renavam 0072.893885-5/PR, chassi: JMY0NV230YJX00110, apreensão e remoção do veículo e na falta de depositário público, o bem buscado deverá ser apreendido, depositando-o em mãos da parte autora, na pessoa de seu representante (art. 3º, caput, Decreto-Lei nº 911/69), cabendo ao(à) requerido(a) entregar os bens e seus respectivos documentos (art. 3º, § 4º, Decreto-Lei nº 911/69). ADVERTÊNCIAde que: Poderá apresentar impugnação nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de ciência do ato, caso venha a alegar incorreção da penhora ou da avaliação, nos termos do art. 917, § 1º, do Código de Processo Civil; Poderá, ainda, opor embargos à execução, no prazo de 15 (dias) dias úteis, contados da data de juntada aos autos do mandado cumprido, nos termos do art. 915 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Elisia da Aparecida Américo, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Marmeleiro, 14 de abril de 2025.
Jean Rodrigues
Magistrado

MATELÂNDIA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MATELÂNDIA
VARA CRIMINAL DE MATELÂNDIA - PROJUDI
Rua Onze de Junho , 1133 - Vila Nova - Matelândia/PR - CEP: 85.887-000 - Fone: (45) 3327-9371 - E-mail: matelandiavaracriminal@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): Junior Teixeira de Souza
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Dufau e Silva, da Vara Criminal de Matelândia, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0004011-94.2023.8.16.0115, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Junior Teixeira de Souza, e vítima M.M.R, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Junior Teixeira de Souza, portador(a) do RG 111504920 SSP/PR e CPF 012.207.409-26, nascido(a) em 04/04/1995, natural de MATELANDIA/PR, filho(a) de Maria Helena da Silva Teixeira e Juvenal Batista de Souza,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses oferecida em 15/01/2024 e recebida em 16/03/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Valdirene Alves Cardoso Erthal, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Matelândia, 26 de junho de 2025.
Rodrigo Dufau e Silva
Juiz de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MATELÂNDIA
VARA CRIMINAL DE MATELÂNDIA - PROJUDI
Rua Onze de Junho , 1133 - Vila Nova - Matelândia/PR - CEP: 85.887-000 - Fone: (45) 3327-9371 - E-mail: matelandiavaracriminal@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): CARLOS ANDRE PEREIRA SAMARITANO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Dufau e Silva, da Vara Criminal de Matelândia, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0001450-97.2023.8.16.0115, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MICHEL DOS SANTOS OZORIO, CARLOS ANDRE PEREIRA SAMARITANO, e vítima LAISE DELINE SPEROTTO DO PRADO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido CARLOS ANDRE PEREIRA SAMARITANO, portador(a) do RG 125596673 SSP/PR e CPF 079.247.089-36, nascido(a) em 29/04/1991, natural de IRETAMA/PR, filho(a) de ANALICE NUNES PEREIRA SAMARITANO e CIRSO SAMARITANO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Valdirene Alves Cardoso Erthal, conferi e digitei.
Matelândia, 27 de junho de 2025.
Rodrigo Dufau e Silva
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MATELÂNDIA
VARA CRIMINAL DE MATELÂNDIA - PROJUDI
Rua Onze de Junho , 1133 - Vila Nova - Matelândia/PR - CEP: 85.887-000 - Fone: (45) 3327-9371 - E-mail: matelandiavaracriminal@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ALEX BASTOS ESPELOCIN

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Dufau e Silva, da Vara Criminal de Matelândia, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0000019-57.2025.8.16.0115, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALEX BASTOS ESPELOCIN, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido ALEX BASTOS ESPELOCIN, portador(a) do RG 92854493 SSP/PR e CPF 043.789.749-40, nascido(a) em 25/11/1983, natural de CHOPINZINHO/PR, filho(a) de Neusa Bastos Espelocin e Saul Serpa Espelocin**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Fernanda Rodrigues Valdirene Alves Cardoso Erthal, conferi e digitei.
Matelândia, 27 de junho de 2025.
Rodrigo Dufau e Silva
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): FELIPPE WESLEY BIBERG

PRAZO DE 90 (NOVENTA) / 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Dufau e Silva, da Vara Criminal de Matelândia, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0000102-73.2025.8.16.0115, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FELIPPE WESLEY BIBERG, e vítima PAULINA MOLON VERDI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **FELIPPE WESLEY BIBERG, portador(a) do RG 143131947 SSP/PR e CPF 117.732.109-20, nascido(a) em 09/07/1999, natural de FOZ DO IGUACU/PR, filho(a) de ANGELA MARIA CAETANO DOS SANTOS e MOACIR BIBERG**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 1 ano, 10 meses e 15 dias na data de , não há substituição da pena corporal ou sursis penal, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: furto simples (Fato1. CP, art. 155, caput) , em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Valdirene Alves Cardoso Erthal, conferi e digitei.
Matelândia, 27 de junho de 2025.
Rodrigo Dufau e Silva
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MATELÂNDIA
VARA CRIMINAL DE MATELÂNDIA - PROJUDI
Rua Onze de Junho , 1133 - Vila Nova - Matelândia/PR - CEP: 85.887-000 - Fone: (45) 3327-9371 - E-mail: matelandiavaracriminal@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): FELIPPE WESLEY BIBERG

PRAZO DE 90 (NOVENTA) / 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Dufau e Silva, da Vara Criminal de Matelândia, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0000102-73.2025.8.16.0115, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FELIPPE WESLEY BIBERG, e vítima PAULINA MOLON VERDI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **FELIPPE WESLEY BIBERG, portador(a) do RG 143131947 SSP/PR e CPF 117.732.109-20, nascido(a) em 09/07/1999, natural de FOZ DO IGUACU/PR, filho(a) de ANGELA MARIA CAETANO DOS SANTOS e MOACIR BIBERG**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 1 ano, 10 meses e 15 dias na data de , não há substituição da pena corporal ou sursis penal, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: furto simples (Fato1. CP, art. 155, caput) , em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Fernanda Rodrigues Pichibinski, Estagiário, conferi e digitei.**Matelândia, 27 de junho de 2025.**
Rodrigo Dufau e Silva
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

MATINHOS

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): Valdirene Gomes de Lara PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo José Lopes, da Vara Criminal de Matinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Apropriação indébita, sob nº 0001432-39.2024.8.16.0116, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Valdirene Gomes de Lara, e vítima Vanderlei Ferreira de Souza, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Valdirene Gomes de Lara, portador(a) do RG 104488285 SSP/PR e CPF 066.353.639-12, nascido(a) em 18/01/1984, natural de PALMITAL/PR, filho(a) de CLARINDA PEREIRA DE LARA e LEODEGAR GOMES DE LARA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 168 - APROPRIACAO INDEBITA, Reclusão: 1 a 4 anos E Multa oferecida em 02/12/2024 e recebida em 13/12/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia; à sua INTIMAÇÃO para se MANIFESTAR COMO PRELIMINAR DE SUA DEFESA, ACERCA DA PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO, conforme proposta deduzida na

cota ministerial, anexa a este mandado, no prazo de 10 dias ; e à sua INTIMAÇÃO para que, caso não aceite a proposta de suspensão condicional do processo, no prazo de 10 (dez) dias , ofereça a resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Angela de Oliveira, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Matinhos, 16 de junho de 2025. Ricardo José Lopes Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): LUCAS FELIPE ALVES PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo José Lopes, da Vara Criminal de Matinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0001439-94.2025.8.16.0116, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LUCAS FELIPE ALVES, e vítima SANDRO COLLODEL, e que não foi possível localizar pessoalmente a (s) parte(s) Promovido LUCAS FELIPE ALVES, portador(a) do RG 126419139 SSP/PR e CPF 084.467.579-23, nascido(a) em 27/01/1994, natural de CURITIBA, filho(a) de ELIZABETE MARIA ALVES e JOSEMAR ANTONIO ALVES, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 155 - (A partir de 23.01.2020 - Lei 13964/2019) Furto qualificado com uso de explosivos - se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum, Reclusão: 4 a 10 anos E Multa oferecida em 28/02/2025 e recebida em 19/03/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia, e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Ângela de Oliveira,Técnica Judiciária, conferi e digitei. Matinhos, 26 de junho de 2025. Ricardo José Lopes Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): Vinicius Pereira Trappel PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo José Lopes, da Vara Criminal de Matinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estelionato, sob nº 0001463-59.2024.8.16.0116, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) Vinicius Pereira Trappel, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Vinicius Pereira Trappel, portador(a) do RG 109498750 SSP/PR e CPF 075.468.779-11, nascido(a) em 05/01/1992, natural de PARANAGUÁ, filho(a) de LUCIANA PEREIRA TRAPPEL e ADILSON SILVA TRAPPEL, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 171 - ESTELIONATO, Reclusão: 1 a 5 anos E Multa oferecida em 19/03/2025 e recebida em 04/04/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim procedendo, infringiu o denunciado VINICIUS PEREIRA TRAPPEL no disposto no artigo 171 do Código Penal, razão pela qual é oferecida a presente denúncia que espera seja recebida, requerendo-se a sua citação para que seja interrogado, ouvindo-se as testemunhas adiante arroladas, prosseguindo-se o processo nos seus ulteriores termos, conforme art. 396 e seguintes do CPP. " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistema

---

Edital de Intimação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): JOÃO VICTOR BENEVIDES DE FARIA PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo José Lopes, da Vara Criminal de Matinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0005061-21.2024.8.16.0116, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JOÃO VICTOR BENEVIDES DE FARIA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JOÃO VICTOR BENEVIDES DE FARIA, portador(a) do RG 171239605 SSP /PR e CPF 197.363.057-59, nascido(a) em 06/06/2005, natural de RIO DE JANEIRO/RJ, filho(a) de DANIELLE SALDANHA BENEVIDES e WILBERT DA SILVA DE FARIA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua NOTIFICAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, como incurso nas penas do art. 48 da Lei nº 11.343 /2006 (Lei de Tóxicos), conforme descrição do fato transcrito na denúncia; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, até o número de 5 (cinco). Se a resposta não for apresentada no prazo estipulado, o(a) Magistrado(a) nomeará defensor(a) público. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Angela de Oliveira, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Matinhos, 16 de junho de 2025. Ricardo José Lopes Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DESTINATÁRIO(A)(S): FRANCISCO ALBANO CARDOSO DA COSTA PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo José Lopes, da Vara Criminal de Matinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0001517-88.2025.8.16.0116, em que é(são) autor(es) AMANDA SILVEIRA DE CASTRO, réu(s) FRANCISCO ALBANO CARDOSO DA COSTA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido FRANCISCO ALBANO CARDOSO DA COSTA, portador(a) do RG 129919396 SSP/PR e CPF 123.048.489-23, nascido(a) em 06/01/1996, natural de MATINHOS, filho(a) de DIVA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS e FRANCISCO ALBANO DA COSTA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência dos termos das MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "Assim sendo, concedo a(s) medida(s) protetiva(s) requerida(s) para o fim de PROIBIR que o autuado se aproxime da ofendida, devendo manter dela a distância mínima de 200m (aproximadamente duas quadras) bem como mantenha contato com ela por qualquer meio, sob pena de ter a prisão preventiva decretada. As medidas terão validade pelo prazo de 180 dias, salvo eventual prorrogação ou revogação expressa.". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Angela de Oliveira, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Matinhos, 23 de junho de 2025. Ricardo José Lopes Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): HENRIQUE DE LIMA GUIMARAES PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo José Lopes, da Vara Criminal de Matinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Inquérito Policial, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0000785-10.2025.8.16.0116, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) HENRIQUE DE LIMA GUIMARAES, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido HENRIQUE DE LIMA GUIMARAES, portador(a) do RG 24604560 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 10/08/1981, natural de CORBELIA/PR, filho(a) de IVONETE LINA DE LIMA e MIGUEL GUIMARAES, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua NOTIFICAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, como incurso nas penas do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos), conforme descrição do fato transcrito na denúncia, e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, até o número de 5 (cinco). Se a resposta não for apresentada no prazo estipulado, o(a) Magistrado (a) nomeará defensor(a) público. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Angela de Oliveira, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Matinhos, 25 de junho de 2025. Ricardo José Lopes Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MARCIO DA SILVA SANTOS PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo José Lopes, da Vara Criminal de Matinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0000257-25.2015.8.16.0116, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCIO

DA SILVA SANTOS, MARIA TEREZA NUNES, e vítima ALINE PRADO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido MARCIO DA SILVA SANTOS, portador(a) do RG 83118687 SSP/PR e CPF 047.270.769-85, nascido(a) em 30/09/1983, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de ANA DIRCE TEIXEIRA SANTOS e FRANCISCO DA SILVA SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Angela de Oliveira, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Matinhos, 25 de junho de 2025. Ricardo José Lopes Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DESTINATÁRIO(A)(S): ERICK CORDEIRO BATISTA PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo José Lopes, da Vara Criminal de Matinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0002505-12.2025.8.16.0116, em que é(são) autor(es) MARIA VITORIA DE SOUSA PEREIRA, réu(s) ERICK CORDEIRO BATISTA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ERICK CORDEIRO BATISTA, portador(a) do RG 123041674 SSP/PR e CPF 077.785.519-42, nascido(a) em 28 /01/1993, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de ESTER CORDEIRO DA CRUZ e EDSON BATISTA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência dos termos das MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "Assim sendo, concedo a(s) medida(s) protetiva(s) requerida (s) para o fim de PROIBIR que o autuado se aproxime da ofendida, devendo manter dela a distância mínima de 200m (aproximadamente duas quadras), sob pena de ter a prisão preventiva decretada. As medidas terão validade enquanto durar a situação de risco ou violência". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Angela de Oliveira, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Matinhos, 26 de junho de 2025. Ricardo José Lopes Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): FLAVIO DE ALMEIDA LIMA PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo José Lopes, da Vara Criminal de Matinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0005254-80.2017.8.16.0116, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) THIAGO CARNEIRO DE CAMPOS, FLAVIO DE ALMEIDA LIMA, e vítima PRISCILA FERNANDA FRANCO, TAINA ASSUMPÇÃO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido FLAVIO DE ALMEIDA LIMA, portador(a) do RG 132815704 SSP/PR e CPF 098.110.659-50, nascido(a) em 04/10/1992, natural de APIAI, filho(a) de NEUZITA APARECIDA DE ALMEIDA e JURANDIR APARECIDO LIMA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou absolvido(a), nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Angela de Oliveira, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Matinhos, 24 de junho de 2025. Ricardo José Lopes Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DESTINATÁRIO(A)(S): DANIEL ALVES JUSTINO PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo José Lopes, da Vara Criminal de Matinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0004686-20.2024.8.16.0116, em que é(são) autor(es) ANA SALETE SILVEIRA PIRES, réu(s) DANIEL ALVES JUSTINO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido DANIEL ALVES JUSTINO, portador(a) do RG 103348854 SSP/PR e CPF 067.170.189-41, nascido(a) em 21/07/1986, natural de CERRO AZUL/PR, filho(a) de VANDIR ALVES DE OLIVEIRA JUSTINO e ANTONIO ALVES JUSTINO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência dos termos de REVOGAÇÃO das MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: " Diante da manifestação da vítima, concedidas ao mov. 7.1revogo as medidas protetivas e arquivem-se o presente incidente". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Angela de Oliveira, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Matinhos, 17 de junho de 2025. Ricardo José Lopes Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

MEDIANEIRA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Lorany Serafim Morelato, da Vara Cível de Medianeira, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0005680-16.2022.8.16.0117, em que é autora ELISANGELA PINHEIRO DA SILVA, e réu SEBASTIÃO GONÇALVES PINHEIRO e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de SEBASTIÃO GONÇALVES PINEHRO, brasileiro, solteiro, relativamente incapaz, RG nº 4.727.920-8 SESP/PR, inscrito no CPF nº 662.021.089-91, também residente e domiciliado na Linha Santa Rita, S/N, zona rural do município de Medianeira - PR , por sentença publicada em 16/07/2024, a qual reconheceu que o interditado não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários, . A referida sentença ainda nomeou ao interditado a curadora ELISÂNGELA PINHEIRO DA SILVA, brasileira, casada, agricultora, portadora do RG nº 7.568.849-9/PR, inscrita no CPF nº 030.609.249- 29, residente e domiciliada na Linha Santa Rita, S/N, zona rural do município de Medianeira - PR, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o interdito conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Trata de ação de interdição com pedido de curatela provisória em antecipação de tutela. A curatela, segundo Eduardo de Oliveira Leite, "é um munus que tem como finalidade reger a pessoa e administrar os bens, ou somente administrar os bens de menores ou maiores ".incapazes, afetados por enfermidades físicas ou mentais Nos termos do artigo 1.767, inciso I, c/c os artigos 1.741, 1.756, 1.757 e 1.774, ambos do Código Civil, o pedido merece provimento. Observa-se que o laudo médico juntado no mov. 1.11 atestou que ao interditando apresentou " Paciente apresenta déficit/prejuízo cognitivo, retardo mental não especificado, psicose não orgânica não especificada, esquizofrenia ". Ainda o laudo pericial anexado ao mov. 43, esclareceu que o

interditando possui: "possui déficit cognitivo (retardo mental) em estágio em que realiza sem auxílio atos da vida cotidiana, como comer, vestir-se, higienizar-se. Está inapto para todos os atos da vida civil, como gerir patrimônio, administrar valores ou celebrar contratos." Deste modo, a interdição é necessária, pois o interditando é desprovido de capacidade de fato para reger-se na vida civil. O artigo 1.767, inciso I do CC deixa evidente que estão sujeitos a Curatela: " ;".aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade Todavia, em atenção à dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III, da Constituição) e ao melhor interesse do interditando, tenho por correto o reconhecimento de que ela precisa e precisará de auxílio para o exercício dos atos da vida civil. Sem se descurar da necessidade da "personalização da curatela", ou seja, da análise individual da situação da pessoa curatelada, com ponderação de suas características pessoais, potencialidades, habilidades, vontades e preferências (CPC, art. 755, I e II), uma vez que a curatela constitui "medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado" (§2º, art. 85, da Lei n. 13.146/2015). Necessário ressalvar, todavia, que os limites da curatela afetarão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, não alcançando o direito ao próprio corpo, à sexualidade, a matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (§1º, art. 85, da Lei n. 13.146/2015). Assim, havendo motivação idônea e observado o procedimento judicial aplicável, impõe-se o julgamento de procedência da ação com a declaração da interdição do requerido, conforme dispositivo. III. DISPOSITIVO Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, JULGO o pedido para, na forma do art. 1.767, I do CC/02, submeterPROCEDENTE SEBASTIÃO curatela, em relação aos atos da vida civil relacionados aos direitos deGONÇALVES PINHEIRO natureza .patrimonial e negocial Nomeio como curadora ELISANGELA PINHEIRO DA SILVA, o qual não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, eventualmente pertencentes ao interditando, sem autorização judicial. Eventuais valores recebidos a título de INSS deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interditando. Prestação de contas a cada dois anos (art. 1.757 do Código Civil)...." O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Marileide Rodrigues, Analista Judiciário, conferi e digitei.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 60 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Lorany Serafim Morelato, da Vara Cível de Medianeira, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0005831-45.2023.8.16.0117, em que é autora MARLISE PETRY, e réu LIBORIO ADOLFO PETRY, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de LIBORIO ADOLFO PETRY, brasileiro, viúvo, absolutamente incapaz, portador da cédula de identidade RG nº 1.157.635-4/SESP/PR e CPF/MF nº 029.058.259- 87, com residência e domicílio na Linha Sol e Ouro, zona rural do Município de Medianeira , por sentença publicada em 11/02/2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial e negocial. Nomeio como curadora MARLISE PETRY DA COSTA como curadora, a qual não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, eventualmente pertencentes ao interditando, sem autorização judicial. Eventuais valores recebidos a título de INSS deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interditando. Prestação de contas a cada dois anos (art. 1.757 do Código Civil).. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) ELISÂNGELA PINHEIRO DA SILVA, brasileira, casada, agricultora, portadora do RG nº 7.568.849-9/PR, inscrita no CPF nº 030.609.249-29, residente e domiciliada na Linha Santa Rita, S/N, zona rural do município de Medianeira - PR , cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Marileide Rodrigues, Analista Judiciário , conferi e digite

---

NOVA AURORA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO

REVOGAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): FRANCISCO DA SILVA SANTOS
PRAZO DE 30 DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Pedro Ernesto Ramos, da Vara Criminal de Nova Aurora, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas - Criança e Adolescente (Lei 13.431), assunto Crimes Previstos na Lei Henry Borel, sob nº 0001125-17.2025.8.16.0192, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CLAUDIMARA APARECIDA DA SILVA, FRANCISCO DA SILVA SANTOS, MIRANEX JOSEPH, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **FRANCISCO DA SILVA SANTOS**, portador(a) do CPF 101.543.954-39, nascido(a) em 20/11/1990, natural de SALGUEIRO, filho(a) de MARINÊZ DA SILVA SANTOS e PAULO LAURÊNCIO DOS SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO para tomar ciência da decisão que REVOGOU as MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA aplicadas em seu desfavor**. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, MAYRA BRANCO, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Nova Aurora, 24 de junho de 2025.
Pedro Ernesto Ramos
Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Intimação

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ANDERSON FERNANDO GARCIA DA SILVA
PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Sérgio Decker, da Vara Criminal de Nova Esperança, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0001240-34.2023.8.16.0119, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANDERSON FERNANDO GARCIA DA SILVA, e vítima HIGOR MATEUS GUARNIÉRI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **ANDERSON FERNANDO GARCIA DA SILVA, portador(a) do RG 128099964 SSP/PR e CPF 105.418.289-24, nascido(a) em 19/07/1997, natural de UNIFLOR/PR, filho(a) de CLEONICE GARCIA DA SILVA e VANDERLEI PEREIRA DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para comparecer acompanhado de advogado(a), sob pena de nomeação de defensor(a) dativo(a), à **Audiência de Instrução**, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, com endereço na Rua Marins Alves de Camargo, 1587, Centro, Nova Esperança - PR - Fone: (44) 3259-6536, na **data de 11 de julho de 2025 às 13:40**, ocasião em que será oferecida proposta de suspensão condicional do processo, restando ciente de que sua ausência implicará na declaração de sua revelia (art. 367 CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Nova Esperança, 26 de junho de 2025.
Otto Abner Albanez
Técnico Judiciário
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

ORTIGUEIRA

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO PARANÁ

Comarca de Ortigueira
EDITAL Nº 01-2025 ORT-DF
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR LEONARDO FELIPE MARQUES TIRADENTES, Juiz Substituto Diretor do Fórum e Corregedor do Foro Extrajudicial, da Comarca de Ortigueira, no uso das suas atribuições legais e regimentais, e,
CONSIDERANDO a competência exclusiva do Poder Judiciário de fiscalizar os serviços notariais e de registro (arts. 103-B, § 4º, I e III, e 236, § 1º, da Constituição Federal);
CONSIDERANDO que as atividades notariais e de registro, exercidas em caráter de direito privado, derivam de delegação do Poder Público e estão sujeitas ao controle e fiscalização do Poder Judiciário, a quem compete zelar para que os serviços cartorários sejam prestados com eficiência, eficácia e qualidade, nos termos do art. 38 da Lei Federal n. 8.935/1994;
CONSIDERANDO o princípio da continuidade dos serviços públicos e o fato de que os serviços notariais e de registro devem ser prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, desde que atendidas as peculiaridades locais (art. 4º da Lei Federal n. 8.935/1994);
CONSIDERANDO os termos do artigo 70 do Provimento nº 149/2023 do CNJ, que dispõe que não sendo possível a escolha de delegatário para exercer a interinidade na forma do artigo 69 do referido, inclusive por ausência de interesse, a autoridade competente lançará edital para a inscrição de outros titulares interessados, ao qual será conferida a mais ampla divulgação, inclusive com publicação no Diário da Justiça.
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios que visem, de modo imparcial e em atendimento ao princípio da isonomia, oportunizar aos delegatários titulares de serventias extrajudiciais no Estado do Paraná a chance de concorrer para a vaga disponível como responsável interino;
CONSIDERANDO, por fim, a decisão proferida nos autos nº 7712-98.2025.8.16.7000, mov. 24.1;
CONSIDERANDO que o **Tabelionato de Notas e Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Ortigueira**, encontra-se vago;
RESOLVE:
Art. 1º. Ofertar aos delegatários titulares das unidades extrajudiciais do Estado do Paraná o serviço vago **Tabelionato de Notas e Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Ortigueira**, para a gestão interina, de forma provisória e precária, até que a vaga seja definitivamente provida por concurso público ou promovida sua extinção.
Art. 2º. Os delegatários deverão atender aos requisitos do artigo 70 e 71 e 71-A do Provimento nº 149/2023, do CNJ.
Art. 3º. A inscrição será realizada no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste.
Art. 4º. Para realização do requerimento, o candidato deverá encaminhar manifestação, acompanhada da documentação comprobatória, diretamente pelo mensageiro para o login maba (Mirian Aparecida Bortolassi Amadeu).
Art. 5º. Eventuais dúvidas poderão ser sanadas contatando diretamente a Comarca de Ortigueira, pelo fone (42) 3309-3245.
Ortigueira/Paraná, data registrada no sistema.
LEONARDO FELIPE MARQUES TIRANDENTES
Juiz Substituto Diretor do Fórum
Corregedor do Foro Extrajudicial

PALMEIRA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MARIA PALMIRA RIBEIRO BEJE PRAZO DE 20 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Cláudia Sanine Ponich Bosco, da Vara de Família e Sucessões de Palmeira, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Divórcio Litigioso, assunto Dissolução, sob nº 0002415-14.2024.8.16.0124, em que é(são) autor(es) VICENTE BEJE, e réu(s) MARIA PALMIRA RIBEIRO BEJE, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **MARIA PALMIRA RIBEIRO BEJE**, portador(a) do CPF 052.866.969-96. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: Diante do exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital de Maria Palmeira Ribeiro Beje. Expeça-se o respectivo edital de citação, com o prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 257, inciso II, do CPC. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 35 (trinta e cinco) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).Eu, Leslie Kerially Schneider, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Palmeira, datado e assinado digitalmente
Cláudia Sanine Ponich Bosco
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

PARANAGUÁ

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: RÉUS E OS TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS PRAZO DE 30 DIAS O Juiz de Direito Paulo Henrique Dias Drummond, da 1ª Vara Cível de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0000521-51.2025.8.16.0129, em que é autor JOÃO DE BORTOLI, e réu COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LEÃO LTDA, e que por este edital procede à CITAÇÃO dos réus e eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: "Imóvel constituído de um lote urbano, situado no Bairro Parque São João, nesta cidade de Paranaguá-Pr, de forma irregular, lado impar, localizado a 90,00 metros da Rua Aldo Sant´ana, fazendo frente para a Avenida Governador Bento Munhoz da Rocha Netto sob n°3723, com azimute 98°59´39´´ onde mede 15,30 metros; Do lado direito de quem da Avenida olha o imóvel, com o azimute 189°51´26´´- onde mede 46,15 metros, faz confrontação com o terreno, pertencente a Sergio Takanori Setoyama; Do lado esquerdo de quem da Avenida olha o imóvel com o azimute 190°13´50´´ onde mede 46,20 metros, onde faz confrontação com o terreno pertencente a João de Bortoli; Na linha de fundos, com azimute 98°43´32´´ onde mede 15,00 metros, onde faz confrontação com o terreno pertencente a Edson Takayoshi Setoyama, fechando o perímetro e perfazendo uma área total de 699,30m2, contendo uma casa em alvenaria com 118,90m2.", nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "5. Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, citem-se os réus em lugar incerto e os eventuais interessados (art. 259, I, do CPC).". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Luan Vitor Alves Freitas, Estagiário, conferi e digitei. Paranaguá, 21 de maio de 2025. Paulo Henrique Dias Drummond Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): NEUZA BATISTA FERREIRA, portador(a) do RG 53350895 SSP/PR e CPF 941.478.179-04; ERCI FERREIRA DO ROSARIO, portador(a) do RG 35316337 SSP/PR e CPF 640.282.409-72; PALMIRA FERREIRA BATISTA, portador(a) do RG 30077776 SSP/PR e CPF 641.714.349-04; NEUZA BATISTA FERREIRA, portador(a) do RG 45248747 SSP/PR e CPF 765.577.749-72; DILCE FERREIRA DO ROSÁRIO, portador(a) do RG 82968911 SSP/PR e CPF 029.178.609- 01; NELCELI BATISTA FERREIRA, portador(a) do RG 42637980 SSP/PR e CPF 019.297.789-02; NEUCI FERREIRA DOS SANTOS, portador(a) do RG 49761333 SSP/PR e CPF 707.189.119-20 PRAZO DE 5 dias úteis O Juiz de Direito Paulo Henrique Dias Drummond, da 1ª Vara Cível de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Dano Ambiental, sob nº 0014207-48.2004.8.16.0129, em que é exequente FRANCISCO NUNES FERREIRA, e executado PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) NEUZA BATISTA FERREIRA, portador(a) do RG 53350895 SSP/PR e CPF 941.478.179-04; ERCI FERREIRA DO ROSARIO, portador(a) do RG 35316337 SSP/PR e CPF 640.282.409-72; PALMIRA FERREIRA BATISTA, portador(a) do RG 30077776 SSP/PR e CPF 641.714.349-04; NEUZA BATISTA FERREIRA, portador(a) do RG 45248747 SSP/PR e CPF 765.577.749-72; DILCE FERREIRA DO ROSÁRIO, portador(a) do RG 82968911 SSP/PR e CPF 029.178.609-01; NELCELI BATISTA FERREIRA, portador(a) do RG 42637980 SSP/PR e CPF 019.297.789-02; NEUCI FERREIRA DOS SANTOS, portador(a) do RG 49761333 SSP/PR e CPF 707.189.119-20. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO sobre a indisponibilidade de ativos financeiros da sua conta bancária, cientificando-

a de que dispõe do prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar sobre a impenhorabilidade, irregularidade ou excesso de valores bloqueados, na forma prevista no art. 854, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil, em cumprimento ao determinado nos autos supracitados. Ficam as partesADVERTIDAS de que r ejeitada ou não apresentada a manifestação, a indisponibilidade será convertida em penhora, sem necessidade de lavratura de termo e, convertida a indisponibilidade em penhora, poderá apresentar impugnação à penhora, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação (art. 525, § 11, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Priscila Bianca Borgi Ferrari, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Paranaguá, 23 de junho de 2025. Paulo Henrique Dias Drummond Juiz de Direito

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ROBERTO MARTINS
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0007031-85.2022.8.16.0129, em que é
(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) ROBERTO MARTINS, à sua CITAÇÃO para
tomar ciência de que houve em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 mesesoferecimento de denúncia
ART 24-A - Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei, Detenção: 3 meses
a 2 anos, C/c 61, II, "f", do Código Penal. oferecida em 10/04/2024 e recebida em 02/09/2024, conforme descrição do fato
transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado ROBERTO MARTINS incorreu no crime descrito no artigo 24-A da Lei nº 11.340/2006, c/c 61, II, "f" do Código Penal, razão pela qual o Ministério Público oferece a presente denúncia, requerendo o
recebimento, registro e autuação, citando-se o acusado para responder à acusação e aos demais atos do processo, na forma do art.
396, do Código de Processo Penal, seguindo-se o procedimento do rito sumário, com designação de audiência de instrução e
julgamento para a inquirição da vítima e testemunhas adiante arroladas, bem como pela produção de todas as provas amparadas pelo
ordenamento jurídico que forem necessárias à comprovação judicial do fato, julgando-se, ao fim, a pretensão punitiva estatal ora veiculada. " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de
advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O
presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue
ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): EDUARDO PEREIRA SERZEDELO
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0014668-58.2020.8.16.0129, em que é
(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) EDUARDO PEREIRA SERZEDELO, à sua
CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 129 - Se a lesão é praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código:,
Reclusão: 1 a 4 anos, c/c. artigo 61, inciso II, alínea ?f?, ambos do Código Penal ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6
meses, c/c art. 61, inc. II, alínea ?f?, todos do Código Penal, na forma da Lei nº 11.340/2006, e em concurso material (art. 69 do Código Penal) oferecida em 05/07/2023 e recebida em 27/10/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, EDUARDO PEREIRA SERZEDELO praticou os delitos previstos nos artigos 1293 , §13, c/c. artigo 61,denúncia: "
inciso II, alínea "f", ambos do Código Penal (1ºfato) e artigo 147, caput c/c art. 61, inc. II, alínea "f", todos do Código Penal (2°fato), na
forma da Lei nº 11.340/2006, e em concurso material (art. 69 do Código Penal), razão qual se oferece a presente denúncia, que
requer seja recebida, registrada e autuada, prosseguindo-se o feito pelo procedimento sumário, estabelecido no art. 394, §1º, inciso II,
do Código de Processo Penal e observando-se o disposto no art. 33, parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006, com a oitiva da vítima e
testemunha do rol abaixo, até final julgamento, de tudo dando-se ciência ao Ministério Público. " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em
conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e
publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): LEONEL ALVES DOS SANTOS
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estupro de vulnerável, sob nº 0000823-90.2019.8.16.0129, em que
é(são) autor(es) DELEGACIA DE POLÍCIA DA 1ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PARANAGUÁ-PR, réu(s) LEONEL ALVES
DOS SANTOS, e vítima K. S. S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido LEONEL ALVES
DOS SANTOS, portador(a) do RG 51520238 SSP/PR e CPF 941.605.899-87, nascido(a) em 20/04/1969, natural de
GUARAQUECABA, filho(a) de VIRGILINA ALVES DOS SANTOS e ARCENDINO DOS SANTOS, motivo pelo qual se procede
à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 217-A - ESTUPRO DE VULNERAVEL, Reclusão: 8 a 15 anos oferecida em 11/12/2019 e recebida em 17/03/2020, conforme descrição do fato
transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado LEONEL ALVES DOS SANTOS, infringiu o preceito do artigo 217-A do Código
Penal, razão pela qual se oferece a presente DENÚNCIA, que se espera seja recebida, registrada e autura, citando o denunciado para
oferecer resposta à acusação, seguindo-se o rito previsto no artigo 394, §1°, inciso 1, do Código de Processo Penal, até final julgamento." ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio
de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O
presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue
ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ADRIANO PINHEIRO RIBEIRO
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Vias de fato, sob nº 0009760-89.2019.8.16.0129, em que é(são)
autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) ADRIANO PINHEIRO RIBEIRO, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve
oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses oferecida em 28/10/2022 e recebida em 03/11/2022, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "
Assim agindo, o denunciado ADRIANO PINHEIRO RIBEIRO incorreu nas disposições do artigo 21 do Decreto-lei nº 3.688/1941,
observadas as disposições da Lei nº 11.340/2006, razão pela qual o Ministério Público oferece a presente DENÚNCIA, que espera

seja recebida e autuada, citando-se o denunciado para integrar o polo passivo da relação jurídico-processual, bem como para
apresentar resposta (CPP 396, caput, e 396-A), seguindose o procedimento previsto nos artigos 396 a 399 e 531 a 534, todos do
Código de Processo Penal (rito comum sumário - CPP 394, § 1º, II, haja vista que, não obstante se tratar de infrações penais de
menor potencial, não se aplica a Lei nº 9.099/95, por disposição expressa do art. 41 da Lei nº 11.340/2006), até final julgamento." ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é
expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JULIANA CLEMENTE FIDELIS
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Maus Tratos, sob nº 0001364-55.2021.8.16.0129, em que é(são)
autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) JULIANA CLEMENTE FIDELIS, VITORIO CORDEIRO MACHADO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s)
parte(s) Promovido JULIANA CLEMENTE FIDELIS, portador(a) do RG 96030991 SSP/PR e CPF 011.370.199-30, nascido(a) em 02/07/1986, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de IDALINA APARECIDA CLEMENTE FIDELIS,
motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 136 - Maus-tratos se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 anos, Detenção: 2 a 4 meses oferecida em 18/04/2023 e recebida em 20//2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, os denunciados JULIANA CLEMENTE FIDELIS e VITORIO CORDEIRO MACHADO praticaram o crime previsto no artigo 136, caput, e §3º, c/c artigo 61, II, "e", ambos do Código Penal, razão pelo qual é oferecida a presente denúncia, que espera seja recebida, registrada e autuada, citando-se a denunciada para
responder à acusação, tudo em conformidade com o rito previsto no artigo 394, II (procedimento sumário) e artigo 396, e seguintes,
todos do Código de Processo Penal, que tramitará até final julgamento, fixando valor mínimo para reparação dos danos causados (art. 387, inciso IV do Código de Processo "; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A
do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de
todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): PAULO ADRIANO CORREIA CANDIDO
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Decorrente de Violência Doméstica, sob nº 0006076-
59.2019.8.16.0129, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) PAULO ADRIANO CORREIA CANDIDO,
à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 3 meses a 3 anos, c/c artigo
61, II, ?e?, ?f? e ?h?, ambos do Código Penal. oferecida em 13/06/2023 e recebida em 24/10/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado PAULO ADRIANO CORREIA CANDIDO praticou a conduta prevista no artigo 129, §9º, c/c artigo 61, II, "e", "f" e "h", ambos do Código Penal, na forma da Lei nº 11.340/2006, razão qual se oferece a
presente denúncia, que requer seja recebida, registrada e autuada, prosseguindo-se o feito pelo procedimento sumário, estabelecido
no art. 394, §1º, inciso II, do Código de Processo Penal e observando-se o disposto no art. 33, parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006
e os artigos 4º, par. único, da Lei n. 8.069/1990 - ECA c/c. art. 227 da CF, com a oitiva da vítima do rol abaixo, até final julgamento,
fixando valor mínimo para reparação dos danos causados (art. 387, inciso IV do Código de Processo Penal), de tudo dando-se ciência ao Ministério Público. "; e à sua INTIMAÇÃO para no, prazo de 10 (dez) , oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo
Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue
ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): NILSON CORDEIRO NETO
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Qualificado, sob nº 0001409-20.2025.8.16.0129, em que é
(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) GABRIEL LEME MENDES, NILSON
CORDEIRO NETO, ,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido NILSON CORDEIRO NETO, portador(a) do RG 151112676 SSP/PR e CPF 135.240.539-39, nascido(a) em 11/03/2005, natural de PARANAGUA/PR,
filho(a) de JUCELIA DOS SANTOS CORDEIRO e LUIZ SERGIO VIEIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 121 - HOMICIDIO
QUALIFICADO, Reclusão: 12 a 30 anos oferecida em 25/04/2025 e recebida em 28/04/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, os denunciados ...NILSON CORDEIRO NETO incorreram no tipo penal do artigo 121, §2º, incisos I e IV, do Código Penal, observadas as disposições da Lei 8.072/90, razão pela qual se oferece a presente denúncia, que
espera seja recebida e autuada, citando-se os denunciados para responderem à acusação, por escrito, no prazo de dez dias,
prosseguindo-se nos termos do artigo 406 e seguintes do Código de Processo Penal, até decisão de pronúncia e julgamento perante o Egrégio Tribunal do Júri. " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por
intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo
Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue
ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): SUELEM FERREIRA GOMES
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Leve, sob nº 0002608-48.2023.8.16.0129, em que é(são) autor(es)
e réu(s) SUELEM FERREIRA GOMES, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em
seu desfavor, ART 129 - LESAO CORPORAL, Detenção: 3 meses a 1 ano oferecida em 05/06/2023 e recebida em 05/04/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, a denunciada SUELEM FERREIRA FOMES incidiu nas
recebida e autuada, seja a denunciada citada para responder à acusação, prosseguindo-se segundo o procedimento ordinário, nos
termos do art. 394 e seguintes do Código de Processo Penal, até final decisão de mérito. Requer, outrossim, a oitiva das vítimas e
testemunhas adiante arroladas, bem como a produção de todas as provas necessárias à instrução do feito." ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em
conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e

publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): DANILO NUNES ALVES VIEIRA
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0006287-56.2023.8.16.0129, em que é
(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) DANILO NUNES ALVES VIEIRA, à sua
CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão
Simples: 15 dias a 3 meses ART 129 - Se a lesão é praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino,
nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código:, Reclusão: 1 a 4 anos ART 129 - LESAO CORPORAL, Detenção: 3 meses
a 1 ano oferecida em 21/07/2023 e recebida em 23/11/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim
agindo, o denunciado DANILO NUNES ALVES VIEIRA praticou as condutas previstas nos artigos 21 do Decreto-Lei nº 3.688/41 c/c
artigo 61, "e" e "f", do Código Penal (1º Fato) e artigo 129, caput, e §13, c/c artigo 61, II, "f", ambos do Código Penal (2º Fato), na
forma do artigo 69 do Código Penal e da Lei nº 11.340/06, razão qual se oferece a presente denúncia, que requer seja recebida,
registrada e autuada, prosseguindo-se o feito pelo procedimento ordinário, estabelecido no art. 394, §1º, I, do Código de Processo
Penal e observando-se o disposto no art. 33, parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006, bem como art. 4º, par. único, da Lei n. 8.069
/1990 - ECA c/c. art. 227 da CF, com a oitiva da vítima do rol abaixo, até final julgamento, fixando valor mínimo para reparação dos
danos causados (art. 387, inciso IV do Código de Processo Penal), de tudo dando-se ciência ao Ministério Público. "; e à sua INTIMAÇÃO
para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é
expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ELZO DA SILVA
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0006043-
30.2023.8.16.0129, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) ELZO DA SILVA, à sua CITAÇÃO
para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 3 meses a 3 anos ART 146 - As penas aplicam-se
cumulativamente e em dobro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de
armas, Detenção: 6 meses a 2 anos E Multa oferecida em 17/07/2023 e recebida em 27/10/2023, conforme descrição do
fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado ELZO DA SILVA praticou a conduta prevista no artigo 129, §9 do Código Penal (fato 01); 146, §1º c/c 61, inciso II, alínea "f" do Código Penal (fato 02) e 146, §1º do Código Penal (fato 03), razão pela qual se oferece a presente denúncia, que requer seja recebida, registrada e autuada, prosseguindo-se o feito pelo procedimento ordinário,
estabelecido no art. 394, §1º, inciso I, do Código de Processo Penal e observando-se o disposto no art. 33, parágrafo único, da Lei nº
11.340/2006, com a oitiva da vítima do rol abaixo, até final julgamento, fixando valor mínimo para reparação dos danos causados (art. 387, inciso IV do Código de Processo Penal), de tudo dando-se ciência ao Ministério Público." ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e
publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITALÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): DARCY ROSA
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estupro de vulnerável, sob nº 0001086-25.2019.8.16.0129, em que
é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) DARCY ROSA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s)
parte(s) Promovido DARCY ROSA, portador(a) do RG 17955098 SSP/PR e CPF 338.242.749-49, nascido(a) em 18/07/1944, natural de CACADOR/SC, filho(a) de MARIA DA LUZ RODRIGUES e JOÃO ROSA,
pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 217-A - ESTUPRO DE VULNERAVEL, Reclusão: 8 a 15 anos oferecida em 28/02/2024 e recebida em
25/03/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado DARCY ROSA incidiu nas disposiço es do art. 217-A, 'caput', c/c art. 61, inciso II, alíneas "c", "e", "f" e "h" e na forma do artigo 71, todos do Código Penal,
observadas as disposições dos artigos 5, incisos I e II, artigo 7, incisos II e III, da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha). Isto posto, o
Ministerio Pu blico oferece a presente denu ncia, requerendo que, recebida e autuada, seja o denunciado citado para responder a
acusaça o, prosseguindo-se segundo o procedimento ordina rio, nos termos do art. 396 e seguintes do Co digo de Processo Penal,
ate inal decisa o de merito. Requer, outrossim, a oitiva da vtima e das testemunhas adiante arroladas." ; e à sua INTIMAÇÃO para, noprazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em
conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e
publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ANDRE CORDEIRO CALADO
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0000685-21.2022.8.16.0129, em que é
(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) ANDRE CORDEIRO CALADO, à sua
CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão
Simples: 15 dias a 3 meses ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses oferecida em 17/11/2022 e recebida em 14/01/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado ANDRE CORDEIRO CALADO incorreu nas disposições dos artigos 21 do Decreto-Lei 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais) c/c 61, inciso II, alínea "f" do Código Penal
(fato 01); 147, caput, c/c art. 61, inciso II, alínea "f" do Código Penal (fato 02) na forma do art. 69 do referido diploma legal, observando-
se as disposições da Lei n°11.340/06 em relação aos fatos narrados na denúncia, razão pela qual o Ministério Público oferece a
presente DENÚNCIA, que espera seja recebida e autuada, a fim de que se instaure o competente processo, citando o denunciado
para oferecer resposta à acusação, seguindo-se o rito previsto no artigo 394, §1º, inciso I, do Código de Processo Penal, até final julgamento. " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O
presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue

ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ELISEO ALVES DE OLIVEIRA
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0003336-26.2022.8.16.0129, em que é
(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) ELISEO ALVES DE OLIVEIRA, à sua
CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses oferecida em 21/03/2024 e recebida em 25/03/2024, conforme descrição do fato transcrito na
denúncia: " Assim agindo, o denunciado ELISEO ALVES DE OLIVEIRA praticou a conduta prevista no artigo 21 do Decreto-Lei nºdenúncia: "
3.688/41, c/c 61, II, "f" e "h" do Código Penal, na forma da Lei nº 11.340/2006, razão qual se oferece a presente denúncia, que requer
seja recebida, registrada e autuada, prosseguindo-se o feito pelo procedimento sumário, estabelecido no art. 394, §1º, inciso II do
Código de Processo Penal e observando-se o disposto no art. 33, parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006, com a oitiva da vítima e
testemunhas do rol abaixo, até final julgamento, fixando valor mínimo para reparação dos danos causados (art. 387, inciso IV do
Código de Processo Penal), de tudo dando-se ciência ao Ministério Público." ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto
nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem
.ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): CLEDER ROSA
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0003425-49.2022.8.16.0129, em que é
(são) autor(es) e réu(s) CLEDER ROSA, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em
seu desfavor, ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 3 meses a 3 anos
oferecida em 28/02/2024 e recebida em 12/03/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, o
denunciado CLEDER ROSA incorreu no crime descrito no artigo 129, §13 do Código Penal, razão pela qual o Ministério Público
oferece a presente denúncia, requerendo o recebimento, registro e autuação, citando-se o acusado para responder à acusação e aos
demais atos do processo, na forma do art. 396, do Código de Processo Penal, seguindo-se o procedimento do rito sumário, com
designação de audiência de instrução e julgamento para a inquirição da vítima e testemunhas adiante arroladas, bem como pela
produção de todas as provas amparadas pelo ordenamento jurídico que forem necessárias à comprovação judicial do fato, julgando-se, ao fim, a pretensão punitiva estatal ora veiculada. " ; e à sua
INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396
e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao
conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): RUBERLEI VIANA
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0007385-47.2021.8.16.0129, em que é
(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) RUBERLEI VIANA, (à sua CITAÇÃO para
tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 3 meses a 3 anos oferecida em 19/05/2023 e recebida em 06/10/2023, conforme
descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, RUBERLEI VIANA praticou os delitos previstos nos artigos 1291 , §13, c/c art. 61, inc. II, alínea "f", ambos do Código Penal (1ºfato) e artigo 147, caput c/c art. 61, inc. II, alínea "f", ambos do Código Penal (2° fato) na forma da Lei nº 11.340/2006, e em concurso material (art. 69 do Código Penal), razão qual se oferece a presente denúncia,
que requer seja recebida, registrada e autuada, prosseguindo-se o feito pelo procedimento sumário, estabelecido no art. 394, §1º,
inciso II, do Código de Processo Penal e observando-se o disposto no art. 33, parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006, com a oitiva da vítima e testemunha do rol abaixo, até final julgamento, de tudo dando-se ciência ao Ministério Público." ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e
publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JONAS JOSÉ DE MORAES RIBEIRO
PRAZO DE 30 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Inquérito Policial, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0008207-36.2021.8.16.0129, em que é(são)
autor(es) e réu(s) JONAS JOSÉ DE MORAES RIBEIRO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO
sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou extinta a punibilidade do autor sendo transcrito sucintamente
o conteúdo da sentença: " As causas de extinção da punibilidade estão previstas no art. 107 do Código Penal, e uma delas é a morte do agente, conforme previsto no inciso I deste. Assim, tendo em vista a certidão de óbito
(evento 50), bem como a manifestação ministerial, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de JONAS JOSÉ DE MORAES RIBEIRO, com fulcro no art. 107, inciso I, do Código Penal. "O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): DAIANE VANESSA DO AMARAL LEMOS
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o presente
EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0002637-40.2019.8.16.0129, em que é
(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) DAIANE VANESSA DO AMARAL LEMOS, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 129 - LESAO
CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 3 meses a 3 anos oferecida em 14/08/2020 e recebida em 18/08/2020, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, a denunciada DAIANE VANESSA DO
AMARAL LEMOS, incorreu, em tese, nas sanções previstas nas disposições do artigo 129, §9º, do Código Penal, razão pela qual é oferecida a presente denúncia,

que se espera seja recebida, registrada e autuada, citando a denunciada para oferecer resposta à
acusação, seguindose o rito previsto no artigo 394, §1º, inciso II, do Código de Processo Penal, até final julgamento." ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é
expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do
Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Ação Penal n° 0018460-20.2020.8.16.0129, que a Justiça Pública move
contra TIAGO BRUNO FARIA, residente na Avenida do Ouro, 65 - Jardim Ouro Fino - PARANAGUÁ/PR
, atualmente em local incerto e não sabido, como incurso nas sanções do CP, ART 121 Homicídio
Qualificado e, sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para
que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez)
dias, nos termos do artigo 396 do CPP.
FATO CRIMINOSO
Na madrugada do dia 06 de setembro de 2020, por volta das 05h, na Rua Eugênio José de Souza, Beco n°
476, Bairro Vila Guarani, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado TIAGO BRUNO
FARIA, na companhia de ADEMILSON MORAIS TOMAZ PIRES (FALECIDO - certidão de óbito no
mov. 34.1), agindo com consciência e vontade, um aderindo a conduta delituosa do outro, executou o
homicídio da vítima Kassyane Adriane Santos Martins, mediante disparos de arma de fogo1, causando-
lhe os ferimentos descritos no laudo de necropsia n° 68.523/2020 (mov. 26.1), consistentes em: 1) lesão
perfurocontundente com bordo invertido, formato arredondado, com área de contusão e enxugo,
característica de orifício de entrada de projétil de arma de fogo na região occipital; 2) lesão
perfurocontundente com bordo evertido, formato irregular, característica de orifício de saída de projétil
de arma de fogo na região parietal direita - ferimentos que constituíram a causa eficiente de sua morte.
O crime foi executado por motivo torpe, consistente na animosidade e nas desavenças decorrentes da
guerra entre facções criminosas (PCC X CV, PGC e CARTEL DO SUL), cujas atividades ilícitas giram
em torno do tráfico de entorpecentes em Paranaguá. Por fim, o delito foi cometido por meio que
dificultou a defesa da vítima, uma vez que ela foi atingida na região occipital (parte posterior da cabeça),
conforme consta no Laudo de Necropsia nº 68.523/2020 (mov. 26.1).
Assim agindo, o denunciado TIAGO BRUNO FARIA, incorreu, em tese, nas sanções previstas no CP,
ART 121 Homicídio Qualificado, razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.
Paranaguá, 26 de junho de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do
Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Ação Penal n° 0001944-17.2023.8.16.0129, que a Justiça Pública move
contra MICHEL DE LIMA TRIAQUIM, residente na AVENIDA BELMIRO SEBASTIÃO MARQUES, 520 -
CASA - PARQUE SÃO JOÃO - PARANAGUÁ/PR, atualmente em local incerto e não sabido, como
incurso nas sanções do CP, ART 157 Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante
grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à
impossibilidade de resistência e, sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos
da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no
prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.
FATOS:
No dia 06 de março de 2023, por volta das 03h50min, em via pública, em frente ao estabelecimento
"Brothers Burger", localizado na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 3457, bairro Jardim
Samambaia, nesta cidade e Comarca de Paranaguá, o denunciado MICHEL DE LIMA TRIAQUIM,
dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, com ânimo e assenhoreamento
definitivo, subtraiu, para si, mediante emprego de grave ameaça exercida com emprego de um simulacro
de arma de fogo tipo pistola, bem alheio móvel, consistente em 01 (um) aparelho de telefone celular,
marca Apple, modelo Iphone 11, cor preta, avaliado em aproximadamente R$ 6.000,00 (seis mil reais),
de propriedade de BRYAN REBICHE DA SILVA, tudo conforme Boletim de Ocorrência n.º 2023
/253341 (mov. 1.5) e Auto de Avaliação (mov. 1.24).
Assim agindo, o denunciado MICHEL DE LIMA TRIAQUIM, incorreu, em tese, nas sanções previstas
no CP, ART 157 Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou
violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de
resistência, razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.
Paranaguá, 27 de junho de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

PATO BRANCO

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PATO BRANCO
1ª VARA CÍVEL DE PATO BRANCO - PROJUDI
Maria Bueno, 284 - Trevo da Guarani - Sambugaro - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560 - Fone: (46) 3225 3448 - Celular: (46) 99128-4996 - E-mail: pb-1vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE 60 DIAS
O Juiz de Direito Substituto João Angelo Bueno, da 1ª Vara Cível de Pato Branco, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0012285-96.2023.8.16.0131, em que é requerente LORENI NUNES DOS SANTOS, e requerido GEOVANE DOS SANTOS CAVALHEIRO, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de GIOVANE DOS SANTOS CAVALHEIRO**, por sentença publicada em 25/03/2025, a qual reconheceu que o interditado (possui Retardo mental moderado (CID F71- necessita da supervisão de terceiros para as atividades diárias e apresenta incapacidade total para tomada de decisões complexas na vida civil), o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de [a Curadora não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. Os valores eventualmente recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados

exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interdito. Aplica-se, no caso, o disposto no artigo 553 do Código de Processo Civil e as respectivas sanções). A referida sentença ainda nomeou ao interditado a curadora LORENI NUNES DOS SANTOS, brasileira, solteira, do lar, portadora do RG 7897808-2 SESP/PR e inscrita no CPF 032.572.939-50, residente e domiciliada na Rua Santa Luzia, nº 230, Bairro Sudoeste em Pato Branco-PR, , cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o interdito conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " III. Dispositivo: Diante do exposto, com fundamento nos artigos 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para decretar a interdição de GIOVANE DOS SANTOS CAVALHEIRO. Nomeio como curadora a Sra. LORENI NUNES DOS SANTOS, a qual não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. Os valores eventualmente recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interdito. Aplica-se, no caso, o disposto no artigo 553 do Código de Processo Civil e as respectivas sanções. Lavre-se termo de curatela, constando as restrições acima. Cumpra-se o disposto nos artigos § 3º do artigo 755 e 759, do Código de Processo Civil, publicando-se os editais. Inscreva-se a sentença no Registro de pessoas naturais. Publique-se na Imprensa Oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. Intime-se a curadora para o compromisso, em cujo termo deverão constar as restrições supra, todas referentes à proibição de alienação ou oneração de quaisquer bens da interdita, se existentes, sem autorização judicial. Com o trânsito em julgado, expeça-se certidão de honorários ao curador especial nomeado conforme determinado no evento 13. Cumpra-se, no que aplicável, o disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Pato Branco (PR), datado e assinado digitalmente. JOÃO ANGELO BUENO Juiz de Direito Substituto".

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

Eu, Kelin Cristine Svidzinski, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Pato Branco, 26 de junho de 2025.

Kelin Cristine Svidzinski
Auxiliar Juramentada-Portaria 33/2022
Assinatura Digital

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROSPRAZO DE 30 dias úteis

O(A) Juiz(íza) de Direito Flávia Molfi de Lima, da 2ª Vara Cível de Pato Branco, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0003161-12.2011.8.16.0131, em que é autora LENIR DE FATIMA AVILA, e requerida MARIA LUIZA NASCIMENTO, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de MARIA LUIZA NASCIMENTO**, por sentença publicada em 31/03/2025, nos seguintes termos: " Vistos Trata-se de pedido formulado pelo Ministério Público de levantamento da interdição de MARIA LUIZA NASCIMENTO, tendo em vista que a interditada e sua curadora compareceram na Promotoria e relataram que não mais subsistem as causas que levaram a interdição(ev. 4.1). Nomeado perito (ev. 6.1). Juntada de Laudo Pericial (ev. 139.1). Manifestação da Curadoria (ev. 142.1). Parecer do Ministério Público (ev. 1461). É o relatório. DECIDO. Trata-se de pedido de levantamento da interdição, tendo em vista que não subsistem os motivos que levaram a interdição. Foi realizada prova pericial, em que restou demonstrado que a interditada possui capacidade de praticar, por si só, os atos da vida civil, vejamos:: "Periciada apresenta capacidade para os atos da vida civil, não apresenta diagnóstico de demência, mas sim de transtorno depressivo, e atualmente encontra-se em estágio leve e não incapacitante. A mesma apresenta limitações para cálculos maiores pois é analfabeta, mas não há prejuízo cognitivo associado. " (ev.139.1). Assim, em razão da ausência de incapacidade para os atos da vida civil, a procedência do pedido é medida que se impõe. Diante do exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido de levantamento da interdição da requerida. Sem honorários, por ser procedimento de jurisdição voluntária. Procedam-se as publicações previstas no art. 756, §3°, ambos do Código de Processo Civil. Cumpra-se, no que for pertinente, o Código de Normas da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Diligências Necessárias. Pato Branco, datado e assinado digitalmente. FLÁVIA MOLFI DE LIMA Juíza de Direito"O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Juliana Aparecida Meira, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Pato Branco, 27 de junho de 2025.**

Flávia Molfi de Lima
Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Flávia Molfi de Lima, da 2ª Vara Cível de Pato Branco, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Substituição Processual, sob nº 0012993-15.2024.8.16.0131, em que é autor Ilda Vargas da Silva, IVALDINA VARGAS DA SILVA, e réu JOCEMIR VARGAS DA SILVA, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi proferida a respeitável sentença de HOMOLOGAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR em face de JOCEMIR VARGAS DA SILVA, alegando que o requerido foi interditado nos autos de nº 5003837- 15.2023.8.24.0038 tramitados na 3ª Vara da Família da Comarca de Joinville-SC, sendo nomeada como curadora a requerente Ivanilda. No entanto, narram as requerentes que desde a data o mês de fevereiro de 2024, o requerido passou a residir com a requerente Ilda de modo permanente. Diante da situação, as requerentes, que são irmãs do requerido, visando a regularização da curadoria, através dos presentes autos pugnam pelo deferimento da curatela definitiva de Jocemir em favor de Ilda (ev. 1.1). Juntou documentos (evs. 1.2-1.13). Recebida a inicial (ev. 30.1). Manifestação do Ministério Público (ev. 40.1). Juntada de documentos (ev. 52.1). Parecer do Ministério Público. É o relatório. DECIDO. Conforme narrado nos autos, denota-se há consenso entre os interessados no exercício da curatela do interditado que a ora requerente seja nomeada como curadora definitiva do requerido. Não obstante aos fatos atinentes, não há nos autos informações acerca da alteração do quadro incapacitante do interditado. O Representante do Ministério Público manifestou-se pela procedência do pedido de substituição de curatela (ev. 40.1). Assim, a procedência do pedido é à medida que se impõe Diante do exposto, julgo procedente os autos, com fundamento no art. 487, I, do CPC, nomeio como curadora do interditado JOCEMIR VARGAS DA SILVA, a Sra. ILDA VARGAS DA SILVA PRESLAK, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes a interditada, sem autorização judicial. Os valores eventualmente recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interditado. Aplicase, no caso, o disposto no artigo 553, do Código de Processo Civil e as respectivas sanções. Lavre-se termo de curatela, constando as restrições acima. Procedam-se com as publicações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diligências necessárias. Pato Branco, datado e assinado digitalmente. FLÁVIA MOLFI DE LIMA Juíza de Direito" O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Juliana Aparecida Meira, Analista Judiciário, conferi e digitei. Pato Branco, 27 de fevereiro de 2025. Flávia Molfi de Lima Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROSPRAZO DE 30 dias úteis

O(A) Juiz(íza) de Direito Flávia Molfi de Lima, da 2ª Vara Cível de Pato Branco, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0002389-58.2025.8.16.0131, em que é autor MAYARA HELENA BRUGNARA, HONORATO BRUGNARA, e interditanda Rosemari Ranzan Brugnara, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi a substituição de curador nomeado **a interdição de Rosemari Ranzan Brugnara, portador(a) do RG 1133656 SSP/PR e CPF 213.566.459-68**, por sentença publicada em 09/05/2025, a qual JULGO PROCEDENTE O PEDIDO dos autos, com fundamento no art. 487, I, do CPC. Assim, nomeio como curadora da interditada ROSEMERI RAMZAN BRUGNARA, a Sra. MAYARA HELENA BRUGNARA, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes a interditada, sem autorização judicial, nos termos a respeitável sentença a seguir descrita: " Vistos, MAYARA HELENA BRUGNARA, já qualificada nos autos, requereram a AÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR em face de ROSEMERI RAMZAN BRUGNARA, alegando que a requerida foi interditada nos autos de nº 172/1973 tramitados nessa Vara Cível, sendo nomeado como curador HONORATO BRUGNARA. No entanto, o curador atualmente se encontra com 79 anos, debilitado por sequelas de AVC e quadro de demência, estando inapto para continuar exercendo o encargo. Diante da situação, a requerente, que é filha da requerida, visando a regularização da curadoria, através dos presentes autos pugna pelo deferimento da curatela (ev. 1.1). Juntou documentos (evs. 1.2-1.9). Recebida a inicial, oportunidade em que foi concedida a antecipação da tutela de urgência (ev. 17.1). Manifestação do Ministério Público (ev. 26.1). É o relatório. Decido. Compulsando os autos, denota-se pelo atestado acostado no ev. 1.5 que o curador apresenta sequelas de Acidente Vascular Cerebral, apresentando quadro de demência, circunstâncias que comprometem sua capacidade de atuar como curador de Rosemeri. Não obstante aos fatos atinentes, não há nos autos informações acerca da alteração do quadro incapacitante do interditado. O Representante do Ministério Público manifestou-se pela procedência do pedido de substituição de curatela (ev. 26.1). Assim, a procedência do pedido é à medida que se impõe. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO dos autos, com fundamento no art. 487, I, do CPC. Assim, nomeio como curadora da interditada ROSEMERI

RAMZAN BRUGNARA, a Sra. MAYARA HELENA BRUGNARA, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes a interditada, sem autorização judicial. Os valores eventualmente recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interditado. Aplica-se, no caso, o disposto no artigo 553, do Código de Processo Civil e as respectivas sanções. Lavre-se termo de curatela, constando as restrições acima. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diligências necessárias. Pato Branco, datado e assinado digitalmente. Flávia Molfi de Lima Juíza de Direito" . O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Juliana Aparecida Meira, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Pato Branco, 27 de junho de 2025.**
Flávia Molfi de Lima
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROSPRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito João Angelo Bueno, da 2ª Vara Cível de Pato Branco, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0003172-84.2024.8.16.0131, em que é autor RODRIGO SILVEIRA DE ABREU, e interditado ORLANDO SILVEIRA SOBRINHO e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS a substituição de curador, nos termos da respeitável sentença a seguir descrita: " SENTENÇA 1. Relatório: Trata-se de ação de substituição de curatela proposta por RODRIGO SILVEIRA DE ABREU em face de ORLANDO SILVEIRA SOBRINHO. Em síntese, pontua que em razão do falecimento do seu pai, Narcizo Silveira de Abreu, o interditado (irmão do falecido e sobrinho do autor), passou a residir com o autor. Assim, postula pela concessão da tutela de urgência, para nomeação imediata do autor como curador provisório. Ao final, requer, a procedência da ação. Junta documentos (evs. 1.2/1.8). Concessão da tutela (ev. 40). Estudo social (ev. 84). Manifestação favorável do Ministério Público (ev. 91). É o relatório. Decido. 2. Fundamentação: Depreende-se dos autos, que a decretação do interditado foi realizada no dia 17/06 /2012, oportunidade em que foi nomeado curador o seu irmão, Narcizo Silveira de Abreu (ev. 1.7). No caso em tela, verifica-se que o sobrinho do interditando, pleiteia a sua nomeação como curador em substituição do seu genitor, que faleceu no dia 17/03/2024 (ev. 1.8). Ressalta-se, ainda, que na ausência de cônjuge, ascendentes ou descendentes, compete ao juízo a escolha do curador, nos termos do art. 1.775, §3º, do Código Civil. Ainda, nos termos do art. 775, §1º, do Código de Processo Civil, destaca-se: Art. 755. Na sentença que decretar a interdição, o juiz: [...] § 1º A curatela deve ser atribuída a quem melhor possa atender aos interesses do curatelado. No estudo social realizado no evento 84, extrai-se do parecer que: "Em entrevista social, Rodrigo relatou que solicitou a curatela do Sr. Orlando Silveira Sobrinho, após o falecimento de seu pai, irmão de Orlando e tio do Rodrigo, pois, ele sempre conviveu com a família. Sr. Orlando necessita de curador em razão de não responder por suas faculdades mentais. Possui demência e esquizofrenia, no início da doença, era agressivo, mas, com o tratamento médico e medicamentoso se mantém calmo para o convívio familiar. Por conseguinte, informou que o Sr. Orlando possui boa interação familiar que possui acesso a todos os cômodos das casas. Por fim ficou evidenciado nas falas a existência de laços afetivos consenso e entendimento de cuidados e zelo para com o incapaz, provendo suas necessidades a vida social". No mais, o Ministério Público manifestou-se pela procedência do pedido formulado na inicial (ev. 91). Assim, da leitura dos autos, o pedido realizado pelo autor comporta acolhimento, visto que condizente com às provas juntadas e com fim de resguardar o melhor interesse do interditado. Portanto, cabível a substituição da curatela de ORLANDO SILVEIRA SOBRINHO, que deverá ser definitivamente exercida por RODRIGO SILVEIRA DE ABREU, observando-se os limites fixados na ação de interdição sob nº 678/2009. 3. Dispositivo: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos iniciais, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, para o fim de: CONFIRMAR a tutela antecipada deferida no evento 40. DETERMINAR a substituição da curatela e CONSTITUIR como novo curador do interditado o Sr. RODRIGO SILVEIRA DE ABREU, observando-se os limites fixados na ação de interdição sob nº 678/2009, o qual deverá prestar compromisso legal na forma do art. 759 do Código de Processo Civil, no prazo de 05 (cinco) dias, após o registro desta decisão no respectivo Cartório. Expeça-se mandado para inscrição da presente decisão no Registro Civil competente. Cumpra-se, no que couber, o disposto no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Sem honorários advocatícios, ante a ausência de triangularização processual. Eventuais custas processuais a cargo do autor. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se com as baixas e anotações necessárias. Pato Branco (PR), datado e assinado digitalmente. JOÃO ANGELO BUENO Juiz de Direito SubstitutoO presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Juliana Aparecida Meira, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Pato Branco, 27 de junho de 2025.**
João Angelo Bueno
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito João Angelo Bueno, da 2ª Vara Cível de Pato Branco, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0006204-97.2024.8.16.0131, em que é autor MARI IVONE DA SILVA, e réu ANALIA VAES DA SILVA, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de , por sentença publicada em , a qual reconheceu que a interditada ANALIA VAES DA SILVA, brasileira, viúva, CPF sob nº 941.156.569-72 e RG nº 4.715.278-0, não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários, podendo praticar autonomamente os atos. A referida sentença ainda nomeou a interditada a curadora MARI IVONE DA SILVA, brasileira, solteira, do lar, inscrita no CPF sob nº 028.200.449-13 e RG nº 6.033.466-8 SSP/PR , cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " 1. Relatório: Trata-se de ação de interdição com pedido de curatela provisória em antecipação de tutela proposta por MARI IVONE DA SILVA em face de ANALIA VAES DA SILVA. Aponta a requerente, ser filha da interditanda, que hoje é pessoa incapaz para os atos da vida civil, vez que tem 87 anos e histórico médico complexo, incluindo diabetes, um AVC, a amputação da perna direita em 2013 e da perna esquerda em 2023, além de úlceras, necrose, depressão, demência vascular, insônia e alucinações. Relata que estes fatores resultam na incapacidade mental da interditanda expressar a própria vontade, e que, por cuidar da mãe, encontrou dificuldades significativas para atividades que exigem a presença física da Sra. Anália, como a prova de vida no INSS e o saque de benefícios de aposentadoria e pensão por morte. Diante disso, postula pela concessão da tutela antecipada, e ao final, pela procedência da ação, a fim de a nomear curadora especial da interditanda. Juntou documentos (evs. 1.2/1.7). Decisão inicial com deferimento da tutela pleiteada (ev. 8). Audiência de entrevista (ev. 35). Apresentada contestação pela DPE (ev. 38). Manifestação do Ministério Público (ev. 44) É o relatório. Decido. 2. Fundamentação: Nesta ação discutese a possibilidade de interdição de ANALIA VAES DA SILVA , com nomeação de sua filha MARI IVONE DA SILVA, como curadora. Inicialmente, registra-se que o deslinde da questão prescinde de outras provas além das constantes nos autos, nos termos da análise adiante. Conforme se extrai dos autos, a requerente juntou atestado médico datado de 30 de abril de 2024 (ev. 1.6), confeccionado por médica atuante no sistema público de saúde, o qual atesta o seguinte diagnostico: "ATESTO AO INSS QUE ANALIA VAES DA SILVA ESTÁ EM ACOMPANHAMENTO DEVIDO AS COMORBIDADES ABAIXO: #HAS #DM INSULINO DEPENDENTE #AVC EM 2012 #AMPUTAÇÃO MIE NO NÍVEL DO JOELHO EM 2013 POR ÚLCERA PRÓTESE NO QUADRIL DIREITO #AMPUTAÇÃO DE MIE EM NÍVEL 1/3 MÉDIO PERNA DIREITA EM 17/3/23 DEVIDO A ÚLCERA DE 2º E 3º PDQ INFECTADA POR PROVIDÊNCIA RETTGERI E NECROSE. INDO NO VASCULAR E USANDO AMOXI + CLAV DE 8/8H #TRS DEPRESSIVO, DEMÊNCIA VASCULAR, INSÔNIA. ALUCINAÇÕES. ENCONTRA-SE COM DIFICULDADE EM LOCOMOVER-SE. USA CADEIRA DE RODAS E PERMANECE A MAIOR PARTE DO TEMPO NA CAMA/ACAMADA". Em audiência de entrevista realizada por este Juízo, no evento 35, constatou-se que a interditanda está acamada e não possui concepção de fala ou de comunicação, permaneceu gesticulando com a boca e movimentando a cabeça, porém restou evidente que esta não possuía muito entendimento do que estava ocorrendo à sua volta, não conseguindo responder as perguntas indagadas. Além disso, durante a entrevista, a filha da interditanda, ora requerente, relatou: " há onze anos estou cuidando dela, morava em Foz, daí vim para cá porque meus irmãos não queriam cuidar dela, queriam colocar ela em um asilo" (ev. 35 - 1:44). Contou a filha, que há onze anos deu um AVC na Sra. Anália e, antes dela começar a cuidar da mãe, surgiu uma ferida no pé e os irmãos não levaram ao médico, tendo que amputar a perna. Ainda, teve a segunda perda também amputada, eis que não consegue se locomover ou ir ao banheiro sozinha, não dorme direito e fica o dia todo gesticulando com a boca por causa do AVC (ev. 35 - 2:10). No mais, manifestou-se o Ministério Público, oportunidade em que manteve parecer favorável ao pleito da requerente, diante da grave patologia que acometeu a interditanda, restando visível a necessidade desta de acompanhamento e assistência contínua (ev. 44). Não obstante ao contido na contestação efetuada pela Defensoria Pública do Estado (ev. 38), o teor da entrevista e as informações médicas juntadas aos autos são suficientes para demonstrar que se trata de pessoa portadora de condições debilitantes, de caráter permanente, as quais lhe retiram a capacidade de, per si, administrar seus bens e praticar atos de natureza patrimonial e negocial. Em razão disso, a parte requerente, bem como o Ministério Público entenderam ser desnecessária a perícia médica judicial, parecer esse acatado pelo Juízo, tendo em vista ser notória a situação de inaptidão da interditanda. Quanto à utilização das informações médicas e impressões do Juízo para suprir a prova técnica adota-se o seguinte entendimento jurisprudencial: "[...] a infinita diversidade de casos que a vida apresenta, por vezes, permite que essa absoluta certeza da incapacidade de uma pessoa possa ser alcançada sem perícia médica. Caso em que o contato pessoal entre o juiz e a interditanda não deixa dúvida de que ela realmente está incapacitada para prática dos atos da vida civil. Consequentemente, o atestado médico, corroborado pela impressão pessoal do magistrado, fornece prova segura e suficiente da incapacidade, sem perder de vista que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos. (Apelação Cível nº 70032677387, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, julgamento em 05/11/2009)". Sendo assim, eventual prova pericial a ser produzida certamente

demandaria outras diligências e, por certo, atingiria idêntico resultado, restando assim, desnecessária, em observância aos princípios da economia processual e da instrumentalidade de formas, que permitem ao julgador despojarse do excessivo formalismo que o cerca, no escopo de propiciar às partes célere obtenção de resposta aos seus pleitos judiciais. Além disso, nos termos do art. 472 do Código de Processo Civil: "o juiz poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem, sobre as questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes". Sobre a questão, o E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná já se manifestou: DIREITO CIVIL - AÇÃO DE INTERDIÇÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. DISPENSA DA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA PREVISTA NO ARTIGO 753, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - ATESTADO MÉDICO ELABORADO POR PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NA ÁREA DE GERIATRIA - ELEMENTOS COLHIDOS NO PROCESSO QUE SE REVELAM SUFICIENTES PARA A RESOLUÇÃO DO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR - 11ª Câmara Cível - 0003859- 68.2021.8.16.0001 -Curitiba - Rel.: DESEMBARGADOR RUY MUGGIATI - J. 05.06.2023) (grifos não originais). Conclui-se, assim, que a interditanda apresenta sequelas de AVC, dificuldade de locomoção e demais condições debilitantes que lhe tiram a capacidade de gerir e administrar seus bens, interesses e praticar, de modo geral, os atos da vida civil. 2.1 Dos limites da interdição: É sabido que está em vigor o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 /2015), que deu nova disciplina ao tratamento jurídico atribuído às pessoas com deficiência intelectual ou física. Seu art. 2º dispõe que: "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual e sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas". O art. 6º, por sua vez, dispõe que "A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa [...]". Nessa estreita, o art. 114 da mesma lei revogou os incisos do art. 3º do Código Civil, retirando a previsão de incapacidade civil absoluta decorrente de deficiência mental ou física. Por sua vez, o art. 84 do Estatuto afirma que: Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. §1º Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei. §2º É facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada. §3º A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível. §4º Os curadores são obrigados a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano. Deste modo, a curatela passou a ter o caráter de medida excepcional, extraordinária, a ser adotada somente quando e na medida em que for necessária. Tanto assim, que restaram modificados os incisos I, II e IV, do art. 1.767 do Código Civil. Portanto, à luz dessas novas definições é que se deve ser analisado o caso em comento. In casu, denota-se do laudo médico (ev. 1.6), que a interditanda apresenta sequelas de AVC que resultam em demência vascular, TRS depressivo, insônia e alucinações, de modo a gerar um declínio cognitivo e ausência de capacidade plena de desempenhar seus cuidados pessoais, responsabilidades financeiras, administrativas e controle patrimonial. Conforme se observou na entrevista (ev. 35), a interditanda não tem a devida percepção sobre si própria e da vida que a cerca, não consegue se comunicar ou se locomover sozinha, de modo que a sua condição é incompatível com a tomada de qualquer decisão ou, até mesmo, a prática de atos simples da vida civil. Nesse sentido: DIREITO DE FAMÍLIA - APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE INTERDIÇÃO - PROCEDÊNCIA - INCONFORMISMO. INCAPACIDADE RELATIVA CONSTATADA - LIMITAÇÃO DA CURATELA - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - ATOS QUE NÃO DEVEM SER POR ELA ABRANGIDOS, COMO O DIREITO AO TRABALHO E AO VOTO - INTERDITANDO QUE NÃO TÊM CONSCIÊNCIA DE SI PRÓPRIO E DA VIDA QUE O CERCA - IMPOSSIBILIDADE DE PRATICAR ATOS SIMPLES DA VIDA CIVIL - AUSÊNCIA DE DISCERNIMENTO PARA A TOMADA DE QUALQUER DECISÃO OU PRÁTICA DE ATOS SINGELOS - NECESSIDADE DE COMPATIBILIZAÇÃO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, EM ATENÇÃO À DIGNIDADE DO SER HUMANO - PESSOA COM DEFICIÊNCIA QUE NÃO DEVE SER EXPOSTA À PRATICA DE ATOS VEXATÓRIOS OU QUE A COLOQUEM EM SITUAÇÃO DE TOTAL DESCONFORTO PERANTE A SOCIEDADE - CURATELA QUE DEVE SER DAR EM MAIOR EXTENSÃO COMO DEFINIDO NA SENTENÇA, QUE DEVE SER MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 11ª C. Cível - 0007033- 85.2021.8.16.0001 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADOR RUY MUGGIATI - J. 23.03.2023) (grifos não originais). Sendo assim, à luz da patologia que sofre a interditanda, os limites da curatela deverão abranger, exceto as hipóteses que lhe são asseguradas legalmente pela Lei nº 13.146/2015, precipuamente em seu art. 6º, todos os atos da vida civil, especialmente aqueles relacionados aos atos de votar, trabalhar, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, movimentar contas bancárias, demandar ou ser demandado, e/ou, atos de mera administração. 3. Dispositivo: Ante o exposto, com fundamento no art. 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de: a) DECRETAR a interdição de ANALIA VAES DA SILVA e nomear como curadora a Sra. MARI IVONE DA SILVA, a qual não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes à interditanda, sem autorização judicial. b) Os valores eventualmente recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar da interditanda. Aplica-se ao caso, o disposto no art. 553 do Código de Processo Civil e as respectivas sanções. c) DETERMINO a avaliação anual da interditanda. d) Lavre-se o respectivo termo de curatela e intime-se a curadora para o compromisso, constando as limitações acima mencionadas. Cumpra-se o disposto nos arts. 755, §3º e 759, ambos do Código de Processo Civil, publicando-se os editais. Publique-se na Impressa Oficial por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. e) Inscreva-se a sentença no Registro de Pessoas Naturais. Cumpra-se, no que aplicável, o disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pato Branco (PR), datado e assinado digitalmente. JOÃO ANGELO BUENO Juiz de Direito Substituto". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Juliana Aparecida Meira, Analista Judiciário, conferi e digitei. Pato Branco, 19 de dezembro de 2024. João Angelo Bueno Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 30 dias úteis

O(A) Juiz(íza) de Direito Flávia Molfi de Lima, da 2ª Vara Cível de Pato Branco, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0009957-62.2024.8.16.0131, em que é autora ANDREIA CONCEIÇÃO DE CAMPOS, e requerida Zeferina Terezinha das Chagas Ribas, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de Zeferina Terezinha das Chagas Ribas, portador(a) do RG 84213349 SSP/PR e CPF 362.762.190-53**, por sentença publicada em 06/06/2025, nos termos a seguir descritos: " Vistos. ANDREIA CONCEIÇÃO DE CAMPOS ajuizou a presente AÇÃO DE INTERDIÇÃO COM PEDIDO DE CURATELA EM TUTELA DE URGÊNCIA, requerendo a interdição de ZEFERINA TEREZINHA DAS CHAGAS RIBAS, em razão da requerida ser genitora da requerente. Narrou que a requerida foi diagnosticada com AVC Isquêmico - CID 164, e em decorrência do acometimento da doença possui inaptidão de realizar atividades simples do dia-a-dia, dependendo 24h de cuidados especiais. Postulou pela interdição de sua genitora, sendo nomeada como curadora. Ao final, requereu a procedência dos pedidos e juntou documentos (evs. 1.1-1.2). Decisão Inicial, onde foi deferida a curatela provisória (ev. 6.1). Parecer do Ministério Público (ev. 23.1). Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de interdição, na qual a requerente sustenta que sua mãe apresenta diagnóstico de AVC Isquêmico - CID I64, não possuindo condições de gerir a sua própria vida. Verifica-se por meio de documento médico juntado aos autos (ev. 1.2) que a requerida não apresenta capacidade mental e física de gerir ou administrar seus bens. Insta destacar que a curatela cabe a requerente, uma vez que pelos documentos colacionados aos autos comprova ser filha da interditanda. Em suma, são partes legítimas para propositura da ação, conforme prevê o art. 1.775, parágrafo 1º do Código Civil. Não obstante, denota-se que através do parecer (ev. 49.1), o Ministério Público manifestou favoravelmente ao pedido de interdição em caráter definitivo, assim como favorável em tornar o requerente como curador definitivo, sendo julgado totalmente procedente o pedido de curatela pugnado nos autos. Por fim, o estudo social confirma que a interditanda tem suas necessidades supridas pela postulante a curadoria definitiva. Assim, em razão do quadro da interditanda comprovado através das provas carreadas nos autos, compreendo que estas são suficientes para o deferimento do pedido. Diante do exposto, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido de modo a decretar a interdição de ZEFERINA TEREZINHA DAS CHAGAS RIBAS, e nomear como curadora ANDREIA CONCEIÇÃO DE CAMPOS, com fulcro no art. 755, I, do CPC, sob compromisso, sendo que não poderão por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes a interditada, sem autorização judicial. Procedam-se as publicações previstas no art. 755, §3º do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Diligências Necessárias. Pato Branco, datado e assinado digitalmente. FLÁVIA MOLFI DE LIMA Juíza de Direito.

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Juliana Aparecida Meira, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Pato Branco, 27 de junho de 2025.**

Flávia Molfi de Lima

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PONTA GROSSA

1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

Edital de Intimação

EDITAL - SENTENÇA DE INTERDIÇÃO A Doutora DANIELA FLÁVIA MIRANDA, MM. Juíza de Direito, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa do Estado do Paraná tramitam os autos 0039279-12.2023.8.16.0019, e que por este COMUNICA que foi decretada a interdição de DOUGLAS FERNANDES DOS SANTOS, pela sentença de mov. 183,

transitada em julgado no dia 12/03/2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições mínimas de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146/2015, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial, de recebimento de benefícios previdenciários, bem como os atos de administração na forma do art. 4º, inc. III, do Código Civil, e, de acordo com o art. 1.775, § 1º, do Código Civil, estando incapaz de exercer os atos da vida civil. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) CECILIA HONYSZKO FERNANDES DOS SANTOS, . Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei, por 3 (três) vezes e com intervalo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 755, § 3º do CPC. DANIELA FLÁVIA MIRANDA Juíza de Direito

---

EDITAL - SENTENÇA DE INTERDIÇÃO A Doutora DANIELA FLÁVIA MIRANDA, MM. Juíza de Direito, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa do Estado do Paraná tramitam os autos 0010017-85.2021.8.16.0019, e que por este COMUNICA que foi decretada a interdição de VALDEREI DE OLIVEIRA, pela sentença de mov. 440, transitada em julgado no dia 03/04/2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições mínimas de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146/2015, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial, de recebimento de benefícios previdenciários, bem como os atos de administração na forma do art. 4º, inc. III, do Código Civil, e, de acordo com o art. 1.775, § 1º, do Código Civil, estando incapaz de exercer os atos da vida civil. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) NELCI DE FATIMA OLIVEIRA e ANA MARIA DE OLIVEIRA. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei, por 3 (três) vezes e com intervalo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 755, § 3º do CPC. DANIELA FLÁVIA MIRANDA Juíza de Direito

---

EDITAL - SENTENÇA DE INTERDIÇÃO A Doutora DANIELA FLÁVIA MIRANDA, MM. Juíza de Direito, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa do Estado do Paraná tramitam os autos 0002437-33.2023.8.16.0019, e que por este COMUNICA que foi decretada a interdição de ALCIDES SIMÕES DA SILVA, pela sentença de mov. 216, transitada em julgado no dia 23/04/2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições mínimas de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146/2015, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial, de recebimento de benefícios previdenciários, bem como os atos de administração na forma do art. 4º, inc. III, do Código Civil, e, de acordo com o art. 1.775, § 1º, do Código Civil, estando incapaz de exercer os atos da vida civil. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) Mauricio Simões da Silva, . Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei, por 3 (três) vezes e com intervalo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 755, § 3º do CPC. DANIELA FLÁVIA MIRANDA Juíza de Direito

---

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): KHAYAN PAIVA
PRAZO DE DIAS90 (NOVENTA) / 60 (SESSENTA)
O(A) Juiz(íza) de Direito Thiago Bertuol de Oliveira, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores, sob nº 0037374-45.2018.8.16.0019, em que é(são) autor(es) GAECO - NÚCLEO REGIONAL DE PONTA GROSSA, réu(s) SONIMERI FONTOURA DA SILVA CABRAL, JESSICA HUEB TAPXURE CURRY, JACKSON DE LIMA E SILVA, DANIELE GASPAR DE ANDRADE, ELIZABETH BRUNO DELAY DE LIMA, INGRID MATIAK DE LIMA, MARCUS VINICIUS PELLISSARI, JOÃO MARCOS SCARPIM OCHINSKI, ALCEU RIBEIRO NETO, ADRIANE TERESINHA DIAS GONÇALVES, Douglas Junio Teixeira de Moraes, LUCIANE NADAL, MURILO HENDRIK DE OLIVEIRA ROCZKONESKI, FABIANO DE LIMA SILVA, MATHEUS TADEU MEDEIROS, FILIPE MIRANDA, EMERSON LUIZ DE OLIVEIRA, KHAYAN DE PAIVA, FERNANDO PERES DE OLIVEIRA, JOYCE KETHLYN OLESCZUK TEIXEIRA, LEONI DE LOURDES OLIVEIRA, GUILHERME WILLIAN KOGUT ALVES, TAILANA GASPAR DE ANDRADE, FLAVIA APARECIDA DIAS GONÇALVES, ROSICLEIA APARECIDA PONTES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) KHAYAN DE PAIVA, portador(a) do RG 81548579 SSP/PR e CPF 109.504.259-90, nascido(a) em 01/01/1996, natural de GURUPI, filho(a) de LUCIANE NADAL PINTO DE MELLO e LUIZ CARLOS DE PAIVA; LUCIANE NADAL, portador(a) do RG 32201636 SSP/PR e CPF 116.531.528-93, nascido(a) em 20/10/1974, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de MARIA APARECIDA ASSIS PINTO e WILME JOSE PINTO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO
sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou nas sanções sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: condenado(a) KHAYAN DE PAIVA: Diante da prática de diversas condutas delituosas distintas e autônomas, reconheço a aplicação do concurso material de crimes, nos termos do artigo 69 do Código Penal, resultando a pena do réu em 9 (nove) anos, 6 (seis) meses e 7 (sete) dias de reclusão e 118 (cento e dezoito) dias-multa. Em virtude da ausência de elementos para aferir a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos, devendo ser corrigido monetariamente, na forma da lei, desde a data das infrações (artigo 49, §§ 1º e 2º, do Código Penal). Dado o de pena (superior a 8 anos de reclusão) e da existência de circunstâncias quantum judiciais desfavoráveis, estabeleço o para o início do cumprimento da pena, regime fechado nos termos do artigo 33, § 2°, "a", e §3°, do Código Penal, sendo incabível a concessão do benefício do artigo 77 do Código Penal, bem como a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.
Diante da prática de condutas delituosas distintas e autônomas, LUCIANE NADAL PINTO DE MELO reconheço a aplicação do concurso material de crimes, nos termos do artigo 69 do Código Penal, resultando a pena da ré em 9 (nove) anos, 4 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 118 (cento e dezoito) dias-multa. Em virtude da ausência de elementos para aferir a situação econômica da ré, fixo o valor do dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos, devendo ser corrigido monetariamente, na forma da lei, desde a data das infrações (artigo 49, §§ 1º e 2º, do Código Penal). Nos termos do artigo 33, § 2°, "a", do Código Penal, estabeleço o para o regime fechado início do cumprimento da pena, sendo incabível a concessão do benefício do artigo 77 do Código Penal, bem como a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Luiza Ferreira Martins Taques, Estagiária de Direito, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 29 de maio de 2025.
Thiago Bertuol de Oliveira
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): MARCELO PONTES
PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Débora Carla Portela, da 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher, sob nº 0044080-68.2023.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCELO PONTES, e vítima M A U, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MARCELO PONTES, portador(a) do RG 109716880 SSP/PR e CPF 074.771.749-45, nascido(a) em 07/11/1988, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de IVANIRA GEREMIAS PONTES e VALDEMAR PONTES,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **recebimento de denúncia** em seu desfavor, ART 129 - Se a lesão é praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código:, Reclusão: 2 a 5 anos oferecida em 27/01/2025 e recebida em 28/02/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "[...] Em 30 de dezembro de 2023, em horário não preciso nos autos, na residência localizada na Rua Lourival de Sá Ribas, n° 441, bairro Neves, neste município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado MARCELO PONTES, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, com intenção de lesionar, ofendeu a integridade corporal da vítima M A.U., sua convivente, ao apertar seu pescoço, fato que causou lesões corporais, conforme consta nas imagens anexadas em mov. 1.7, bem como de acordo com o boletim de ocorrência (mov. 1.5) e termos de

declaração (movs. 1.9/1.14). Consigne-se que o denunciado MARCELO PONTES praticou o crime acima descrito contra a vítima M A.U. por razões da condição de sexo feminino, ou seja, por menosprezo e discriminação à condição de mulher. Assim agindo, o denunciado MARCELO PONTES praticou, em tese, a conduta típica e antijurídica descrita no art. 129, § 13º, do Código Penal, cc. arts. 5º e 7º, ambos da Lei nº 11.340/06 ???????[...]"; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 26 de junho de 2025.**

Débora Carla Portela

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): Neivan Alves da Silveira

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Débora Carla Portela, da 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0005885-14.2023.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Neivan Alves da Silveira, e vítima E A V, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Neivan Alves da Silveira, portador(a) do RG 77434402 SSP/PR e CPF 701.281.629-53, nascido(a) em 13/09/1972, natural de TIBAGI, filho(a) de MARIA ELOINA ALVES DA SILVEIRA e MAURILIO DUTRA DA SILVEIRA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **recebimento de denúncia** em seu desfavor, ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 2 a 5 anos, cc. art. 61, II, f do Código Penal cc. arts. 5º e 7º, todos da Lei nº 11.340/06 (Tentado) oferecida em 24/04/2025 e recebida em 08/05/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "[...] No dia 04 de março de 2023, por volta das 23 h, na residência localizada á Rua Nestor Alves Campos, nº 695, o denunciado NEIVAN ALVES DA SILVEIRA, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, com intenção de lesionar, tentou ofender a integridade corporal da vítima E. A. V., sua companheira à época dos fatos, ao ir para cima da vítima, conforme boletim de ocorrência nº 2023/250521 (mov. 1.6), declaração da vítima (mov. 1.10), declaração do informante Dione (mov. 1.12) e depoimento do policial militar Gilmar (mov. 1.8). Consta dos autos que o crime não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do denunciado NEIVAN ALVES DA SILVEIRA, uma vez que não conseguiu agredir a vítima em razão de que o filho do casal interveio na discussão. Assim agindo, o denunciado JASON VINICIUS CALIXTO praticou, em tese, as condutas típicas e antijurídicas descritas no Art. 129, §9º, cc./ Art. 61, II, f, na forma do Art. 14, II (crime tentado), todos do Código Penal, conforme os arts. 5° e 7° da Lei 11.340/06 (1º fato) [...]"; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 26 de junho de 2025.**

Débora Carla Portela

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ROBSON MAURICIO MATIAS

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Débora Carla Portela, da 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estupro de vulnerável, sob nº 0017348-16.2024.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ROBSON MAURICIO MATIAS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ROBSON MAURICIO MATIAS, portador(a) do RG 134184787 SSP/PR e CPF 800.718.089-30, nascido(a) em 15/09/1992, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de JOANA D'ARC MATIAS DO REGO,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **recebimento de denúncia** em seu desfavor, ART 217-A - ESTUPRO DE VULNERAVEL, Reclusão: 8 a 15 anos, art. 217-A cc. art. 226, II, no forma do art. 71, todos do Código Penal, cc. arts. 5º e 7º da Lei nº 11.340/2006 oferecida em 12/12/2024 e recebida em 17/03/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "[...] Em datas não especificadas nos autos, entre o final do ano de 2023 e o início do mês de abril de 20241 , em locais diversos, mas certo que neste Município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado ROBSON MAURÍCIO MATIAS, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, com a finalidade de satisfazer seus desejos sexuais, praticou atos libidinosos, por diversas vezes, com a vítima K. d. S. M., sua filha, com 07 anos de idade à época dos fatos2 , ao passar o pênis em suas nádegas, introduzir o pênis em seu ânus e ao tirar passar a mão em suas nádegas e em sua vagina, conforme Boletim de Ocorrência de n.° 2024/553006 (mov. 1.2), Relatório de Escuta Especializada (mov. 1.5), Laudo Pericial n.° 52.171/2024 (anexo a seguir) e termo de declaração (mov. 1.3). Destaca-se que os primeiros atos libidinosos ocorreram na residência de sua avó paterna. Segundo narra (mov. 1.5): "[...] ele faz também quando ele me leva junto com ele lá na casa da vó, que é a mãe dele, mas ele briga com a vó também e ela sai e daí a gente fica lá, e daí uma vez ele fez lá, foi no quarto do meu tio, o Lucas, e ele o Robson, me levou pro quarto do tio e fechou a porta com chave e ele fez aquilo de novo de coloca o negócio dele aqui da frente, o pinto mesmo, ele colocou na minha bunda e doeu muito e eu chorei, mas ele mandou eu fica quieta; e ele só parou porque o tio queria se vestir pra sair e ele teve que pará e abrir a porta [...] essa foi a primeira vez que aconteceu" (sic). A vítima narra que a última violência ocorreu em abril de 2024 (mov. 1.5): "[...] quando ela foi no hospital com o meu irmão ele disse que queria ficar comigo e ele me mandou deita na cama e ele coloco o negócio dele aqui atrás (aponta para a região anal) e dói quando ele faz isso, e ele só para quando ele qué, não adianta pedi pra ele pará; e ele já fez isso outras vezes [...] a última vez foi esses dias que a mãe foi no hospital leva meu irmão pra consultar [...]" (sic). Registra-se que além dos atos libidinosos consistentes com a introdução do pênis no ânus da vítima, a infante K. contou sobre outras oportunidades em que ROBSON passava as mãos em seu corpo, especialmente em sua vagina (mov. 1.5): "[...] ele sempre mexe no meu corpo, passa a mão aqui na frente (apontando para genitália), isso ele faz às vezes por cima da roupa e outras vezes ele enfia a mão aqui dentro e fica mexendo [...] só que no meio dessas vezes, ele fez um monte de vezes isso de mexer no meu corpo assim com a mão, isso ele fazia sem tá brabo [...]" (sic). Consta que afora a violência presumida pela natureza da conduta tipificada, ROBSON também usava de violência física e ameaças para consumar os atos e satisfazer seus desejos sexuais. Conforme relato da vítima (mov. 1.5): "quando ele tava brabo que ele colocava o negócio dele na minha bunda [...] e eu falo pra ele que eu não quero isso, mas daí ele diz que vai me bater muito e eu não vou querer isso porque vai ser muito ruim; então eu espero ele terminar e saio de perto dele" (sic). Por fim, afere-se que o denunciado ROBSON MAURÍCIO MATIAS exercia autoridade sobre a vítima, uma vez que é pai da infante. Assim agindo, o denunciado ROBSON MAURÍCIO MATIAS praticou, em tese, a conduta típica e antijurídica descrita no art. 217-A cc. art. 226, II, no forma do art. 71, todos do Código Penal, cc. arts. 5º e 7º da Lei nº 11.340/2006 ???????[...]"; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 26 de junho de 2025.**

Débora Carla Portela

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

3ª VARA CÍVEL

Edital Geral

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 30 (TRINTA) DIAS

EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0029661-09.2024.8.16.0019, requerida por ADEMIR DA SILVEIRA e LUCIA BUCZAK DASILVEIRA, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: " Lote: 303 - A Q u adra: 82 - Rua Teotonio Jorge s/ n° Vila: Cristina -Bairro : Nova Rússia -Ponta Grossa/Pr Quadrante NO Insc. Imobiliária n° .4.6.25.65.0113.000 Constitui o imóvel de um lote de terreno urbano sob n°303-A [trezentos e três " A"], da quadra 82 [oitenta e dois], de formato retangular, situado na Rua T e o t o n i o J o r g e , sem número, distante 18,00m [dezoito metros] da Rua Antonio Carlos , Vila Cristina , Bairro Nova Rússia, nesta cidade, com as seguintes medidas e confrontações: A Poligonal do imóvel inicia-se no ponto "A" , Frente do lote para a Rua Teotonio Jorge, coordenadas 582.259,26E-7.224.937,28S; desse ponto segue no alinhamento predial, azimute 197° , em uma distância de 25,00 m [quinze metros] onde confronta com o lote 304/A [trezento e quatro "A"] de propriedade de Alberto Laewen Filho e lote 304/B de Daniel Maciel dos Santos até o ponto "B" de coordenadas 582.251,55E - 7.224.913,58S ; Do ponto B segue no alinhamento predial, azimute 287°, a uma distância de 15,00m [quinze metros] confrontando com parte do lote 303-B [trezentos e três "B"] de propriedade de Laer de Jesus Miranda até o ponto "C" de coordenadas 582.239,22E - 7.224.917,24S; do ponto C segue em uma distância de 25,00 [vinte e cinco metros], azimute 17°, confrontando com o lote 303-C [trezentos e três " C"] de propriedade de Josué Damaso, até o ponto "D" de coordenadas 582.247,41E -

7.224.940,60S; e, do ponto D no azimute 107° ,a uma distância de 15,00m [quinze metros] finaliza no ponto A, onde confronta com a Rua Teotonio Jorge, perfazendo área total de 375,00 m2 [trezentos e setenta e cinco metros quadrados]" que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 27 (vinte e sete) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 23 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DE DIREITO 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PROCESSO - Autos de Interdição nº 0001776-54.2023.8.16.0019
REQUERENTE: ANTONIO PACHOLOK
REQUERIDO: ANA INÊS PACHOLOK
DATA DA SENTENÇA: 25/10/2024
DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO: 29/11/2024
CAUSA: **Diagnosticada pela enfermidade de demência frontotemporal,** razão pela qual se encontra incapaz de gerir os atos da própria vida. Em sede liminar, pleiteou a concessão da curatela provisória.
CURADOR NOMEADO: ANTONIO PACHOLOK
ENCERRAMENTO: E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados é expedido o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Ponta Grossa, 23 de junho de 2025. Eu (a), (Ana Elisa Vink) Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
CITANDO **IRENEU CZEPULA,** pessoa física, inscrito no CPF/MF nº 178.436.269-72**, RENATO POSTIGLIONI NEME,** pessoa física, inscrito no CPF/MF nº 045.272.369-89, **VANESSA CHRISTIANE CZEPULA** pessoa física, inscrita no CPF/MF nº 034.493.639-21 e **VMO - Prestação de Serviços Odontológicos LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 11.768.350/0001-19, atualmente em lugar ignorado.
PROCESSO Ação de Indenização por dano moral e dano material, sob nº 0022758-94.2020.8.16.0019, promovida por JAQUES LUIZ e CLINICA ODONTOLOGICA JAQUES LUIZ S/S EPP.-
OBJETIVO: Para tomarem ciência dos termos da presente ação e, no prazo de quinze (15) dias, querendo, oferecer resposta que tiver, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, FICANDO CIENTES de que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC).
Ponta Grossa, 23 de junho de 2025
Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 (VINTE) DIAS
CITANDO **COROADOS TRANSPORTES LTDA-ME** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 75.007.153/0001-60, atualmente em lugar ignorado.
PROCESSO Ação de Ressarcimento por dano material, sob nº 0037261-81.2024.8.16.0019, promovida por WHLOG TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA - EPP representada por WAGNER RUIZ HENRIQUE. -
OBJETIVO: Para tomar ciência dos termos da presente ação e, no prazo de quinze (15) dias, querendo, oferecer resposta que tiver, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, FICANDO CIENTE de que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC).
Ponta Grossa, 23 de junho de 2025
Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 (VINTE) DIAS
CITANDO: **PONTA GROSSA SINALIZAÇÃO VIARIA LTDA,** pessoa jurídica, de direito privado inscrito (a) no CNPJ sob o n°.37.250.207/0001-24, que se encontra atualmente em local ignorado.
PROCESSO Ação de BUSCA E APREENSÃO nº 0042998-36.2022.8.16.0019 requerida por BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S/A.-
OBJETO: Para tomar ciência da presente ação e querendo, apresentar contestação no prazo de cinco (5) dias pagar a integralidade da dívida, oportunidade em que o bem lhe será restituído livre de quaisquer ônus (art. 3º, § 2º Dec. Lei 911/69, com nova redação da lei 10.931/04, art. 56, § 2º), podendo ainda, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, ficando CIENTE de que não sendo contestada no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor.
DESCRIÇÃO DO BEM OBJETO DO PEDIDO: **"marca/modelo IVECO/TECTOR 11-190 COR: BRANCO, ano 2021/2022, CHASSI: 93ZA01BDZN8946027"**
Ponta Grossa, 23 de junho de 2025.
Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink**Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível**

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
INTIMADO **MARCIO KLOS.**, pessoa física, inscrita no CPF/MF sob nº 063.426.999-25, atualmente em lugar incerto e não sabido.
PROCESSO AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, sob nº 0004238-86.2020.8.16.0019, promovida por **OLINDO DE OLIVEIRA.**
OBJETIVO: Para, no prazo de quinze (15) dias, cumprir a obrigação imposta na sentença, SOB PENA de execução compulsória e multa de 10% (dez por cento), sobre o valor devido, na forma do art. 525, §1º do NCPC.
Ponta Grossa, 23 de junho de 2025.
Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
CITANDO **ESTEBAN FEDERICO SANCHEZ**, pessoa física, inscrito no CPF/MF nº 062.713.607-93, atualmente em lugar ignorado.
PROCESSO Ação De Constituição De Servidão Administrativa Fundado Em Declaração De Utilidade Pública Com Pedido De Tutela Antecipada De Imissão Na Posse, sob nº 0031701-37.2019.8.16.0019, promovida por ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA LTDA.-
OBJETIVO: Para tomar ciência dos termos da presente ação e, no prazo de quinze (15) dias, querendo, oferecer resposta que tiver, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, FICANDO CIENTE de que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC).
Ponta Grossa, 23 de junho de 2025.
Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos Herdeiros Jesus Aparecido dos Santos, José Luiz dos Santos e Pedro dos Santos do Espólio de Emílio Bendito dos Santos, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0018917- 86.2023.8.16.0019, requerida por LUIZ CARLOS PINHEIRO DA SILVA e MARIA DA LUZ MARTINS, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Lote 2, da quadra 60, quadrante SE, situado na Vila São Francisco, Bairro Uvaranas, Município Ponta Grossa, Estado do Paraná, com as seguintes características de quem da rua olha. Medindo 14,00m do vértice 1 ao vértice 2, coordenadas E (X): 591120,877; N(Y): 7223037,148, para rua Júlio César Vicente da Silva, lado direito do vértice 4 ao vértice 1, coordenadas E(X): 591128,664; N(Y) 7223069,216, confronta com Lote 3 de propriedade de Luiz Carlos Pinheiro da Silva(M- 19885), onde mede 33m; lado esquerdo do vértice 2 ao vértice 3, coordenadas E(X): 591107,339; N(Y): 7223040,715, confronta com o lote 1 de propriedade de Jacira Aparecida Prins (M-19.883), onde mede 33m; e fechando ao fundo do vértice 3 ao vértice 4, coordenadas E(X): 591115,126; N(Y): 7223072,783, confronta com o Lote 12 de propriedade do Espólio de Emílio Benedito dos Santos (M-19.900), onde mede 14,00m. Terreno de forma retangular com área de 462,00m², distante 14m da Rua Duarte da Costa lado IMPAR da numeração do logradouro.", que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 15 (quinze) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 23 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 20 (VINTE) DIAS
EDITAL DE CITAÇÃO daquela cujo nome consta registrado o veículo EDMEA M S R MAGALHAES, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF 72.508.641/0001-62 e MERIDIONAL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, com nova denominação SANTANDER BANESPA S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob n° 88.337.985/0001-96, demais qualificações ignoradas, atualmente em lugar incerto e desconhecido, bem como dos eventuais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob nº 0004238-13.2025.8.16.0019, requerida por SERVOPA S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA (pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.564.624/0005- 27, com sede na Rua Leopoldo G. da Cunha, 233, Oficinas, Ponta Grossa - PR), no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 285 do CPC), que pretende seja declarado o domínio do mesmo sobre o seguinte bem móvel: "veículo marca/modelo VW/ SAVEIRO CL 1.6, ano 1998, cor vermelha, placas AAA-3799, chassi 9BWZZZ376WP019582, renavam 69986197-7." A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 23 de junho de 2025. Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE PONTA GROSSA - PARANÁ
SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas
Fone (42) 3309-1793
e-mail: pg-11vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
JUSTIÇA GRATUITA
A EXCELENTÍSSIMA DOUTORA NOELI SALETE TAVARES REBACK, JUÍZA DE DIREITO DA SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE PONTA GROSSA/PR, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL AQUELAS CONFERIDAS PELA LEI N.º 8069/90;
Faz saber a todos que virem este Edital e dele tiver conhecimento, que tramitam neste Juízo Autos de Guarda de Infância e Juventude de nº 0014909- 95.2025.8.16.0019, considerando constar nos referidos autos a informação de que a genitora da criança F.R.S.C.F., encontra-se em local incerto e não sabido, é expedido o presente EDITAL PARA CITAÇÃO da requerida ISABELA ADRIANA FERREIRA DE LIMA, brasileira, nascida em 04/01/1995, inscrita no RG nº 13.206.256-0 e cadastrada sob o CPF nº 098.139.219-94, filha de Marcia Adriana de Fatima Ferreira e Valdecir Marcos Alves de Lima, a fim de que querendo, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça resposta escrita em até 10 (dez) dias, indicando provas a serem produzidas e oferecendo, desde logo, rol de testemunhas e documentos, nos termos do artigo 158 do Estatuto da Criança e do Adolescente e artigo 257, III, do Código de Processo Civil, sob pena de, não o fazendo, serem considerados aceitos os fatos articulados na inicial. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possam alegar, é expedido o presente Edital para Citação, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado no local de costume deste Fórum.
CUMPRA-SE.
Ponta Grossa/PR, aos 24 de junho de 2025. Eu, Diego Yamashita Anami, Técnico Judiciário, que o digitei e conferi.
assinado digitalmente
NOELI SALETE TAVARES REBACK
Juíza de Direito

PONTAL DO PARANÁ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ROMEU MACEDO CRUZ JUNIOR PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Cristiane Dias Bonfim Godinho, da Vara da Fazenda Pública de Pontal do Paraná, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0002104-56.2023.8.16.0189, que tem por objeto IPTU, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 974/2023 na data de 15/06/2023, no importe de R$ 14.732,67 na data da propositura da ação, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) ROMEU MACEDO CRUZ JUNIOR, portador(a) do RG 46379390 SSP/PR e CPF 587.731.349-53, nascido(a) em 07/06/1965, natural de GUARAPUAVA, filho(a) de ANA MARIA DA SILVA CRUZ e ROMEU MACEDO CRUZ, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistema.Adicionar um(a) Conteúdo

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040190

EDITAL FUNJUS DESTINATÁRIO(A)(S): MACIFE S/A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito, da Vara da Fazenda Pública de Pontal do Paraná, FAZ SABER, a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele, que tramitam perante este Juízo os autos em epígrafe, cujos detalhes se encontram acima destacados, nos quais se verifica a impossibilidade de localização de alguma das partes. Dessa forma, fica(m) a(s) parte(s) MACIFE S/A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO INTIMADA(S) acerca de saldo remanescente depositado junto à Caixa Econômica Federal na conta judicial abaixo detalhada, para que se manifeste junto aos autos para reclamação do numerário, sob pena de transferência ao FUNJUS nos termos do Decreto Judiciário nº 626 /2018. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital, nos termos do art. 231, inc. IV, CPC. VALOR R$ 1.692,94 (Um mil, seiscentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos) DATA BASE 24/01/2025 CONTA 1552104-9 AGÊNCIA 0398 OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistemaAdicionar um(a) Conteúdo

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040156

EDITAL FUNJUS DESTINATÁRIO(A)(S): RAIMUNDO COSTA FILHO PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito, da Vara da Fazenda Pública de Pontal do Paraná, FAZ SABER, a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele, que tramitam perante este Juízo os autos em epígrafe, cujos detalhes se encontram acima destacados, nos quais se verifica a impossibilidade de localização de alguma das partes. Dessa forma, fica(m) a(s) parte(s) RAIMUNDO COSTA FILHO INTIMADA(S) acerca de saldo remanescente depositado junto à Caixa Econômica Federal na conta judicial abaixo detalhada, para que se manifeste junto aos autos para reclamação do numerário, sob pena de transferência ao FUNJUS nos termos do Decreto Judiciário nº 626/2018. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital, nos termos do art. 231, inc. IV, CPC. VALOR R$ 1.620,09 (Um mil, seiscentos e vinte reais e nove centavos) DATA BASE 24/01/2025 CONTA 1542175-3 AGÊNCIA 0398 OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistema.Adicionar um(a) Conteúdo

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040164

EDITAL FUNJUS DESTINATÁRIO(A)(S): CIA TELEFONICA DE PGUA COTELPA PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito, da Vara da Fazenda Pública de Pontal do Paraná, FAZ SABER, a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele, que tramitam perante este Juízo os autos em epígrafe, cujos detalhes se encontram acima destacados, nos quais se verifica a impossibilidade de localização de alguma das partes. Dessa forma, fica(m) a(s) parte(s) CIA TELEFONICA DE PGUA COTELPA INTIMADA(S) acerca de saldo remanescente depositado junto à Caixa Econômica Federal na conta judicial abaixo detalhada, para que se manifeste junto aos autos para reclamação do

numerário, sob pena de transferência ao FUNJUS nos termos do Decreto Judiciário nº 626/2018. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital, nos termos do art. 231, inc. IV, CPC. VALOR R$ 567,25 (Quinhentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos) DATA BASE 09/06/2025 CONTA 1583770-4 AGÊNCIA 0398 OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistema.Adicionar um(a) Conteúdo

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040171

EDITAL FUNJUS DESTINATÁRIO(A)(S): CARLA CRISTIANE FRANQUETTE PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito, da Vara da Fazenda Pública de Pontal do Paraná, FAZ SABER, a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele, que tramitam perante este Juízo os autos em epígrafe, cujos detalhes se encontram acima destacados, nos quais se verifica a impossibilidade de localização de alguma das partes. Dessa forma, fica(m) a(s) parte(s) CARLA CRISTIANE FRANQUETTE INTIMADA(S) acerca de saldo remanescente depositado junto à Caixa Econômica Federal na conta judicial abaixo detalhada, para que se manifeste junto aos autos para reclamação do numerário, sob pena de transferência ao FUNJUS nos termos do Decreto Judiciário nº 626/2018. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital, nos termos do art. 231, inc. IV, CPC. VALOR R$ 1.429,15 (Um mil quatrocentos e vinte e nove reais e quinze centavos) DATA BASE 24/01/2025 CONTA 1540522-7 AGÊNCIA 0398 OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistema.Adicionar um(a) Conteúdo

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7039673

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ANDRE LUIS AQUINO DE ARRUDA PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Cristiane Dias Bonfim Godinho, da Vara da Fazenda Pública de Pontal do Paraná, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0002300-26.2023.8.16.0189, que tem por objeto IPTU, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 903/2023 na data de 14/06/2023, no importe de R$ 11.988,97 na data da propositura da ação, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) ANDRE LUIS AQUINO DE ARRUDA, portador(a) do RG 37934542 SSP/PR e CPF 713.634.329-15, nascido(a) em 21/09/1972, natural de LONDRINA/PR, filho(a) de SEBASTIANA AQUINO OLIVEIRA DE ARRUDA e MAURILIO BEZERRA ARRUDA, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistema.Adicionar um(a) Conteúdo

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040185

EDITAL FUNJUS DESTINATÁRIO(A)(S): EDSON CARLOS SCHUEDE PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito, da Vara da Fazenda Pública de Pontal do Paraná, FAZ SABER, a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele, que tramitam perante este Juízo os autos 0006096-64.2019.8.16.0189, cujos detalhes se encontram acima destacados, nos quais se verifica a impossibilidade de localização de alguma das partes. Dessa forma, fica(m) a(s) parte(s) EDSON CARLOS SCHUEDE INTIMADA(S) acerca de saldo remanescente depositado junto à Caixa Econômica Federal na conta judicial abaixo detalhada, para que se manifeste junto aos autos para reclamação do numerário, sob pena de transferência ao FUNJUS nos termos do Decreto Judiciário nº 626/2018. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital, nos termos do art. 231, inc. IV, CPC. VALOR R$ 936,21 (Novecentos e trinta e seis reais e vinte e um centavos) DATA BASE 12/06/2025 CONTA 1567573-9 AGÊNCIA 0398 OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistema.Adicionar um(a) Conteúdo

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040178

EDITAL FUNJUS DESTINATÁRIO(A)(S): VALDIR DE SOUZA MACHADO PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito, da Vara da Fazenda Pública de Pontal do Paraná, FAZ SABER, a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele, que tramitam perante este Juízo os autos 0008006-39.2013.8.16.0189, cujos detalhes se encontram acima destacados, nos quais se verifica a impossibilidade de localização de alguma das partes. Dessa forma, fica(m) a(s) parte(s) VALDIR DE SOUZA MACHADO INTIMADA(S) acerca de saldo remanescente depositado junto à Caixa Econômica Federal na conta judicial abaixo detalhada, para que se manifeste junto aos autos para reclamação do numerário, sob pena de transferência ao FUNJUS nos termos do Decreto Judiciário nº 626/2018. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital, nos termos do art. 231, inc. IV, CPC. VALOR R$ 737,55 (Setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) DATA BASE 18/06/2025 CONTA 1557458-4 AGÊNCIA 0398 OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistemaAdicionar um(a) Conteúdo

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040195

PORECATU

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PORECATU
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE PORECATU - PROJUDI
Rua Iguaçu, 65 - Centro - Porecatu/PR - CEP: 86.160-000 - Fone: (43) 35723550 - E-mail: porecatuvaracivel@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ROGERIO FIDELIS DA SILVA 03839821975
PRAZO DE 10 dias úteis
O Juiz de Direito Dr. Guilherme Aranda Castro dos Santos, do Juizado Especial Cível de Porecatu FAZ SABER a todos que virem o presente **EDITAL** ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos sob nº 0001717-66.2024.8.16.0137, em que é(são) exequente(s) Rodolfo Soares dos Santos, e executado(s) ROGERIO FIDELIS DA SILVA 03839821975 , Rogério Fidelis da Silva, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido**. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **INTIMAÇÃO** para no prazo de 10 (dez dias) corridos, apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto contra a sentença nos presentes autos, pela parte contrária,nos termos do *art. 42, §2º da Lei nº 9.099/95.* (...)
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Cleuza da Silva Cardoso, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Porecatu, 27 de junho de 2025.***Guilherme Aranda Castro dos Santos***
Juiz de Direito
Art. 346 do CPC. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial. **Parágrafo único**. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
Art. 346 do CPC. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial. **Parágrafo único**. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
Art. 42, §2º da Lei nº 9.099/95: *O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.* ***§ 2º*** *Após o preparo, a Secretaria intimará o recorrido para oferecer resposta escrita no prazo de dez dias.*

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040562

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Rogério Fidelis da Silva
PRAZO DE 10 dias úteis
O Juiz de Direito Dr. Guilherme Aranda Castro dos Santos do Juizado Especial Cível de Porecatu FAZ SABER a todos que virem o presente **EDITAL** ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos sob nº 0001717-66.2024.8.16.0137, em que é(são) exequente(s) Rodolfo Soares dos Santos, e executado(s) ROGERIO FIDELIS DA SILVA 03839821975 , Rogério Fidelis da Silva, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido**. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **INTIMAÇÃO** para no prazo de 10 (dez dias) corridos, apresentar contrarrazões ao recurso inominado interposto contra a sentença nos presentes autos, pela parte contrária,nos termos do *art. 42, §2º da Lei nº 9.099/95.*
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Cleuza da Silva Cardoso, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Porecatu, 27 de junho de 2025.
Guilherme Aranda Castro dos Santos
Juiz de Direito
Art. 346 do CPC. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial. **Parágrafo único**. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
Art. 42, §2º da Lei nº 9.099/95: *O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.* ***§ 2º*** *Após o preparo, a Secretaria intimará o recorrido para oferecer resposta escrita no prazo de dez dias.*
Art. 60 da Port 06/2024: Interposto recurso inominado, a secretaria intimará a parte recorrida para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7040573

RESERVA

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RESERVA
SECRETARIA CRIMINAL, JUIZADO CRIMINAL E JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Paulino Ferreira e Silva, n.º 778 - Fone: (42) 3309 3349 - CEP: 84320-000
.
.
.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE JURADOS
.
.
A Doutora Luíza Hey Toscano de Oliveira, MM. Juíza do Tribunal do Júri desta comarca, FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou tomarem conhecimento que, com observância das formalidades legais, foram sorteados, na data abaixo indicada, os seguintes jurados para servirem durante a **SÉTIMA REUNIÃO PERIÓDICA DO ANO DE 2025**:
.
1. ADRIANE PIOTROWSKI
2. ANA MARIELI SOTOSKI
3. ANGELICA VAZ DOS SANTOS
4. DAIANE CIONEK LAGO SINHORI
5. DAMARES DE OLIVEIRA
6. DEBORA CUNHA DE OLIVEIRA
7. DIEGO RICARDO STUMM
8. ELIANE VINHARSKI LOURENÇO
9. EVERTON LUCAS DE OLIVEIRA
10. FABIANA BERGER GUIMARÃES
11. FRANCIELI SAPONJOS ALEXANDRE
12. JANETE DE FATIMA POSSIDONIO
13. JEAN PEDRO PACHECO FERREIRA
14. JOÃO HOTZ
15. JOSIANE DRONG
16. JUSSARA NIBIELSKI NEVES
17. KELLY REGINA BASILIO
18. LEONARDO GRANISKA SOBRINHO
19. MARIA HELENA PISSINI
20. ROMILDA CARNEIRO MACHADO RIBEIRO
21. SIRLEI DE FÁTIMA RODRIGUES PINTO
22. VANDERLEIA VALESKI GUNHA
23. VANESSA CRISTINA CAMARGO RIBAS
24. VICTOR RAFAEL SPERAFICO
25. WHELLYNTON MARQUES GONÇALVES

.
Ainda, visando assegurar a convocação do número mínimo de jurados, o MM. Juiz sorteou, como suplentes, os seguintes:
.
1. AFONSO KANARSKI JUNIOR
2. ANDRÊYNA LUIZA PONTES RODRIGUES
3. DAILSON TELMAN
4. DEBORAH LYS CARNEIRO
5. EDERSON CESAR TRAMONTIN CARNEIRO
6. FABIELE GUNHA DA SILVA
7. LETICIA LEMES DE LIMA
8. LUCAS FLORIANO DA COSTA
9. LUÍS HENRIQUE MOLENDA MARÇAL
10. MARCIO ANTOSKO

.
Sorteio realizado eletronicamente, via sistema PROJUDI, na data de 17 de junho de 2025.
.
Os jurados sorteados, titulares e suplentes, ficam **CONVOCADOS** para as sessões de julgamento a realizarem-se nas seguintes datas, no Plenário do Tribunal do Júri do Fórum local:
.
a) 09/07/2025, às 09h00
b) 23/07/2025, às 09h00
.
E para que não se possa alegar ignorância, mandou-se expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado pela imprensa oficial, na forma da Lei. Nada mais. Eu, José Mendes de Andrade Junior, Técnico Judiciário, o digitei.
.
Reserva, 25 de junho de 2025
.
.
Luíza Hey Toscano de Oliveira
Juíza de Direito

RIBEIRÃO DO PINHAL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Autos nº. 0000692-87.2007.8.16.0145
Edital de Intimação, nos termos do artigo 755, § 3º, do CPC, referente aos autos de Interdição sob nº **0000692-87.2007.8.16.0145** em que figura como requerente **CRISTOVÃO APARECIDO BENITE**, residente na Rua Projetada C, nº 1915 - Centro - RIBEIRÃO DO PINHAL/PR - CEP: 86.490-000 e interditado **CLARICE SIQUEIRA BENITE,** residente na Rua Vereador Ruth Martinez Correa, n°. 633, Centro, Ribeirão do Pinhal - PR, com sentença proferida ao movimento **130.1** em data de **12 de março de 2025**, a qual transitou em julgado em **14/04/2025** e julgou procedente em parte o pedido de interdição referente a **CLARICE SIQUEIRA BENITE**, inscrita no CPF/MF: 521.506.669-87, portadora do RG 2.108.835-8, filha de Cristovão Benite e Laura Siqueira Benite, limitando a curatela a interesses e direitos patrimoniais, nos termos do artigo 755, Inciso I, do Código de Processo Civil e nomeando como curador **CRISTOVÃO APARECIDO BENITE**, portador do RG: 6.999.901-8 SSP/PR e CPF/CNPJ: 025.539.579-55.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância de futuro, passou-se o presente edital que será afixado no átrio do Fórum local e publicado no órgão oficial, na forma da lei pôr três vezes, com intervalo de 10 dias. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ribeirão do Pinhal/PR.

Ribeirão do Pinhal, datado e assinado digitalmente.

Camila Felix Silva
Juíza de Direito

RIO NEGRO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RIO NEGRO
VARA CÍVEL DE RIO NEGRO - PROJUDI
Rua Lauro Pôrto Lopes, 35 - em frente ao Colégio Caetano - Centro - Rio Negro/PR - CEP: 83.880-000 - Fone: (47) 3642-4816 - Celular: (47) 3642-4816 - E-mail: casc@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): SIDNEY CARDOSO SIQUEIRA - CPF nº 078.664.789-29
PRAZO DE 20 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Alexandro Cesar Possenti, da Vara Cível de Rio Negro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária, assunto Alienação Fiduciária, sob nº 0001102-20.2022.8.16.0146, em que é(são) autor(es) BANCO BRADESCO S/A, e réu(s) SIDNEY CARDOSO SIQUEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido SIDNEY CARDOSO SIQUEIRA**, portador(a) do CPF 078.664.789-29. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, no valor total de R$ 28.922,09 (vinte e oito mil, novecentos e vinte e dois reais e nove centavos), hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus (art. 3º, § 2º, Decreto-Lei nº 911/69), ou apresentar resposta em 15 (quinze) dias úteis (art. 3º, § 3º, Decreto-Lei nº 911/69), podendo oferecer resposta, ainda que tenha pagado a dívida, caso entenda ter havido pagamento excessivo e desejar a restituição (art. 3º, § 4º, Decreto-Lei nº 911/69). Ainda, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, executada a liminar de busca e apreensão, em 5 (cinco) dias será consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário (art. 3º, § 1º, Decreto-Lei nº 911/69). Tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente transcrita: "Na data de 25/06/2020, o requerido celebrou com o autor Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças anexo, no valor total de R$ 25.979,47. Referido contrato foi garantido por alienação fiduciária do seguinte bem: PLACA: AYJ1H97, MARCA: VOLKSWAGEN, MODELO: GOL TRACK MB, ANO DE FABRICAÇÃO: 2014, DATA DO MODELO: 2015, EMPLACAMENTO: QUITANDINHA - PR, COR: BRANCA, CHASSI: 9BWAA45U9FP020161, RENAVAM: 01008061791. O requerido deixou de efetuar o pagamento integral da parcela vencida em 01/06/2021, bem como as demais, o que culminou no vencimento antecipado do débito, resultando na dívida no valor de R$ 28.922,09 - abril/2022 (valor para efeito de eventual interesse da parte para purgar a mora). O bem foi devidamente apreendido, mas o requerido não efetuou o pagamento e também não foi localizado para citação pessoal, razão pela qual está sendo citado por edital para purgar a mora...". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Rio Negro, 26 de junho de 2025.
Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RIO NEGRO
VARA CÍVEL DE RIO NEGRO - PROJUDI
Rua Lauro Pôrto Lopes, 35 - em frente ao Colégio Caetano - Centro - Rio Negro/PR - CEP: 83.880-000 - Fone: (47) 3642-4816 - Celular: (47) 3642-4816 - E-mail: casc@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
O(A) Juiz(íza) de Direito Alexandro Cesar Possenti, da Vara Cível de Rio Negro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Nomeação, sob nº 0002726-36.2024.8.16.0146, em que é(são) autor(es) JOSÉ DINARTE F. DA SILVA, ALFREDO FERREIRA DA SILVA, e réu(s) LEANDRO DE JESUS FERREIRA DA SILVA, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de LEANDRO DE JESUS FERREIRA DA SILVA, portador(a) do CPF 065.949.619-42**, por sentença publicada em 30/05/2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) *não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil*, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, a qual afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) **JOSÉ DINARTE FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, motorista, inscrito no CPF n. 000.534.829-30, residente e domiciliado na Estrada da Fazendinha, Rio Negro-PR., cuja curatela tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "...Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, extinguindo o feito com resolução do mérito (art. 487, I, do CPC), para DECRETAR a interdição de LEANDRO DE JESUS FERREIRA DA SILVA, na forma do art. 755 do CPC e dos arts. 84 a 87 da Lei nº 13.146/15, nomeando-lhe como curador definitivo JOSÉ DINARTE FERREIRA DA SILVA, seu irmão, mediante compromisso. Como a sentença produz efeitos desde logo (art. 1.012, § 1º, VI, do CPC), inscreva-se no Registro Civil de Pessoas Naturais e publique-se no Diário Oficial, por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, tudo na forma do § 3º do art. 755 do CPC. Após a inscrição no Registro, tome-se o compromisso definitivo da curadora e expeça-se o termo de curatela...". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Rio Negro, 27 de junho de 2025.
Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RIO NEGRO
VARA CÍVEL DE RIO NEGRO - PROJUDI
Rua Lauro Pôrto Lopes, 35 - em frente ao Colégio Caetano - Centro - Rio Negro/PR - CEP: 83.880-000 - Fone: (47) 3642-4816 - Celular: (47) 3642-4816 - E-mail: casc@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
O(A) Juiz(íza) de Direito Alexandro Cesar Possenti, da Vara Cível de Rio Negro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0004231-62.2024.8.16.0146, em que é(são) autor(es) MARZON STOEBERL, e réu(s) ANAIR ZIMKOWICZ, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de ANAIR ZIMKOWICZ, portador(a) do RG 780195 SSP/SC e CPF 399.466.499-34**, por sentença publicada em 30/05/2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) *não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil*, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, restrita a aspectos patrimoniais e negociais. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) **MARZON STOEBERL**, brasileiro, casado, vigilante, portador do CPF nº 049.046.349-50, e do RG nº 8666698-7-SESP-PR, residente e domiciliado na Rua José Eduardo Henning, 2850, bairro Estação Nova, Rio Negro/PR, cuja curatela tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "...Ante ao exposto, com fundamento nos artigos 747, inciso II, 755, §1°, e 487, inciso I, todos do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pleito inicial para o fim de submeter Anair Zimkowicz à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida pelo autor Marzon Stoeberl. Expeça-se mandado para inscrição da sentença ao Cartório do Registro Civil competente, em cumprimento ao disposto no artigo 755, §3°, do Código de Processo Civil e no artigo 92 da Lei de Registros Públicos (Lei nº. 6.015/73). Feito tal registro, tome-se o compromisso legal do curador nomeado e cumpram-se as publicações dos editais na forma prevista no artigo 755, §3°, do Código de Processo Civil...". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao

conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Rio Negro, 27 de junho de 2025.

Alexandro Cesar Possenti

Juiz de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO REGIONAL DE ROLÂNDIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS,
DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): KARINE TAIS FERNANDES (CNPF/MF sob nº
048.632.699-35) e PAULO RICARDO CHAVES (CNPF/MF sob nº 056.527.109-18).
FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à
arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site:
www.jeleiloes.com.br, de forma , nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução
236 do CNJ, e nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima
de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances. O PRIMEIRO LEILÃO será encerrado no dia 07
de agosto de 2025, a partir das 10h00min, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao
valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO que
será encerrado no dia 19 de agosto de 2025, a partir das 14h00min, no qual serão aceitos lances a quem
mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a
60% do valor da avaliação Artigo 891, parágrafo único do NCPC).
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o
horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários
interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site:
www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas
antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas
informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no
site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra
forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.
PROCESSO: Autos sob o nº 0003066-08.2023.8.16.0148 de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em que é
exequente PRE ESCOLA MENINO DEUS (CNPJ/MF sob nº 02.321.609/0001-98) e executados KARINE
TAIS FERNANDES (CNPF/MF sob nº 048.632.699-35) e PAULO RICARDO CHAVES (CNPF/MF sob nº
056.527.109-18).
BEM: Automóvel marca/modelo GM/MERIVA MAXX, placa AUC-1236/PR, cor preto, chassi
9BGXH75X0BC211384, ano de fabricação/modelo 2011/2011, com as seguintes características: estado de
Tudo conforme Auto de Penhora e Avaliação de evento 80.2.
ÔNUS: Bloqueio de transferência Renajud referente aos presentes autos, bem como, referente aos autos
nº 0002700-66.2023.8.16.0148, em trâmite no Juizado Especial Cível de Rolândia; tudo conforme
prontuário do evento 116.1. Em caso de arrematação de bem imóvel, para expedição da respectiva carta,
deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como
comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis ITBI, para bens móveis,
recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com
os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da
expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC
e Artigo 130, parágrafo único do CTN).
AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), conforme Auto de Penhora e Avaliação
de evento 80.2, realizado em data de 08 de agosto de 2024.
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação
far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio
eletrônico.
OBSERVAÇÃO 2: Ressalto que o valor da arrematação não poderá ser parcelado, mas apenas poderá ser
pago à vista, considerando os princípios que regem os Juizados Especiais, especialmente o da celeridade e
economia processual.
A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado
de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo
arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da
execução (art. 901, § 1º, NCPC).
OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e
pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a
ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo,
assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo
Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).
O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o
preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à
publicação em jornal.
DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos da executada KARINE TAIS FERNANDES,
podendo ser encontrada na Rua Dracenas, 536 até 584/585 - Jardim Novo Horizonte - ROLÂNDIA/PR -
CEP: 86.604-488, como fiel depositário(a), até ulterior deliberação por este juízo. Advirta-se o(a)
depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles,
durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a
publicação do edital.
LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - MATRÍCULA 13/246-L
COMISSÃO DO LEILOEIRO: arbitro a comissão em caso de arrematação, no percentual de 5% sobre o
valor do bem arrematado.
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo
superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica o devedor, qual seja: KARINE TAIS FERNANDES (CNPF/MF sob
nº 048.632.699-35) e PAULO RICARDO CHAVES (CNPF/MF sob nº 056.527.109-18), através do
presente, devidamente INTIMADO, caso não sejam encontradas para intimação pessoal, na pessoa de
seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s)
cônjuge(s), Credor(es) Hipotecário(s), fiduciária, coproprietário(s), e usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na
hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima
mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue
ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente

edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E
PASSADO nesta cidade e Foro Regional de Rolândia, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de
junho do ano de dois mil e vinte e cinco. (16/06/2025). Eu, _____, /// Jorge V. Espolador///Leiloeiro
Oficial - Matrícula 13/246-L, que o digitei e subscrevi.
ANA CRISTINA PENHALBEL MORAES
Juíza de Direito

SALTO DO LONTRA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

O(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Ramon Machado de Andrade, da Vara Criminal de Salto do Lontra, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os
autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher, sob nº 0002879-60.2024.8.16.0149, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) ELIZEU MARTINS PEREIRA, ,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ELIZEU MARTINS PEREIRA, portador(a) do RG 142615894 SSP/PR e CPF 143.471.839-50, nascido(a) em 24/05/1996, natural de FAZENDA RIO GRANDE, filho(a) de TERESINHA APARECIDA CORDEIRO DOS SANTOS e ELIAS MARTINS PEREIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 129 - Se a lesão é praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código:, Reclusão: 2 a 5 anos, com observância às disposições contidas nos artigos 5º, III e 7º, I, ambos da Lei nº 11.340/2006 oferecida em 15/02/2025 e recebida em 17/03/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia. "Assim agindo, o denunciado ELIZEU MARTINS PEREIRA incorreu nas disposições do artigo 129, § 13º do Código Penal, com observância às disposições contidas nos artigos 5º, III e 7º, I, ambos da Lei nº 11.340/2006, razão pela qual se oferece a
presente denúncia, requerendo-se que, depois de recebida e autuada, seja citado para todos os termos do processo, procedendo-se intimação da vítima e das testemunhas abaixo arroladas, prosseguindo-se de acordo com o artigo 394, §1º, inciso I e seguintes do Código de Processo Penal, até ulterior julgamento e condenação. " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no , prazo de 10 (dez) dias oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

SÃO JOÃO DO IVAÍ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE SÃO JOÃO DO IVAÍ - PROJUDI
Rua Laurindo Pereira, 780 - Centro - São João do Ivaí/PR - CEP: 86.930-000 - Celular: (44) 99928-9252 - Email: mfac@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MARIA PEREIRA DA SILVA
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Malcon Jackson Cummings, da Vara de Família e Sucessões de São João do Ivaí, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Tutela c/c Destituição do Poder Familiar, assunto Extinção do Poder Familiar, sob nº 0001793-33.2024.8.16.0156, em que é(são) autor (es) sérgio barbosa de castro, e réu(s) MARIA PEREIRA DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte (s) Promovido MARIA PEREIRA DA SILVA , portador(a) do CPF 028.539.396-00. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil. Nos termos da inicial transcrita abaixo. S.B.S, brasileiro, aposentado, portador da cédula de identidade nº 9.801.511-4 , inscrito no CPF sob nº 001201438-95, residente e domiciliado na rua Moises Aves dos Santos, 749 - Jardim da Oliveiras - São Paulo - SP, por intermédio de seu advogado, Valdemir Nunes, OAB/SP 486979 com endereço na Rua Facheiro Preto, 612, Vila Progresso - SÃO PAULO - SP, onde recebe as devidas comunicações jurídicas processuais, vem, muito respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente: AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO/ por ausência Com fundamento no artigo 693 e seguintes do Código de Processo Civil. em face de M. P da S., pelas razões de fato e de direito que seguem. 1. DOS FATOS O Requerente e a Requerida casaram-se em 26 de dezembro de 1968, em São João do Ivai - PR, conforme certidão de casamento anexa. Após seis anos e na constância do casamento a requerida ausentou-se do convívio e da união, levando consigo a filha do casal. Até a data de hoje não se sabe o paradeiro da requerida, essa situação perdura por mais de quarenta anos. A parte autora, hoje é idosa, com setenta e sete anos de idade, e com o passar do tempo o requerente constituiu uma família na cidade de São Paulo: - Composta por seu cônjuge, Neusa Barreto dos Santos - dois filhos comuns ao casal, Jaqueline dos Santos de Castro e Jeferson dos Santos de Castro, ambos maiores de idade. Foi com a ajuda dos irmãos que o senhor SÉRGIO BARBOSA DOS SANTOS chegou e se estabeleceu na cidade de São Paulo, onde reside a mais de quatro décadas. O requerente e a requerida não possuem bens a serem partilhados bem como não há filhos, menores de idade, decorrente da união. Com a idade avançada é mister que seja decretada o divórcio entre as partes, em função de um cumprimento de direito dos fatos no decurso das últimas quatro décadas. Enfim, os fatos. 2.DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS 2.1. DO DIVÓRCIO Após vigência da Emenda Constitucional nº 66, o parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição Federal passou a ter nova redação: " Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...] § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio." " Art. 1.571. A sociedade conjugal termina [...] IV - pelo divórcio." Nesse sentido, independente das circunstâncias de cada parte, existindo a vontade do divórcio por uma das partes, ela deve ser concedida. Ademais não há vida em comum entre o requerente e a requerida desde o ano de 1974. O Art 5º da LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977. Já preconizava queA separação judicial pode ser pedida por um só um dos cônjuges quando imputar ao outro conduta desonrosa ou qualquer ato que importe em grave violação dos deveres do casamento e tornem insuportável a vida em comum. Ademais: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIVÓRCIO LITIGIOSO. DECISÃO PELA QUAL O JUÍZO DE ORIGEM INDEFERIU PLEITO DE TUTELA PROVISÓRIA DE EVIDÊNCIA PARA A IMEDIATA DECRETAÇÃO DO DIVÓRCIO. INSURGÊNCIA DA AUTORA. ALEGAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DO DIVÓRCIO. MÉRITO DO RECURSO PELO PROVIMENTO E DECRETAÇÃO DO DIVÓRCIO. PRECEDENTES. DECISÃO REFORMADA.1. "1. O pleito de divórcio se trata de um direito potestativo do postulante, vale dizer: diante do pedido expresso da parte autora quanto à sua concessão, ao réu não há defesa juridicamente possível que obste o provimento do pleito, mantida a demanda, por evidente, para apreciar demais pendencias, se for o caso. 2. O caráter potestativo do direito é de uma evidência incontrastável, pois afirmar o contrário seria admitir o inadmissível: o dever de permanecer casado mesmo diante do fim da vida conjunta. (...)" (TJPR - 12ª C.Cível - 0054506-07.2020.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADORA ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN - J. 26.07.2021)2. Tendo em vista que o divórcio se caracteriza como direito potestativo, em relação ao qual não cabe qualquer tipo de resistência, mas somente sujeição, mostrase possível sua decretação imediata, em sede de tutela provisória de evidência, mesmo antes da citação da parte requerida.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Processo: 0001822- 37.2022.8.16.0000(Acórdão) Segredo de Justiça: Sim Relator(a): Ivanise Maria Tratz Martins Desembargadora Comarca: Curitiba Fonte/Data da Publicação: 04/05/2022 No caso em tela, o Requerente é pessoa aposentada, contraente de união estável, com filhos. Vida semeada pelo trabalho digno, contribuinte para uma sociedade correta, sempre de maneira honesta e mantendo-se probo. Não há mais possibilidade de não reconhecer a primazia da realidade observando os fatos e de direitos. O requerente requer o divórcio pelo melhor interesse, em virtude dos fatos acima relatados, faz-se necessária a declaração imediata do Divórcio. Pede e requer. 2.2 da tutela de evidência Vale ressaltar, que o Autor é idoso é que a prioridade aos maiores de 60 anos é assegurada mediante a comprovação da idade, fato esse comprovado no corpo probatório desta exordial. Não há de se falar em risco ou dano entre duas pessoas que não convivem a mais de 40 (quarenta) anos, no caso em tela é impossível, reter uma decisão antecipada de maneira a não evidenciar os fatos, pois não há ínfima chance de haver dano ou reparação posterior Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante; Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente. AGRAVO DE INSTRUMENTO - Ação de divórcio - Insurgência contra decisão que, em sede de tutela antecipada, indeferiu a decretação do divórcio - Alegação do agravante de que o divórcio constitui direito potestativo, salientando que não há que se falar em prejuízos aos menores envolvidos já que os alimentos devidos à filha do casal foram estabelecidos, inclusive com a emissão de ofício ao seu empregador - Acolhimento - Com o advento da EC 66/2010, o decreto do divórcio, direito potestativo, passou a ser permitido liminarmente, com a concessão da tutela de evidência prevista no Artigo 311, do Código de Processo Civil - Requisitos presentes - Decisão reformada para decretar o divórcio do casal, prosseguindo-se o feito com relação às demais questões - Recurso provido. (TJSP - AI: 22156792720208260000 SP 2215679- 27.2020.8.26.0000, Relator: Clara Maria Araújo Xavier, Data de Julgamento: 14 /12/2020, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/12/2020) A contento, entende-se ser plenamente possível a concessão da tutela de evidência para que seja liminarmente, decretado o divórcio entre as partes, com

fulcro no art. 311, incisos II e IV, parágrafo único do CPC, tendo em vista a inconteste evidência do direito material que se pleiteia, por se tratar de alegação comprovada apenas documentalmente, com respaldo em norma de índole constitucional, Diante do exposto, requer a tutela evidência de maneira antecipada quanto ao divórcio e seus efeitos. 2.3. DA PARTILHA E DOS ALIMENTOS Não há qualquer bem a ser partilhado, bem como inexistem alimentos a serem pagos, uma vez que a filha em comum do casal deve tem mais de 40 anos de idade. Ademais, o artigo 206, parágrafo 2º do atual Código Civil dispõe que [...] prescreve em dois anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem. 2.4. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A parte autora é pessoa pobre na acepção do termo e não possui condições financeiras para arcar com as custas processuais sem prejuízo do próprio sustento, razão pela qual desde já requer o benefício da Gratuidade de Justiça, assegurados pela Lei nº 1060/50 e consoante o art. 98, caput, do novo CPC/2015, verbis: "Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei." Mister frisar, ainda, que, em conformidade com o art. 99, § 1º, do novo CPC/2015, o pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado por petição simples e durante o curso do processo, tendo em vista a possibilidade de se requerer em qualquer tempo e grau de jurisdição os benefícios da justiça gratuita, ante a alteração do status econômico. Para tal benefício, a parte Requerente junta declaração de hipossuficiência e comprovante de renda, os quais demonstram a inviabilidade de pagamento das custas judicias sem comprometer sua subsistência, conforme clara redação do Código de Processo Civil de 2015: "Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. § 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso. § 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos. § 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural." Assim, por simples petição, sem outras provas exigíveis por lei, faz jus, a parte Requerente, ao benefício da gratuidade de justiça: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO DA GRATUIDADE PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE FUNDADAS RAZÕES PARA AFASTAR A BENESSE. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. CABIMENTO. Presunção relativa que milita em prol da autora que alega pobreza. Benefício que não pode ser recusado de plano sem fundadas razões. Ausência de indícios ou provas de que pode a parte arcar com as custas e despesas sem prejuízo do próprio sustento e o de sua família. Recurso provido. (TJ-SP XXXXX20178260000 SP XXXXX48.2017.8.26.0000, Relator: Gilberto Leme, Data de Julgamento: 17/01/2018, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/01/2018)". "AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. CONCESSÃO. Presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos, deduzida por pessoa natural, ante a inexistência de elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade da justiça. Recurso provido. (TJSP XXXXX20178260000 SP XXXXX-66.2017.8.26.0000, Relator: Roberto Mac Cracken, 22ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/12/2017)". A assistência de advogado particular não pode ser parâmetro ao indeferimento do pedido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. HIPOSSUFICIÊNCIA. COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE FINANCEIRA. REQUISITOS PRESENTES. 1. Incumbe ao Magistrado aferir os elementos do caso concreto para conceder o benefício da gratuidade de justiça aos cidadãos que dele efetivamente necessitem para acessar o Poder Judiciário, observada a presunção relativa da declaração de hipossuficiência. 2. Segundo o § 4º do art. 99 do CPC, não há impedimento para a concessão do benefício de gratuidade de Justiça o fato de as partes estarem sob a assistência de advogado particular. 3. O pagamento inicial de valor relevante, relativo ao contrato de compra e venda objeto da demanda, não é, por si só, suficiente para comprovar que a parte possua remuneração elevada ou situação financeira abastada. 4. No caso dos autos, extrai-se que há dados capazes de demonstrar que o Agravante, não dispõe, no momento, de condições de arcar com as despesas do processo sem desfalcar a sua própria subsistência. 4. Recurso conhecido e provido. (TJ-DF XXXXX20178070000 DF XXXXX-85.2017.8.07.0000, Relator: GISLENE PINHEIRO, 7ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 29/01/2018)". Assim, considerando a demonstração inequívoca da necessidade da parte Requerente, tem-se por comprovada sua necessidade, fazendo jus ao benefício. Cabe destacar que o a lei não exige atestada miserabilidade do requerente, sendo suficiente a "insuficiência de recursos para pagar as custas, despesas processuais e honorários advocatícios"(Art. 98, CPC/15), conforme destaca a doutrina: "Não se exige miserabilidade, nem estado de necessidade, nem tampouco se fala em renda familiar ou faturamento máximos. É possível que uma pessoa natural, mesmo com bom renda mensal, seja merecedora do benefício, e que também o seja aquela sujeito que é proprietário de bens imóveis, mas não dispõe de liquidez. A gratuidade judiciária é um dos mecanismos de viabilização do acesso à justiça; não se pode exigir que, para ter acesso à justiça, o sujeito tenha que comprometer significativamente suarenda, ou tenha que se desfazer de seus bens, liquidando-os para angariar recursos e custear o processo." (DIDIER JR. Fredie. OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Benefício da Justiça Gratuita. 6ª ed. Editora JusPodivm, 2016. p. 60) Por tais razões, com fulcro no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal e pelo artigo 98 do CPC, requer seja deferida a gratuidade de justiça à parte Requerente. 2.5. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO O representante do Requerente manifesta-se pela desnecessidade da audiência de conciliação, visto que o Requerente tem ausência comprovada: Portanto, em homenagem ao princípio da razoável duração do processo, o Promovente opta pela não realização de audiência conciliatória (CPC, art. 319, inc. VII), haja vista a absoluta impossibilidade de transação judicial entre os litigantes e uma árdua busca traria prejuízos ao idoso e toda sua real família. Dispõe a Constituição Federal em seu artigo 5º, LXXVIII que "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação", o que significa a consagração do princípio da celeridade processual. 3. DO JUÍZO 100% DIGITAL Regulamentada pela Resolução Nº 345 de 09 /10/2020, o juízo 100% digital permite que todos os atos processuais possam ser realizados de forma exclusivamente eletrônica, desde que aceito pelas partes. Dessa forma, visando dar celeridade ao processo, requer que todos os atos do processo sejam executados de forma 100% digital, ou seja, exclusivamente praticados por meio eletrônico, conforme direito conferido às partes (art. 190 do CPC). APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO NEGATIVA. COMUNICAÇÃO EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO. POSSIBILIDADE. É VÁLIDA A NOTIFICAÇÃO FEITA SOB A FORMA EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA, DESDE QUE NÃO PRODUZIDA PROVA DE QUE O ENDEREÇO PARA O QUAL ENCAMINHADO O AVISO NÃO CORRESPONDA EFETIVAMENTE AO DO CONSUMIDOR / INTERESSADO. NA HIPÓTESE, INEXISTENTE IMPUGNAÇÃO QUANTO À EVENTUAL INCORREÇÃO DE ENDEREÇO, SUBSISTE A NOTIFICAÇÃO QUESTIONADA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA REFORMADA PARA IMPROCEDENTE. RECURSO PROVIDO. (TJ-RS; Apelação Cível, Nº 50170083820238210033, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Augusto Guimaraes de Souza, Julgado em: 22- 03-2024) Diante do exposto, requer que todos os atos processuais dos autos sejam realizados de maneira digital, sem prejuízo do andamento e das partes. 4. DOS PEDIDOS Por todo o exposto, REQUER: A concessão da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil; Tutela de evidências com antecipação dos efeitos do divorcio O deferimento da ação para declarar a separação judicial, por meio do divórcio; A produção de todas as provas admitidas em direito; Em homenagem ao princípio da razoável duração do processo, o Promovente opta pela não realização de audiência conciliatória (CPC, art. 319, inc. VII), haja vista a impossibilidade de transação judicial entre os litigantes. Seja oficiado ao Cartório de Registro Civil para que realize a averbação do divórcio em tela; Que todo o Juízo seja na sua totalidade digital Dá-se à causa o valor de R$ 1.000,00 (mil reais) para fins fiscais. Termos em que pede e espera deferimento. São Paulo, novembro de 2024. Valdemir Nunes OAB / SP 486979.

Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC)

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

O prazo de resposta será contado após o decurso de 15 (quinze) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Eu, Tatiani Cristina Bezerra Lopes, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Malcon Jackson Cummings

Juiz de Direito

Edital de Intimação - Criminal

Vara Plenário do Tribunal do Júri de São João do Ivaí

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2025

O Doutor Malcon Jackson Cummings, MM. Juiz de Direito da Vara Plenário do Tribunal do Júri de São João do Ivaí, FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou tomarem conhecimento que, com observância das formalidades legais e mediante termo lavrado em livro próprio, foram SORTEADOS, nesta data, para servirem durante a Sessão de julgamento 04/2025 autos 0000372-42.2023.8.16.0156, cujas sessões encontram-se programadas para os dias 01/08/2025 09:00 ,no auditório do Tribunal do Júri, sito à Rua Laurindo Pereira da Silva, 780 - Conjunto Residencial Adelercio Caleffi - São João do Ivaí/ PR - CEP: 86.930-000 - Fone: (43) 3572-9930 - E-mail: sji-ju-scr@tjpr.jus.br , os seguintes JURADOS, os quais ficam convocados para as mencionadas sessões, através do presente edital e das notificações a serem efetuadas por Oficiais de Justiça, a saber: 1. Diosley Silva Rodrigues Prattes;2. CELIO AYME;3. MIQUEIAS ANTONIO FERRO DE CARVALHO;4. DARIANE FREITAS PEREIRA;5. Claudina Aparecida Sartori da Silva;6. Fernanda Giordano Pardinho;7. ACASSIO CRISTIANO MOREIRA;8. Elton Gomes Ferreira ;9. EIBE FROIS DA COSTA;10. JULIANO MONTES DE MORAIS;11. Dione Albertini Cândido ;12. RAFAEL MARCOS BOSQUESI;13. MICHELSON DE ROMA MARCOS;14. CLAITON MUSSATO RUAS;15. JONAS EDUARDO DOS SANTOS PARDINHO;16. JULYANA MARCIA BROSSO;17. CLAUDIO MESSINA;18. KARINE DE MELO COUTO;19. ELIANDRO EVANGELISTA PERES DA COSTA;20. ALMIR SOUZA SANTANA;21. EDIVANIA DE SOUZA RAPOSO;22. DÉBORA MARREGAS;23. GISLAINE FRIGHETTO MARCOS ROSSI;24. GEOVANE DE LIMA MARIANO;25. VALDELICE FERREIRA DOS SANTOS JACK;26. KARLA VANZELLI MARTINS;27. ELIANE KADEM DE MENEZES;28. CAROLINE APARECIDA PREVIATTI;29. JULIANA MARCOS PRAISLER BOLDRIN;30. ALEX AUGUSTO DE ASSIS MACHADO;31. Marta Domingues Ayme Pereira;32. Fabio Moreira da Silva; 33. PAULO HENRIQUE OKAGAWA;34. AULEDIR OLIVEIRA DE SOUZA;35. DEIDIANE ROSOLEN SANTOS JACK;36. Ivens Rodrigues de Mello;37. Helcio Ribeiro de Lima;38. Neli Fonseca de Souza; 39. EDGAR CAETANO FILHO;40. FABIO VITOR

ARMANDO DE OLIVEIRA; .Ainda, visando assegurar o comparecimento do numero mínimo de Jurados, o MM. Juiz sorteou, como SUPLENTES, os Jurados: 1. Taciane Ferreira Scheguera da Fonseca;2. ADRIANA ROSA MAZIERO VIANA;3. ANDERSON LUIZ MATEUS SOCOLOSKI;4. CLEVERSON GREY ARMELIN DA SILVA;5. MARCELO APARECIDO DE BRITO;6. Josimara Calegari;7. CLAUDIANE APARECIDA DE AZEVEDO ;8. SERGIO LEME JACK;9. DEVANIRA MIRANDA ZANONI;10. MICHEL DE AZEVEDO RIBEIRO;11. IVONE CATARINA DA SILVA; 12. MARCO CÉSAR COSTA DA SILVA;13. FABIANA JUNCO YAMANACA;14. VERONICA MATIAS FERNANDES SANTANA;15. CIRINEIDE APARECIDA DE OLIVEIRA;16. JOSISLAINE TAZERINA DOS SANTOS;17. ELAINE CRISTINA CLARO NOVAIOR;18. Otavio Justiniano dos Santos;19. LIDIANE JARDIM;20. GEORGETTE CORREA DA SILVA;21. LUANA DE ABREU BARBOSA;22. CAMILA CAROLINA NOGUEIRA DA SILVA;23. Eliane mota;24. DANIELA SIMÕES DE OLIVEIRA;25. Edna Cristina Sartori Guedes. E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei. Dado e passado
nesta cidade e Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, aos 26 de junho de 2025.Eu Fabio Linares Godoy, Técnico Judiciário, lavrei e subscrevo.
Malcon Jackson Cummings
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ-PR. CARTÓRIO CRIMINAL EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SENTENCIADO JARDEL APARECIDO PEDROSO MACHADO, COM PRAZO DE (30) TRINTA DIAS. AÇÃO PENAL Nº 0001943-48.2023.8.16.0156 FINALIDADE: FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele tiverem notícia, o qual será afixado no local de costume e publicado no Diário de Justiça do Estado do Paraná, que tendo em vista o denunciado, adiante qualificado, estar em lugar incerto, o intima para pagamento da multa e custas processuais a que foi condenado. QUALIFICAÇÃO: JARDEL APARECIDO PEDROSO MACHADO, portador(a) do RG 91967170 SSP/PR e CPF 802.426.809-41, nascido(a) em 08/09/1987, natural de LUNARDELLI/PR, filho(a) de ORDALIA PEDROSO e ANTONIO MACHADO, atualmente em lugar incerto. OBJETO: Intimação do sentenciado JARDEL APARECIDO PEDROSO MACHADO para que, no prazo de 10 (dez) dias, efetue o pagamento das custas processuais a que foi condenado nos autos de Ação Penal nº 0001943-48.2023.8.16.0156, deste Juízo de São João do Ivaí, sito a Rua Laurindo Pereira da Silva, 780, Conjunto Adelércio Caleffi, São João do Ivaí/PR, sob pena de execução e protesto pelo Fundo da Justiça e Fundo Penitenciário. São João do Ivaí, 27 de junho de 2025. Lucas Vinicius de Oliveira Guergoleti Técnico Judiciário Por ordem do(a) MM. Juiz(a) (Assinatura autorizada pela Portaria n.º 28/2023)

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ-PR. CARTÓRIO CRIMINAL EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SENTENCIADO JOEL MACHADO, COM PRAZO DE (90) NOVENTA DIAS. AÇÃO PENAL Nº 0000486-49.2021.8.16.0156 FINALIDADE: FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele tiverem notícia, o qual será afixado no local de costume e publicado no Diário de Justiça do Estado do Paraná, que tendo em vista o indiciado, adiante qualificado, estar em lugar incerto, o intima da mencionada decisão, do qual poderá interpor, dentro de cinco dias, a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível, sob pena de ver passar julgado dita decisão. QUALIFICAÇÃO: JOEL MACHADO, portador(a) do RG 107904026 SSP/PR e CPF 048.172.539-32, nascido(a) em 08/12/1975, natural de PITANGA/PR, filho(a) de JOVILINA DE LARA e MANOEL MACHADO, atualmente em lugar incerto. OBJETO: Intimação do sentenciado JOEL MACHADO, de que em sentença de 05/06/2025 este foi CONDENADO como incurso nas sanções do artigo 155, caput, do Código Penal Brasileiro à pena de 04 (QUATRO) MESES E 17 (DEZESSETE) DIAS DE RECLUSÃO E 03 (TRÊS) DIAS-MULTA em regime ABERTO, nos autos de AÇÃO PENAL Nº 0000486- 49.2021.8.16.0156 deste Juízo de São João do Ivaí, sito a Rua Laurindo Pereira da Silva, 780, Conjunto Adelércio Caleffi, São João do Ivaí/PR. São João do Ivaí, 27 de junho de 2025. Lucas Vinicius de Oliveira Guergoleti Técnico Judiciário Por ordem do(a) MM. Juiz(a) (Assinatura autorizada pela Portaria n.º 28/2023)

PAUTA DE JULGAMENTO
PAUTA DE JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI DESTA COMARCA, EM SUA QUARTA REUNIÃO PERIÓDICA, DO CORRENTE ANO.
1 . Sessão no diaa : DATA / HORÁRIO / LOCAL DA AUDIÊNCIA: 01 de agosto de 2025 às 09:00 horas
Processo nº 0000372-42.2023.8.16.0156
Data do fato: 26/01/2023
Autora: A Justiça Pública
Réu: HELITON DA SILVA RICHUITI,
Vítima: G.S.
Defensor: (Defensor Dativo) OAB 89890N-PR - MAICON DE OLIVEIRA SOUZA
São João do Ivaí, 26 de junho de 2025 às 17:38:53.
FÁBIO LINARES GODOY
TÉCNICO JUDICIÁRIO

FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE - AGORA LITORAL COMUNICAÇÃO & MARKETING CLAUDINO PEREIRA NUNES, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 27.850.951/0001-06. PRAZO DE VINTE (20) DIAS.
A Doutora Camila Mariana da Luz Kaestner, MMª Juíza de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná,
F A Z S A B E R
a todos quantos virem o presente edital ou conhecimento dele tiverem, que encontra-se tramitando perante este Juízo e Cartório os autos sob o nº 0003523-25.2022.8.16.0035 de Ação de Obrigação de Fazer e Indenização por Danos Morais com Pedido Liminar, em que é requerente Marcos Silas Neves de Souza, e requeridos Agora Litoral Comunicação & Marketing Claudino Pereiras Nunes e outros, nos termos a seguir transcritos, conforme minuta apresentada pelo requerente : "FAZ SABER a empresa AGORA LITORAL COMUNICAÇÃO & MARKETING, inscrita no CNPJ/MF n. 27.850.951/0001-06, com endereço à Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, n. 92 e/ou 106, Bairro Aeroporto, Paranaguá, PR, CEP 83.209-000, que foi proposta contra si uma ação de Indenização por danos morais por parte de Marcos Silas Neves de Souza, alegando em síntese que: "a empresa AGORA LITORAL e outras publicaram (desde 01/09/2021) reportagens em ambiente virtual com conteúdo calunioso e difamatório, os quais extrapolam o direito à liberdade de expressão e divulgação de conteúdo jornalístico". Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta, com prazo de 20 dias, findo o qual fluirá o prazo de 15 dias para CONTESTAR, manifestando-se sobre tudo o que lhe interessar e requerer as provas cabíveis, nos termos do artigo 335, do Código de Processo Civil. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei." Estando o requerido - Agora Litoral Comunicação & Marketing Claudino Pereiras Nunes em lugar incerto e não sabido, fica o(a) mesmo(a), na pessoa de seu representante legal, através do presente edital CITADO(A) dos termos da ação, e para contestar o feito, querendo, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de revelia, e que será nomeado Curador Especial a(o) mesmo(a) em caso de revelia (artigo 257, IV, do CPC). Advertindo-o(a) de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos pelo(a) mesmo(a) como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) requerente (artigo 344 do Código de Processo Civil).- Nada mais. Para constar lavrou-se o presente. São José dos Pinhais, 24 de junho de 2025. Eu (Sandro Isidio Bonato), Juramentado que o digitei e subscrevi.-
Subscrição autorizada pela MMª. Juíza - Portaria 15/2023.

EDITAL DE CITAÇÃO DE INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS E DAQUELE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITO O IMÓVEL USUCAPIENDO. PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.
O Doutor Guilherme Moraes Nieto, MMº Juiz de Direito Substituto da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná,
F A Z S A B E R
que por este Juízo e Cartório processam os termos dos Autos nº de Ação de Usucapião, em que são requerentes WILSON LUIZ BRIDI e CLAUDETE DE LIMA SOUZA BRIDI, tendo por objeto o usucapião do imóvel LOTE de terreno A-5, situado no lugar denominado Barro Preto com área de 794,30 m² e LOTE de terreno A-4, situado no lugar denominado Barro Pretocom área de 698,33m² ambos localizados nesta Cidade e Comarca. A área objeto da ação, possui a seguinte confrontação: Vilmar Schuertz, Luiz Eduardo Teixeira e Maria Diair Dissenha. O prazo para contestar a ação é de quinze (15) dias. Advertindo-o(s) de que se não forem contestados, presumir-se-ão aceitos pelo(s) mesmo(s) como verdadeiros os fatos articulados pelo(s) requerente(s) (artigo 344 do CPC). OBS: Deve ainda manifestar o interesse na escolha pelo "Juízo 100% Digital", nos termos do Decreto Judiciário nº 321/2021 - P-GP-GCJ, estabelecida pela Resolução 345, de outubro de 2020 do Conselho Nacional de Justiça, devendo indicar seu endereço eletrônico e linha telefônica móvel celular, salientando que nesta modalidade de tramitação as partes continuarão a serem intimadas através do Projudi. Nada mais. Para constar lavrou-se o presente. São José dos Pinhais, 26 de junho de 2024. Eu, Carlos Lúcio Zeni Guimarães, Escrivão que o digitei e subscrevi.
Subscrição autorizada pela MMª. Juíza - Portaria 15/2023

EDITAL DE CITAÇÃO DE EVENTUAIS HERDEIROS DO - ESPÓLIO DE ALBERTO BONK, QUE ERA PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE - RG SOB O Nº 910791 SSP/PR., E DO - ESPÓLIO DE ELZA BONK, QUE ERA PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE - RG SOB O Nº 844756 SSP/PR., INSCRITA NO CPF/MF SOB O Nº 112.046.309-25. PRAZO DE VINTE (20) DIAS.
O Doutor Guilherme Moraes Nieto, MMº Juiz de Direito Substituto da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná,
F A Z S A B E R
que por este Juízo e Cartório processam os termos dos autos número 0003842-61.2020.8.16.0035 de Ação de Usucapião Extraordinário, em que é requerente Terezinha Furlan, e requeridos Alberto Bonk e Elza Jentsch Bonk, tendo por objeto o imóvel constituído pelo lote de terreno sob o nº 05, da quadra "H" da Planta Jardim Iracema 2, com área total de 360,00m², nesta Cidade e Comarca. A área objeto da ação, possui a seguinte confrontação : Carlos Alberto Bueno, Claudemir Silvestre da Anunciação e Henrique Floriano Perin. O prazo para contestar a ação é de quinze (15) dias. Advertindo-o(s) de que se não forem contestados, presumir-se-ão aceitos pelo(s) mesmo(s) como verdadeiros os fatos articulados pelo(s) requerente(s) (artigo 344 do CPC), e que será nomeado Curador Especial ao(s) mesmo(s) em caso de revelia (artigo 257, IV, do CPC). OBS : Deve ainda manifestar o interesse na escolha pelo "Juízo 100% Digital", nos termos do Decreto Judiciário nº 321/2021 - P-GP-GCJ, estabelecida pela Resolução 345, de outubro de 2020 do Conselho Nacional de Justiça, devendo indicar seu endereço eletrônico e linha telefônica móvel celular, salientando que nesta modalidade de tramitação as partes continuarão a serem intimadas através do Projudi. Nada mais. Para constar lavrou-se o presente. São José dos Pinhais, 23 de junho de 2025. Eu (Sandro Isidio Bonato), Juramentado que o digitei e subscrevi.-
Subscrição autorizada pela MMª. Juíza - Portaria 15/2023

Edital Geral

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE - FLORIVIR GONÇALVES VIEIRA, BRASILEIRA, VIÚVA, APOSENTADA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 2.216.018, INSCRITA NO CPF/MF Nº 698.592.059-49 - PRAZO DE 30 DIAS.
A Doutora Camila Mariana da Luz Kaestner, MMª Juíza de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais,Estado do Paraná, etc,
F A Z S A B E R
que perante este Juízo e cartório processam os termos dos autos nº 0010858-61.2023.8.16.0035, de Ação de Interdição, que é requerente Iraci Vieira Schlosser, e requerida Florivir Gonçalves Vieira, tendo sido a lide julgada procedente e decretada a Interdição da requerida, sendo-lhe nomeada Curadora a requerente Iraci Vieira Schlosser, sendo a causa da Interdição: alzheimer, sendo os limites da curatela: restrita a aspectos patrimoniais e negociais. Assim, determinou a expedição deste edital a ser publicado pela imprensa na forma do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil. Nada mais. Para constar lavrou-se o presente edital. São José dos Pinhais, aos 18 de junho de 2025. Eu (Marilia Duarte), Juramentado que o digitei e subscrevi.
Subscrição autorizada pela MMª Juiza - Portaria 15/2023

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE - VITÓRIA DOLENCO, BRASILEIRA, PORTADORA DE CÉDULA DE IDENTIDADE RG Nº 12.314.714-6, INSCRITA NO CPF/MF Nº 012.414.619-88 - PRAZO DE 30 DIAS.
A Doutora Camila Mariana da Luz Kaestner, MMª Juíza de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais,Estado do Paraná, etc,
F A Z S A B E R
que perante este Juízo e cartório processam os termos dos autos nº 0008338-36.2020.8.16.0035 de Ação de Interdição, que é requerente Centro de Amparo aos Idosos - Jesus, Maria José, representada por Luciana da Silva Souza Neves, e requerida Vitória Dolenco, tendo sido a lide julgada procedente e decretada a Interdição da requerida, sendo-lhe nomeada Curadora a requerente Centro de Amparo aos Idosos - Jesus, Maria José, sendo a causa da Interdição: confusão mental, e surtos psicóticos, sendo os limites da curatela: restrita a aspectos patrimoniais e negociais. Assim, determinou a expedição deste edital a ser publicado pela imprensa na forma do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil. Nada mais. Para constar lavrou-se o presente edital. São José dos Pinhais, aos 23 de junho de 2025. Eu (Marilia Duarte), Juramentado que o digitei e subscrevi.
Subscrição autorizada pela MMª Juiza - Portaria 15/2023

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO DENUNCIADO JOÃO VITOR DA SILVA DA LUZ, ANA ALINE LENARDT, , COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS
Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0012790-84.2023.8.16.0035
A Doutora Luciani Regina Martins de Paula, Juíza de Direito da 1.ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, etc .
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 90 (quinze) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível intimar pessoalmente **ANA ALINE LENARDT, RG 105827083 SSP/PR, Nome da Mãe: JOANA LENARDT, nascido em 17/08/1991, natural de CURITIBA, localizável no(a) Rua 03, 67 - Ipê - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - Telefone(s): (41) 98728-8391**
JOÃO VITOR DA SILVA DA LUZ, RG 136539671 SSP/PR, CPF 127.645.519-40, Nome do Pai: JOÃO CARLOS MENDES DA LUZ, Nome da Mãe: MARIA IZABEL DA SILVA, nascido em 05/04/2002, natural de CURITIBA/PR, localizável no(a) Rua Manoel Valdomiro de Macedo, 2921 (CADEIA PÚBLICA DE CURITIBA - CPCTBA) - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.170-150.
: Sentenciado nos autos de ***Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0012790-84.2023.8.16.0035***, pelo que, através do presente, é procedida a **INTIMAÇÃO** do mesmo da Sentença proferida, cujo dispositivo é *"Diante do exposto, julgo totalmente procedente a denúncia formulada pela d. representante do Ministério Público, para o fim de CONDENAR os acusados ANA ALINE LENARDT e JOÃO VITOR DA SILVA DA LUZ pela prática dos delitos de 'tráfico de drogas', previsto no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06 (Fato 01), e de 'posse irregular de munições de uso permitido', previsto no artigo 12 da"*, alertando-o ainda sobre o prazo de 05 (cinco) dias para recurso. E, para que chegue ao conhecimento de todos determinou a MM. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, 26 de junho de 2025 às 14:50:45. Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.
LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO(S) PROPRIETÁRIO(S) DO BEM nos *Procedimento Especial da Lei Antitóxicos nº. 0008709-97.2020.8.16.0035*
A Doutora Luciani Regina Martins de Paula, Juíza de Direito da 1.ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, etc .
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, através do presente, é procedida a INTIMAÇÃO do(s) Legítimo(s) Proprietário(s) dos bens apreendidos nos autos ***0008709-97.2020.8.16.0035***, sendo **Marca/Modelo PEUGEOT/206 SELECTION, Placa DHU5699** , com prazo de 15 (quinze) dias para que proceda(m) na forma no artigo 118 e seguintes do Código de Processo Penal, caso o(s) mesmo(s) quede-se inerte, será entendido como desistência e, por via de consequência, deverá ser cumprido o item 6.20.8 do Código de Normas e, desde já, dou como beneficiária à A.P.A.E. . E, para que chegue ao conhecimento de todos determinou a MM. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância **.** E, para que chegue ao conhecimento de todos determinou a MM. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, 26 de junho de 2025 às 14:04:13. Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.
LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Bruno Pio de Souza
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Luciani Regina Martins de Paula, da 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0024258-55.2017.8.16.0035, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LEONARDO MARIANO DA LUZ, Bruno Pio de Souza, e vítima NICOLAS NARDES TEIXEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido Bruno Pio de Souza, portador(a) do RG 123121333 SSP/PR e CPF 078.317.379-28, nascido(a) em 17/07/1991, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de ESTER RODRIGUES DOS SANTOS e Izaque Pio de**

Souza, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.

.

São José dos Pinhais, 26 de junho de 2025.
Luciani Regina Martins de Paula
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): PEDRO EDUARDO DOS SANTOS FAGUNDES
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Luciani Regina Martins de Paula, da 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0008713-42.2017.8.16.0035, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALEXSANDRO DE FRANÇA ANDRADE, DENIS PIO LOURENÇO, PEDRO EDUARDO DOS SANTOS FAGUNDES, e vítima DANIEL DE OLIVEIRA PORTES, GUSTAVO SILVA DA LUZ, ROMÁRIO DA SILVA,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido PEDRO EDUARDO DOS SANTOS FAGUNDES, portador(a) do RG 111211990 SSP/PR e CPF 100.155.999-14, nascido(a) em 28/11/1996, natural de SAO JOSE DOS PINHAIS, filho(a) de DIONEIDE DOS SANTOS e JOSUE CARDOSO FAGUNDES**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.

São José dos Pinhais, 26 de junho de 2025.
Luciani Regina Martins de Paula
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MAURO SERGIO DE CARVALHO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Luciani Regina Martins de Paula, da 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0015369-05.2023.8.16.0035, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MAURO SERGIO DE CARVALHO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido MAURO SERGIO DE CARVALHO, portador(a) do RG 110890710 SSP/PR e CPF 061.311.889-80, nascido(a) em 06/07/1978, natural de NOVA PRATA DO IGUACU/PR, filho(a) de TEREZINHA CARVALHO DA CRUZ e VALDOMIRO AJALES DE CARVALHO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.

São José dos Pinhais, 26 de junho de 2025.
Luciani Regina Martins de Paula
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO(A) DENUNCIADO(A) JOÃO MARIO FORTUNATO, , COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS*Ação Penal - Procedimento Sumário nº. 0018166-51.2023.8.16.0035*

A Doutora Luciani Regina Martins de Paula, Juíza de Direito da 1.ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, etc .

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 60 (sessenta) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível intimar pessoalmente **JOÃO MARIO FORTUNATO, RG 20956895 SSP/PR, CPF 519.848.149-15, Nome do Pai: NARCISO FORTUNATO, Nome da Mãe: IZABEL FORTUNATO, nascido em 24/06/1961, natural de CURITIBA/PR, localizável no(a) Rua Ediloy Helm, 25 - Campo Comprido - CURITIBA/PR - CEP: 81.220-200;**

Sentenciado nos autos de ***Ação Penal - Procedimento Sumário nº. 0018166-51.2023.8.16.0035***, pelo que, através do presente, é procedida a **INTIMAÇÃO** do mesmo da Sentença proferida, cujo dispositivo é *"Diante do exposto, com fundamento no artigo 28-A, §13º, c/c artigo 397, inciso IV, ambos do Código de Processo Penal, tendo em vista o cumprimento integral do Acordo de Não Persecução Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de JOÃO MARIO FORTUNATO, com relação ao fato delituoso narrado nos autos."*, alertando-o ainda sobre o prazo de 05 (cinco) dias para recurso. E, para que chegue ao conhecimento de todos determinou a MM. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, 26 de junho de 2025 às 14:20:25. Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.
LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ALEXSANDRO DE FRANÇA ANDRADE
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Luciani Regina Martins de Paula, da 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0008713-42.2017.8.16.0035, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALEXSANDRO DE FRANÇA ANDRADE, DENIS PIO LOURENÇO, PEDRO EDUARDO DOS SANTOS FAGUNDES, e vítima DANIEL DE OLIVEIRA PORTES, GUSTAVO SILVA DA LUZ, ROMÁRIO DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido ALEXSANDRO DE FRANÇA ANDRADE, portador(a) do RG 149887431 SSP/PR e CPF 441.032.448-95, nascido(a) em 27/07/1994, natural de ITARARE, filho(a) de ROSI DE FRANÇA e MILTON DE FREITAS ANDRADE**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.
.
São José dos Pinhais, 26 de junho de 2025.
Luciani Regina Martins de Paula
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO DENUNCIADO MARCO ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS, , COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS*Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo nº. 0001378-56.2023.8.16.0036*
A Doutora Luciani Regina Martins de Paula, Juíza de Direito da 1.ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, etc .
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (quinze) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível intimar pessoalmente **MARCO ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS, RG 147255748 SSP/PR, Nome do Pai: ANTONIO JOSÉ GONÇALVES DOS SANTOS, Nome da Mãe: ERENEIA FERNANDES, nascido em 18/01/1992, natural de SAO JOSE DOS PINHAIS/PR, localizável no(a) Rua Campina dos Pereira, 30 - Tijucas do Sul - TIJUCAS DO SUL/PR - CEP: 83.190-000**
, denunciado nos autos de ***Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo nº. 0001378-56.2023.8.16.0036*** como incurso nas sanções do artigo **MARCO ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS: (Penas MP) CP, ART 329 Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio /**
, pelo que, através do presente, é procedida a **CITAÇÃO,** informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite nesta 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como **INTIMAÇÃO** para que para apresentar Resposta à Acusação no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do artigo 396 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento de todos determinou a MM. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, 26 de junho de 2025 às 18:13:07. Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.
LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): FELIPE FAGUNDES DOS SANTOS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Luciani Regina Martins de Paula, da 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0015458-43.2014.8.16.0035, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO, réu(s) GILBERTO JUNIOR ERDMANN, FELIPE FAGUNDES DOS SANTOS, e vítima ESTADO DO PARANÁ, *)* e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido FELIPE FAGUNDES DOS SANTOS, portador(a) do RG 135085251 SSP/PR e CPF 051.813.849-60, nascido(a) em 16/01/1996, natural de SAO JOSE DOS PINHAIS, filho(a) de LAUDEMIRA GOMES e ARI FAGUNDES DOS SANTOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.
São José dos Pinhais, 26 de junho de 2025.
Luciani Regina Martins de Paula
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO DENUNCIADO IGOR ARTAXERXES LEÃO DOS SANTOS, , COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS
Procedimento Especial da Lei Antitóxicos nº. 0013389-91.2021.8.16.0035

A Doutora Luciani Regina Martins de Paula, Juíza de Direito da 1.ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, etc .

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 90 (quinze) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível intimar pessoalmente **IGOR ARTAXERXES LEÃO DOS SANTOS, RG 1594427772 SSP/PR, Nome do Pai: JOSÉ VITOR PEREIRA DOS SANTOS, Nome da Mãe: VERÔNICA LEÃO DOS SANTOS, nascido em 26/10/1999, natural de BELO HORIZONTE/MG, localizável no(a) MARCO AURLIO ROS, 417 CASA - Borda do Campo - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - CEP: 83.075-370 - Telefone(s): (31) 99226-6142**

, Sentenciado nos autos de ***Procedimento Especial da Lei Antitóxicos nº. 0013389-91.2021.8.16.0035***, pelo que, através do presente, é procedida a **INTIMAÇÃO** do mesmo da Sentença proferida, cujo dispositivo é *"Diante do exposto, julgo totalmente procedente a denúncia formulada pelo representante do Ministério Público, para o fim de CONDENAR o acusado IGOR ARTAXERXES LEÃO DOS SANTOS pela prática do delito de 'tráfico de drogas', previsto no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 (Fato I)"*, alertando-o ainda sobre o prazo de 05 (cinco) dias para recurso. E, para que chegue ao conhecimento de todos determinou a MM. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, 26 de junho de 2025 às 16:10:12. Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.

LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO(A) DENUNCIADO(A) CLEVERSON VICENTE FRANCISCO, , COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0007142-65.2019.8.16.0035

A Doutora Luciani Regina Martins de Paula, Juíza de Direito da 1.ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, etc .

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 60 (sessenta) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível intimar pessoalmente **CLEVERSON VICENTE FRANCISCO, RG 80619928 SSP/PR, CPF 045.372.689-56, Nome do Pai: ANTONIO FRANCISCO, Nome da Mãe: HELENA APARECIDA DE ARAUJO FRANCISCO, nascido em 03/06/1983, natural de SAO JOSE DOS PINHAIS, localizável no(a) Rua Mário Wilson Soares, 151 - Quississana - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - CEP: 83.085-430**.

Sentenciado nos autos de ***Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0007142-65.2019.8.16.0035***, pelo que, através do presente, é procedida a **INTIMAÇÃO** do mesmo da Sentença proferida, cujo dispositivo é *"Diante do exposto, com fundamento no artigo 89, §5º da Lei 9099/95 e nos termos do artigo 397, inciso IV, do Código de Processo Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do denunciado CLEVERSON VICENTE FRANCISCO, com relação ao fato delituoso narrado nos autos."*, alertando-o ainda sobre o prazo de 05 (cinco) dias para recurso. E, para que chegue ao conhecimento de todos determinou a MM. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, 26 de junho de 2025 às 16:20:28. Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.

LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO(A) DENUNCIADO(A) ERICH JOSE DOS SANTOS, , COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS*Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0010040-12.2023.8.16.0035*

A Doutora Luciani Regina Martins de Paula, Juíza de Direito da 1.ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, etc .

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 60 (sessenta) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível intimar pessoalmente **ERICH JOSE DOS SANTOS, RG 129937629 SSP/PR, CPF 072.944.289-64, Nome do Pai: OLAIR JOSE DOS SANTOS, Nome da Mãe: VIVIANE GONÇALVES SOARES, nascido em 13/08/1998, natural de SAO JOSE DOS PINHAIS/PR, localizável no(a) Rua Nikola Cicilovic, 344 ap 24 - Del Rey - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - CEP: 83.090-246**

, sentenciado nos autos de ***Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0010040-12.2023.8.16.0035***, pelo que, através do presente, é procedida a **INTIMAÇÃO** do mesmo da Sentença proferida, cujo dispositivo é *"Diante do exposto, julgo totalmente procedente a denúncia, para o fim de CONDENAR o denunciado Erich José dos Santos pela prática do delito de 'embriaguez ao volante', previsto no artigo 306 ,caput, da Lei nº 9.503/1997 (Fato I) e 'desacato', previsto no artigo 331, do Código Penal (Fato II)"*, alertando-o ainda sobre o prazo de 05 (cinco) dias para recurso. E, para que chegue ao conhecimento de todos determinou a MM. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, 26 de junho de 2025 às 14:35:06. Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.

LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): DENIS PIO LOURENÇO

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Luciani Regina Martins de Paula, da 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0008713-42.2017.8.16.0035, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALEXSANDRO DE FRANÇA ANDRADE, DENIS PIO LOURENÇO, PEDRO EDUARDO DOS SANTOS FAGUNDES, e vítima DANIEL DE OLIVEIRA PORTES, GUSTAVO SILVA DA LUZ, ROMÁRIO DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido DENIS PIO LOURENÇO, portador(a) do RG 149887423 SSP/PR e CPF 385.409.798-02, nascido(a) em 10/02/1990, natural de DIADEMA, filho(a) de MARLY APARECIDA PIO e JOSE LOURENÇO DE SOUSA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.

São José dos Pinhais, 26 de junho de 2025.
Luciani Regina Martins de Paula
Juíza de Direito

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): LEANDRO ANDRADE PEREIRA

PRAZO DE 30 DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Yabagata Endo, da 2ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele

tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Inquérito Policial, assunto Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente, sob nº 0018638-57.2020.8.16.0035, em que é(são) autor(es) réu(s) CLAYTON EDUARDO FORTES BATISTA, Edson Reis, WILLIAM DE SOUZA BENJAMIM, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Terceiro LEANDRO ANDRADE PEREIRA, portador(a) do RG 154325972 SSP/PR e CPF 022.496.429-15, nascido(a) em 18/04/2005, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de EDILEUSA ANDRADE FERREIRA e CLAUDIO PEREIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para opor manifestação sobre seu interesse na restituição de um aparelho celular marca MultilaseR, na cor rosa, modelo S051, IMEI 359714086945147 E 359714087245141, com bateria danificada, sendo que a falta de interesse acarretará na destruição ou doação do objeto. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Ruth Carla Bergamasco, Analista Judiciário, conferi e digitei.
São José dos Pinhais, 17 de junho de 2025.
Rodrigo Yabagata Endo
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): MARCIANO MACHADO e DEIVIDI CARNEIRO GOMES
PRAZO DE 60 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Yabagata Endo, da 2ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Qualificado, sob nº 0009261-23.2024.8.16.0035, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCIANO MACHADO, WELINTON CARNEIRO GOMES, DEIVIDI CARNEIRO GOMES, e vítima FREDERICO ALBERTO COELHO, PAMELA DA CRUZ NIDIO,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **MARCIANO MACHADO, portador(a) do RG 83485906 SSP/PR e CPF 041.818.549-22, nascido(a) em 21/01/1985, natural de SAO PEDRO DO IVAI/ PR, filho(a) de MARIA DAS DORES MACHADO; e DEIVIDI CARNEIRO GOMES, portador(a) do RG 123229339 SSP/PR e CPF 137.318.059-52, nascido(a) em 22/04/2003, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de ALESSANDRA CARNEIRO TRIGUEIROS e CLAUDIO GOMES**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou pronunciado**:** DEIVIDI CARNEIRO GOMES, pelas práticas dos crimes previstos nos artigos 129, caput do Código Penal, por duas vezes (Fatos 01 e 03), 244-B da Lei nº 8.069 /90 (Fato 04) e 121, §2°, incisos II e IV do Código Penal (Fato 05) c. MARCIANO MACHADO pelas práticas dos crimes previstos nos artigos 129, caput, por duas vezes (Fatos 01 e 02), e 244-B da Lei nº 8.069/90 (Fato 04), com base no artigo 413, caput e §1º do Código de Processo Penal, razão pela qual determino que os fatos sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri. , em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Ruth Carla Bergamasco, Analista Judiciário, conferi e digitei.
São José dos Pinhais, 27 de junho de 2025.
Rodrigo Yabagata Endo
Juiz de Direito

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PARANÁ
ESCRIVANIA DA VARA CÍVEL/ANEXOS
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE EVENTUAIS TERCEIROS E INTERESSADOS
PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS
A DOUTORA **DANIELA FRANCO REIS E SILVA SÁ,** MM. Juíza de Direito da Vara Cível & Anexos desta Comarca, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **DESAPROPRIAÇÃO** por Servidão Administrativa, sob **nº 0004198-43.2018.8.16.0159**, em que é(são) requerente(s) JORGE POLI, e requerido(s) COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR, e que por este COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS, em cumprimento ao determinado no art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365/1941, e em conformidade com a decisão judicial lançada aos autos foi desapropriado a **Área de 609,24 m², da Chácara n. 49-L, constante da Matrícula nº 26.775** do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel Do Iguaçu-PR. São Miguel do Iguaçu/PR, hoje, quinta-feira, 26 de junho de 2025 (26/06/2025). Eu, Felipe Vieira da Silva, Auxiliar de Cartório da Escrivania da Vara Cível & Demais Anexos que digitei, e eu, _____ JAIR LOURENÇO DE SOUZA, Escrivão, o subscrevi e assino, nos termos da Portaria 29/2023.
JAIR LOURENÇO DE SOUZA
Escrivão Cível/Anexos

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PARANÁ
ESCRIVANIA DA VARA CÍVEL & DEMAIS ANEXOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE QUARENTA E CINCO (45) DIAS
A DOUTORA DANIELA FRANCO REIS E SILVA SÁ, MM. JUÍZA DE DIREITO da Vara Cível & Demais Anexos desta Comarca, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, de que por este juízo e cartório, se processaram os Autos da Ação de Interdição c/c Pedido de Curatela definitiva e Tutela Provisória de Urgência 0003445-76.2024.8.16.0159, em que figuram como requerente MARILENE CARDOSO MACHADO em favor de MARILZA CARDOZO MACHADO, brasileira, divorciada, autônoma, inscrita no CPF/MF sob o n. 829.709.639-49, portadora da Carteira de Identidade (RG) n. 6.153.303-6 SESP/PR, em cujos autos foi proferida a R. Sentença de interdição de **MARILZA CARDOZO MACHADO**, declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 40, III, do Código Civil, relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, pois sofreu parada cardiorrespiratória com consequente lesão cerebral anóxica, nomeando-se-lhe curadora sua irmã MARILENE CARDOSO MACHADO, brasileira, solteira, microempreendedora individual (MEI), inscrita no CPF/MF sob o n. 064.330.169-01, portadora da Carteira de Identidade (RG) n. 101266923 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua São Lourenço, n. 261, São Miguel do Iguaçu/PR; e, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na Imprensa local e na imprensa Oficial do Estado, por três (3) vezes, com intervalo de dez (10) dias, nos termos do artigo 755, § 3º, do CPC, afixando-se cópia no local de costume na Sede deste Juízo. São Miguel do Iguaçu/PR, hoje, segunda-feira (9/6/2025). Eu MARCÉLI BARBIERI, Empregada Juramentada [Portaria 15/2018] da Escrivania da Vara Cível & Demais Anexos, que digitei, e eu, _____ JAIR LOURENÇO DE SOUZA, Escrivão, que digitei, o subscrevi e assino, nos termos da Portaria 01^{2019}.
JAIR LOURENÇO DE SOUZA
Escrivão Cível/Anexos

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PARANÁ
ESCRIVANIA DA VARA CÍVEL & DEMAIS ANEXOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE QUARENTA E CINCO (45) DIAS
A DOUTORA DANIELA FRANCO REIS E SILVA SÁ, MM. JUÍZA DE DIREITO da Vara Cível & Demais Anexos desta Comarca, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, de que por este juízo e cartório, se processaram os Autos da Ação de Interdição c/c Pedido de Curatela definitiva 0003899-56.2024.8.16.0159, em que figuram como requerente ANDERSON CLAYTON PUTON em favor de MARCELINO ZEFERINO PUTON, brasileiro, casado, aposentado, portador da Cédula de Identidade RG n° 1.245.039-7 SSP/PR, inscrito no CPF/MF n° 300.245.959-34, em cujos autos foi proferida a R. Sentença de interdição de **MARCELINO ZEFERINO PUTON**, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 40, III, do Código Civil, relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, pois fora cometido por doença de Alzheimer (CID10 - G30), bem como Ansiedade Generalizada (CID10 - F41.1), nomeando-se-lhe curador seu filho ANDERSON CLAYTON PUTON, brasileiro, divorciado, eletricista, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.527.431-9 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 023.821.389-71, residente e domiciliado à Rua Valentim Celeste Palavro, 255, Bairro Floresta, na cidade de São Miguel do Iguaçu/PR; e, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na Imprensa local e na imprensa Oficial do Estado, por três (3) vezes, com intervalo de dez (10) dias, nos termos do artigo 755, § 3º, do CPC, afixando-se cópia no local de costume na Sede deste Juízo. São Miguel do Iguaçu/PR, hoje, segunda-feira (9/6/2025). Eu MARCÉLI BARBIERI, Empregada Juramentada [Portaria 15/2018] da Escrivania da Vara Cível & Demais Anexos, que digitei, e eu, _____ JAIR LOURENÇO DE SOUZA, Escrivão, que digitei, o subscrevi e assino, nos termos da Portaria 01^{2019}.
JAIR LOURENÇO DE SOUZA
Escrivão Cível/Anexos

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PARANÁ
ESCRIVANIA DA VARA CÍVEL & DEMAIS ANEXOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE QUARENTA E CINCO (45) DIAS
A DOUTORA DANIELA FRANCO REIS E SILVA SÁ, MM. JUÍZA DE DIREITO da Vara Cível & Demais Anexos desta Comarca, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, de que por este juízo e cartório, se processaram os Autos da Ação de Curatela com Pedido de Tutela Antecipada 0001795-91.2024.8.16.0159, em que figuram como requerente DEJALMO DESBESSEL em favor de SALETE DESBESSEL, brasileira, solteira, devidamente inscrita no CPF nº. 011.844.039-02, em cujos autos foi proferida a R. Sentença de interdição de **SALETE DESBESSEL**, declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 40, III, do Código Civil, relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, pois sofre de transtornos mentais irreversíveis que a impedem de praticar os atos regulares da vida civil, decorrentes de sequelas de meningite na infância, sendo diagnosticada com retardo mental grave (CID 10 F72.1), nomeando-se-lhe curador seu irmão DEJALMO DESBESSEL, brasileiro, desempregado, regularmente registrado perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, RG sob nº. 8.476.268-7 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 006.385.189-03, residente e domiciliado sito a Rua Esperança, 1417, Caramuru, Município de Itaipulândia, Estado do Paraná; e, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na Imprensa local e na imprensa Oficial do Estado, por três (3) vezes, com intervalo de dez (10) dias, nos termos do artigo 755, § 3º, do CPC, afixando-se cópia no local de costume na Sede deste Juízo. São Miguel do Iguaçu/PR, hoje, segunda-feira (9/6/2025). Eu MARCÉLI BARBIERI, Empregada Juramentada [Portaria 15/2018] da Escrivania da Vara Cível & Demais Anexos, que digitei, e eu, _____ JAIR LOURENÇO DE SOUZA, Escrivão, que digitei, o subscrevi e assino, nos termos da Portaria 01[2019].
JAIR LOURENÇO DE SOUZA
Escrivão Cível/Anexos

FORO REGIONAL DE SARANDI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO REQUERIDO, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.
A Doutora ELAINE CRISTINA SIROTI, Juiz de Direito Substituto da 2.ª Vara Criminal do Foro Regional da de Sarandi, Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. ...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível INTIMAR pessoalmente requerido **RONALDO LUIZ PAULINO DA CUNHA,** brasileiro, nascido aos 30/12/1981, natural de Maringá/PR, filho de MARIA LUCIA VERONEZI DA CUNHA e de JOAQUIM PAULINO DA CUNHA, portador do RG 86721163 SSP/PR, *atualmente em lugar incerto e não sabido,* INTIMA-O da decisão proferida nos autos de Medidas Protetivas de Urgência n. 0007929-34.2024.8.16.0160, nos seguintes termos: "Intime-se o requerido acerca da prorrogação das medidas e para que cumpra corretamente a decisão judicial, advertindo-o que o descumprimento das medidas protetivas aplicadas em favor da ofendida, ainda que por meio de pessoa interposta, importará em decretação de sua prisão cautelar, nos termos do artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal." DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Sarandi, Estado do Paraná em 27 de junho de 2025. Eu _____ (Andrigo Rogério de Souza), Técnico Judiciário que digitei e subscrevi.
ELAINE CRISTINA SIROTI
Juíza de Direito

SERTANÓPOLIS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE SERTANÓPOLIS
VARA CRIMINAL DE SERTANÓPOLIS - PROJUDI
Rua São Paulo, 853 - Centro - Sertanópolis/PR - CEP: 86.170-000 - Fone: (43) 3572-8753 - E-mail: SER-JU-SEC@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): WANDERLEI ALVES DE OLIVEIRA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Julio Farah Neto, da Vara Criminal de Sertanópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0000598-58.2025.8.16.0162, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WANDERLEI ALVES DE OLIVEIRA, RODRIGO VIEIRA MELO, ALCIDES FERREIRA DA SILVA NETO, e vítima JOÃO BATISTA DE BRITO e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **WANDERLEI ALVES DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 109627925 SSP/PR e CPF 067.702.719-23, nascido(a) em 06/06/1990, natural de PRIMEIRO DE MAIO/PR, filho(a) de VERGÍLIA BASSO DE OLIVEIRA e SILVIO ALVES DE OLIVEIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 1 ano e 4 meses, incisos I e IV na data de 24/06/2025, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Ighor Augusto Pereira Pissinati, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Sertanópolis, 26 de junho de 2025.**
Julio Farah Neto
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

TERRA RICA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): LETÍCIA ROSA MARCONDES
PRAZO DE 25 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Henrique Trompczynski, da Vara Criminal de Terra Rica, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0000469-38.2025.8.16.0167, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LETÍCIA ROSA MARCONDES, EVERTON NOVAIS DOS SANTOS, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido LETÍCIA ROSA MARCONDES, portador(a) do RG 157155466 SSP/PR e CPF 151.144.099-64, nascido(a) em 08/03/2005, natural de TERRA RICA/PR, filho(a) de ANA MARIA GONZAGA ROSA e EZEQUIEL MARCONDES**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **NOTIFICAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas penas do art. 33 e art. 35 da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos), em concurso material, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: FATO 01 (Tráfico de Drogas) No dia 10 de março de 2025, por volta das 16h00min, na residência localizada na Avenida Santa Catarina, nº 1485, Centro, no Município e Comarca de Terra Rica/PR, Policiais Civis constataram que os ora denunciados LETÍCIA ROSA MARCONDES e EVERTON NOVAIS DOS SANTOS, em unidade de desígnios e em concurso de agentes, agindo com consciência e vontade, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, guardavam e tinham em depósito, para fins de futura venda e entrega a terceiros, 01 (uma) porção da substância entorpecente vulgarmente conhecida como "maconha", pesando o total de 7,3 gramas (sete gramas e três decigramas). Trata-se de substância causadora de dependência física, química e/ou psíquica, de uso, porte e venda proibidos em todo o território nacional, por força da Portaria n.º 344/ 1998, da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, de 12/05/1998, republicada no DOU de 01/02/1999, e Resolução n.º 249 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de 05/09/2002. Além das referidas porções de drogas, foram apreendidos, com os ora denunciados, 05 (cinco) aparelhos celulares, conforme consta do Boletim de Ocorrência nº 2025/311285, de mov. 10.1; Mandado de Busca e Apreensão de mov. 13.1; Informações constadas nos autos n.°0000513-57.2025.8.16.0167 (mov.1.1 a 1.8); Mandado de Prisão autos n.° 0000513-57.2025.8.16.0167 (mov.17.1); Declaração de mov.10.3; Auto de Exibição e Apreensão de mov. 1.3 e 13.2; e Relatório da Autoridade Policial de mov. 16.1. Consta que a equipe da Polícia Civil da Delegacia de Terra Rica, com apoio de

policiais militares e do grupo de Operações com Cães do 8º BPM, cumpriu o mandado de busca e apreensão expedido nos autos nº 0000513-57.2025.8.16.0167, sendo que no imóvel se encontrava apenas Letícia Rosa Marcondes, companheira do denunciado Everton Novais dos Santos, que não estava no local. Ao ser questionada pelo delegado José Júlio Bolzani Soares sobre a existência de objetos ilícitos, Letícia demonstrou nervosismo, negou possuir algo irregular, mas tentou ocultar em sua cintura dois aparelhos celulares e uma porção de maconha, itens apreendidos; ela também se recusou a informar o paradeiro de Everton. FATO 02 (Associação para o Tráfico de Drogas) Em período não especificado nos autos, mas sabendo-se que, pelo menos, durante o ano de 2025, neste Município e Comarca de Terra Rica/PR, os denunciados LETÍCIA ROSA MARCONDES e EVERTON NOVAIS DOS SANTOS, em unidade de desígnios e em concurso de agentes, cada um aderindo às condutas delituosas do outro, agindo com consciência e vontade, associaram-se, para fins da prática reiterada do crime de tráfico de drogas, previsto no artigo 33, caput, da Lei n.º 11.343/ 2006, envolvendo o fornecimento e venda de entorpecentes para usuários diversos no Município de Terra Rica/PR e região. Tal vínculo associativo é evidenciado pelo fato de que os denunciados são conviventes, fazendo da sua residência um ponto de venda de drogas, conforme informações apuradas pela Polícia Civil nos autos da cautelar criminal nº 0000513-57.2025.8.16.0167, tudo conforme Boletim de Ocorrência nº 2025/311285, de mov. 10.1; Mandado de Busca e Apreensão de mov. 13.1; Informações constadas nos autos n.° 0000513-57.2025.8.16.0167 (mov.1.1 a 1.8); Mandado de Prisão autos n.° 0000513-57.2025.8.16.0167 (mov.17.1); Declaração de mov.10.3; Auto de Exibição e Apreensão de mov. 1.3 e 13.2; e Relatório da Autoridade Policial de mov. 16.1. Consta dos referidos autos da cautelar criminal supracitados que (mov. 1.3) que as denúncias são diversas, provenientes de fontes distintas e desconexas, muitas delas feitas no âmbito local por informantes da Polícia, ou mesmo por vizinhos que flagram a movimentação corriqueira de tráfico de drogas na residência indicada.; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, **arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, até o número de 5 (cinco)**. Se a resposta não for apresentada no prazo estipulado, o(a) Magistrado(a) nomeará defensor(a) público. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Elton Jose de Lima, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Terra Rica, 25 de junho de 2025.

Luiz Henrique Trompczynski

Juiz de Direito

TOLEDO

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

O(A) Juiz(íza) de Direito Murilo Conehero Ghizzi, da 1ª Vara Criminal de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0011263-17.2022.8.16.0170, em que é(são) autor (es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) JOSÉ ALEXANDRE FARIAS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JOSÉ ALEXANDRE FARIAS, portador(a) do RG 61756019 SSP/PR e CPF 036.516.569-77, nascido(a) em 03/01/1983, natural de TOLEDO/PR, filho(a) de MARIA LUIZA VERISSIMO FARIAS e Carmindo Farias, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 1 ano e 4 meses a 5 anos e 4 meses E Multa oferecida em 15/01/2024 e recebida em 23/02/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Desta maneira, o denunciado JOSÉ ALEXANDRE FARIAS incorreu na conduta delitiva descrita no artigo 155, § 1º, do Código Penal, razão pela qual é oferecida a presente DENÚNCIA. Requer-se seja recebida, registrada e autuada. Devidamente processada, pugnase pela citação da parte denunciada para responder à acusação, observado o rito ordinário (artigo 394, § 1º, I, do Código de Processo Penal), prosseguindo-se o feito até final julgamento. Requer-se, observadas as disposições legais (artigos 155 a 250 do CPP), a produção de todas as provas admitidas em direito e que se mostrarem necessárias à elucidação dos fatos narrados. "; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Toledo, datado e assinado digitalmente. MURILO CONEHERO GHIZZI Juiz de Direit

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MARCO ANTONIO PEREIRA PRAZO DE 15 dias corridos

O(A) Juiz(íza) de Direito Murilo Conehero Ghizzi, da 1ª Vara Criminal de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0006357-81.2022.8.16.0170, em que é (são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) MARCO ANTONIO PEREIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido MARCO ANTONIO PEREIRA, portador(a) do RG 162113810 SSP/PR e CPF 402.756.998-97, nascido(a) em 23/05/1991, natural de TERRA BOA/PR, filho(a) de MARLENE MARIANO RIBEIRO PEREIRA e JOSE CARLOS PEREIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 129 - Se a lesão é praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código:, Reclusão: 1 a 4 anos, c/c artigo 7º, incisos I, da Lei 11.340/2006 (1º fato), na forma do art. 69, caput, do CP ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses, c/c artigo 7º, incisos II, da Lei 11.340/2006 (2º fato), na forma do art. 69, caput, do CP ART 24-A - Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei, Detenção: 3 meses a 2 anos, por duas vezes (3º fato), na forma do art. 69, caput, do CP ART 147-A - § 1º A pena é aumentada de metade se o crime é cometido: (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021) I - contra criança, adolescente ou idoso; (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021) II - contra mulher por razões da condição de sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código; (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021) III - mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas ou com o emprego de arma. , Reclusão: 9 meses a 3 anos E Multa, inciso II (4º fato), na forma do art. 69, caput, do CP. oferecida em 15/09/2022 e recebida em 24/10/2022, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Ao assim proceder, o denunciado MARCO ANTONIO PEREIRA incorreu, em tese, nas condutas tipificadas no artigo 129, § 13°, do Código Penal c/c artigo 7º, inciso I, da Lei nº 11.340/06 (1° Fato), artigo 147, caput, do Código Penal c/c artigo 7º, inciso II, da Lei nº 11.340/06 (2° Fato), artigo 24-A da Lei nº 11.340/06, por duas vezes (3° Fato) e artigo 147-A, caput e § 1º, inciso II, do Código Penal (4° Fato), todos na forma do artigo 69, caput, também do Código Penal. " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Toledo, datado e assinado digitalmente. MURILO CONEHERO GHIZZI Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): JOSÉ AUGUSTO DE LIMA LOPES PRAZO DE 90 DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Murilo Conehero Ghizzi, da 1ª Vara Criminal de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0006299-44.2023.8.16.0170, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CLAUDIVAN RIBEIRO, JOSÉ AUGUSTO DE LIMA LOPES, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JOSÉ AUGUSTO DE LIMA LOPES, portador(a) do RG 143711951 SSP/PR e CPF 800.544.919-40, nascido(a) em 14/04/2004, natural de PARAGUAI/, filho(a) de Leonice Lopes da Silva e JOSÉ CLAUDIO DE LIMA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) nas sanções do ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 anos, incisos III e IV, do Código Penal (1º fato) ART 329 - RESISTENCIA, Detenção: 2 meses, (2º fato), na forma do art. 69 do Código Penal, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "(...) fixo em definitivo a pena em 02 (dois) anos de reclusão e 02 (dois) meses de detenção e 10 (dez) dias-multa, cada um no valor de 1/30 do salário mínimo, diante da situação econômica do réu." , em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Giovana Maria Jacoby Stuany, Estagiário, conferi e digitei. Toledo, 10 de junho de 2025. Murilo Conehero Ghizzi Juiz de Direit

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): ANDRE FERNANDO CARVALHO PERLIM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Murilo Conehero Ghizzi, da 1ª Vara Criminal de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Quadrilha ou Bando, sob nº 0000103-64.2000.8.16.0170, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANDRE FERNANDO CARVALHO

PERLIM e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ANDRE FERNANDO CARVALHO PERLIM, portador(a) do RG 24480437 SSP/PR e CPF 245.854.648- 08, nascido(a) em 24/02/1973, natural de RIBEIRAO PRETO, filho(a) de SOLANGE APARECIDA CARVALHO PERLIM e JOSE ROBERTO PERLIM, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) nas sanções do ART 158 - Se o crime é cometido por duas ou mais pessoas, ou com emprego de arma, a pena de 7 anos de reclusão, em regime semiaberto, na data de 25 de abril de 2025, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, GISLAINE MARIA DA SILVA, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Toledo, 18 de junho de 2025. Murilo Conehero Ghizzi Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https:// portal.tjpr.jus.br /projudi.

TOMAZINA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): RAFAEL RITHIELLI GARCIA MARIANO
PRAZO DE 15 dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Caroline Gazzola Subtil de Oliveira, da Vara Criminal de Tomazina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0000697-98.2025.8.16.0171, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) RAFAEL RITHIELLI GARCIA MARIANO, e vítima ESTADO DO PARANÁ, GUSTAVO ALVES DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido RAFAEL RITHIELLI GARCIA MARIANO, portador(a) do RG 171801109 SSP/PR e CPF 404.184.618-80, nascido(a) em 10/04/1992, natural de ARARAQUARA/SP, filho(a) de ANDREIA APARECIDA GARCIA e CARLOS ALBERTO MARIANO,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas sanções do art. 33, caput, da Lei 11.343.2006; (1.º Fato), do artigo 330 (2.º e 6.º Fatos); art. 329 (3.º Fato) e art. 129, §12, todos do Código Penal (4.º Fato), bem como do art. 33, caput da Lei 13.343/2006 (5.º Fato) e art. 344, caput, do Código Penal (7.º Fato); oferecida em 26/02/2025 e recebida em 26/02/2025. Procede-se também sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Marcos Fidélis Mansano, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Tomazina, 27 de junho de 2025.
Caroline Gazzola Subtil de Oliveira
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

UBIRATÃ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UBIRATÃ
VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE UBIRATÃ - PROJUDI
Avenida Clodoaldo de Oliveira, 1260 - centro - Ubiratã/PR - CEP: 85.440-000 - Fone: (44) 3543-3856 - Celular: (44) 99179-9090 - E-mail: faol@tjpr.jus.br
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROSPRAZO DE 30 dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Rodolfo Figueiredo de Faria , da Vara de Família e Sucessões de Ubiratã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Alteração de Regime de Bens, assunto Regime de Bens Entre os Cônjuges, sob nº 0000714-34.2025.8.16.0172, em que são interessados R. D. e J. M. P , e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que é pretendida a **alteração de regime de bens do casamento pelos cônjuges J. M. P**, portador(a) do RG 100402882 SSP/PR e CPF 061.778.099-44 e **R. D.**, portador(a) do RG 107047921 SSP/PR e CPF 102.849.199-93, que são casados em regime de comunhão parcial de bens e pretendem alterá-lo para separação total de bens. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue transcrita: " DECISÃO 1. Na forma do art. 734, § 1º, do Código de Processo Civil, EXPEÇA-SE edital para o fim de divulgar a pretendida alteração do regime de bens dos requerentes, com prazo de 30 (trinta) dias. 2. Após, VISTA ao Ministério Público. 3. Por fim, retornem conclusos. Intimações e diligências necessárias. Ubiratã-PR, datado eletronicamente. RODOLFO FIGUEIREDO DE FARIA Juiz de Direito".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos do art. 734, § 1º, do Código de Processo Civil.Eu, Rosangela Silva Pereira Peghin, Auxiliar Juramentada, conferi e digitei.**Ubiratã, 27 de junho de 2025.**
Rodolfo Figueiredo de Faria
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/ projudi**.

UNIÃO DA VITÓRIA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): CAROLINE DE LIMA ROSA
PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Morian Nowitschenko Linke, da 1ª Vara Cível de União da Vitória, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Monitória, assunto Cédula de Crédito Bancário, sob nº 0004559-39.2023.8.16.0174, em que é(são) autor(es) COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIAO DO CONTESTADO - CIVIA, e réu(s) CAROLINE DE LIMA ROSA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CAROLINE DE LIMA ROSA**, portador(a) do CPF 010.015.520-08. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, pagar o débito constante na inicial, no valor total de R$ 7.539,42 (sete mil, quinhentos e trinta e nove mil, quarenta e dois centavos), o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento e acrescido de 5% (cinco por cento) do valor da causa a título de honorários advocatícios, ou, no mesmo prazo, oferecer embargos nos próprios autos (art. 702, CPC). A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que o cumprimento do mandado no prazo isenta do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Ainda, fica(m) **CIENTE(S)** de que, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos, será constituído de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701, § 2º, CPC). Por fim, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, no prazo para embargos, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá(ão) requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (arts. 701, § 5º, e 916, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Jéssica Wroblewski Freitas, Técnico Judiciário, digitei e eu Adão Alvarino Soares, Escrivão, conferi.
União da Vitória, 26 de junho de 2025.
Adão Alvarino Soares - EscrivãoEm Determinação a Portaria 34/2023(Assinado Digitalmente)OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Morian Nowitschenko Linke, da 1ª Vara Cível de União da Vitória, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0002205-70.2025.8.16.0174, em que é(são) autor(es) Alessandro Adriano Dobinski Cardozo , e réu(s) NADIR ANTONIO ELACHE, Terezinha Zattar Elache, ESPOLIO DE MIGUEL ZATTAR, e que por

este edital procede à **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: área de 447.597,00m², localizado na Linha Santa Lídia, Colônia Fartura, Município de General Carneiro - PR situada dentro da área maior da matrícula nº 8.678 do 1º Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "*RECEBO* a emenda à petição inicial por preencher todos os requisitos determinados na decisão anterior; *HOMOLOGO* a retificação do pedido para que conste expressamente que a pretensão usucapitória recai sobre a área de 447.597,00m² situada dentro da matrícula nº 8.678 do 1º Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca; DEFI*RO a inclusão de Espólio de Miguel Zattar,* representado por seu inventariante Miguel, Zattar Filho, no polo passivo da ação *...".*
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Jéssica Wroblewski Freitas, Técnico Judiciário, digitei e eu Adão Alvarino Soares, Escrivão, conferi.
União da Vitória, 26 de junho de 2025.
Adão Alvarino Soares - EscrivãoEm Determinação a Portaria 34/2023(Assinado Digitalmente)OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): Terezinha de Jesus Cordeiro
PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Morian Nowitschenko Linke, da 1ª Vara Cível de União da Vitória, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Contratos Bancários, sob nº 0009312-39.2023.8.16.0174, em que é(são) autor(es) Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Familia - Banco Família, e réu(s) Terezinha de Jesus Cordeiro, 36.451.969 DAINE APARECIDA GOMES LIMA MORETTI, DAINE APARECIDA GOMES LIMA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Terezinha de Jesus Cordeiro**, portador(a) do CPF 060.321.239-52. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios, no valor total de R$ 32.088,74 (trinta e dois mil, oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos) , acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento". A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC**. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias úteis.**O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Jéssica Wroblewski Freitas, Técnico Judiciário, digitei e eu Adão Alvarino Soares, Escrivão, conferi.**União da Vitória, 26 de junho de 2025.**
Adão Alvarino Soares - EscrivãoEm Determinação a Portaria 34/2023(Assinado Digitalmente)OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

---

[1] Código de Processo Civil: "Art. 829. O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 3 (três) dias, contado da citação. § 1º Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.".

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Morian Nowitschenko Linke, da 1ª Vara Cível de União da Vitória, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Ordinária, sob nº 0002774-71.2025.8.16.0174, em que é(são) autor(es) ARNALDO DOS SANTOS, Simone Aparecida dos Santos, IVONETE DOS SANTOS, NIVALDO DOS SANTOS, OSVALDO DOS SANTOS, Eda Aparecida dos Santos, JOEL DE SOUZA, IVONE DOS SANTOS, LURDES DOS SANTOS DE SOUZA, e réu(s) Município de Bituruna/PR, e que por este edital procede à **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: com a área de 3.690,30 m², Trecho PR170, com KM inicial 490,96 e KM final 507,79, parte dos lotes 163 e 164, bairro São João, no Município de Bituruna/PR, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "RECEBO a petição inicial e suas emendas. DETERMINO a citação da parte demandada para apresentar contestação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.em prejuízo, DETERMINO a intimação dos representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município para que manifestem interesse na causa. DETERMINO a publicação de edital para dar ciência da presente demanda àqueles que se encontram em lugar incerto e eventuais interessados, ausentes e desconhecidos, com prazo de 30 (trinta) dias, conforme artigo 259, inciso I, do CPC.".
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Jéssica Wroblewski Freitas, Técnico Judiciário, digitei e eu Adão Alvarino Soares, Escrivão, conferi.
União da Vitória, 26 de junho de 2025.
Adão Alvarino Soares - EscrivãoEm Determinação a Portaria 34/2023(Assinado Digitalmente)OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Terezinha Zattar Elache
PRAZO DE 20 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Morian Nowitschenko Linke, da 1ª Vara Cível de União da Vitória, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Causas Supervenientes à Sentença, sob nº 0004428-69.2020.8.16.0174, em que é(são) autor(es) Alessandro Adriano Dobinski Cardozo , e réu(s) NADIR ANTONIO ELACHE, Terezinha Zattar Elache, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Terezinha Zattar Elache**, portador(a) do RG 1874098 SSP/PR e CPF 050.034.429-98, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO para tomar conhecimento** da indisponibilidade de ativos financeiros da sua conta bancária, no valor de R$ 169,30 (cento e sessenta e nove reais e trinta centavos), ciente de que dispõe do **prazo de 5 (cinco) dias úteis** para se manifestar sobre a impenhorabilidade, irregularidade ou excesso de valores bloqueados, na forma prevista no art. 854, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil, em cumprimento ao determinado nos autos supracitados.**ADVERTIDO(A)** de que: Rejeitada ou não apresentada a manifestação, a indisponibilidade será convertida em penhora, sem necessidade de lavratura de termo.Convertida a indisponibilidade em penhora, poderá apresentar impugnação à penhora, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados de sua intimação (art. 525, § 11, CPC). Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).Eu, Jéssica Wroblewski Freitas, Técnico Judiciário, digitei e eu Adão Alvarino Soares, Escrivão, conferi.
União da Vitória, 26 de junho de 2025.
***Adão Alvarino Soares - EscrivãoEm Determinação a Portaria 34/2023(Assinado Digitalmente)*OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Osni Porn Junior
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Luiz Xavier Costa de Assis Silva, da 1ª Vara Criminal de União da Vitória,
FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência, sob

nº 0009166-61.2024.8.16.0174, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) Osni Porn Junior, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Osni Porn Junior**, portador(a) do RG 103550297 SSP/PR e CPF 074.612.729-42, nascido(a) em 26/03/1990, natural de PORTO VITORIA/PR, filho(a) de RITA DE FATIMA DE AZEVEDO PORN e OSNI PORN, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 24-A - Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei, Detenção: 3 meses a 2 anos oferecida em 14/01/2025 e recebida em 22/01/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado OSNI PORN JUNIOR incorreu na conduta prevista no artigo 24-A da Lei n° 11.340/2006 (conforme redação anterior a lei n° 14.994/2024) c/c artigo 5°, inciso III e artigo 7°, inciso II, ambos da Lei n° 11.340/2006, por duas vezes em concurso material de crimes na forma do artigo 69 do Código Penal. Por essa razão, é oferecida a presente denúncia, que se espera seja recebida, citando-se o denunciado para tomar ciência da respectiva acusação, a fim de ser interrogado e apresentar defesa, prosseguindo-se o processo nos seus ulteriores termos, seguindo o rito processual previsto no artigo 394, § 1º, inciso I e seguintes, do Código de Processo Penal, observado o artigo 41 da Lei n° 11.340/2006. " ; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): SIDNEI DOS SANTOS
PRAZO DE 15 dias corridos

O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Luiz Xavier Costa de Assis Silva, da 1ª Vara Criminal de União da Vitória,

FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Vias de fato, sob nº 0009493-40.2023.8.16.0174, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) SIDNEI DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido** SIDNEI DOS SANTOS, portador(a) do RG 84429228 SSP/PR e CPF 009.265.939-00, nascido(a) em 19/05/1981, natural de UNIAO DA VITORIA/PR, filho(a) de OLIVIA LOURDES DA LUZ DOS SANTOS e NIVALDO JOSE DOS SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses ART 330 - DESOBEDIENCIA, Detenção: 15 dias a 6 meses E Multa oferecida em 11/04/2024 e recebida em 16/04/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado SIDNEI DOS SANTOS infringiu a contravenção penal contida no artigo 21, caput, (Fatos 01 e 02) do Decreto-Lei n ° 3.688/1941 e artigo 330 (Fato 03) do Código Penal, combinados com os artigos 5º, inciso III e 7º, incisos I, da Lei n° 11.340/2006, razão pela qual é oferecida a presente denúncia, que requer seja autuada, registrada e recebida, citando-se o denunciado para oferecer resposta à acusação, sob pena de revelia, seguindo-se o rito sumário previsto no artigo 394, §1º, inciso II, do Código de Processo Penal, até final julgamento. " ; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): SILVESTRE DOS SANTOS
PRAZO DE 15 dias corridos

O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Luiz Xavier Costa de Assis Silva, da 1ª Vara Criminal de União da Vitória,

FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estupro de vulnerável, sob nº 0006073-90.2024.8.16.0174, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) SILVESTRE DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido** SILVESTRE DOS SANTOS, portador(a) do RG 167032869 SSP /PR e CPF 000.139.539-40, nascido(a) em 09/12/2005, natural de BITURUNA/ PR, filho(a) de ROSENI FERREIRADOS SANTOS e LEURENTINO LEAL DOS SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 217-A - ESTUPRO DE VULNERAVEL, Reclusão: 8 a 15 anos ART 213 - ESTUPRO OU ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR, Reclusão: 6 a 10 anos oferecida em 31/01 /2025 e recebida em 03/02/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Agindo dessa forma, o denunciado SILVESTRE DOS SANTOS praticou os fatos delituosos descritos no artigo 217-A, caput (Fato 01) e artigo 213, caput (Fato 02) , c/c artigo 61, inciso II, alínea 'f' e artigo 226, inciso II, todos do Código Penal, observadas as disposições da Lei nº 14.344/2022, em continuidade delitiva, nos termos do artigo 71, caput, do Código Penal, razão pela qual é oferecida a presente denúncia, que requer seja recebida e autuada, aplicando-se o procedimento comum ordinário, na forma do artigo 394, § 1º, inciso I, do Código de Processo Penal, até final sentença, de tudo ciente o Ministério Público. "; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi

---

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MARCOS GONSALVES TIBES
PRAZO DE 15 dias corridos

O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Luiz Xavier Costa de Assis Silva, da 1ª Vara Criminal de União da Vitória,

FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Desacato , sob nº 0003395-05.2024.8.16.0174, em que é(são) autor (es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) MARCOS GONSALVES TIBES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido**, motivo pelo qual se procede à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 331 - DESACATO, Detenção: 6 meses a 2 anos oferecida em 14 /08/2024 e recebida em 15/04/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado MARCOS GONSALVES TIBES infringiu a norma penal incriminadora contida no artigo 331, caput, do Código Penal. Por essa razão, é oferecida a presente denúncia, que se espera seja autuada, citando-se o denunciado para que possa apresentar defesa preliminar, sob pena de revelia, e, após, seja a denúncia recebida, instaurando-se a ação penal, conforme procedimento sumaríssimo previsto nos artigos 77 a 83 da Lei 9.099/95, prosseguindo-se até final julgamento, tudo com ciência a esta Promotoria de Justiça. " ; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ROBSON SAMPAIO NEVES
PRAZO DE 15 dias corridos

O(A) Juiz(íza) de Direito Ivan Buatim, da 1ª Vara Criminal de União da Vitória,

FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Violação de domicílio , sob nº 0007288-38.2023.8.16.0174, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) ROBSON SAMPAIO NEVES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido** ROBSON SAMPAIO NEVES, portador(a) do RG 147048530 SSP /PR e CPF 090.809.469-82, nascido(a) em 01/05/1990, natural de CANOINHAS, filho(a) de MARIA IZABEL SAMPAIO e JOAO ADILSON NEVES, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses ART 150 , § 1º - VIOLACAO DE DOMICILIO, Detenção: 1 a 3 meses ART 150 caput - VIOLACAO DE DOMICILIO, Detenção: 6 meses a 2 anos oferecida em 29/02/2024 e recebida em 05/03/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado ROBSON SAMPAIO NEVES infringiu a contravenção penal contida no artigo 21, caput, (Fato 01) do Decreto-Lei n° 3.688/1941 e normas penais contidas no artigo 150, caput, (Fato 03) e 1° (Fato 02), do Código Penal, combinados com os artigos 5º, inciso III e 7º, incisos I, da Lei n ° 11.340/2006, razão pela qual é oferecida a presente denúncia, que requer seja autuada, registrada e recebida, citando-se o denunciado para oferecer resposta à acusação, sob pena de revelia, seguindo-se o rito sumário previsto no artigo 394, §1º, inciso II, do Código de Processo Penal, até final julgamento. " ; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro

---

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ANTONIO JULIO BONIFACIO
PRAZO DE 15 dias corridos

O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Luiz Xavier Costa de Assis Silva, da 1ª Vara Criminal de União da Vitória,

FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento

Ordinário, assunto Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher, sob nº 0008824-50.2024.8.16.0174, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) ANTONIO JULIO BONIFACIO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido** ANTONIO JULIO BONIFACIO, portador(a) do RG 129050519 SSP/PR e CPF 089.629.499-46, nascido(a) em 05/06/1995, natural de BITURUNA/PR, filho(a) de ELZA JULIO e AMADEU JOSE BONIFACIO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 129 - Se a lesão é praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código:, Reclusão: 2 a 5 anos ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses oferecida em 14/10/2024 e recebida em 18/11/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado ANTONIO JULIO BONIFACIO incorreu na conduta prevista no artigo 129, § 13° (Fato 01), e artigo 147, caput (Fato 02), ambos do Código Penal c/c artigo 5°, inciso III e artigo 7°, inciso I, ambos da Lei n° 11.340/2006. Por essa razão, é oferecida a presente denúncia, que se espera seja recebida, citando-se o denunciado para tomar ciência da respectiva acusação, a fim de ser interrogado e apresentar defesa, prosseguindo-se o processo nos seus ulteriores termos, seguindo o rito processual previsto no artigo 394, § 1º, inciso I e seguintes, do Código de Processo Penal. " ; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial

PARANAGUÁ

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

SERVIÇO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO
COMARCA DE PARANAGUÁ - ESTADO DO PARANÁ
Av. Coronel José Lobo, 350, sala 05 - Fone/Fax: (41) 2152-1812
Patrick Roberto Gasparetto
Oficial de Registro
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL

Na qualidade de Agente Delegado do Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca, e nos termos do art. 216-A, §4º da Lei 6.015/73 e Provimento 65/2017 do CNJ, **NOTIFICAMOS** a **IGREJA BATISTA BOAS NOVAS DE ALEXANDRA**, na qualidade de confrontante, que está em trâmite nesta Serventia o **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE USUCAPIÃO,** na modalidade **EXTRAORDINÁRIA,** protocolado sob n.º **175.185**, tendo como objeto o imóvel em parte transcrito sob os ns.º **8.086, 14.596, 14.873, 15.019, 13.902 e 35.087**, cuja propriedade tabular pertence a **Maria de Lourdes Camargo w Nicodemos Ribeiro de Camargo**, com os seguintes elementos:

· REQUERENTE: **OSEIAS DE PAULA BISSON,** brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, inscrito no CPF/MF sob nº 051.037.429-85, residente e domiciliado na Rua Savino Tripodi, nº 301, Estrada Velha de Alexandra, Paranaguá/PR, CEP 83.250-000;

· IMÓVEL OBJETO: imóvel localizado na Rua Elza Lúcia França Magagnin, S/N, Alexandra, Paranaguá/PR, CEP 83.250-000. Lote (parte) nº 12, com área total de 2.506,81m², com as seguintes características e confrontações: referência de quem da Rua Elza Lúcia França Magagnin observa o lote: Frente (SE): 29,68m para a Rua Elza Lúcia França Magagnin, distando 41,22m até a esquina mais próxima, em cruzamento com a Rua Silvino Tripole; Lateral direita (NE) 100,99m divididos em 8 segmentos: 1º segmento: 12,10m para o lote de posse do 9º batalhão da Polícia Militar de Alexandra e propriedade de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo; 2º segmento: 15,26m para o lote em pose de Zuleide Bisson da Costa e esposo Josenildo da Silva da Costa e propriedade de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo; 3º segmento: 13,93m para o lote em posse de Igreja Batista Boas Novas de Alexandra e propriedade de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo; 4º segmento: 16,01m para a área remanescente do lote 12, sem exercício da posse, de propriedade de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo; 5º segmento: 11,14m para a área remanescente do lote 12, sem exercício da posse, de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo; 6º segmento: 10,09m para a área remanescente do lote 12, sem exercícios da posse, de propriedade de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo; 7º segmento: 9,23m para o lote em posse de Tânia Regina Custódio Oliveira e propriedade de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo; 8º segmento: 13,23m para o lote em posse de Orlando Bisson e propriedade de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo. Lateral esquerda (SO): 74,96m dividido em 3 segmentos: 1º segmento: 30,10m para o lote em posse de José Fontane Vieira e propriedade de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo; 2º segmento: 13,28m para o lote em posse de José Fontane Vieira e propriedade de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo; 3º segmento: 31,58m para o lote em posse e propriedade de Igreja Evangélica Assembleia de Deus, registrada na matrícula nº 62.395. Fundos (NO): 50,57m divididos em 5 segmentos: 1º segmento: 10,72m para a área remanescente do lote 12, sem exercício da posse, de propriedade de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo; 2º segmento: 8,77m para a área remanescente do lote 12, sem exercício da posse, de propriedade de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo; 3º segmento: 8,68m para a área remanescente do lote 12, sem exercício da posse, de propriedade de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo; 4º segmento: 11,20 para o lote em posse de Maria Zella Cordeiro e propriedade de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo; 5º segmento: 11,20m para a área remanescente do lote 12, sem exercício da posse, de propriedade de Nicodemos Ribeiro de Camargo e Maria de Lourdes Camargo.

Assim, ficam cientificados, dispondo de 15 dias para manifestação, cujo edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (e-Dj), bem como, afixado em sessão específica dentro da Serventia. A ausência de impugnação implica em anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião, e consequente prosseguimento do feito.

Atenciosamente,
Patrick Roberto Gasparetto
Oficial de Registro

SERVIÇO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO
COMARCA DE PARANAGUÁ - ESTADO DO PARANÁ
Av. Coronel José Lobo, 350, sala 05 - Fone/Fax: (41) 2152-1812
Patrick Roberto Gasparetto
Oficial de Registro
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL

Na qualidade de Agente Delegado do Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca, e nos termos do art. 216-A, §4º da Lei 6.015/73 e Provimento 65/2017 do CNJ, **NOTIFICAMOS** os **EVENTUAIS INTERESSADOS,** que está em trâmite nesta Serventia o **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE USUCAPIÃO,** na modalidade **EXTRAORDINÁRIA,** protocolado sob n.º **176.849**, tendo como objeto o imóvel transcrito sob o n.º **10.860**, fl. 187, 3-J, cuja propriedade tabular pertence a **Savas Joanides**, com os seguintes elementos:

· REQUERENTES: **ANA PAULA BITENCOUT FERNANDES,** inscrita no CPF/MF sob nº 813.166.319-15, e **CLAUDIA MARIA BITTENCOURT FERNANDES**, inscrita no CPF/MF sob nº 788.042.729-53, ambas residentes e domiciliadas sito à Rua Luzanira Delfino Martins, nº 31, Vila Cruzeiro, Paranaguá/PR, CEP 83.221-345;

· IMÓVEL OBJETO: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -M-0001, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-51ºW, de coordenadas N 7.175.467,50m e E 747.839,82m; deste segue confrontando com a propriedade de MARLENE VIANA GONÇALVES, com azimute de 124º08'35'' por uma distância de 22,13m até o vértice -M-0002, de coordenadas N 7.175.455,08m e E 747.858,13m; deste segue confrontando com a propriedade de JARCI MIQUILINE, com azimute de 229º00'40'' por uma distância de 12,35m até o vértice -M-0003, de coordenadas N 7.175.447,02m e E 747.848,85m,; deste segue confrontando com a propriedade de JOSÉ PATRICK MOREIRA DO ROSÁRIO, com azimute de 304º01'43'' por uma distância de 21,34m até o vértice -M-0004, de coordenadas N 7.171.458,95m e E 747.831,17m; deste segue confrontando com a propriedade de Rua Luzanira Delfino Martins, com azimute 45º21'45'' por uma distância de 12,16m até o vértice -M-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro de 67,93m.

Assim, ficam cientificados, dispondo de 15 dias para manifestação, cujo edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (e-Dj). A ausência de impugnação implica em anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião, e consequente prosseguimento do feito.

Atenciosamente,
Patrick Roberto Gasparetto
Oficial de Registro